

Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável

Um olhar sobre governança e geração de valor

Zenicléia Angelita Deggerone
Roberto Carlos Ribeiro
Denise Knorst da Silva
José Martins dos Santos
Luciana Aparecida Zampieron
(orgs.)



Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável

**Um olhar sobre governança
e geração de valor**

**Zenicléia Angelita Deggerone
Roberto Carlos Ribeiro
Denise Knorst da Silva
José Martins dos Santos
Luciana Aparecida Zampieron
(Orgs.)**

Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável

Um olhar sobre governança e geração de valor

E-book



**São Leopoldo
2025**

© Dos autores – 2025

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: José Justino Desidério Filho

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza Marques Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

C778 Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável: um olhar sobre governança e geração de valor. [E-book]. / Organizadores: Zenicléia Angelita Deggerone *et al.* – São Leopoldo, RS: Oikos, 2025. 470 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-309-4

1. Cooperativismo de crédito. 2. Desenvolvimento sustentável – Cooperativismo. 3. Governança corporativa. 4. Agricultura familiar – Sustentabilidade – Produção. I. Deggerone, Zenicléia Angelita. II. Ribeiro, Roberto Carlos. III. Silva, Denise Knorst da. IV. Santos, José Martins dos. V. Zampieron, Luciana Aparecida.

CDU 334.2

Sumário

Apresentação	9
<i>Luís Fernando Santos Corrêa da Silva</i>	

Prefácio	13
<i>Sergio Schneider</i>	

SEÇÃO 1: Fundamentos e Perspectivas do Cooperativismo

O cooperativismo e sua história: superação da exclusão social e promoção do desenvolvimento local, solidário e sustentável	18
<i>Antônio Inácio Andrioli</i>	

Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: panorama das produções científicas	35
<i>Vanessa Paula Openkoski</i>	
<i>Denise Knorst da Silva</i>	

Sustentabilidade e cooperativismo: um estado do conhecimento sobre as tendências de abordagem dos aspectos ESG presentes nas pesquisas acadêmicas atreladas ao cooperativismo	52
<i>Patricia Scatolin</i>	
<i>Isabel Rosa Gritti</i>	

SEÇÃO 2: Juventude, Gênero e Sucessão Rural

Juventude e cooperativismo: o papel do desenvolvimento sustentável na atração dos jovens para cooperativas	70
<i>Daiane Rebonatto</i>	
<i>Estéfani S. de Deus</i>	

Jovens e bancos digitais: um desafio para as cooperativas de crédito	87
<i>Estevão Schmidt</i>	
<i>Marcio Luft</i>	

A participação das mulheres em cargos de gestão na Cooperativa de Crédito Cresol Jacutinga no Rio Grande do Sul	108

Samanta Luzia Risson

Zenicléia Angelita Deggerone

A sucessão geracional em unidades de produção familiares em Florianópolis/RS	124

Silvia Noskoski Rigo

Jaci Poli

Concessão de crédito e sucessão familiar em propriedades rurais do município de Erebango/RS	139

Maríndia Carla Tiburski

José Martins dos Santos

SEÇÃO 3: Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Produção

Estudo da produção de laranja no município de Aratiba/RS	156

Claudia Mara Winter

Karine Daiane Zingler

O êxodo rural e a relação com a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Aratiba/RS	172

Kelinton Balen Simoni

Caroline Rippe de Mello Klein

Agricultura familiar e produção sustentável: cooperativas e o fomento à agroecologia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....	186

Lidiane Taffarel

Roberto Serena Fontaneli

Produção de energia solar como alternativa para reduzir custos na agricultura familiar	203

Lucas Roberto Farina

Carlos Alberto Frantz dos Santos

Implicações das mudanças climáticas no uso do seguro agrícola pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul	221

Mateus Dall Agnol Klein

Zenicléia Angelita Deggerone

Avanços socioprodutivos gerados pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em propriedades rurais familiares no município de Jacutinga/RS	237

Darlan Luis Lodéa

Karine Daiane Zingler

Agricultura familiar e custeio agrícola: evolução na liberação de recursos pelas agências da Cresol Jacutinga entre 2015/2024	254

Roberta Marmentini Bolis

Karine Daiane Zingler

A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento econômico da agricultura	272

Monice Angélica Bitencourt

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch

SEÇÃO 4 – Gestão, Finanças e Governança em Cooperativas de Crédito

Governança corporativa: um estudo de percepção em uma cooperativa de crédito localizada no oeste de Santa Catarina	290

Ademilso Auziliero

Estéfani Sandmann de Deus

Motivação profissional dos funcionários em uma cooperativa de crédito – um estudo de caso	308

Luciana Aparecida Zampieron

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch

Qualificação e gestão de pessoas em cooperativas de crédito – uma revisão sistemática da literatura nacional no período de 2018 a 2024	325

Luciane Prichoa

Carlos Alberto Frantz dos Santos

Governança corporativa em cooperativas de crédito: uma avaliação das práticas adotadas por uma instituição no Rio Grande do Sul	347

Marciane Rigo Lanfredi

Zeniclêia Angelita Deggerone

Satisfação dos cooperados frente aos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa de Crédito Crehnor	364
<i>Marcos Rogério Monteiro</i>	
<i>Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch</i>	
Práticas da intercooperação em uma cooperativa de crédito da reforma agrária no centro-oeste do Paraná	382
<i>Maria Helena Prestes</i>	
<i>Zenicléia Angelita Deggerone</i>	
Análise das vantagens e desvantagens da incorporação de uma cooperativa de crédito	398
<i>Paulo Cezar Mioto</i>	
<i>Carlos Alberto Frantz dos Santos</i>	
<i>Compliance</i> : um estudo de percepção em uma cooperativa de crédito localizada no oeste de Santa Catarina	415
<i>Thayane Somensi Burtulli</i>	
<i>Letícia Gomes Locatelli</i>	
Impactos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em instituições financeiras: estudo de caso de uma cooperativa de crédito do oeste de Santa Catarina	432
<i>David Galuppo</i>	
<i>Letícia Gomes Locatelli</i>	
O papel do FATES no cooperativismo de crédito: contribuições para o desenvolvimento local no norte gaúcho	447
<i>Taise Sychocki</i>	
<i>Denise Knorst da Silva</i>	
Sobre os autores e as autoras	463

Apresentação

Este livro, construído a muitas mãos, é resultado do Curso de Especialização em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável, iniciativa interinstitucional envolvendo a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Cresol e outros atores do sistema cooperativo que atuam na Região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Centro-Oeste do Paraná. A realização do curso permitiu o aprofundamento da relação da UFFS e da UERGS com a comunidade regional, mais especificamente com as instituições cooperativistas, e contribuiu para reafirmar o compromisso fundacional de ambas as universidades, que é o de ofertar formação qualificada e produção do conhecimento em parceria com os atores sociais que integram o seu território de abrangência.

Em relação ao tema do curso, destaca-se a relevância do cooperativismo de crédito como estratégia voltada ao desenvolvimento solidário e à construção de novas interfaces econômicas e sociais, no que envolve as particularidades da região, marcada pela agricultura familiar e pelas especificidades desse modelo de produção. Soma-se a isso a relevância da sustentabilidade como condição necessária ao desenvolvimento em um momento histórico marcado pela maior conscientização sobre a importância de preservação dos recursos naturais e ambientais, sabidamente finitos.

A obra está organizada em quatro sessões, que abordam aspectos tratados ao longo do curso, em atividades letivas, relativas às disciplinas constitutivas da matriz curricular, bem como em temas sensíveis relacionados ao escopo do curso e que deram sustentação aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) desenvolvidos pelos estudantes.

Na **Seção 1 – Fundamentos e Perspectivas do Cooperativismo**, três artigos apresentam a história do cooperativismo, os seus fundamentos sociais e a sua interface com o desenvolvimento. Além disso, apresenta-se o panorama da produção científica sobre cooperativismo de crédito, desenvolvimento sustentável e ESG. Tais aspectos situam o leitor sobre o percurso de cons-

trução do cooperativismo, colocando-o em relação com temáticas contemporâneas, relativas às dinâmicas ambientais sustentáveis.

Adiante, na **Seção 2 – Juventude, Gênero e Sucessão Rural**, cinco artigos discutem as estratégias de expansão do cooperativismo de crédito entre os jovens, a participação feminina e a importância da equidade de gênero nos cargos de liderança. Ademais, discute-se os desafios da sucessão rural nas unidades produtivas da agricultura familiar em municípios da região do Alto Uruguai. Neste tópico, os autores tratam de reafirmar a importância do debate geracional e de gênero, presente na sociedade e, como não poderia ser diferente, também produto de reflexão nas instituições cooperativas.

Já na **Seção 3 – Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Produção**, oito artigos abordam temas relacionados à produção local, à agroecologia, ao custeio agrícola, assim como discutem políticas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o seguro agrícola. Neste sentido, os textos que compõem essa sessão problematizam aspectos sensíveis relativos à matriz produtiva local, assim como situam o leitor sobre as configurações de empreendimentos que estão situados na base do sistema cooperativo e que demandam políticas específicas de financiamento.

Na **Seção 4 – Gestão, Finanças e Governança em Cooperativas de Crédito**, dez artigos abordam temas ligados à governança corporativa, à gestão de pessoas, à satisfação dos cooperados e *compliance*, de modo a privilegiar a relação das cooperativas com os seus cooperados e a gestão institucional, financeira e legal dos empreendimentos solidários. Cabe ressaltar que temas como governança corporativa e *compliance* situam-se na agenda contemporânea de ações na gestão pública e privada, e o cooperativismo de crédito não está alheio a essa realidade.

Ademais, ao reunir o saber acadêmico e a prática cotidiana daqueles que atuam nas cooperativas, este livro retrata a complexidade na qual está imerso o cooperativismo de crédito, considerando que ele não tem um fim em si mesmo, mas busca construir estratégias de diálogo com cooperados e com atores sociais dispostos a integrar arranjos financeiros organizados por princípios solidários e horizontais.

Em paralelo, por sua natureza de fomento aos empreendimentos produtivos locais, seja à agricultura familiar, às agroindústrias e às empresas de pequeno e médio portes, o cooperativismo de crédito estabelece bases concre-

tas para a emergência de um novo modelo de desenvolvimento, em que o planejamento participativo, a gestão transparente e a escuta ativa dos cooperados são fundamentos centrais para determinar não apenas as prioridades de destinação do crédito em termos práticos e baseando-se em visão imediatista, mas favorece a construção de um horizonte de médio e longo prazos que sintetize os anseios da sociedade.

Cabe ainda destacar a relação virtuosa que a integração entre sustentabilidade e acesso ao crédito cooperativo podem desencadear. Não é segredo que a promoção de práticas sustentáveis nos arranjos produtivos locais depende da capacidade de financiamento, muitas vezes limitada nos marcos do sistema tradicional de acesso ao crédito. Neste caso, as cooperativas de crédito assumem um papel duplamente importante: a) em primeiro lugar, porque estão enraizadas no território e conhecem a realidade cotidiana dos seus cooperados, bem como as suas necessidades e demandas; b) em segundo lugar, porque são capazes de assumir o protagonismo no incentivo às práticas sustentáveis, vinculadas à agricultura e aos demais empreendimentos locais, por meio da alocação de recursos e do planejamento de estratégias de financiamento voltadas para soluções baseadas na natureza.

Por fim, destaca-se a importância das universidades (UFFS e UERGS) nesse processo, como espaços formativos e lócus de reflexão crítica sobre o desenvolvimento e o cooperativismo, estratégias privilegiadas para a consecução da sustentabilidade. A ciência e a universidade são esferas de comunicação com a sociedade civil organizada e, ao longo do tempo, têm alertado sobre a urgência do estabelecimento de um novo modelo de relação entre sociedade e natureza. Processos como a mudança climática e a perda da biodiversidade não são temas do futuro, mas compõem uma agenda do presente, que necessita apresentar soluções e práticas baseadas em novas formas de viver e produzir. Esse é o compromisso assumido pela UFFS – *Campus Erechim*, que oferta os cursos de Agronomia, com ênfase em Agroecologia, de Engenharia Ambiental e Sanitária, Ciências Biológicas, Geografia, Mestrado e Doutorado em Ciência e Tecnologia Ambiental, e pela UERGS, que na sua unidade de Erechim oferta os cursos de Administração e Gestão Ambiental, todos eles vinculados à matriz produtiva local e com foco destacado nas dinâmicas ambientais e arranjos socioeconômicos que caracterizam a região do Alto Uruguai e o oeste de Santa Catarina.

Por esse motivo, foi com imensa satisfação que ambas as instituições assumiram o compromisso de oferta da Especialização em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito de uma parceria que tem se materializado ao longo de mais de uma década, e que se alicerça no compromisso mútuo de construir e oferecer conhecimento especializado em nível de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão universitária no território que abrange o norte do Rio Grande do Sul.

Aos leitores e às leitoras desejamos que esta obra sirva de referência para pensar novos modelos de financiamento da produção, baseados na cooperação e no engajamento social, e em suas relações com o desenvolvimento e a sustentabilidade, de modo solidário e alternativo ao modelo hoje hegemônico, que compreende os recursos naturais como um fator de produção isolado das consequências que a sua apropriação indiscriminada produz.

Votos de uma excelente leitura!

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Universidade Federal da Fronteira Sul
Diretor – *Campus Erechim*

Prefácio

É muito alvissareiro defrontar-se com um novo livro sobre o cooperativismo, especialmente quando se celebra, em 2025, pela segunda vez (a primeira vez foi em 2012) o Ano Internacional das Cooperativas. Há um amplo reconhecimento internacional de que as cooperativas são essenciais para promover a participação mais plena possível no desenvolvimento econômico e social das comunidades locais de todas as pessoas, inclusive mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas.

O mundo atual em que vivemos precisa de mais cooperação e solidariedade e não de mais competição e concorrência. Ao longo dos últimos 200 anos, desde que o cooperativismo começou a fazer parte dos modelos de organização social e econômica das sociedades contemporâneas, a cada dia que passa, torna-se mais claro que os empreendimentos cooperativistas possuem respostas melhores e mais apropriadas aos desafios da organização dos humanos em agrupamentos coletivos. Grandes questões ontológicas relacionadas a questões como a distribuição da riqueza, o respeito à liberdade da pessoa humana e a autodeterminação dos povos, assim como o uso adequado e parcimonioso dos recursos naturais pelas gerações presentes de tal forma a não prejudicar e/ou impedir seu uso pelas gerações vindouras, estão no cerne dos valores apregoados pelo cooperativismo como modelo organizacional, institucional e social.

O cooperativismo responde aos problemas da desigualdade com inclusão, compartilhamento e redistribuição da riqueza gerada. Quem participa de cooperativas recebe o apoio dessa organização para melhorar a sua performance econômica, usar mais tecnologias, tornar o trabalho humano mais produtivo e menos penoso e, assim, gerar mais excedentes, que podem ser usados, trocados ou vendidos. O cooperativismo também responde ao problema da exclusão ao incluir mulheres e jovens em seus empreendimentos e ao reconhecer as diferenças e a alteridade, o que faz com que a diversidade entre os indivíduos que integram um empreendimento cooperativo seja celebrada como um ativo ou recurso positivo e favorável, e não

como algo deletério. Por fim, em regiões e sociedades em que o cooperativismo conseguiu assentar bases sólidas e se incrustou nas mentes das pessoas, ele provocou mudanças culturais e institucionais que se tornaram elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e o bem-estar das comunidades. Em regiões e territórios onde há cooperativas fortes e bem estabelecidas, os indicadores de desenvolvimento econômico, como a renda per capita, são positivos, e os indicadores educacionais também tendem a ser melhores quando comparados.

Se tomarmos extensas regiões rurais do Rio Grande do Sul, assim como de Santa Catarina e do Paraná perceberemos que nas Missões gaúchas, no Oeste catarinense e no Sudoeste paranaense, apenas para ficar em alguns exemplos, veremos que indicadores econômicos como PIB, renda per capita e sociais, como expectativa de vida, grau de escolaridade, estão todos ligados ao fato de que o modelo econômico e social praticado nestas regiões e nas comunidades se assenta no cooperativismo. As cooperativas de grãos, as cooperativas de crédito, as cooperativas de comercialização e de serviços são abundantes nessas regiões. Uma visita a qualquer um dos municípios que se situam nessas regiões facilmente revelará que desde a organização da produção agrícola, o acesso a insumos e máquinas, assim como os locais de compra de alimentos (supermercados) e os bancos, tudo está organizado pelas cooperativas, em seus mais diversos tipos, tamanhos e formatos.

Assim como o entendo, o cooperativismo pode ser definido como a busca da coesão coletiva em torno de uma ação ou empreendimento a partir de valores individuais (econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc.). A cooperação é um ato interessado ao qual indivíduos recorrem para resolver problemas, procurar soluções ou mesmo compartilhar entendimentos ou expectativas. O sentido da ação cooperativa é fortemente guiado por motivação econômica, pecuniária ou orientada para o ganho material. Mas indivíduos também cooperam para alcançar bem-estar social ou para manter hábitos, tradições ou sua cultura.

Nos anos recentes, o cooperativismo vem assumindo uma relevância cada vez mais significativa no Brasil. Os números são autoevidentes, ainda que seu reconhecimento social e político esteja longe do ideal no Brasil. Segundo o Anuário de 2024 da Organização das Cooperativas Brasileiras existiam 1.179 cooperativas pertencentes ao setor agropecuário, abrangen-

do mais de 1 milhão de cooperados e gerando R\$ 430 bilhões em receitas anualmente, com um excedente de R\$ 20,5 bilhões somente em 2023. Do total das cooperativas agropecuárias, 65% concentram-se em insumos e bens de fornecimento, 58% em produtos não industrializados de origem vegetal e 34% em produtos não industrializados de origem animal. As cooperativas também desempenham um papel significativo nas exportações e na presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional. Em 2023 as cooperativas responderam por um total de US\$ 8,3 bilhões em negócios internacionais diretos, o que representou 2,5% de todo o valor exportado pelo Brasil. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, entre 2006 e 2017 o Brasil presenciou uma grande expansão do cooperativismo no setor agropecuário, registrando um aumento de cerca de 67% no número de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas.

A leitura dos capítulos que integram a coletânea *Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: um olhar sobre governança e geração de valor*, revelará ao leitor os contornos e o papel das cooperativas no desenvolvimento social e econômico referido. Trata-se de um livro que reúne os resultados de trabalhos de vários jovens e promissores pesquisadores, ladeados por seus orientadores e professores, que resulta da interface entre a Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária de Erechim.

Este livro, organizado por Zenicléia Angelita Deggerone, Roberto Carlos Ribeiro, Denise Knorst da Silva, José Martins dos Santos e Luciana Aparecida Zampieron, soma-se a uma produção acadêmica já alentada sobre cooperativismo, que aliás tem sido retomada e reenergizada nos anos recentes. Mas o livro tem o seu nicho e seu espaço particular, o que faz com que preencha lacunas existentes e ainda não cobertas nos estudos existentes. Entre outras pode-se citar o estudo do cooperativismo em relação às questões de juventude, gênero e sucessão rural. Outro tema importante refere-se às questões da sustentabilidade econômica e ambiental. Mas se fosse para destacar uma novidade que considero importante e para a qual o livro faz um aporte importante, diria que as questões de gestão, finanças e governança, especialmente em cooperativas de crédito, são as mais relevantes.

Quero cumprimentar os organizadores desta obra, assim como os autores dos capítulos, pelo excelente trabalho de compilação das contribui-

ções e, acima de tudo, por terem dado uma contribuição importante à formação de uma nova geração de profissionais capacitados nos temas relacionados ao cooperativismo. Se o futuro das sociedades humanas caminhará na direção do cooperativismo como forma ou modelo superior de ordenamento social e econômico, será necessária uma nova geração de cabeças pensantes para lidar com os problemas e os desafios que serão colocados, entre elas, a inteligência artificial e a crescente robotização dos processos de produção industriais. Tenho certeza que este livro dará sua contribuição aos reptos vindouros.

Sergio Schneider – UFRGS

Escrito em 25 de julho de 2025, Dia do Colono!

SEÇÃO 1

Fundamentos e Perspectivas do Cooperativismo



O cooperativismo e sua história: superação da exclusão social e promoção do desenvolvimento local, solidário e sustentável

Antônio Inácio Andrioli

1 Introdução

O cooperativismo integra as chamadas “teorias da cooperação”, baseadas nos diversos movimentos de organização na história da humanidade. O associativismo é mais amplo do que o cooperativismo, pois contempla, além da economia, também a organização em torno de questões sociais, políticas, culturais, religiosas, esportivas e de lazer. Em função de sua amplitude, o associativismo também é bem mais antigo, tendo seus registros iniciais nas primeiras formas de civilização humana, como as práticas de mutirão e parceria.

O cooperativismo, por sua vez, é um movimento bastante recente se comparado ao associativismo e se caracteriza por sua inserção na economia. A presença do cooperativismo ocorre através da cooperativa, uma empresa organizada para resolver problemas econômicos dos seus associados e suas associadas. Isso não significa que uma cooperativa não tenha também uma dimensão política, social e cultural. No entanto, ela surge em função de problemas econômicos e atua, prioritariamente, com essa finalidade.

Podemos afirmar, de forma genérica, que toda atividade que pressupõe a cooperação faz parte do cooperativismo. Ou seja, todas as vezes em que as pessoas se unem para trabalhar em conjunto (em torno de objetivos ou necessidades comuns) temos a presença do cooperativismo. Em caráter mais específico, o cooperativismo é um movimento organizado em torno de valores e princípios democráticos e solidários, que pressupõe a organização de empresas cooperativas. Portanto, é possível entender o cooperativismo como uma prática social e que pode funcionar em diferentes sociedades. O cooperativismo, portanto, não constitui uma ideologia ou um modo

de produção, mas uma forma de organização que pode funcionar tanto na lógica de mercado como em economias planificadas.

2 História do cooperativismo no mundo

A cooperação está presente na história da humanidade desde os primeiros registros de sua existência. No início, no comunismo primitivo, a humanidade vivia em regime de economia fechada, extraindo da natureza os bens necessários à sua subsistência. Não havendo excedente, os povos não se preocupavam em acumular riquezas, constituindo relações de convivência solidária que valorizavam todos por igual, sem discriminação. O mutirão é considerado uma das mais antigas práticas de cooperação, acontecendo, por exemplo, durante o preparo da terra, a colheita, a criação de gado, a abertura de poços, estradas e construções.

A história registra um conjunto de experiências entre os diversos povos, que, de forma conjunta, procuraram soluções para os problemas de sua época. Segundo o Prof. Jurandir Zamberlan, a partir do momento em que as sociedades passaram a se desenvolver surgiu a necessidade de uma melhor organização do trabalho: “o processo produtivo é, por si, um processo social onde as pessoas precisam praticar a cooperação para conseguir criar riquezas” (Zamberlan & Fronchetti, 1992, p. 35).

O Prof. Carlos Burr, cooperativista chileno, também afirma a existência da cooperação na época primitiva. Para ele, não existe agrupação humana, por mais primitiva que seja, na qual não se encontrem formas de cooperação mais ou menos consistentes (Burr, 1965). De fato, várias são as experiências encontradas na História. Passamos a citar as principais que ocorreram a nível de mundo para posteriormente chegar à América Latina, Brasil, Rio Grande do Sul e região.

Uma das primeiras formas de cooperação registradas na História foi o sistema de trabalho coletivo no cultivo de terras arrendadas na Babilônia. Em seguida, temos as *orglomas* e *tiasas* na Grécia antiga, que eram associações cooperativas com a finalidade de garantir enterro e sepultura a seus membros. Vários estudiosos afirmam que em torno dessas associações surgiram as primeiras comunidades cristãs. Mais tarde, verificamos os colégios romanos, nos quais artesãos, sapateiros, carpinteiros e outros operários buscavam soluções para seus problemas através da ajuda mútua e da solidariedade.

O ano 300 da era cristã marcou a existência de formas mutualistas entre caravanas de mercadores que se uniam para garantir maior segurança ao gado que transportavam. Na Armênia, havia diversas leitarias comunitárias; na Germânia, pastagens coletivas; na Romênia, associações de pescadores; na Rússia, os *mirs*, comunidades de camponeses que cultivavam em conjunto terras de terceiros (geralmente do senhor feudal), e os *arteis*, associações de agricultores e pescadores (essas experiências continuaram com esse nome após ter sido reestruturadas pelo socialismo soviético). Na França, existiram diversas cooperativas de laticínios, nas montanhas de Jura, e que se originaram das *frutières* (cooperativas agrárias de transformação e venda da produção) existentes no século XII. Na Iugoslávia ocorreram as *zadrugas*, agrupamentos de camponeses que cultivavam as terras em comum. Essas experiências também foram transformadas em cooperativas pelo regime socialista e continuaram com o nome originário (Drimer, 1981).

Com o capitalismo e a Revolução Industrial na Europa muitas pessoas foram desempregadas, e o nível de miséria da população aumentava de forma bastante rápida. Diante da realidade da época, muitos estudiosos começaram a pensar soluções para essa situação, e grande parte deles apostou em ações cooperativas. Na teoria do cooperativismo, essas pessoas são consideradas os pioneiros ou precursores (os que iniciaram o cooperativismo formal), conhecidos também como socialistas utópicos por propor um modelo que dificilmente seria concretizado. Entre eles podemos citar: Pieter Plockboy, John Bellers, Robert Owen, Philippe Buchez, Charles Fourier, William King, Louis Blanc, Pierre Proudhon e Henri de Saint-Simon.

Embora tenha havido muitas formas de cooperação, oficialmente o sistema cooperativista mundial considera como primeira cooperativa formal a experiência de Rochdale, um bairro de Manchester, na Inglaterra, onde, no ano de 1844, 28 operários de uma fábrica de tecidos organizaram uma cooperativa de consumo, que passaria a ser um modelo de cooperativismo para o mundo. Essa passou a caracterizar o cooperativismo moderno, principalmente por ter elaborado os chamados princípios do cooperativismo ou, como são conhecidos, “princípios de Rochdale”: adesão livre e voluntária; indiscriminação partidária e religiosa; controle democrático; distribuição das sobras; taxa limitada de juros ao capital; cooperação entre as cooperativas; educação cooperativista.

Em plena Revolução Industrial ocorreu uma grande crise de fome com alta de alimentos, desemprego, baixos salários, e a jornada de trabalho

era de 16 horas diárias. Essa condição de superexploração também atingia as crianças, que trabalhavam desde a madrugada até o anoitecer. Os operários estavam sendo muito mal remunerados e eram, portanto, sumamente pobres e cheios de dívidas que não podiam pagar. Como os salários estavam baixíssimos e o preço dos alimentos se tornava caro em função da ação dos intermediários, um grupo reuniu-se e decidiu estudar as experiências e teorias da cooperação da época para criar uma cooperativa que viabilizasse a compra de alimentos a preços acessíveis.

Na cooperativa criada, os operários seriam os donos e, ao mesmo tempo, os usuários. A experiência de Rochdale expandiu-se, estimulando o cooperativismo na Inglaterra, que destacou-se na área do consumo, e em outros países do mundo. Na época, a França iniciou o movimento de cooperativas de produção e/ou de trabalho, e na Alemanha destacavam-se as cooperativas de crédito (Schneider, 1984).

3 O cooperativismo na América Latina e no Brasil

É necessário redescobrir alguns antecedentes histórico-culturais com raízes no passado indígena para encontrar uma identidade própria do cooperativismo latino-americano. De fato, várias culturas indígenas pré-colombianas na América já apresentavam uma organização social baseada em estruturas agrícolas cooperativas antes da chegada dos colonizadores europeus.

No México surgiram os *ejidos*, antigas comunidades indígenas de ação solidária que, mais tarde, foram transformadas em cooperativas integrais de produção agrícola após a Reforma Agrária realizada no país. Também os povos *astecas*, que existiram até a chegada dos espanhóis e se constituíram numa grande comunidade cooperativa. Eles construíam coletivamente seus sistemas de irrigação, combatiam pragas coletivamente, construíam obras de defesa e embelezamento, celebravam coletivamente e, em caso de perda de colheita de algum membro, emprestavam sementes entre si para cobrir o prejuízo daquele.

Outra experiência importante fizeram os *incas* no Peru, com comunidades indígenas que praticavam a semeadura e a colheita de suas lavouras em comum, repartindo os resultados proporcionalmente ao trabalho e às necessidades de cada um. Havia uma redistribuição anual dos recursos de acordo com o número de pessoas que formavam o grupo familiar. O cultivo

das terras era realizado por todos os membros com condições de trabalhar. Duas características básicas destacavam a comunidade, assemelhando-a com experiências de povos ibéricos, eslavos e germânicos: a) posse familiar ou anual das terras; b) trabalho comunitário nas terras e direito coletivo à pastagem, desfrute de colheitas, frutos e sementes (Drimer, 1981).

Por volta de 1610, nas bacias dos rios Uruguai e Paraná foram organizadas as reduções dos povos guaranícos sob a ação dos padres jesuítas. Alguns historiadores chamam-nas de “República Cooperativa dos Guaranis”, com um forte apelo teórico-ideológico de autores utopistas europeus. No entanto, a modalidade de trabalho, produção e vida em grupo já era própria dos indígenas. Da mesma forma, em vários quilombos no Brasil, grupos de escravos fugidos das senzalas, passaram a organizar comunidades cooperativas. Um exemplo é a experiência de trabalho em comum e ajuda mútua realizada nos quilombos de Rio Grande e Canguçu, no Rio Grande do Sul, no ano de 1823. Por um considerável período de tempo, os quilombolas viveram de forma mutualista, reproduzindo costumes de sua terra de origem.

A motivação comum para o surgimento do cooperativismo moderno na América Latina foi o contexto político-econômico-social característico nesses países. Em decorrência se procurava por soluções para os problemas econômico-sociais de setores da população de média e baixa rendas, que careciam de formas alternativas de organização para o atendimento das necessidades básicas imediatas e numa perspectiva de transformação do ser humano e do sistema societário.

No Brasil, o desenvolvimento do cooperativismo ocorreu em épocas e locais diferentes: a) em meados do século XIX, na área rural, com várias colônias sendo organizadas cooperativamente com inspiração anarquista e fourierista (influência de Fourier); b) no começo do século XX, com a criação das cooperativas de crédito (modelo Raiffeisen) na área rural, em Nova Petrópolis – RS, no ano de 1902, sob orientação do jesuíta suíço Theodor Amstadt, que posteriormente foram se estendendo à área urbana (modelo Luzzatti), envolvendo artesãos, comerciantes, etc. Também a criação de cooperativas agrícolas mistas (com várias áreas de atuação ao mesmo tempo), sendo a primeira criada em 1905, em Panambi – RS, como obra do pastor luterano Faulhaber.

O Prof. José Odelso Schneider (1991) lembra que o cooperativismo no Brasil também registra o seu surgimento na área urbana no século XIX,

com a Associação Cooperativista dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira – SP, em 1891; a Cooperativa Militar de Consumo – RJ, em 1894; e a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, no ano de 1895. Para Schneider, a primeira cooperativa de produtores rurais é identificada no ano de 1892, em Antônio Prado – RS, a chamada *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali*. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, foram criadas a Cooperativa Agrícola de Cotia – SP, a Cooperativa Agrícola de Juqueri – SP e as cooperativas de crédito (Caixas Rurais) no Rio Grande do Sul.

4 O cooperativismo no Rio Grande do Sul

O estado do Rio Grande do Sul foi marcado pelo surgimento de inúmeras cooperativas agrícolas a partir da primeira década do século XX. Identificadas por historiadores como integrantes do cooperativismo colonial, algumas permanecem até hoje. Com dificuldades diante da atual conjuntura outras simplesmente desapareceram, seja por dissolução ou por incorporação às cooperativas tritícolas.

Com a chegada dos imigrantes europeus nas colônias velhas (Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Caí, Vale do Rio Pardo, Vale do Rio Taquari e Serra Gaúcha) e posteriormente sua migração para outras regiões, já na sua chegada havia uma preocupação de organizar algumas instituições que pudessem contemplar seus costumes, tradições, crenças e necessidades básicas.

As primeiras entidades criadas pelos imigrantes foram a igreja e a escola: a igreja como um espaço de manifestação de sua crença, católica ou protestante; a escola em vista da necessidade de educação básica para os filhos, com as próprias comunidades pagando professores nas escolas paroquiais (primeiras escolas das comunidades coloniais). Uma terceira preocupação refere-se ao lazer, e já aqui apareceu uma caracterização que diferenciou as comunidades da época: umas constituíram sociedades esportivas, recreativas e culturais com a associação das pessoas; em outras houve o surgimento de espaços de lazer mais privados com donos de salões, oportunizando bailes e festas com pretensão de lucro. Da mesma forma, na esfera econômica existiram comunidades onde passou a predominar a figura do “bolicheiro”, que comercializava a produção dos colonos (principalmente vinho, feijão, milho, fumo e suínos) e colocava à disposição destes a venda de outros produtos que não eram produzidos nas propriedades rurais da-

quela época (sal, tecidos, querosene). Em outras comunidades surgiram as chamadas cooperativas mistas (pela sua diversidade de atividades) ou ocorria uma concorrência entre o comerciante local e a cooperativa (Bertê, 1988).

Na região de colonização italiana, em 1911, as cooperativas já se constituíam em movimento de reação dos colonos ao controle dos intermediários, principais agentes de acumulação e representantes do capital mercantil nas colônias contra as fraudes de comercialização e a consequente desvalorização dos produtos coloniais nos centros urbanos (Pesavento, 1980).

José Odelso Schneider aponta em sua obra *Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa* três aspectos principais da evolução do cooperativismo gaúcho: 1º) a criação de cooperativas agrícolas ocorreu a partir da reação dos pequenos produtores rurais contra a dependência comercial e financeira em relação aos comerciantes das colônias agrícolas; 2º) as cooperativas multiplicaram-se sob a influência do padre suíço Theodor Amstadt (1902) e José di Stéfano Paternó, funcionário do Ministério do Exterior da Itália, enviado com a missão de assessorar tecnicamente os imigrantes italianos no sul do Brasil (1911), que transplantaram, com algumas adaptações, experiências do contexto europeu e foram multiplicadas pelos imigrantes. Amstadt criou uma estrutura associativa de apoio junto aos agricultores, a “Sociedade União Popular”, conseguindo maior continuidade das cooperativas até a década de 1960, chegando a ter 63 cooperativas de crédito. Após esse período, as cooperativas de crédito não resistiram à conjuntura econômica do país e, além disso, foram impedidas de funcionar por ação do Banco Central durante o regime militar. Paternó criou 16 cooperativas com a finalidade de beneficiamento de produtos coloniais e fornecimento de crédito (cooperativas do sistema Luzzatti). Os agricultores puderam ter acesso a tecnologia e implementos, mas não tiveram continuidade por falta de acompanhamento, extinguindo-se em 1913, quando Paternó retornou inesperadamente à Itália; 3º) incentivo direto do Estado com a tutela efetivada sobre as cooperativas desde 1930 (Schneider, 1991).

Maria Domingues Benetti, analisando as relações entre o Estado, e o cooperativismo de 1930-1933, afirma que o cooperativismo foi concebido e utilizado pelo Estado como instrumento básico de um programa global de organização e desenvolvimento da sociedade agrária. O Estado delegava à iniciativa privada – mais propriamente às cooperativas – tarefas de sua própria competência. Em outras palavras, a função de legitimação do

Estado era delegada às cooperativas, constituindo-se num cooperativismo de bem-estar social (Benetti, 1985).

A história registra o surgimento de muitas cooperativas entre 1920 e 1950. Fábio Luz Filho aponta a existência de 174 cooperativas em 1936, e Elza Falkembach confirma a existência de cerca de 600, que se destinavam à comercialização de produtos agrícolas no ano de 1950, “principalmente para enfrentar os sindicatos comerciantes de banha e vinho”, formados a partir da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul na década de 1930. “As cooperativas constituíram-se em instrumento de modernização da produção e também assumiram a tarefa de processar o produto para a comercialização, eliminando o intermediário, o comerciante, que, em sua casa, mantinha uma unidade industrial rudimentar” (Benetti, 1985, p. 113).

A partir de 1950, o Brasil optou pela modernização capitalista da agricultura, também conhecida como “Revolução Verde”, difundindo novas tecnologias para orientar a agricultura para o mercado externo, tendo em vista a geração de divisas e o abastecimento do mercado interno com produtos industrializados dos países “desenvolvidos”. O Estado estimulou o surgimento de novas cooperativas para servir de instrumento para a garantia do avanço desse processo de industrialização da agricultura no Brasil.

Para Argemiro J. Brum (1988: 45), a ação no processo de produção agrícola teve duas dimensões básicas: “a) a infraestrutura de produção, sobretudo em relação ao uso de sementes (certificadas), adubos e equipamentos; b) o controle da articulação do produtor, através da assistência técnica e orientação do crédito rural”.

O mesmo autor cita que, no ano de 1943, Nelson Rockefeller, um dos chefes do poderoso grupo econômico mundial Rockefeller, fundou três empresas no Brasil, diretamente vinculadas a seu grupo: a Cargill com atuação na comercialização internacional de cereais (sendo o mais poderoso dos cinco grupos que controlam o comércio de cereais em escala mundial) e a fabricação de rações; Agrocere, dedicando-se a melhorias genéticas do milho e à produção de sementes; e a EMA (Empreendimentos Agrícolas), especializada na fabricação de equipamentos para a lavoura. Além desses grupos, Brum afirma também a influência de Rockefeller na criação da ASCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) – hoje EMATER – na década de 1950 e da EMBRAPA na década de 70, entidades especializadas em assistência técnica e pesquisa, respectivamente.

O grupo Rockefeller, segundo Brum (1988), passou a estruturar-se de forma gigantesca no mundo, mantendo, além da EMA, Cargill e Agroceres, o controle sobre duas das sete maiores petrolíferas do mundo; o *Chase Manhattan Bank*, um dos maiores credores do Brasil; e a produção de fertilizantes e agrotóxicos.

O cultivo de trigo e soja foi criando grandes volumes de produção, exigindo a modernização da infraestrutura de armazenagem e de comercialização existente no país. Em 1950 foi criada a CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazéns) nos principais centros de produção de trigo no estado. Porém, em 1956, o governo convenceu-se de que não teria condições de arcar com essa responsabilidade e devolveu a função de criar uma estrutura de armazenamento aos agricultores em forma de cooperativas. De fato, em 1957, surgiram as primeiras cooperativas tritícolas com crédito fácil e a juros favorecidos, praticando vultuosos investimentos fixos provenientes do Banco do Brasil e do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) para a produção de trigo, tendo uma rápida expansão pelo estado. A cultura da soja passou a se expandir na década de 1960, tendo o seu auge na década de 1970, aproveitando a mesma estrutura do trigo. O trigo era armazenado a partir de outubro, e a soja a partir de março. Em 1972, a COTRIJUÍ construiu um grande terminal graneleiro em Rio Grande, e o Governo Federal construiu, um pouco mais tarde, outro terminal a partir da PORTOBRÁS, visando o escoamento da produção agrícola gaúcha (Brum, 1988).

Segundo Schneider (1991, p. 254), “as cooperativas representavam uma série de vantagens ao Estado: a) reduziriam os custos operacionais e gastos de circulação; b) facultariam a compra de grãos; c) oportunizariam a difusão e incorporação de novas tecnologias; d) garantiriam maior produtividade física e econômica das lavouras”.

As cooperativas tritícolas expandiram-se pelo estado e em cada região foram estabelecendo sua área de atuação. Assim, na região de Ijuí está a COTRIJUÍ, na região de Cruz Alta, a COTRICRUZ, na região de São Luiz Gonzaga, a COOPATRIGO, na região de Santo Ângelo, a COTRISA, na região de Três de Maio, a COTRIMAIO e assim por diante, ocupando cada cooperativa uma área restrita em que passa a ser dominante. As cooperativas mistas ou coloniais vão aos poucos desaparecendo e/ou sendo incorporadas pelas tritícolas. Um estudo de Laura Duarte, a partir de dados do INCRA, mostra que, no período de 1950 a 1980, 305 cooperativas mistas deixaram de funcionar. Quanto às incorporações de cooperativas no

Rio Grande do Sul, a mesma autora afirma que, no período de 1970 a 1983, 61 cooperativas foram incorporadas, sendo 50 dessas cooperativas mistas, 82% do total (Duarte, 1996).

As principais causas apontadas para o desaparecimento de cooperativas mistas, segundo Büttenbender (1995), são: a) a mudança na matriz produtiva, exigindo uma nova dinâmica de organização; b) a falta de acesso aos recursos oficiais subsidiados, o que existia para as cooperativas tritícolas (muitos associados abandonavam as cooperativas mistas, ingressando nas tritícolas para obter os recursos); c) a seleção das cooperativas, sendo que as sobreviventes precisavam estabelecer novas formas de gestão; d) a necessidade de enquadramento às políticas oficiais e novas determinações da legislação cooperativista (Lei 5.764/71).

Para Schneider (1991), a origem e a evolução do cooperativismo empresarial podem ser analisadas com base em três elementos: 1º) a preocupação que o governo tinha em desenvolver a agricultura brasileira com a organização da produção em cooperativas; 2º) a existência dos “granjeiros”, compostos pela burguesia urbana que alugava imóveis rurais e pela elite rural consolidada pela modernização capitalista. Para estes não interessavam as cooperativas mistas e sim grandes cooperativas especializadas em trigo e soja (a sua produção) para dar suporte de apoio técnico e comercialização de grãos. Transformava-se as cooperativas coloniais em entidades empresariais para servir a empresários individuais privados; 3º) com a retirada de subsídios governamentais, frustração de safras e descapitalização das cooperativas empresariais estas precisavam aumentar seu quadro social, principalmente para aumentar o volume de produção e diminuir a descapitalização. Com isso ocorreu a associação de pequenos produtores, que atualmente somam 70% ou mais dos associados e associadas dessas cooperativas. Os próprios pequenos agricultores também desejavam associar-se às cooperativas empresariais, seja para ter acesso aos recursos oficiais como para usufruir dos serviços de assistência técnica e comercialização de produtos, oferecidos pelas referidas cooperativas.

Para Maria Benetti (1985), com essa nova estruturação ocorreu uma desvirtuação da característica doutrinária do cooperativismo, pela qual os associados são ao mesmo tempo “donos” e “usuários” da empresa. Os estudos apontam que, de fato, a prática do cooperativismo empresarial relega o papel do cooperativado (principalmente o pequeno produtor) à sua função de usuário, eliminando o seu papel de dono.

Na década de 1980, as cooperativas passaram a discutir novas formas de organização da produção agropecuária, dando enfoque à questão do desenvolvimento integrado das propriedades; da diversificação de culturas, com destaque para o milho, leite, suínos e pequenos cereais; e da agroindustrialização como forma de agregar maior valor à produção. No entanto, possuindo uma estrutura voltada apenas à produção de trigo e soja, as dificuldades aumentaram na mesma proporção. Alia-se a isso o fato de possuírem a administração centralizada, longe das necessidades dos associados, que apresentam dificuldades de participação até pela frustração de muitas experiências anteriores.

É nesse contexto que, na década de 1990, o Rio Grande do Sul retomou o associativismo, através de APSATs (Associações de Prestação de Serviço e Assistência Técnica) e Condomínios, como nova alternativa de organização coletiva. No entanto, repetindo uma aliança do Estado com empresas privadas, organizando a produção para agroindústrias que não estão em poder dos que produzem. As associações conseguiram reproduzir vários problemas das cooperativas empresarias, até porque a forma como foram criadas é parecida. Mas, em algumas experiências, as associações deram condições de maior viabilidade à produção agropecuária, conquistando vantagens como assistência técnica, racionalização dos recursos, melhoria da produtividade, crédito facilitado e maior poder de barganha (melhores preços) na compra e venda de produtos em conjunto.

Outra experiência nova foram as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), tendo nos assentamentos de Reforma Agrária seus melhores exemplos. Nessa experiência, tanto a terra como os equipamentos, animais e demais recursos são coletivos, havendo a distribuição dos resultados de acordo com os resultados do trabalho. É o que o Prof. Jurandir Zamberlam chama de “cooperação integral”, utilizando um conceito criado por Charles Fourier. Outra experiência nova são as cooperativas da agricultura familiar, seja na produção, comercialização e industrialização da produção. E, com a histórica dificuldade do acesso ao crédito, os agricultores familiares passam a organizar novas cooperativas, conhecidas como cooperativas de crédito solidário.

5 A atualidade do cooperativismo para o desenvolvimento sustentável

As cooperativas podem ser organizadas nos mais diferentes setores da economia no campo e na cidade. Em torno de qualquer problema econômico ou social é possível constituir uma cooperativa. Assim, pela diversidade de possibilidades de atuação, as empresas cooperativas apresentam-se como alternativa para a resolução de problemas decorrentes da exclusão social provocada pelo capitalismo. Como alternativas de geração de emprego e renda, as cooperativas podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito e prestação de serviços. As experiências mais significativas que têm sido constituídas no último período foram as cooperativas de trabalho e de produção industrial (Andrioli, 2023).

As cooperativas de trabalho congregam pessoas geralmente desempregadas para prestar serviços a outras empresas num processo de terceirização. As cooperativas de produção industrial são decorrentes de processos falimentares de indústrias que passaram a ser administradas pelos próprios trabalhadores. Em ambos os casos, apesar das dificuldades que os trabalhadores enfrentam e dos direitos trabalhistas que, por vezes, são prejudicados, as cooperativas apresentam um conjunto de vantagens para os trabalhadores que possivelmente sem elas estariam numa condição de vida mais precária.

Com o êxodo rural e o desenvolvimento das cidades, o cooperativismo passa a ser adotado como estratégia de organização dos trabalhadores urbanos (Andrioli, 2023). Afinal, se para a maioria dos países do mundo os maiores índices de pobreza se encontram no meio rural, no Brasil a pobreza se concentra também nas cidades e é lá que se reproduzem os maiores problemas sociais de nosso tempo. Então não é por acaso que o cooperativismo urbano passou a ter maior destaque, pois, afinal, as cooperativas decorrem, a princípio, da organização de pessoas em torno de suas necessidades e problemas concretos.

Com o desemprego sendo apresentado como o maior problema da atualidade, o cooperativismo novamente adquire uma força importante como alternativa de organização dos trabalhadores. Nas empresas em processo falimentar, o que resta a seus trabalhadores? A ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participa-

ção Acionária) vem demonstrando que a administração dessas empresas pelos próprios trabalhadores, em forma de cooperativas autogestionárias, é uma alternativa de resistência importante e que tem garantido o trabalho e a renda para inúmeras pessoas que, do contrário, se somariam ao grande universo de desempregados, que vem crescendo rapidamente no último período. Mas e aqueles que se encontram desempregados e já perderam a perspectiva de trabalho na atual sociedade?

O cooperativismo continua sendo uma alternativa de inserção econômica principalmente para os trabalhadores desempregados. Os excluídos do trabalho assalariado podem, através de sua união, organizar empresas cooperativas que possibilitem o exercício de uma profissão. A empresa cooperativa, dirigida pelos próprios trabalhadores, além de oportunizar o ingresso no processo produtivo, também viabiliza a distribuição dos resultados de acordo com o trabalho, colocando o capital a serviço dos associados e não o contrário, como ocorre nas empresas capitalistas.

A participação na gestão de seu próprio empreendimento resgata a condição de cidadão ao excluído, que, além de ter reconhecido seu direito ao trabalho, passa a se tornar o sujeito político no processo de organização. Essa condição de “autogestor coletivo” da empresa em que trabalha contribui na formação da consciência democrática dos trabalhadores que são desafiados a se “auto-organizar”, construindo os critérios de remuneração do trabalho, de fiscalização do patrimônio, que será de caráter público, e as relações de trabalho que passam a ser definidas por eles mesmos.

Entretanto, a passagem de excluído para cooperado numa empresa de autogestão demanda um conjunto de rupturas na consciência do trabalhador. A contribuição da educação cooperativa é decisiva, principalmente no início da atividade, o que justifica a realização de um amplo processo de formação antecedendo a criação do empreendimento e a formação permanente e continuada durante o desenvolvimento da prática cooperativa. Entendemos que, nessa perspectiva, o cooperativismo pode ser uma das melhores e atuais alternativas de organização dos excluídos, pois, ao mesmo tempo em que abre caminhos de inclusão, revindica um efetivo processo de consciência que os trabalhadores vão construindo na sua ação coletiva.

É evidente que muitos problemas decorrem dessa organização, no entanto, a forma de resolver esses problemas novamente desafia o processo de auto-organização, que revela um contínuo e ininterrupto processo de aprendizagem (Andrioli; Frantz, 2000). Se as alternativas que o cooperati-

vismo oferece não são suficientes para resolver o problema do desemprego, ao menos elas contemplam um processo de resistência e tomada de consciência dos trabalhadores sobre a envergadura da exclusão que está em curso. Como não é possível esperar que um novo modelo de desenvolvimento seja instaurado para somente a partir daí construir experiências de auto-organização, o cooperativismo oferece instrumentos que fortalecem a cidadania dos excluídos e na integração das experiências cooperativas entre si pode contribuir para a gestação de outro modelo de sociedade possível.

Embora o cooperativismo tenha reproduzido em vários momentos a lógica da terceirização ou da precarização das relações de trabalho, por outro lado ele passa a ser um importante mecanismo de resistência ao atual contexto de exclusão. Além disso, ele permite a construção de alternativas de produção econômica e social que de outra maneira seriam praticamente impossíveis. O reforço à organização dos trabalhadores desempregados por meio da ação integrada dos governos com entidades da sociedade civil permite que, no mínimo, se amenizem os problemas de grande parte da população que se encontra despossuída de meios e conhecimento para superar sua condição de excluído.

6 Considerações finais

O desenvolvimento de uma sociedade está relacionado à forma como é organizada a produção. Por isso há uma forte dimensão econômica que precisa ser compreendida. A cooperação, nas suas mais diversas manifestações, foi utilizada a serviço do modo de produção vigente nos mais diferentes períodos. O cooperativismo, como uma forma de cooperação bastante recente, apresenta um conjunto de problemas que podem ser divididos em internos e externos. Os problemas internos referem-se à sua forma de organização, que permite a corrupção, o autoritarismo, a exploração e a exclusão. Na sua dimensão externa, o cooperativismo foi cooptado por grupos econômicos e utilizado como estratégia de dominação dos povos numa aliança com o Estado a serviço de interesses externos ao grupo associado. Soma-se a isso a tutela do Estado sobre as cooperativas e sua falta de autonomia na organização do processo produtivo.

No entanto, as cooperativas foram e continuam sendo um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social das comunidades e, possivelmente, sem esse tipo de organização, os trabalhadores não teriam

acesso a um conjunto de bens econômicos que através delas foi oportunizado. A importância do cooperativismo para o desenvolvimento rural é incontestável, e a busca de novas alternativas para a agricultura passa novamente pelo trabalho cooperativo, embora as cooperativas tenham cumprido um papel contrário aos interesses dos trabalhadores rurais num certo período da História.

Nas cidades, muitos trabalhadores urbanos conseguiram manter ou ter acesso ao trabalho e renda através das cooperativas. Por sua característica de empresa autogestionária, a cooperativa também propicia um amplo processo de educação dos participantes. O exercício da participação e da convivência constrói novas relações entre as pessoas, o que também se reproduz para a sociedade. As novas relações de produção entre os cooperados, decorrentes da organização coletiva, refletem-se no seu processo de consciência, contribuindo para a formação de lideranças e para a promoção da cidadania.

Entretanto, a organização cooperativa de pessoas que historicamente foram excluídas do acesso a conhecimentos e habilidades desenvolvidas pela humanidade carece de um amplo trabalho de formação, que inclua sensibilização e motivação, preparação técnica, estudo da história do cooperativismo e seus problemas, etc. A pouca difusão do cooperativismo como teoria e a histórica tutela do Estado sobre a criação e organização das cooperativas também contribuíram para o pouco conhecimento que a maioria das pessoas possui acerca desse tema.

A passagem do estágio de excluído para construtor e participante de uma empresa cooperativa demanda um conjunto de rupturas na forma tradicional de concepção do trabalho. A autogestão da empresa, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado são algumas das necessidades que se impõem ao processo cooperativo e, portanto, exigem conhecimento qualificado por parte dos participantes. O processo de formação e capacitação dos trabalhadores é o primeiro passo para a eficácia da ação cooperativa e se constitui em necessidade permanente para os grupos interessados na geração de trabalho e renda.

A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem à profissionalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas. Seguramente, o apoio a essa iniciativa trará bons frutos e poderá contribuir para reduzir as dificuldades

daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, poderão construir seu próprio empreendimento, utilizando a “ferramenta” do cooperativismo, tantas vezes descoberta em momentos de crise para a resolução de problemas e necessidades comuns dos trabalhadores.

Referências

- ANDRIOLI, A. I.; GIEHL, P. R. **PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas**. Santa Rosa: COOPERLUZ, 1997.
- ANDRIOLI, A. I.; FRANTZ, W. **Educação e cooperação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.
- ANDRIOLI, A. I. **Genossenschaften, Arbeit und Bildung**. Berlim: Editora Peter Lang, 2023.
- BERTÊ, L. T. L.; FINGER, L. F.; KÜHN, V. A. **A função social dos bolichos na Região do Grande Santa Rosa**. Santa Rosa: Unijuí, 1988.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura trigo e soja**. Ijuí: FIDENE, 1988. p. 45.
- BÜTTENBENDER, P. L. O cooperativismo e o desenvolvimento regional: estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região da Grande Santa Rosa. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- BENETTI, M. D. *et al.* **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- BURR, C. **Las cooperativas – Una economia para la libertad**. 3. ed. Santiago de Chile: Del Pacifico, 1965.
- DRIMER, A. K.; DRIMER, B. **Las cooperativas – Fundamentos – Historia – Doctrina**. 3. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.
- DUARTE, L. M. G. **Capitalismo e cooperativismo no R.G.S.**: O cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- MARQUES, M. O.; ROCHA, R. H. S. **1º Seminário Latinoamericano de Comunicação Cooperativa – Conferências**. Vol. 2. Garanhuns: ASSOCENE. 1978.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: A economia e poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SCHNEIDER, J. O. **A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais**. São Leopoldo: UNISINOS/ CEDOPE, 1993.

ANDRIOLI, A. I. • O cooperativismo e sua história: superação da exclusão social e promoção do desenvolvimento local, solidário e sustentável

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. In: **Cadernos CEDOPE**: Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano. São Leopoldo: CEDOPE/UNISINOS, 1994.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETTI, A. **Cooperação Agrícola**: melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1992.

Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: panorama das produções científicas

Vanessa Paula Openkoski

Denise Knorst da Silva

1 Introdução

O cooperativismo tem passado por significativas transformações e avanços ao longo do tempo, sendo suas primeiras manifestações originadas da união de indivíduos com objetivos comuns, voltados à promoção do desenvolvimento social e econômico.

Nesse contexto, Tres *et al.* (2022) destacam que as cooperativas atuam como impulsionadoras do desenvolvimento econômico, promovendo geração de emprego, renda e melhores padrões de bem-estar para as comunidades. A partir de seus princípios e valores também se configuram como agentes promotores do desenvolvimento sustentável ao se comprometer com questões sociais que afetam diretamente as comunidades em que estão inseridas.

É inegável o avanço do cooperativismo nas últimas décadas com notável crescimento na diversidade e implantação de novas cooperativas, que têm fortalecido sua atuação e contribuído para o progresso econômico. Tal expansão está associada, ainda, à incorporação de práticas e políticas alinhadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, compreendendo o papel das cooperativas de crédito na construção de condições para o bem-viver no presente, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações.

Dessa forma emergem desafios, reflexões e ações voltadas à conciliação entre a promoção do cooperativismo e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Esse esforço implica a conservação dos recursos naturais, a promoção da justiça social, a redução das desigualdades e a garantia de qualidade de vida com vistas ao equilíbrio social e econômico tanto no presente quanto no futuro.

A motivação para a presente investigação surgiu de questionamentos, interesses e inquietações relacionados ao tema, especialmente em razão da vivência profissional da autora em uma cooperativa de crédito e da constante exposição a notícias que revelam preocupações acerca da sustentabilidade da vida no planeta. Assim buscou-se contribuir para a ampliação do conhecimento por meio de um estudo que aprofunda as inter-relações entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável no campo da produção científica nacional.

A pesquisa, de natureza qualitativa, adotou a metodologia do estado do conhecimento, conforme os referenciais teóricos de Morosini e Fernandes (2014), analisando produções científicas publicadas entre os anos de 2019 e 2023, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Capes. A análise concentrou-se em artigos, dissertações e teses cujo conteúdo, especialmente os resumos, abordasse as palavras-chave “cooperativismo de crédito” e “desenvolvimento sustentável” a fim de assegurar maior aprofundamento temático.

O presente estudo integra os requisitos para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável e apresenta os principais resultados da investigação. Para tanto, o capítulo está estruturado em três seções principais, subdivididas em diferentes tópicos que conduzem à análise do objeto de estudo.

2 Cooperativismo de crédito e sustentabilidade: caminhos convergentes

O cooperativismo de crédito tem se consolidado globalmente como uma alternativa socioeconômica viável, cuja origem remonta à Inglaterra do século XIX em meio às transformações da Revolução Industrial. Nesse contexto, trabalhadores organizaram-se em cooperativas de consumo com o intuito de facilitar o acesso a bens de qualidade a preços justos, promovendo a solidariedade e a responsabilidade coletiva (Wrasse, 2022). A primeira cooperativa de crédito foi registrada em 1864, e seu modelo rapidamente se expandiu para outros países, incluindo o Brasil.

No cenário brasileiro, o reconhecimento institucional do cooperativismo de crédito foi formalizado com a promulgação da Lei nº 5.764/1971, que regulamenta o funcionamento das cooperativas e estabelece sua natureza como sociedades de pessoas que prestam serviços exclusivamente a

seus associados. Tais instituições diferenciam-se dos bancos tradicionais por não possuírem fins lucrativos e por promoverem a inclusão financeira, atuando como agentes do desenvolvimento econômico e social local (Magalhães *et al.*, 2022).

A evolução das cooperativas de crédito no país tem sido marcada pela diversificação de serviços, ampliação do público-alvo e crescente profissionalização da gestão. Inicialmente voltadas ao atendimento de agricultores, essas instituições passaram a abranger também o público urbano e pessoas jurídicas, revelando sua capacidade de adaptação às novas demandas sociais e econômicas (Ribeiro *et al.*, 2021). Além disso, a governança democrática e a devolução dos excedentes aos cooperados reforçam o compromisso com os princípios cooperativistas (Rovani *et al.*, 2020).

Paralelamente, o conceito de desenvolvimento sustentável tem orientado práticas organizacionais que priorizam o equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Tal alinhamento conceitual fortalece o vínculo entre o cooperativismo de crédito e a sustentabilidade, ao passo que ambas as abordagens compartilham o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades em que atuam (Buttenbender *et al.*, 2022).

Nesse sentido, as cooperativas de crédito têm incorporado estratégias alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável, especialmente diante de exigências econômicas, sociais e ambientais contemporâneas (Penteado, 2019). A Agenda 2030 da ONU destaca-se por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência global nesse processo. Em especial, a aplicação de indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança) tem ganhado relevância no setor cooperativista, contribuindo para a promoção da equidade, da inclusão e da responsabilidade socioambiental (Oliveira, 2023).

Apesar dos avanços, desafios persistem, sobretudo em relação à mensuração de impactos e à adaptação às exigências normativas, ainda mais evidenciados durante a pandemia de COVID-19, que afetou a saúde financeira das instituições e expôs a vulnerabilidade de diversos setores (Nascimento *et al.*, 2023). Ainda assim, a capacidade de resiliência e inovação das cooperativas de crédito reafirma seu papel estratégico na construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

3 Os caminhos metodológicos da pesquisa – o estado do conhecimento

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, fundamentando-se na metodologia do “estado do conhecimento”. Essa metodologia, conforme descrita por Morosini e Fernandes (2014), consiste na identificação, registro e categorização da produção científica sobre uma temática específica em determinado período e espaço, abrangendo publicações em periódicos, teses, dissertações e livros. Destaca-se, ainda, por contribuir com a emergência do “novo” nas monografias e demais produções acadêmicas.

Dessa forma, o estudo foi desenvolvido a partir da análise de pesquisas previamente publicadas sobre a temática “cooperativismo de crédito” e “desenvolvimento sustentável”, com foco nos resumos dos trabalhos localizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha por esse repositório deu-se por sua abrangência e relevância na disseminação da produção acadêmica nacional.

A fim de refinar os resultados, foram utilizadas as palavras-chave “cooperativismo de crédito” e “desenvolvimento sustentável”, restringindo-se aos materiais publicados no intervalo de cinco anos, entre 2019 e 2023. A análise concentrou-se nos resumos das publicações, considerando que essa seção sintetiza o escopo, os objetivos, a metodologia e os resultados das pesquisas, permitindo maior precisão na seleção dos estudos pertinentes à temática.

A análise do material coletado foi conduzida com base nos princípios da pesquisa qualitativa, e empregou-se a técnica da análise de conteúdo. Conforme Bardin (1979), a análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas que se destinam à descrição sistemática e objetiva do conteúdo das mensagens com vistas à inferência de conhecimentos acerca das condições de produção e recepção das informações.

Inicialmente, realizou-se uma busca exploratória na BDTD, resultando em um total de 42 trabalhos relacionados aos termos investigados. Desses, 27 foram descartados por não atender os critérios de inclusão, como a relação direta com a temática ou o período de publicação. Permaneceram 15 estudos relevantes, que compuseram o portfólio inicial.

Em um segundo momento, com o objetivo de expandir o acervo teórico e enriquecer o portfólio de obras e conhecimento sobre o tema, a busca

foi ampliada ao Portal de Periódicos da Capes, o que resultou na identificação de sete artigos. Após a análise de conteúdo, seis destes foram considerados pertinentes à pesquisa, totalizando 21 produções científicas analisadas no estudo. Essa amostra permitiu o mapeamento e a sistematização da produção acadêmica nacional sobre a inter-relação entre cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o presente estudo oferece uma visão interpretativa e crítica sobre o estado da arte da temática, identificando lacunas, convergências e potencialidades na produção científica recente, contribuindo para o aprofundamento teórico e a orientação de futuras investigações na área.

4 Análise e discussão

4.1 Análise descritiva de dados

Os resultados deste estudo serão apresentados inicialmente por meio de estatística descritiva, abordando as características dos trabalhos científicos, destacando a temática e as abordagens pesquisadas. A análise descritiva fornecerá uma base sólida para a interpretação dos dados. Os resultados desta análise serão apresentados de forma detalhada na seção de resultados, fornecendo um panorama geral dos dados coletados e estabelecendo o contexto para a discussão.

4.2 Frequência das publicações científicas

De acordo com os dados coletados na amostra, a seguir o quadro 1 apresenta o número de publicações que têm relação com o cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável, no período de 2019 a 2023.

Quadro 1 – Produção Científica da Amostra por ano

Ano de Publicação	Artigos Publicados/Ano
2019	2
2020	5
2021	8
2022	5
2023	3

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Conforme ilustrado no quadro acima, a análise dos dados revela uma dinâmica interessante na produção de trabalhos científicos sobre o tema, com variações anuais significativas. Esse padrão de oscilação pode refletir mudanças nas prioridades, limitações financeiras ou outros fatores que afetam a produção científica.

4.3 Instituições de ensino superior participantes das pesquisas

Com base nas amostras analisadas, observamos um total de 15 instituições de ensino superior envolvidas na temática deste estudo durante o período de 2019 a 2023.

Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior vinculadas às publicações da amostra

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis	2
Universidade Federal da Fronteira Sul /UFFS – Campus Laranjeiras do Sul	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Marechal Candido Rondon	2
Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos	1
Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro	1
Universidade Federal de Viçosa – UFV	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste	2
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó	1
Universidade Fumec e Faculdade Unimed	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	1
Universidade Federal de Goiás – UFG	1
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	1
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	1

Fonte: Resultado da pesquisa (2024).

A diversidade de instituições envolvidas nas publicações, abrangendo diferentes regiões do Brasil, sublinha a representatividade regional no

estudo. A presença de instituições de várias localidades reflete o engajamento e a contribuição significativa de diferentes regiões para a pesquisa sobre o tema em questão, a amplitude e o interesse do tema estudado, indicando um engajamento e demonstrando que todas estão em fase inicial de publicações.

4.4 Discussão dos resultados

Após revisar os trabalhos científicos, foram extraídas as questões norteadoras das pesquisas com o objetivo de analisar a centralidade e organizar os resultados de forma sistemática por categorias. Cada categoria foi cuidadosamente elaborada para refletir os principais temas e achados dos estudos revisados, sendo elas: sustentabilidade e meio ambiente, solidariedade e modelos cooperativos, impacto e avaliação do crédito rural, parcerias e desenvolvimento social.

- *Sustentabilidade e meio ambiente*

A sustentabilidade, entendida como a articulação equilibrada entre os pilares econômico, social e ambiental, tem se consolidado como diretriz estratégica nas cooperativas de crédito. Os estudos analisados demonstram que essas instituições, ainda que de modo incipiente, têm buscado incorporar práticas sustentáveis às suas rotinas operacionais.

A pesquisa de Silva (2021) evidencia que as cooperativas financeiras são percebidas como legítimas por suas comunidades e apresentam impactos socioeconômicos positivos. Esse reconhecimento fortalece seu papel enquanto agentes de desenvolvimento local. Da mesma forma, Santos (2021) observa que a adoção de estratégias de sustentabilidade requer sensibilidade às demandas locais e práticas adaptativas, indo além do cumprimento de diretrizes de mercado.

Penteado (2019), ao analisar práticas de gestão em uma cooperativa de crédito, identificou a existência de estratégias diretamente associadas às três dimensões da sustentabilidade, com destaque para os impactos positivos nas esferas social e econômica. Isso reforça o entendimento de que a atuação cooperativa vai além do aspecto financeiro, gerando benefícios para os cooperados e para a comunidade.

No contexto agrícola, a pesquisa de Rodrigues (2022) alerta para os riscos associados ao uso inadequado de agrotóxicos, enfatizando a neces-

sidade de políticas públicas voltadas à agricultura sustentável. Recomenda-se, por exemplo, o incentivo ao uso de equipamentos de proteção, controle fitossanitário sustentável e crédito direcionado à transição ecológica.

Chiaretto *et al.* (2021) reforçam a ideia de que o cooperativismo de crédito é um instrumento de inclusão financeira e de fortalecimento das economias locais. Contudo, observam desafios relacionados à conciliação entre os princípios cooperativistas e as exigências do mercado.

Ribeiro e Gonçalves (2021) acrescentam que a diversificação das receitas, apesar de contribuir para o desempenho financeiro das cooperativas, pode acarretar aumento da volatilidade dos resultados. Tal cenário exige uma gestão estratégica cuidadosa para garantir estabilidade e sustentabilidade financeira.

Por fim, Valle (2020) destaca o papel das parcerias entre cooperativas, universidades e centros de pesquisa na promoção da ecoinovação. A criação de *startups* voltadas à agricultura familiar com apoio financeiro das cooperativas constitui um caminho promissor para fortalecer a sustentabilidade no campo.

Esses estudos revelam que, embora as cooperativas de crédito estejam se aproximando das práticas sustentáveis, ainda há necessidade de ampliar e sistematizar essas ações. Nesse contexto, a sustentabilidade deve ser compreendida não apenas como um diferencial competitivo, mas como compromisso institucional com o desenvolvimento local e a justiça socioambiental.

• *Solidariedade e modelos cooperativos*

A solidariedade é um dos princípios fundamentais do cooperativismo e manifesta-se tanto nas práticas institucionais quanto nas relações entre os cooperados. Os estudos analisados nessa categoria exploram a solidariedade sob diferentes perspectivas, evidenciando sua relevância para o fortalecimento das cooperativas de crédito e para a promoção do desenvolvimento local.

Wrasse (2022) identifica onze ações solidárias em uma cooperativa de crédito rural solidário, destacando o acesso facilitado ao crédito, o apoio às bases comunitárias e o estímulo ao desenvolvimento territorial como práticas concretas de solidariedade. O autor argumenta que essa solidariedade se configura como uma relação de interação e interdependência entre os membros, voltada à melhoria das condições de vida das famílias e à inclusão social.

A dissertação de Presa (2019) analisa o modelo de intercooperação entre a Coamo e a Credicoamo, revelando tensões entre a lógica cooperativa e a empresarial. Embora o modelo adotado busque eficiência técnica e econômica, há indícios de que a abordagem está se distanciando dos princípios tradicionais do cooperativismo, em especial da solidariedade e da participação democrática. Tal constatação sugere um risco de descaracterização do modelo cooperativo quando se prioriza excessivamente a lucratividade.

Por outro lado, o estudo de Silva, Búrigo e Cazella (2021) reafirma a legitimidade social das cooperativas de crédito, destacando sua capacidade de gerar benefícios concretos para os territórios em que atuam. Essa legitimidade decorre da atuação voltada para os interesses da comunidade, reforçando os laços de confiança e cooperação.

A pesquisa de Queiroz *et al.* (2022) aponta a educação cooperativista como uma ferramenta essencial para a valorização e formação dos cooperados. Ao promover processos formativos que estimulam a reflexão crítica e o engajamento consciente, a educação fortalece a identidade cooperativa e contribui para a manutenção dos princípios de solidariedade e ajuda.

Em síntese, os trabalhos inseridos nessa categoria demonstram que a solidariedade permanece como um elemento estruturante das práticas cooperativistas, ainda que desafiada por pressões de mercado e por modelos de gestão mais voltados à eficiência econômica. A valorização da solidariedade, aliada à formação contínua dos cooperados, constitui um dos caminhos mais promissores para a preservação da identidade cooperativa e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e colaborativo.

• *Impacto e avaliação do crédito rural*

O crédito rural constitui um dos instrumentos centrais de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento de comunidades rurais. No âmbito das cooperativas de crédito, seu papel vai além da simples oferta de recursos financeiros, contribuindo para a geração de renda, o fortalecimento da produção local e a promoção da sustentabilidade. Contudo, os estudos analisados nessa categoria revelam ambivalências e desafios relacionados à efetividade desse instrumento no cumprimento de seus objetivos sociais e ambientais.

Santos (2023) questiona, em sua dissertação a hipótese de que o crédito rural promove, de fato, a sustentabilidade na agricultura familiar. Os resultados indicam que programas como o PRONAF, embora essenciais para

o financiamento da produção, ainda não incentivam suficientemente práticas agrícolas sustentáveis. Essa constatação aponta para a necessidade de reformulação das políticas de crédito no sentido de incorporar critérios ambientais mais rigorosos e estímulos à adoção de tecnologias sustentáveis.

No estudo de Rocha (2020), observou-se um esforço contínuo das cooperativas para manter a proximidade com os agricultores familiares e aprimorar a gestão do crédito rural. No entanto, o autor alerta que a crescente presença do público urbano no quadro social das cooperativas pode comprometer esse vínculo, especialmente diante de mudanças na governança organizacional. Essa mudança de perfil dos associados tende a deslocar o foco das cooperativas para demandas urbanas em detrimento das necessidades específicas da agricultura familiar.

Büttenbender *et al.* (2022) evidenciam que, em municípios com forte presença de cooperativas, o crédito rural desempenha papel decisivo na dinamização da economia local, promovendo inclusão social e desenvolvimento sustentável. Os autores destacam que políticas públicas adequadas, associadas ao papel das cooperativas, são fundamentais para assegurar a continuidade e a efetividade das ações de crédito voltadas ao setor agrícola.

Os trabalhos analisados demonstram, assim, que o crédito rural, embora relevante para o fortalecimento das comunidades agrícolas, enfrenta limitações quanto à sua capacidade de induzir práticas sustentáveis de forma consistente. Há um consenso entre os estudos de que a presença das cooperativas de crédito é estratégica para o desenvolvimento rural, mas que seu potencial transformador depende do alinhamento entre políticas públicas, modelos de governança e estratégias institucionais sensíveis às realidades do campo.

• *Parcerias e desenvolvimento social*

As parcerias interinstitucionais representam uma importante estratégia para o fortalecimento das ações cooperativistas, especialmente no que tange à promoção do desenvolvimento social. Os estudos agrupados nessa categoria analisam como as cooperativas de crédito, ao articular-se com outras instituições públicas e privadas, ampliam seu impacto na transformação das realidades locais.

A dissertação de Exime (2021), embora situada no contexto haitiano, oferece uma perspectiva valiosa sobre o papel da cooperação e da ação coletiva para o enfrentamento da pobreza. O autor defende que a supera-

ção das vulnerabilidades no Haiti depende da valorização da cultura local, da soberania alimentar e da mobilização comunitária. Tais princípios dialogam diretamente com os fundamentos do cooperativismo, reforçando a pertinência das ações baseadas na coletividade e na valorização do território.

No contexto brasileiro, Rovani *et al.* (2020) analisam o impacto das cooperativas de crédito no desenvolvimento local, identificando quatro dimensões centrais de contribuição: ações sociais, formação de capital humano, incentivo ao empreendedorismo e educação financeira. Os autores concluem que tais dimensões são fundamentais para a geração de emprego, a distribuição de renda e a dinamização da economia regional, consolidando as cooperativas como agentes de transformação social.

O estudo de Kapelinski *et al.* (2020) investiga a parceria entre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e as cooperativas de crédito CRESOL e SICREDI no município de Cerro Largo/RS. Os resultados apontam que a articulação entre essas entidades tem promovido melhorias na qualidade de vida dos associados e da comunidade por meio de ações conjuntas voltadas à inclusão social, à educação financeira e ao fortalecimento da cidadania.

A análise dos estudos evidencia que o fortalecimento de parcerias estratégicas amplia a capacidade das cooperativas de crédito de promover o desenvolvimento social de forma mais abrangente e estruturada. A atuação conjunta com órgãos públicos e demais entidades potencializa os resultados das iniciativas cooperativas ao mesmo tempo em que promove a coesão social e o engajamento comunitário.

Essas experiências demonstram que o cooperativismo de crédito pode assumir um papel catalisador no desenvolvimento local, especialmente quando articulado com políticas públicas e práticas interinstitucionais que compartilham o compromisso com a justiça social, a inclusão e o fortalecimento das capacidades locais.

- *Gestão e sustentabilidade financeira*

A sustentabilidade financeira constitui um eixo estratégico para a manutenção e expansão das cooperativas de crédito, especialmente em contextos marcados por instabilidades econômicas. Os estudos reunidos nessa categoria abordam aspectos relacionados à gestão de riscos, à adaptação às crises e à necessidade de aprimoramento das metodologias de avaliação econômico-financeira dessas instituições.

Nascimento e Alberton (2023) analisam o impacto da crise econômica desencadeada pela pandemia de COVID-19 sobre a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) nas cooperativas financeiras. Os autores observam que, embora os efeitos da pandemia tenham sido significativos, os sinais de mudança na PCLD já eram perceptíveis desde 2018. A pesquisa evidencia que as cooperativas adotaram medidas de contenção e ajustes em suas práticas de gestão com o objetivo de preservar a saúde financeira das instituições e mitigar os riscos de inadimplência.

Huscher, Moreira e Silva (2021) propõem a utilização de um modelo de *rating* para avaliação de risco de crédito em cooperativas de crédito com base no sistema PEARLS (acrônimo em inglês para proteção, estrutura financeira efetiva, qualidade de ativos, taxas de retorno e liquidez). O estudo destaca a escassez de pesquisas que adotem métricas específicas para o cooperativismo financeiro e argumenta que a adoção de metodologias padronizadas contribui para a transparência, a comparabilidade e o aprimoramento da governança financeira dessas instituições.

Ambos os estudos enfatizam a importância da gestão estratégica e da inovação na estrutura organizacional das cooperativas, especialmente em períodos de crise. A capacidade de resposta rápida a contextos adversos é apontada como um diferencial competitivo que fortalece a confiança dos associados e assegura a continuidade das atividades cooperativas.

Além disso, os autores ressaltam que as cooperativas de crédito, devido à sua natureza democrática e voltada ao bem-estar coletivo, vêm intensificando suas ações de responsabilidade social durante crises, fortalecendo vínculos com as comunidades por meio de iniciativas solidárias, educativas e de apoio direto aos associados.

Nesse sentido, a sustentabilidade financeira das cooperativas não deve ser compreendida apenas como equilíbrio entre receitas e despesas, mas como um processo mais amplo, que envolve a gestão de riscos, o compromisso com os princípios cooperativistas e a capacidade de promover impacto positivo nos territórios em que atuam.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a produção científica presente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal de periódicos da CAPES publicados nos últimos cinco anos – entre os anos

de 2019 e 2023 –, considerando os trabalhos relacionados à temática nesse período a partir da metodologia de estado do conhecimento. O objetivo foi apresentar as principais características pertencentes aos trabalhos sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável, selecionados a partir dos resumos.

A análise dos dados permitiu uma visão detalhada dos resultados dos estudos sobre cooperativas de crédito e desenvolvimento sustentável. Ela revelou que, apesar dos avanços, as cooperativas de crédito enfrentam desafios relacionados à eficácia das estratégias sustentáveis, à adaptação às mudanças econômicas e à manutenção dos princípios cooperativistas em um ambiente cada vez mais voltado para a lucratividade.

As pesquisas analisadas destacam a importância das cooperativas no desenvolvimento socioeconômico local em relação à inclusão financeira, bem como geração de emprego e renda. A pesquisa confirma que o cooperativismo de crédito representa uma alternativa eficaz aos modelos financeiros tradicionais com um potencial significativo para promover o desenvolvimento sustentável. A contribuição das cooperativas vai além dos serviços financeiros, pois elas contribuem positivamente para as comunidades e o meio ambiente, alinhando-se com os princípios da Agenda 2030 da ONU.

O impacto da pandemia destacou a necessidade de resiliência e inovação nas cooperativas de crédito, forçando-as a se adaptar às novas realidades econômicas e sociais; esse contexto reforça a importância das cooperativas em promover estabilidade financeira e apoio a suas comunidades em tempos difíceis de crise. Portanto, a integração eficaz dos princípios da Agenda 2030 e a capacidade de enfrentar crises futuras serão determinantes para a evolução contínua e o impacto positivo das cooperativas de crédito.

A pesquisa sublinha a crescente importância da inovação tecnológica para o aprimoramento das práticas de cooperativismo de crédito em direção à sustentabilidade. A adoção de novas tecnologias, como plataformas digitais para serviços financeiros e sistemas avançados de monitoramento ambiental, pode oferecer às cooperativas ferramentas cruciais para otimizar suas operações e melhorar a gestão de recursos. Essas inovações não apenas ajudam as cooperativas a se adaptar às novas demandas do mercado, mas também a fortalecer sua resiliência diante de desafios econômicos e ambientais.

A pesquisa indica que o cooperativismo está cada vez mais integrado ao conceito de desenvolvimento sustentável, refletindo um avanço na adapta-

ção das cooperativas às demandas ambientais e sociais. As ações das cooperativas, alinhadas com os princípios de solidariedade e responsabilidade social, estão contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, para maximizar o impacto positivo, é necessário enfrentar desafios e continuar evoluindo nas práticas e estratégias cooperativas. O fortalecimento das parcerias e a educação contínua são cruciais para a integração efetiva dos princípios de sustentabilidade no cooperativismo, garantindo que as cooperativas desempenhem um papel central no desenvolvimento sustentável futuro.

Outro aspecto relevante que emergiu da análise é a necessidade de políticas públicas e apoio institucional que incentivem e sustentem as iniciativas das cooperativas de crédito. As políticas que promovem a inclusão financeira, oferecem incentivos fiscais e criam ambientes regulatórios favoráveis são fundamentais para o sucesso das cooperativas e para o alcance de objetivos sustentáveis.

Esta pesquisa oferece uma síntese dos principais achados sobre o cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável. Recomenda-se que futuras investigações se concentrem no papel crucial que governos e instituições financeiras desempenham na criação de condições favoráveis para o avanço das cooperativas de crédito. A colaboração entre cooperativas, entidades governamentais e outras organizações pode gerar sinergias significativas, potencializando os impactos positivos dessas entidades nas comunidades e no meio ambiente.

Além disso, é importante que pesquisas futuras analisem práticas específicas e investiguem de maneira mais aprofundada como as cooperativas podem alinhar suas estratégias sustentáveis com as demandas do mercado e as necessidades locais. Isso permitirá uma compreensão mais detalhada das melhores práticas e abordagens para otimizar o papel das cooperativas no desenvolvimento sustentável.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas Econômicas**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 26 maio 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; BERKMANN, Bruno Alexandre; SPAREMBERGER, Ariosto. **Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável**: estudo em uma cooperativa de interação solidária. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26936/20242>. Acesso em: 27 maio 2024.

CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães; LOPES, Ivonete da Silva. **Comunicação e diversidade**: a relação entre os valores cooperativistas e a prática organizacional. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361035167_Comunicacao_e_diversidade_a_relacao_entre_os_valores_cooperativistas_e_a_pratica_organizacional. Acesso em: 28 maio 2024.

CHIARETTO, Silvana *et al.* **Um estudo bibliográfico sobre o cooperativismo de crédito como fator de desenvolvimento e fortalecimento econômico e social**. Revista da Faculdade Unimed, 2021. Disponível em: <https://revista.faculdadeunimed.edu.br/index.php/RCFU1/article/view/172>. Acesso em: 28 maio 2024.

EXIME, Ethol. **Cooperação internacional na perspectiva da agricultura familiar no Haiti**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5401>. Acesso em: 26 maio 2024.

HUSCHER, Paulo Fabrício; MOREIRA, Vilmar Rodrigues; SILVA, Rodrigo Alves. Rating para avaliação de cooperativas de crédito: uma aplicação do modelo PEARLS. **Revista de Gestão e Finanças**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/9534/7887>. Acesso em: 28 maio 2024.

KAPELINSKI, Fabiano *et al.* A interação das cooperativas CRESOL e SICREDI com o Centro de Referência de Assistência Social: repercussões no desenvolvimento social e econômico do município de Cerro Largo/RS. **Revista Gestão & Conexões**, v. 7, n. 14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41732/pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

KRONEMBERGER, Denise. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, jan./mar. 2019.

OLIVEIRA, Alessandro Silva de. Educação ambiental e sustentabilidade: um caminho para o desenvolvimento econômico sustentável? **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2023.

MOROSINI, Marília; FERNANDES, Carla. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, Fabio Capraro do; ALBERTON, Luiz. Características do risco das operações de crédito das instituições financeiras cooperativas durante a crise econômica desencadeada pela pandemia da Covid-19. **Revista Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1848>. Acesso em: 27 maio 2024.

PENTEADO, Tatiane Aparecida. **Estratégias e práticas de gestão, orientadas à sustentabilidade organizacional**: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1232>. Acesso em: 26 maio 2024.

PRESA, Rosecleia Burei. **Intercooperação cooperativa ou relação de subordinação?** Estudo das relações Coamo e Credicoamo. 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3816>. Acesso em: 27 maio 2024.

QUEIROZ, Cintia Silva *et al.* Educação cooperativista: uma ferramenta de construção e valorização do cooperado? **Revista de Ciências da Administração**, 2022. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/689/620>. Acesso em: 26 maio 2024.

RIBEIRO, Lucas; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima. **Diversificação das receitas em cooperativas de crédito de livre admissão do Brasil e sua influência sobre desempenho financeiro**. Ambiente & Sociedade, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/21488/14356>. Acesso em: 20 junho 2024.

ROCHA, Marcos Catelli. **A agricultura familiar e o uso do crédito rural**: uma análise a partir dos associados da cooperativa Cresol Vale Europeu. 2020. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216033>. Acesso em: 26 maio 2024.

RODRIGUES, Loredany Consule Crespo. **Impactos socioeconômicos dos agrotóxicos no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/30601>. Acesso em: 25 maio 2024.

ROVANI, Bruno Paulo *et al.* **Desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo de crédito no município de Concórdia-SC**. Desenvolvimento em Questão, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10560>. Acesso em: 20 junho 2024.

SANTOS, Janaina dos. **Mecanismos de crédito e sustentabilidade na produção da agricultura familiar nos municípios de Cascavel e Toledo no oeste do estado do Paraná.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6798>. Acesso em: 26 maio 2024.

SANTOS, William Neves dos. **A sustentabilidade como estratégia no cooperativismo:** um estudo de caso único sobre as práticas estratégicas de sustentabilidade em uma cooperativa de crédito brasileira. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Negócios) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9883>. Acesso em: 27 maio 2024.

SILVA, Eloiza Andréa Moraes. **Cooperativismo, o interesse pela comunidade e a promoção do desenvolvimento sustentável:** um estudo na Cresol Vale Europeu. 2021. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229140>. Acesso em: 26 maio 2024.

SILVA, Eloiza Andréa Moraes; BÚRIGO, Fábio Luiz; CAZELLA, Ademir Antônio. **Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável:** a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8471/pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

TRES, Naline; MAZZIONI, Sady; MAGRO, Cristian Bau Dal. Sensibilidade da sustentabilidade ao cooperativismo e à governança corporativa. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 25, n. 2, p. 142-158, 2022.

VALLE, Kátia Dalla. **As dimensões da ecoinovação na agricultura familiar do município de Itapejara do Oeste – Paraná.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20081/2/FB_CEEP_I_2020_14.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

WRASSE, Carlos Laércio. **Transformação e adaptação do conceito de solidariedade no cooperativismo de crédito rural.** 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5898>. Acesso em: 26 maio 2024.

Sustentabilidade e cooperativismo: um estado do conhecimento sobre as tendências de abordagem dos aspectos ESG presentes nas pesquisas acadêmicas atreladas ao cooperativismo

*Patricia Scatolin
Isabel Rosa Gritti*

1 Introdução

A sigla ESG, do inglês *Environmental, Social and Governance*, passou a compor as pautas de pesquisas acadêmicas desde o seu surgimento, haja vista sua relevância no cenário mundial. Entretanto, acredita-se que, apesar desse acrônimo contemplar três aspectos distintos que se complementam, a atenção dos pesquisadores volta-se, principalmente, a um desses aspectos: o ambiental (na sigla representado pela letra E). Isso se justifica pelo avanço do conceito de sustentabilidade ao longo dos tempos, discutindo, inicialmente, a atenção a aspectos climáticos para hoje incluir aspectos sociais e de governança na tomada de decisões econômicas.

A constante alteração no cenário climático mundial é um dos principais fatores a contribuir para essa hipótese, justamente pelo tema estar cada vez mais emergente e não poder ser ignorado. A emergência climática impacta diretamente cooperativas de distintos ramos, dentre eles o cooperativismo financeiro. Além disso, estima-se que a maioria das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos últimos anos, cuja temática esteja vinculada ao Cooperativismo e ao ESG, trate de oportunidade de ampliação de resultados a partir de riscos climáticos.

Se confirmadas essas hipóteses, uma terceira hipótese se validará: a de que práticas que se referem a aspectos sociais e de governança são tratadas de maneira tão natural ou ainda não são tratadas pelas cooperativas que deixam de ganhar espaço de compartilhamento e aperfeiçoamento no meio acadêmico.

Dessa forma, o presente estudo buscou identificar tendências de abordagem dos aspectos ESG presentes nas pesquisas acadêmicas atreladas ao Cooperativismo dos últimos dez anos, desmembrando esse objetivo geral em etapas específicas: 1) Analisar aporte teórico referente ao conceito ESG; 2) Analisar aporte teórico referente ao conceito de Cooperativismo; 3) Estabelecer conexão entre os conceitos de ESG e Cooperativismo a partir do viés de sustentabilidade; 4) Realizar busca pelas pesquisas acadêmicas que articulam os conceitos de ESG, Sustentabilidade e Cooperativismo publicadas nos últimos dez anos; 5) Analisar as principais características das pesquisas acadêmicas encontradas.

O tema proposto para esta pesquisa mostra-se relevante em aspectos sociais e acadêmicos. A fim de elucidar esse argumento, é possível elencar ao menos três aspectos que nortearam a escolha desse assunto: I) Existem diversos estudos sobre a temática ESG e Desenvolvimento Sustentável, bem como sobre a temática do cooperativismo. Entretanto, há escassez de investigações que estabeleçam uma relação entre essas pesquisas e suas principais tendências, o que pode corroborar pesquisas futuras e análises presentes; II) Investigar essa temática de maneira articulada permite que se faça uma análise de como ambos os conceitos estão sendo tratados em sua atualidade, tornando evidentes as maiores fortalezas e fragilidades; III) Ambas as temáticas estão presentes nas iniciativas que atualmente conduzo na Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados RS, SC e MG – Sicredi UniEstados e me mobilizam a compreender, de maneira mais profunda, sua relação.

As páginas que seguem organizam-se em duas principais sessões: um contexto teórico sobre os aspectos de sustentabilidade e sua relação com o cooperativismo e um Estado do Conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014) das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos últimos dez anos sobre as temáticas em questão. As considerações finais trazem uma síntese das principais tendências identificadas neste estudo.

2 Cooperativismo e sustentabilidade

Para compreender a relação existente entre as instituições cooperativas e o conceito de sustentabilidade é necessário estabelecer os principais aspectos teóricos que cercam esses conceitos. Importante destacar, antes de cada conceito ser discutido teoricamente, que as raízes de suas existências

possuem íntima conexão, o que se pretende evidenciar nas próximas páginas.

2.1 A sustentabilidade no cenário mundial

O conceito de desenvolvimento sustentável ficou conhecido no mundo todo após divulgação do Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 por ocasião de uma deliberação da Assembleia Geral da ONU. Esse relatório definiu como desenvolvimento sustentável “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Comissão, 1988).

Já em 1994, alguns anos depois, surge o conceito de *Triple Bottom Line*, proposto pelo inglês Jhon Elkington, fundador da consultoria inglesa *Sustainability*. Atualmente, esse conceito é considerado base para os princípios que norteiam a sustentabilidade corporativa, sendo conhecido como Tripé da Sustentabilidade. Jhon Elkington é famoso por ser “o pai da sustentabilidade”. Nesse modelo, o desempenho econômico sozinho não é suficiente para sustentar o desenvolvimento das empresas a longo prazo, sendo fundamental um bom desempenho social e ambiental.

Segundo John Elkington (2011, p. 83), “o interesse sobre o pilar ecológico das empresas é como a capacidade de suporte da maioria dos ecossistemas varia em relação ao número – e comportamento – dos atores econômicos que operam neles”. Nesse sentido, as empresas começam a perceber que o lucro pela qual desenvolvem seu trabalho está direta ou indiretamente ligado à sustentabilidade do meio em que estão inseridas, passando a ser pauta de discussão o impacto que essa empresa está causando.

Por sua vez, Elkington (2011, p. 124) não estava atento apenas ao viés ambiental. Em seus discursos alertava para um impacto que transcendia aspectos ambientais, pois olhava para o meio como um todo. Dessa forma, sugeria que:

[...] o capitalismo sustentável necessitará mais do que apenas tecnologia e mercados que promovam ativamente a desmaterialização. Necessitaremos também definir radicalmente as novas visões do significado de igualdade social, justiça ambiental e ética empresarial. Isso exigirá um melhor entendimento não somente das formas financeira e física do capitalismo, mas também do capital social, humano e natural.

Tempos mais tarde, o termo ESG (do inglês *Environmental, Social and Governance*) surge em 2004, após uma publicação feita pelo Banco Mundial no relatório chamado *Who Cares Wins* (traduzido para a língua portuguesa “quem se importa vence”), em parceria com o Pacto Global da ONU e com instituições financeiras de mais de nove países. Importante atentar-se ao fato de que essas instituições, que por sua razão de existir possuem o dinheiro como principal recurso, não estavam, em nenhuma medida, deixando de se importar com o lucro, mas assumindo uma postura de responsabilidade sobre o lucro.

Esse relatório afirma que “um investimento bem-sucedido depende de uma economia vibrante, que depende de uma sociedade civil saudável, que, em última análise, depende de um planeta sustentável” (*Compact Global*, 2004, n.p.). Dessa forma, os aspectos referenciados pela sigla ESG exerceriam caráter de complementaridade para o desenvolvimento sustentável das instituições e da comunidade impactada por ela, empregando uma relação de interdependência entre o meio e o lucro.

Desde a sua constituição foi se consolidando a visão de que instituições com boa performance ESG são sólidas, ou seja, capazes de mitigar riscos e se sustentar a longo prazo. Importante destacar que ESG não é uma evolução do conceito de sustentabilidade; ele é a própria sustentabilidade corporativa.

Uma empresa que esteja em conformidade com práticas ESG entende quais são seus impactos negativos e positivos na sociedade e consegue agir sobre eles. Os critérios ESG estão totalmente ligados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação multidimensional nascido da inspiração pela busca do fortalecimento da paz universal, objetivo maior da ONU. Ela compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas apresentadas no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Os 193 Estados-membros da ONU adotaram esse compromisso em setembro de 2015. Como o próprio nome sugere, os 17 ODS foram contratados com prazo para efetivação até 2030.

Dessa maneira, as discussões presentes no cenário corporativo mundial exigem das empresas um novo posicionamento, além de um olhar para as “partes interessadas” (*stakeholders*) e não mais apenas para os donos e

acionistas (*shareholders*). Portanto, deixa de olhar apenas para o resultado/lucro e passa a olhar o impacto de longo prazo.

Freeman (1984) considera *stakeholder* todo e qualquer grupo que possua interesse direto ou indireto na atividade desenvolvida pela empresa, sejam empregados, clientes, fornecedores, investidores ou autoridades governamentais. Esse interesse, que também pode ser lido como relação, influencia aspectos além dos resultados financeiros da empresa, e com a preocupação das organizações em atender esses interesses as empresas impulsionaram o investimento em práticas de desenvolvimento sustentável.

Se analisados pelo tempo de existência, os conceitos que surgem sobre o tema sustentabilidade ainda são muito recentes. Esses avanços nas discussões sobre a temática e as novas concepções que a cercam podem confundir algumas empresas quanto à sua aplicação para a tomada de decisões. Nesse cenário destacam-se aquelas das quais se originou a tríade ESG, as instituições financeiras.

2.2 O cooperativismo de crédito e a sustentabilidade

À medida que foram ganhando espaço nas discussões mundiais, os movimentos que envolviam definições de sustentabilidade exigiram um posicionamento diferente das instituições financeiras, especialmente após o surgimento de alguns aspectos regulatórios e normativos. Entre as instituições financeiras impactadas por esses normativos estão as cooperativas de crédito, e aqui há uma ressalva: parte do que estava sendo exigido já era raiz do modelo de atuação cooperativista.

Fica claro em meio a esse cenário que as empresas precisam ser relevantes à sociedade para se manter perenes. Ser relevante, por sua vez, significa gerar valor. Não somente para os seus acionistas ou, no caso do cooperativismo, somente para os associados, o valor precisa ser percebido pelas pessoas que são também indiretamente afetadas pela instituição. Tal geração de valor precisa estar conectada com o negócio, ou seja, deve acontecer como um resultado do próprio core da empresa e não como um efeito desconectado de sua atuação.

O cooperativismo, pela sua essência, possui como premissa a entrega de valor para as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com o seu negócio. A primeira cooperativa moderna do mundo nasceu da união de 28 operários – 27 homens e uma mulher – logo após a Revolução Industrial em 1844. A associação foi nomeada de *Rochdale Equitable Pioneers Society*

Limited ou “Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale”.

Segundo Bialoskorski Neto (2006, p. 28):

Esse fato é considerado o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno. A base doutrinária dos estatutos desses cooperativistas pioneiros norteará toda organização cooperativa até os dias de hoje, sendo adotada e propagada pela Aliança Cooperativa Internacional e pelas organizações cooperativas em nível nacional.

Esse movimento buscava solucionar a crise comum enfrentada pelos operários e beneficiar seus associados:

[...] almejava também a construção de casas para fornecer alojamento a preços de custo; a formação de um capital para a emancipação do proletariado por meio da economia conseguida pela compra em comum de gêneros alimentícios; a criação de estabelecimentos industriais e agrícolas para, além de produzir para promover as necessidades da classe operária, assegurar trabalho aos operários desempregados ou com salários baixos; a construção de estabelecimentos de temperança a fim de combater o alcoolismo; a criação de pequenos núcleos nos quais a produção e a repartição fossem organizadas; a multiplicação destes núcleos por meio do exemplo e propaganda (Rossi, 2011, p. 41).

Foi a partir dos Pioneiros de Rochdale que surgem os sete Princípios do Cooperativismo (revisados pela Aliança Cooperativa Internacional em 1995): Adesão Livre e Voluntária; Gestão Democrática; Participação Econômica; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; e Interesse pela comunidade.

Seguindo essas mesmas premissas, surge a primeira cooperativa de crédito na Alemanha em 1864, criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen e denominada de *Heddesdorfer Darlehnskassenvereine* (Associação de Caixas de Empréstimo de Haddesdorf). Pinheiro (2008, p. 23) descreve que dentre as características das cooperativas rurais alemãs destacam-se a “responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos”.

No Brasil, esse movimento chega através de Theodor Amstad, em 1902, quando ele funda a Caixa Econômica de Empréstimos Amstad, depois denominada de Caixa Rural de Nova Petrópolis e hoje museu do cooperativismo de crédito brasileiro (Peinado, 2006, p. 72).

Todos esses movimentos seguiram premissas similares que, segundo Rossi (2011, p. 79), no que tange ao cooperativismo:

[...] pressupõe, para o exercício das atividades que enseja, exatamente essa lógica. A centralização do olhar no “outro”, a superação da visão individualista, o esvaziamento do sentido da competição e o realce da noção de ajuda mútua, de operar conjuntamente não só com o outro, mas também por e ao lado dele.

Diante desse contexto, o cooperativismo de crédito, mas não só desse ramo, possui em sua essência aspectos de sustentabilidade num viés de complementariedade entre questões ambientais, econômicas e de governança. Essa relação se evidencia pela sua própria razão de existir: instituições que não objetivam o lucro, mas o desenvolvimento social e econômico dos seus associados e da comunidade.

De tal modo, implantar as exigências impostas pelos órgãos reguladores não seria um grande desafio para as instituições financeiras cooperativas se, em sua atuação contemporânea, se mantém viva a essência de sua constituição. Resta saber se esses aspectos estão sendo desenvolvidos e contemplados nos estudos acadêmicos mais recentes.

Para tanto é necessário que se estabeleça um caminho metodológico que atenda o objetivo desta pesquisa.

3 Estado do conhecimento

A pesquisa desenvolvida neste artigo, de caráter qualitativo (Ludke; André, 1986), teve como ferramenta principal para o seu desenvolvimento o “Estado do Conhecimento” (Morosini; Fernandes, 2014). Essa estratégia de levantamento de informações permite conhecer a forma como o tema de investigação vem sendo tratado nas últimas pesquisas acadêmicas realizadas e auxilia na elaboração de pesquisas futuras coerentes à temática, pois aponta para algumas incidências e possíveis propostas de potencialização dos dados encontrados pelos pesquisadores.

A fim de identificar tendências de abordagem dos aspectos ESG presentes nas pesquisas acadêmicas atreladas ao cooperativismo em Programas de Pós-Graduação do Brasil, foi realizado um mapeamento das teses e dissertações publicadas nos últimos dez anos sobre essas temáticas.

Essa estratégia de levantamento de documentos publicados sobre determinado assunto, conhecida como “Estado do Conhecimento” (Morosini; Fer-

nandes, 2014), consiste na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155).

O Estado do Conhecimento, segundo Morosini e Nascimento (2015, p. 3), permite o levantamento de teses e dissertações através de uma organização desses documentos em três etapas: a “bibliografia anotada” – organização da referência bibliográfica completa dos resumos das teses e dissertações encontradas; a “bibliografia sistematizada” – organização dessas informações de forma mais específica, subdividindo a tabela em itens de análise, como título, ano de publicação, autor...; e a “bibliografia categorizada” – organização dos documentos em blocos temáticos, ou seja, a partir do estabelecimento de categorias de análise dessas informações.

A plataforma escolhida para esse levantamento foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que atualmente conta com 141 instituições cadastradas e 914.331 documentos entre teses (248.665) e dissertações (665.666). A BDTD possui um sistema de busca avançada que possibilita a delimitação de temas, idiomas, autores, tipos de documento e período de publicação da pesquisa, facilitando, assim, a localização de trabalhos relacionados aos assuntos pretendidos.

Nesse caso foram utilizados os descritores Sustentabilidade e Cooperativismo ou Cooperativa, delimitando sua localização aos títulos das teses e dissertações publicadas nos últimos dez anos, entre 2013 e 2023, no idioma português.

A partir desses critérios foram localizados 107 documentos indicados pela BDTD, que na etapa da bibliografia anotada se reduziram a 31, visto que 76 dos estudos apontados pela plataforma não contavam com os termos “sustentabilidade” e “cooperativismo” ou “cooperativa” nos títulos, mas sim nos “assuntos”. Apesar do foco central deste estudo ser a identificação de pesquisas que se articulam com a visão ESG em cooperativas, optou-se pelo termo “sustentabilidade” a fim de ampliar a possibilidade de localização desses estudos e, dessa forma, ser possível analisar quantos possuem ligação com esse conceito.

Respeitando, portanto, os critérios primeiros estabelecidos, 31 documentos passaram pelo processo de bibliografia sistematizada e, posteriormente, pela bibliografia categorizada. A análise desses estudos é apresentada na sequência.

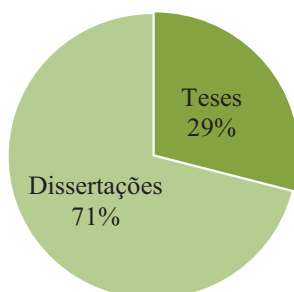
4 Análises e discussões

As teses e dissertações localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) permitiu identificar algumas características comuns que indicam tendências metodológicas e conceituais. Serão apresentados os principais aspectos identificados, como tipo de pesquisa, ano de publicação, regiões em que essas pesquisas se desenvolveram, ramos do cooperativismo que deram origem à investigação e, por fim, abordagem conceitual de sustentabilidade.

Os gráficos apresentados ao longo desta sessão objetivam uma análise mais intuitiva e fluida, seguidos de interpretação e articulação teórica que os embasam. Inicialmente se faz pertinente compreender os tipos de pesquisa desenvolvidos. Das 31 pesquisas identificadas, 22 delas são dissertações, enquanto nove são teses. A quantidade de dissertações é significativamente maior, refletindo uma tendência no cenário acadêmico brasileiro dos últimos dez anos em privilegiar estudos de mestrado para explorar temas emergentes e interdisciplinares como sustentabilidade e cooperativismo.

Souza (2006) observa essa mesma tendência e destaca a importância de investigações aplicadas no contexto de desenvolvimento regional sustentável, visto que esse tipo de investigação permite um olhar direcionado para, além de sua compreensão teórica, a proposição de práticas que interfiram no ambiente pesquisado ou em futuras possíveis aplicações. O gráfico a seguir evidencia essa constatação:

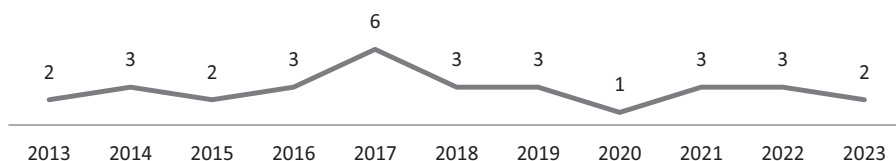
Gráfico 1 – Distribuição das teses/dissertações por nível de Pós-Graduação



Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024).

As mesmas pesquisas apresentam-se distribuídas em períodos específicos. A proposição utilizada aqui é de divisão desses períodos por ano, conforme evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição das teses/dissertações por ano



Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024).

A distribuição ao longo dos anos mostra um pico significativo de publicações em 2017, com seis trabalhos científicos publicados no ano em questão. Esse aumento pode ser atribuído ao crescente interesse global e local por práticas sustentáveis e pela consolidação do cooperativismo como um modelo viável de organização econômica, conforme apontado por Barbieri e Cajazeira (2009).

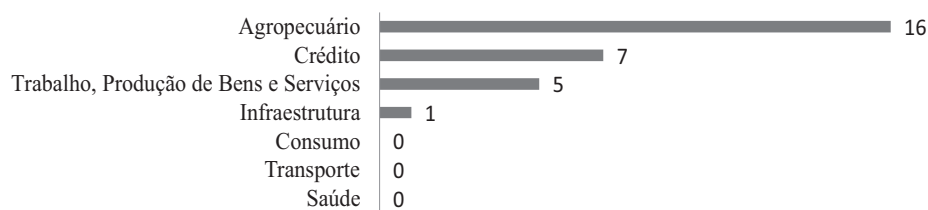
Barbieri e Cajazeira (2009) destacam a crescente atenção global e local para a sustentabilidade e o papel das cooperativas na promoção do desenvolvimento sustentável. As cooperativas, sendo organizações de propriedade dos membros e baseadas em valores, alinham-se intrinsecamente às práticas sustentáveis, enfatizando responsabilidades econômicas, sociais e ambientais (Pedroso *et al.*, 2022).

Padrão semelhante à análise da distribuição das pesquisas por ano também foi percebido na distribuição das teses e dissertações por regiões em que a pesquisa apresentada foi desenvolvida. Importante destacar que a soma da distribuição apresentada não totaliza o número de pesquisas analisadas, visto que seis delas se desenvolveram sem implicar ou mencionar a região de origem. A distribuição geográfica das pesquisas apresenta uma clara concentração destas na Região Sul do Brasil, com 19 trabalhos identificados. As Regiões Centro-Oeste e Sudeste seguem com duas publicações cada, enquanto as Regiões Norte e Nordeste têm apenas uma publicação cada.

A predominância da Região Sul pode ser explicada pelo forte movimento cooperativista existente nessa área, especialmente no setor agrícola, conforme discutido por Schneider (2012). Outro fator que corrobora esse levantamento é de que a Região Sul originou o cooperativismo de crédito na América Latina, fortalecendo também os demais ramos do cooperativismo. Esse fenômeno também reflete a concentração de programas de pós-graduação de alta qualidade e a presença de políticas públicas favoráveis ao cooperativismo e à sustentabilidade na região.

No que tange ao cooperativismo, é importante destacar que parte das pesquisas analisadas é oriunda de ramos distintos do cooperativismo. Para clareza, os ramos do cooperativismo atualmente são oito: Agropecuário; Financeiro (ou de crédito, como é conhecido, e também mencionado neste estudo); Trabalho, produção de bens e serviços; Infraestrutura; Consumo; Transporte; e Saúde. O gráfico a seguir apresenta a distribuição das pesquisas de acordo com a origem de sua investigação:

Gráfico 4 – Distribuição das teses/dissertações por ramo do Cooperativismo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Os dados indicam que os ramos de atuação mais abordados nas pesquisas são: Agropecuário (16), Crédito (7) e Trabalho, Produção de Bens e Serviços (5). O ramo de Infraestrutura apresenta apenas uma pesquisa, enquanto os de Consumo, Transporte e Saúde não foram foco dos estudos analisados. Novamente, a soma das quantidades de pesquisas indicadas para cada ramo não totalizam o número de teses e dissertações analisadas, uma vez que duas delas não mencionaram ou implicaram em um ramo específico do cooperativismo, mas trataram o conceito de maneira ampla.

Esses resultados são consistentes com a observação de que as cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental no fortalecimento das economias locais, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento sustentável, conforme argumentado por Souza (2006). Além disso, a ênfase nas cooperativas de trabalho e produção reflete a importância desses setores na geração de emprego e na promoção de práticas de produção sustentável. A ênfase de pesquisas nos ramos agropecuário e financeiro corrobora a análise anterior das regiões em que as mesmas foram desenvolvidas. A Região Sul concentra grande parte das atividades agropecuárias do Brasil e serviu como berço para o cooperativismo de crédito, que, inicialmente, possuía o objetivo de atender pequenos produtores rurais (Peinado, 2006).

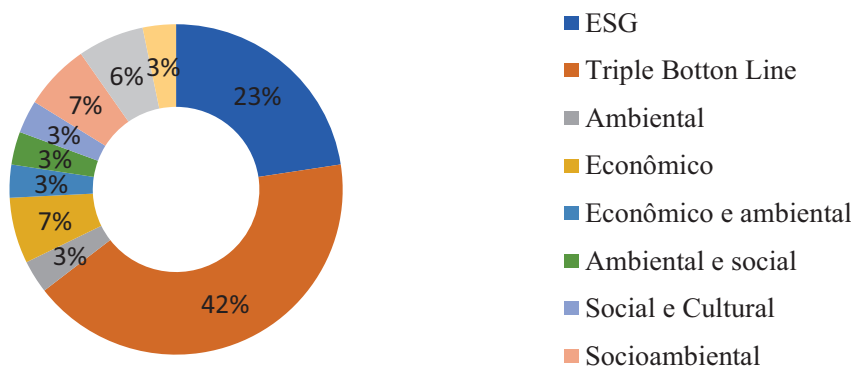
O modelo cooperativo, com seu controle democrático e foco no bem-estar comunitário, é visto como um mecanismo crucial para alcançar um desenvolvimento econômico equitativo e sustentável (*Cooperative Development Authority*, 2024). A mudança de paradigma em direção ao cooperativismo representa uma transição de abordagens voltadas ao lucro para aquelas que priorizam a integridade ecológica e a equidade social. Esse modelo capacita comunidades marginalizadas, permitindo que controlem recursos e contribuam para processos de desenvolvimento mais amplos (*Cooperative Development Authority*, 2024).

As práticas sustentáveis adotadas pelas cooperativas também refletem tendências globais em que as partes interessadas exigem maior transparência e responsabilidade das organizações, particularmente em áreas como impacto ambiental e governança social (Pedroso *et al.*, 2022). Esse pode ser o motivo de algumas cooperativas, apesar de já desenvolverem práticas que se aproximam com práticas sustentáveis, assumirem discursos que se distanciam de seu real conceito.

O gráfico a seguir apresenta uma síntese do conceito assumido pelas 31 teses e dissertações analisadas com o principal objetivo de compreender de que maneira o conceito de sustentabilidade vem sendo compreendido e desenvolvido pelas cooperativas.

À primeira vista, é possível perceber que existem distintas compreensões desse conceito, distribuídas de tal modo que o gráfico a seguir evidencia:

Gráfico 5 – Distribuição das teses/dissertações por foco/concepção de sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A análise das concepções teóricas revela que os conceitos de Triple Bottom Line (13) e ESG (7) são predominantes. Esses conceitos refletem uma abordagem holística da sustentabilidade, que integra os aspectos econômicos, sociais e ambientais, conforme delineado por Elkington (1997) e mencionados na primeira sessão deste artigo. A prevalência dessas concepções nas pesquisas indica uma maturidade crescente na forma como a sustentabilidade é compreendida e aplicada no contexto do cooperativismo, articuladas aos movimentos mais contemporâneos das empresas do mercado.

Conforme a concepção *Triple Bottom Line*, a sustentabilidade é avaliada a partir de três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental. Essa abordagem, proposta por Elkington (1997), sugere que as organizações devem buscar equilibrar esses três aspectos para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Nas dissertações e teses analisadas, a aplicação do *Triple Bottom Line* é evidenciada na busca por práticas que promovam não apenas o lucro, mas também o bem-estar social e a preservação ambiental, o que evidencia que a indicação desse conceito está coerente com as práticas citadas pelas mesmas.

O conceito ESG, que significa *Environmental, Social, and Governance*, também se destaca nas pesquisas. Esse enfoque sublinha a importância de práticas empresariais responsáveis que consideram impactos ambientais, responsabilidades sociais e práticas de governança corporativa robustas. A adoção do ESG nas pesquisas sobre cooperativismo e sustentabilidade reflete uma tendência global crescente, em que investidores e *stakeholders* exigem maior transparência e responsabilidade das organizações (Barbieri; Cazeira, 2009).

Entretanto, quando mencionados, nem todas as pesquisas indicam como desenvolvem essas práticas ou dão ênfase a apenas um dos três aspectos que o acrônimo implica em sua totalidade.

Apesar de serem maioria os estudos que abordam a sustentabilidade pelo prisma do *Triple Bottom Line* e do ESG, as demais pesquisas utilizam o conceito de sustentabilidade em seus títulos, mas o assumem de maneira rasa ou até equivocada, como o caso em que é empregada para significar o nível de “satisfação” de seus associados. Tal compreensão do conceito de sustentabilidade não é reconhecido entre os autores que discutem aspectos de desenvolvimento sustentável e, portanto, indica uma inconsistência em sua compreensão e utilização.

As hipóteses inicialmente levantadas neste artigo sustentaram-se parcialmente após essas análises. Acreditava-se que o conceito de sustentabilidade possui maior atenção no que tange ao viés ambiental, visto que o mundo enfrenta uma constante alteração no cenário climático mundial, isso implica a atuação em vários ramos do cooperativismo.

Além disso, estimava-se que a maioria das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos últimos anos, cuja temática esteja vinculada ao Cooperativismo e ao ESG, trate de oportunidade de ampliação de resultados a partir de riscos climáticos e que práticas que se referem a aspectos sociais e de governança são tratadas de maneira tão natural ou, ainda, não são tratadas pelas cooperativas que deixam de ganhar espaço de compartilhamento e aperfeiçoamento no meio acadêmico.

Os resultados encontrados reforçam a compreensão de que pouco se discute sobre aspectos sociais e de governança nas pesquisas acadêmicas relacionadas ao cooperativismo e à sustentabilidade e que grande parte das mesmas abordam aspectos de sustentabilidade intimamente ligados a um viés ambiental. Entretanto, adicionou-se a essa constatação a evidência de que o conceito de sustentabilidade ainda é tratado de maneira heterogênea entre os pesquisadores dessas temáticas, fator que não fora considerado nas hipóteses iniciais.

Tem-se, portanto, considerações significativas para compreender a forma como o tema vem sendo atualmente tratado no cenário cooperativista e analisado no meio acadêmico. A adoção desses conceitos nas pesquisas brasileiras sugere que há uma crescente conscientização sobre a importância de práticas empresariais sustentáveis e uma demanda por maior responsabilidade social e ambiental nas organizações, além da necessidade de um alinhamento quanto à compreensão e à utilização do conceito de sustentabilidade.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as teses e dissertações sobre sustentabilidade e cooperativismo disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A partir de uma abordagem qualitativa foram analisados 31 documentos, categorizados de acordo com o nível de pós-graduação, ano de publicação, região de desenvolvimento da pesquisa, ramo do cooperativismo abordado e concepção teórica de sustentabilidade utilizada.

Os resultados indicam uma predominância de dissertações sobre teses, o que reflete uma tendência na academia brasileira em privilegiar estudos de mestrado para explorar temas emergentes como sustentabilidade e cooperativismo. A distribuição temporal dos trabalhos revelou um pico de publicações no ano de 2017, possivelmente influenciado pelo crescente interesse global e local por práticas sustentáveis e pela consolidação do cooperativismo como modelo econômico viável.

Geograficamente, a maioria das pesquisas foi realizada na Região Sul do Brasil, o que pode ser atribuído ao forte movimento cooperativista presente nessa área, especialmente no setor agrícola. A Região Sul também é o berço do cooperativismo de crédito na América Latina, favorecendo a familiaridade das pessoas com esse movimento. Os ramos de cooperativismo mais abordados foram os de agropecuária, crédito e trabalho, produção de bens e serviços, destacando a importância desses setores para a economia cooperativa.

A análise teórica mostrou que os conceitos de *Triple Bottom Line* e ESG são os mais recorrentes nas pesquisas, indicando uma abordagem holística da sustentabilidade que integra os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Esse resultado revela uma maturidade crescente na compreensão e aplicação da sustentabilidade no contexto do cooperativismo, alinhada com as tendências globais de responsabilidade corporativa, e também corresponde, parcialmente, às hipóteses levantadas para a realização da pesquisa.

Apesar de a maioria dos estudos analisados não fazer menção direta a aspectos ambientais, principal hipótese levantada anterior ao desenvolvimento da pesquisa, visto que as pesquisas mencionam práticas articuladas ao conceito de *Triple Bottom Line* e ESG, concluiu-se algo que não era estimado: o conceito de sustentabilidade ainda é empregado assumindo diversos significados sem que haja um definidor comum desse conceito.

Este estudo contribui para a compreensão do panorama acadêmico sobre sustentabilidade e cooperativismo no Brasil, evidenciando áreas de maior interesse e lacunas a serem preenchidas. Sugere-se que futuras pesquisas explorem em maior profundidade as regiões menos estudadas, como Norte e Nordeste, e investiguem com mais profundidade os ramos do cooperativismo mencionados.

Além disso, é recomendável que novas pesquisas avaliem o impacto prático das abordagens teóricas de sustentabilidade nas cooperativas, con-

tribuinando para a melhoria contínua de práticas sustentáveis no setor cooperativista.

Referências

- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Tadeu. **Responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade**: um modelo integrado de gestão. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BIALOSKORSKI, Neto Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BRAGA, Ricardo Peake. **Cooperativas à luz do código civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 71-93.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COMPACT GLOBAL. **Who Cares Win**: Connecting Financial Markets to a Changing World. 2004. Disponível em: https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/issues_doc%2FFinancial_markets%2Fwho_cares_who_wins.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.
- COOPERATIVE DEVELOPMENT AUTHORITY. **The Role of Cooperatives in Promoting Sustainable Development**. Cooperative Development Authority, 2024. Disponível em: <https://www.cooperativeauthority.org/sustainable-development>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade**: canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books Ltda, 2011.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford: Capstone Publishing, 1997.
- FREEMAN, R. Edward. **Strategic management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.
- MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maris Barboza Fernandes. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 725, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. Uma perspectiva metodológica da produção sobre Internacionalização da Educação Superior em programas de pós-graduação do Brasil. VIII Seminário Internacional de Educação Superior – RIES – REDE GEU: **A Educação Superior e Contextos Emergentes**. Porto Alegre, 2015.

PEDROSO, Marcelo; SANTOS, Felipe; MARTINS, Carla. Sustainability and the Role of Cooperative Organizations: Insights from Recent Research. **MDPI**, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/1/5>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PEINADO, Lineu Bonora. Cooperativas de Crédito. In: ALMEIDA, Marcus Eli-dius Michelli; PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução Normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.

ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. **Cooperativismo à luz dos princípios constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável: uma análise da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável**, v. 1, n. 2, p. 123-136, 2012. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2015.916.07/4674>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SOUZA, Marcelo. O papel das cooperativas no desenvolvimento local. **Revista de Economia Solidária**, v. 3, n. 1, p. 45-60, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5924/5556>. Acesso em 18 jul. 2024.

SEÇÃO 2

Juventude, Gênero
e Sucessão Rural

Juventude e cooperativismo: o papel do desenvolvimento sustentável na atração dos jovens para cooperativas

*Daiane Rebonatto
Estéfani S. de Deus*

1 Introdução

Desde 2015, com a formulação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a agenda ambiental, social e econômica ganhou centralidade global (Trippia; Luz, 2019). As cooperativas, por essência, já incorporam tais princípios, especialmente por meio de seu sétimo princípio: o interesse pela comunidade (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2024). Entretanto, muitas ações das cooperativas não são estrategicamente comunicadas, dificultando a aproximação com os jovens, público essencial para a continuidade do cooperativismo.

De acordo com dados do Banco Central (2023), o maior número de cooperados está na faixa dos 30 a 39 anos, revelando o desafio da renovação geracional. Ainda segundo o Sebrae (2024), 84% da geração Z e 78% dos *millenials* preferem investimentos sustentáveis. Os dados revelam que os jovens valorizam práticas associadas à sustentabilidade, o que representa uma oportunidade estratégica para ampliar seu engajamento com o cooperativismo.

Veiga (2016) argumenta que o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como um projeto político e civilizatório de longo prazo, que exige transformações profundas nas estruturas econômicas, sociais e ambientais. Não se trata de uma meta com fim definido, mas de um processo contínuo que demanda esforço coletivo e pactos que passam de geração a geração para se consolidar. Um exemplo prático dessa construção está nas políticas públicas voltadas à transição energética ou à agricultura de base agroecológica, que exigem décadas de adaptação, investimento e mudança cultural para tornar-se viáveis. Essa lógica processual também se aplica ao

contexto das cooperativas, especialmente no que se refere à renovação geracional. Atrair e engajar jovens para o cooperativismo é um desafio que não se resolve com ações pontuais, mas com estratégias consistentes e de longo prazo que considerem os valores, linguagens e expectativas dessa nova geração.

Inserido nesse contexto, o problema de pesquisa proposto neste estudo questiona: quais barreiras dificultam a participação dos jovens no movimento cooperativista e como as estratégias de Desenvolvimento Sustentável podem contribuir para superá-las? O objetivo geral foi analisar de que maneira as ações de Desenvolvimento Sustentável podem auxiliar as cooperativas de crédito a atrair e engajar o público jovem, fortalecendo um associativismo mais forte e sustentável.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo do tipo *survey*, cujo objetivo é coletar dados junto a jovens de até 30 anos residentes na cidade de Chapecó (SC). Para tanto, utilizou-se como principal instrumento um questionário semiestruturado, aplicado por meio da plataforma Google Forms entre os dias 15 de julho e 15 de agosto de 2024. A amostragem adotada foi por conveniência, sendo a divulgação realizada amplamente em redes sociais, grupos de WhatsApp, e-mails e universidades locais com o intuito de alcançar um público diversificado dentro do perfil definido. Antes da aplicação definitiva, o questionário passou por um pré-teste com sete jovens, garantindo a clareza das questões, a coerência com os objetivos da pesquisa e um tempo de resposta adequado.

A análise foi feita com base em abordagens qualitativa e quantitativa. Utilizamos gráficos e estatísticas geradas a partir dos dados coletados para contextualização e fundamentação dos resultados quantitativos, enquanto a análise qualitativa buscou interpretar o conteúdo das respostas, observando sentidos e percepções implícitas, conforme propõe Minayo (2010). A amostra foi composta por 188 jovens, calculada através da *Survey* com base na população estimada entre 15 e 34 anos, segundo dados do IBGE (2022).

Para analisar os resultados da coleta de dados foi utilizado um estudo bibliográfico sobre desenvolvimento sustentável, juventude e cooperativismo, permitindo comparar teoria e prática e assim alcançar os objetivos geral e específicos. Também análise de conteúdo, a qual, segundo Minayo (2010), é usada para buscar e interpretar aspectos não evidentes ou implícitos nas respostas, para ir além das aparências, descobrindo as complexidades e detalhes nas entrelinhas da pesquisa.

2 Cooperativismo

Cooperação, ajuda mútua e interesses em comum: assim podemos introduzir o conceito de cooperativismo. De acordo com a Organização das Cooperativas no Brasil (2024), “tudo começou na Inglaterra em 1844 quando um grupo de pessoas que enfrentava dificuldades financeiras para comprar o básico, viu que conseguia um preço mais justo se comprasse junto e em maior quantidade e, para isso, estabeleceu princípios de igualdade e transparência” (OCB, 2024).

Desde então já se passaram 180 anos, e o conceito de cooperativismo difundiu-se globalmente, consolidando-se como uma alternativa promissora para populações que enfrentavam contextos marcados por elevada vulnerabilidade socioeconômica (Figueiredo, 2009).

Segundo Frantz (2012), a palavra cooperativismo vem do latim, da proposição *cum*, que significa “com, em companhia de, juntamente com” e *operari*, que remete a “trabalhar”, caracterizando assim o termo cooperativismo em essência como o trabalho em conjunto, relações sociais de trabalho e união.

A união é palavra frequente quando se fala do tema Figueiredo (2009) também reforça a ideia de que através do cooperativismo é possível fazer com que as pessoas pensem coletivamente e libertem-se do individualismo. Nesse conceito, entende-se que, ao unir-se aos outros para enfrentar situações desfavoráveis, é possível transformá-las em oportunidades e condições para o bem-estar econômico e social. As cooperativas fomentam o chamado ciclo virtuoso do desenvolvimento ao aquecer a economia local e impulsionar o crescimento de seus associados (OCB, 2024). As cooperativas são regidas por sete princípios fundamentais: adesão livre e voluntária, participação econômica dos membros, educação e informação, interesse pela comunidade, gestão democrática, autonomia e independência e intercooperação. Esses pilares asseguram inclusão, igualdade nas decisões e atuação comunitária (OCB, 2024).

Independentemente da abordagem, seja legal, contábil ou econômica, todo estudo sobre cooperativismo remonta aos Pioneiros de Rochdale, cuja fidelidade aos princípios é vista como essencial à perenidade das cooperativas (Etgeto, 2005, p. 18).

A diferença entre cooperativa e empresa convencional reside na estrutura: enquanto as cooperativas são sociedades de pessoas, pautadas pela

igualdade entre os membros, as empresas baseiam-se no capital (Bialoskorski Neto, 2005). Nas cooperativas, todos têm igual poder de decisão, independentemente de sua contribuição econômica.

Além dos benefícios financeiros, o cooperativismo contemporâneo busca atender os interesses dos associados e promover a cooperação (Frantz, 2012). Para isso exige duas condições: uma objetiva, que é um problema comum, e uma subjetiva, relacionada à consciência coletiva, que, articuladas, geram conhecimento e sociabilidade (Andrioli, 2007, p. 40). Dessa forma, o cooperativismo ultrapassa a lógica econômica e afirma-se como um instrumento de transformação social ao estimular vínculos solidários e fortalecer o senso de pertencimento coletivo.

Em 2024, o Sistema OCB estruturou o cooperativismo em sete ramos: agropecuário, crédito, transporte, trabalho e produção de bens e serviços, saúde, consumo e infraestrutura. Cada um contribui, à sua maneira, para a transformação social, econômica e ambiental das comunidades em que atua.

Cattani (2004) argumenta que a economia solidária, na qual o cooperativismo se insere, constitui um paradigma alternativo de desenvolvimento, pautado na cooperação, autogestão e justiça social, contrapondo-se à lógica individualista e competitiva do capitalismo. Assim, o cooperativismo apresenta-se como um modelo alternativo ao sistema capitalista tradicional, baseado na solidariedade, na sustentabilidade e no protagonismo dos associados. Seu foco está no bem-estar coletivo, promovendo inclusão, equidade e desenvolvimento local.

2 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável está diretamente ligado à ideia de sustentabilidade como valor em construção. Para Veiga (2016), esse não é um conceito consolidado, mas um valor político e social em disputa, que vem sendo progressivamente legitimado à medida que passa a orientar decisões públicas, institucionais e individuais. A preocupação com os impactos ambientais, sociais e econômicos intensificou-se nas últimas décadas, especialmente a partir do momento em que se percebeu que o modelo de crescimento adotado após a Revolução Industrial e as grandes guerras produzia efeitos colaterais insustentáveis.

A Conferência de Estocolmo, realizada pela ONU em 1972, representou um marco na agenda ambiental internacional ao colocar o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento no centro das decisões políticas globais (ONU, 2024). Desde então, a sustentabilidade passou a integrar os discursos institucionais e, progressivamente, a inspirar políticas públicas e estratégias organizacionais.

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015 reforçou esse movimento. A chamada Agenda 2030 articula a necessidade de equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, reconhecendo que o desenvolvimento só será legítimo se respeitar os limites do planeta e promover justiça social (ONU, 2024). Nesse contexto, Veiga (2016) enfatiza que a sustentabilidade deve ser internalizada como um valor ético que oriente práticas concretas e não apenas como retórica institucional. O autor adverte: “A sustentabilidade precisa ser incorporada nas instituições, nas decisões e nos comportamentos; caso contrário, será apenas um rótulo vazio” (Veiga, 2016, p. 28).

Apesar dos avanços discursivos, ainda há um longo caminho a percorrer. Muitos países, organizações e indivíduos permanecem presos a lógicas de curto prazo e práticas predatórias, o que impede a consolidação de um modelo sustentável de fato. A urgência, portanto, está em alinhar políticas globais a iniciativas locais, promovendo um processo de transição que respeite a diversidade dos territórios e suas especificidades (Veiga, 2016).

Nesse cenário, as cooperativas ganham destaque como agentes locais de transformação. Inseridas nas comunidades, atuam diretamente com seus membros, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio de ações voltadas à responsabilidade social e à preservação ambiental. Ao materializarem o princípio “pense globalmente, aja localmente”, as cooperativas materializam-no em suas práticas diárias, alinhando-se aos princípios que historicamente as constituem.

3 Juventude e cooperativismo

Embora seja comum associar juventude apenas à faixa etária, o conceito vai além dos números e envolve também fatores como estilo de vida, maturidade, expectativas e o contexto social em que o jovem está inserido. Mesmo quando os estudos estatísticos delimitam idades para fins de análise, é importante considerar que a transição para a vida adulta acontece de

formas diferentes para cada grupo social. Como destaca Dayrell (2019), juventude é uma construção social, vivida de forma diversa a partir das condições, trajetórias e experiências que marcam o cotidiano dos jovens.

Durante muito tempo, a juventude foi percebida como um problema social, associada à marginalidade e à necessidade de controle. Abramo (2005) reforça que essa construção simbólica esteve presente em diversas políticas públicas ao afirmar: “A juventude foi tematizada como um problema, como fonte de instabilidade ou ameaça à ordem social e, portanto, como objeto de controle” (Abramo, 2005, p. 9).

Esse olhar, porém, vem se transformando nas últimas décadas. A partir dos anos 1990 surgiram estudos que tratam os jovens como capital humano e apontam políticas públicas como alternativa para incluí-los no mercado de trabalho. Segundo Faria (2024, p. 20), também se observou uma juventude com menos responsabilidades, em que classes médias priorizam lazer enquanto jovens pobres buscam ascensão.

Boghossian e Minayo (2009, p. 417) identificam duas correntes principais no debate sobre participação juvenil: uma que aponta ausência de engajamento e outra que reconhece novas formas de envolvimento. Os jovens tendem a se integrar em causas que refletem seus valores e estilo de vida.

Nos últimos anos, a juventude tem se organizado de maneira distinta em relação às gerações anteriores. A identidade, antes associada a grandes movimentos centralizados, passou a se construir de forma dinâmica e relacional. Reguillo (2017) entende a juventude como produtora de sentidos em constante interação com o território, o tempo histórico e as redes socio-técnicas. Essa identidade coletiva não é estática, mas moldada por experiências, pertencimentos e causas específicas. Com isso os jovens articulam-se em redes descentralizadas, conectadas por afinidades e propósitos, formando coletivos que emergem diante de temas como sustentabilidade, justiça social e diversidade. Esses arranjos mostram que as novas gerações engajam-se não necessariamente em grandes frentes organizadas, mas em movimentos fluidos, múltiplos e conectados à realidade em que vivem.

Há, no entanto, um ponto de convergência: o interesse pela sustentabilidade. Para Veiga (2010), a crescente valorização da sustentabilidade entre as novas gerações não pode ser reduzida a uma simples tendência: trata-se da legitimação de um novo valor, que passa a influenciar instituições, decisões e comportamentos. Pesquisas reforçam esse movimento. A YouGov Surveys (2024) aponta que 16,3% dos jovens entre 18 e 24 anos consideram

a responsabilidade social crucial em suas decisões de compra. Segundo o Emobile (2024), mais da metade dos entrevistados avalia aspectos socio-ambientais ao consumir.

Esse alinhamento entre juventude e sustentabilidade pode tornar as cooperativas uma alternativa estratégica. Com princípios baseados no cuidado com as pessoas e o meio ambiente, essas instituições têm potencial para atrair a nova geração. No entanto, os dados mais recentes mostram que o público cooperativista ainda é majoritariamente composto por adultos entre 30 e 49 anos (OCB, 2025). Estudos como o de Boessio (2015) alertam para a necessidade de discutir a sucessão familiar e estimular a permanência dos jovens nos negócios. Ainda que essa responsabilidade não seja exclusiva das cooperativas, é fundamental que elas promovam o interesse dos filhos de associados.

O Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) é uma estratégia relevante nesse processo. Segundo Andrioli (2007, p. 191), “é esse o fruto maior da vivência do conceito de cooperação nas escolas: a consciência da importância da cooperação”. A vivência prática em grupo desenvolve nos alunos valores como participação e trabalho em equipe, fortalecendo a responsabilidade social desde cedo.

O cooperativismo, além de modelo econômico, configura-se como prática educativa. A organização coletiva transforma valores e promove consciência de grupo. “As novas formas de agir, em conflito com os valores antigos, permitem a identidade grupal e desenvolvem a ação coletiva que determina a consciência coletiva” (Andrioli, 2007, p. 191).

Diante desse cenário percebe-se que os jovens com seu perfil engajado, colaborativo e atento às questões sociais e ambientais representam uma oportunidade real para a renovação e continuidade do cooperativismo. Para alcançar esse público, torna-se fundamental que as cooperativas ampliem seu olhar e invistam em estratégias voltadas à sucessão, ao protagonismo juvenil e à conexão com os valores e expectativas dessa nova geração. Assim será possível fortalecer um modelo de cooperação mais moderno, participativo e alinhado aos desafios do presente e do futuro.

4 Análise dos resultados

A pesquisa, composta por 22 questões, buscou identificar o perfil dos jovens e suas percepções sobre cooperativas, barreiras à associação e o im-

pacto das práticas de Desenvolvimento Sustentável nesse contexto. Os dados demográficos revelam que 82,1% dos entrevistados têm entre 18 e 30 anos, faixa etária considerada com base na compreensão de que, embora a juventude possa ser definida por múltiplos aspectos culturais, sociais e subjetivos, ainda é comum utilizar critérios etários como ponto de partida em estudos quantitativos, conforme sugere Reguillo (2017).

A maioria dos respondentes é do sexo feminino, 67,5%, fator relevante diante da busca por equidade de gênero promovida pelas diretrizes de Desenvolvimento Sustentável. Em termos educacionais, o público apresenta nível elevado: 51,8% têm ensino superior completo e 15,7%, pós-graduação. A maior parte dos participantes, 82,7%, reside em Chapecó-SC, e 62,2% são solteiros. Quanto à dependência familiar, 70,2% não possuem filhos. Esses dados refletem dois perfis: jovens solteiros em fase de independência financeira e, em menor número, casados em busca de segurança econômica. Ambos representam oportunidades estratégicas para as cooperativas.

Em relação à renda dos entrevistados, a maioria dos participantes possui renda entre 2 e 5 salários mínimos, com destaque para a faixa de 3 a 4 salários, sendo estes 23%. Apenas 3,7% recebem até 1 salário mínimo, indicando um perfil majoritariamente de classe média.

A diversidade profissional também foi observada. A principal ocupação declarada pelos participantes da pesquisa foi a de estudante, representando 12,77% do total, o que evidencia uma presença significativa de jovens ainda em fase de formação acadêmica. Na sequência, destacam-se os cargos de auxiliar administrativo (7,80%) e vendas (7,09%), refletindo a inserção em funções operacionais e comerciais. Também apareceram com frequência semelhante as profissões de secretária/recepcionista (4,96%), técnica de enfermagem, professor, estagiária e assistente administrativo, cada uma com 4,26%. Já as ocupações de agricultor, *designer* e gerente foram mencionadas por 3,55% dos respondentes. Por fim, um grupo expressivo, correspondente a 39,72%, foi classificado na categoria outros, revelando a diversidade de áreas profissionais não especificadas individualmente no questionário.

A pesquisa também analisou o conhecimento dos jovens sobre cooperativas e identificou que a maioria conheceu-as por meio de amigos e familiares (59,7%) ou ambientes escolares e universidade (23%). Assim, o que reforça Andrioli (2007) ao afirmar que a identidade é construída nas interações sociais. Quando uma pessoa se relaciona com outra, ela se vê

refletida nesse relacionamento; então quando o jovem vê seus amigos e familiares envolvidos nesse ambiente cooperativo, quando ele percebe a cooperativa como parte de sua comunidade, ele a conhece e reconhece. Apesar disso, 11,5% afirmaram não conhecer cooperativas, dado significativo para uma região em que o cooperativismo é tradicionalmente forte.

A pesquisa revela que os jovens priorizam aspectos econômicos ao associar-se a cooperativas, sendo os benefícios financeiros (59,30%) e a melhoria da renda (58,70%) os fatores mais citados. Esses dados indicam uma busca por retorno direto e imediato, característica marcante dessa geração. O atendimento diferenciado (46%) também aparece como expectativa relevante, evidenciando a valorização da experiência com a instituição.

A preocupação com causas sociais e ambientais é apontada por 39,70% dos jovens, revelando uma sensibilidade alinhada ao Desenvolvimento Sustentável, embora ainda subordinada aos ganhos econômicos. Já fatores como experiências colaborativas (30,70%), formação e capacitação (28,00%) e *networking* (24,30%) demonstram que o desenvolvimento do capital humano ainda é pouco reconhecido como vantagem competitiva pelas cooperativas.

Apenas 0,5% dos jovens participantes da pesquisa declararam esperar desenvolvimento coletivo ao se associar a uma cooperativa, o que revela um dado a ser observado. Essa baixa valorização do coletivo sinaliza um distanciamento em relação aos princípios fundadores do cooperativismo, como a ajuda mútua, a solidariedade e o interesse pela comunidade. Tal percepção pode estar ligada à forma como as cooperativas têm se comunicado com esse público, muitas vezes reforçando apenas os benefícios financeiros. Cabe, portanto, às cooperativas reavaliarem a maneira como estão divulgando aspectos fundamentais de sua essência. Princípios esses que já fazem parte da prática cotidiana das cooperativas e precisam ser traduzidos em narrativas acessíveis, inspiradoras e alinhadas às expectativas da nova geração.

Ao questionar a participação em cooperativas, temos um público dividido: praticamente metade já participou (50,5%) de alguma cooperativa e outra metade não (49,5%). Em relação ao ramo de atuação das cooperativas de que os entrevistados já participaram, estão em destaque crédito e agropecuário.

Em relação às barreiras para associação, o principal obstáculo é a falta de conhecimento sobre o funcionamento dessas instituições, apontada por 60,40% dos respondentes. Esse cenário representa um desafio relevante para as cooperativas, especialmente no que se refere à comunicação e à educação cooperativista voltadas ao público jovem. Além da baixa valori-

zação do desenvolvimento coletivo, destaca-se que 26,7% dos entrevistados apontaram a percepção de benefícios não claros e 23,5% mencionaram a falta de facilidade e praticidade como barreiras à associação. Esses dados reforçam a urgência de modernizar não apenas a linguagem adotada pelas cooperativas, mas também a experiência oferecida aos jovens, tornando-a mais transparente, acessível e conectada às dinâmicas de consumo e interação dessa geração. Outras barreiras incluem processos demorados (18,20%), falta de confiança nas cooperativas (15,50%) e pouca tecnologia (15%), indicando que, além da comunicação, a modernização dos serviços também é uma demanda importante. A demora na resolução de problemas (14,40%) e o atendimento ruim (8,60%) completam o quadro de desafios operacionais. Apenas 0,50% afirmaram não encontrar barreiras, o que evidencia que, para a maioria dos jovens, há obstáculos significativos à associação. Esses dados demonstram a urgência de estratégias mais eficazes de aproximação, linguagem acessível, digitalização de processos e fortalecimento da imagem institucional das cooperativas.

Com base em sua análise sobre o papel educativo do cooperativismo, Andrioli (2007) argumenta que todo conhecimento está enraizado em práticas concretas e em contextos históricos específicos, sendo tanto o conhecimento quanto a prática expressões sociais. À luz desse entendimento, observa-se que o cooperativismo atravessa hoje um momento de transição e reinvenção. Diferentemente das gerações anteriores, especialmente dos pais dos jovens atuais, que viveram uma época de forte mobilização coletiva e engajamento cooperativista, a juventude contemporânea encontra um cenário distinto, marcado por novas demandas sociais e culturais que exigem formas atualizadas de participação e pertencimento. Nesse contexto, entendemos que a juventude não conhece profundamente o cooperativismo, pois não teve a oportunidade de vivenciá-lo; o conhecimento da prática é sempre diferente do teórico. É possível, portanto, compreender que o atual distanciamento dos jovens do cooperativismo está atrelado à ausência de vivência que torne as cooperativas relevantes para essa geração.

Os dados revelam que a sustentabilidade exerce influência significativa na decisão dos jovens ao associar-se a uma cooperativa. A maioria dos respondentes, 48%, afirmou que esse fator impacta moderadamente sua escolha, e 31,7% indicou que impacta muito, totalizando quase 80% dos participantes com algum grau de sensibilidade ao tema. Em contrapartida, 13,4% relataram ser pouco influenciados, e apenas 6,4% declararam ne-

nhuma influência, evidenciando que a agenda sustentável é, de modo geral, valorizada entre o público jovem.

As redes sociais são o principal meio de informação e comunicação para os jovens, sendo a preferência de 71,60% dos respondentes. Em segundo lugar, destacam-se os aplicativos de mensagens, como o WhatsApp, com 43,70%, indicando a importância de estratégias de comunicação direta e interativa. Já os meios tradicionais como TV, rádio e jornal aparecem com apenas 15,30%, assim como o e-mail com 17,40%, demonstrando menor relevância entre esse público. Esse cenário indica que a participação dos jovens tende a ocorrer em formatos mais dinâmicos, digitais e personalizados, o que exige das cooperativas uma revisão profunda de suas formas de interação e engajamento.

Os dados revelam que os jovens preferem informar-se e se comunicar por redes sociais (71,60%) e aplicativos de mensagens (43,70%), enquanto canais tradicionais como TV, rádio e jornal têm menor relevância. Isso sugere uma maior afinidade com formatos digitais e interativos, o que pode refletir-se também em suas preferências por formas de participação. Embora a pesquisa não investigue diretamente a adesão aos eventos presenciais, o alto número de indecisos quanto à participação indica uma possível desconexão com os formatos atualmente praticados pelas cooperativas. Andrioli (2007) já apontava em experiências com escolas que ações esporádicas e pouco integradas não promovem engajamento efetivo com o cooperativismo. Assim, mais do que comunicar, é preciso reinventar as estratégias de aproximação, criando espaços de participação que dialoguem com os interesses da juventude.

Em relação à percepção sobre a transparência das cooperativas, 31,7% dos jovens dizem-se satisfeitos e 10,1% muito satisfeitos. No entanto, 30,2% permanecem neutros, e 21,7% afirmam não acompanhar o tema, enquanto 6,3% demonstram algum nível de insatisfação. Esses dados indicam uma tendência positiva, mas também apontam para a necessidade de fortalecer ações que envolvam e informem melhor esse público, aumentando o senso de pertencimento e confiança nas instituições cooperativas. Os dados sugerem que, apesar de uma tendência à satisfação, há espaço para melhorias na comunicação da transparência, especialmente com ações que envolvam e informem melhor os jovens.

A maioria dos jovens demonstra tendência positiva em relação à recomendação das cooperativas: 39% disseram ser provável recomendar e

21,4%, muito provável, somando mais de 60% com predisposição favorável. No entanto, 35,8% adotam uma posição neutra, o que pode refletir falta de conhecimento ou envolvimento direto com o modelo. Apenas uma minoria expressa resistência: 3,2% improvável e 0,5% muito improvável. Esse panorama sinaliza oportunidade para as cooperativas ampliarem o engajamento dos jovens, convertendo os neutros em promotores por meio de ações mais próximas, informativas e alinhadas a seus valores.

Quando questionados em relação ao conhecimento das práticas de desenvolvimento sustentável das cooperativas, 55,6% estão cientes das práticas e 44,4% não estão cientes. Isso demonstra que, apesar das cooperativas terem em seus princípios a sustentabilidade e terem isso como parte do dia a dia, percebe-se que a comunicação não é eficaz.

Também dialoga com o pensamento de Veiga (2010) a ideia de que, apesar dos desafios globais da sustentabilidade, é no plano local que as transformações ganham corpo e visibilidade. As ações desenvolvidas e comunicadas pelas cooperativas em suas comunidades têm grande impacto regional e, em uma perspectiva mais ampla, contribuem para a sustentabilidade planetária. O autor sintetiza: “é nos territórios e não nos mercados que se forja a sustentabilidade” (Veiga, 2010, p. 105). Quando praticadas nos contextos em que as pessoas vivem, essas iniciativas tornam-se mais perceptíveis, compreensíveis e valorizadas.

Quando questionados se a sustentabilidade influencia sua decisão de participar da cooperativa, 48% dos jovens responderam que moderadamente, 31,70% que muito, 13,40% pouco, 6,40% nada. Esse dado dialoga com Veiga (2010), que destaca o fortalecimento de uma nova sensibilidade social orientada por valores sustentáveis, especialmente entre os mais jovens. Para o autor, essa legitimação da sustentabilidade como valor ocorre justamente quando ela passa a integrar decisões concretas, como o consumo e o engajamento institucional.

Em relação aos aspectos de Desenvolvimento Sustentável considerados importantes por esse público, a inovação sustentável tem destaque (65,80%), seguida da responsabilidade social (59,90%), práticas ambientais (50,80%) e governança (46,50%).

A maioria dos participantes da pesquisa acredita que a adoção de práticas de Desenvolvimento Sustentável pode melhorar significativamente a imagem e a reputação das cooperativas entre os jovens, sendo essa a opinião de 49,2% dos respondentes. Outros 32,1% consideram que essa

melhoria ocorre de forma moderada, enquanto 4,8% afirmaram que o impacto seria pouco e 2,7% nulo. Já 11,2% declararam não saber. Esses dados reforçam a percepção positiva do público jovem em relação ao papel transformador das ações sustentáveis no contexto cooperativista. Em um contexto geral da pesquisa, podemos entender que a juventude, especialmente a feminina e com um nível de educação mais elevado, é receptiva às cooperativas, principalmente quando benefícios financeiros claros estão envolvidos.

Porém, as cooperativas possuem desafios significativos relacionados à transparência de suas ações bem como comunicação do que já vem sendo realizado. Também será importante realizar projetos relacionados à conscientização sobre as práticas de desenvolvimento sustentável e inovação sustentável.

Conclui-se, portanto, que o problema de pesquisa foi respondido e os objetivos atingidos: identificaram-se os fatores que atraem os jovens, as barreiras à associação e a relevância das práticas de Desenvolvimento Sustentável como estratégias para engajamento. A juventude demonstra abertura para o cooperativismo, desde que este se comunique com clareza, seja transparente e atue em sintonia com seus valores.

5 Considerações finais

Este estudo buscou investigar as barreiras que dificultam a participação dos jovens no cooperativismo e analisar de que forma estratégias de Desenvolvimento Sustentável podem ser aplicadas para superá-las. Os dados revelaram que os jovens são atraídos principalmente por benefícios financeiros e por práticas sustentáveis, mas que a falta de conhecimento e de transparência ainda são entraves significativos.

No aspecto teórico, os resultados reforçam a relação entre os valores da juventude e os princípios cooperativistas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento sustentável. A literatura destaca que as novas gerações atribuem crescente importância às práticas ambientais e sociais das instituições com as quais se relacionam, fato também constatado neste estudo.

Nesse sentido, as cooperativas têm uma oportunidade estratégica de alinhar suas ações de Desenvolvimento Sustentável à linguagem e aos interesses dos jovens, especialmente quando essas ações são associadas a causas ou grupos com os quais eles se identificam.

Com base nos dados da pesquisa propõem-se as seguintes recomendações práticas:

a) Desenvolver campanhas contínuas relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável com foco em conscientização e educação, adotando formatos mais interativos e atrativos, já que os modelos tradicionais de eventos, como palestras, demonstram não despertar o interesse desse público;

b) Repensar a divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade, priorizando narrativas de impacto contadas em mídias digitais, conforme a preferência dos jovens por acompanhar informações pelas redes sociais;

c) Estabelecer parcerias com influenciadores digitais que possuam credibilidade nas temáticas de sustentabilidade e tenham forte conexão com o público jovem;

d) Priorizar a inovação sustentável, investindo em ações que promovam eficiência energética, redução de desperdícios e iniciativas de impacto ambiental e social positivo;

e) Desenvolver projetos de impacto local com reconhecimento global, alinhando-se ao princípio “pense globalmente, aja localmente”;

f) Apoiar iniciativas empreendedoras com impacto social, como *startups*, artistas e atletas, e fortalecer alianças com outras organizações que compartilham os mesmos princípios;

g) Inserir-se em coletivos e movimentos jovens, como grupos LGBTQIA+, redes de mulheres ou jovens empreendedores, valorizando a pluralidade e o pertencimento;

h) Investir em campanhas de inclusão e equidade, mostrando que o cooperativismo é acessível a diferentes perfis sociais;

i) Adotar práticas contínuas de educação cooperativista nas escolas, como já apontado por Andrioli (2007), garantindo a formação desde cedo;

j) Incorporar a gamificação como ferramenta pedagógica, tornando o ensino cooperativista mais dinâmico e acessível.

Com tais práticas acredita-se que as cooperativas poderão superar as barreiras diagnosticadas neste estudo e construir vínculos duradouros com os jovens.

Apesar de os objetivos da pesquisa terem sido alcançados, vale destacar suas limitações: o recorte regional e o uso de amostragem por conveniência podem restringir a generalização dos achados. Além disso, a abordagem quantitativa, embora útil para identificar padrões, não explora com profundidade as percepções subjetivas dos jovens.

Sugere-se, portanto, que pesquisas futuras adotem metodologias mistas, combinando abordagens qualitativas e quantitativas, e sejam realizadas em diferentes regiões do país. Comparativos entre públicos com distintos perfis demográficos também enriqueceriam o entendimento do tema. Como aponta Veiga (2010), a sustentabilidade deve ser compreendida como um valor emergente, que exige uma nova racionalidade e engajamento contínuo. Afinal, “só haverá sustentabilidade quando ela passar a ser um valor internalizado nas decisões” (Veiga, 2010, p. 28).

Conclui-se que, ao aprimorar suas práticas de Desenvolvimento Sustentável e olhar de forma estratégica para sua relação com a juventude, as cooperativas poderão consolidar-se como instituições contemporâneas, inclusivas e comprometidas com um futuro sustentável. Essa transformação será essencial para fortalecer um modelo de associativismo mais próximo, dinâmico e alinhado às demandas da nova geração.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. **Juventude e política**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ANDRIOLI, A. I. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 264 p.
- BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sau-soc/2009.v18n3/411-423/pt>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BOESSIO, A. T. **Jovens rurais e processos de sucessão**: em análise uma cooperativa agropecuária no triângulo mineiro. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/710db0c6-c3ab-471a-bfe9-1dea02b89be8>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- CHAVEZ, Alejandro R. Chavez. **Global**: os consumidores querem empresas responsáveis? 2023. Disponível em: <https://business.yougov.com/pt/content/47367-global-consumidores-querem-empresas-responsaveis/>. Acesso em: jun. 2024.
- COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. 2023. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: mar. 2023.
- DAYRELL, Juarez. **A juventude como construção social**. 11. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

ETGETO, Anderson Augusto *et al.* Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. **Maringá Management: revista de Ciências Empresariais**, Maringá, v. 2, n. 1, p. 7-19, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/199473190>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FARIA, Maria Lúcia Ferreira de. **Juventude, associativismo e participação**: um estudo das associações juvenis do Distrito do Porto. 2010. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14301>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FIGUEIREDO, Nilsa Terezinha Capiem de. **Cooperativas sociais**: alternativa para inserção. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. 162 p. (Coleção educação à distância. Série livro-texto).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. ISBN 978-85-97-01292-7.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Chapecó/SC**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Everton. **Geração Z**: metade dos entrevistados preferem comprar de marcas socialmente responsáveis. 2023. Disponível em: <https://emobile.com.br/site/varejo/geracao-z-metade-dos-entrevistados-preferem-comprar-de-marcas-socialmente-responsaveis/#:~:text=socialmente%20responsáveis%20-%20eMóbile-,Geração%20Z:%20metade%20dos%20entrevistados%20preferem%20comprar%20de%20marcas%20socialmente,-responsáveis%20e%20conscientes>. Acesso em: jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/ocb>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

REGUILLO, Rossana. **Culturas juvenis**: formação, práticas e sentidos. São Paulo: Editora SENAC, 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Cooperativismo e ESG combinam? Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/E-book_Cooperativismo_e_ESG_combinam.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

SISTEMA OCB. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/cooperativismo>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SESCOOP. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/sescoop>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SCHUSTER, Tiana Marielle. **Educação cooperativista e a sucessão familiar**: um estudo de caso no oeste de Santa Catarina. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4913/1/SCHUSTER.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

TRIPPPIA, L. M. *et al.* O pacto global e a igualdade racial no ambiente de trabalho. **Percursos**, v. 4, n. 31, p. 187-189, 2019.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

ZANELLA, Lidiane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciência da Administração, UFSC, 2013. p. 19-101.

Jovens e bancos digitais: um desafio para as cooperativas de crédito

Estevão Schmidt

Marcio Luft

1 Introdução

O Sistema Financeiro exerce extrema importância no desenvolvimento econômico dos países e suas economias através do provimento de crédito, intermediação das relações entre poupadores e tomadores, estímulo aos investimentos, organização dos meios de pagamentos, suporte à política monetária, facilitação de comércio entre países e economias, estabilidade financeira, entre outras atribuições.

O surgimento dos bancos digitais trouxe inúmeras mudanças no setor financeiro, impactando não somente os bancos tradicionais, mas de maneira especial as cooperativas de crédito no tocante ao grau de competitividade, além de trazer um grande desafio à renovação do quadro social da cooperativa.

Com o desenvolvimento de tecnologias de informação (TI) as instituições financeiras – quais sejam: bancos tradicionais; bancos que utilizam tecnologia digital, mas possuem agências físicas e cooperativas de crédito – foram se adaptando. Porém, a chegada da era digital *on-line*, especialmente durante e depois da pandemia da Covid-19, também trouxe vários desafios ao setor financeiro, entre os quais a forte adesão por parte de jovens aos bancos totalmente digitais.

Sabe-se que os chamados “neobancos” são os que mais recebem jovens em suas carteiras de clientes. Uma pesquisa feita pela *fintech* Mambu (ItForum, 2023) revelou que brasileiros jovens, que estão na faixa etária de 18 a 35 anos, escolhem os bancos digitais ao invés de outros tipos de instituições financeiras.

Este estudo tem como objetivo entender os motivos pelos quais jovens de 20 a 24 anos, residentes no município de Aratiba-RS, escolhem

bancos virtuais em detrimento das Cooperativas de Crédito. Para tal estabeleceu-se como objetivos específicos: a) realizar uma revisão da literatura acerca de instituições financeiras como as Cooperativas de Crédito, os Bancos (tradicionais e digitais) e as Fintechs, bem como sobre as preferências do público jovem em relação aos serviços financeiros; b) apontar e analisar os motivos pelos quais jovens preferem bancos digitais.

A metodologia escolhida para realização deste estudo foi uma pesquisa de campo de caráter quali-quantitativo e exploratório.

A escolha desse tema justifica-se pela experiência profissional do acadêmico em uma cooperativa de crédito, na qual se constata uma baixa adesão de jovens como associados. Essa realidade, corroborada por estudos como o de Oliveira e Borges (2022), que revela que 76,5% dos jovens utilizam serviços de bancos digitais, motiva a realização deste estudo. O objetivo é compreender os motivos dessa baixa adesão e, com base nessa análise, delinear estratégias e planos de ação para ampliar o alcance da cooperativa entre o público jovem. É essencial evidenciar aos jovens os benefícios do cooperativismo, um modelo de negócio que promove o desenvolvimento regional e uma sociedade mais justa e sustentável – valores que são priorizados pela geração Z. A pesquisa, portanto, levanta a questão: os bancos digitais e *fintechs* com sua ênfase na praticidade e tecnologia também se preocupam com esses valores?

2 As cooperativas de crédito, os bancos e as fintechs

As transformações no setor financeiro têm sido profundas nas últimas décadas, impulsionadas pela diversificação das instituições e pela inovação tecnológica. Nesse contexto, as cooperativas de crédito, os bancos tradicionais e as *fintechs* surgem, cada qual com características próprias que moldam suas operações, seu impacto no mercado e a forma como se relacionam com seus clientes. O texto que segue buscará tratar as especificidades de cada um desses atores.

Primeiramente, serão abordadas as cooperativas de crédito, destacando seu modelo de negócios centrado no cooperativismo, nas quais os membros são simultaneamente clientes e proprietários. Em seguida, será abordado o papel dos bancos tradicionais e dos digitais, que, apesar da longa história e robustez regulatória, têm enfrentado a necessidade de modernização frente às novas tecnologias e ao comportamento do consumidor. Fi-

nalmente, será discutido o papel das *fintechs*, empresas tecnológicas que revolucionaram o mercado financeiro ao oferecer soluções digitais ágeis, reduzindo intermediários e, muitas vezes, custos operacionais.

Essas três vertentes serão tratadas ao longo do texto, enfatizando como elas coexistem e competem no ambiente financeiro contemporâneo, buscando alinhar com o objetivo do estudo.

2.1 As cooperativas de crédito

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, s.d.a), uma cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela união de pessoas com o objetivo de oferecer serviços financeiros exclusivamente a seus membros: “As cooperativas de crédito são as instituições que têm o objetivo de promover a prestação de serviços financeiros a seus cooperados, tendo sempre o propósito de melhorar a qualidade de vida das pessoas e gerar desenvolvimento para a sociedade” (Somoscoop, s.d., p. 1). Essas instituições oferecem aos associados serviços similares aos disponíveis em bancos tradicionais, como contas-correntes, investimentos, cartões de crédito, empréstimos, financiamentos e toda a gama de serviços financeiros.

Autorizadas a funcionar e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, as cooperativas de crédito são regulamentadas pela Lei Complementar nº 130/2009. Em 2022, através da Lei Complementar nº 196 a legislação foi modernizada, permitindo ainda mais a evolução e o engajamento nas comunidades nas quais as cooperativas estão inseridas, fortalecendo negócios e trazendo prosperidade aos cooperados (Somoscoop, s.d.).

Nessa estrutura, os cooperados desempenham um papel duplo: são tanto proprietários quanto usuários da cooperativa, participando ativamente de sua administração e tendo acesso a seus produtos e serviços. Uma característica fundamental desse modelo é a igualdade de voto entre os cooperados, independentemente do valor que cada um possui investido no capital social da cooperativa. Além disso, o cooperativismo de crédito não tem como objetivo a obtenção de lucros, e sim o benefício mútuo dos participantes. A adesão é aberta e voluntária, garantindo que todos os associados tenham os mesmos direitos e deveres dentro da organização (BCB, s.d.a).

Pode-se afirmar que, no âmbito do mercado financeiro, as cooperativas de crédito, que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional, surgem como uma alternativa para atender as necessidades de seus cooperados. A principal distinção em relação aos bancos comerciais está no seu modo de

operar, já que essas cooperativas dedicam-se exclusivamente a seus membros, com foco no desenvolvimento sustentável e na criação de vantagens econômicas e sociais para a comunidade (Furlanetto; Weymer; Matos, 2023).

2.2 Os bancos tradicionais e digitais

Os bancos são instituições financeiras que têm como principal função intermediar recursos financeiros entre aqueles que possuem capital disponível (poupadores) e aqueles que necessitam de capital (tomadores de empréstimos). Além disso, oferecem diversos serviços como contas-correntes, cartões de crédito, câmbio, investimentos e pagamentos (Durães, 2022).

Os bancos tradicionais têm uma longa trajetória, que remonta à Antiguidade, quando já existiam instituições que desempenhavam funções rudimentares de depósitos e empréstimos. Porém os bancos, como são hoje conhecidos, tiveram a sua origem na Europa no início da Idade Moderna. A Casa di San Giorgio, criada em 1406 em Gênova, na Itália, é considerada a primeira instituição financeira moderna da História (LFTM, 2024).

Nos séculos XVIII e XIX, com o advento da industrialização, os bancos tradicionais expandiram significativamente suas operações. De acordo com Costa (2023), passaram a desempenhar um papel crucial no financiamento de grandes empreendimentos industriais e na expansão das infraestruturas, como ferrovias e estradas. Foi também nesse período que surgiram importantes bancos centrais, como o Banco da Inglaterra, criado em 1694, que teve o objetivo de regular a moeda e dar maior estabilidade ao sistema financeiro. A regulação bancária começou a se consolidar como resposta a crises financeiras frequentes, que colocavam em risco a economia de muitos países.

Ao longo do século XX, os bancos tradicionais continuaram a crescer e se consolidar, tornando-se instituições essenciais para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, o sistema bancário estruturou-se fortemente a partir da criação do Banco do Brasil em 1808 e, posteriormente, com a criação do Banco Central em 1964, que passou a exercer papel de regulação monetária e supervisão das instituições financeiras (Cavacchini, 2007).

Nas últimas décadas, os bancos tradicionais enfrentaram novos desafios, especialmente com a revolução digital e o surgimento de *fintechs* e outras *startups* que oferecem soluções financeiras ágeis, com menos burocracia e custos operacionais reduzidos.

Nesse sentido, Weiss e Baggio (2018, p. 7) referem: “As *fintechs* estão revolucionando o mercado financeiro, que era caracterizado por sua atuação tradicional e consolidada. E essa evolução está crescendo cada vez mais verticalmente”.

Além disso, conforme Freitas (2020), desde a crise financeira de 2008, que abalou a confiança em grandes bancos e levou a uma nova onda de regulação, especialmente em países desenvolvidos, houve a implementação de mecanismos de controle de risco mais rigorosos. Em resposta, os bancos tradicionais começaram a investir pesadamente em tecnologia, buscando digitalizar seus serviços, melhorar a experiência dos clientes e aumentar a eficiência operacional.

Hoje, os bancos tradicionais encontram-se em um momento de transição. Muitos buscam reinventar-se em um mercado altamente competitivo, dominado por inovações tecnológicas. Apesar de seu histórico de estabilidade e confiança, essas instituições enfrentam concorrência acirrada de *fintechs* que oferecem soluções digitais e personalizadas. “Neobancos, *blockchains* e *fintechs* estão balançando os alicerces do setor com sua abordagem centrada no cliente, desafiando o *status quo* e estabelecendo novas expectativas” (Córdoba, 2024, p. 1).

Para manter sua relevância, os bancos tradicionais têm investido em parcerias com *fintechs*, adotando novas tecnologias como inteligência artificial e *blockchain* e expandido seus serviços para o ambiente digital, ao mesmo tempo em que continuam a oferecer a segurança e a regulamentação robusta que os caracterizam desde sua origem.

Conforme Oliveira (2024), o surgimento dos bancos digitais está diretamente ligado aos avanços da tecnologia, principalmente com o crescimento da internet e a popularização dos dispositivos móveis. Esse movimento começou a ganhar força no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando algumas instituições financeiras tradicionais começaram a oferecer serviços bancários pela internet, permitindo que os clientes realizassem transações e consultas sem a necessidade de ir até uma agência física.

Contudo, ainda de acordo com o autor, os bancos digitais, como os conhecemos hoje, surgiram com um novo modelo, totalmente *on-line*, sem agências físicas, oferecendo uma experiência bancária mais prática e acessível.

“Bancos Digitais são instituições financeiras que ofertam seus serviços de maneira 100% digital, que surgiram com o intuito de oferecer servi-

ços mais rápidos e práticos do que os bancos tradicionais” (Souza, 2022 *apud* Resende, 2022, p. 18).

Segundo informações de Sap Brasil (2024), o futuro dos bancos digitais é promissor, pois estão em plena expansão, desafiando o modelo dos bancos tradicionais e acelerando a transformação do sistema financeiro. Com a digitalização acelerada pela pandemia espera-se que essas instituições continuem a ganhar mercado, principalmente ao desenvolver novas soluções tecnológicas, maior personalização no atendimento e serviços financeiros mais inclusivos e acessíveis a diferentes públicos. *As inovações que moldarão o futuro dos bancos digitais serão impulsionadas pelas tendências tecnológicas e pela demanda humana: “Bancos inteligentes estão adotando análise de dados, Inteligência Artificial (IA) [...] para compreender a fundo as preferências de seus usuários. Com isso as organizações são capazes de entregar produtos, serviços e conselhos financeiros personalizados (SAP Brasil, 2024, p. 1).*

Com essa evolução a tendência é que os bancos tradicionais também acelerem sua transformação digital para manter-se competitivos, o que resultará em um setor financeiro cada vez mais digital e orientado à experiência do cliente. Na visão de Córdoba (2024, p. 1):

Imagine os serviços ao cliente sendo realizados por *chatbots* e assistentes virtuais inteligentes que possam solucionar problemas complexos com rapidez e eficiência. Além disso, as APIs por IA podem automatizar tarefas entediadas e rotineiras como a inserção de dados, o que simplifica a gestão do *backoffice* e melhora a eficiência operacional.

Entretanto essa transformação vai além disso. A adoção de tecnologias avançadas e novas abordagens é essencial para qualquer banco que aspire a liderar essa nova era. Especialistas destacam que as instituições financeiras mais inovadoras podem otimizar a eficiência operacional de seus *data centers* e se preparar para as inovações em IA que estabelecerão novos padrões na experiência do cliente. A integração de IA, *blockchain* e *fintech*, juntamente com uma infraestrutura digital robusta e segura, que inclua soluções eficientes de energia e refrigeração para suportar as aplicações digitais modernas, pode capacitar os bancos a enfrentar desafios futuros e aproveitar oportunidades emergentes.

Em suma, os bancos atuam em escala global e são essenciais para a estabilidade e o crescimento econômico. A evolução da tecnologia e a digitalização transformaram profundamente o setor, possibilitando o surgimento

dos bancos digitais, além de novos serviços financeiros acessíveis por meio de dispositivos eletrônicos. Isso tem democratizado o acesso a serviços bancários e promovido uma maior inclusão financeira.

2.3 As *fintechs*

Os avanços tecnológicos fomentados pelos altos investimentos trazem o surgimento das *fintechs* (termo originado da combinação de finanças e tecnologia). As *fintechs* são inovações financeiras que agregam tecnologia e finanças, ou seja, são empresas que atuam através de plataformas, *softwares* e/ou outras tecnologias, oferecendo produtos e serviços de forma totalmente digital.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB, s.d.b), as *fintechs* “são empresas que introduzem inovações nos mercados financeiros por meio do uso intenso de tecnologia, com potencial para criar novos modelos de negócios. Atuam por meio de plataformas *on-line* e oferecem serviços digitais inovadores relacionados ao setor.

Fintech é uma inovação tecnológica em serviços financeiros que pode impulsionar a criação de novos modelos de negócios, aplicativos, processos ou produtos para atender demandas de usuários do mercado financeiro” (Barroso; Laborda, 2022).

2.4 Preferência do público jovem pelos bancos digitais

Não é novidade que o público jovem tenha uma habilidade natural no uso de equipamentos eletrônicos, computadores, celulares, internet e a gama de produtos/serviços que por meio dela é oferecida no mercado, enfim, todos os dispositivos da era digital. Isso se deve ao fato dessa população já ter nascido na era digital. Trata-se da geração Z, que, ao ser comparada com adultos com idade superior, demonstra que tem muito mais facilidade para operar esses dispositivos.

Isso faz com que, no momento de escolher um banco para realizar transações financeiras, essa geração certamente escolherá um banco que disponha de serviços digitais.

Piovezan (2024, p. 1) comenta que uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais revelou que:

A maioria dos jovens da geração Z, de 16 a 27 anos, prefere investir através do aplicativo do banco do que abrir uma conta em corretora de investimento. Esse número chega a 63% dos jovens com essa preferência, de acordo com a 7ª edição do Raio X do Investidor Brasileiro, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Conforme Piovezan (2024), o motivo dessa preferência deve-se ao comportamento social dessa geração, que leva em conta a marca do banco que escolhe para abrir uma conta, por exemplo, observando em suas redes sociais se influenciadores digitais (*youtubers, instagramers, tiktokers*, etc.) possuem contas ou fazem alguma propaganda para essa marca específica de banco; isso é um forte motivo.

Graziano (*apud* Zmoginski, 2019) salienta que a geração Z é muito preocupada com os valores. Esses jovens estão em busca de um propósito e preocupam-se com o meio ambiente e o impacto social de suas atitudes, bem como das empresas com as quais se relacionam. Essa geração não é composta por rebeldes, como os *hippies* dos anos 1960, mas, ao contrário, é formada por jovens que entendem as empresas como instituições úteis à sociedade.

Outra explicação, segundo Piovezan (2024), é a confiança que o banco demonstra nas redes sociais, suas campanhas de marketing, como atinge seus públicos, como se posiciona perante grandes fatos do mundo, se é sustentável, se se preocupa com causas sociais, entre outros aspectos dessa natureza. Mas, sobretudo, os jovens levam em conta a facilidade de acesso aos serviços por meio de dispositivos móveis ou outros como *notebooks* e *tablets*, são explicações para essa preferência.

Pesquisa realizada por Oliveira e Borges (2022) apontou que 76,5% dos jovens utilizam serviços oferecidos por bancos digitais, e as razões para essa escolha por parte dos jovens são a facilidade, a simplicidade e, em especial, a familiaridade que os jovens têm com as tecnologias digitais.

Ao tentar entender quem é esse público, como se pode defini-lo e entendê-lo, Zmoginski (2019, p. 1) explica que são jovens:

Cercados de *fintechs* por todos os lados e imersos em um mundo apartado da realidade, os jovens da geração Z desafiam os bancos a redesenhar seus produtos para atender um público hiperconectado em busca de valores éticos nas empresas com as quais se relacionam.

“Os Z querem saber se a empresa com a qual se relacionam é ética, se tem políticas para auxiliar a comunidade em seu entorno, se a carne que consomem é produzida sem sofrimento animal e se a água e a energia elé-

trica que usam na academia onde malham são fornecidas com baixo impacto ambiental”. (Graziano *apud* Zmoginski, 2019, p. 1).

Por fim, pode-se afirmar que os jovens têm preferência pelos bancos digitais, atraídos pela praticidade, comodidade e facilidade, além das menores taxas devido ao ambiente virtual. Eles percebem vantagens ao evitar deslocamentos para ir às agências, bem como a rapidez e a agilidade dos aplicativos (Garcia *et al.*, 2022).

3 Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo de caráter quali-quantitativo e exploratório. Para a realização deste estudo utilizaram-se dois métodos, a saber: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de uma revisão de literatura a fim de embasar a temática escolhida. Foram pesquisados diversos autores que tratam do assunto, sendo realizada uma seleção de matérias, leitura e síntese para sistematizar as ideias e compor a base teórica.

Para a fase de campo utilizou-se um questionário eletrônico semiestruturado contendo 12 questões abertas e fechadas como instrumento de coleta de dados (Apêndice B). Este foi aplicado, por meio da Plataforma Google Forms, a dez jovens com idade entre 20 e 24 anos. A faixa etária escolhida refere-se à população que está ingressando no mercado de trabalho e que tende, por consequência, a ser mais atuante no mercado financeiro. O intervalo etático escolhido baseia-se na pirâmide etária divulgada pelo IBGE e delimitado ao município de Aratiba (IBGE, 2022), no qual consta que há 331 jovens residentes no município que possuem idade entre 20 e 24 anos.

Para a seleção da amostra, primeiramente colheram-se informações junto à Agência da Cooperativa de Crédito Cresol do município de Aratiba-RS, onde se teve acesso à informação de que 103 jovens com idade entre 20 e 24 anos são associados da Cresol Aratiba. De acordo com os dados do último Censo Demográfico do IBGE (2022), conforme já mencionado, o número de jovens nessa faixa etária no município de Aratiba é de 331. Assim, pretendeu-se saber por que da totalidade de jovens no município apenas 31,11% são associados da Cresol Aratiba.

Não sendo possível aplicar o questionário à totalidade dos 228 jovens que residem em Aratiba e que não possuem conta na Cresol Aratiba, selecionou-se uma amostra com dez jovens (sujeitos da pesquisa) que responde-

ram ao questionário eletrônico disponibilizado por meio de um link de convite, ficando disponível para ser preenchido durante os dias 04 a 09 de outubro de 2024.

Ao acessar a página do formulário contendo o questionário, os jovens deparavam-se com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), contendo o objetivo da pesquisa, as questões éticas e os riscos. Somente após concordarem com o Termo, seguiam para o questionário propriamente.

A técnica de investigação através de questionário permite ao pesquisador realizar uma investigação, ou seja, uma sondagem sobre os aspectos que deseja conhecer a respeito de um grupo (Gil, 1999).

Depois de respondidos, os questionários foram utilizados para os fins da pesquisa e serão guardados pelo pesquisador em local seguro durante cinco anos.

Após a coleta de dados, a partir da aplicação do instrumento eletrônico, as respostas dos sujeitos foram levantadas e organizadas de modo a estabelecer correlações com a literatura pesquisada.

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Assim, com relação à análise de dados, a estratégia metodológica utilizou o processo de triangulação, o que é tipicamente uma forma para melhorar a validade e a confiabilidade da pesquisa. A triangulação dos dados coletados por meio das fontes pesquisadas permite uma inserção mais aprofundada do pesquisador no contexto de onde emergem os fatos e as ações dos sujeitos.

Patton (2002) defende o uso da triangulação, indicando-a como “um estudo de combinação de métodos. Isso pode significar estudo de vários tipos de métodos ou dados, incluindo o uso tanto de uma abordagem quantitativa quanto qualitativa”.

4 Análise dos resultados e discussão

Os dados levantados por meio do questionário eletrônico foram tabulados, e a seguir passa-se à sua análise e discussão. Optou-se por traçar,

primeiramente, o perfil socioeconômico dos respondentes para então passar à análise das questões que foram agrupadas nas seguintes partes: comportamento financeiro; motivos de escolha dos bancos; percepções sobre cooperativas de crédito.

4.1 Perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa

A amostra foi composta por jovens com idade entre 20 e 24 anos, sendo que três jovens possuem 24 anos de idade, quatro jovens têm 21 anos e três com 20 anos, sendo a maioria do gênero masculino (60%) e outros 40% do gênero feminino. Com relação ao nível de escolaridade, quatro jovens estão cursando Ensino Superior; três possuem Ensino Médio completo; dois estão cursando Pós-Graduação e um jovem possui formação superior completa. A respeito da renda mensal, a grande maioria (70%) referiu que seus rendimentos são entre um e três salários mínimos; um jovem referiu que sua renda mensal é superior a cinco salários mínimos; outro jovem referiu que recebe entre três e cinco salários mínimos; e o último referiu que sua renda é inferior a um salário mínimo. Isso deixa transparecer que a amostra não ficou muito homogênea quanto aos rendimentos pessoais, o que se considera bom, assim podendo obter respostas de distintas realidades socioeconômicas.

4.2 Comportamento financeiro

Ao serem questionados sobre possuir conta em bancos digitais, 60% dos entrevistados referiram que possuem conta em algum banco digital. Logo a cooperativa em estudo possui concorrência com outras cooperativas e bancos tradicionais, não apenas com os bancos digitais. Esse dado vai ao encontro do que salientam Oliveira e Borges (2022), os quais desenvolveram pesquisa que apontou que 75% dos jovens usam serviços de bancos digitais.

Quando perguntados se já tiveram ou têm conta em alguma cooperativa de crédito, 90% responderam que já tiveram ou têm contato com alguma cooperativa, o que leva a entender que as cooperativas são relativamente conhecidas pelos pesquisados. Contudo, ao estender a pergunta para em qual cooperativa os sujeitos possuem ou possuíam conta, as respostas de múltipla escolha foram: Sicredi, sendo citada quatro vezes; Sicoob, uma resposta. O Banco do Brasil foi citado duas vezes, evidenciando que, apesar

de na questão anterior parecer que os jovens possuem conhecimento sobre as cooperativas, isso evidencia que ainda há muito a trabalhar em relação à informação à sociedade sobre as diferenças entre cooperativas e bancos. Nesse sentido, acredita-se que é importante realizar campanhas de marketing que visem levar informações aos jovens a respeito dos benefícios proporcionados pelas cooperativas de crédito, pois, segundo afirma Albino (s.d., p. 2):

As cooperativas de crédito e o crédito rural podem impulsionar os jovens produtores rurais como um mecanismo para se desenvolver economicamente, aumentando assim produtividade, produção e consequentemente renda. O crédito rural caracteriza-se pela destinação de recursos financeiros, podendo ser oriundo da União, das instituições bancárias ou cooperativas de crédito, com finalidade de desenvolvimento da produção rural.

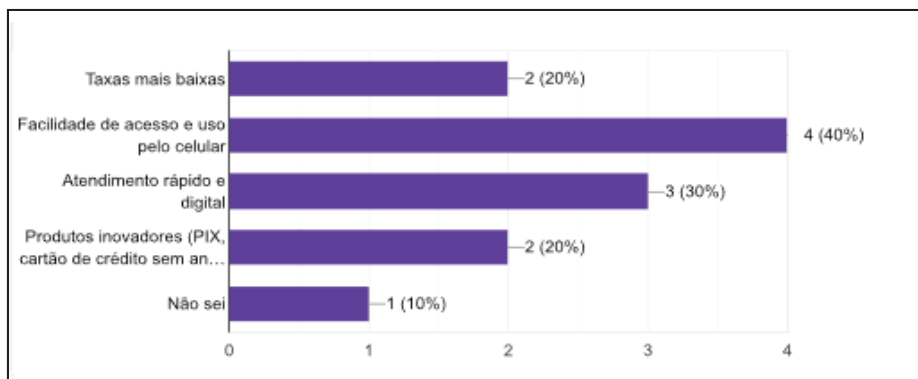
Na sequência, perguntou-se sobre qual banco os jovens utilizam, obtendo como respostas XP investimentos, citado duas vezes; Nubank, citado três vezes; enquanto Rico, Mercado Pago e Banco do Brasil foram citados uma vez cada.

4.3 Motivos para escolha dos bancos

Quando perguntado por que os respondentes optaram por ter conta em banco digital ao invés de cooperativa de crédito, foram identificadas muitas respostas diferentes quanto aos motivos de escolha, sendo que as alternativas citadas duas vezes foram: *Facilidade de abertura de conta on-line; serviços financeiros mais acessíveis e práticos; recomendação de amigos/familiares*. Enquanto as demais alternativas foram marcadas apenas uma vez. Percebe-se que os jovens respondentes não apresentaram apenas um motivo para a tomada de decisão ou ainda: o mesmo não foi cogitado durante a pesquisa. Mas se entende que os fatores para a tomada de decisão são variados. Com relação aos que referiram que foram motivados pela *facilidade de abertura de contas on-line*, Piovezan (2024, p. 1) reforça: “O que pode explicar as razões por trás desse hábito são a facilidade, simplicidade e familiaridade que os jovens sentem com o aplicativo do banco”.

Com relação à questão que solicitava a opinião dos respondentes sobre as principais vantagens de utilizar bancos digitais, as respostas podem ser verificadas no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Quais as principais vantagens de utilizar banco digital

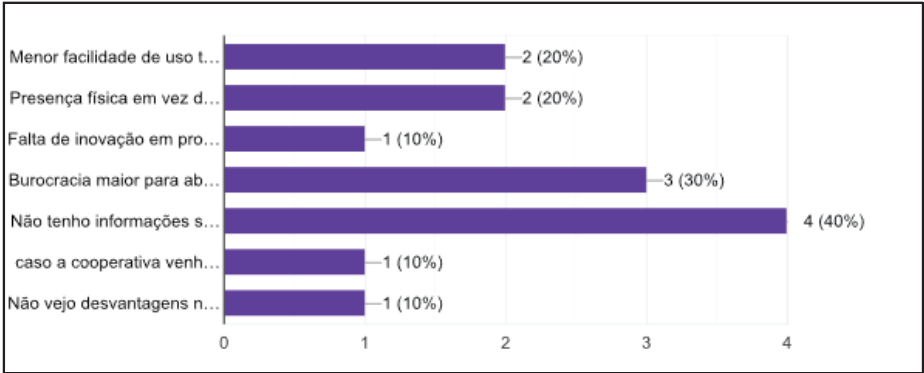


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com a análise do Gráfico 1 percebe-se que a principal vantagem apontada pelos respondentes foi a *Facilidade de acesso e uso pelo celular*, seguida pelo *Atendimento rápido e digital*. As opções *Taxas mais baixas* e *Produtos inovadores* ficaram em terceiro lugar. Na visão de Piovezan (2024, p. 1), “é possível ver que, no caso dos brasileiros com idade entre 16 e 24 anos, os bancos digitais já superaram os tradicionais, 51% contra 41%, em virtude das facilidades que oferecem aos clientes”.

Quando perguntado sobre as principais desvantagens que os respondentes encontram ou percebem nas Cooperativas de Crédito, 40% responderam não ter informações suficientes sobre Cooperativas de Crédito; isso reforça a hipótese de que faltam informações e divulgações sobre as Cooperativas de Crédito. Outros 30% responderam que a burocracia na hora de abrir a conta é maior, e ainda dois outros entrevistados (20%) citaram como desvantagem a menor facilidade de uso tecnológico e necessidade de presença física em vez de 100% digital. O Gráfico 2, a seguir, traz esses achados.

Gráfico 2 – Quais as principais desvantagens percebidas nas cooperativas de crédito

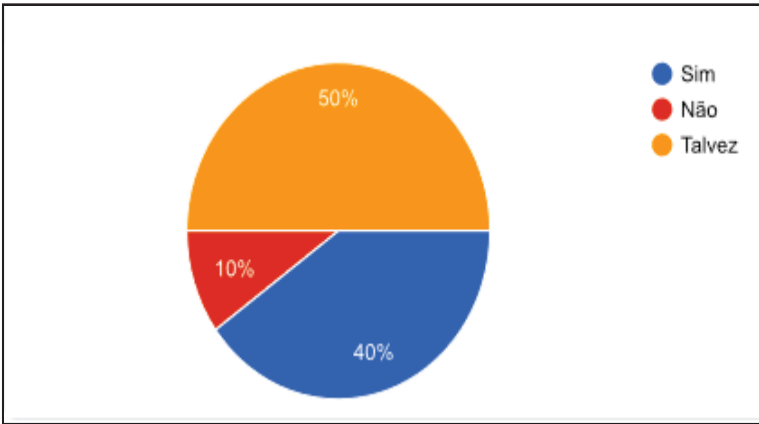


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4.4 Percepções sobre cooperativas de crédito

Uma questão muito interessante para este estudo é a pergunta: *Você considera abrir uma conta em uma cooperativa de crédito no futuro?* 50% responderam *Talvez*; 40% dos entrevistados consideraram abrir conta em uma cooperativa de crédito, enquanto 10% apenas não consideram abrir conta. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Futuramente você considera abrir conta em uma cooperativa de crédito



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Um dado que chama a atenção é que 50% talvez façam a abertura de conta em uma cooperativa. Essa resposta demonstra que as cooperativas ainda possuem oportunidade para se destacar junto à população jovem, mas para isso são necessárias ações com vistas a motivar os jovens a ser cooperados das cooperativas.

Quando perguntados por quê, várias respostas diferentes foram encontradas, mas não foi possível identificar motivos claros/evidentes que se demonstram como vantagens competitivas que fariam os jovens tomarem a decisão de abrir uma conta em uma cooperativa de crédito. A maioria das respostas evidencia que realmente os respondentes ainda têm pouco conhecimento acerca do que realmente uma cooperativa de crédito pode oferecer de vantagens em relação aos bancos digitais. Teve-se a impressão de que os jovens apenas procuram vantagens de acessibilidade, ou seja, as tais facilidades que foram evidenciadas em outras questões deste estudo, mas com relação aos serviços financeiros as respostas deixam claro que esses jovens realmente não sabem diferenciar. Assim, considera-se que nesse quesito a pesquisa deveria ser aprofundada para identificar motivos mais significativos que levariam os jovens a optar pelas cooperativas de crédito.

A pesquisa também buscou saber se os jovens respondentes acreditam que há pouca divulgação sobre as vantagens que cooperativas de crédito podem oferecer aos jovens. Nessa pergunta, 100% dos entrevistados responderam que entendem que falta maior divulgação sobre as cooperativas de crédito. Considera-se este um dado relevante do estudo, tendo em vista que houve unanimidade quanto às respostas de que as cooperativas precisam reforçar a divulgação sobre suas vantagens para o público jovem. Resta claro que as cooperativas oferecem muitas vantagens, porém não são suficientemente divulgadas aos jovens; com isso estes acabam tomando outras alternativas. Nessa questão, solicitou-se que os jovens justificassem suas respostas, sendo que se obtiveram várias respostas diferentes, as quais reforçam a falta de divulgação, conforme fica claro a partir de algumas respostas que são transcritas a seguir:

“No meu ponto de vista, não vejo muita divulgação sobre o assunto, deixando vários pontos de interrogação para nós jovens que somos novos no mercado”.

“Acredito que seja algo que deveria estar sendo mostrado para as pessoas prematuramente, no início da jornada escolar, para que assim já consigam desenvolver desde já o pensamento de economia e o perfil financeiro de cada um”.

“Acredito que para os jovens a divulgação poderia ser mais focada onde eles estão mais inseridos, as redes sociais, mas também depende do conhecimento que eles têm da parte financeira, para isso, deve vir desde cada o exemplo e também nas escolas ensinarem desde cedo a importância de poupar e como eles fazem, tipos de aplicações, como funciona a economia, inflação, taxa de juros... conhecimento esse muito importante, para tomar decisões até mesmo na hora de escolher onde abrir sua conta”.

“Com certeza a divulgação faz com que os jovens se motivem a participar das cooperativas de crédito”.

“Acredito que deve ser criada uma nova cultura entre os jovens, pensando em estratégias e no bom uso do dinheiro, uma visão de futuro, na verdade, encontros, caminhos; penso que hoje a preocupação com o financeiro não é algo visto como prioridade”.

Assim, com as respostas dos jovens entende-se que realmente é necessária a adoção de estratégias de divulgação dos benefícios que uma cooperativa de crédito oferece, além de, muito importante, a realização de ações que partam do governo federal, mais especificamente de órgãos vinculados à educação, entre os quais o MEC, a fim de estabelecer um conteúdo nas escolas de todos os níveis de ensino e de todas as áreas com disciplinas relativas à economia.

Por fim, perguntou-se o que, na opinião dos jovens respondentes, as cooperativas de crédito deveriam melhorar para atrair mais jovens. Entre as respostas alguns pontos principais que se transcreve a seguir: maior divulgação sobre a cooperativa; necessidade de se tornar mais digital; facilidade na abertura de conta; diversidade de investimentos; maior inserção nas redes sociais; atividades nas escolas com os alunos, tratar do tema do cooperativismo, educação financeira. Tais respostas evidenciam que os jovens respondentes têm interesse em futuramente trabalhar com cooperativas de crédito, mas para isso gostariam que as mesmas se adequassem às sugestões que eles mesmos teceram.

5 Considerações finais

Com as *fintechs* chegando ao mercado observa-se uma nova forma de trabalhar que foi possível com o uso de tecnologias de ponta. São empresas muito ágeis com foco em tecnologia, prestando serviços digitais no ramo das finanças.

Esse tipo de empresa atraiu muitas pessoas, em especial os jovens, pela praticidade de uso quase sem nenhuma burocracia, sendo tudo feito por meio de aplicativos para *smartphones*, *tablets* ou *notebooks*.

Mesmo as cooperativas de crédito sendo fortes no mercado financeiro, com muitos anos de estabelecimento e grande tradição junto à população, em especial pelo seu modelo de governança com a participação dos associados e o foco na sustentabilidade e cooperação, a chegada das *fintechs* pode ser sentida como uma ameaça, especialmente pelo fato de esse tipo de empresa atingir rapidamente patamares que as empresas tradicionais demoram muito tempo para atingir.

Ficou claro com a realização da pesquisa que as cooperativas de crédito precisam adaptar-se rapidamente a esse novo modelo de negócio, investindo em tecnologia e demonstrando que a sua competência e tradição não se devem ao acaso, mas vêm de muitos anos de trabalho árduo com seriedade e afinco, sempre em prol das comunidades onde estão inseridas.

Hoje em dia, é fato que a Cooperativa Cresol Aratiba está muito mais digital do que alguns anos atrás, porém isso ainda é pouco conhecido pela comunidade, talvez pelo próprio público-alvo da cooperativa ou mesmo pela baixa divulgação dos serviços digitais oferecidos pela cooperativa.

Com relação às informações sobre o que as cooperativas de crédito podem oferecer, um aspecto estratégico essencial é divulgar aos jovens da comunidade de Aratiba-RS as vantagens vinculadas aos serviços financeiros cooperativistas. Entre elas destacam-se condições acessíveis, linhas de financiamento voltadas a públicos específicos – como o PRONAF, que apoia atividades agropecuárias e não agropecuárias com base no trabalho familiar rural – e o Programa de Microcrédito, que facilita o acesso ao crédito para microempreendedores, incentivando a geração de trabalho e renda, além de reduzir as taxas de juros. Essas iniciativas têm promovido o fortalecimento do meio rural e incentivado a permanência dos jovens no campo, possibilitando maior autonomia e desenvolvimento de suas próprias atividades.

Por outro lado, para os jovens urbanos, empreendedores e conectados às novas tecnologias, a cooperativa também oferece soluções altamente competitivas – e, muitas vezes, até superiores às oferecidas pelas *fintechs*. São produtos e serviços digitais como cartões com múltiplas funcionalidades, aplicativos que permitem a gestão financeira integrada, acesso a consórcios, seguros, investimentos e canais de atendimento eficientes, que co-

locam a cooperativa em pé de igualdade com os bancos digitais. Mais do que isso, a grande vantagem está na essência do cooperativismo: participação democrática, distribuição dos resultados, vínculo com a comunidade local e a promoção do desenvolvimento coletivo. Ao optarem por uma cooperativa de crédito, os jovens não estão apenas escolhendo um serviço financeiro; estão assumindo um papel ativo na construção de uma economia mais justa, solidária e sustentável, conforme os princípios cooperativistas.

Nesse contexto, é fundamental que a cooperativa continue avançando em sua jornada de transformação digital. Embora já tenha dado passos importantes nesse sentido, é necessário acelerar esse processo, ampliando a digitalização dos serviços e tornando-os ainda mais acessíveis, práticos e alinhados às expectativas da nova geração. Para isso é recomendável que a cooperativa direcione esforços estratégicos para fortalecer sua atuação no ambiente digital, inclusive considerando parcerias com empresas especializadas, como *fintechs*, que possam contribuir tecnicamente para esse avanço.

Entretanto, é imprescindível que todo esse processo aconteça sem abrir mão da identidade cooperativista. Ao contrário, os princípios do cooperativismo – adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros e interesse pela comunidade – devem ser reforçados e valorizados ainda mais. A tecnologia deve servir como aliada para potencializar o impacto positivo das cooperativas e não para descaracterizá-las. Integrar inovação e essência cooperativa é o caminho para garantir que a cooperativa de crédito continue sendo relevante, inclusiva e transformadora para as próximas gerações.

Ressalta-se que um tema importante que foi trazido na parte teórica é a questão ESG. Ou seja, essa juventude está muito mais ligada na questão da sustentabilidade, nas questões ambientais e sociais, e as cooperativas têm trabalhado nesse mesmo intuito, todavia percebe-se que essas práticas carecem de maior divulgação.

Por fim, como sugestão para estudos futuros, sobre o qual se tem grande preocupação, seria sobre a problemática: *Onde e como fica o cooperativismo com toda essa digitalização?* O cooperativismo é feito de pessoas, de relação e tem seus princípios muito fortes. Dessa forma, teme-se que com toda essa virtualização/digitalização acaba se perdendo o cooperativismo e seus princípios.

Para finalizar, pensa-se ser importante trazer a seguinte reflexão: um diferencial que as cooperativas de crédito oferecem, sem dúvida, é o atendi-

mento personalizado, com soluções práticas para cada tipo de cooperado, mas isso tem que ser mais divulgado e na linguagem dos jovens, ou seja, por meio de redes sociais, de influenciadores digitais, da mídia digital, enfim, para ser visto nas plataformas que os jovens frequentam: TikTok, YouTube, Instagram, etc. E ainda outro diferencial das cooperativas é a prática de distribuição de sobras no final dos exercícios, que é um atrativo com o qual nenhuma *fintech* pode competir.

Referências

- ALBINO, Wagner Ribeiro. **O jovem do campo e a influência da cooperativa de crédito para a sua permanência no meio rural**. [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/ee8b2dc9-0c62-46fb-81a4-68f36774f017/content>. Acesso em: 15 set. 2024.
- BARROSO, Marta; LABORDA, Juan. Digital transformation and the emergence of the Fintech sector: systematic literature review. **Digital Business**, v. 2, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666954422000084>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **As fintechs**. [s.d.b]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/fintechs>. Acesso em: 24 set. 2024.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?** [s.d.a]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp?frame=1>. Acesso em: 16 set. 2024.
- CAVACCHINI, Alexis e colaboradores. **A história dos bancos no Brasil: das casas bancárias aos conglomerados financeiros**. Rio de Janeiro: COP, 2007.
- CÓRDOBA, Silvia. **A inteligência artificial impulsiona a transformação dos bancos tradicionais para aumentar a competitividade e a eficiência operacional**. Publicado em: 29 jul. 2024. Disponível em: <https://ipnews.com.br/a-inteligencia-artificial-impulsiona-a-transformacao-dos-bancos-tradicionais-para-aumentar-a-competitividade-e-a-eficiencia-operacional/>. Acesso em: 24 set. 2024.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Surgimento dos bancos: história edificante. **A Terra é Redonda**. Publicado em: 17 abr. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/surgimento-dos-bancos-historia-edificante/>. Acesso em: 23 set. 2024.
- DURÃES, Gabriel. **Os bancos digitais são uma ameaça para os grandes bancos tradicionais?** Uma análise do surgimento das fintechs no sistema financeiro brasileiro. Orientador: Luiz Fernando de Paula. 2022. 63 f. Monografia (Bacharelado

em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2022.

FREITAS, Bruno Alexandre. **Crise financeira de 2008**: você sabe o que aconteceu? Publicado em: 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 23 set. 2024.

FURLANETTO, Célia Dorigan de Matos; WEYMER, Alex Sandro Quadros; MATOS, Raquel Dorigan. Capitalismo consciente e construção de relações humanizadas: um estudo em uma cooperativa de crédito sob a perspectiva do *sensemaking*. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 2, e2102, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/y8VN5S8VxjCxbnzhFqWq6rH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2024.

GARCIA, Késsia Raquel Matos; NASCIMENTO, Wanessa Hellen Santana do; MARQUES, Érico Veras; CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. Clientes de bancos digitais: perfis e preferências. **Rev. Empreendedorismo, negócios e inovação**, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 2, jul./dez. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ITFORUM. **Bancos digitais são os preferidos dos brasileiros até 35 anos**. Publicado em: 20 jan. 2023. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/bancos-digitais-preferidos-brasileiros-35-anos/>. Acesso em: 01 out. 2024.

LFTM – LIFETIME. **História de valor #003**: a história dos bancos desde os templários até a revolução industrial. Publicado em: 9 abr. 2024. Disponível em: <https://lftm.com.br/blog/historia-de-valor/a-historia-dos-bancos/#:~:text=Os%20primeiros%20bancos&text=Os%20bancos%20como%20conhecemos%20surgem,tendo%20sido%20fundada%20em%201406>. Acesso em: 14 set. 2024.

OLIVEIRA, Gabrielly Carneiro Canhete de; BORGES, Mayara Abadia Delfino dos Anjos. A preferência pelos bancos tradicionais e/ou digitais com os moradores da região do coração do Cerrado. **Getec**, v. 11, n. 36, p. 11-28, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/getec/article/view>. Acesso em: 01 out. 2024.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. Do Pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo – uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 69-80, 2012. Disponível em: <http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/14>. Acesso em: 24 set. 2019.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods**. Califórnia: Sage, 2002.

PIOVEZAN, Rogério. **Por que jovens investem mais pelo app do banco do que em corretoras?** Publicado em: 23 maio 2024. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/objetivos-financeiros/organizar-as-contas/jovens-investem-mais-pelo-banco-do-que-em-corretoras/>. Acesso em: 30 set. 2024.

RESENDE, Isabella Brito. **Adesão aos bancos digitais entre os alunos da Universidade de Brasília**. 2020. 55 p. Orientadora: Profa. Dra. Danielle Montenegro Salamone Nunes. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo – Graduação) – Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/36644/1/2022_IsabellaBritoResende_tcc.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

SAP BRASIL. **Três tendências para bancos digitais em 2024**. Publicado em: 9 jan. 2024. Disponível em: <https://news.sap.com/brazil/2024/01/tres-tendencias-para-bancos-digitais-em-2024-bl0g/>. Acesso em: 24 set. 2024.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Conheça a legislação para as cooperativas de crédito**. Publicado em: 01 fev. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-a-legislacao-para-as-cooperativas-de-credito,dbf9634e2ca62410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOMOSCOOP. **Onde o cooperativismo está**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.somos.coop.br/conheca-o-coop/onde-estamos/credito>. Acesso em: 15 set. 2024.

WEISS, Anderson Luiz Traesel; BAGGIO, Daniel Knebel. **Análise do impacto das fintechs na cooperativa de crédito rural com interação solidária**. 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/0c0e6501-89d5-43cc-bd80-20e2d5fc15f1/content>. Acesso em: 23 set. 2024.

ZMOGINSKI, Felipe. **A geração que desafia os bancos**. Publicado em: 30 mar. 2019. Disponível em: <https://febrabantech.febraban.org.br/temas/banco-digital/a-geracao-que-desafia-os-bancos>. Acesso em: 01 out. 2024.

A participação das mulheres em cargos de gestão na Cooperativa de Crédito Cresol Jacutinga no Rio Grande do Sul

*Samanta Luzia Risson
Zenicléia Angelita Deggerone*

1 Introdução

A presença feminina no mercado de trabalho cresceu consideravelmente nas últimas décadas, refletindo um processo contínuo de inclusão e reconhecimento de seus direitos. No entanto, a desigualdade de gênero persiste em diversos setores, especialmente em posições de liderança e cargos gerenciais. Segundo o Censo Demográfico de 2022, as mulheres representam 51,5% da população brasileira, mas ocupam apenas 39,3% dos cargos de liderança no país. A disparidade salarial também é evidente: mulheres em cargos de gestão ganham, em média, 78% do salário de seus colegas homens, apesar de possuir qualificações semelhantes (IBGE, 2023).

Além dessas desigualdades, as mulheres continuam a enfrentar barreiras significativas, como a sobrecarga com tarefas domésticas, estereótipos de gênero e preconceitos no ambiente corporativo. Uma pesquisa realizada por Cembranel, Floriano e Cardoso (2020) na região norte de Santa Catarina, revelou que as mulheres em cargos de liderança têm dificuldade para conquistar a confiança da equipe quando são julgadas pela aparência e forma como agem. No estudo, é verificado que elas apresentam qualificações superiores aos homens, mas ainda assim recebem menos e têm mais dificuldades para conseguir uma promoção. Precisam continuar a lutar contra a falta de oportunidades equitativas para a ascensão profissional.

Por outro lado, segundo Pereira e Barboza (2023), as mulheres prezam mais a cooperação, lideram com mais transparência e diálogo e como líderes são mais abertas e democráticas. Também elas prezam mais a cooperação do que a competição. De modo complementar, Carreira, Menchu e Moreira (2006) evidenciam que as mulheres líderes preocupam-se com as

peçoas, interessam-se pelos pensamentos, ideias e opiniões dos colaboradores de modo a conciliar de forma inteligente as necessidades da empresa com as necessidades das pessoas, ponderando seus pontos fortes e fracos.

E em consonância a isso, há também a dupla jornada, ou seja, a luta feminina para se inserir no mercado vai muito além. Pois, de acordo com De Assis (2009), as mulheres mesmo trabalhando fora e tendo que provar todos os dias sua capacidade profissional dividem-se entre os afazeres domésticos e cuidados dos filhos. E nos dias atuais tem crescido em suas jornadas os estudos, visto que é de suma importância manter-se atualizadas em um mercado que vive em constantes mudanças (De Assis, 2009).

Embora a desigualdade de gênero, em que o masculino é o dominante, ainda persista, presume-se que intuição, comunicação, organização, visão sistêmica, entre outros diversos atributos, fazem a diferença no ato de liderar pessoas e são qualidades valorizadas na hora de caracterizar a liderança feminina (Canabarro; Salvagni, 2015).

Diante disso, o tema desta pesquisa busca verificar a participação de mulheres em cargos de gestão na Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol Jacutinga). A cooperativa foi fundada em 1998 e conta hoje com 15 agências e um quadro funcional de 91 trabalhadores, sendo 63 mulheres e 28 homens. Tendo em vista a relevância e o interesse tanto do ponto de vista social quanto econômico por essa temática, as questões orientadoras deste estudo são: Como a Cresol Jacutinga tem oportunizado a participação das mulheres em cargos de gestão? Que atividades as mulheres ocupam na gestão da cooperativa?

Para responder essas questões, o objetivo geral deste estudo procura analisar a participação de mulheres nos cargos de gestão da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) Jacutinga. Entre os objetivos específicos buscou-se: caracterizar o perfil das mulheres participantes do conselho fiscal, administrativo e diretivo da cooperativa e conhecer as políticas de incentivo para inserção e participação de mulheres nos conselhos e na diretoria executiva da instituição.

Este capítulo do livro está organizado em cinco seções para apresentar os elementos centrais do estudo. A primeira seção contextualiza o tema, enquanto a segunda aborda o tema da igualdade de gênero e o cooperativismo. Em seguida, a terceira seção descreve a metodologia utilizada. A quarta seção apresenta o perfil das mulheres que ocupam cargos de gestão na Cresol Jacutinga, avaliação do ambiente do trabalho e as políticas de

incentivo à participação das mulheres em cargos de gestão. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações e recomendações do trabalho.

2 Igualdade de gênero e cooperativismo

O cooperativismo surge no século XIX, em uma época em que há concentração de renda e predominância do capitalismo, e vem como uma alternativa, como uma forma de desenvolvimento e para tornar a sociedade mais cooperativa e solidária (Schneider, 2019).

As cooperativas atuam de forma participativa, buscam crescimento econômico e social na sociedade e para seus associados. O motivo de existirem são os associados, e por isso um dos principais objetivos é melhorar a condição de vida deles. Elas também têm o objetivo de levar educação aos participantes e prezam pela união entre as pessoas para conquistar avanços sociais (Schneider, 2001).

A sociedade capitalista está cada vez mais tecnológica, fazendo com que se precise de menos pessoas para trabalhar. E esse modelo econômico tem gerado desemprego e aumentado as desigualdades sociais. Nesse contexto, as cooperativas são uma alternativa ao sistema, pois são de economia solidária com a participação e cooperação de pessoas e entre pessoas. Nas cooperativas, não se visa ao lucro e não existe uma acumulação de capital, já que todos que participam são donos da cooperativa e desfrutam dos resultados juntos. Para Stahl e Schneider (2013), “a cooperação integra a ideia de trabalho social combinado, onde é preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não de troca” (Stahl, Schneider, 2013, p.03).

Contudo, apesar do caráter inclusivo das cooperativas, ainda se observam disparidades de gênero em muitos de seus setores. Segundo uma pesquisa realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 2020, na maioria dos ramos do cooperativismo o número de associados homens era maior em relação ao número de associadas mulheres. A maior desigualdade observa-se nos ramos agropecuário e de transporte, onde há pouca participação das mulheres. Apenas nos ramos de saúde e consumo as mulheres têm maior participação, representando 51% em ambos. No ramo do cooperativismo de crédito, elas têm cerca de 41% de participação.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), as mulheres estão mais capacitadas e preparadas do que os

homens para o mercado de trabalho. Dessa forma, a desigualdade, que é maior em alguns setores de cooperativas, pode ser devido à divisão sexual do trabalho, em que há um estereótipo sobre os trabalhos: alguns são considerados masculinos e outros femininos. Também são divididos por hierarquia, em que os trabalhos associados aos homens são mais reconhecidos socialmente e melhor remunerados. Mas são questões que podem variar com o tempo e dependendo do lugar, mas que afetam diretamente a igualdade de gênero (Kergoat, 2009).

Embora se tenha evoluído muito nas questões de direitos das mulheres e de oportunidades no mercado de trabalho, ainda existe muita desigualdade. Um dos fatores é a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo ou função, onde as mulheres ainda recebem uma remuneração menor do que eles. Além disso, as mulheres também sofrem preconceito e têm mais dificuldade para crescer na carreira e ocupar cargos de liderança (Yannoulas, 2019).

Nos ambientes corporativos, o discurso utilizado pelas organizações reverbera a importância da meritocracia, adota estratégias de neutralidade e que basta os trabalhadores se esforçarem que eles terão novas oportunidades ou melhores condições de trabalho. Mas, conforme um estudo realizado por Bosseli e De Oliveira (2020), verificou-se que, na prática, as organizações não são neutras e acabam reproduzindo um contexto social heteronormativo.

Nogueira (2006) realizou uma pesquisa com mulheres que ocupavam cargos de liderança. E a pesquisadora verificou que as mulheres possuem muitas vezes um discurso de negação da discriminação, em que elas não sentem que sofreram discriminação e atribuem a ascensão profissional a mérito pessoal e próprio. Mas, por outro lado, admitem que os homens têm mais facilidade no trabalho e que elas precisam ser muito mais zelosas e cuidadosas do que eles. Outra parte de mulheres tem clareza da discriminação existente e comenta o quanto elas precisam sempre provar sua capacidade, provar que são melhores e destacar-se.

Nogueira (2006) traz a ideia de que é preciso que seja repensada a ocupação das mulheres em cargos de liderança, que aconteça uma discussão entre homens e mulheres sobre o tema. Kanan (2010) relata que existem questões culturais e da sociedade patriarcal que levaram a mulher a ser mais liderada do que líder. Nesse sentido, propõem-se uma gestão feita por mulheres de forma democrática e participativa entre as pessoas, visando superar essas desigualdades e a luta por espaço.

Ao analisar a força de trabalho em uma cooperativa, Maldaner (2021) constatou que as mulheres eram a grande maioria. Contudo, a pesquisa verificou que elas não eram maioria em cargos superiores, não havendo nenhuma mulher na posição de gerência. Conforme a autora, isso ocorre pelo fato de a mulher ser vista por um estereótipo da sociedade machista que a enxerga em funções inferiores.

Diante do cenário apresentado, é imprescindível uma cooperativa com economia solidária discutir a questão da igualdade de gênero e promover ações que visem acabar com essa desigualdade e assim proporcionar melhores condições e oportunidades para as mulheres. Além de criar um ambiente mais justo e poder alinhar os valores da cooperativa com a promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

3 Aspectos metodológicos

A unidade de análise desta pesquisa foi a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) Jacutinga – que tem sua sede localizada no município de Jacutinga, na região norte do estado do Rio Grande do Sul. A cooperativa iniciou suas atividades em Jacutinga no ano de 1998 e hoje conta com 15 postos de atendimento.

Para verificar a participação das mulheres na Cresol Jacutinga, a pesquisa caracteriza-se por ser exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2022, p. 42). Já a pesquisa descritiva busca caracterizar os elementos do estudo e fazer relações entre variáveis (Gil, 2022).

A abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa (Gil, 2022). Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo contou com pesquisas bibliográficas, documentais e a aplicação de questionários. A busca bibliográfica foi realizada através da leitura e análise de materiais já publicados, provenientes de livros, artigos científicos, revistas e outras fontes secundárias (Marconi; Lakatos, 2023). A pesquisa documental utilizou documentos particulares da cooperativa (atas, instrução informativas, manuais, etc.) e dados estatísticos presentes no banco de dados do IBGE. Além disso, foram aplicados questionários junto às mulheres que ocupam cargos de gestão na cooperativa (conselhos de administração e fiscal, diretoras e gerentes de agência e de carteira) entre os meses de junho e julho de 2024. Esse questionário foi

enviado no *whatsapp*, onde cada uma recebeu um link para responder o questionário no Google Formulários. Adicionalmente foi realizada uma entrevista com o presidente da cooperativa para complementar as informações e fornecer uma visão mais abrangente sobre as políticas de inclusão e o papel das mulheres na Cresol Jacutinga. Entre as vantagens dessa técnica está poder coletar dados que não estão registrados em documentos e também possibilita fazer um melhor esclarecimento dos assuntos com o entrevistado (Marconi; Lakatos, 2023).

As informações que foram coletadas através da pesquisa documental, bibliográfica e da aplicação de questionários foram apuradas por meio da estatística descritiva. A estatística descritiva foi usada para apresentar os dados quantitativos, permitindo verificar a relação de dados entre si e simplificando a sua interpretação (Marconi; Lakatos, 2023).

4 Caracterização da Cooperativa Cresol Jacutinga

A Cresol surgiu diante de uma necessidade dos agricultores familiares de acessar crédito para poder custear as atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais. Até a década de 1990, os agricultores familiares não conseguiam acessar os aportes de crédito direcionados à produção agropecuária familiar. A partir da mobilização dos agricultores que foram articulados pelos sindicatos da agricultura familiar vinculados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL), a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) foi constituída em 1995 no município de Dois Vizinhos no estado do Paraná, hoje denominada Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol).

Com o passar do tempo, a cooperativa se expandiu e está organizada em três centrais: a Cresol Baser, sediada em Francisco Beltrão (PR); a Cresol Central Brasil, sediada em Chapecó (SC); e a Cresol Sicoper, sediada em Passo Fundo (RS). O sistema Cresol está presente em 19 estados, sendo uma das principais cooperativas de crédito do país, com mais de 900 mil cooperados. No início, a cooperativa tinha seus produtos e atendimento voltados primordialmente para os agricultores familiares. Mas hoje ela conta com uma linha completa de produtos e serviços que consegue atender agricultores, pessoas físicas e pessoas jurídicas (CRESOL, 2024).

A Cresol tem como valores a proximidade, a ética, a credibilidade, a simplicidade, a excelência e a sustentabilidade. E por esse motivo a missão da cooperativa é “fornecer soluções financeiras com excelência por meio do relacionamento para gerar desenvolvimento dos cooperados, de seus empreendimentos e da comunidade”. E a sua visão é “ser uma instituição financeira cooperativa de referência que desenvolve seus cooperados” (CRESOL, 2024).

A Cresol no município de Jacutinga surgiu no ano de 1998, também a partir da mobilização de agricultores familiares através da mobilização sindical. Em Jacutinga, também passou por um processo de expansão, contando hoje com 15 postos de atendimento no estado do Rio Grande do Sul, situados nos municípios de Jacutinga, Campinas do Sul, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Cruzaltense, Novo Cabrais, Arroio do Tigre, Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Agudo, Paraíso do Sul, Segredo e Sobradinho. Todas as agências têm suporte do centro administrativo, que está situado na cidade de Jacutinga, fazendo parte da central Cresol Central Brasil, que tem sua sede localizada em Chapecó (SC).

A Cresol Jacutinga conta hoje com um quadro funcional de 91 trabalhadores, sendo 63 mulheres e 28 homens. Desses 28 homens três fazem parte da direção, um é representante do sindicato, sete são gerentes de agência e o restante são funcionários atendentes de cooperativa. O total de mulheres representa um percentual de 69,23% do quadro funcional, mas em cargos de gestão o número de mulheres é de apenas dez, o que representa cerca de 10,98% das mulheres em cargos de gestão. Desse número de mulheres, uma é diretora administrativa, seis são gerentes de agência e outras três são gerentes de produtos e serviços da cooperativa. E fora do quadro funcional existem as conselheiras; a cooperativa tem duas mulheres no conselho fiscal e quatro no conselho administrativo.

Com relação ao número de associados na Cresol Jacutinga, hoje ela conta com 12.043 associados espalhados pelas 15 agências de relacionamento. Quanto ao gênero, a maioria é do gênero masculino, representando 7.822 sócios, e mulheres representam 4.221 dos cooperados. Em percentual, 64,95% dos sócios são homens e 35,05% são mulheres.

4.1 Perfil das mulheres em cargos de gestão na Cresol Jacutinga

As mulheres em cargos de gestão desempenham diversas funções e exercem um impacto significativo nos postos de atendimento da cooperati-

va Cresol. Dentre as principais atividades exercidas pelas mulheres destacam-se: a tomada de decisões estratégicas, liderança e gestão de equipes; resolução de problemas e conflitos; gestão de mudanças; desenvolvimento de políticas e procedimentos; relacionamento com clientes e *stakeholders*, entre outras ações estratégicas.

Com relação a características sociais das mulheres que ocupam cargos de gestão na cooperativa Cresol Jacutinga, os resultados estão apresentados abaixo no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil das Participantes

Faixa etária	%
Menos de 30 anos	9,1
Entre 30 e 40 anos	54,5
Entre 40 e 50 anos	9,1
Entre 50 e 60 anos	27,3
Mais de 60 anos	0
Estado Civil	%
Casada / vive com um companheiro	81,8
Divorciada	0
Viúva	0
Solteira	18,2
Escolaridade	%
Ensino Fundamental Completo	0
Ensino Médio	9,1
Ensino Médio Incompleto	9,1
Superior (Incompleto)	18,2
Superior (Completo)	45,5
Pós-graduação	18,2
Maternidade	%
Sim	72,7
Não	27,3

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Segundo a pesquisa, é possível observar que a maioria das mulheres possui uma boa escolaridade, sendo que 63,7% têm ensino superior completo ou pós-graduação, outras 18,2% têm ensino superior incompleto, 9,1% das mulheres apresentam ensino médio incompleto e 9,1% ensino médio completo. Esse dado é relevante, pois evidencia que as mulheres em posições de liderança na cooperativa são, em sua maioria, altamente qualificadas.

Além disso, grande parte delas – representando 72,7% – tem filhos e 81,8% delas são casadas ou vivem com um companheiro. E a maior parte delas está na faixa etária entre 30 e 40 anos, atingindo um percentual de 54,5%, enquanto 27,3% estão com idade entre 50 e 60 anos, 9,1% entre 40 e 50 anos e outras 9,1% têm menos de 30 anos.

Outro ponto destacado pela pesquisa é o tempo de atuação na cooperativa (Quadro 2) e no cargo atual. Constatou-se que 63,6% das mulheres que ocupam cargos de gestão estão nessa função entre 1 e 5 anos, o que sugere uma recente ascensão das mulheres a essas posições, refletindo possivelmente um movimento mais recente da Cresol em direção à inclusão de gênero em cargos de liderança. Enquanto isso, 18,2% delas ocupam os cargos entre 5 e 10 anos, e outras 18,2% estão na função há menos de um ano.

Quadro 2 – Atuação nas cooperativas

Tempo de associação na cooperativa	%
Menos de 5 anos	27,3
Entre 5 e 10 anos	45,5
Entre 10 e 15 anos	0
Entre 15 e 20 anos	18,2
Mais de 20 anos	9,1
Tempo de atuação na cooperativa	%
Menos de 1 ano	9,1
De 1 a 5 anos	54,5
De 5 a 10 anos	18,2
De 10 a 20 anos	9,1
Desde a fundação da cooperativa	9,1

Tempo de atuação no cargo	%
Menos de 1 ano	18,2
Entre 1 e 5 anos	63,6
Entre 5 e 10 anos	18,2
Entre 10 e 20 anos	0
Desde a fundação da cooperativa	0
Cargo ocupado	%
Diretora	9,1
Conselheira administrativa	27,3
Conselheira fiscal	9,1
Gerente de agência	45,5
Gerente de carteira	9,1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação ao tempo de trabalho na cooperativa, 54,5% das mulheres atuam na Cresol entre 1 e 5 anos; 18,2% de 5 a 10 anos; 9,1% de 10 a 20 anos; 9,1% têm menos de um ano; e outras 9,1% atuam desde a fundação da Cresol. Em termos de cargos ocupados, as mulheres estão distribuídas em diferentes funções de gestão, quando foi constatado que 9,1% das mulheres atuam na função de diretoria, 27,3% no conselho de administração, 9,1% no conselho fiscal, 45,5% na gerência de agências e 9,1% na gerência de carteira.

Com relação à satisfação no ambiente de trabalho, pode-se observar que a maioria delas tem um bom nível de satisfação: 72,7% afirmam estar satisfeitas com o trabalho, e outras 27,3% dizem estar muito satisfeitas. Esse resultado é muito relevante para a cooperativa, pois, quando suas funcionárias estão satisfeitas com o trabalho, elas atuam melhor profissionalmente, podem atender melhor os sócios e trazer melhores resultados.

Os resultados da pesquisa revelam percepções significativas entre as mulheres entrevistadas sobre sua experiência profissional na cooperativa. A maioria das participantes (54,5%) reconhece que seu trabalho é valorizado na organização, enquanto 45,5% afirmam sentir essa valorização de forma frequente. Esses dados indicam um ambiente organizacional que, em grande medida, reconhece e aprecia as contribuições femininas.

No que diz respeito à conciliação entre vida profissional e pessoal, os dados mostram uma distribuição equilibrada de opiniões: 36,4% das entre-

vistadas classificam como excelente a flexibilidade oferecida pela cooperativa, percentual idêntico ao que considera essa flexibilidade satisfatória, enquanto 27,3% avaliam-na como boa. Esses resultados ganham especial relevância quando confrontados com a realidade descrita por Canabarro e Salvagni (2015), que destacam os sacrifícios frequentemente exigidos das mulheres em posições de liderança.

A flexibilidade no trabalho mostra-se como um fator muito importante para o desenvolvimento profissional feminino, particularmente quando consideramos os desafios específicos enfrentados por mulheres gestoras. Como apontam Canabarro e Salvagni (2015), muitas profissionais precisam postergar projetos pessoais, como a maternidade, ou enfrentam dificuldades em conciliar a liderança no trabalho com a atenção aos filhos. Nesse contexto, as políticas de flexibilidade adotadas pela cooperativa emergem como um elemento fundamental, permitindo que as mulheres exerçam funções gerenciais sem precisar abrir mão de seus projetos pessoais e familiares.

Os resultados da pesquisa revelam aspectos significativos sobre o ambiente de trabalho na cooperativa. No que se refere ao suporte institucional para o desenvolvimento das atividades profissionais, a maioria das entrevistadas (54,5%) avalia o apoio oferecido como “bom”, enquanto 27,3% consideram “excelente”. Uma pequena parcela (9,1%) classifica o suporte como apenas “satisfatório” ou “ruim”, indicando possíveis áreas para melhoria contínua.

A análise da cultura organizacional demonstra percepções positivas: 54,5% das mulheres “concordam totalmente” que o ambiente é inclusivo e acolhedor e 36,4% simplesmente “concordam” com essa afirmação. Apenas 9,1% se mostraram neutras quanto a esse aspecto, reforçando que a cooperativa parece ter conseguido estabelecer um clima organizacional favorável à diversidade.

Quanto às oportunidades de crescimento profissional, os dados são positivos: 54,5% das entrevistadas afirmam ter tido as mesmas chances de desenvolvimento de seus colegas homens, enquanto 36,4% concordam totalmente com essa igualdade de oportunidades. É importante destacar que esses resultados contrastam com o cenário geral descrito por Maldaner (2021), que aponta que as mulheres frequentemente enfrentam barreiras invisíveis em suas carreiras, especialmente em posições de liderança.

Esses preconceitos estruturais, como bem analisa Maldaner (2021), muitas vezes se manifestam através da descrença nas capacidades gerenciais

femininas, justificada por estereótipos relacionados à dupla jornada e à maternidade. Nesse contexto, os dados da pesquisa sugerem que a cooperativa pode estar conseguindo criar um ambiente mais equânime, onde competências e méritos são reconhecidos independentemente de gênero – um avanço significativo frente ao cenário machista ainda predominante em muitas organizações.

A pesquisa identificou os principais desafios enfrentados pelas mulheres na cooperativa, com destaque para a dupla ou tripla jornada de trabalho – realidade que afeta 54,5% das entrevistadas e reflete estruturas sociais machistas ainda persistentes. Esse quadro agrava-se com a sobrecarga emocional decorrente das exigências profissionais, que frequentemente invadem o tempo pessoal, incluindo a necessidade de representação institucional nos finais de semana.

Outras dificuldades mencionadas foram: falta de comprometimento da equipe (27,3%), conflitos geracionais (18,2%), insuficiência de suporte administrativo (18,2%) e problemas logísticos pela distância da sede (9,1%). Esses dados revelam a complexidade dos obstáculos que as mulheres enfrentam no cotidiano da cooperativa.

Por outro lado, a pesquisa também apontou avanços significativos: 72,7% das entrevistadas reconhecem a existência de iniciativas para promover a participação feminina em cargos de gestão. Entre os exemplos citados estão a representatividade no conselho administrativo, mulheres gerindo agências, predominância feminina no quadro funcional, incentivos da diretoria e atuação do coletivo de diversidades. No entanto, os 27,3% que não identificam tais ações indicam que ainda há espaço para ampliar e consolidar essas políticas de equidade de gênero na organização.

4.2 Políticas de incentivo para inserção e participação de mulheres nos cargos de gestão

A Cresol Jacutinga possui uma diretriz que objetiva alcançar a paridade de gênero em todas as esferas de gestão, tanto nos conselhos, direção e cargos de gerência. Mas é uma política afirmativa sem obrigatoriedade e sem um plano de ação para conseguir o seu atingimento. Uma ação que é promovida pela Central Brasil e que está ligada com essa temática é o coletivo de diversidades, que é composto por um grupo de funcionários que se reúne anualmente para discutir todas as diversidades e propor ações de mudança nas cooperativas. Esse grupo também promove periodicamente

lives com todos os trabalhadores do sistema sobre diversos assuntos voltados à temática de diversidades.

Dessa forma, levando em consideração os resultados da pesquisa e observando a menor participação de mulheres em cargos de gestão, propõe-se que a diretriz da cooperativa de paridade de gênero para cargos de gestão seja de caráter obrigatório. Sugere-se também que, para o atingimento desse objetivo, devam ser reavaliados o modo como são feitos os processos de seleção, que se tenham mais etapas no processo para ele ser mais amplo e inclusivo e poder avaliar melhor os candidatos e candidatas.

Além disso, outra sugestão importante para ocupação dos cargos nos conselhos de administração e fiscal é para que seja realizado um trabalho melhor de divulgação, que seja feita uma busca de mulheres dentro de cada região. Outra sugestão é fazer um trabalho com as associadas da cooperativa com o intuito de trazer empoderamento e valorização feminina a elas. Pode ser por meio de encontros a cada determinado período e abordando temas relevantes para as mulheres. Salienta-se que seria importante que esses encontros sejam conduzidos por mulheres instruídas, que lutem pelos direitos e pelo feminismo. Essa atividade aproxima o público feminino da Cresol e pode fazer com que se sintam incluídas e dispostas para ocupar cargos na cooperativa, facilitando assim o atingimento da paridade de gênero.

5 Considerações finais

Na conclusão deste estudo, que buscou verificar a participação de mulheres nos cargos de gestão da Cresol Jacutinga, que engloba 15 postos de atendimento localizados no estado do Rio Grande do Sul, evidencia-se a existência de uma disparidade de gênero. Apesar de as mulheres representarem a maioria do quadro funcional, sua presença em posições de liderança é reduzida.

O estudo demonstrou as mulheres possuem um elevado nível de escolaridade, sendo que 81,9% têm nível superior ou pós-graduação. Como observado na pesquisa, 72,7% das mulheres são mães; 81,8% são casadas ou vivem com um companheiro; 54,5% delas têm entre 30 e 40 anos. E isso revelou a existência de desafios relacionados à sobrecarga de trabalho e à necessidade de políticas mais efetivas para promover a equidade de gênero.

O estudo também verificou que 54,5% das mulheres se sentem valorizadas e 45,5% frequentemente valorizadas no ambiente de trabalho; 27,3%

delas afirmam sentir-se muito satisfeitas com o trabalho, enquanto 72,7% das pesquisadas afirmam estar satisfeitas. Além disso, todas avaliam como positiva a flexibilidade oferecida pela cooperativa para conciliar vida profissional e pessoal, o que é muito importante, levando em consideração que a maioria tem filhos e possui uma jornada extra de trabalho doméstico.

Com relação às políticas de incentivo oferecidas pela instituição, a cooperativa possui uma política de paridade de gênero que está na diretriz da cooperativa. Ainda existe um grupo de diversidades composto por funcionários, em que são tratados diversos temas relacionados a diversidades de gênero e à importância das mulheres no cotidiano da cooperativa.

Entretanto, apesar dessas políticas existirem, elas ainda não representam de forma significativa a realidade da cooperativa. Observa-se uma falta de compromisso efetivo com a implementação delas; por isso sugere-se que a cooperativa adote uma política de paridade de gênero obrigatória, revisando seus processos seletivos e promovendo ações de capacitação e empoderamento das mulheres.

De modo geral, este estudo revelou a importância da implementação de políticas de inclusão que promovam a participação equitativa de mulheres em cargos de liderança na Cresol Jacutinga. Além disso, o alinhamento com a Agenda 2030, especialmente com os objetivos relacionados à igualdade de gênero, é muito importante para o futuro da cooperativa. Para que a Cresol possa ser reconhecida como uma instituição que promove a inclusão e o empoderamento feminino, é necessário que sejam adotadas ações mais concretas e eficazes, visando garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de ascensão profissional de seus colegas homens.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras investiguem o impacto e as contribuições de mulheres na gestão de postos de atendimento liderados por mulheres. Essa análise permitirá avaliar como essas líderes contribuem para o desenvolvimento organizacional e para a promoção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário.

Referências

- CARREIRA, D.; MENCHU, A.; MOREIRA, T. **Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CANABARRO, Janaina; SALVAGNI, Julice. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e**

Secretariado, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 88-110, 2015. DOI: 10.7769/gesec.v6i2.347. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CEMBRANEL, Priscila; FLORIANO, Leonardo; CARDOSO, Jessica. Mulheres em Cargos de Liderança e os seus Desafios no Mercado de Trabalho. **Revista de Ciências da Administração**, v. 22, n. 57, p. 57-67, ago. 2020.

CRESOL. **Institucional**. Disponível em: <https://cresol.com.br/institucional/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DE ASSIS, Rosiane Hernandez. A inserção da mulher no mercado de trabalho. **VI Convibra – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, p. 9-25, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. 3. ed., n. 38, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 13 Jun. 2024.

KANAN, Lília Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista O&S**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, abr./jun. 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

MALDANER, Camila. **A inserção de mulheres em cargos de liderança em uma cooperativa**. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/2219/1/PF2021CamilaMaldaner.pdf>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**, 2020. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/números>. Acesso em: 22 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. ONU, 2015. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

PEREIRA, Adriana; BARBOZA, Ana Paula Sousa. **Cooperativismo Feminino em Parauapebas-PA: Uma Análise Sobre a Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho na Amazônia**. Parauapebas: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2023.

PNUD. Objetivos 5: Igualdade de gênero. In: PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: PNUD Brasil, 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3iy7WHK>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCHNEIDER, José Odelso. O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável. **Revista Extensão – Rural**, jan./dez. 2001.

SCHNEIDER, José Odelso. **Identidade cooperativa: sua história e doutrina**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019.

STAHL, Reni Luiz; SCHNEIDER, José Odelso. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**/ Silvia Cristina Yannoulas. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

A sucessão geracional em unidades de produção familiares em Florianópolis/RS

Silvia Noskoski Rigo

Jaci Poli

1 Introdução

A permanência do pequeno agricultor no campo tem sido objeto de debates pela situação complexa vivida pela categoria, especialmente a partir do processo de modernização da agricultura no Brasil, que provocou uma substancial elevação da produtividade do trabalho pela incorporação de máquinas e equipamentos no processo produtivo do campo. Isso provocou elevação da produção e desvalorização relativa do preço dos produtos, principalmente os menos intensivos de mão de obra, como os cereais (Delgado, 1985)

Essa situação provocou o empobrecimento das famílias que não tiveram condições de investir em processos modernizadores e que tinham propriedades de tamanho reduzido, que não possuíam áreas de terras que justificassem a incorporação das tecnologias. De acordo com Ferreira e Zanoni (1998, p. 16), o modelo empresarial de agricultura assentado na grande produção adotado no Brasil vem associado à exclusão social e à pauperização dos setores menos capitalizados da agricultura (nesse caso, entendemos que as autoras se referem aos agricultores familiares com pouca terra e descapitalizados). Além do empobrecimento das famílias no campo, outro fator passou a influenciar de forma decisiva a permanência ou evasão do campo por parte das famílias e, em especial, dos jovens: a crescente urbanização e a atração dos benefícios do espaço urbano na “qualidade de vida” e na renda das pessoas.

Os jovens, à medida que passam a conviver com o espaço urbano, sentem-se atraídos pela possibilidade de melhorar de vida e de conseguir

mais renda com a busca de empregos na indústria, no comércio ou nos serviços urbanos.

Em Floriano Peixoto, a atração dos empregos urbanos e industriais passou a ser um elemento de atração de jovens vindos do campo, provocando uma intensa migração campo-cidade para as cidades vizinhas, com o esvaziamento das comunidades do campo e das famílias, que passaram a contar, na maioria dos casos, apenas com o trabalho dos pais desses jovens. Essa migração coloca em xeque a possibilidade de continuidade da família no campo, pois, com o envelhecimento dos pais não há mais sucessores para assumir o trabalho nas propriedades.

Desse modo, as questões orientadoras deste estudo foram: Até quando e de que forma os pequenos produtores rurais vão conseguir manter a produção nas pequenas propriedades? Existem possibilidades de retorno dos filhos que foram para a cidade? Existem possibilidades de políticas públicas que possibilitem a permanência desses jovens no espaço do campo? Quais as formas de organização da agricultura que poderiam contribuir para a permanência desses jovens nas propriedades, sucedendo os pais? O cooperativismo de crédito tem alguma possibilidade de contribuição para a estruturação de um processo de sucessão familiar na agricultura familiar?

Para responder essas questões orientadoras, o objetivo geral deste estudo é compreender as razões que podem definir a permanência dos jovens no campo a partir da escuta dos que saíram do campo no município de Floriano Peixoto e que podem indicar os caminhos que teriam evitado essa decisão pelo êxodo, auscultando os papéis das famílias, das políticas públicas, das estruturas sociais e das organizações da agricultura familiar, em especial da Cresol como cooperativa de crédito com interação solidária.

Dentre os objetivos específicos espera-se:

- Identificar e entrevistar jovens que saíram do campo para buscar empregos urbanos em famílias de agricultores familiares para que indiquem os motivos que os levaram a tomar a decisão de sair da unidade de produção familiar.

- Caracterizar a condição de vida das famílias desses jovens egressos do campo para identificar as condições de vida e de renda presentes no contexto da saída do jovem em busca de uma nova vida na cidade.

- Fundamentar, a partir de pesquisa bibliográfica, o êxodo de jovens do campo a partir de estudos já realizados no Rio Grande do Sul e no Brasil para servir de referência ao processo de construção das possibilidades de

permanência dos jovens ou seu retorno ao campo no município de Floriano Peixoto.

– Identificar entre as diversas causas do êxodo rural os papéis das organizações da agricultura familiar, do cooperativismo de crédito, das políticas públicas e dos diversos níveis de atuação do estado, as possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento que possibilite aos jovens do campo a permanência em suas atividades e a sucessão familiar nas propriedades do campo.

Ao estruturar esses objetivos busca-se identificar, pelas falas dos jovens e de suas famílias. As possibilidades de estruturação da vida no campo que possibilite a permanência dos jovens e a sucessão familiar como condição natural da decisão do jovem em conjunto com sua família. A permanência do jovem no campo permite que as famílias estruturem sua vida e o trabalho já com a perspectiva do jovem assumir a gestão das atividades econômicas de forma que o planejamento do futuro da família seja estruturado de forma natural.

2 Sucessão geracional – o que é? Dilemas envolvidos

A sucessão geracional define-se como um processo sucessório e é reconhecida como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada gradativamente no decorrer do tempo das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Sendo assim, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica também a transferência de um patrimônio histórico e sociocultural. Apesar dessa troca de experiências ter sempre estado presente na agricultura familiar, verifica-se que no momento atual há uma forte tendência a uma ruptura no processo (Stropasolas, 2011).

Os diferentes interesses, projetos de vida e visões de mundo entre os membros do grupo doméstico têm gerado conflitos de gerações no contexto da agricultura familiar. De maneira geral, constata-se que os principais conflitos intergeracionais revelam-se no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família; na dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades pro-

dutivas na propriedade; na pouca participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas (Aguiar; Stropasolas, 2010; Stropasolas, 2011).

Porém, em todo processo de construção, a nova caracterização da propriedade rural tem seu resultado vinculado à estruturação de ações e estratégias concretas por parte de seus atores. As peculiaridades que envolvem a agricultura, principalmente o espaço da pequena propriedade familiar, dependem da maneira como os agricultores atuam perante essas transformações.

Para Dalcin (2010), essas estratégias de ação dependem de como se dá o processo de tomada de decisão dos agricultores, englobando as atividades que devem ser desenvolvidas na propriedade, quem deverá desenvolver, quando, para quem, onde e como serão utilizadas as informações disponíveis. Essa orientação do desempenho empreendedor dos agricultores familiares pode ser um elemento relevante na associação das decisões tomadas no contexto sucessório dessas famílias.

A complexidade de uma decisão está relacionada aos elementos disponíveis no processo de avaliação, dos riscos envolvidos e as consequências que essa decisão pode ter para o futuro da pessoa que decide. Na agricultura, as decisões diárias de plantio, aplicação de insumos, colheita e mercado podem ter diferentes níveis de complexidade, a depender do volume de produção e da importância econômica dessa produção para a família. Dalcin (2010) enfatiza que tradição, aprendizado, infraestrutura, fatores psicológicos, sociais e econômicos são componentes presentes nas decisões dos agricultores, especialmente os familiares, que têm um sentimento de pertencimento ligado à terra e geralmente demonstram menores tendências à mudança.

Frente a essa realidade, os agricultores desenvolvem seus próprios modelos de decisão, cuja adequação à sua situação também varia (Silva Neto *et al.*, 2003). Os autores destacam que os agricultores são impactados por diversas influências, incluindo a de técnicos que costumam focar apenas em resultados físicos, racionais e econômicos. No entanto, são os agricultores, junto com suas famílias, que vivenciam o dia a dia de suas propriedades, o que os leva a tomar decisões com base em fatores que os técnicos têm dificuldade para entender.

A complexidade presente na tomada de Levando em conta, essa formatação específica de tomada de decisão, para Lima *et al.* (2005), os agri-

cultores tomam uma série de decisões diariamente, programam e implementam ações a partir das decisões para concretizar seus projetos. As decisões são orientadas por esses projetos, que são condicionados por suas limitações e potencialidades. Por nem sempre estarem consonantes com o sistema econômico e considerando também fatores sociais, culturais e de pertencimento, algumas decisões podem ser tomadas em um caminho contrário aos objetivos traçados; decisão em certas situações e momentos da vida exige que a análise das alternativas e possibilidades seja realizada de forma mais aprofundada.

Nesse sentido, Pereira (2019) evidencia duas possibilidades relacionadas à tomada de decisão: para a teoria econômica clássica, a tomada de decisão deverá ser baseada em um processo de seleção e escolha que conduz àquela alternativa que for considerada ótima para seus propósitos, ponderando por uma escolha racional, baseada no melhor curso de ação entre as alternativas existentes.

O pensamento contemporâneo tem dado importância a elementos diversos, como o julgamento das pessoas, seus valores, a negociação política, o senso comum, o contexto socioeconômico e os aspectos comportamentais, que influenciam o processo decisório.

Nesse contexto, as decisões que envolvem o processo sucessório na agricultura familiar muitas vezes assumem um caráter definitivo e condicionam o futuro das pequenas propriedades rurais. Para Lobley (2010), a identificação de um sucessor pode agir como um gatilho para o desenvolvimento dos negócios, assim como a existência de um potencial sucessor pode ser uma forte motivação para investimentos na propriedade, mesmo tendo o agricultor uma idade avançada e prestes a se aposentar. O autor complementa dizendo que, apesar de o impacto da sucessão ser de difícil mensuração, até que o sucessor assuma a propriedade, a antecipação e a expectativa de sucessão podem influenciar a tomada de decisão, uma vez que indica a continuidade da prática.

2.1 Instituições e políticas públicas voltadas à sucessão geracional

Segundo o Censo do IBGE 2022, o município de Florianópolis possui a área de 168,521 km², com 1.668 habitantes, situado no norte do estado do Rio Grande do Sul; na sua maioria, são agricultores familiares que possuem pequenas áreas produtivas.

A agricultura familiar tem como característica principal o próprio trabalhador rural como administrador/gerente da propriedade (Brasil, 2006), e a produção da propriedade rural tem uma grande importância econômica em várias cadeias de produção do nosso município.

Os jovens rurais estão frequentemente associados ao problema da migração do campo para a cidade, porém, ficar ou sair do meio rural envolve várias questões por meio das quais a categoria jovem é formada e seus significados. A própria imagem de um jovem que não tem nenhum interesse pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, conseqüentemente, de demandas sociais.

Podemos afirmar que os jovens que residem nas propriedades rurais até bem pouco tempo eram uma categoria que não era vista. Atualmente constitui um objeto no campo acadêmico, é percebida na sociedade brasileira como uma categoria social, mas pouco observada como uma categoria de grande importância política.

Fortes ou fracos, tendo estrutura ou não, os jovens fazem suas escolhas, que ocorrem para além dos fatores condicionantes que lhes são colocados. Segundo Stropasolas (2002), as possibilidades acontecem vivendo os conflitos pessoais e estruturais; absorvendo a diversidade possível e, simultaneamente, limitada a seu redor, esses jovens assimilam as restrições das distintas realidades em que transitam; assim se relacionam com a racionalidade limitada própria de cada região, localidade, controlada socialmente. O lugar, os assuntos nas rodas de conversa, as informações geradas, os costumes, o convívio comunitário, as incertezas, os hábitos vão tornando o desempenho cultural local nem menos nem mais importante, senão distinto do ambiente urbano e sendo único.

3 Procedimentos metodológicos

A metodologia usada é a pesquisa explicativa; a abordagem qualitativa de natureza exploratória e a coleta de dados deram-se através de pesquisas bibliográficas, entrevistas e perguntas abertas.

A coleta de dados segundo o censo do IBGE 2022 sobre a área de expansão, quantidade de municípios, características das propriedades e a localização do município de Floriano Peixoto – RS, onde a maioria são pequenas propriedades rurais.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de estudos acadêmicos que abordam o êxodo rural, a sucessão na agricultura familiar, as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, as condições de organização, o acesso aos benefícios do desenvolvimento e os papéis exercidos pelas organizações da agricultura familiar na construção das condições de vida no campo e que são determinantes no processo de tomada de decisão para a saída ou permanência no campo.

Foram entrevistados cinco grupos familiares, de forma a abranger jovens que saíram do campo e retornaram às suas famílias e seus familiares/antecessores, de jovens que saíram do campo e decidiram permanecer no espaço urbano e jovens que decidiram permanecer no campo sem migrar, mesmo que temporariamente, para a cidade, buscando suas falas em relação às razões da tomada de decisão relativa à permanência no campo. As entrevistas foram realizadas presencialmente durante o mês de agosto de 2024 em famílias de agricultores familiares que possuem filhos que trabalham no espaço urbano, mas que ainda residem junto a seus pais, deslocando-se diariamente para o trabalho. Foram feitas questões abertas sobre a percepção da permanência no campo e a saída dos filhos para trabalhar no espaço urbano.

A partir das entrevistas e da pesquisa bibliográfica foi formulada uma síntese de possibilidades de condições de vida na agricultura familiar, que podem significar uma reversão na tendência de saída dos jovens do campo e a garantia de fortalecimento da agricultura familiar como espaço de vida e de geração de trabalho, renda e qualidade de vida.

4 Resultados e discussão

4.1 Caracterização do perfil socioeconômico do grupo familiar

Na busca por entender a história da propriedade e como tudo começou, percebeu-se que os antecessores das famílias começaram praticamente do zero, utilizando apenas enxadas, machado e foices sem o uso de agrotóxicos. O único “veneno” disponível na época era para eliminar as formigas. As lavouras eram mantidas limpas com enxada, foice e machado, e a aquisição de uma junta de boi e um arado representava uma enorme modernização. Embora pareça distante, isso aconteceu há apenas 50 anos.

As famílias eram numerosas e as propriedades pequenas. Com o pouco de cereais disponíveis para a venda, o que se comercializava era apenas o excedente da produção. A maior parte era prioritariamente destinada ao consumo próprio. Devido ao cultivo manual, a produção não era em grande escala como nos dias atuais e necessitava de muita mão de obra familiar. Consequentemente, as maiores quantidades dos produtos cultivados destinavam-se principalmente para a própria alimentação. Segundo os relatos dos entrevistados, era uma vida muito humilde; ao ir à escola, os pés ficavam expostos ao frio e às geadas e, por consequência, rachavam e formavam feridas, pois não havia roupas e calçados adequados.

Os pequenos agricultores que residem no interior do município em pequenas propriedades rurais buscam seu sustento por meio do cultivo e da comercialização dos produtos fruto de seu trabalho. Para complementar a renda, muitos jovens têm uma dupla jornada, trabalhando na cidade, muitas vezes com horas de viagem até a empresa todos os dias, e ajudando nas atividades da propriedade.

As unidades de produção em que a família se dedica ao cultivo e um ou mais membros trabalha na cidade para complementar a renda, continuando a residir com a família, é um fenômeno classificado como pluriatividade. Essa modalidade tem sido adotada em locais onde o acesso ao trabalho urbano é facilitado pelos meios de transporte ou pela proximidade (Schneider, 2009).

A diversificação de atividades exercidas na família propicia um caminho de sustentabilidade e permite que as famílias mantenham suas atividades agrícolas com o tempo dos demais membros da família.

Essas pessoas formam o grupo familiar, que são unidades sociais fundamentais que desempenham um papel crucial na vida comunitária, especialmente em contextos rurais. A formação desses grupos geralmente ocorre em torno de laços de parentesco, em que a convivência e o apoio mútuo são essenciais e têm um impacto significativo na melhoria da renda e na otimização das tarefas; essa colaboração não só fortalece os laços familiares, mas também contribui para a sustentabilidade econômica das famílias rurais.

4.2 Motivações para a saída dos jovens do meio rural e as motivações para a sua permanência

De acordo com as entrevistas, os jovens até desejavam continuar na atividade agrícola, mas, na época, não havia incentivos diretos para pequenas propriedades em relação a investimento, custeio, seguros e garantia de comercialização. Além disso, muitos pais não tinham nível de instrução ou conhecimento suficiente para oferecer segurança aos filhos que quisessem cursar uma formação na área e permanecer na propriedade. Também havia jovens que saíram para buscar recursos para investir na propriedade, como construir a casa, comprar móveis e se estabilizar.

A falta de infraestrutura de comunicação é um fator significativo que afetou a permanência do jovem no campo, como a falta de acesso à informação sobre novas técnicas agrícolas, mercado e oportunidades de financiamento, que limitou seu desenvolvimento e inovação. A falta de internet e serviços de telefonia em um passado não muito distante levaram à sensação de isolamento e desmotivação para continuar na propriedade.

A pouca valorização do trabalho dos jovens no campo levou muitos a migrar para as cidades em busca de melhores oportunidades; o trabalho agrícola muitas vezes não era visto como uma profissão digna, o que levou os jovens a sentir que suas contribuições não eram valorizadas pela sociedade; isso desmotivou e incentivou a busca pelo reconhecimento em áreas urbanas.

Para reverter essa tendência, é fundamental promover a valorização do trabalho rural, melhorar as condições de vida no campo com novas tecnologias e criar oportunidades que tornem a vida rural mais atraente para os jovens.

A permanência do jovem no campo depende não apenas de incentivos econômicos, mas também de um ambiente que valorize suas contribuições e ofereça oportunidades de crescimento pessoal e profissional de forma contínua e sustentável.

Propriedades bem estruturadas e com a diversificação na produção sendo cuidada de forma conjunta entre os membros das diversas gerações das famílias facilita a segurança na decisão do jovem de permanecer no campo.

Existem vários programas governamentais que visam incentivar a permanência dos jovens no campo, promovendo desenvolvimento econô-

mico e social nas áreas rurais, por exemplo: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), iniciativas de educação no campo e políticas para a juventude rural, programas fundamentais para criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento dos jovens no campo, oferecendo as ferramentas necessárias para prosperar em suas atividades agrícolas e permanecer em sua comunidade.

A assistência técnica de qualidade, sem a chamada “venda de pacotes”, pode ser uma estratégia eficaz para garantir que os jovens agricultores recebam o apoio necessário sem a pressão de adquirir produtos ou serviços adicionais; isso pode ajudar a garantir que os jovens agricultores tenham acesso a assistência técnica necessária para desenvolver suas atividades com sucesso, promovendo um ambiente mais sustentável e produtivo no campo.

As instituições financeiras que estejam próximas não só no espaço físico mas também no sentido literal da palavra, levando ao conhecimento do agricultor as mudanças e os novos programas e facilidades disponíveis, são essenciais para apoiar o desenvolvimento do setor agrícola, proporcionando acesso a recursos financeiros que permitam aos agricultores investir em suas atividades e melhorarem a produção.

Os seguros agrícolas são fundamentais para proteger os agricultores contra riscos que podem afetar suas safras e, conseqüentemente, sua renda, dando mais segurança à permanência dele no campo. Além disso, é essencial entender as especificidades das culturas cultivadas e os riscos associados para tomar decisões corretas sobre qual tipo de seguro contratar.

A garantia de comercialização dos produtos agrícolas é essencial para a segurança financeira dos agricultores, uma estratégia de garantir a comercialização de seus produtos, minimizando riscos financeiros e promovendo uma maior estabilidade econômica em suas atividades.

4.3 De onde veio o gosto pela agricultura familiar

De acordo com as entrevistas, o gosto por trabalhar na terra é uma tradição que se transmite de geração para geração, e quando a rentabilidade é boa, permite viver com tranquilidade no meio rural. “Gosto de produzir o alimento e ver as pessoas apreciando meus produtos; isso me traz uma

satisfação enorme e me faz produzir e investir cada vez mais na propriedade.”¹

“Viver na colônia proporciona tranquilidade, porque posso cultivar minhas flores, minha horta, passar horas ao ar livre, cuidar dos meus animais e produzir frutas para a nossa alimentação. Na cidade, não consegui me adaptar. Há horário para cumprir, e tudo o que se come precisa ser comprado, até os temperos. Embora eu ganhasse bem no meu emprego, os gastos eram bem maiores do que aqui na colônia. Aqui a vida é mais tranquila, mesmo que seja necessário trabalhar duro para garantir o pão de cada dia.”²

4.3 Quais são as fontes de recursos para manter a propriedade?

Para manter uma propriedade de forma sustentável, é essencial contar com fontes de recursos que envolvam planejamento, investimento e conhecimento. Alguns pontos importantes são: planejamento estratégico, investimento em estrutura, capacitação e conhecimento, adequação ao solo e clima, diversificação de culturas, tecnologia e inovação, sustentabilidade, análise de mercado. Também muitas vezes um membro da família precisa buscar trabalho fora com terceiros a fim de conseguir investir na propriedade, já que não consegue acessar recursos nas entidades devido à necessidade de regularização das terras.

Muitos agricultores enfrentam experiências que não deram certo e precisam mudar suas produções diversas vezes para se adaptar e garantir a produção. Com as vendas buscam cobrir os custos da propriedade; algumas obtêm renda principalmente da venda de soja, milho, trigo e cevada, enquanto outras complementam a renda com a comercialização de leite, ovos, frangos, frutas, entre outros. Há propriedades que conseguem uma boa rentabilidade graças à diversificação com o cultivo de frutas, verduras e legumes para a venda.

4.4 Quais as culturas que viabilizam a propriedade

Na pesquisa realizada, culturas como soja, milho, trigo, cevada são realmente importantes e bastante cultivadas em muitas propriedades rurais, mas elas podem apresentar algumas limitações em termos de viabili-

¹ Lewinski, R. Ago. 2024.

² Wansowski, I. Ago. 2024.

dade econômica quando não são acompanhadas pela diversificação. As pequenas propriedades que cultivam cereais tendentes à monocultura e, em conjunto para aumentar a renda, diversificam suas atividades com produtos como leite, frutas, verduras, vende a galinha caipira, o ovo, batata-doce, mandioca entre outros, tende a ser mais resiliente e sustentável. As propriedades que cultivam frutas, verduras e legumes têm sua viabilidade garantida por vários fatores, tais como demanda de mercado, colheitas mais curtas e várias vezes ao ano, diversificação de produtos, venda direta ao consumidor, sustentabilidade.

Nas propriedades mais desenvolvidas e bem estruturadas, os agricultores buscam conhecimento e realizam experimentos para avaliar a viabilidade da produção, levando em consideração fatores como clima e localização, além da incidência de luz solar que pode aumentar a produtividade. Além disso, muitas famílias cultivam seus próprios alimentos, o que ajuda a reduzir custo de vida.

A diversificação nas pequenas propriedades rurais é uma estratégia eficaz para aumentar a renda e promover a sustentabilidade econômica. Ao adotar práticas diversificadas, os agricultores não apenas melhoram sua segurança financeira, mas também contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais.

A diversificação é fundamental para a viabilidade das propriedades rurais, trazendo benefícios, sustentabilidade econômica, melhoria da saúde do solo, biodiversidade, cultivo de vários produtos na mesma área, integração pecuária-agricultura, valorização da produção e novos mercados.

Sem a diversificação, as pequenas propriedades rurais enfrentam riscos elevados e podem ter dificuldade para se manter viáveis economicamente, e os principais motivos são a vulnerabilidade a pragas, dependência nas condições do clima, flutuação dos preços, esgotamento do solo e não contribui para um ecossistema agrícola saudável e resistente.

5 Considerações finais

Ao concluir este estudo, busquei apresentar um retrato da produção nas propriedades rurais no município de Floriano Peixoto, situado no norte do Rio Grande do Sul, identificando que existem propriedades que cultivam a monocultura, mesmo sendo pequenas, e outras já estão mais avançadas e diversificaram a produção, aumentando assim a viabilidade socioeconômica.

O estudo procurou demonstrar também a relação e as diferenças entre a agricultura familiar de antigamente e a atual em suas formas de produção, na evolução nas propriedades rurais, na sua estruturação, na forma de cultivo, na comercialização e no armazenamento dos produtos da agricultura familiar.

Constatou-se que os jovens enfrentam desafios e dilemas distintos, tanto aqueles que deixaram suas pequenas propriedades rurais para viver na cidade como os que decidiram permanecer no campo. Os que se mudaram para a cidade muitas vezes encontraram dificuldades financeiras pelo aumento do custo de vida e pela falta de incentivo para se encorajar a voltar para o campo; por outro lado, os jovens que optaram por ficar na propriedade rural buscaram ativamente conhecimento e capacitação, investindo na estruturação e no desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Essa busca por inovação e aprimoramento não só fortaleceu suas propriedades, mas também contribuiu para a revitalização da comunidade rural, mostrando que há um potencial significativo para o crescimento no campo quando há determinação e acesso a recursos adequados.

Com a diversificação de culturas notou-se uma grande diferença socioeconômica das comunidades, inclusive na autoestima das pessoas. Ao cultivar uma variedade de produtos, os agricultores não apenas aumentam sua resiliência frente à flutuação de mercado e condições climáticas adversas, mas também melhoram sua renda e segurança familiar. Essa prática permitiu que os produtores explorassem nichos de mercado, atendendo a demanda por produtos orgânicos e locais, o que, por sua vez, fortaleceu a economia regional. Como resultado, as comunidades tornaram-se mais autossuficientes e dinâmicas, criando um ciclo positivo de desenvolvimento e prosperidade.

Por fim, o êxodo rural ainda existe e é uma realidade que afeta muitas comunidades, mas existem diversas estratégias que podem ser adotadas para reduzir esse fenômeno. Primeiramente, é fundamental implementar políticas públicas que incentivem o desenvolvimento rural sustentável, oferecendo apoio financeiro e técnico aos agricultores. Além disso, investir em educação e capacitação profissional voltada para os jovens do campo é essencial; por isso prepara-os para enfrentar os desafios do mercado agrícola moderno. O fortalecimento de cooperativas também pode ser uma solução viável, promovendo a união entre os produtores e facilitando o acesso a recursos e mercados. Por fim, é importante valorizar a cultura local e os

produtos regionais, criando oportunidades de turismo rural e feiras que atraíam visitantes e gerem renda. Com essas ações integradas é possível criar um ambiente mais atrativo para que os jovens permaneçam nas áreas rurais, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades.

Referências

- AGUIAR, V. V. P., STROPASOLAS, V. L. **As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina**. Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 157-181. Disponível em: <https://memov.org/site/wp-content/uploads/tainacan-items/53564/55242/Genero-e-Geracao-em-Contextos-Rurais.pdf#page=157>. Acesso em: 02 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24.07.2006**, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares. www.planalto.gov.br. Consultado em: 11 jun. 2024.
- CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/20159/CDBR17079113p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- DALCIN, D. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões/RS**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Dissertacao_Dion%C3%A9ia.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1965-1985**. Campinas: Editora Unicamp, 1985.
- FERREIRA, Ângela Duarte; ZANONI, Magda. Outra agricultura e reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela Duarte; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 05 set. 2024.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades e Estados** – Flórida no Peixoto. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/floriano-peixoto.html>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- LIMA, Arlindo Prestes de; *et al.* **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- LOBLEY, M. **Succession in the family farm business**. University of Exeter. v. 13, n. 12, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259638644_Succession_in_the_family_farm_business. Acesso em: 29 ago. 2024.

PANNO, M.; MACHADO, J. A. D. Sucessão geracional na agricultura familiar: orientações de valor e tomada de decisão. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia-MG, v. 18, n. 49, p. 23-46, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66621/35699>. Acesso em: 04 set. 2024.

PEREIRA, A. L. L. A RACIONALIDADE NO PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES. **Revista Negócios em Projeção**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Admin,+1481-4089-1-RV-n124-139.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 253 p.

SILVA NETO, B. Desenvolvimento rural sustentável: novas questões, desafios que perduram. In: LOPES, H. C. **Teorias e processos de desenvolvimento**. Chapecó: Editora UFFS, 2016. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/Desenvolvimento%20rural%20sustent%C3%A1vel.%20Novas%20quest%C3%B5es,%20desafios%20que%20perduram.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Sucessão geracional na Agricultura Familiar. **Juventude na Construção da Sucessão Geracional**, v. 08, n. 01, p. 26, 2011. Disponível em: <http://191.241.229.250/bitstream/11465/565/1/216.pdf#page=26>. Acesso em: 05 set. 2024.

TESTA, V. M. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Unesco, 1998. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Livro+Dilvan+Ferrari%2C+Vilson+Marcos+Testa%3B+Juventude+e+Agricultura+Familiar.+Desafios+dos+novos+padr%C3%B5es+Sucess%C3%B3rios.&aq=Livro+Dilvan+Ferrari%2C+Vilson+Marcos+Testa%3B+Juventude+e+Agricultura+Familiar.+Desafios+dos+novos+padr%C3%B5es+Sucess%C3%B3rios.&aqs=chrome.0.69i59.3224j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF->. Acesso em: 05 set. 2024.

Concessão de crédito e sucessão familiar em propriedades rurais do município de Erebango/RS

Marindia Carla Tiburski

José Martins dos Santos

1 Introdução

As cadeias produtivas do agronegócio no Brasil incluem as pequenas propriedades rurais, que são vitais para a economia do país. A agricultura familiar (AF) é um ator fundamental para o desenvolvimento rural, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos, geração de empregos e pela preservação ambiental e cultural com suas atividades caracterizadas por trabalho intenso e predominantemente familiar. A importância econômica e social da agricultura familiar no Brasil tem levado a diversos estudos sobre a sucessão entre os agricultores familiares. Embora seja um assunto de competência familiar, o planejamento da sucessão familiar tem implicações mais amplas, pois o processo de transmissão do controle da produção dos pais para os filhos afeta a continuidade da unidade produtiva e a permanência dos jovens no meio rural.

Diante da relevância da temática, esta pesquisa buscou identificar os impactos do Cooperativismo de Crédito para o processo de sucessão familiar no município de Erebango/RS. A hipótese central é que a sucessão familiar nas propriedades rurais está associada à redução de jovens na agricultura familiar, o que, por sua vez, afeta as operações de crédito ofertadas pela Cresol no referido município. O problema de pesquisa consiste em saber qual o efeito da sucessão familiar nas propriedades rurais para a Cresol Erebango? Para isso investigam-se a quantidade da população jovem no meio rural, os fatores que incentivam a permanência da juventude no meio rural, o planejamento da sucessão familiar e as políticas de crédito rural mais assertivas para impactar positivamente essa realidade.

A pesquisa é necessária porque a ausência de sucessão familiar em propriedades rurais resulta na redução da população jovem no campo com efeitos sobre as operações de crédito e os fluxos de recursos para a agricultura familiar. A população jovem desempenha um papel crucial na continuidade dessas atividades, o que só será garantido por meio da sucessão familiar. A sucessão familiar permite que as famílias continuem demandando crédito para melhorar suas condições de vida, alcançar bem-estar e prosperidade com sustentabilidade. Assim, o estudo busca compreender como o crédito rural contribui para a permanência dos jovens no campo, garantindo a continuidade das operações de crédito na agricultura familiar.

Este estudo está organizado em seis seções. A seção 2 apresenta a base teórica e revisa a literatura empírica relacionada à sucessão familiar. Na seção 3 são apresentadas as características do município de Erebangó-RS e da Cresol. O método e os dados são abordados na seção 4. A análise e discussão dos resultados são apresentadas na seção 5, e as principais conclusões na seção 6.

2 Cooperativismo de crédito e sucessão familiar rural

A agricultura familiar pode ser compreendida sob vários conceitos. Ahlert (2009) define-a como um sistema onde os meios de produção são familiares e os resultados são divididos sem a existência de salário. Para Wanderley (1999), a agricultura familiar, embora não seja uma categoria social nova, assume uma nova importância com a definição e abrangência que lhe foram atribuídas recentemente. Ela é entendida como uma forma de organização produtiva que considera as necessidades e propósitos da família, onde a gestão e o trabalho estão diretamente ligados, sendo a família proprietária dos meios de produção e provedora da mão de obra.

O tema “Agricultura Familiar” já foi abordado de diferentes formas: como agricultura camponesa, de subsistência, de pequeno porte e de pequena produção. Segundo Alves e Lima (2008), a agricultura familiar foi um dos assuntos mais debatidos entre 1980 e 1985 em relação à questão agrária, focando no estilo de vida dos trabalhadores rurais, modelos de financiamento governamentais e violência em conflitos agrários.

Apesar de muitas vezes caracterizada por uma área menor (mini-fúndio), a agricultura familiar mantém sua relevância como setor estratégico para o desenvolvimento brasileiro, contribuindo significativamente

para a segurança alimentar do país e sendo uma importante fornecedora de alimentos para os mercados interno e externo. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, adota um conceito mais restritivo, definindo agricultura familiar como aquela desenvolvida em pequenas propriedades rurais, explorada predominantemente por mão de obra familiar e que tem na propriedade sua principal fonte de sustento. A lei também estabelece que a agricultura familiar caracteriza-se pela gestão individual ou coletiva do empreendimento, predominância de trabalho manual e renda proveniente da comercialização da produção na propriedade ou em feiras locais.

O futuro da agricultura familiar depende intrinsecamente da sucessão familiar no ramo da produção agropecuária. A sucessão familiar envolve a transferência de conhecimentos sobre as atividades produtivas, gestão de negócios, posse das terras e patrimônio de pais para filhos. Zonin e Kroth (2017) definem sucessão como a continuação das atividades desempenhadas na propriedade familiar, podendo ocorrer com ou sem a assistência dos pais. Lamarche (1993) reforça que a sucessão familiar em uma unidade de produção agrícola implica uma interligação íntima entre propriedade e trabalho na família. Lodi (1987) sugere que a sucessão deve ser conduzida com habilidade pelo patriarca enquanto ele detém o poder e está em plena saúde, idealmente começando quando os filhos ainda são pequenos. Spanevello (2008) descreve a “sucessão tardia” como um padrão comum, onde o controle e o patrimônio são transferidos apenas no final da vida dos pais ou em casos de incapacidade. Nessa perspectiva, Machado (2006) enfatiza a sucessão como um aspecto crucial para a sobrevivência das propriedades familiares.

Lima, Borges e Carvalho (2007) destacam que o processo sucessório é um ponto relevante no ciclo de vida da propriedade familiar, pois o início de uma nova administração pode trazer melhorias ou levar ao fracasso do projeto. Gasson e Errington (1993) dividem a formação de uma nova geração de agricultores em três fases: (a) sucessão profissional (passagem do comando e uso do patrimônio), (b) transferência legal da propriedade e ativos, (c) aposentadoria (redução do trabalho “mais árduo” e transferência de poder para a nova geração). Abramovay *et al.* (1998) e Carneiro (2001; 2007) ressaltam que a sucessão familiar exige atenção a elementos que atendam as necessidades dos jovens, como renda, relações familiares, políticas públicas inclusivas, comunicação digital e formação educacional.

Abramovay *et al.* (1998) pontuam que os jovens são estimulados a permanecer no campo por fatores como: i) instituições técnicas com programas de extensão rural que gerem oportunidades de trabalho; ii) cooperativas de agricultores que forneçam crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo e informacional e fomento social; iii) fortalecimento de grupos locais e organizações de agricultores; iv) iniciativas de lazer, como encontros para a troca de experiências e jogos recreativos; v) tecnologia e modernização do campo com máquinas e equipamentos que facilitem o trabalho e reduzam a penosidade; vi) valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura.

Assim, as políticas para a juventude rural não se devem limitar à agricultura; incluem também educação de qualidade e estímulo a projetos inovadores que tornem o meio rural uma opção de vida. Desse modo, o termo “sucessor familiar” carrega a ideia de continuação do projeto familiar, do estabelecimento rural e da propriedade, garantindo, mesmo que não em sua totalidade, a continuidade das atividades desenvolvidas por jovens no meio rural.

2.1 Cooperativismo de crédito

O termo “cooperativismo” surgiu há centenas de anos, impulsionado pela busca por uma sociedade mais justa e fraterna, valorizando o trabalho coletivo e comunitário. Pensadores franceses e ingleses, caracterizados como “socialistas utópicos”, formaram uma corrente alternativa ao liberalismo clássico, pregando ideais de justiça e fraternidade, o que deu origem ao movimento cooperativista e às primeiras ideias de economia solidária.

No Brasil, o cooperativismo surgiu em 1889 em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos, de Ouro Preto (MG), para consumo de produtos agrícolas. No Rio Grande do Sul, a primeira Cooperativa de Crédito foi fundada em 1902, em Nova Petrópolis, pelo padre jesuíta Theodor Amstad, com o objetivo de melhorar a vida dos moradores que não contavam com instituições financeiras.

Cenzi (2012), Mladenatz (2003), Schmidt e Perius (2003), Radin e Corazza (2018) descrevem o cooperativismo como um movimento ou forma de organização econômica e social baseada em valores e princípios da doutrina cooperativista, como ajuda mútua, solidariedade, gestão democrática, cooperação e distribuição de resultados entre os associados. Para a

Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o cooperativismo é mais do que um modelo de negócios; é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, equilibrado e com melhores oportunidades, unindo desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

A Lei nº 5.764/71 define cooperativa como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviço aos associados”. Os sete princípios do cooperativismo, estabelecidos desde a fundação da primeira cooperativa em 1844, são: i) Adesão Voluntária e Livre; ii) Gestão Democrática; iii) Participação Econômica dos Membros; iv) Autonomia e Independência; v) Educação, Formação e Informação; vi) Intercooperação, e vii) Interesse pela Comunidade.

Um dos segmentos do cooperativismo é o crédito, que é um recurso fundamental para o agricultor familiar melhorar as condições de vida e da propriedade, impulsionando atividades econômicas e gerando renda, expandindo os meios de reprodução das famílias beneficiárias. As cooperativas de crédito rural, segundo Soares e Sobrinho (2008), têm ocupado espaços deixados por outras instituições bancárias, especialmente os grandes bancos. Dentre as muitas opções de crédito para agricultores familiares destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf capacita o agricultor familiar a se manter na agricultura, incentivando atividades agrícolas e oferecendo crédito.

3 Características do município de Erebangó/RS e da Cresol

Erebangó é um pequeno município no Rio Grande do Sul, cujo nome, de origem tupi-guarani, significa Campo Grande. Sua origem remonta a 1910 com a construção da estação ferroviária e a ligação ferroviária entre Passo Fundo e Marcelino Ramos.

Figura 1 – Localização do município de Erebang/RS



Fonte: Wikipédia (2024).

De acordo com o censo do IBGE de 2010, Erebang tinha 2.970 habitantes, sendo 1.958 na área urbana e 1.012 na área rural. No censo de 2022, a população registrada foi de 3.054 habitantes. O município abrange uma área territorial de 152.793km² e tem na agricultura sua principal fonte de renda e arrecadação. Atualmente, Erebang conta com três instituições financeiras: Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, e as cooperativas de crédito Cresol e Sicredi.

A cooperativa Cresol foi criada há mais de 20 anos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FE-TRAF/SUL) e cooperativas de produção para atender pessoas excluídas do sistema financeiro. A agência da Cresol em Erebang iniciou suas atividades em 1º de junho de 2006, dedicando-se a oferecer serviços financeiros acessíveis aos agricultores e à população local.

A relação da Cresol com a agricultura familiar é muito forte, pois a maioria dos agricultores atendidos enquadra-se no Pronaf. São pequenos produtores que necessitam de crédito orientado e com juros baixos para financiar e produzir em suas propriedades. Com o Pronaf a cooperativa oferece recursos para custeio (produção de alimentos), custeio pecuário

(produção leiteira e gado de corte) e linhas para investir na modernização da propriedade, oferecendo taxas reduzidas e prazos longos. Atualmente, a agência Cresol em Erebangó conta com quatro colaboradores e 990 associados, dos quais 228 têm algum vínculo com a agricultura.

4 Procedimentos metodológicos

Para identificar o efeito da sucessão familiar sobre as operações de crédito rural na Cresol Erebangó foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Gil (2008), pesquisas exploratórias visam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de problemas ou hipóteses mais precisos. Já as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de uma população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O estudo analisou os impactos da sucessão familiar nas operações de crédito em Erebangó/RS, utilizando uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Gil (2008), métodos qualitativos ajudam a compreender melhor o problema, enquanto os quantitativos garantem a validade das conclusões por meio de medições precisas. A pesquisa foi também de natureza bibliográfica e documental com revisão de literatura e aplicação de questionários.

A pesquisa aplicada consistiu na elaboração de questionários para jovens rurais de Erebangó, com o objetivo de coletar dados informativos e prospectivos para a produção de indicadores. Os critérios incluíram o tamanho da amostra, público-alvo, número de questionários, faixa etária, informações demográficas, socioeconômicas e identificação de políticas de apoio à sucessão familiar. Meios eletrônicos e plataformas *on-line* puderam ser utilizados para agilizar a coleta e computação de dados.

O estudo também utilizou pesquisas bibliográfica e documental, intensificadas gradualmente pela imersão e revisão da literatura relacionada à sucessão familiar, pelo aprimoramento e consolidação do problema de pesquisa, objetivos e hipóteses, focando na identificação do impacto da sucessão familiar na Cresol Erebangó como instituição de intermediação financeira que apoia o desenvolvimento rural sustentável e a sucessão familiar. Planilhas eletrônicas e modelos estatísticos foram utilizados para organizar e tabular os dados, construindo possíveis indicadores quantitativos para a análise dos resultados.

5 Análise dos resultados

Buscando apresentar e caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa vinculados à sucessão familiar rural e à concessão do crédito, apresentamos as características dos participantes por gênero, sendo 31 do gênero feminino e 70 do gênero masculino, totalizando 101 participantes, dos quais 69,3% são mulheres agricultoras. Quanto à faixa etária e ao grau de instrução do gênero feminino, encontra-se entre 26 e 35 anos (14 participantes), seguido das idades entre 18 e 25 anos (8 participantes), depois 36 a 45 anos (7 participantes), de 46 a 55 anos (1 participante), mais de 55 anos (1 participante) e zero participante com menos de 18 anos. Em relação ao grau de instrução, 11 participantes possuem ensino superior completo, 10 participantes ensino médio completo, 6 participantes pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), 3 participantes ensino superior incompleto e uma participante com ensino fundamental incompleto.

Na análise referente ao gênero masculino, observa-se que a maioria dos participantes está na faixa etária de 26 a 35 anos (37 indivíduos), seguida por 36 a 45 anos (17), 18 a 25 anos (12), 46 a 55 anos (3) e menos de 18 anos (1). Esses dados indicam que, assim como entre as mulheres, a faixa etária predominante entre os homens é de 26 a 35 anos. Quanto ao nível de escolaridade dos participantes do sexo masculino, 26 possuem ensino médio completo, 13 têm ensino superior completo, 12 concluíram o ensino fundamental e 7 alcançaram a pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado). Além disso, 6 têm ensino fundamental incompleto, 5 com ensino superior incompleto e 1 participante possui ensino médio incompleto. Dessa forma, nota-se que o grau de instrução mais comum entre os homens é o ensino médio completo.

A pesquisa investigou a relação dos participantes com a agricultura familiar. Entre as mulheres 20 pertencem a famílias de agricultores e 11 são produtoras rurais. Já entre os homens, 37 são produtores rurais, 28 fazem parte de famílias de agricultores, 3 trabalham em empresas ou propriedades do setor agrícola, 1 atua em uma empresa de transporte de alimentos e 1 é funcionário do Sindicato da Agricultura Familiar. Os dados revelam que, independentemente do gênero, a maioria dos participantes está diretamente envolvida com a agricultura familiar, seja como produtores ou membros de famílias agricultoras.

Os pesquisados foram questionados se em sua família existe um plano de sucessão familiar. Para demonstrar os resultados específicos dessa

questão desenvolvemos o quadro abaixo, que resume as informações relativas ao plano de sucessão familiar. Percebe-se que a maioria dos entrevistados, 39 participantes, independentemente do nível de escolaridade, não possui plano de sucessão. Essa informação sugere que a continuidade das propriedades rurais pode estar comprometida devido à falta de planejamento sucessório no âmbito familiar. Por outro lado, 37 participantes estão em processo de desenvolvimento de um plano de sucessão familiar e 25 já possuem plano estruturado. Observa-se que o grau de instrução, ensino médio completo e superior completo, tem maior aderência ao plano de sucessão, apresentando um número de 36 e 24 participantes respectivamente.

Quadro 1 – Percepção dos Participantes sobre a Existência de um Plano de Sucessão Familiar

	Feminino	Masculino	Total Geral
Ensino Fundamental Completo		12	12
Ainda não consideramos essa questão		5	5
Estamos em processo de desenvolvimento do plano		3	3
Sim, já temos um plano estruturado		4	4
Ensino Fundamental Incompleto	1	6	7
Ainda não consideramos essa questão		2	2
Estamos em processo de desenvolvimento do plano	1	2	3
Sim, já temos um plano estruturado		2	2
Ensino Médio Completo	10	26	36
Ainda não consideramos essa questão	4	11	15
Estamos em processo de desenvolvimento do plano	2	7	9
Sim, já temos um plano estruturado	4	8	12
Ensino Médio Incompleto		1	1
Estamos em processo de desenvolvimento do plano		1	1
Ensino Superior Completo	11	13	24
Ainda não consideramos essa questão	6	2	8
Estamos em processo de desenvolvimento do plano	2	10	12
Sim, já temos um plano estruturado	3	1	4
Ensino Superior Incompleto	3	5	8
Ainda não consideramos essa questão	1	1	2
Estamos em processo de desenvolvimento do plano	1	3	4
Sim, já temos um plano estruturado	1	1	2
Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado)	6	7	13
Ainda não consideramos essa questão	2	5	7
Estamos em processo de desenvolvimento do plano	3	2	5
Sim, já temos um plano estruturado	1		1
Total Geral	31	70	101

Fonte: Os autores (2024). Elaborado a partir de dados da pesquisa.

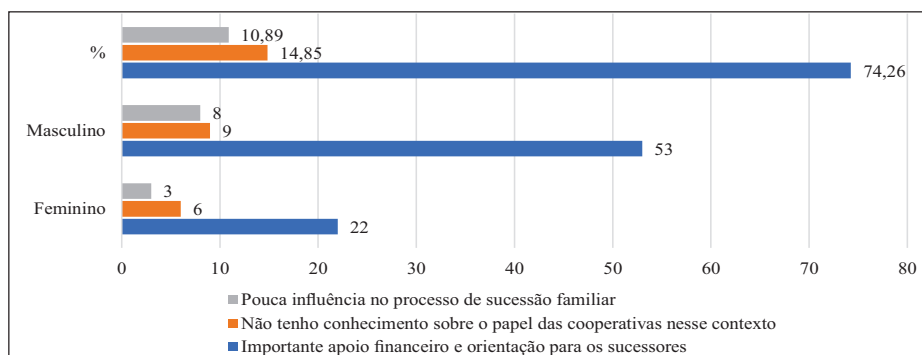
Os principais desafios apontados no plano de sucessão familiar foram semelhantes entre os gêneros. A dificuldade mais citada foi a conciliação de interesses e expectativas entre gerações, mencionada por 16 mulheres e 35 homens. Em seguida, a falta de interesse dos jovens em continuar o negócio foi destacada por 8 mulheres e 22 homens. A resistência dos membros mais velhos da família também foi apontada como um obstáculo por 7 mulheres e 8 homens. Ademais, 5 participantes homens mencionaram fatores como a ausência de aposentadoria, baixa lucratividade, desafios do setor, perspectivas de crescimento e alto custo.

A pesquisa revelou que as principais necessidades para viabilizar a sucessão familiar no meio rural são semelhantes entre os gêneros. A mais citada foi o acesso a linhas de crédito específicas para jovens empreendedores rurais (11 mulheres e 28 homens). Em seguida, destacaram-se a falta de apoio na elaboração de planos de negócios (9 mulheres e 25 homens) e a necessidade de programas de capacitação e mentoria (11 mulheres e 13 homens). Por fim, 4 homens apontaram a ausência de crédito para compra de terras, garantia de preços, seguro agrícola eficiente e financiamento com juros baixos.

A percepção dos participantes sobre o suporte das políticas públicas à sucessão familiar revela um cenário de insatisfação. Para 45 participantes, esse suporte é inexistente, enquanto 44 consideram-no apenas parcial, indicando ações governamentais insuficientes ou ineficazes. Apenas 12 participantes acreditam que há um suporte adequado, evidenciando uma lacuna significativa entre as necessidades do meio rural e as políticas públicas.

A figura a seguir mostra que a maioria dos participantes (75) reconhece a importância das cooperativas de crédito no processo de sucessão familiar, destacando seu papel no apoio financeiro e na orientação dos sucessores. Essa percepção reforça a visão das cooperativas como parceiras estratégicas, oferecendo não apenas recursos, mas também suporte na gestão rural. Por outro lado, 15 participantes afirmaram desconhecer o papel dessas instituições, o que evidencia uma lacuna de informação que pode limitar o aproveitamento de seus benefícios. Outros 11 participantes consideram que as cooperativas exercem pouca influência no processo sucessório, indicando a necessidade de maior aproximação e divulgação dos serviços.

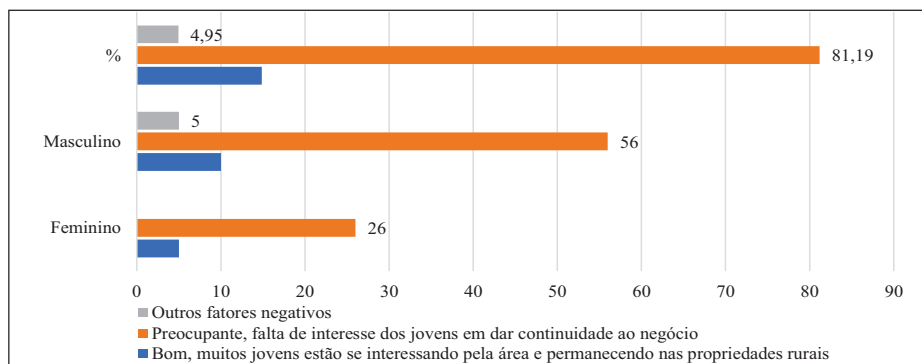
Figura 1 – Percepção quanto ao papel das cooperativas de crédito para o plano de sucessão familiar



Fonte: Os autores (2024). Elaborado a partir de dados da pesquisa.

A seguir, apresentamos o relacionamento dos participantes com a cooperativa de crédito. Dos entrevistados, 82 demonstraram preocupação com a falta de interesse dos jovens em dar continuidade à atividade agrícola. Em contrapartida, 15 participantes percebem um cenário mais promissor com jovens interessados e permanecendo nas propriedades. Quatro relataram abandono da agricultura familiar, atribuído à falta de estímulo por parte da família, à ausência de uma renda segura e às condições climáticas desfavoráveis. Além disso, foi ressaltado que, mesmo quando há interesse dos jovens, o setor enfrenta desafios crescentes, agravados pela escassez de incentivos governamentais.

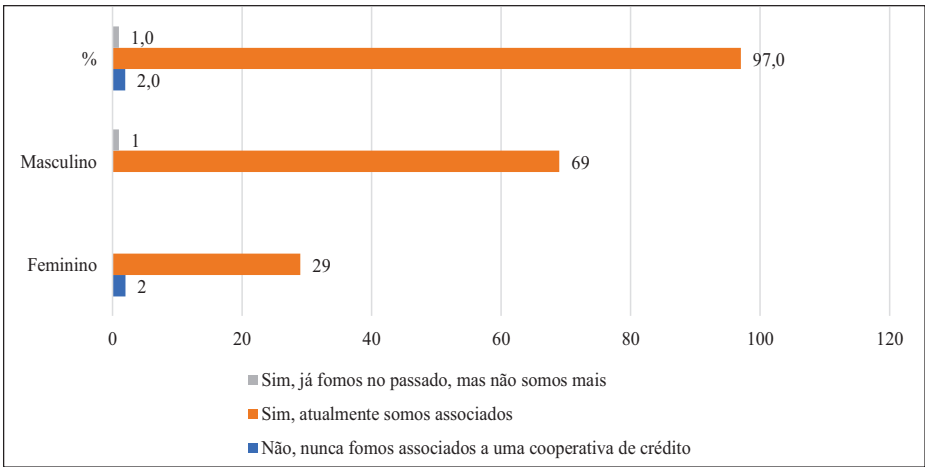
Figura 2 – Percepção quanto à importância da sucessão familiar para o futuro da agricultura



Fonte: Os autores (2024). Elaborado a partir de dados da pesquisa.

Os participantes foram questionados se eles ou suas famílias são ou já foram associados a uma cooperativa de crédito. A grande maioria – 98 participantes – respondeu que sim, sendo atualmente associados. Dois participantes afirmaram nunca ter sido associados, enquanto apenas um relatou ter sido associado no passado, mas não mais atualmente. Esses dados reforçam a relevância das cooperativas de crédito no município, que desempenham um papel essencial na inclusão financeira, oferecendo serviços adaptados às necessidades locais e promovendo o desenvolvimento social e econômico.

Figura 3 – Relação dos participantes na cooperativa de crédito



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2024).

6 Considerações finais

Este estudo propôs-se a analisar a sucessão familiar em propriedades rurais no município de Erebangó/RS, com o objetivo de demonstrar a importância do Cooperativismo de Crédito nesse processo sucessório, buscando responder o seguinte problema de pesquisa: como a redução do número de jovens no meio rural e a dificuldade da sucessão familiar pode impactar as operações de crédito ofertadas pela Cresol? O estudo caracterizou-se por sua natureza exploratória e descritiva, utilizando uma abordagem quali-quantitativa e metodologia subsidiada por pesquisa bibliográfica, documental e pela aplicação de questionários.

Após a realização deste estudo, constatou-se que a ampla maioria dos participantes era do gênero masculino. Em relação à existência de um plano de sucessão familiar, a maioria dos entrevistados (39) ainda não havia considerado a questão. Contudo, 37 participantes estavam em processo de desenvolvimento do plano e 25 já possuíam um plano estruturado.

A principal dificuldade apontada para a criação de um plano de sucessão foi a conciliação de interesses e expectativas entre as gerações, seguida pela falta de interesse dos jovens em dar continuidade ao negócio e pela resistência dos membros mais velhos da família como um desafio a ser superado. Quanto à necessidade da existência do plano de sucessão, a principal necessidade citada foi o acesso a linhas de crédito específicas para jovens empreendedores rurais e a falta de apoio na elaboração de planos de negócios e projetos para o setor agrícola, além da importância de se ter programas de capacitação e mentoria para desenvolver habilidades gerenciais e técnicas.

Observa-se também que não há suporte de políticas públicas para a sucessão familiar ou, quando existe, é de forma parcial. Apenas uma minoria acredita que há um suporte adequado das políticas públicas para que a sucessão ocorra. Esses resultados ressaltam a importância de um diálogo mais aberto entre os formuladores de políticas, as comunidades e as famílias de agricultores, visando entender melhor suas necessidades e expectativas. A construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes pode ser um passo crucial para fortalecer e aumentar a sucessão familiar na agricultura.

Sobre o apoio financeiro e a orientação que as cooperativas de crédito concedem para o processo da sucessão familiar, a maioria destaca a importância desse apoio e afirma estar associado atualmente a uma cooperativa. Essa visão positiva sugere que muitos enxergam as cooperativas como aliados estratégicos na transição de negócios familiares, proporcionando não apenas recursos financeiros, mas também conhecimento e suporte na gestão. No entanto, uma parcela desconhece a ligação entre as cooperativas e a sucessão familiar ou ainda acredita que as cooperativas não exercem influência nesse processo.

Há uma preocupação grande com a falta de interesse dos jovens em dar continuidade ao negócio, principalmente porque o setor está se tornando cada vez mais desafiador com a falta de estímulo por parte da família, a ausência de uma renda segura e as condições climáticas desfavoráveis. Poucos afirmaram que a situação está favorável.

Por fim, diante dos aspectos analisados, percebe-se que a diminuição do engajamento dos jovens nas atividades rurais é um fenômeno crescente, que está comprometendo a continuidade das propriedades familiares. Sem a sucessão familiar há um risco significativo de que as propriedades rurais não consigam se manter. A sucessão familiar precisa de mais atenção e incentivo por parte das políticas públicas, dos governos e das cooperativas de crédito; estas podem facilitar a transição entre as gerações, promovendo o investimento em tecnologias e práticas modernas e sustentáveis que atraiam os jovens de volta ao campo. Portanto, se a sucessão familiar na agricultura não acontecer, consequentemente o crédito rural tende a diminuir, impactando negativamente as operações rurais oferecidas pela Cresol.

Referências

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FER-RARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre. **Anais [...]** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre/RS, 2009.
- ALVES, A.; LIMA, H. Agricultura familiar. **Revista Eletrônica da FJAV**, ano I, n. 01, 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 14 set. 2024.
- CENZI, N. L. **Cooperativismo**: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012. p. 172.
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KROT, D. C.; ZONIN V. J. **Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar**. Curitiba: Appris, 2017.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: Comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- LIMA, J. B.; BORGES, A. F.; CARVALHO, F. A. P. Construção do processo de sucessão em empresas familiares: transmissão gerencial e patrimonial. **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Pesquisa-ENANPAD**. Brasília, v. 31, 2007.
- LODI, J. B. **Sucessão e Conflito na Empresa Familiar**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MACHADO, H. P. V. Empresas familiares e a formação de sucessoras. A “indesejável” sucessão entre “ex-camelôs” do shopping Oiapoque. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, v. 30, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/htm/enanpad2006-esoc-0394-resumo.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confefbras, 2014.
- MLADENATZ, G. **Histórico das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confefbras, 2003. p. 272.
- RADIN, J. C.; CORAZZA, G. **Dicionário histórico-social do oeste catarinense**. Chapecó: Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/editorauffs/dicionario-historico-social-do-oeste-catarinense. Acesso em: 28 jan. 2024.
- SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 63-71.
- SESCOOP. **Fundamentos do Cooperativismo**. Brasília: Sistema OCB, 2017.
- SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do Cooperativismo de Crédito**. 2. ed. Brasília: Banco do Brasil, 2008.
- SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEI-

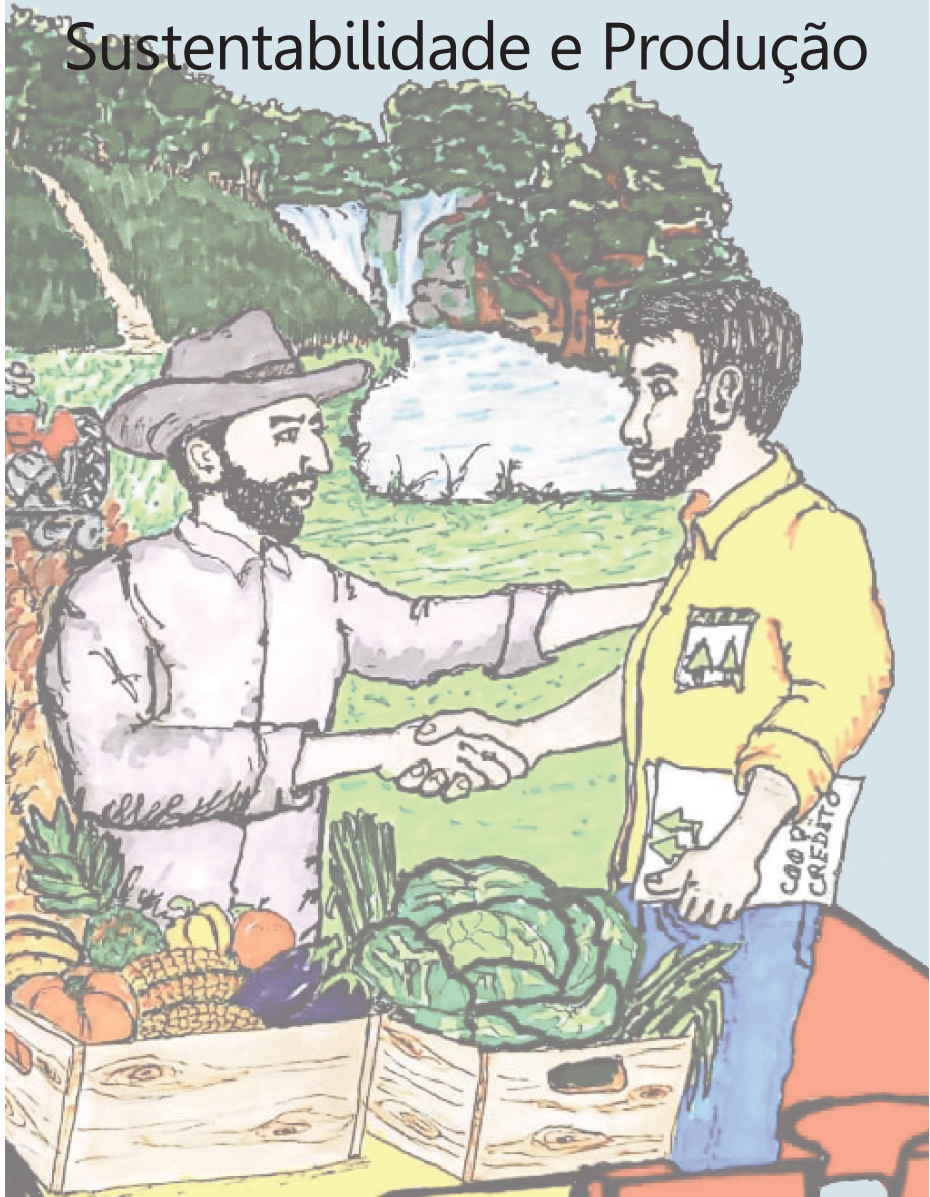
RA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** . Londrina: Sober, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/1001.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

SEÇÃO 3

Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Produção



Estudo da produção de laranja no município de Aratiba/RS

*Claudia Mara Winter
Karine Daiane Zingler*

1 Introdução

O município de Aratiba/RS, localizado no norte do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem se destacado na produção de laranja, contribuindo de maneira significativa para a economia regional do Alto Uruguai. Nos últimos anos, o cenário da citricultura em Aratiba passou por transformações notáveis, marcadas por variações no número de produtores, expansão das áreas cultivadas e mudanças nos volumes de produção. Além disso, as variações nos preços da laranja refletem as dinâmicas de mercado e os desafios enfrentados pelos agricultores.

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para proporcionar uma compreensão abrangente do estudo da produção de laranja em Aratiba. Através da coleta de dados primários por meio de planilhas de controle obtidas diretamente na Prefeitura Municipal e Emater de Aratiba, enviadas em arquivos digitais durante o período da elaboração do trabalho (2024), com as informações sintetizadas e demonstradas através de gráficos e planilhas e da análise de dados secundários provenientes de estudo bibliográfico.

A partir de tais dados buscou-se investigar a evolução da implantação de pomares no município a partir do ano de 1990 até o ano de 2022, percentual de área plantada de laranja por produtor, principais compradores de laranja em Aratiba-RS, variedades de laranja colhidas no município e principais características. A análise quantitativa permitiu identificar padrões e tendências nos dados, enquanto a análise qualitativa aprofundou a compreensão dos significados e experiências dos participantes.

Para tanto, o presente capítulo é composto, além desta seção introdutória, de uma seção que trata da evolução da citricultura no Brasil e no Rio

Grande do Sul; na sequência são analisadas a evolução e a importância da citricultura em Aratiba/RS, seguidas das considerações finais e referências bibliográficas.

2 A citricultura no Brasil e Rio Grande do Sul: origem histórica e dados da produção

Nesta seção são trazidos alguns dados sobre a origem da citricultura no Brasil e Rio Grande do Sul e a evolução da produção, principalmente na década que compreende 2012 a 2022, fatores que justificam a queda da produção, como condições climáticas e doenças e ainda a importância de entender a dinâmica de mercado nos âmbitos nacional e estadual para uma melhor assertividade na implantação de novos pomares no município de Aratiba, passando assim a apresentar os dados da origem e evolução da citricultura no município.

Segundo Neves (2005), as plantas cítricas são originárias do continente asiático e foram introduzidas no Brasil pelos portugueses no início da colonização no século XVI provavelmente através da Bahia. Presume-se que as primeiras laranjeiras foram cultivadas a partir de 1501 nas feitorias construídas pelo governo de Portugal para dar sinal de posse do território americano.

A união da citricultura extremamente desenvolvida e uma indústria competitiva fez com que, segundo Neves (2012), o Brasil se tornasse o maior produtor mundial de laranja na década de 1980, superando os Estados Unidos não só em produção como também em tecnologia de citros. Nessa fase, com significativa queda da produção na Flórida, os preços do suco e da fruta atingiram valores recordes, fazendo com que a citricultura brasileira ganhasse mais força a cada safra. Foi um período marcado pelo ritmo acelerado de implantação de novos pomares em São Paulo com taxas de expansão da área cultivada com citros de 12% a 18% ao ano, e pela entrada de milhares de novos produtores. A disponibilidade maior de laranja possibilitou o aumento das exportações de suco e uma ampla disponibilidade da fruta para consumo no mercado interno. As frutas cítricas, que em muitos mercados são consideradas artigo de luxo, passaram a ser consumidas por brasileiros de todas as classes sociais (Neves, 2012).

Com dados recentes o Brasil continua sendo o maior produtor global de laranja e de suco, além de ser o maior exportador.

Na região do “Cinturão Citrícola”, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, onde se localiza a maior concentração de propriedades, produz-se cerca de 315 milhões de caixas de 40,8 kg por safra. Em nível nacional, foram produzidas ao redor de 415 milhões, $\frac{1}{4}$ da oferta global. Nas exportações, os destinos são a União Europeia (57%), os Estados Unidos (30%) e países asiáticos (9%). De cada 10 copos de suco de laranja consumidos no mundo, 8 vêm do Brasil. E na Europa esse número sobe para 9 (Revista Veja Negócios, 2024).

Segundo Kalaki, a laranja é uma das frutíferas mais cultivadas, conhecidas e estudadas no mundo, sendo que, no ano de 2009, a citricultura brasileira contava com aproximadamente 12 mil produtores de laranja, espalhados por mais de 800 mil hectares e cultivando 165 milhões de frutas (Kalaki, 2017).

Já em 2022, observa-se que a área plantada no Brasil diminuiu, passando de 800 mil hectares para uma quantidade em torno de 568 mil hectares, conforme dados do IBGE (2022). E ainda, conforme dados, podemos observar que, em 2022, a produção de laranja no Brasil gerou um valor total de R\$ 14,37 bilhões com uma produção de 16.929.631 toneladas colhidas em 568.132 hectares. O rendimento médio foi de 29.799 kg por hectare.

Segundo Neves, a gestão estratégica de cadeias produtivas da citricultura passou a ser crucial para sua implantação, desenvolvimento para o sistema agroindustrial e sustentabilidade, fato ocasionado pelo advento da globalização, que levou à crescente necessidade de produzir alimentos com maior eficiência e à formação de cadeias produtivas transnacionais (Neves, 2004).

Segundo Koller, no Rio Grande do Sul, as laranjeiras foram inicialmente introduzidas na região noroeste por missionários jesuítas espanhóis, espalhando-se, em seguida, por praticamente todo o estado (Koller, 2006).

Conforme a Embrapa, desde a década de 90 a cultura de citros tem se expandido especialmente no Médio Alto Uruguai e na Campanha gaúcha. Na Campanha foram implantados pomares de perfil empresarial, de 30 a 300 hectares em média, enquanto no Médio Alto Uruguai a citricultura é de base familiar as médias variam de 01 a 10 hectares (Atlas Socioeconômico do RS, 2022).

E, trazendo para a região estudada no estado do Rio Grande do Sul, os maiores produtores de laranja no período 2020-2022 foram os municípios de Liberato Salzano, Alpestre, Aratiba, Itatiba do Sul e Planalto, todos com mais de 10.000 toneladas/ano (Atlas Socioeconômico do RS, 2022).

Para ilustrar essa análise, a Tabela 1 problematiza tais informações, logo na sequência demonstra a evolução da área plantada e a quantidade

produzida no Brasil e no Rio Grande do Sul. Os dados apresentados demonstram uma redução na área plantada em torno de 25% no Brasil e 24% no Rio Grande do Sul, e a queda da produção foi em torno de 6% no Brasil e 1% no estado. Fazendo uma análise com dados municipais, constata-se que Aratiba foi na contramão da área plantada, tendo um aumento de 25% de área plantada, mas também com queda na produção em torno de 1,6%, dados mais especificados adiante no Quadro 01, página 08.

A queda na produção pode ser atribuída a condições climáticas adversas, como seca ou chuva em excesso, pragas e doenças, que podem comprometer pomares inteiros, mudanças no mercado ou políticas agrícolas.

Tabela 1 – Evolução anual da área plantada e quantidade produzida de laranja no Brasil e no RS entre 2012 e 2022

Ano	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2012	762.765	18.012.560	27.899	362.073
2013	719.360	17.549.536	27.208	390.538
2014	689.103	16.928.457	26.236	379.460
2015	681.822	16.953.015	25.373	351.499
2016	648.044	16.980.379	24.492	395.623
2017	639.212	17.492.882	23.910	356.536
2018	595.458	16.841.549	22.519	367.725
2019	592.968	17.090.343	22.292	349.561
2020	574.432	16.721.556	21.357	320.947
2021	579.956	16.217.839	21.348	345.865
2022	570.884	16.929.631	21.140	357.259

Fonte: IBGE (2022).

Em se tratando de pragas e doenças, segundo Neves (2009), sem sombra de dúvida são uma das principais ameaças à citricultura brasileira. Durante a última década, quatro doenças foram responsáveis pela erradicação de 39 milhões de árvores no parque citrícola de São Paulo e Triângulo Mineiro.

O cancro cítrico é uma doença bacteriana que causa queda prematura das folhas e frutas e que na década de 1990 atingiu o seu ápice. É a mais antiga das quatro doenças presentes no Brasil. A CVC (clorose variegada dos citros), uma doença bacteriana que afeta o sistema vascular das árvores, reduzindo o tamanho das frutas ao tamanho de uma bola de golfe, foi a que mais

danos causou até hoje e teve sua origem nas regiões norte e noroeste do estado de São Paulo, posteriormente migrando para o centro do cinturão citrícola. A morte súbita, uma doença vascular capaz de matar a árvore em 12 meses, desenvolveu-se principalmente nas regiões norte e Triângulo Mineiro em laranjeiras enxertadas sobre o porta-enxerto do limão-cravo. Finalmente tem-se o *greening*, a mais recente doença bacteriana e que causa maior preocupação aos citricultores pela velocidade em que se alastrou do seu ponto de origem na região central de São Paulo para as demais regiões (Neves, 2009).

O estudo da dinâmica do cultivo da laranja no Brasil e em cada estado é fundamental para garantir a sustentabilidade e a competitividade do setor. Ao analisar os fatores que influenciam a produção, como clima, solo, pragas, doenças e políticas públicas, é possível identificar oportunidades de melhoria e desenvolver estratégias para aumentar a produtividade, reduzir custos e garantir a qualidade dos frutos. Além disso, essa análise permite adaptar as práticas agrícolas às condições locais, otimizando o uso de recursos naturais e minimizando os impactos ambientais. Ao compreender a dinâmica do cultivo da laranja, é possível tomar decisões mais assertivas e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões produtoras.

3 Citricultura em Aratiba: uma nova rota na agricultura municipal

Aratiba localiza-se no norte do estado do Rio Grande do Sul, a 420 km da capital, Porto Alegre. Limita com os municípios de Mariano Moro e Três Arroios a leste, Barra do Rio Azul e Barão de Cotegipe a oeste, com Erechim ao sul e com o estado de Santa Catarina e o lago da Usina Hidrelétrica Itá ao norte.

Segundo dados informados pela prefeitura municipal de Aratiba e divulgadas no site do IBGE, Aratiba é o 117º município criado no estado. Sua colonização iniciou em 1917 quando ali se instalaram os povoadores que adquiriram suas colônias da Cia. Luce e Rosa S/A, responsável pela exploração dessas terras.

O povoado, que teve como primeira denominação Rio Novo, tornou-se em 1924 o 7º Distrito de Erechim. Em 1944, Rio Novo recebeu o nome de Aratiba. Os colonizadores que se estabeleceram no município formaram uma população composta basicamente por imigrantes italianos (60%), alemães (25%), poloneses, russos e outros (15%), que trouxeram seus costumes e hábitos das regiões de origem. Sua dedicação à agricultura, à pecuária e ao

comércio permanece até os dias atuais. Conta com população estimada de 6.483 pessoas, sendo entre esses 3.003 habitantes residentes na zona urbana e 2.994 na zona rural do município (IBGE 2022).

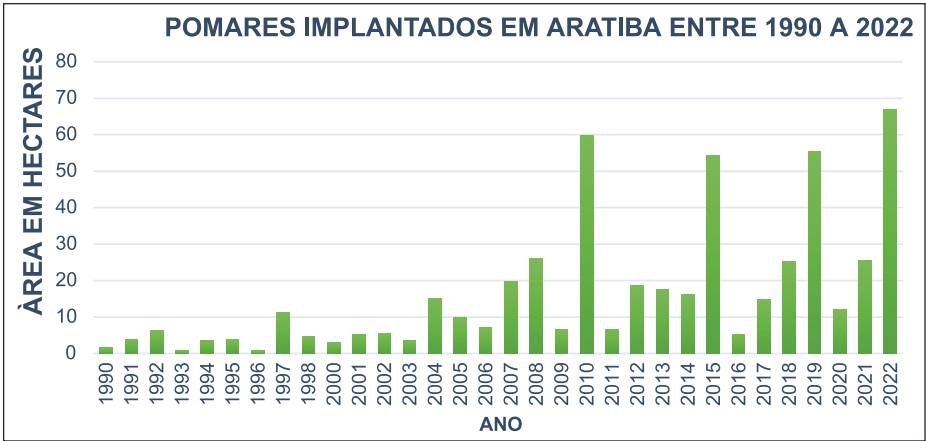
Ainda segundo sua localização, o município faz divisa com o rio Uruguai, servindo como divisa natural com o estado de Santa Catarina. O município possui uma ligação essencial com a Usina Hidrelétrica Itá, um marco na geração de energia elétrica do país. Localizada no rio Uruguai, a usina, em operação desde o ano 2000, inundou uma vasta área, alagando parte do território aratibense e de outros municípios vizinhos. Essa inundação resultou na formação de um extenso lago artificial, que se tornou uma nova característica geográfica da região. Assim, Aratiba não apenas faz divisa com o rio Uruguai, mas também com o lago da Usina Hidrelétrica Itá, uma marca permanente na história e no cotidiano do município.

A região do Alto Uruguai tem se consolidado como uma das principais áreas produtoras de laranja no Rio Grande do Sul. Especialistas apontam que o clima e o solo da região são altamente favoráveis ao cultivo de cítricos. Em particular na encosta do rio Uruguai, que é o caso de Aratiba, observa-se um microclima que beneficia a citricultura, com menos ocorrência de geadas não afetando as plantas recém-transplantadas. O desenvolvimento e a produtividade das culturas na região são notáveis. Adicionalmente, a topografia local influencia a maneira como os municípios conduzem a atividade, levando-os a ajustar suas práticas conforme as condições regionais (PM Aratiba, 2022).

Segundo a Emater, os plantios comerciais de laranja no município de Aratiba iniciaram nos anos 1981 e 1982, período em que foram plantados os primeiros pomares de laranja Valência, que ainda é a maior variedade cultivada.

Conforme publicado pelo *Jornal Bom Dia* (2023), a produção de frutas é um importante segmento do agronegócio do município, e a administração tem se empenhado para incentivar, além da modernização e maior produção dos atuais, também a implantação de novos pomares. E para melhor compreensão da evolução da implantação de pomares ao longo dos últimos anos no município elaborou-se com os dados obtidos na Emater de Aratiba o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Implantação de pomares em Aratiba entre os anos 1990 e 2022 em hectares



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 1 evidencia que a implantação de pomares em Aratiba apresentou uma trajetória de crescimento consistente entre 1990 e 2022, com picos em anos específicos (2010, 2015, 2019 e 2022). Esses períodos coincidem com políticas de incentivo público, como subsídios na compra de mudas e adubos para a correção de solo, além da assistência técnica fornecida pela Emater. O aumento no valor pago por quilo da fruta em 2024 reforça esse movimento, e os incentivos e a alta demanda são decisivos fatores para o incremento na citricultura. A combinação de assistência técnica, subsídios financeiros e preços atrativos contribuiu para a confiança dos agricultores em ampliar suas plantações. Conversas com produtores confirmam que esses estímulos foram determinantes para o aumento de pomares.

O objetivo é incentivar a implantação e expansão racionalmente das áreas de citros; subsidiar e incentivar tecnologias de adubação e manejo dos pomares; aumentar a produtividade dos pomares já existentes e a serem implantados e promover o desenvolvimento integrado da citricultura associadas a outras atividades (Prefeitura Municipal de Aratiba, 2022).

Faz parte do programa da Secretaria da Agricultura subsidiar em 50% a aquisição de mudas e a aquisição de insumos, como calcário corretivo de acidez de reação imediata e fonte de cálcio e enxofre (*Jornal Bom Dia*, 2023).

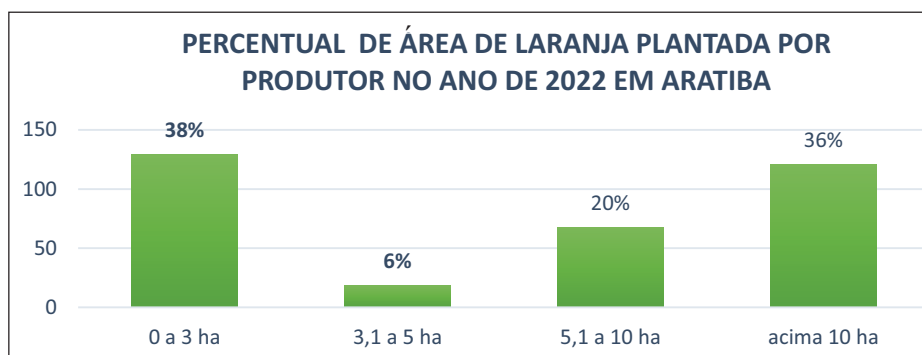
Divulgado recentemente, a Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2022, produzida pelo governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pe-

cuária e Desenvolvimento Rural, aponta que Aratiba é o segundo maior produtor de laranja do Rio Grande do Sul, atrás apenas de Liberato Salzano, e o município ganha cada vez maior destaque na produção de citros, e programas buscam incentivar famílias a investir no setor (PM Aratiba, 2022).

Atualmente são 154 produtores cadastrados junto à Secretaria Municipal da Agricultura, que produzem uma área de 500 hectares, sendo 390 hectares de laranja e ao menos 26,5 hectares de bergamota. A produção de laranjas em média é estimada em 30 toneladas por hectare. Entre os produtores, 110 atuam em áreas de até 3 hectares. O município tem ainda o maior produtor individual do estado com 150 hectares de área cultivada (*Jornal Bom Dia*, 2023).

O Gráfico 2, apresentado a seguir, também elaborado com dados obtidos na Emater de Aratiba, distribui a área total de laranja cultivada em Aratiba no ano de 2022 de acordo com o tamanho da propriedade de cada produtor. As faixas de tamanho das propriedades são divididas em: 0 a 3 hectares, 3,1 a 5 hectares, 5,1 a 10 hectares e acima de 10 hectares. A altura de cada barra representa o percentual da área total ocupada por cada faixa de tamanho.

Gráfico 2 – Percentual de área de laranja plantada por produtor no ano de 2022 em Aratiba/RS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2024).

A análise do gráfico revela um panorama interessante sobre a produção de laranja em Aratiba. A maior parte da área cultivada está concentrada em propriedades pequenas, onde também há uma significativa concentração de área em apenas três grandes produtores, que possuem propriedades com mais de 10 hectares. Aproximadamente 38% da área destinada ao cultivo de laranja estão em propriedades de até 3 hectares, o que representa 96

produtores. Já a segunda maior concentração de área, superior a 10 hectares, abrange apenas 3 produtores cadastrados. Esse cenário indica que a produção de laranja no município é majoritariamente realizada por pequenos produtores, o que reflete uma estrutura fundiária predominantemente familiar. Embora a maior parte da produção esteja em propriedades pequenas e médias, a presença de grandes propriedades também é notável. Essa característica pode sugerir uma maior diversidade entre os produtores e uma menor dependência de grandes empresas, o que pode favorecer a sustentabilidade do setor na região.

Em continuidade ao estudo dos dados obtidos na EMATER e Prefeitura Municipal foi possível elaborar o Quadro 1, onde é possível verificar um aumento de 25% na área plantada e um decréscimo na produção de 1,6%. Observa-se ainda com dados preliminares de 2024 que o aumento do valor pago por kg de laranja pode ter um aumento de 400% em relação a 2019, primeiro ano da análise de dados municipal.

Segundo pesquisadores do Cepea, em 2024 o impulso nos valores do preço pago da laranja ao produtor, vem tanto da maior demanda quanto da oferta reduzida. Do lado da demanda, a indústria tem necessidade de adquirir a matéria-prima, tendo em vista os estoques muito baixos de suco de laranja. Do lado da oferta, a produção da fruta deve ser novamente baixa em São Paulo e no Triângulo Mineiro para o ano de 2024 (Cepea, 2024).

Quadro 1 – Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de laranja em Aratiba entre 2019 e 2023

EVOLUÇÃO PRODUÇÃO DE LARANJA NO MUNICÍPIO DE ARATIBA ENTRE 2019 A 2023				
ANO	AREA HA	QUANTIDADE KG	VALOR TOTAL	R\$ KG
2019	411,69	6.629.458	R\$ 2.640.244,41	R\$ 0,40
2020	423,89	10.150.396	R\$ 6.397.010,80	R\$ 0,63
2021	449,38	7.094.914	R\$ 5.502.786,68	R\$ 0,78
2022	516,2	6.525.976	R\$ 5.961.641,52	R\$ 0,91
2023		5.578.559	R\$ 5.446.049,00	R\$ 0,98
2024 ¹		1.216.954	R\$ 2.422.949,87	R\$ 1,99

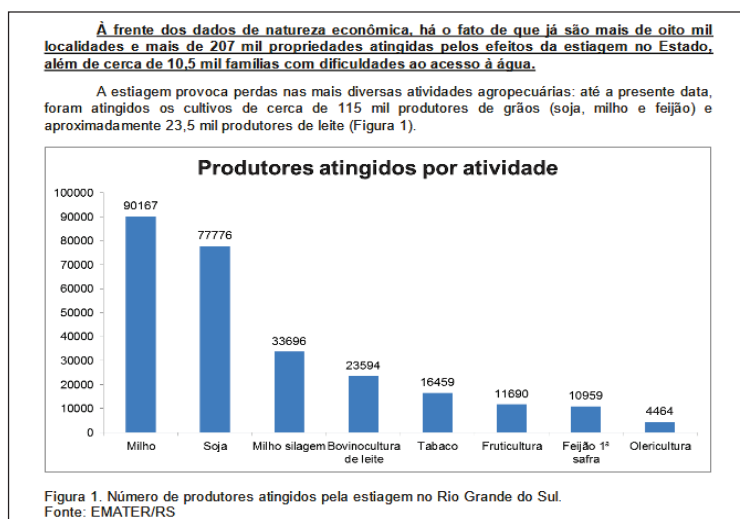
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2024).

¹ Dados de 2024 não foram finalizados na amostragem, tendo em vista que o trabalho foi elaborado durante o ano em questão com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Aratiba, não tendo acesso posterior ao relatório com os dados de 2024 completos.

Com relação à produção, nota-se no Quadro 1 uma diminuição na produção no ano de 2021, e consequentemente nos próximos, em virtude da forte estiagem que ocorreu na região e no estado, o que consequentemente afetou a produção dos anos posteriores, o que pode ser visto na veiculação do *Correio do Povo* (2021) de que a produção de laranja caiu em média 30% entre 2020 e 2021 na região do Alto Uruguai, onde se localiza Aratiba.

O que ainda é demonstrado posteriormente pelo RELATÓRIO ESTIAGEM Nº 01/2022 – SEAPDR (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural), esse Grupo de Trabalho objetivou o acompanhamento e a avaliação dos efeitos da estiagem no estado do RS e é composto pelos diversos departamentos técnicos da pasta, contando ainda com o apoio das diretorias técnicas da EMATER/RS e do IRGA, que apresenta o número de produtores atingidos pela estiagem, sendo 11.690 produtores afetados da fruticultura. Nesse relatório, o Departamento de Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Rural (DPADR/SEAPDR) agrupou e organizou as informações recebidas do Departamento de Defesa Vegetal, do Departamento de Defesa Sanitária Animal, do Laboratório de Agrometeorologia e Climatologia Agrícola do Departamento Técnico do IRGA e da EMATER/RS-Ascare e de outras entidades que compõem esse grupo. GOVERNO DO ESTADO DO RS – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (2022).

Quadro 2 – Recorte extraído do RELATÓRIO ESTIAGEM
Nº 01/2022 – SEAPDR



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme demonstra o recorte do Quadro 2, os danos causados pela seca em 2021 vão além da fruticultura, que em número de produtores atingidos ficou em 6º lugar. As culturas de milho, soja e outras atividades também tiveram grande parte dos produtores atingidos.

Para aprofundar o conhecimento sobre a produção de laranja, realizou-se uma entrevista com o maior produtor de laranja do município no mês de agosto de 2024. Foi uma entrevista com perguntas abertas, buscando entender os principais desafios enfrentados, variedades plantadas, planos de expansão de produção, principais compradores, entre outros. Ainda foi possível visitar a empresa e entender como eles recebem e destinam as frutas para seus diversos segmentos. A família trabalha atualmente com área média entre 100 a 120 ha em produção, com previsão para atingir os 200 ha até 2025. A empresa recebe e transporta mais de 34% da produção do município, segundo dados da Emater 2022.

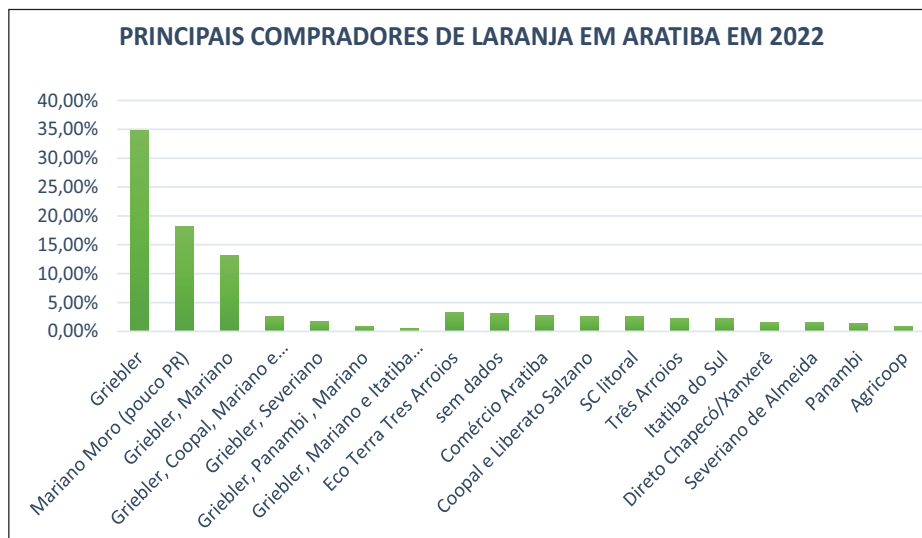
Quanto à destinação, o produtor informou que parte segue para venda “in natura”, e a maior parte para o mercado da indústria de sucos, como Vita Supra, Tecnovin, Citrosul e Saffari. As principais variedades colhidas por eles são: Laranja Lima, Doce, Navelina, Lanellatte, Monte Parnazzo, Rubi, Salustiana, Folha Murcha, Valencia Late e a Valencia como principal. Durante a conversa ele destaca a importância de manter o bom cultivo, manejo e supervisão das áreas plantadas: “é trabalho para o ano todo, pois, enquanto tem área nova sendo plantada, tem área sendo tratada e ainda área sendo colhida”.

Ainda sobre a entrevista pode-se observar que a empresa exerce um papel importante no município, pois tem recebimento da fruta o ano todo, o que possibilita que os produtores de menor porte possam destinar a fruta e manter uma boa qualidade. Em se tratando da produção própria, as variedades colhidas acontecem entre os meses de abril a dezembro. Esse produtor, como já comentado, trabalha com produção própria e também com a compra, transporte e venda da produção de outros produtores de Aratiba, porém os produtores locais têm opção de vender sua produção para outras empresas.

A laranja produzida em Aratiba possui um mercado abrangente. Além da venda direta e da produção de sucos, a maior parte da produção é direcionada para outros municípios e estados, sendo comercializada *in natura* para empresas e cooperativas. Essa comercialização destaca a importância da laranja de Aratiba no mercado nacional.

O Gráfico 3, apresentado a seguir, mostra a distribuição percentual dos principais compradores de laranja no município de Aratiba no ano de 2022. Cada barra representa um comprador ou grupo de compradores, e a altura da barra indica a percentagem da produção total de laranja que cada um adquiriu.

Gráfico 3 – Principais compradores de laranja de Aratiba no ano de 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2024).

A maior concentração de venda fica com a empresa Griebler com quase 35%, sendo que eles ainda dividem mercado com outros compradores. Apesar da concentração, o gráfico também mostra a presença de diversos outros compradores, como Mariano Moro, que ficou com mais de 18% da produção, Coopal, Eco Terra e outros; isso indica que existe uma certa diversidade de compradores.

Nesta pesquisa também foi analisada a distribuição das variedades de laranja cultivadas em Aratiba-RS, com dados obtidos nos relatórios da Emater. Como resultado tem-se que: a variedade Valência destaca-se significativamente, ocupando 52% da produção; ela se destaca por sua alta produtividade, sabor adocicado e versatilidade, sendo utilizada tanto para consumo *in natura* quanto para a produção de sucos e outros derivados. Sua adaptabilidade a diferentes climas e boa resistência a algumas doenças con-

tribuem para sua ampla distribuição geográfica; possui o ciclo de maturação tardio. Na sequência, a Valência Late apresenta um percentual considerável de 11%; é uma variedade popular por suas características com ciclo de maturação um pouco mais tardio do que a Valência; a Salustiana, com 8%, é uma variedade que se adapta bem a diferentes condições climáticas; a Rubi, com 7%, é uma variedade que se destaca pela cor intensa de sua polpa; a Folha Murcha, com 6%, é uma variedade com boa resistência a doenças. Outras variedades presentes no município, embora em menor proporção, são: Monte Parnazzo, que é uma mutação natural da laranja Bahia, Lanelatte, Bahia, a Navelina que é conhecida por sua ausência de sementes e cultivada mais cedo, Charmut de Brotas, Doce (lima), Iapar, Pera Rio, Seleta e Cara a Cara.

O plantio de diferentes variedades é uma forma de manejar o controle de doenças e reduzir os impactos das adversidades climáticas. O aprimoramento das variedades citrícolas vem sendo feito com técnicas tradicionais de melhoramento. Mais recentemente, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm focado no estudo de variedades geneticamente modificadas que visam ao combate a doenças economicamente importantes ao setor (Neves, 2009).

Ainda sobre as variedades plantadas no município, o objetivo é que se tenha produção de laranja o ano todo. Por isso o governo municipal incentiva e apoia os produtores de longa data a implantar seus pomares, não só trazendo renda aos produtores, mas como proporcionar e incentivar o retorno de mais jovens ao meio rural.

A cultura da laranja desempenha um papel importante no desenvolvimento do município, fortalecendo a renda dos produtores rurais, que iniciaram na implantação de pequenos pomares para a diversificação de culturas e continuam cada vez mais investindo no setor pela sustentabilidade, proporcionando trabalho para várias pessoas, desde o plantio, colheita, transporte, comercialização, venda de insumos entre outros.

5 Considerações finais

A partir do estudo da produção de laranja, no que se refere à evolução da implantação de pomares no município entre 1990 a 2022, a mesma apresentou uma trajetória de crescimento consistente entre 1990 e 2022 com picos em anos específicos em 2010, 2015, 2019 e 2022. Quanto ao percentual de área plantada por produtor, temos um panorama interessan-

te: a maior parte da área cultivada está concentrada em propriedades pequenas; aproximadamente 38% da área destinada ao cultivo de laranja estão em propriedades de até 3 hectares, o que representa 96 produtores; já a segunda maior concentração de área, superior a 10 hectares, abrange apenas 3 produtores cadastrados.

Sobre os principais compradores da laranja do município, a maior concentração fica com a empresa Griebler com quase 35%, sendo que eles ainda dividem mercado com outros compradores, como Mariano Moro, que ficou com mais de 18% da produção, Coopal, Eco Terra e outros; isso indica que existe uma certa diversidade de compradores. Das variedades de laranja produzidas no município, a Valência destaca-se significativamente, ocupando 52% da produção por sua alta produtividade, sabor adocicado e versatilidade; na sequência, a Valência Late apresenta um percentual considerável de 11%, pois é uma variedade popular por suas características com ciclo de maturação um pouco mais tardio do que a Valência; a Salustiana, com 8%, é uma variedade que se adapta bem a diferentes condições climáticas, e ainda há outras variedades em menor proporção como a Rubi, a Folha Murcha, Monte Parnazzo, que é uma mutação natural da laranja Bahia, Lanelatte, Bahia, a Navelina, que é conhecida por sua ausência de sementes e cultivada mais cedo, Charmut de Brotas, Doce (lima), Iapar, Pera Rio, Seleta e Cara a Cara.

Com relação à produção, constatou-se uma diminuição na produção após o ano de 2021, justificada pela forte estiagem que sucedeu na região, afetando a produção dos anos subsequentes. Sobre o período analisado entre 2019 e 2024, a queda na produção ficou na média em torno de 1,6%, na contramão da área plantada, que teve um aumento médio de 25%. Um fator que chamou atenção foi que, em 2024, o preço pago ao produtor apresentou uma valorização significativa, obtendo um aumento de aproximadamente 400% em relação ao valor pago no ano de 2019, o que pode estimular ainda mais a expansão da área plantada com citros.

Além de seu impacto econômico, a citricultura também traz benefícios ambientais, pois, sendo uma cultura permanente, contribui para a preservação do solo e a qualidade do ar. Na região do Alto Uruguai, Aratiba destaca-se como um dos principais polos de produção de citros no estado, favorecida por um microclima propício à cultura. Esse contexto impulsiona decisões governamentais locais voltadas ao apoio e incentivo aos produtores.

A citricultura, em especial nas pequenas propriedades, desempenha um papel crucial na diversificação de renda rural. Ao integrar o cultivo de citros à produção já existente, os agricultores podem reduzir a dependência de uma única cultura, tornando suas atividades mais resilientes a flutuações de mercado e condições climáticas adversas. A laranja, por exemplo, oferece um ciclo produtivo mais longo e uma demanda constante, garantindo uma fonte de renda mais estável ao longo do ano. Além disso, a citricultura pode ser combinada com outras atividades agrícolas, como a criação de animais de pequeno porte, permitindo uma otimização do uso da terra e dos recursos disponíveis. Dessa forma, a citricultura configura-se como uma estratégia eficaz para aumentar a renda familiar, melhorar a qualidade de vida no campo e contribuir para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Para aprofundar o estudo, recomenda-se uma análise detalhada dos custos de produção das principais culturas temporárias da região, como soja e milho, comparando-os com os custos de implantação e produção da cultura permanente dos citros. Isso permitirá uma compreensão mais precisa sobre a viabilidade econômica, custos e rentabilidade dessas culturas no município.

Rerreferências

ATLAS SOCIECONOMICO DO RIO GRANDE DO SUL – Laranja e Tangerina – **O RS é o terceiro maior produtor de tangerina no Brasil**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/laranja-e-tangerina>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CEPEA – **Preço da laranja à indústria renova recorde e atinge R\$ 85,00 a caixa**. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/citros-cepea-preco-da-laranja-a-industria-renova-recorde-e-atinge-r-85-00-cx.aspx>. Acesso em: 01 set. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – **Relatório Estiagem Nº 01/2022** – SEAPDR. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202204/04103720-relatorio-estiagem-01.pdf&ved=2ahUKEwj59Ho0fqHAXVNqpUCHSXjG-sQFnoECBIQAw&usq=AOvVaw0LhRkd14gW5qZ0ErkFJD6k>. Acesso em: 16 ago. 2024

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/aratiba.html>. Acesso em: 03 fev. 2024.

JORNAL BOM DIA – **Citricultura tem Aratiba entre os maiores produtores do RS**. Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/64434/citricultura-tem-aratiba-entre-os-maiores-produtores-do-rs>. Acesso em: 03 fev. 2024.

JORNAL CORREIO DO POVO – **Safra de laranja pode ter queda de até 30% no Alto Uruguai**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/safra-da-laranja-pode-ter-quebra-de-at%C3%A9-30-no-alto-uruguai-1.618637>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KALAKI, R. B.; NEVES, M. F. Plano estratégico para o sistema agroindustrial citrícola brasileiro. **Gestão & Produção**, v. 24, p. 338-354, 2017.

KOLLER, O. C. **Citricultura: laranja** – Tecnologia de produção, pós-colheita, industrialização e comercialização. Ed. Cinco Continentes, 2006.

NEVES, M. F. **Uma proposta de modelo para o planejamento e gestão estratégica de marketing nas organizações**. (Tese de Livre-Docência). Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2004.

NEVES, M. F. **O retrato da citricultura brasileira**. Ribeirão Preto: FEA/USP, 2009.

NEVES, M. F.; TROMBIN, V. G.; LOPES, F. F.; KALAKI, R. B. **A laranja do campo ao copo**. São Paulo: Atlas, 2012.

NEVES, M. F. **Estratégias para a laranja no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA – **Prefeitura investe e Aratiba já é segundo maior produtor de laranjas do estado**. Disponível em: <http://www.pmaratiba.com.br/conteudos/prefeitura-investe-e-aratiba-ja-e-segundo-maior-produtor-de-laranjas-do-estado>. Acesso em: 03 fev. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA – **A produção de frutas tem ganhado cada vez mais importância na economia de Aratiba**. Disponível em: <http://www.pmaratiba.com.br/conteudos/producao-de-frutas-ganha-cada-vez-mais-relevancia-economica-em-aratiba>. Acesso em: 01 set. 2024.

REVISTA VEJA NEGOCIOS – **A laranja e o suco brasileiro ao redor do mundo**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundo-agro/a-laranja-e-o-suco-brasileiro-ao-redor-do-mundo>. Acesso em: 19 ago. 2024.

O êxodo rural e a relação com a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Aratiba/RS

*Kelinton Balen Simoni
Caroline Rippe de Mello Klein*

1 Introdução

O êxodo rural intensificado nas últimas décadas tem como uma de suas principais causas a mecanização agrícola, que, embora tenha modernizado o setor, trouxe impactos para os pequenos agricultores. Por não conseguirem acompanhar o novo modelo tecnológico em suas produções de menor escala, esses trabalhadores enfrentam baixa produtividade e acabam em desvantagem no mercado (Fonseca, 2015). Diante dessa situação, muitos optam por buscar melhores condições de sobrevivência nas grandes cidades em empregos consolidados, impulsionados por uma falsa ilusão de progresso e oportunidades, conforme apontam Casagrande e Souza (2012).

Ainda a falta de investimentos na agricultura brasileira causa inúmeros impasses aos agricultores, que atuam sem subsídios do Estado. Em contrapartida, países como a Alemanha concedem incentivos para que os produtores não produzam a fim de evitar a superprodução ou competitividade no mercado agrícola (Embrapa, 2024). Ademais, indivíduos idosos ou aposentados que vivem na zona rural também migram para os grandes centros urbanos, procurando sossego e acesso fácil a farmácias, bancos e supermercados (Hermes; Valente, 2006).

Existem diversos motivos que provocam o deslocamento das pessoas para os centros urbanos, muitos associados à reestruturação produtiva e outros por questões particulares ou conjuntura econômica. Atualmente, uma das principais razões para a emigração da zona rural é a concentração fun-

diária, que leva muitas pessoas a adequar-se aos modelos do agronegócio, arrendar ou vender suas propriedades (Fonseca, 2015).

O agronegócio, por sua vez, é caracterizado por grandes extensões de terra, produção em larga escala, uso intensivo de tecnologia e foco no mercado global. Em contraposição, a agricultura familiar sustenta-se em pequenas propriedades, onde o trabalho é realizado predominantemente pela própria família, com produção voltada à subsistência e aos mercados locais. Essa disparidade acaba contribuindo para o êxodo rural.

Contudo, a permanência no mercado exige investimentos contínuos nas áreas produtivas, uma necessidade que se torna ainda mais evidente com a ascensão do agronegócio. Assim, é necessário que haja uma valorização da agricultura familiar, que é a responsável pela produção de grande parte dos alimentos que vão à mesa da população brasileira e por vezes pela produção alternativa, como de orgânicos. Uma das alternativas que vai na contramão desse processo é o aparecimento das cooperativas de crédito rural, que desempenham um papel relevante na permanência do agricultor no campo (Cazella, 2010).

Para tanto, este artigo visa analisar quais são os principais fatores que geram o êxodo rural no município de Aratiba (RS), localizado no norte do estado, e a influência que a cooperativa de crédito Cresol, instalada no município, tem no processo de permanência dos agricultores locais, principalmente por meio do fornecimento de crédito, fomentando uma produção de alimentos de maneira sustentável. Logo, para analisar essa conjuntura, é preciso compreender o papel que a cooperativa tem nesse processo de fixação dos agricultores na localidade; analisar os fatores que os impulsionam a sair do local e realizar entrevistas com pessoas-chave que passaram por esse processo, problematizando suas motivações.

Em relação aos processos metodológicos, esta pesquisa pauta-se num estudo exploratório. De acordo com Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...] e são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Quanto à natureza, esta pesquisa é aplicada concentrando-se em torno das causas que acarretam o êxodo rural. A pesquisa de natureza aplicada, além de estar empenhada na identificação de problemas e busca de soluções, fornece diagnósticos, respondendo à demanda estruturada por “clientes”, instituições ou atores sociais, conforme Thiollent (2009).

2 Importância do cooperativismo

No início do século XIX, o capitalismo emerge como um movimento cooperativo moderno, atenuando os efeitos mais penalizantes para os trabalhadores; dessa forma, integrou-se com naturalidade, através do qual o movimento operário se organizou como um dos seus pilares ao lado dos sindicatos e partidos políticos operários. A experiência do tipo empresarial não era impulsionada pela lógica do lucro, mas sim, com o objetivo de benefícios diretos dos próprios cooperados (Namorado, 2005).

Ainda de acordo com Namorado (2005), o cooperativismo surge com uma possibilidade de geração de renda em um mercado de trabalho onde as pessoas percebem que sozinhas as chances de ter oportunidades são baixas, sendo que em um empreendimento coletivo se tem maior poder de sustentação e negociação. Em consonância com Pólis (2004), outro aspecto relevante é que a cooperativa surge como uma possibilidade de evitar a precarização do trabalho, garantindo direitos aos empregados como férias remuneradas, décimo terceiro salário, licença maternidade, entre outros.

A união de indivíduos que exercem uma atividade econômica em comum é denominada cooperativa, sendo que não visam ao lucro, mas sim à prestação de serviços aos associados. As regras para o funcionamento estão descritas na Lei N° 5.764/71, a qual define a Política Nacional de Cooperativismo. Com relação aos rumos do negócio, são os próprios cooperados que definem, pois todos têm poder de voto em assembleias, permitindo assim que as decisões conjuntas abranjam os interesses individuais tanto quanto os coletivos (Cresol, 2023).

Além disso, as cooperativas são diferentes das associações; independentemente de ambas buscarem a realização de ações coletivas e objetivos comuns a todos, as associações são voltadas a atividades sociais, enquanto as cooperativas desenvolvem atividades econômicas. Um dos grandes diferenciais do cooperativismo é que toda a sua atuação tem como princípio os valores humanos pelo fato de não prever lucros; é possível conciliar resultados econômicos com o desenvolvimento humano, gerando ganhos não somente para seus cooperados, mas também para toda a sociedade em seu entorno, como indica Cresol (2023).

3 Análise dos resultados

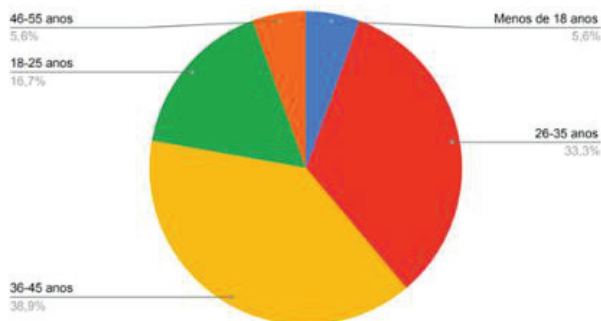
Nessa subseção são apresentados os resultados da pesquisa, fruto das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. Foi utilizada a funcionalidade do “Google Forms” para coletar as respostas dos entrevistados e registrá-las; dessa forma os dados foram planilhados para posterior análise.

Os questionários foram direcionados às pessoas naturais desse município. A maioria dos entrevistados, totalizando dezoito (18) pessoas, vivenciou o êxodo rural, sendo o objetivo identificar os fatores que motivaram esse deslocamento. Adicionalmente, sete (07) questionários foram aplicados a respondentes que ainda residem na zona rural com a finalidade de analisar o impacto de uma cooperativa de crédito na permanência dessas famílias em suas atividades agrícolas.

Quanto às suas aplicações, foi necessário informar aos possíveis respondentes a finalidade da pesquisa e o funcionamento da plataforma. As respostas foram numeradas conforme a ordem de recebimento, e os dados foram tratados com confidencialidade, utilizando-se o número de cada respondente invés do nome, por exemplo. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos junto aos participantes que vivenciaram o êxodo rural, sendo grande parte das respostas organizadas em gráficos. A partir deles apresentam-se os resultados descritos no Apêndice 8.2, anexo a este artigo. Esses dados referem-se aos participantes que ainda vivem no meio rural; grande parte das respostas foi tabulada em gráficos e a partir destes os resultados referentes ao apêndice 8.2, também em anexo ao artigo, os quais dizem respeito aos que ainda permanecem no meio rural.

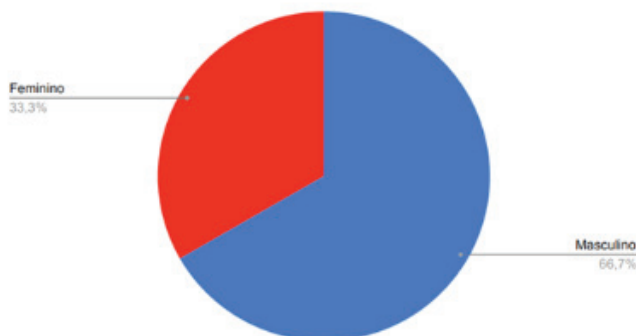
O Gráfico 1, apresentado a seguir, mostra as faixas etárias dos respondentes, com predominância da faixa de 36 a 45 anos, que corresponde a 38,9%, seguida pela faixa de 26 a 35 anos, que representa 33,3%. Evidencia-se que grande parte dos respondentes migrou para a zona urbana a partir da maioridade em busca de outras condições de vida, consideradas melhores. Também merece destaque a questão do gênero dos respondentes, que, conforme a Figura 2, é predominantemente masculino, o que pode estar associado a fatores como oportunidades de emprego, responsabilidades familiares ou influências culturais que afetam a mobilidade.

Figura 1 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2024).

Figura 2 – Gênero

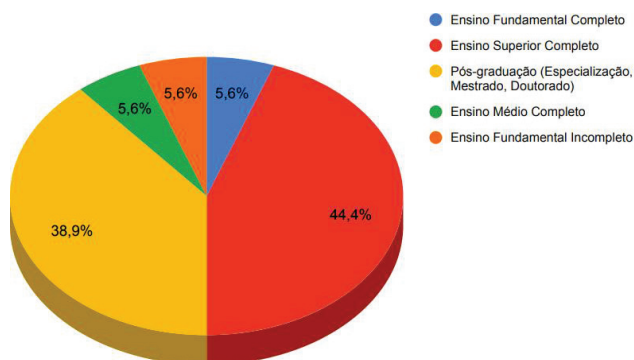


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2024).

Já o Gráfico 3 retrata a escolaridade dos respondentes, sendo possível verificar que 16,8% não puderam dar continuidade aos estudos, chegando no máximo a completar o ensino médio. Por outro lado, verifica-se que grande parte dos entrevistados cursou o ensino superior e desses 38,9% buscaram especialização em suas áreas de atuação.

Evidencia-se que a maioria dos respondentes possui ensino superior completo, sugerindo que muitos buscaram nível maior de educação após deixar o meio rural. A baixa proporção de pessoas com menor escolaridade mostra que o meio urbano exige cada vez mais conhecimento para melhorar as qualificações e a empregabilidade.

Figura 3 – Escolaridade

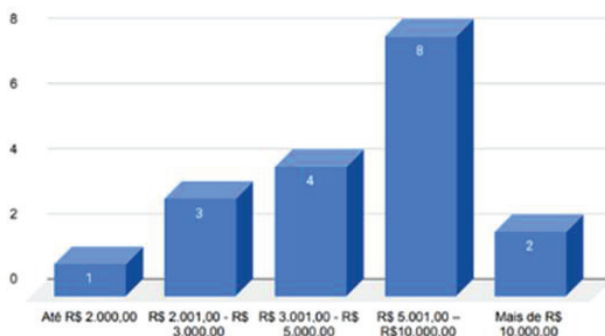


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2024).

Ademais, o Gráfico 4 expõe que a maioria das famílias migrou para os centros urbanos procurando melhores condições econômicas. Nesse sentido, incrementou-se ao estudo a faixa de renda familiar mensal, identificando-se que a maior parte possui renda entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00, valor esse considerável se comparado à média salarial dos trabalhadores formais no município de Aratiba/RS, que, segundo o censo do IBGE de 2022, é de 2,9 salários mínimos.

Contudo, o respondente nº 17, cuja renda se enquadra na faixa mais alta, avaliou sua saída da zona rural como positiva, mesmo não tendo concluído o ensino fundamental. Isso porque conseguiu empreender, abrindo seu próprio negócio. Nesse caso, é possível observar que a escolaridade não foi um fator determinante para a obtenção de uma renda elevada.

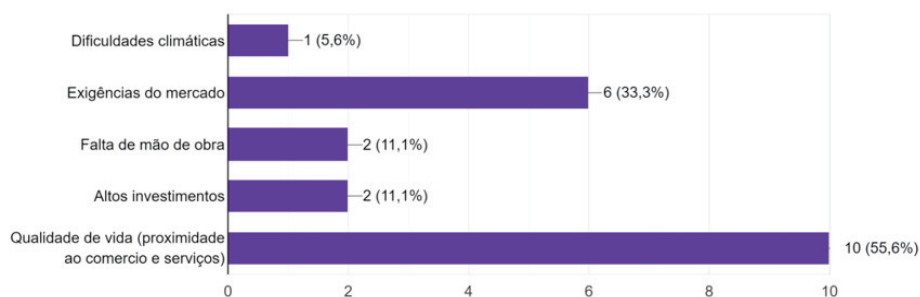
Figura 4 – Faixa de renda familiar mensal



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2024).

Em relação ao questionamento sobre os fatores que mais contribuíram para a migração para as cidades, destacaram-se como principais respostas a busca por melhor qualidade de vida, especialmente pela proximidade ao comércio e aos serviços, seguida das exigências do mercado, principalmente no que diz respeito aos altos investimentos necessários para manter-se competitivo. Nessa perspectiva, o respondente nº 5 comentou: “No campo, a vida é mais tranquila, menos estresse e correria, porém com menos acesso às facilidades e à comodidade da cidade”, apontando que um dos fatores mais relevantes para sua saída do campo foi a qualidade de vida em razão da proximidade do comércio e serviços, além de renda mensal assegurada.

Figura 5 – Motivos geradores do êxodo rural

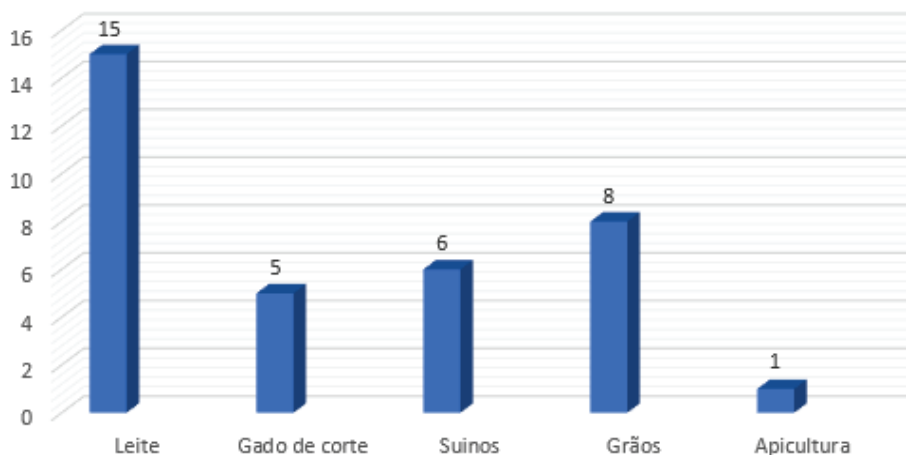


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No Gráfico 6 estão relacionadas as atividades exercidas no campo, expondo que 15 dos 18 entrevistados atuavam na produção de leite, uma atividade comum entre as famílias da zona rural de Aratiba (RS). Mesmo em pequena escala, ela garante renda, viabilidade de escoamento e pode ser realizada em áreas reduzidas. Ainda, 8 pessoas trabalhavam com a produção de grãos, 6 com suínos, 5 com gado de corte e 1 com apicultura.

Também foi possível verificar que muitos trabalhavam com mais de uma atividade agrícola (com predominância da atividade leiteira), que, por sua vez, requer mão de obra, consideráveis investimentos e exigências do mercado. Por esse motivo, muitos agricultores afirmam que continuarão na produção rural enquanto não houver necessidade de novos investimentos, mas ao passo que isso acontecer pretendem abandonar as atividades devido aos altos custos e exigências, fatores esses que também foram apontados pelos entrevistados como motivos para a migração às cidades.

Figura 6 – Atividades exercidas no interior



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2024).

Outro questionamento abordou os motivos da escolha pela vida urbana. Grande parte dos respondentes indicou que a principal razão foi a possibilidade de exercer uma atividade remunerada, já que as atividades rurais estão sujeitas a diversos riscos, como os climáticos e de comercialização, enquanto os assalariados urbanos não enfrentam esses problemas. Além disso, destacaram a maior variedade de opções de emprego e locais de trabalho na cidade, o que favorece a qualificação pessoal devido à proximidade das oportunidades.

Ainda o êxodo dos entrevistados é motivado pelas dificuldades no campo, principalmente pelos altos investimentos exigidos nas atividades agrícolas e pecuárias para seguir os padrões do mercado, o que torna inviável a produção em pequenas propriedades. Além de que as oscilações dos produtos agrícolas podem tornar a agricultura familiar pouco rentável, dificultando a sobrevivência financeira das famílias no campo, havendo poucas perspectivas de crescimento em determinada época.

Ao realizar-se uma análise que relaciona a mudança pessoal e financeira comparando a vida na cidade e no campo, todos indicam mudança positiva quanto à parte financeira ao referir-se aos centros urbanos, apontando estabilidade salarial e diversidade de emprego. As cidades também ofertam acesso facilitado a infraestrutura e a serviços, bem como oportunidades de socialização amplas, como eventos e atividades de entretenimen-

to, pontos esses abordados pelos respondentes. Contudo, o custo de vida é elevado, o ritmo de vida é acelerado (obrigatoriedade de horários), os espaços físicos são limitados e há necessidade da compra de praticamente todos os alimentos, considerando ainda aspectos como qualidade e procedência.

Já com relação às vantagens da vida no campo, a maioria apontou principalmente a melhor qualidade de vida, ocasionada pelo contato direto com a natureza, custo de vida menor, flexibilidade de horários e autonomia na tomada das decisões. Por outro lado, os entrevistados pontuaram desvantagens como altos investimentos, instabilidade de renda em função das oscilações de preços dos produtos vendidos, fatores climáticos, falta de mão de obra e a distância de serviços básicos (saúde, educação, transporte público, segurança e lazer).

Por fim, questionou-se se o suporte financeiro de uma cooperativa teria mudado a decisão de deixar a zona rural. Alguns respondentes afirmaram que não, pois já se identificavam com outras atividades ou buscavam novas oportunidades por razões pessoais. O respondente nº 9 ainda pontua que não seria necessariamente uma instituição financeira que influenciaria sua decisão, mas sim programas governamentais com incentivos financeiros, ações voltadas à valorização dos jovens para que permanecessem no campo, além da valorização dos produtos comercializados na época.

No entanto, para grande parte dos entrevistados, uma instituição financeira cooperativa poderia, sim, ter influenciado a decisão de permanecer no campo. Muitos afirmaram ter deixado a zona rural por falta de recursos para investir e pelo pouco acesso a informações sobre linhas de crédito. As cooperativas, por facilitarem o acesso a financiamentos, poderiam ter permitido investimentos nas propriedades, melhorando a produtividade e oferecendo maior segurança financeira, o que contribuiria para a redução da migração às áreas urbanas.

Além disso, o fomento ao empreendedorismo local também integra o escopo de atuação das cooperativas, que apoiam a criação e o desenvolvimento de negócios rurais, incentivando pequenos empreendedores que geram renda e, em alguns casos, até criam empregos nas comunidades. Isso contribui para tornar o meio rural não apenas mais atrativo, mas também economicamente viável. Nesse contexto, o respondente nº 15 relata que, se na época (por volta dos anos 2000) tivesse acesso a recursos para investir, seu objetivo seria produzir alimentos para comercializar em feiras da agricultura familiar ou mesmo no ambiente onde estava inserido.

Para complementar o estudo, foram entrevistadas sete famílias que residem no meio rural e que, segundo Sachs (2001), são consideradas agricultores familiares. Sua importância vai além da produção de alimentos: esses agricultores também atuam como guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. O autor acrescenta ainda que a agricultura familiar é a forma mais adequada de ocupação do território, constituindo uma base para uma economia sustentável, gerando autoemprego e renda a um custo, tanto financeiro quanto econômico, inferior ao dos empregos urbanos.

Esse cenário ganha ainda mais importância quando se observa a composição populacional do município de Aratiba. De acordo com dados do IBGE (2011), em 2010 o município contava com 6.565 habitantes, número que caiu para 6.483 em 2022, segundo o censo realizado naquele ano, representando uma redução de aproximadamente 1,25% ao longo de 12 anos. Ademais, os dados de 2010 indicam que 3.316 pessoas residiam na zona urbana e 3.249 no meio rural, revelando que quase metade da população vivia no campo, justamente o espaço ocupado pelas famílias agricultoras que exercem um papel tão estratégico para a sustentabilidade local.

Nesse contexto, as entrevistas realizadas com os agricultores familiares também permitiram identificar aspectos relevantes quanto à escolaridade. Verificou-se que a maioria dos entrevistados possui ensino médio completo, e 28,6% têm curso superior. Esses dados evidenciam a crescente conscientização sobre a importância da qualificação para a gestão das propriedades. Atualmente, não basta apenas executar as atividades produtivas do dia a dia; é fundamental possuir conhecimentos em administração e planejamento a fim de garantir a viabilidade econômica e ambiental das unidades de produção rural.

Essa necessidade de qualificação torna-se ainda mais evidente ao se analisarem a diversidade e a complexidade das atividades desenvolvidas nas propriedades. Destacam-se a produção de leite, gado de corte, suínos, aves e grãos, atividades que, em sua maioria, contam com processos mecanizados. Embora essa mecanização reduza a demanda por mão de obra, ela exige investimentos significativos em tecnologia e infraestrutura a fim de manter a competitividade em um cenário marcado por exigências crescentes de produção e produtividade.

No entanto, apesar dos avanços tecnológicos e dos esforços de gestão, os agricultores ainda enfrentam desafios significativos. A instabilidade de preços tem se mostrado um dos principais problemas recorrentes, espe-

cialmente em atividades como a produção leiteira. Segundo relatos, a variação mensal nos valores pagos pelos produtos dificulta o planejamento financeiro das famílias, comprometendo a previsibilidade da receita e, muitas vezes, o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos. Esse quadro agrava-se com a influência direta das condições climáticas adversas, que afetam a produção, provocam escassez de alimentos e água para os animais e geram impactos adicionais na sustentabilidade das atividades rurais.

Apesar dessas adversidades, os agricultores demonstram forte vínculo com o meio rural e revelam diversas motivações para a permanência no campo. Conforme relatado pelo entrevistado nº 01 do segundo questionário, “gostar do que a gente faz, a tranquilidade e o sossego de viver no campo, além do crédito facilitado para desenvolvermos nossas atividades” são fatores determinantes para seguir com a atividade agrícola. Além disso, outros respondentes destacam a importância da produção de alimentos, o compromisso com a sustentabilidade, bem como as oportunidades de empreender, crescer com o próprio negócio e construir um legado para as próximas gerações.

Nesse contexto, destaca-se a relevância das cooperativas de crédito, como a Cresol, no apoio à permanência e ao fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com Cazella e Berriet-Sollicec (2010), essas instituições desempenham um papel essencial na operacionalização do Sistema Nacional de Crédito, atuando diretamente na execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e contribuindo para a melhoria de sua eficácia. Para os cooperados entrevistados, a atuação das cooperativas de crédito é vista como determinante para viabilizar investimentos nas propriedades. Sem essa estrutura de apoio o acesso ao crédito seria mais limitado e burocrático, dificultando o desenvolvimento das atividades. Como destacou o entrevistado nº 03: “Através dos recursos financeiros é possível mudar a realidade de um negócio; sem a aplicação de recursos oriundos de alguma instituição financeira torna-se muito difícil os produtores rurais alavancarem suas propriedades”.

4 Considerações finais

Analisando os resultados obtidos durante o desenvolvimento deste estudo, torna-se evidente a importância dos temas abordados, confirmando diversos questionamentos propostos no início do trabalho, especialmen-

te no que se refere às causas do êxodo rural. Uma das principais razões para a migração de pessoas da zona rural são as maiores oportunidades encontradas nas áreas urbanas. Dessa forma, muitos agricultores acabam por se adequar aos modelos do agronegócio, arrendar ou até mesmo vender suas pequenas propriedades.

Nesse sentido, os fatores mais apontados pelos entrevistados como causadores do êxodo rural estão relacionados à qualidade de vida, como a proximidade ao comércio e aos serviços, além das exigências do mercado. Essas últimas, em grande parte, referem-se aos altos investimentos necessários para a permanência nas atividades rurais exercidas. Outro diferencial das atividades urbanas diz respeito à remuneração, pois as atividades rurais estão diretamente sujeitas a diversos riscos, como fatores climáticos e de comercialização, enquanto os trabalhadores assalariados não enfrentam essas incertezas.

A partir deste estudo é perceptível a crescente necessidade de busca por conhecimento diante das demandas do mercado. Nos centros urbanos, as oportunidades de emprego são reduzidas para determinados níveis de escolaridade; contudo, o público rural também reconhece que, para atender as exigências do mercado, é fundamental buscar continuamente o aprimoramento para administrar seus próprios negócios.

No que se refere ao papel das instituições financeiras cooperativas, ficou claro que essas organizações poderiam ter contribuído para os agricultores que participaram do êxodo rural, já que muitos deixaram o campo por falta de acesso a informações sobre linhas de crédito e de possibilidades de investimento. Assim, algumas questões tornam-se fundamentais e podem gerar impactos significativos para o futuro da agricultura familiar, sobretudo no que diz respeito aos estímulos e às ações que a Cresol Aratiba pode desenvolver para reduzir o êxodo rural e, consequentemente, promover a permanência de mais pessoas no meio rural.

Com base nos resultados obtidos junto aos agricultores familiares, é possível compreender que as cooperativas de crédito estão entre os fatores que influenciam a permanência no meio rural. Dessa forma, algumas ações podem ser implementadas pela Cresol Aratiba como alternativas para mitigar o êxodo rural, tais como o incentivo ao desenvolvimento de atividades alternativas e inovadoras para a geração de renda dentro das propriedades por meio de novas perspectivas de trabalho, como agroindústrias familiares e produção de alimentos agroecológicos.

Além disso, o desenvolvimento de programas de capacitação com foco em temas como gestão e contabilidade pode trazer novas perspectivas produtivas às propriedades, promovendo a sustentabilidade e a diversificação das atividades. Por fim, acredita-se que a Cresol tem a capacidade de implementar ações que contribuam para a redução do êxodo rural no município de Aratiba, atuando como promotora, ao lado dos cooperados, do desenvolvimento local. Dessa forma, espera-se que, no futuro, seja possível minimizar os efeitos negativos do êxodo rural.

Referências

CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 2-27, 2012.

CAZELLA, Ademir Antônio; BERRIET-SOLLIEC, Marielle. O papel das cooperativas de crédito na territorialização das políticas de apoio à agricultura familiar – o caso do movimento cooperativo no estado de Santa Catarina-SC. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/21775230.2010v26n50p82/193>. Acesso em: 01 set. 2024.

CRESOL. **O que é o cooperativismo**: entenda esse modelo de negócio. 2023. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/o-que-e-cooperativismo/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

EMBRAPA. **Agricultura familiar**. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FONSECA, Wéverson Lima *et al.* Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353243084_CAUSAS_E_CONSEQUENCIAS_DO_EXODO_RURAL_NO_NORDESTE_BRASILEIRO_CAUSES_AND_RURAL_EXODUS_AFTERMATH_IN_NORTHEASTERN_BRAZIL. Acesso em: 05 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Total da população por município – Rio Grande do Sul**: Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do município de Aratiba/RS**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/aratiba/panorama>. Acesso em: 05 fev. 2024.

HERMES, C. L. W.; VALENTE, V. Análise do crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000. Série: **Ciências Humanas**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2006.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo**: um horizonte possível. 2005. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11126/1/Cooperativismo%20%20um%20horizonte%20poss%C3%ADvel.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

POLIS. **Cooperativismo**. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/923/1/1604.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9824/11396>. Acesso em: 31 jul. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Agricultura familiar e produção sustentável: cooperativas e o fomento à agroecologia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul

*Lidiane Taffarel
Roberto Serena Fontaneli*

1 Introdução

Produzir alimentos orgânicos ou agroecológicos é “um estilo de vida”, é “amar o próximo dando a ele uma oportunidade de comer bem”, é também “o caminho para a sustentabilidade da produção agrícola”, bem como “respeitar as próximas gerações”. Essas e outras frases foram ditas por agricultores que participaram desta pesquisa. Percebe-se nelas algo em comum: a possibilidade de promover a saúde, conservar o meio ambiente, produzir alimentos saudáveis e cuidar da vida das pessoas. Como mencionou um dos participantes: “É fazer amizade por proporcionar alimentos com sabor, beleza e qualidade”. Portanto, esses agricultores estão preocupados com o bem-estar dos consumidores, do planeta e das futuras gerações.

Se atualmente os olhares se voltam para as práticas sustentáveis na agricultura, já houve tempos em que a preocupação era o combate à fome com a modernização do campo. Na década de 1960, chegava com essa promessa ao Brasil a chamada Revolução Verde. No entanto, o que se viu na prática foi a maior exclusão de agricultores que não conseguiam acompanhar as tecnologias trazidas pela “revolução”. Os pacotes ainda incluíam sementes, agrotóxicos e outros insumos que foram diminuindo cada vez mais a autonomia dos produtores e a autossustentabilidade das propriedades. O resultado foi miséria, escassez de alimentos, êxodo rural, ainda maior concentração de terras, diminuição nas condições de saúde pelo uso de químicos, além, é claro, dos problemas ambientais causados pelos pacotes defendidos pela Revolução Verde, como por exemplo poluição por agrotóxicos e perda da biodiversidade (Altieri, 2008; Moreira, 2013; Zanella, 2022).

Não demorou a surgir uma série de movimentos contrários ou alternativos na década de 1970, pois percebiam os efeitos nocivos dos agrotóxicos e da mecanização sobre os ecossistemas naturais, bem como sobre a vida das pessoas que migraram para as cidades, agravando-se as diferenças sociais e o processo cruel da exclusão. Surge então o movimento da “agricultura alternativa”, englobando várias agriculturas de base ecológica como a biodinâmica, a natural e a orgânica, com vistas ao equilíbrio ecológico ou ecossistêmico (Altieri, 2008; Batista; Stoffel, 2022; Moreira, 2013).

Diante desse cenário, durante a especialização em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), desenvolveu-se uma pesquisa com o intuito de responder como a Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária (Cresol) – principalmente por meio da Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação (Coopertec) – está contribuindo para a sustentabilidade econômica e do meio ambiente nos locais onde está inserida. Já que se, no passado, o modelo de desenvolvimento era a Revolução Verde, hoje as organizações estão cada vez mais voltadas às práticas ESG – Ambiental, Social e de Governança em função das exigências sociais e de negócios.

O estudo teve como objetivo geral analisar a contribuição da Cresol e da Coopertec para o fortalecimento da produção orgânica e agroecológica na agricultura familiar em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos incluem: descrever projetos e ações de fomento à agroecologia; avaliar o impacto na renda e produção das famílias; analisar a percepção dos agricultores sobre os benefícios da assistência técnica; relatar a liberação de crédito para agroecologia e produção orgânica; identificar características e motivações dos cooperados para produzir orgânicos e agroecológicos; e compreender os desafios da produção orgânica e agroecológica. Este artigo traz parte dos resultados obtidos no estudo.

Para a realização da pesquisa foram utilizados como fonte questionários com agricultores familiares envolvidos nos projetos, cursos, oficinas e outras atividades da Cresol e da Coopertec que focaram na produção orgânica ou agroecológica. A aplicação ocorreu através de formulário do Google nos meses de março e abril de 2024. Além disso, realizou-se análise de cartilhas, notícias divulgadas no *site* da Cresol, Relatórios de Gestão, revista *Protagonistas da Transformação* e outros materiais produzidos pela Coopertec e/ou Cresol. Foi utilizada principalmente a abordagem qualitativa

com interpretação dos dados coletados nos questionários e materiais produzidos pelas cooperativas. Fez-se uso de análises, argumentações e percepções. No entanto, em alguns momentos, os números foram utilizados para construir o contexto; por isso a abordagem quantitativa também esteve presente.

Para o embasamento teórico, os conceitos-chave para o estudo envolveram agroecologia, produção orgânica e agricultura familiar. Esses conceitos serão abordados a partir de agora.

2 Agroecologia e produção orgânica

Para discutir agroecologia, a principal referência foi Miguel Altieri (2008). Para esse autor, nos novos agroecossistemas sustentáveis “as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas” (Altieri, 2008, p. 20). Ele define a agroecologia como “uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (Altieri, 2008, p. 23).

Segundo Altieri (2008), a abordagem agroecológica é mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais. O desempenho não se limita a analisar uma produção crescente, mas também fatores como sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade. O autor destaca que a agroecologia nota nos agricultores com poucos recursos o ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

Para ele, a aplicação dos princípios agroecológicos em programas de desenvolvimento rural tem se traduzido em objetivos como “melhorar a produção de alimentos básicos ao nível das unidades produtivas, fortalecendo e enriquecendo a dieta alimentar das famílias”. O que promove valorização de produtos tradicionais e a conservação de variedades cultivadas localmente; permite resgatar e reavaliar o conhecimento e as tecnologias camponesas; “garantir que os sistemas alternativos resultem em um fortalecimento não só das famílias, mas de toda a comunidade”; entre outros (Altieri, 2008, p. 44). Portanto, a agroecologia leva em consideração a vocação agrícola, as sementes tradicionais (crioulas) e a cultura alimentar da região onde a propriedade rural está localizada.

Segundo Camila Lais Ramalho e Janete Stoffel (2022, p. 1), a agroecologia pode servir como base para a produção orgânica, mas ambas não devem ser confundidas. “Pois o conceito de agroecologia a considera como ciência, que surge a partir da procura por bases teóricas, enquanto a produção orgânica é considerada um sistema de produção.” Mencionando Caporal (2009), as autoras reforçam que a agroecologia vai além da mudança das práticas agrícolas. Ela tem como finalidade “as mudanças no processo político, econômico e sociocultural, transição essa que implica mudanças de atitudes e dos valores dos atores sociais, prezando pelo respeito e conservação dos recursos naturais” (Batista; Stoffel, 2022, p. 36). Para as autoras, a produção orgânica, por sua vez, demonstra-se uma agricultura prioritariamente voltada para o mercado. “De forma geral, os consumidores e os agricultores não possuem contato próximo; isso faz com que haja uma separação entre o produto e a forma com que ele é produzido” (Batista; Stoffel; 2022, p. 39).

Mesmo assim, a produção orgânica é um caminho para a agricultura sustentável. Moacir Roberto Darolt (2007) explica que a produção orgânica é um sistema de produção, assim como o convencional e o hidropônico. No entanto, os alimentos orgânicos são produzidos sem utilização de agrotóxicos, adubos químicos ou transgênicos. Assim, na agricultura orgânica há maior equilíbrio com a natureza, observando-se princípios como ciclo das estações do ano e características da região; rotação e consórcio de culturas; solo tratado como um organismo vivo; uso de adubos orgânicos; tratamentos naturais contra pragas e doenças dos vegetais; entre outros (Darolt, 2007, p. 14-15).

Na revista *Protagonistas da Transformação* (Cresol, 2023, p. 40) encontra-se o relato do cooperado de São João do Sul (SC) Ezequiel Cardoso Martins, mencionando que a agroecologia não se trata somente de substituir insumos convencionais por orgânicos, mas que seja observada a realidade de cada propriedade para adaptar o processo produtivo.

A família de Ezequiel trabalha há mais de 30 anos com agricultura sustentável, assim como ocorre com outras famílias entrevistadas para a revista que acreditaram na agroecologia há mais de 20 anos. O mesmo acontece com os participantes do questionário; a maioria atua há mais de dez anos na produção orgânica ou agroecológica (35,7%). Isso significa muito conhecimento prático por parte desses agricultores familiares sobre a produção.

Se esse conhecimento prático pode gerar vantagens para os agricultores, por outro lado, quando se trata de área produzida, é perceptível uma das dificuldades que a produção orgânica e agroecológica encontra. No levantamento do questionário, a média de produção orgânica ficou entre 0,5 a 5 hectares. Apenas um participante utiliza 22 hectares para esse modelo. Com menos terra e com menos acesso a tecnologias, como os agricultores familiares poderão concorrer com produtores patronais e grandes empresas?

3 Agricultura familiar

Segundo a Lei da Agricultura Familiar, Lei Nº 11.326 (Brasil, 2006), entre os requisitos para ser considerado agricultor familiar está o de praticar atividades no meio rural desde que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais. Em Santa Catarina, o valor médio de um módulo fiscal está entre 12 e 20 hectares, o que significa que, para ser considerado agricultor familiar, não pode possuir mais do que 80 hectares de terra. Já no Rio Grande do Sul, a média é de 18 a 20 hectares por módulo fiscal. A dimensão de um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares no Brasil, de acordo com o município onde está localizada a propriedade (Embrapa, 2024).

Nesse sentido, a pesquisa apontou que mais de 60% dos participantes do questionário possuem até 10 hectares de terra e nenhum possui mais de 30. Na revista *Protagonistas da Transformação*, as 25 famílias entrevistadas ficam dentro desse mesmo cenário. Assim entende-se que pela extensão de propriedade os agricultores vinculados à Cresol que trabalham com produção orgânica e/ou agroecológica são de base familiar, confirmando a hipótese de que os cooperados da Cresol atendidos por projetos da Coopertec e que trabalham com produção orgânica/agroecológica são agricultores familiares.

Ricardo Abramovay (2010, não paginado) define que “agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento”. Além disso, Juniele Martins Silva e Estevane de Paula Pontes Mendes (2010) discutem a identidade territorial que os agricultores possuem com a unidade produtiva, das relações estabelecidas com a propriedade, de pertencer àquele espaço, bem como da cultura através de valores, crenças ou costumes. “Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas famílias, o que torna a pro-

priedade carregada de um sentimento de pertencimento, posse e identificação (valores simbólicos)” (Silva; Mendes, 2010, p. 3).

A agricultura familiar, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, é responsável pelo maior número de unidades produtivas do Brasil, contribuindo para a geração de empregos na agropecuária, artesanato e agroindústrias. “Observando apenas esses aspectos básicos, pode-se depreender que a agricultura familiar possui um papel importante para a segurança alimentar nacional ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados” (IBGE, 2024, p. 292).

Os agricultores familiares, a agroecologia e as cooperativas de crédito podem auxiliar inclusive no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Alguns mais diretamente, a exemplo do Objetivo 2: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, que prevê acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria na nutrição e promover a agricultura sustentável. O Objetivo 12 – “Consumo e Produção Responsáveis” – busca assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis. Bem como o Objetivo 15: “Vida Terrestre”, ou seja, “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade” (Nações Unidas, 2024).

No entanto, para Anacleto Zanella (2022), entre as contradições históricas que bloqueiam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da Associação de Municípios do Alto Uruguai (Amau) no Rio Grande do Sul, onde ele pesquisou, estão: distribuição desigual das terras, êxodo, envelhecimento e masculinização da população rural, avanço do modelo tradicional e produção de *commodities* ao invés de alimentos saudáveis, dificuldades ao acesso à escolaridade, à assistência técnica e a serviços de infraestrutura. É provável que essa seja a realidade de outras regiões brasileiras.

Foi possível perceber que, principalmente na assistência técnica, a Cresol e a Coopertec contribuíram para melhorar o desenvolvimento sustentável da agricultura. Entre os participantes dessa pesquisa, que responderam ao questionário, 92,9% já participaram de alguma atividade realizada pela Cresol ou Coopertec referente à produção orgânica e agroecológica.

Contudo, os agricultores pesquisados no questionário mencionam que, além da assistência técnica, outros benefícios foram obtidos participando

de atividades promovidas pelas cooperativas: conhecimento sobre sementes crioulas, sistemas agroflorestais, homeopatia, comercialização e novas possibilidades para as propriedades. Um dos participantes citou que as atividades “foram importantes, pois mobilizaram agricultores e compartilharam conhecimento e experiências de lugares diferentes”. Nota-se assim que o conhecimento também é um fator importante apontado pelos agricultores agroecológicos e que a Cresol e a Coopertec tiveram participação. No mesmo sentido, outro participante avalia como benefício: “conhecimento sobre o que o sistema tradicional tem contribuído para as mudanças climáticas e as catástrofes naturais”. Além de conhecimento, portanto, as atividades permitem “conscientização sobre a importância desse sistema de produção para a sustentabilidade do meio ambiente e saúde das pessoas”, conforme descreveu um dos agricultores.

Para a prestação de assistência técnica foram muito importantes os projetos desenvolvidos pelas cooperativas pesquisadas, sendo alguns em parceria com o governo federal. Em seguida, serão apresentados alguns.

4 Projetos desenvolvidos pelas cooperativas

Um dos projetos desenvolvidos pela Coopertec e pela Cresol foi *Agrobiodiversidade e Sustentabilidade*, realizado nos anos de 2017 e 2018, com o objetivo de fomentar a produção agroecológica e o repasse de sementes crioulas entre os agricultores, contribuindo assim para aumentar a produção de alimentos saudáveis e a renda dos agricultores familiares em municípios de abrangência da Cresol. O projeto tinha como ação o plantio de lavouras experimentais, visando à replicação das sementes, gerando renda para as famílias com a comercialização dos grãos produzidos. O cultivo foi acompanhado com assistência técnica do projeto, testando formas alternativas de manejo e utilização de defensivos biológicos (Cresol, 2018).

Segundo o Relatório de Gestão da Cresol (2018), a primeira lavoura experimental com sementes crioulas de arroz foi cultivada em uma propriedade de Chapecó (SC), onde de sete quilos de sementes crioulas foram colhidos 300 quilos do produto. Parte dessas sementes foi utilizada para o plantio de outras lavouras experimentais. Já em 2018, outros experimentos foram realizados em Ipumirim (SC) com variedades de arroz, milho e feijão.

Para exemplificar a importância dessas sementes, menciona-se o cooperado da Cresol de Ipê (RS), Vilmar Menegath, que preserva em sua pro-

priedade aproximadamente 70 variedades de sementes crioulas. A propriedade está há mais de 100 anos na mão da família e sempre contou com sementes crioulas, que foram preservadas e renovadas com a troca. Seu Vilmar comenta que ter essas sementes e grãos nas feiras que realiza em Porto Alegre (RS) permite uma relação com os consumidores, além de garantir a manutenção da produção orgânica. “Como vai chegar no consumidor e ele te pergunta: esse produto é ecológico? Se tu não tem a semente! Na medida que temos a semente, podemos dizer eticamente que o produto é orgânico” (Cresol, 2023, p. 12).

Identifica-se no relato do agricultor a autonomia/soberania de sua produção de alimentos, cultivando a própria semente e mantendo variedades tradicionais que existem há gerações na família e na propriedade. É uma relação com o orgânico, com a identidade familiar e também com a sociedade, seja pela troca de sementes com outros agricultores, seja com os consumidores que já o reconhecem pelas sementes e grãos que entrega nas feiras. É uma relação também com a unidade produtiva pertencente a seus antepassados.

Outro projeto que inclusive contou com a participação da Coopertec foi o Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, desenvolvido de 2012 a 2017. O mesmo contemplou atividades como diagnósticos das propriedades, reuniões, cursos, dias de campo e visitas técnicas com o objetivo de incentivar os agricultores a buscar novas alternativas para diversificar a produção e ir além do tabaco, como a produção de alimentos orgânicos, fruticultura, piscicultura e comercialização. Além da conversão do quadro do tabaco, o programa previa ainda que 40% do público-alvo deveriam ser de mulheres e jovens, visando incluir as mulheres agricultoras e incentivar a sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo.

Só em Chapadão do Lageado (SC) foram 80 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Diversificação. Entre os grupos formados para o projeto esteve o de agroecologia, reforçando as ações que já vinham sendo realizadas no município há alguns anos. No entanto, o técnico de campo Rodrigo Francisco, salientou em texto publicado na revista *Diversificar é o Caminho* (Coopertec, 2017) que novas famílias foram trazidas através do programa para o processo de transição agroecológica. Entre as ações realizadas, por exemplo, está o dia de campo para a produção de caldas agroecológicas para controle de fungos e insetos (bordalesa e sulfocálcica), caldas fortificantes, cuidados com a vida do solo, valorização das sementes crioulas, entre outros conhecimentos sobre manejo agroecológico.

A família Marinho, de São João do Sul (SC), participou desse projeto. Após dias de campo e outras atividades realizadas, a família saiu da produção de tabaco para 100% de produção orgânica desde 2016. Atualmente, são produzidos na propriedade alimentos diversos. “Hoje temos frutas, farinhas, grãos e carne produzidos na propriedade. Isso proporciona conforto para nós e para aqueles que consomem aquilo que plantamos”, comenta o agricultor Aldair Marinho (Cresol, 2023, p. 6).

Mais do que alimentos saudáveis percebem-se a sustentabilidade da propriedade na questão ambiental, social e econômica, bem como a segurança alimentar. Demonstra que o projeto serviu de incentivo para muitas famílias migrarem para o modelo de produção orgânica ou para capacitar as famílias que já haviam realizado a transição anteriormente.

Apesar de ser um programa do governo federal, a Coopertec teve papel importantíssimo na organização e execução do projeto, disponibilizando a assistência técnica e coordenando as atividades no Alto Vale do Itajaí. Esse projeto também destaca uma das características da produção orgânica e agroecológica, que é o incentivo à diversidade de culturas e não à monocultura. O policultivo é importante para a saúde do solo, mas também para a qualidade da alimentação da própria família agricultora, que tem à sua disposição diversos alimentos. Além disso, gera renda para os agricultores em épocas e culturas diferentes.

As famílias entrevistadas para a revista *Protagonistas da Transformação* (Cresol, 2023) também relatam a diversidade de culturas produzidas em suas propriedades, assim como os participantes do questionário da nossa pesquisa apostam, em sua maioria, no policultivo.

Outro projeto desenvolvido pela Coopertec e pelas cooperativas da Cresol é o *Fomento e Desenvolvimento de Produção Orgânica e Transição Agroecológica*. No sul de Santa Catarina, a Coopertec manteve por aproximadamente três anos um técnico com prestação de assistência técnica a aproximadamente 50 famílias cooperadas da Cresol e que produzem de forma agroecológica ou em transição. Além da assistência, eram desenvolvidas atividades formativas como cursos e dias de campo. O mesmo projeto continua sendo realizado no Alto Uruguai gaúcho com prestação de assistência técnica por meio de uma parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap). Através do convênio com a Coopertec e Cresol são atendidas aproximadamente 50 famílias de dez municípios. Além disso, municípios da Serra Gaúcha como Ipê e Antônio Prado possuem assis-

tência técnica através de outras parcerias da Cresol (Cresol, 2023). A principal ação nesse projeto é assistência técnica aos agricultores familiares, auxiliando-os no manejo da produção orgânica e na implementação de práticas agroecológicas. Essa assessoria inclui desde o planejamento das lavouras, auxílio na certificação até o acompanhamento da produção e comercialização. Outra ação é a capacitação com promoção de seminários, cursos, *workshops*, oficinas e dias de campo para capacitar os agricultores sobre diversos temas relacionados à agroecologia, como técnicas de produção, manejo de pragas e doenças, certificação orgânica e agregação de valor aos produtos.

Com esses projetos a cooperativa espera aumentar o número de agricultores familiares engajados na produção orgânica e agroecológica; melhorar a qualidade dos alimentos produzidos; proporcionar aumento de renda aos agricultores, consequentemente fortalecendo a economia local; além de contribuir para a preservação do meio ambiente, algo que é tão urgente e que está ligado à essência do cooperativismo. Ao apoiar e desenvolver ações que permitam alternativas para a agricultura familiar e um novo modo de produção, a Cresol e a Coopertec estão contribuindo para um futuro mais justo e sustentável para todos, indo ao encontro também dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além disso, com recursos do governo federal, entre os anos de 2022 e 2023 foi realizado o projeto de *Incentivo à Produção Orgânica* através de um termo assinado entre a Coopertec e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no valor de R\$ 180 mil. O público-alvo do projeto foram as cooperativas do Rio Grande do Sul da Cresol Central Brasil, associadas da Coopertec, e cem famílias de forma indireta. O objetivo era fortalecer tanto a agricultura familiar quanto a produção orgânica através de acompanhamento técnico para as famílias que participaram do projeto e disponibilização de insumos para melhoria da fertilidade do solo. Além disso, foram realizados 15 seminários com o intuito de debater e capacitar os agricultores sobre agroecologia e temas afins como sementes crioulas, abelhas nativas sem ferrão, cultivo de citros, entre outros (Cresol, 2023). O referido projeto complementou o trabalho que já vinha sendo realizado com famílias cooperadas da Cresol no Rio Grande do Sul.

Outras ações foram desenvolvidas nos últimos anos pela Cresol e pela Coopertec. São exemplos as oficinas sobre biofertilizantes, em que os agricultores são capacitados para produzir seu próprio adubo orgânico, utili-

zando materiais naturais e de fácil acesso. Isso contribui para a redução dos custos de produção, aumento da renda e a diminuição do impacto ambiental da agricultura.

Além disso, oficinas capacitaram sobre ervas medicinais e homeopatia. Observando os materiais divulgados pela Cresol de atividades realizadas, é possível entender que a homeopatia pode ser utilizada como um método preventivo e curativo para diversas pragas e doenças que afetam as plantações, além de auxiliar na recuperação de solos. Dessa forma, o seu uso pode contribuir para a sustentabilidade ambiental, bem como auxiliar na redução de custos para os agricultores na produção de alimentos.

Os agricultores Fernanda Silveira e Douglas Garbin, de Ipê (RS), por exemplo, utilizam plantas medicinais e homeopatia na produção de morangos, além de produzir os biofertilizantes na propriedade (Cresol, 2023, p. 18). Segundo Fernanda Maria Coutinho de Andrade e Vicente Wagner Dias Casali (2011, p. 53), “as experiências demonstram a eficiência dos preparados homeopáticos e o potencial da homeopatia em contribuir com a transição dos sistemas de produção de modelos convencionais aos modelos ecológicos favorecendo a sustentabilidade”. Eles ainda argumentam que a utilização da homeopatia na agricultura proporciona economia de recursos naturais, diminuição de uso de recursos externos e maior estabilidade da unidade produtiva.

5 Liberação de crédito

Quanto a projetos e assistência técnica para incentivar a produção orgânica e agroecológica, foi possível observar que as cooperativas possuem campos de ação através dos relatos expostos neste artigo. Agora será abordada a liberação de crédito para esses agricultores. Segundo o Relatório de Gestão de 2018 da Cresol Central Brasil, por exemplo, naquele ano foram mais de R\$ 1 milhão liberados no Pronaf Investimento Agroecologia. Essa linha de crédito permite que os agricultores utilizem os recursos para investir ou manter os sistemas de produção orgânica ou agroecológica. Porém, além dos números, na prática como os agricultores percebem o crédito liberado pela Cresol em suas propriedades?

Fernanda Silveira e Douglas Garbin destacam: “Tudo o que temos é financiado na Cresol”. Fernanda, que trabalhava na cidade e voltou para o campo trabalhar com orgânicos, comenta que com o crédito conseguido

através da cooperativa construíram as estufas e adquiriram uma camionete para transportar os produtos. Além disso, fazem o custeio da produção de morango e tomate com a Cresol, bem como buscam os recursos de capital de giro (Cresol, 2023, p.18).

Os agricultores Marcos Mosquer e Francisco Polita de Ipê (RS) também veem a cooperativa como parceira para investimentos e melhorar a estrutura. A parceria da cooperativa, segundo os sócios, inclusive vai além de financiamentos. Segundo eles, em Ipê e região é realizado o Projeto de Assistência Técnica da Agricultura Agroecológica, que tem o apoio da Cresol. Com isso várias famílias são acompanhadas por um técnico. “Para nós agricultores agroecológicos é de fundamental importância ter alguém que nos assessorar, ter alguém que nos acompanhe com conhecimento técnico. Claro que no dia a dia vamos aprendendo também, mas esse olhar externo, de uma pessoa formada, nos ajuda. Isso a Cresol tem nos possibilitado”, destaca Marcos (Cresol, 2023, p. 16). Mais uma vez, é perceptível que os agricultores valorizam o apoio da Cresol com a assistência técnica prestada a eles.

Além desses depoimentos coletados na revista *Protagonistas da Transformação*, também foi questionado aos participantes da pesquisa pelo *google forms* se já haviam financiado com a Cresol para investir na agroecologia e produção orgânica. Desses, 50% disseram que sim, e esses recursos foram utilizados para custeios e investimentos em vinhedos, pomares de laranja, máquinas e equipamentos, infraestrutura para a produção de pitayas, armazenamento de água para irrigação, construção de estufas de morangos, financiamento de tratores, camionetes, construção de pavilhão e custeio de verduras.

Não se buscaram dados em números do crédito que a Cresol disponibilizou aos agricultores, seja de repasse ou recursos próprios, mas, analisando as fontes utilizadas nesta pesquisa, pode-se dizer que há recursos da cooperativa disponíveis para investir em orgânicos. Assim como pode ser observado que os agricultores percebem a importância da Cresol na liberação de recursos.

6 Motivações para a produção orgânica

É visível que a motivação dos agricultores para começar a produzir de forma orgânica ou agroecológica foi principalmente consumir alimentos saudáveis e preocupação com a saúde. Fabrício Gomes Nunes de Ilópolis (RS), por exemplo, iniciou esse processo com a preocupação de consu-

mir algo mais saudável plantando tomates. Com o tempo percebeu que poderia agregar renda e obter receita para a propriedade produzindo erva-mate orgânica (Cresol, 2023, p. 4).

Eliseu e Janete Spido, de São João do Sul (SC), também pensaram principalmente na saúde. “Além de dar renda, nosso foco é a saúde nossa e dos filhos. Por isso trabalhamos com orgânicos há 27 anos, e sempre o mais importante é termos em nossa mesa um alimento saudável. Depois colocamos para os outros” (Cresol, 2023, p. 38). Da mesma forma, Wilmar Pauletti e Janete de Fátima Augustini Pauletti começaram a trabalhar com orgânicos por motivos de saúde.

No questionário aplicado durante a pesquisa, as motivações relatadas também giram em torno de saúde, sustentabilidade, consciência, melhoria de renda, entre outros: “ter consciência de que precisamos fazer algo para melhorar o planeta e consequentemente nossa saúde”; “pela sustentabilidade e segurança”; “consciência e viabilidade”; “forma de respeitar o meio ambiente e também pela renda gerada em pequenas áreas”; “saudável para o consumidor e mais saúde para o produtor”; “mais rentável e sustentável ambientalmente”; “melhorar a qualidade dos alimentos produzidos e melhor preço”; “consciência da sustentabilidade (econômico, ambiental, social)”; “nicho de mercados”; “qualidade de vida”; “alimentação saudável”; “pra ter uma qualidade de vida melhor pra mim, minha família e para as pessoas que compram nossos produtos!” e “sucessão familiar”. Também há este relato que resume: “Porque é um diferencial. Você não precisa competir com a concorrência. É mais saudável. A fruta tem mais durabilidade e sabor. Sem contar que muitas pessoas vêm em busca de melhor alimento e qualidade de vida”.

Observando todos esses depoimentos, constata-se que a agroecologia tem futuro, pois tem sustentabilidade ambiental, social e econômica, mas que crédito e assistência técnica são imprescindíveis para seu futuro. É perceptível ainda o aumento da procura por esses alimentos, o que proporciona aumento de renda para os produtores.

De 2006 a 2017, segundo dados do IBGE, os estabelecimentos agropecuários com a certificação de produção orgânica subiram de 5.106 para 68.716 no Brasil. “Trata-se de um avanço importante para o país que é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, segundo o Atlas do Agronegócio da Fundação Heinrich Böll” (Tallmann, 2019). No entanto, para que esse número possa continuar crescendo, há alguns desafios.

Neste estudo, os agricultores apontaram desafios para a produção orgânica e agroecológica. Entre eles estão a dificuldade com a mão de obra, aplicação de insumos, poucos recursos, pragas, insetos e doenças, legislação e burocracia, falta de acesso a pequenos equipamentos que possam facilitar a produção, obstáculos para aumentar a fertilidade do solo e o controle de plantas daninhas, carência de conhecimento técnico, dificuldade em manter a produção devido ao clima, pois dele provém os insetos, a podridão e os fungos.

Portanto, além do crédito, a Cresol e a Coopertec podem e devem auxiliar com formação e educação sobre o tema, prestar assistência técnica seja contratando um técnico ou através de parcerias, fazer campanhas de conscientização para consumo de produtos orgânicos, entre outros. Afinal, no cooperativismo de crédito, os lados econômico e social precisam andar lado a lado para que as pessoas percebam que não é uma instituição financeira tradicional. Mas uma instituição que se preocupa com a parte social de sua comunidade. Nesse caso, que se preocupa também com o ambiental e com a sustentabilidade da agricultura.

7 Considerações finais

Um dos desafios atuais da agricultura é a sucessão familiar, assim como uma das preocupações latentes das cooperativas de crédito é conquistar os jovens para o cooperativismo. Por outro lado, verificou-se nessa pesquisa que a agroecologia/produção orgânica tem grandes possibilidades de fortalecer esses propósitos. Durante o estudo foram encontradas várias histórias de agricultores que trabalhavam na cidade ou que saíram para estudar, mas que voltaram ao campo para produzir “sem veneno”, como muitos se referem. É um movimento contrário ao que ocorreu com a Revolução Verde, quando as pessoas foram deixando a vida rural. Muitos jovens inclusive fazem parte desse novo cenário, e as cooperativas podem contribuir com esse modelo sustentável, conquistando uma parcela desse setor que está preocupado com o planeta.

Por isso a assistência técnica proporcionada durante os projetos foi, para os participantes da pesquisa, uma das maiores contribuições das cooperativas para o fortalecimento da produção orgânica e agroecológica. Obviamente, a liberação de crédito com linhas especiais também é importante, mas o que mais sobressaiu foi a necessidade de capacitação, de mais

conhecimento para mudar a forma de produzir. A tecnologia, o conhecimento e o crédito são os fatores que podem alavancar uma nova revolução no campo. Afinal, entre as principais dificuldades na produção sustentável apontada pelos agricultores estão a mão de obra e a falta de acesso a tecnologias. Fica a sugestão onde as cooperativas podem atuar para auxiliar nesse processo.

Além das cooperativas, instituições locais e sociedade, o crescimento da produção agroecológica depende de políticas públicas eficazes, seja nas linhas de crédito do Pronaf, seja nos programas de assistência técnica ou incentivo à comercialização. O primeiro passo é a transição do convencional para o orgânico. Depois pode-se alcançar a agroecologia, embora alguns agricultores dessa pesquisa já podem ser considerados agricultores agroecológicos.

Os agricultores pesquisados, que se dedicam a essa produção sustentável, são de base familiar com pequenas áreas de terras, que apostam na diversificação de culturas e que optam por esse modelo principalmente pela preocupação com a saúde de seus familiares e consumidores, bem como por possuir consciência ambiental. Esse despertar de consciência também foi, em vários momentos, resultado de cursos e atividades realizadas pela Cresol e Coopertec.

Portanto, os resultados da pesquisa demonstraram a extrema importância da assistência técnica para a produção agroecológica, permitindo maior agregação de renda para as famílias e viabilidade do modelo.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Entrevistas – Agricultura Familiar**. GIPAF, 2010. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/2010/10/entrevistas-agricultura-familiar/>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho de Andrade; CASALI, Vicente Wagner Dias Casali. Homeopatia, Agroecologia e Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Portal de Periódicos da Universidade de Brasília (UnB), v. 6, n. 1, p. 49-56, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49171>. Acesso em: 26 maio 2024.

BATISTA, Camila Lais Ramalho; STOFFEL, Janete. Agroecologia e produção orgânica: características que distinguem e/ou aproximam os sistemas de produção sustentáveis. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat, Taquara/RS, v. 19, Edição especial (SOBER), 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/download/2413/1541>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.326/2006**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 07 jan. 2024.

CAMPOS, Michele Laffayett; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. Sementes Crioulas e relações de poder na agricultura: Interfaces entre o Biopoder e agência social. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/QRXbnjmsJWqpyVw4ssG99wM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2024.

CRESOL CENTRAL BRASIL. **Relatório de Gestão**. Chapecó, SC, 2018.

DAROLT, Moacir Roberto. **Alimentos orgânicos: um guia para o consumidor consciente**. 2. ed., rev. ampl. Londrina: IAPAR, 2007. Disponível em: <http://jbb.ibict.br/handle/1/599>. Acesso em: 07 jan. 2024.

DIVERSIFICAR É O CAMINHO. Chapecó: Coopertec, 2017.

DULLEY, Richard Domingues. Agricultura Orgânica, Biodinâmica, Natural, Agroecológica ou Ecológica?”. **Informações Econômicas**, SP, v. 33, n. 10, out. 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=903>. Acesso em: 04 set. 2024.

EMBRAPA. **Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural**. Módulos Fiscais. Brasília: Embrapa, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 07 jan. 2024.

IBGE, 2024. Agricultura Familiar. In: **Atlas do espaço rural brasileiro**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>. Acesso em: 24 maio 2025.

Nações Unidas no Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: mar. 2024.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Santa Maria, v. 52, p. 63-84, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/#>. Acesso em: 01 maio 2024.

PROTAGONISTAS DA TRANSFORMAÇÃO. Chapecó: Cresol, 2023. Disponível em: https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2023/05/revista_agroecologicos_22x28.pdf. Acesso em: 2024.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura Familiar e Cultura: identidades e territorialidades. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais [...]** – Crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e esperanças. Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/GRUPO%20N3/ENG_2010_078.PDF. Acesso em: 27 jun. 2024.

TAFFAREL, Lidiane; FONTANELI, Roberto Serena. **Agricultura familiar e produção sustentável**: contribuições da Cresol e Coopertec para fomentar a Agroecologia em Santa Catarina e Rio Grande Do Sul. Artigo de Especialização em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável. UFFS: Erechim/RS, 2024. 25 p.

TALLMANN, Helena; ZASSO, José. Em alta, agricultura orgânica reúne todos os elementos da produção sustentável. **Revista Retratos**, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25126-em-alta-agricultura-organica-reune-todos-os-elementos-da-producao-sustentavel>. Acesso em: 04 jun. 2024.

VRIESMAN, Alice Karine; OKUYAMA, Kássio Kiyoteru; ROCHA, Carlos Hugo; WEIRICH NETO, Pedro Henrique. Assistência Técnica e Extensão Rural para a Certificação de Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar. **Conexão UEPG**, Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), v. 8, n. 1, p. 138-149, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/issue/view/318>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ZANELLA, Anacleto. **A agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul – Região AMAU**: potencialidades e limites de seu desenvolvimento sustentável. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

Produção de energia solar como alternativa para reduzir custos na agricultura familiar

Lucas Roberto Farina

Carlos Alberto Frantz dos Santos

1 Introdução

Energia solar é uma fonte alternativa, renovável e sustentável de energia que provém da radiação eletromagnética (luz e calor) emanada pelo sol. Essa energia pode ser utilizada por diferentes tecnologias, como aquecedores solares, painéis fotovoltaicos e usinas heliotérmicas ou termossolares (Portal Solar, 2024). Atualmente, o conceito de energia solar está amplamente associado à geração limpa de eletricidade por meio de painéis fotovoltaicos, que convertem diretamente a luz solar em energia elétrica. Há diversos benefícios da energia solar, tanto para o meio ambiente quanto para o orçamento dos consumidores. Com relação às vantagens para o meio ambiente, a energia solar é uma das principais fontes renováveis e alternativas para a geração de energia limpa. Sistemas fotovoltaicos convertem a luz do sol em eletricidade sem emitir quaisquer gases ou resíduos poluentes (Portal Solar, 2024). Ou seja, a instalação de painéis solares ajuda a combater as emissões de gases do efeito estufa do setor elétrico do país, que ainda depende de fontes não renováveis, como as termelétricas.

É possível observar que o uso da energia solar fotovoltaica cresceu exponencialmente em todo o Brasil nos últimos anos; é a fonte alternativa para geração elétrica que mais se espalha em todo o mundo. Dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (2023) apontam que a representatividade da fonte na matriz brasileira pode saltar dos atuais 4% para até 15% até 2050 em geração centralizada. Conforme a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) (2024), com dois gigawatts (GW) de energia solar adicionados somente em 2024, o Brasil acabou de ultrapassar a marca de 39 gigawatts (GW) de potência instalada da fonte fotovoltaica desde 2012, somando as usinas de grande porte e de geração

distribuída, o equivalente a 17% da potência operacional da matriz elétrica do país. Ainda de acordo com a entidade, desde 2012 a fonte solar já trouxe ao Brasil mais de R\$ 189,3 bilhões em novos investimentos, mais de R\$ 51,6 bilhões em arrecadação para os cofres públicos e gerou cerca de 1,1 milhão de empregos acumulados. Com isso também evitou a emissão de 47,7 milhões de toneladas de CO₂ na geração de eletricidade (Ab-solar, 2024).

A agenda global para o desenvolvimento sustentável exige mudanças no presente para garantir um futuro inclusivo e sustentável. O desafio é implementar ações transformadoras que promovam a preservação ambiental. Nesse contexto, a diversificação e a sustentabilidade da matriz energética brasileira são essenciais. A sobrecarga dos recursos naturais demanda uma nova abordagem da sociedade. Nesse sentido, desde 2012 a legislação brasileira tem avançado na regulação da energia renovável, destacando a lei 14.300/2022, que reforça o protagonismo social na produção de energias renováveis. A geração distribuída permite que qualquer pessoa no Brasil gere eletricidade a partir de fontes renováveis e reduza o valor da conta de luz, participando do sistema de compensação de energia (Brasil, 2022).

Os normativos brasileiros que tratam de geração distribuída colocam a sociedade em uma condição de empoderamento nesse campo, e nesse contexto apresenta-se um caminho interessante para a concretização do protagonismo dos consumidores, uma forma e um modelo de negócio capaz de unir forças, diminuir riscos e maximizar resultados.

Com esse pensamento, cientes da relevância do tema e da existência de um ambiente legal favorável a uma participação responsável e consciente da população, o processo de geração de energia distribuída ocorre em pequenas centrais elétricas de fontes renováveis. Entre os geradores estão as propriedades da agricultura familiar, que buscam nessa alternativa reduzir custos, melhorar a qualidade de vida no campo e respeitar o meio ambiente.

Apesar de a energia solar ser uma das principais fontes renováveis, ela apresenta desvantagens, como a intermitência, a incapacidade de gerar energia à noite, a produção variável durante o ano e o custo inicial especialmente com sistemas de armazenamento. A fabricação dos módulos também gera impactos ambientais, como o uso de materiais tóxicos e consumo de energia.

O custo de implantação ainda é uma dificuldade significativa, e as linhas de crédito e recursos disponíveis são insuficientes. Além disso, ainda há resistência e desconfiança quanto à energia solar. Muitos agricultores familiares precisam entender e acreditar que ela pode reduzir os custos da agricultura familiar e ajudar consideravelmente na melhoria da qualidade de vida na propriedade, pois, ao ter sua própria geração de energia, é possível buscar mais tecnologia, seja para os trabalhos realizados ou para os momentos de descanso e lazer.

A partir do problema “a produção de energia solar pode ser uma alternativa para reduzir custos na agricultura familiar?”, esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar a viabilidade econômica e financeira de geração de energia solar em uma propriedade da agricultura familiar localizada em uma comunidade no interior do município de Erechim.

O artigo justifica-se porque, apesar da relevância deste assunto, os agricultores familiares possuem diversos questionamentos, como por exemplo sobre a efetividade do sistema de geração de energia solar, sobre o retorno econômico efetivo, sobre quais são as linhas de crédito para fazer o investimento, se as taxas de juros o tornam menos rentável, entre outras preocupações. Por isso o trabalho apresenta em detalhes um exemplo prático e real de investimento em energia solar no contexto da agricultura familiar. Ainda se observa uma carência de estudos sobre geração de energia solar na agricultura familiar; muito pouco se conhece sobre esse modelo e se este apresenta resultados efetivos econômicos e ambientais nas propriedades que implantaram sistemas de geração próprios de energia.

Para fornecer eletricidade a baixo custo, sustentável e adequada às famílias no interior do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) estabeleceu várias parcerias. Exemplo disso são os acordos feitos com universidades para a pesquisa de modelos de energia solar. Esses acordos visam democratizar o acesso à energia solar com o objetivo de reunir dados sobre as condições de execução, desenvolver indicadores e propostas de políticas públicas para as famílias do campo. O estudo produzirá modelos para a instalação de equipamentos em cooperativas agrícolas familiares ou em propriedades (MDA, 2024). O Brasil agora é o 8º maior gerador de energia solar do mundo, de acordo com a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) (2024).

2 Referencial teórico

2.1 Agricultura familiar

No Brasil, a agricultura familiar ocupa uma extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2017). O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como de agricultura familiar. Ainda segundo as estatísticas, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa (IBGE, 2017).

Pode-se inferir que a agricultura familiar é uma importante produtora de alimentos, principalmente de milho, mandioca, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, frutas e hortaliças. O segmento representa 48% do valor da produção de café e banana nas culturas permanentes e 80% do valor da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão nas culturas temporárias. A maioria dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes depende da agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

A Lei Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define agricultores familiares e empreendedores familiares rurais como aqueles que operam em áreas rurais e que atendem os seguintes requisitos: não deter uma área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; empregar principalmente mão de obra da própria família em suas atividades; ter renda familiar originada de atividades da própria propriedade; e dirigir a sua propriedade juntamente com sua família. Os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores são considerados agricultores familiares (Brasil, 2006).

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução A/RES/72/239 em dezembro de 2017, que instituiu a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028). A resolução designou a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

(FIDA) para liderar a década em conjunto com outras organizações pertinentes do sistema das Nações Unidas. A celebração da década foi amplamente apoiada pelas partes interessadas, incluindo instituições acadêmicas, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais e regionais (FAO, 2019).

A agricultura familiar irá se beneficiar dos projetos de geração de energia solar, podendo assim melhorar as condições econômicas e de renda da propriedade, colaborando no processo de desenvolvimento sustentável, e por isso é importante conhecer a gestão financeira e análise do investimento que vai realizar.

2.2 Gestão financeira e análise de investimentos

Para a tomada de decisão em investimentos é necessário compreender conceitos de gestão financeira e analisar as demonstrações financeiras projetadas, no caso deste estudo o Valor Presente Líquido (VPL), a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o *payback*. Silva e Souza (2011, p. 69) afirmam que “as demonstrações financeiras também são chamadas de relatórios contábilísticos e são a fonte de informações para análise, servindo de base inclusive para avaliar possíveis investimentos”.

No mesmo sentido, segundo Martins (2011, p. 17), as demonstrações financeiras têm como finalidade: “proporcionar informação útil aos utilizadores; avaliar a capacidade de a entidade gerar dinheiro e equivalentes de dinheiro e da tempestividade e certeza de sua geração; informar sobre os recursos econômicos controlados pela entidade, estrutura financeira, liquidez e solvência”.

O Valor Presente Líquido (VPL) é a diferença entre o valor de mercado de um investimento e de seu custo real. Ou seja, uma medida utilizada para agregar valor em um investimento através de orçamento com VPL positivo. Esse valor permite conhecer a aceitação do investimento; se for positivo, ele pode ser aceito, e se for valor negativo, não deve ser aceito (Roos; Westerfield; Jordan; Lamb, 2013).

Assef (2003) destaca que o VPL é calculado através da taxa mínima de atratividade, isto é, o mínimo que se deseja obter de retorno nesse investimento. Assim, o valor do fluxo de caixa atual, sendo que todas as parcelas do fluxo de caixa são trazidas para o valor presente com uma taxa de desconto preestabelecida, que pode ser uma taxa de juros mínima para tornar-se atrativa.

Esse método expressa os fluxos do projeto em valores monetários, utilizando a data de início do projeto e o momento atual em que foi realizado o investimento. Segundo Sanvicente (1997), para poder transformar em um valor atual, é necessário descontar fluxos futuros utilizando uma taxa de desconto estipulada que corresponda ao custo de capital; para isso é utilizada a seguinte equação (1).

$$V_{pl} = \sum_{n=1}^{n=N} \frac{FC_t}{(1+i)^n}$$

Onde:

V_{pl}: Valor Presente Líquido;

FC: Fluxo de caixa;

t: momento em que o fluxo de caixa ocorreu;

i: taxa de desconto (ou taxa mínima de atratividade)

n: período de tempo.

A maioria dos projetos de investimento apresenta desembolsos na fase inicial e recebimentos em períodos posteriores. Porém, para que o investimento tenha retorno, as entradas de caixa devem ser maiores do que as saídas. Dessa forma, admitida uma taxa de juros mínima aceitável pelo investidor, denominada Taxa Mínima de Atratividade (TMA), o projeto de investimento terá condições de ser aceito (Barbieri; Alvares; Machline, 2007).

O *payback* descontado indica o tempo necessário para que os benefícios do projeto restitua o valor investido, conforme afirmado por Rasoto *et al.* (2012). Em outras palavras, indica a quantidade de tempo necessário para que os ganhos de caixa superem os gastos iniciais e pode ser usado como um indicador de risco do projeto. Para considerar o valor do dinheiro no tempo, os fluxos de caixa descontados são avaliados.

Como o resultado do *payback* indica, o número de períodos necessários para a recuperação do investimento, logo, quanto menor o *payback* de um projeto, menor o risco do investimento. Por outro lado, um *payback* alto revela um risco elevado na execução do projeto em estudo (Souza; Clemente, 2008). Dessa forma, o indicador *payback* procura identificar se o período de recuperação dos investimentos iniciais em um empreendimento ocorre dentro do horizonte de planejamento. Entretanto, vale ressaltar que esse indicador deve ser empregado com cautela para comparar projetos de dife-

rentes ramos de atividade, pois desconsidera todos os eventos (receitas e custos) posteriores ao período identificado (Lima, 2010; Rasoto *et al.*, 2012). Para Kliemann Neto (2005), o *payback* é um indicador complementar, sendo útil para situações de instabilidade econômica de alto risco ou sujeitas a frequentes oscilações.

3 Método

O estudo de caso foi o método de pesquisa utilizado para determinar o valor presente líquido (VPL), a TIR e o reembolso para a instalação de um sistema de geração de energia solar em uma propriedade de agricultura familiar (Yin, 2001). Quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada porque produz conhecimento aplicando conceitos já estabelecidos no mundo real. De acordo com os objetivos, é uma pesquisa descritiva. Uma abordagem predominantemente quali-quantitativa foi empregada nesse estudo para determinar o VPL e o *payback* de um sistema implantado de geração de energia solar.

Para alcançar o objetivo proposto foram utilizados dados de fontes primárias (Roesch, 2007). Como fonte de dados primários foi utilizada a entrevista não estruturada com os membros da unidade familiar em análise. Portanto, para a entrevista e coleta dos dados que foi realizada no primeiro trimestre de 2024, elaborou-se um roteiro com cinco perguntas específicas e orientadoras para obter o histórico e a caracterização da propriedade escolhida pela sua representação no cenário e realidade da agricultura familiar: casal de agricultores, filhos jovens, pouca terra para produzir e busca de alternativas para melhorar sua subsistência.

A pesquisa coletou dados secundários das experiências e dos acervos do autor pesquisador por meio das práticas relacionadas à função que o mesmo exerce em uma cooperativa de geração distribuída de energia e da empresa que orçou e irá executar a instalação do sistema de geração de energia solar com a apresentação das informações da estrutura e caracterização do projeto instalado.

A partir dos dados secundários coletados, a pesquisa procurou descrever e analisar as técnicas utilizadas para identificar se o projeto de geração de energia é viável para a propriedade de agricultores familiares. Por meio dos dados de consumo de energia elétrica indicados pela fatura, valor de investimento no sistema de geração, os dados de reajuste médio de inflação, perío-

do de duração desse projeto, perdas de eficiência, entre outros dados, foi possível a construção do VPL (valor presente líquido), a TIR (taxa interna de retorno) e o *payback* (período de recuperação dos investimentos).

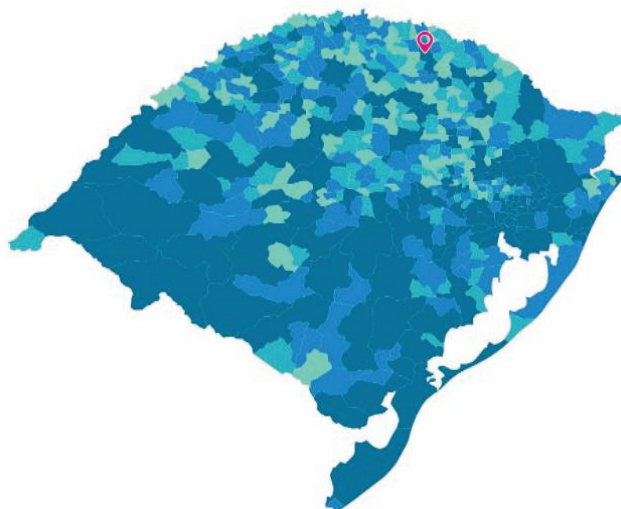
4 Resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa. Inicialmente, são realizadas a caracterização e a localização da propriedade. Após, são descritas informações sobre o processo de produção e subsistência da família. A terceira e a quarta subseções apresentam os dados de implantação do sistema de geração de energia solar, custos, as receitas, as demonstrações financeiras projetadas, o fluxo de caixa e os cálculos do *payback*.

4.1 Descrição da propriedade rural

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo de campo em uma propriedade de agricultores familiares na comunidade Cristo Rei-Lageado Paca, interior do município de Erechim, distante 15 km da sede na RS 420, sentido ao município de Aratiba. A Imagem 1 mostra a localização de Erechim, que fica na região Norte, mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul.

Imagem 1 – Localização do município de Erechim



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama>.

A família possui uma área de 5,17 hectares de terra, dividida em duas partes: a primeira corresponde ao espaço da moradia e as estruturas de produção (agroindústria, moinho de farinha, fábrica de móveis, silo) com área de 1.700 metros quadrados; e a segunda destina-se à produção de grãos, açude e outra casa com área de 50.000 metros quadrados. O casal de agricultores e seus filhos buscaram alternativas de subsistência para essa realidade que se encaixassem nas necessidades da família.

Imagem 2 – Demarcação da Unidade Familiar



Fonte: Google Maps (2024).

A família produz farinha de milho (parte da matéria-prima é produzida por eles e parte comprada de vizinhos) para atender programas sociais organizados por cooperativas, como por exemplo o programa de alimentação escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, ainda trabalha com uma agroindústria de massas e uma fábrica de móveis. Na busca por redução de custos e a fim de melhorar as condições de trabalho, resolveu investir na geração de sua própria energia, utilizando um sistema fotovoltaico.

4.2 Análise do investimento em energia solar

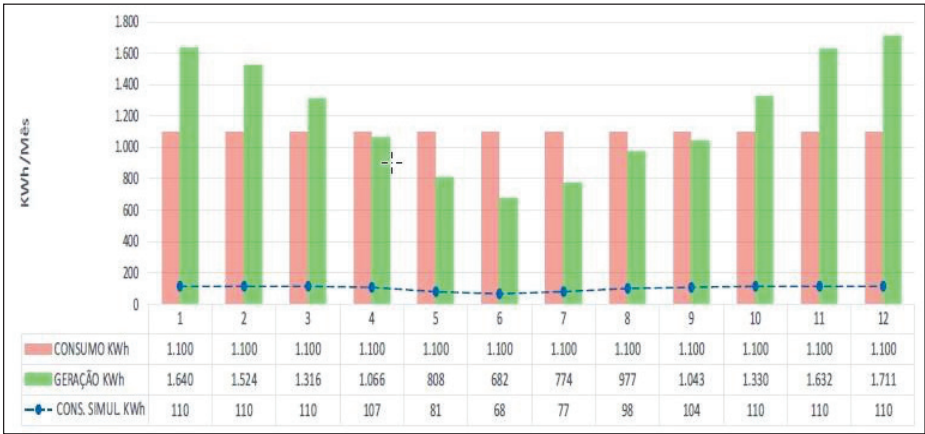
Nesse contexto, por meio da identificação e descrição da propriedade, sua realidade e formas de trabalho e subsistência, torna-se plausível a apresentação do projeto de geração de energia solar. Após entrevista com

a família de agricultores e com o proprietário da empresa executora da instalação do sistema, pôde-se descrever os dados referentes ao consumo médio de energia da propriedade, os dados de geração do sistema, investimento, o valor presente líquido, a taxa interna de retorno e o *payback* do projeto.

4.2.1 Energia média de consumo e energia gerada pelo sistema

O Gráfico 1 apresenta os dados de consumo atual de energia do agricultor familiar e os dados de geração proposta nesse sistema fotovoltaico. Considerando as novas regras de compensação, foi acrescentada a taxa de simultaneidade no projeto de 10%. O consumo da unidade é de 1100 kW/h média/mês, e a geração do sistema proposto é de 1200 kW/h média/mês.

Gráfico 1 – Dados de consumo e geração de energia



Fonte: 3A Soluções em Energia.

A partir das informações fornecidas e dados obtidos por meio de cálculos, o sistema instalado na propriedade, a Tabela 1 apresenta os componentes do projeto e seus respectivos custos.

Tabela 1 – Descrição dos equipamentos

Descrição	Quantidade	Custo (R\$)
Módulo Fotovoltaico 550W	20	R\$ 7.900,00
Inversor 3KW-Monofásico 220V/60Hz	3	R\$ 7.003,50
Estrutura de fixação em telhado	20	R\$ 2.053,20
Conectores, cabos e proteções	1	R\$ 1.077,15
Mão de obra de instalação elétrica	1	R\$ 2.966,15
Elaboração de projeto e aprovação na concessionária	1	R\$ 2.000,00
Valor total do projeto		R\$ 23.000,00

Fonte: 3A Soluções em Energia.

A partir do valor de investimento no projeto, que é de R\$ 23.000,00, pode ser analisada a estimativa de economias anuais. Ao longo de 25 anos, o sistema gerará uma economia ao cliente de aproximadamente R\$ 362.851,05 (considerando o sistema fotovoltaico pago).

Essa informação justifica os resultados das pesquisas mencionadas anteriormente neste estudo, os quais apontam que o uso da energia solar fotovoltaica aumentou de forma significativa em todo o Brasil nos últimos anos e é a fonte alternativa para geração elétrica que mais se espalha em todo o mundo. Portanto, a representatividade da fonte na matriz brasileira pode saltar dos atuais 4% para até 15% até 2050 em geração centralizada (EPE, 2023).

Para chegar a esse resultado é utilizada uma planilha que considera o valor do quilowatt atualizado, inseridos os dados de geração, considerando o percentual de depreciação dos painéis ao longo dos anos estabelecidos pela fabricação, a inflação média do período, no caso, quanto a sua tarifa de energia vai aumentar no decorrer dos anos.

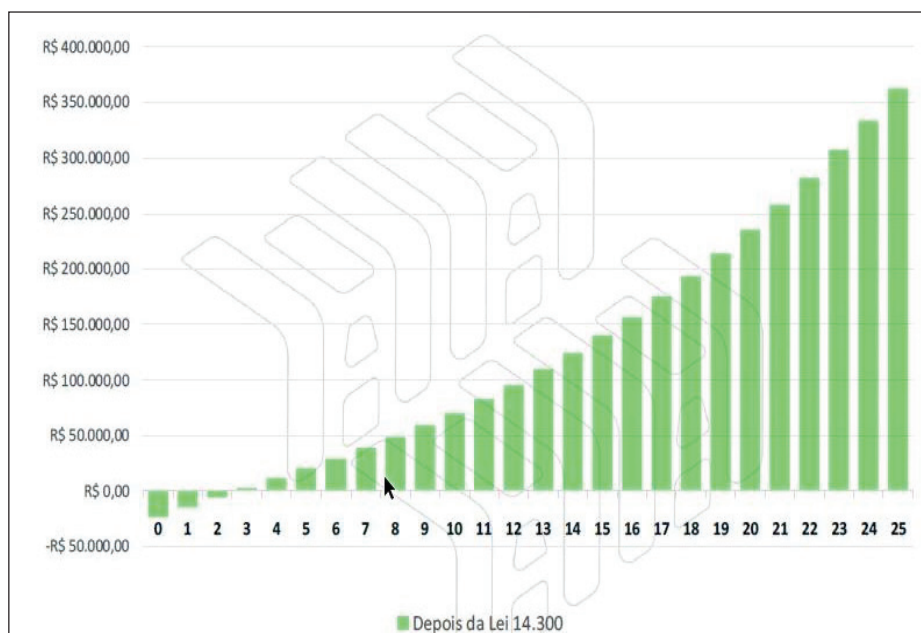
Tabela 2 – Custo da energia sem e com compensação e resultados econômicos

Status Investimento	Ano	Kwh Consumo	Kwh Compensado	Consum. Mensal Regist.	Compens. Mensal Regist.	Fatura sem Sistema	Fatura com Sistema	Economia anual	Retorno Financeiro
Investimento	0	–	–	–	–	–	–	–	-R\$ 23.000,00
Investimento	1	R\$ 0,75	R\$ 0,65	990 KWh	990 KWh	R\$ 819,93	R\$ 91,38	R\$ 8.742,63	-R\$ 14.257,37
Investimento	2	R\$ 0,80	R\$ 0,65	990 KWh	990 KWh	R\$ 877,32	R\$ 146,66	R\$ 8.767,97	-R\$ 5.489,40
Lucro	3	R\$ 0,85	R\$ 0,64	990 KWh	990 KWh	R\$ 938,74	R\$ 209,23	R\$ 8.754,03	R\$ 3.264,63
Lucro	4	R\$ 0,91	R\$ 0,63	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.004,45	R\$ 279,85	R\$ 8.695,17	R\$ 11.959,80
Lucro	5	R\$ 0,98	R\$ 0,61	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.074,76	R\$ 359,33	R\$ 8.585,17	R\$ 20.544,97
Lucro	6	R\$ 1,05	R\$ 0,61	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.149,99	R\$ 427,20	R\$ 8.673,49	R\$ 29.218,46
Lucro	7	R\$ 1,12	R\$ 0,66	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.230,49	R\$ 457,11	R\$ 9.280,64	R\$ 38.499,09
Lucro	8	R\$ 1,20	R\$ 0,70	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.316,63	R\$ 489,10	R\$ 9.930,28	R\$ 48.429,38
Lucro	9	R\$ 1,28	R\$ 0,75	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.408,79	R\$ 523,34	R\$ 10.625,40	R\$ 59.054,78
Lucro	10	R\$ 1,37	R\$ 0,80	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.507,41	R\$ 559,97	R\$ 11.369,18	R\$ 70.423,95
Lucro	11	R\$ 1,47	R\$ 0,86	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.612,92	R\$ 599,17	R\$ 12.165,02	R\$ 82.588,97
Lucro	12	R\$ 1,57	R\$ 0,92	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.725,83	R\$ 641,11	R\$ 13.016,57	R\$ 95.605,55
Lucro	13	R\$ 1,68	R\$ 0,99	990 KWh	990 KWh	R\$ 1.846,64	R\$ 685,99	R\$ 13.927,73	R\$ 109.533,28
Lucro	14	R\$ 1,80	R\$ 1,05	990 KWh	989 KWh	R\$ 1.975,90	R\$ 735,68	R\$ 14.882,71	R\$ 124.415,99
Lucro	15	R\$ 1,92	R\$ 1,13	991 KWh	981 KWh	R\$ 2.114,21	R\$ 797,39	R\$ 15.801,87	R\$ 140.217,86
Lucro	16	R\$ 2,06	R\$ 1,21	992 KWh	973 KWh	R\$ 2.262,21	R\$ 864,14	R\$ 16.776,79	R\$ 156.994,65
Lucro	17	R\$ 2,20	R\$ 1,29	993 KWh	966 KWh	R\$ 2.420,56	R\$ 936,33	R\$ 17.810,76	R\$ 174.805,41
Lucro	18	R\$ 2,35	R\$ 1,38	994 KWh	958 KWh	R\$ 2.590,00	R\$ 1.014,40	R\$ 18.907,29	R\$ 193.712,69
Lucro	19	R\$ 2,52	R\$ 1,48	994 KWh	951 KWh	R\$ 2.771,30	R\$ 1.098,80	R\$ 20.070,05	R\$ 213.782,75
Lucro	20	R\$ 2,70	R\$ 1,58	995 KWh	943 KWh	R\$ 2.965,30	R\$ 1.190,05	R\$ 21.302,96	R\$ 235.085,71
Lucro	21	R\$ 2,88	R\$ 1,69	996 KWh	935 KWh	R\$ 3.172,87	R\$ 1.288,69	R\$ 22.610,13	R\$ 257.695,84
Lucro	22	R\$ 3,09	R\$ 1,81	997 KWh	928 KWh	R\$ 3.394,97	R\$ 1.395,31	R\$ 23.995,92	R\$ 281.691,76
Lucro	23	R\$ 3,30	R\$ 1,94	998 KWh	920 KWh	R\$ 3.632,61	R\$ 1.510,54	R\$ 25.464,93	R\$ 307.156,69
Lucro	24	R\$ 3,53	R\$ 2,08	999 KWh	913 KWh	R\$ 3.886,90	R\$ 1.635,06	R\$ 27.022,03	R\$ 334.178,72
Lucro	25	R\$ 3,78	R\$ 2,22	999 KWh	905 KWh	R\$ 4.158,98	R\$ 1.769,62	R\$ 28.672,34	R\$ 362.851,05
Total em 25 anos									R\$ 362.851,05

Fonte: 3A Soluções em Energia.

O Gráfico 2 apresenta o *payback* do projeto implantado pela família para gerar sua própria energia, o qual passa a ter resultado financeiro positivo a partir de 2 anos e 8 meses desde a implantação do sistema.

Gráfico 2 – Retorno Financeiro ao Longo dos Anos



Fonte: 3A Soluções em Energia

Importante considerar que um projeto de geração de energia solar é calculado pelo período de 25 anos em função da durabilidade e eficiência dos equipamentos estabelecidos pela fabricação. A perda de eficiência já está considerada no projeto, conforme mostra a Tabela 2.

Considerando que o VPL é a diferença entre o valor de mercado de um investimento e de seu custo real calculado através da taxa mínima de atratividade, infere-se que este é o retorno mínimo que se deseja obter, em que todas as parcelas do fluxo de caixa são trazidas para o valor presente. Na Tabela 3 é apresentado o resultado do VPL desse projeto, descontando os fluxos futuros, utilizando-se uma taxa de desconto de 15% do capital. O resultado apresentado é de R\$ 46.735,70 positivo, o que torna o investimento atrativo e, por isso, foi aceito pela família de agricultores familiares.

Considerando que a TIR (Taxa Interna de Retorno) é uma métrica importante para avaliar a viabilidade de um projeto de investimento e que ela representa a taxa de retorno que faz o valor presente líquido (VPL) de todos os fluxos de caixa do projeto igual a zero, nesse projeto chegou-se a uma TIR de 21,21%, o que pode ser considerado positivo se comparado

com a taxa mínima de atratividade (TMA) ou o custo de capital do projeto. Nesse caso, a TIR é maior do que a TMA, o que indica que o investimento é viável e pode gerar retornos que compensam o risco associado.

Tabela 3 – Cálculo do VPL

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)	Fluxo de Caixa Descontado (R\$)
0	-23.000,00	-23.000,00
1	8.742,63	7.602,29
2	8.767,97	6.629,84
3	8.754,03	5.755,92
4	8.695,17	4.971,49
5	8.585,17	4.268,35
6	8.673,49	3.749,79
7	9.280,64	3.488,94
8	9.930,28	3.246,23
9	10.625,40	3.020,40
10	11.369,18	2.810,29
11	12.165,02	2.614,79
12	13.016,57	2.432,89
13	13.927,73	2.263,65
14	14.882,71	2.103,35
15	15.801,87	1.941,96
16	16.776,79	1.792,85
17	17.810,76	1.655,08
18	18.907,29	1.527,81
19	20.070,05	1.410,23
20	21.302,96	1.301,62
21	22.610,13	1.201,29
22	23.995,92	1.108,63
23	25.464,93	1.023,04
24	27.022,03	944,00
25	28.672,34	871,00
VPL Total		R\$ 46.735,70
Taxa Interna de Retorno		21,21%

Fonte: 3A Soluções em Energia.

Os resultados desta pesquisa reforçam a ideia de que a energia fotovoltaica é viável para a agricultura familiar. Conforme a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar, 2024), desde 2012 a fonte solar já trouxe ao Brasil mais de R\$ 189,3 bilhões em novos investimentos, mais de R\$ 51,6 bilhões em arrecadação para os cofres públicos e gerou cerca de 1,1 milhão de empregos acumulados. Com isso também evitou a emissão de 47,7 milhões de toneladas de CO₂ na geração de eletricidade, e parte desse crescimento reflete-se na agricultura familiar (Absolar, 2024).

5 Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a viabilidade econômica e financeira de geração de energia solar em uma propriedade da agricultura familiar localizada em uma comunidade no interior do município de Erechim.

Os objetivos propostos neste artigo foram alcançados, pois o VPL e o *payback* do projeto de geração de energia solar em uma propriedade da agricultura foram apresentados. Além disso, a propriedade foi caracterizada, demonstrando que o investimento realizado vai reduzir os custos de produção da propriedade, permitindo o reinvestimento da economia em outras atividades e até mesmo a melhoria da qualidade de vida da família.

Este estudo oferece contribuições teóricas ao avançar a discussão sobre cooperativas de geração e distribuição de energia no contexto da agricultura familiar, um tema ainda pouco explorado na literatura. Ao integrar modelos de análise financeira (VPL, TIR e *payback*) a um caso prático, demonstra como o cooperativismo pode viabilizar projetos sustentáveis, reduzindo custos produtivos e fortalecendo a autonomia energética de pequenas propriedades. Empiricamente, os resultados comprovam a viabilidade do projeto solar: VPL de R\$ 46.735,70, TIR de 21,21% e *payback* de 2 anos e 8 meses, indicando não apenas rentabilidade, mas também potencial para reinvestimento em outras atividades e melhoria na qualidade de vida. Esses achados reforçam o papel das cooperativas como alternativa econômica e socioambiental, alinhando eficiência financeira a impactos locais positivos, essenciais para o desenvolvimento rural sustentável.

Futuros estudos podem considerar esse investimento por meio de financiamento. A partir de pesquisas em fontes oficiais e por meio de conversas com dirigentes de uma cooperativa de crédito do município de Ere-

chim, destaca-se que para a agricultura familiar existem algumas alternativas de crédito. Como exemplo, o Pronaf Investimento e o Mais Alimentos, com taxas de juro que variam de 2,5 a 6 % ao ano, com carência e até 10 anos de prazo para pagamento.

Esse tipo de investimento corresponde a uma alternativa que pode ser aplicada e viável para uma propriedade desse porte, que mostra a realidade de grande parte das famílias de agricultores familiares. Em um cenário de tantas incertezas para os agricultores, como as mudanças climáticas, secas, excesso de chuvas, ter um fator de redução de custos é muito importante, além de contribuir para a defesa e proteção do meio ambiente através de práticas mais sustentáveis de geração de energia. Por fim, este estudo busca colaborar com essa discussão na área da agricultura familiar, pois são raros os artigos encontrados de viabilidade econômica de energia solar na agricultura familiar.

Referências

ABSOLAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA. **Com 2 gigawatts adicionados neste ano, energia solar tem mais de R\$ 189,3 bilhões em investimentos**. 2024. Disponível em: <https://www.absolar.org.br/noticia/com-2-gigawatts-adicionados-neste-ano-energia-solar-tem-mais-de-r-1893-bil-em-investimentos/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

IBGE. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 7 set. 2024.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

ASSEF, R. **Guia prático de formação de preços**: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BARBIERI, J. C.; ÁLVARES, A. C. T.; MACHLINE, C. Taxa interna de retorno: controvérsias e interpretações. **Revista GEPROS**, v. 2, n. 4, p. 131, 2007.

BRASIL. **Lei n. 14.300, de 6 de janeiro de 2022**. Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114300.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 7 set. 2024.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Portal institucional**. 2023. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **FAO Brasil**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 7 set. 2024.

IRENA – INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY. **Record growth in renewables but progress needs to be equitable**. 2024. Disponível em: <https://www.irena.org/News/pressreleases/2024/Mar/Record-Growth-in-Renewables-but-Progress-Needs-to-be-Equitable-PT>. Acesso em: 2 ago. 2024.

KLIEMANN NETO, F. **Apostila de engenharia econômica e decisão multicritério**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Engenharia de Produção e Transporte, 2005.

LIMA, J. D. de. **Proposição de um sistema de planejamento da produção olerícola nas unidades de produção familiar**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

MARTINS, C. F. P. **Os modelos das demonstrações financeiras**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico do Porto.

MATTOS, C. *et al.* **Interações no agroecossistema como prática de construção coletiva do conhecimento agroecológico**. 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/168398/1/AMANCIO-interacoes-no-agroecossistema.pdf>. Acesso em: 7 set. 2024.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. **Portal institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br>. Acesso em: 2 ago. 2024.

PORTAL SOLAR. 2024. **Energia solar**: o que é, para que serve, como funciona e benefícios. Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/energia-solar>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RASOTO, A. *et al.* **Gestão financeira**: enfoque em inovação. Curitiba: Aymará, 2012. (Série UTFInova, v. 6).

ROESCH, S. M. A. **Como escrever casos para o ensino de administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D.; LAMB, R. O. **Fundamentos da administração financeira**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

- SANVICENTE, A. Z. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, K. R.; SOUZA, P. C. Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**, v. 3, n. 1, jan. 2011. ISSN 1984-6193.
- SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Decisões financeiras e análises de investimentos: conceitos, técnicas e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Implicações das mudanças climáticas no uso do seguro agrícola pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul

*Mateus Dall Agnol Klein
Zenicléia Angelita Deggerone*

1 Introdução

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2018, p. 544) define que “mudança climática é uma alteração no estado do clima que pode ser identificada (por exemplo, usando testes estatísticos) por mudanças na média e/ou, na variabilidade de suas propriedades e que persiste por um período prolongado, normalmente décadas ou mais”. As mudanças climáticas podem ser resultantes de processos internos naturais ou forçantes externos, como “modulações dos ciclos solares, erupções vulcânicas e mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso do solo” (IPCC, 2018, p. 544).

Essas alterações, segundo pesquisas elaboradas por Baccarin (2021), constataam que 70% dos produtores rurais já passam por dificuldades causadas por mudanças climáticas. Segundo Schepp (2023), o estado do Rio Grande do Sul enfrentou em 2023 vários eventos extremos que causaram um grande volume de chuvas. Essas mudanças impactaram de forma significativa a agricultura familiar, o que tem causado desigualdades nas condições de segurança alimentar, pois afeta o cultivo de alimentos, atingindo diversas regiões do estado.

A agricultura familiar é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como um componente essencial para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável em muitos países (FAO, 2010). Ainda de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo Agropecuário de 2017 identificou um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo 3.897.408 (76,8% do total) classificados como agricultura familiar,

considerando os critérios previstos na Lei nº 11.326 de 2006 e no Decreto nº 9.064, de 2017 (IBGE, 2019).

Diante da importância da agricultura familiar para a produção alimentar e do aumento da frequência e intensidade da ocorrência de eventos climáticos extremos tem se constatado a ocorrência de sinistros no setor agrícola. E nessas situações as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar procuram minimizar os impactos sociais da perda de rentabilidade da atividade agrícola, que tem sido provocada pelas mudanças climáticas.

Um dos principais instrumentos de mitigação dos prejuízos na agricultura é o seguro rural, que oferece aos agricultores familiares uma rede de segurança financeira, ajudando a proteger suas operações contra as incertezas associadas às condições climáticas adversas e imprevisíveis (estiagens, inundações, tempestades, granizo, geadas, etc. [Bellen, 2016]).

Nos anos de 2022 e 2023, o Brasil foi marcado por chuvas fortes, inundações e secas no país, que afetaram diretamente 5,8 milhões de brasileiros, de acordo com um levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2023). A Emater/RS-Ascar apresentou em seu relatório que 198 municípios tiveram perdas no setor agropecuário, e 115 deles decretaram situação de emergência em 12 regiões administrativas da Emater/RS-Ascar. O número de localidades atingidas foi de 3.220, e o de propriedades afetadas foi de 72.318 (EMATER/RS-ASCAR, 2024).

As principais culturas de grãos afetadas foram trigo, soja, milho, milho silagem e arroz. Os prejuízos nas áreas de produção atingiram 120,6 mil hectares com uma estimativa de perda de mais de 205 mil toneladas. As perdas nas lavouras de soja foram reportadas por 4.006 produtores, afetando 83,5 mil hectares. Nas lavouras de milho foram perdidas 131,6 mil toneladas em 67,4 mil hectares, prejudicando 10.302 agricultores. Os danos ainda atingiram cultivos frutíferas, pastagens e pecuária no estado (EMATER/RS, 2023).

Diante desses eventos extremos que têm acontecido em todo o Brasil, este estudo tem como questões orientadoras responder: Quais são as culturas agrícolas mais impactadas pelas mudanças climáticas? Como o seguro agrícola tem auxiliado os agricultores familiares no enfrentamento aos eventos extremos? Com base nessas questões orientadoras, o objetivo geral deste estudo é apresentar um panorama geral do uso do seguro agrícola pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul no ano agrícola de 2022/2023.

Este capítulo de livro está organizado em cinco seções para apresentar os elementos centrais do estudo. A primeira seção contextualiza o tema,

enquanto a segunda aborda o tema das mudanças climáticas e o acesso ao seguro agrícola pela agricultura familiar. Em seguida, a terceira seção descreve a metodologia utilizada. A quarta seção apresenta os impactos das mudanças climáticas sobre a produção agroalimentar no estado do Rio Grande do Sul, as principais culturas agrícolas financiadas, o acesso ao seguro agrícola e a importância dessa política pública para a agricultura familiar. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações e recomendações do trabalho.

2 Mudanças climáticas e os seus impactos sobre a agricultura familiar

As mudanças climáticas têm impactado significativamente a agricultura familiar em todo o mundo, representando desafios crescentes para os agricultores que dependem de práticas tradicionais e de recursos limitados. Esses impactos afetam não apenas a produção de alimentos, mas também a segurança alimentar e econômica das comunidades rurais.

Um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar devido às mudanças climáticas é a crescente variabilidade climática. Eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, inundações repentinas, tempestades e mudanças nos padrões de chuva, tornam-se mais frequentes e imprevisíveis. Essas condições climáticas adversas podem resultar em perdas significativas de colheitas, comprometendo a subsistência e os meios de vida dos agricultores familiares (Pimentel, 2020).

Além disso, as mudanças climáticas também afetam a disponibilidade de água, um recurso essencial para a agricultura. O aumento da temperatura e a irregularidade nas precipitações podem levar à escassez de água, impactando diretamente a irrigação e a produção agrícola. Isso exige que os agricultores adotem práticas mais eficientes de gestão da água e busquem sistemas de irrigação sustentáveis.

A questão da segurança agrícola também é agravada pelas mudanças climáticas. As flutuações climáticas imprevisíveis tornam mais difícil para os agricultores se anteciparem e se adaptarem às condições em evolução. Isso cria uma necessidade crescente de estratégias de seguro agrícola que forneçam proteção financeira contra perdas relacionadas ao clima (Ferreira, 2020).

Os governos, organizações não governamentais e instituições financeiras têm um papel crucial em apoiar os agricultores familiares diante des-

ses desafios. A implementação de políticas de adaptação às mudanças climáticas, o acesso a tecnologias sustentáveis e a criação de programas de seguro agrícola são medidas importantes para fortalecer a resiliência da agricultura familiar (Milhorange, 2020).

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) é formado por um conjunto de análises que elaboram Relatórios de Avaliação abrangentes acerca do estado científico, técnico e socioeconômico das mudanças climáticas, seus impactos e riscos. Também apresenta as melhores formas de diminuir a aceleração das mudanças climáticas (IPCC, 2018, 2023).

Em 2023, o relatório apresentado pelo IPCC trouxe a informação de que “se a subida da temperatura do globo terrestre ultrapassar 1,5 °C, ecossistemas inteiros nas regiões polares, costeiras e montanhosas vão desaparecer para sempre. Mesmo com um aquecimento de 1,5 °C, entre 3% e 14% de todas as espécies terrestres já vão enfrentar um risco muito elevado de extinção” (IPCC, 2023).

Maruyama (2009) menciona que o clima no planeta é regido por uma série de outros fatores que os modelos de previsão utilizados para projeção do clima não conseguem quantificar, pois são elementos simplesmente imensuráveis; dentre eles: atividade solar, campo magnético, eixo de inclinação da terra, radiação cósmica, gases de efeito estufa e erupções vulcânicas documentaram que muitas políticas públicas para a agricultura familiar estão voltadas apenas para o fomento do caráter produtivo não sustentável, e isso reduz as chances dessas comunidades se tornarem resilientes às mudanças climáticas, que têm causado impactos cada vez mais alarmantes em diversas regiões do planeta.

Oliveira e Sangalli (2019), por exemplo, descrevem que as políticas públicas geralmente preveem o incentivo de crédito rural, fortalecendo o modelo produtivo da monocultura e a modernização adotada no modelo agrícola, enquanto o caráter ambiental no leque da sustentabilidade é pouco evidenciado.

Nesse sentido, Neves, Chang e Pierri (2015), ao analisarem políticas públicas de enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil à luz da sustentabilidade, constataram que as políticas climáticas brasileiras, apesar de ser um movimento inicial, ainda eram muito tímidas e com diversos tipos de limitação à sua operacionalização. Contudo, esses estudos eram limitados em relação ao universo de diversificação da agricultura familiar ou não

se concentraram em um mapeamento completo das políticas públicas relacionadas.

2.1 Implicações climáticas e o acesso às políticas públicas de crédito agrícola

As políticas públicas de crédito agrícola voltadas especificamente para o público da agricultura familiar envolvem linhas de financiamento, a juros subsidiados, de projetos que objetivem a geração de renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária com foco no custeio da safra, na atividade agroindustrial ou no investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura. Já as políticas de seguro agrícola relacionam-se à proteção dos agricultores familiares contra perdas de produção causadas por fenômenos adversos da natureza, de forma a assegurar o financiamento tomado e a renda.

O financiamento da agricultura familiar por meio de políticas públicas específicas parte essencialmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mantido pelo governo federal. Os recursos disponibilizados para os financiamentos do Pronaf são apresentados anualmente à sociedade por meio do Plano Safra da Agricultura Familiar para aquele ano agrícola, que inicia em julho e termina em junho do ano seguinte.

Entre as políticas públicas, duas estão voltadas para atenuar os riscos na agropecuária brasileira, sendo: o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que exonera os beneficiários do cumprimento de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio e indeniza produtores pelos recursos próprios utilizados nas despesas operacionais em caso de perdas decorrentes de eventos climáticos; e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em que o governo concede subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, reduzindo o custo das apólices para os agricultores que aderem ao programa.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) é um programa do governo federal que visa isentar o produtor rural de obrigações financeiras relativas aos financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura assistida tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle (BACEN, 2024d).

O Proagro possui duas modalidades: 1) o Proagro Mais, que atende os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agri-

cultura Familiar (Pronaf); 2) o Proagro, que atende os demais agricultores. As normas que regulamentam as duas modalidades são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) (BACEN, 2024).

As atividades agrícolas amparadas pelo Proagro devem estar previstas nas condições do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) de acordo com os tipos e culturas especificados pela resolução nº 4.418/2015 (BACEN, 2018).

Os empreendimentos efetivamente enquadrados no Proagro estão cobertos na forma regulamentar e segundo expressa manifestação do encarregado dos serviços de comprovação de perdas ou da assistência técnica, sem prejuízo da observância de exceções previstas, para as seguintes causas (BACEN, 2018): a) nas operações de custeio agrícola: chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios, doença ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequíveis; b) nas operações de custeio pecuário: perdas decorrentes de doença sem método difundido de combate, controle ou profilaxia.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), instituído pela Lei nº 10.823/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.121/2004, tem como objetivo principal garantir a estabilidade da renda do produtor rural e fomentar a modernização do setor agrícola através da utilização de tecnologias adequadas (BRASIL, 2004).

O PSR tem em suas diretrizes entre outros elementos: i) promover a universalização do seguro rural; e ii) assegurar o papel do seguro rural como mitigador dos efeitos dos riscos climáticos das atividades agropecuárias, atuando como um instrumento para a estabilidade da renda agropecuária (BRASIL, 2004).

O programa sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) funciona subsidiando parte dos custos financeiros da contratação de seguros rurais para produtores físicos ou jurídicos que cultivam ou produzem espécies cobertas pelo seguro.

De acordo com Oliveira, Perosa e Saiani (2023), o seguro rural segue a mesma lógica de outros seguros, estabelecendo-se a partir da contratação de uma apólice que estabelece as condições para o pagamento de uma indenização caso o sinistro (ex. uma quebra de safra) seja constatado. Dessa forma, é possível garantir que ao menos parte das perdas do agricultor seja mitigada e, assim, que este possa honrar com os compromissos financeiros, como o pagamento de crédito tomado antes da safra.

Os percentuais de subvenção variam conforme a modalidade (agrícola, pecuária, florestal), o tipo de seguro (custeio, produtividade, receita) e a forma de contratação das coberturas com limites máximos estabelecidos anualmente. O produtor pode receber subvenções para mais de uma modalidade, respeitando os limites definidos. No entanto, não é permitida a subvenção de lavouras com operações de crédito enquadradas no Proagro.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) constituem importantes ferramentas que possibilitam segurança aos agricultores familiares. Contudo, com o aumento dos eventos climáticos adversos, como estiagem prolongada, chuvas torrenciais, granizo e geada, tem se constatado um aumento substancial no volume de indenizações no seguro rural. Por isso, ambas as ferramentas desempenham um papel muito importante na adaptação e mitigação dos riscos climáticos para os agricultores familiares, proporcionando estabilidade financeira e incentivando práticas agrícolas resilientes.

3 Aspectos metodológicos

Para identificar e apresentar um panorama geral do uso do seguro agrícola pela agricultura familiar no Rio Grande do Sul no ano agrícola 2022/2023 será adotada uma pesquisa exploratória e descritiva (Gil, 2022). Já a classificação da natureza da pesquisa foi a abordagem quali-quantitativa (Gil, 2022).

Os procedimentos técnicos utilizados para apurar as informações foram compostos por uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem o intuito de agrupar informações e dados que ajudaram na construção de análises e investigações (Knechtel, 2014), quando foram usados artigos, dissertações, teses e livros publicados sobre o tema. Já a pesquisa documental buscou reunir informações (dados) sobre o tema em documentos que exigem a análise para a produção do conhecimento (Knechtel, 2014). Os dados documentais foram apurados junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), Atlas Digital de Desastres no Brasil

As informações que foram coletadas através da pesquisa documental e bibliográfica foram analisadas por meio da análise documental. De acordo com Lüdke e André (2015), a análise documental busca identificar as informações factuais nos documentos a partir das questões orientadoras da pesquisa.

4 Eventos climáticos extremos e o acesso ao seguro agrícola

Os agricultores familiares vêm enfrentando adversidades climáticas, haja vista os efeitos do aquecimento global. Durante a safra 2021/2022 ocorreram perdas expressivas, especialmente nas culturas de soja e milho no estado do Rio Grande do Sul, que foram duramente afetadas pelo fenômeno *La Niña*. No primeiro semestre de 2022, os meteorologistas da Climatempo já previam que boa parte das regiões do estado seria impactada por esses fenômenos com uma alta probabilidade de persistência em 2023 (CLIMATEMPO, 2022).

O Rio Grande do Sul, em particular, foi severamente impactado, resultando em uma redução significativa da produtividade agrícola e em grandes prejuízos aos agricultores familiares no sul do Brasil. Segundo o Atlas Digital de Desastres, o estado do Rio Grande do Sul apresentou de 1993 a 2023 a ocorrência de 8.305 eventos, sendo que 3.844 ocorreram entre 2013 e 2023, o que evidencia uma intensificação da frequência desses eventos (BRASIL, 2024b).

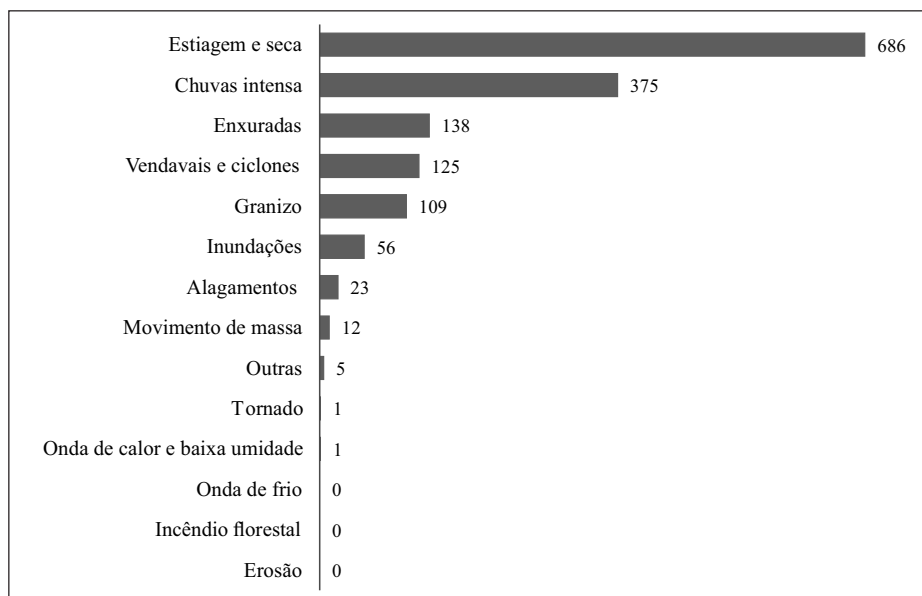
A Figura 1 apresenta os principais eventos extremos que aconteceram no estado do Rio Grande do Sul, que acabaram comprometendo o desenvolvimento das culturas agrícolas e provocaram danos à infraestrutura rural. De acordo com os dados apurados pelo Atlas Digital de Desastres no Brasil (2022-2023), no estado do Rio Grande do Sul foi constatada a ocorrência de estiagens (686), chuvas intensas (375)¹, enxurradas (138)², vendavais (125) e granizo (109) como sendo os principais eventos que acabaram causando vários prejuízos para os agricultores familiares (BRASIL, 2024b).

Diante do cenário de intensificação dos eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, conforme apontado pelo Atlas Digital de Desastres (BRASIL, 2024a), a agricultura familiar no estado torna-se cada vez mais vulnerável. As perdas de produção, os danos materiais e os impactos socioeconômicos decorrentes de secas, enchentes, granizo e outros eventos climáticos representam um desafio crescente para os agricultores familiares.

¹ A chuva intensa é caracterizada por uma precipitação elevada em um curto período de tempo. Geralmente considera-se chuva intensa quando a taxa de precipitação é superior a 30mm em uma hora.

² A enxurrada é o escoamento rápido das águas pluviais sobre a superfície do solo; esse fenômeno ocorre quando o solo não consegue absorver toda a água da chuva, levando à formação de correntes rápidas que podem causar erosão, alagamentos e danos à infraestrutura.

Figura 1 – Tipo de desastres e número de ocorrências
no Rio Grande do Sul (2022-2023)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil (2022-2023).

Nesse contexto, o Seguro Agrícola, em particular o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), emerge como um instrumento fundamental para mitigar os riscos e garantir a sustentabilidade da atividade agrícola.

No Rio Grande do Sul, as culturas financiadas e com cobertura do Proagro permaneceram consistentes nos últimos anos, conforme dados presentes na Tabela 1. Essa tabela apresenta o número de adesões (ha), contratos e valores de cobertura no Rio Grande do Sul, entre 2018 a 2023.

Tabela 1 – Adesões (ha), contratos e valores de cobertura no Rio Grande do Sul, de 2018 a 2023

Ano Agrícola	Contratos Aderidos (nº x mil)	Hectares Amparados (ha)
2018/2019	136.597	2.256.768
2019/2020	137.460	2.369.043
2020/2021	142.758	2.389.752
2021/2022	146.360	2.173.093
2022/2023	177.030	2.652.948

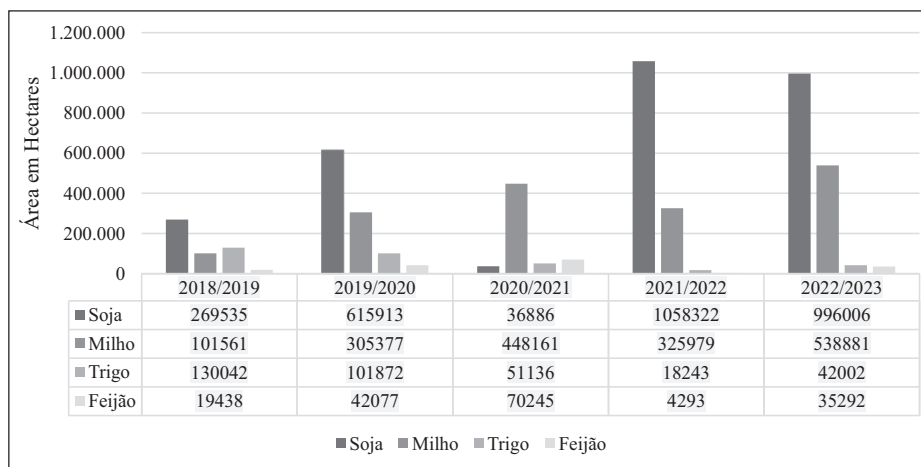
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo Bacen (2024a,b).

Os dados revelam que o Rio Grande do Sul teve um crescente aumento no número de contratos, que passou de 136.597 contratos no ano agrícola 2018/2019 para 177.030 em 2022/2023. Esses valores revelam um crescimento de 29,6% no número de contratos de seguro agrícola em relação ao período inicial. A área amparada, por sua vez, acompanha o crescimento do número de contratos, com exceção do ano agrícola 2021/2022, que apresentou uma leve redução; entretanto, mesmo assim, ocorreu um crescimento de 17,55% em relação ao ano agrícola 2018/2019.

Esse crescimento em relação ao número de contratos, áreas (hectares) e valores financeiros reflete o aumento da ocorrência de eventos extremos causados pelas mudanças climáticas. Entre as principais culturas agrícolas financiadas constatou-se que a soja, o milho, o trigo e o feijão foram as principais culturas agrícolas que tiveram o registro de sinistros agrícolas (Figura 2) no estado do Rio Grande do Sul nas safras de 2018 a 2023.

De acordo com a Figura 2, no ano agrícola 2022/2023 foi constatado que a cultura da soja teve cerca de 999.006 hectares afetados no estado, o que representa uma redução de 5,7% em relação ao ano agrícola anterior, embora a área plantada tenha aumentado. Isso se justifica pelo fato de que as condições climáticas foram favoráveis. A cultura do milho teve um aumento significativo se comparado com o período anterior, representando um acréscimo na sinistralidade de aproximadamente 65%, proveniente da condição climática de *La Niña*, que, embora a sinistralidade tenha sido elevada, a produção em si teve um aumento superior a 9%.

Figura 2 – Área e as principais sinistralidades de grãos no RS nas últimas safras (em hectares) – 2018 a 2023

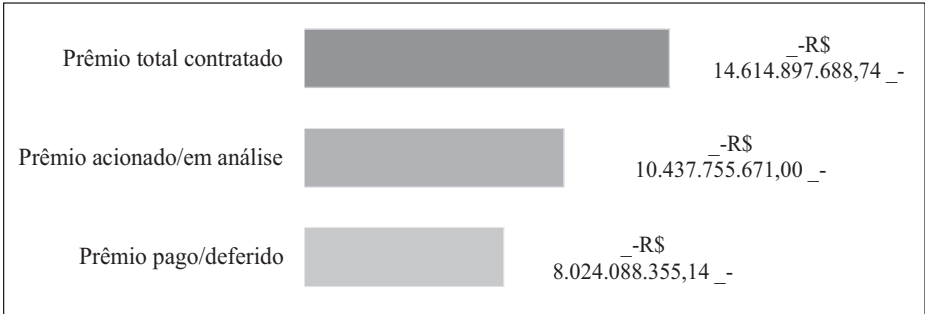


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo Bacen (2024a,b).

O trigo, por sua vez, teve um aumento na sinistralidade também de uma forma considerável, aproximando-se de 135% em relação à safra anterior; o que se justifica é a proliferação de pragas e temperaturas desfavoráveis, embora a área plantada tenha aumentado em 11%. E, por fim, a cultura do feijão apresentou um aumento recorde em relação às demais culturas de grãos no estado com um aumento de 820% sobre o número de sinistros da safra passada, um dado que se justifica pelos desafios climáticos.

Essas informações tendem a confirmar que, nos últimos anos, houve um aumento no número de sinistros que afetaram as culturas agrícolas financiadas. Esses acontecimentos implicam diretamente o acesso ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). A Figura 3 apresenta os dados de acesso ao Proagro no Rio Grande do Sul na safra 2022/2023.

Figura 3 – Dados do Proagro no Rio Grande do Sul na safra 2022/2023



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo Bacen (2024a,b).

Os dados presentes na Figura requerem a análise sobre três indicadores, sendo:

1. Prêmio contratado: O prêmio total contratado atingiu a cifra de R\$ 14.614.897.688,74. Esse valor representa o montante total pago pelos agricultores familiares para aderir ao Proagro e garantir a cobertura para suas lavouras;

2. Prêmio Acionado/em Análise: O prêmio acionado ou em análise totalizou R\$ 10.437.755.671,00. Esse montante refere-se aos casos em que os agricultores familiares acionaram o Proagro para solicitar indenização por perdas de produção, seja por eventos climáticos adversos, pragas ou doenças.

3. Prêmio Pago/Deferido: O prêmio pago ou deferido alcançou o montante de R\$ 8.024.088.355,14. Esse valor representa o montante efetivamente pago aos agricultores familiares que tiveram seus pedidos de indenização aprovados.

O pagamento dos prêmios demonstra a importância do Proagro como instrumento de proteção financeira, garantindo a recomposição de perdas e a continuidade da atividade agrícola. Nesse contexto, o Proagro garante a indenização em caso de perdas e permite que os agricultores familiares se recuperem financeiramente para continuar produzindo. Essa segurança é muito importante para a resiliência da agricultura familiar frente aos desafios impostos pelo clima.

Diante da crescente recorrência e intensidade de eventos climáticos extremos, aprimorar o Proagro é muito importante, pois os agricultores familiares precisam de apoio institucional para continuar na atividade agro-

pecuária. Desse modo, é fundamental que o programa evolua e incorpore mecanismos que incentivem a adoção de práticas de manejo sustentável e a diversificação da produção, fortalecendo a capacidade dos agricultores familiares de se adaptar às mudanças climáticas e garantindo a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

5 Considerações finais

A análise dos dados do Rio Grande do Sul evidencia a crescente vulnerabilidade da agricultura familiar frente à intensificação dos eventos climáticos extremos, um cenário agravado pelos efeitos do aquecimento global. As significativas perdas nas culturas de soja, milho, trigo e feijão, impulsionadas por fenômenos como *La Niña* e pelo aumento da frequência de estiagens, chuvas intensas, enxurradas, vendavais e granizo, sublinham a urgência de mecanismos de proteção eficazes.

Nesse contexto, o Proagro demonstra ser um instrumento muito importante, como atesta o aumento da adesão e dos valores de cobertura no estado. Contudo, a elevação da sinistralidade, especialmente em culturas essenciais, e a expressiva quantia de prêmios acionados reforçam a necessidade de aprimoramentos contínuos no programa. É imperativo que o Proagro evolua para oferecer uma cobertura mais abrangente e ágil, além de incentivar práticas agrícolas resilientes, garantindo, assim, a sustentabilidade econômica e ambiental da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e em outras regiões igualmente suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas.

Referências

BRASIL. **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Mapa interativo. Brasília: MDR, 2024b. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/index.xhtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004**. Regulamenta a Lei n. 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do

Seguro Rural e dá outras providências. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5121.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Adesões (ha), contratos e valores de cobertura**. 2024a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/proagro>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Quantidade e Valor das Adesões e Sinistros por Região, UF e Produto**. 2024b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/proagro>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária**. Resumo De Instruções Para O Beneficiário. 2024d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/proagro_docs/-resumo_instrucoes_Proagro.pdf Acesso em: 18. ago. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Resumo de Instruções ao beneficiário**: Atualização nº 9, de 26 de julho de 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/proagro_docs/resumo_instrucoes_Proagro.pdf. Acesso em: 8 ago. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Atualização MCR 651, de 3 de julho de 2018. Acesso em: 10 de ago. 2024.

BELEM, R. da C. **Brasil: Seguro agrícola subsidiado no Rio Grande do Sul**: análise de uma experiência em política pública para a Agricultura familiar. 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/538>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BACCARIN, G. **Brasil: Sistema de Produção Agrícola do Brasil**: Características e Desempenho, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/rural/josegiacomobaccarin1559/.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

CLIMATEMPO. **La Niña: atualização prevê fenômeno até o final de 2022**. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/noticia/2022/05/12/la-nina-atualizacao-preve-fenomeno-ate-o-final-de-2022>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNA. **5,8 milhões de brasileiros foram afetados pelas chuvas e secas em 2023**. 2023. Disponível em: <https://cnm.org.br/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

EMATER/RS-ASCAR. **Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**. Porto Alegre, RS, 2024. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FERREIRA, F. A. S. **Sobreviver ao antropoceno**: análise crítica às estratégias europeia e portuguesa de adaptação às alterações climáticas. Lisboa: Iscte, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Alimentação saudável para todos, com base no desenvolvimento agrícola sustentável**. 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1195611/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. **Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e respectivas trajetórias de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança do clima, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza**. 2018. Disponível em: https://transparency-partnership.net/system/files/document/aquecimento_global_de_15degc_-_portuguese_version.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. **Mudanças Climáticas e Terra**: Relatório Especial do IPCC sobre Mudanças Climáticas, Desertificação, Degradação da Terra, Gestão Sustentável da Terra, Segurança Alimentar e Fluxos de Gases de Efeito Estufa em Ecossistemas Terrestres. Cambridge University Press: Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA, 2023. Disponível em: www.cambridge.org/97810-09158015. Acesso em: 18 ago. 2024.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARUYAMA, S. SUGUIO, K. **Aquecimento global?** São Paulo: Oficina de Textos. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/2874f065-e153-40e4-a774-143b303538e5/1797694%20Obra%20Completa%2C%20pdf.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

NEVES, F. M.; CHANG, M.; PIERRI, N. As estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas expressas nas políticas públicas federais do Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 34, 2015. DOI: 10.5380/

dma.v34i0.37739. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/37739>. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. L. A.; SANGALLI, A. R. Políticas públicas para agricultura familiar e as interfaces com o referencial global das mudanças climáticas. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2019. <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v17i1.4990>.

OLIVEIRA, W. T. de; PEROSA, B.; SAIANI, C. Segurança hídrica, produtividade agrícola e programa de subvenção ao prêmio do seguro rural (PSR): evidências para os municípios brasileiros. In: Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...** Piracicaba(SP) ESALQ/USP, 2023.

POSSAMAI, R.; SERIGATI, F. Cooperativas são relevantes no crédito, mas não no seguro rural. **AgroANALYSIS**, p. 15-16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/89746/84262>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PIMENTEL, L. A. dos S. **A influência das mudanças climáticas nas migrações forçadas**: gatilhos, vulnerabilidade, arranjos normativos e institucionais. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-23072020-081804/en.php>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SCHEPP, C. **Agricultura Familiar diante das mudanças climáticas**: desafios e estratégias de adaptação. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora/2023/12/08/agricultura-familiar-diante-das-mudancas-climaticas-desafios-e-estrategias-de-adaptacao>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Avanços socioprodutivos gerados pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em propriedades rurais familiares no município de Jacutinga/RS

*Darlan Luis Lodéa
Karine Daiane Zingler*

1 Introdução

O crédito rural é um dos principais motores para o desenvolvimento de um país, pois oferece as condições necessárias para que os projetos dos agricultores se tornem realidade. No entanto, se um projeto não for conduzido adequadamente, o crédito transforma-se em pouco mais do que um pedaço de papel sem utilidade; pode tornar-se um grande problema, podendo levar às propriedades dificuldades financeiras transformando-se em uma dívida. Esse cenário destaca a importância de uma gestão sustentável e eficiente dos recursos financeiros. Na agricultura, especialmente para os agricultores familiares, o crédito rural desempenha um papel crucial na geração de trabalho, renda e pesquisa. Através dele inúmeros projetos podem ser desenvolvidos utilizando os recursos disponíveis na propriedade e o capital social já existente na comunidade agrícola. Esses projetos podem abranger desde a modernização das técnicas de cultivo até investimentos em infraestrutura e diversificação de culturas. Assim, o crédito rural não apenas impulsiona o crescimento econômico das áreas rurais, mas também promove a inovação e o desenvolvimento sustentável do setor agrícola (Bittencourt, 2003).

No Brasil, os agricultores familiares sempre tiveram pouco acesso ao crédito rural, seja em função da concentração fundiária, que contribuiu para gerar a grande desigualdade social, ou na concentração do poder político, que definiu os grupos sociais a serem privilegiados com as políticas públicas. O acesso ao crédito pela população rural também é limitado, tan-

to pela própria inexistência de instituições financeiras em muitos municípios brasileiros como pelo pouco interesse dos bancos em operar com populações de baixa renda, especialmente os agricultores, porque normalmente possuem um fluxo de renda irregular ao longo do ano (Bittencourt, 2003).

Na década de 1960, o governo, ao expandir o acesso dos agricultores a serviços financeiros, limitou-se ao crédito rural, centralizando essa função nos bancos públicos federais. Essas instituições financeiras, apesar de ter cumprido um importante papel no desenvolvimento da agricultura, não são as mais adequadas para trabalhar com populações de baixa renda, pois seu custo operacional é alto e estão cada vez mais voltadas para a rentabilidade econômica, atuando praticamente como bancos privados. Nunca houve por parte do governo um apoio concreto para a criação de instituições financeiras voltadas à população de baixa renda e que pudessem levar ao meio rural outros serviços financeiros, como poupança e outras modalidades de crédito, como ocorreu em países que estimularam, por exemplo, a constituição de sistemas de crédito cooperativo, bancos locais ou rurais e poupança visando atender este segmento da população (Bittencourt, 2003).

O tema “Sustentabilidade” vem a cada dia sendo discutido, embora vem causar várias visões políticas distintas, em que várias organizações mundiais possuem como foco principal e elaboram quadros estratégicos futuros com vários temas; segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2024), está focada em quatro melhorias abordando melhorar a produção, garantir padrões sustentáveis de produção e consumo, meios para que cadeias de abastecimento alimentar e agrícola sejam eficientes e inclusivas em níveis local, regional e global. Isso deve assegurar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares diante das mudanças climáticas e ambientais.

Melhorar a nutrição, eliminando a fome, alcançando a segurança alimentar e promovendo uma nutrição de qualidade em todas as suas formas. Isso inclui a promoção de alimentos nutritivos e o aumento do acesso às dietas saudáveis. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e marinhos, além de combater as alterações climáticas através da redução, reutilização, reciclagem e gestão de resíduos. Isso deve ser feito por meio de sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. Fomentar o crescimento econômico inclusivo, reduzindo as desigualdades entre áreas urbanas e rurais, países ricos e pobres e entre homens e mulheres (FAO, 2024).

O presente trabalho pretende responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são os impactos em termos de sustentabilidade que o Pronaf tem gerado nas propriedades da agricultura familiar do município de Jacutinga, RS? A pesquisa foi realizada por meio de busca bibliográfica e aplicação de questionário eletrônico, contemplando várias perguntas objetivas e uma descritiva voltadas ao contexto Pronaf versus sustentabilidade, visando compreender o perfil e a visão de futuro dos agricultores nas diferentes atividades.

2 Fundamentação teórica

O Pronaf, instituído em 1995, revolucionou o acesso ao crédito para a agricultura familiar brasileira, impulsionando o desenvolvimento rural. Seus impactos são diversos e abrangentes, como o aumento da produção de alimentos básicos (frutas, hortaliças, leite), a geração de milhões de empregos no campo, a melhoria da renda dos agricultores e a preservação do meio ambiente. No entanto, o programa ainda enfrenta desafios, como a burocracia e a necessidade de ampliar o acesso ao crédito para pequenos produtores (Gazzola, 2017).

A expansão do Pronaf esteve associada à criação de linhas no âmbito do programa voltadas a finalidades específicas. Foram criadas, entre outras, as linhas Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia e Pronaf Mais Alimentos. Iniciada no ano-safra 2008-2009, a linha Pronaf Mais Alimentos tem sido muito utilizada para a compra de tratores por ter um limite de crédito mais elevado (R\$ 130 mil, segundo as regras para o ano-safra 2010-2011) (De Conti, 2011).

Os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar são os agricultores e produtores rurais que fazem parte de unidades familiares de produção rural. Eles devem comprovar sua elegibilidade apresentando uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou um documento Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (CAF) válido. Além disso, esses agricultores devem ter obtido uma renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal que precede a solicitação da DAP ou do CAF de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Essa renda pode ser proveniente de atividades desenvolvidas tanto dentro quanto fora do estabelecimento rural e ser recebida por qualquer membro da família (MCR, 2024).

Desde a sua institucionalização com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, o crédito rural tem desempenhado um papel crucial como um instrumento do Estado para impulsionar diversos aspectos da agricultura. Ele visa não apenas fomentar a produção de alimentos, mas também modernizar os processos produtivos, aumentar a produção e a produtividade e promover o desenvolvimento rural como um todo; essa missão ganha ainda mais relevância com a presença ativa de cooperativas e organizações comprometidas com a agricultura familiar. A participação dessas entidades fortalece e amplia os impactos positivos do crédito rural, proporcionando suporte vital aos agricultores familiares, promovendo a inclusão socioeconômica e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Büttenbender *et al.*, 2022).

No início de sua criação, o crédito rural era restrito e predominantemente utilizado pela agricultura de grande escala, beneficiando latifundiários, enquanto a agricultura familiar, que hoje compreende a maioria dos agricultores, era largamente negligenciada pelos governos, especialmente na década de 1980. Os agricultores familiares enfrentaram uma realidade em que a maior parte do trabalho era manual e exigia grande esforço físico. Eles frequentemente recorriam à prática dos “pucheirões”, em que cada agricultor ajudava seus vizinhos por um período determinado, colaborando em um ciclo contínuo de trabalho nas propriedades. A tração animal era amplamente empregada nesse contexto. Diante da crescente pressão desses agricultores e dos movimentos sociais, o governo federal criou há 29 anos atrás, em 1995, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este programa foi um marco como o primeiro esforço institucional para apoiar os agricultores familiares. O Pronaf abriu acesso ao crédito para agricultores, posseiros, arrendatários e colonos da época, proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento econômico e social (Grisa, 2012).

Pesquisas dessa natureza desempenham um papel crucial ao oferecer uma compreensão mais profunda sobre as práticas e a implementação das políticas públicas de crédito, bem como sobre as ações do cooperativismo em suas diversas formas de organização e atuação. Elas enriquecem nossa compreensão da dinâmica empírica experimentada pela sociedade durante a implementação efetiva dos programas e ações destinados a promover o desenvolvimento, além de contribuir para validar a importância das estratégias cooperativistas e das políticas de crédito, bem como dos programas

de inclusão social e geração de renda; esses estudos também reforçam a necessidade de uma integração mais ampla com iniciativas nacionais e internacionais. Esse aspecto culmina na geração de novas reflexões propositivas que visam valorizar e garantir a sustentabilidade tanto presente quanto futura da vida em comunidade (Büttenbender *et al.*, 2022).

3 Metodologia

Este trabalho foi realizado com informações baseadas em artigos científicos da área, livros, pesquisa feita junto aos agricultores familiares tomadores de crédito e foi introduzido por meio de questionário eletrônico abrangendo vários temas, tais como tamanho da propriedade, mão de obra utilizada, atividades desenvolvidas, linhas de crédito Pronaf acessadas, investimentos que já foram financiados nos últimos anos, também se o Pronaf trouxe benefícios ou melhorias em sua propriedade rural, na questão social, ambiental e renda, dificuldades ou aspectos negativos do programa, também perguntas nos aspectos de sucessão familiar, assistência técnica, questionamentos no tema que abrange a sustentabilidade quanto à rotação de cultura, uso de tecnologias de floresta preservada, cadastro ambiental rural, desafios da propriedade e como o agricultor enxerga o tema “Sustentabilidade”.

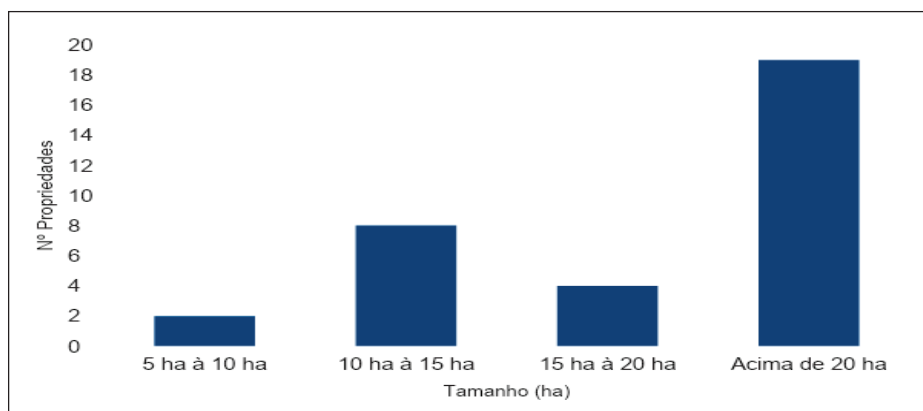
A pesquisa foi aplicada em 33 estabelecimentos rurais, sendo que o município possui com base nas informações do último Censo Agropecuário 328 estabelecimentos rurais, onde foi estabelecida uma diversidade de propriedades, tentando contemplar todas as comunidades rurais do município de Jacutinga, RS. O questionário foi aplicado via plataforma Google Formulário enviado via *whatsapp*, contemplando 24 perguntas, sendo 23 objetivas e 1 pergunta descritiva, aplicadas no dia 15 do mês de agosto de 2024 até 02 de setembro de 2024; os dados coletados foram transformados em gráficos e tabelas para facilitar a interpretação da pesquisa qualitativa.

4 Resultados e discussões

O tamanho da propriedade rural é uma das principais questões para iniciar a caracterização do estudo. No questionário eletrônico foi abordada a pergunta sobre o tamanho da propriedade em hectares. Vale ressaltar que um hectare corresponde a 10.000 metros quadrados. Conforme mostrado

no Gráfico 1, a maioria das propriedades analisadas possui áreas superiores a 20 hectares em 19 propriedades, enquanto as menores variam entre 5 e 10 hectares; foram constatadas duas propriedades de 10 a 15 hectares e 8 propriedades de 15 a 20 hectares em 4 propriedades. O que demonstra uma grande diferença de tamanho de áreas entre as mesmas. A maioria das propriedades possui mais de um módulo fiscal, sendo que para o município de Jacutinga, RS, 1 (um) módulo fiscal representa 20 (vinte) hectares, ou seja, a pesquisa foi aplicada em pequena propriedade, imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais.

Gráfico 1 – Tamanho das propriedades rurais pesquisadas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

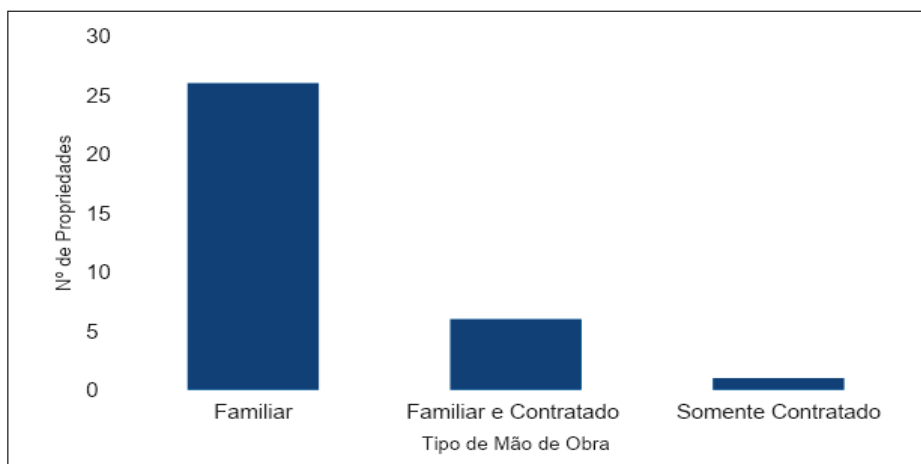
Os resultados desta pesquisa evidenciam uma grande desigualdade no tamanho das propriedades rurais. Enquanto a maioria das propriedades possui mais de 20 hectares, um número reduzido de propriedades apresenta áreas menores do que 15 hectares. Essa diferença pode ter implicações significativas para as práticas agrícolas, possibilidades de escala de produção e consequentemente a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Considerando a crescente importância dos custos de produção, a pesquisa analisou a composição da mão de obra nas propriedades familiares. O objetivo foi identificar a proporção de mão de obra familiar em relação à mão de obra contratada e avaliar o impacto dessa composição nos custos de produção.

Conforme visualizamos no Gráfico 2, a maior parte das propriedades possui mão de obra somente familiar, correspondendo a 78,8% da amostra.

tra, e 18,2 % possuem mão de obra contratada e familiar e 3% da amostra somente mão de obra contratada.

Gráfico 2 – Tipo de mão de obra utilizada na propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

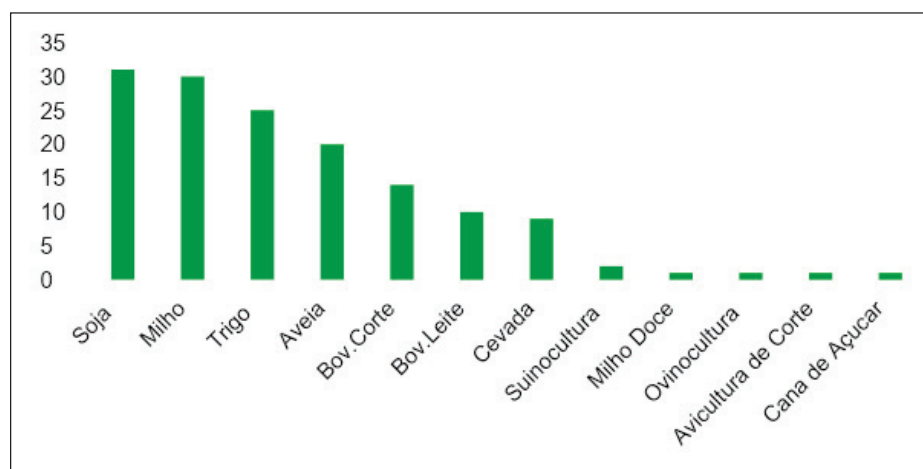
As principais atividades agrícolas do município de Jacutinga/RS são cultivos de grãos e cereais, e na atividade pecuária é a criação de animais, dentre eles bovinos, aves, suínos; anos atrás, a criação de animais era, em grande maioria, presente em todas as propriedades, onde era uma segunda atividade e consequentemente uma segunda fonte de renda; hoje o que se percebe, as atividades com animais perderam o espaço para o monocultivo, o que traz para os agricultores um grande risco à garantia de renda no caso de intempéries climáticas e também na variação do preço de mercado, pois, quando a propriedade possui apenas uma renda, ela fica exposta.

Conforme verificamos no Gráfico 3, o cultivo de soja destaca-se nos demais, sendo o principal grão cultivado pelos agricultores analisados na amostra em 93,9% das propriedades; posteriormente, o grão mais cultivado é o milho, estando presente em 90,9%, depois com 75,8% das propriedades vem o trigo cereal cultivado no inverno, uma cultura muito exposta a risco climático; já o cultivo de aveia aparece em 60,6 % dos empreendimentos analisados, onde a mesma é muito utilizada para ração animal e também para cobertura de solo; a cultura da cevada, que também é um cereal de inverno, aparece na pesquisa com 27,3%, sendo seu uso para consumo

próprio das propriedades para alimentação animal; o que chamou atenção e apareceu em uma propriedade da pesquisa foi o cultivo de milho doce *in natura* e o cultivo de cana-de-açúcar.

Nas atividades pecuárias, a bovinocultura de corte está presente em 42,4% das propriedades familiares, seguida da bovinocultura de leite, que apresenta 30,3% da amostra; essa atividade chama a atenção, pois mais de 10 anos atrás apresentava uma grande adoção nas propriedades, sendo a segunda atividade de renda dos agricultores familiares e apresentava uma liquidez imediata nas propriedades; sua receita era mensal. Acredita-se que a bovinocultura foi abandonada por uma grande proporção de famílias porque possui muita volatilidade de preços, custo de produção elevado, e o fator principal é a grande demanda de mão de obra. Também apareceu na amostra a atividade de suinocultura com 6%, que também já foi mais presente anos atrás; a avicultura aparece com 3%, ou seja, apenas uma propriedade da amostra trabalha nesse ramo, e a ovinocultura também aparece com 3% sobre a amostra referente às atividades entrevistadas.

Gráfico 3 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades familiares

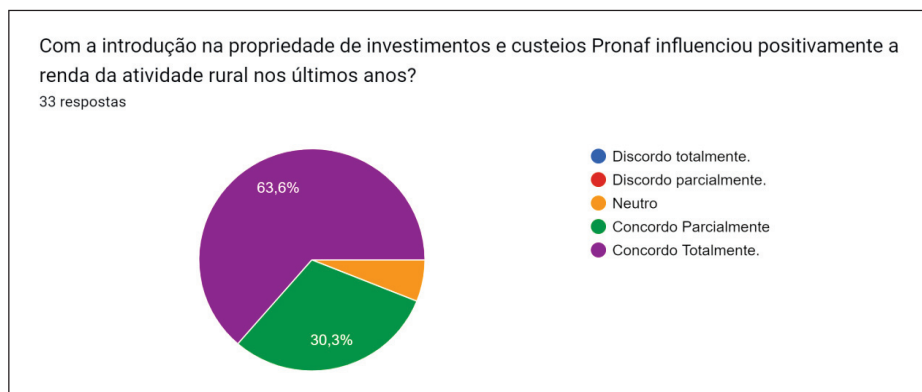


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 4 ilustra a resposta dos agricultores entrevistados à pergunta: “Como a introdução na propriedade de investimentos e custeios Pronaf influenciou positivamente a renda da atividade rural nos últimos

anos”. A criação de linhas de crédito para custeio e investimento trouxe benefícios de modo geral, o que melhorou a vida dos agricultores; os mesmos poderão tecnificar suas propriedades na compra de máquinas e equipamentos, construção de garagens, armazéns e outras benfeitorias, além de contar com o custeio para custear sua produção familiar, tendo acesso a garantia de preço, o PGPAF – Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar, e o Proagro, que é uma garantia de suma importância para os agricultores, assim que em caso de frustração de safra possuem amparos que podem chegar a 100% de subsídio, dependendo da perda a ser estimada. Quando perguntados sobre a importância do Pronaf custeio e investimento, a maioria dos entrevistados respondeu que concorda totalmente, contabilizando 63,6%; já 30,3% dos agricultores entrevistados concordam parcialmente e 6,1% responderam que ficariam neutros a esse questionamento.

Gráfico 4 – Influência investimento e custeio renda nos últimos anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

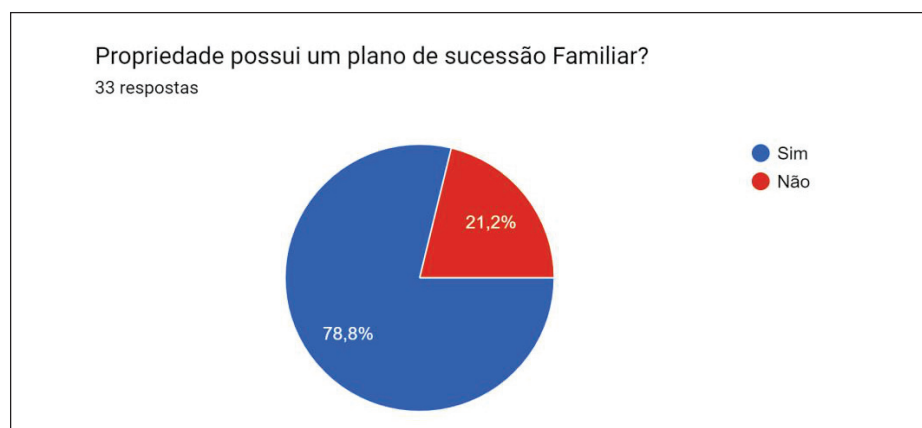
O maior questionamento pelos agricultores foram a taxa de juros e a alíquota do Proagro, que a cada safra vem aumentando devido a muitos acionamentos nas últimas safras, quando houve várias intempéries climáticas, ocasionando maior número de operações de Proagro; também entre as respostas aparece a questão de burocracia, que é um dos principais gargalos do Pronaf; um questionamento que chama a atenção e é importante sobre o limite de acionamento do Proagro hoje para uma propriedade familiar diversificada é fundamental ter a garantia dessa política pública, porém pela

nova regra o agricultor só pode ter sete acionamentos em um período de cinco anos.

A sucessão familiar é um tema muito importante e crucial para as propriedades rurais; todo o planejamento que é feito em uma propriedade necessita de uma visão focando em novas gerações na atividade que será almejada, e não pode ser pensada para curto prazo; precisamos pensar em um longo prazo, acompanhando o avanço das inovações.

Com o intuito de também medir o quanto está sendo discutido o tema de sucessão familiar rural dentro das propriedades, o trabalho contemplou a seguinte pergunta: “Propriedade possui um Plano de Sucessão Familiar?”. Mais de 78,8% das famílias responderam que “sim”. Possuem um plano que é um bom sinal para a sustentabilidade das propriedades rurais. No entanto, 21,2% responderam que “Não” possuem um plano; é importante continuar incentivando o homem do campo a continuar na propriedade rural e fazendo com que suas novas gerações se sintam motivadas a promover a elaboração de planos de sucessão e oferecer suporte aos proprietários rurais para que possam implementá-los de forma eficiente.

Gráfico 5 – Sucessão familiar



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A grande maioria das propriedades, 84,8%, relatou ter acesso a assistência técnica, conforme gráfico a seguir. Isso indica que os agricultores estão recebendo suporte técnico para desempenhar suas atividades, o que pode contribuir para o aumento da produtividade e consequentemente para

a renda de suas propriedades. Embora a maioria das propriedades tenha acesso a assistência técnica, existe uma parcela significativa de 15,2% que não possui esse tipo de suporte. O que significa que uma boa parte das propriedades pode estar passando dificuldades na produção por falta de assistência técnica.

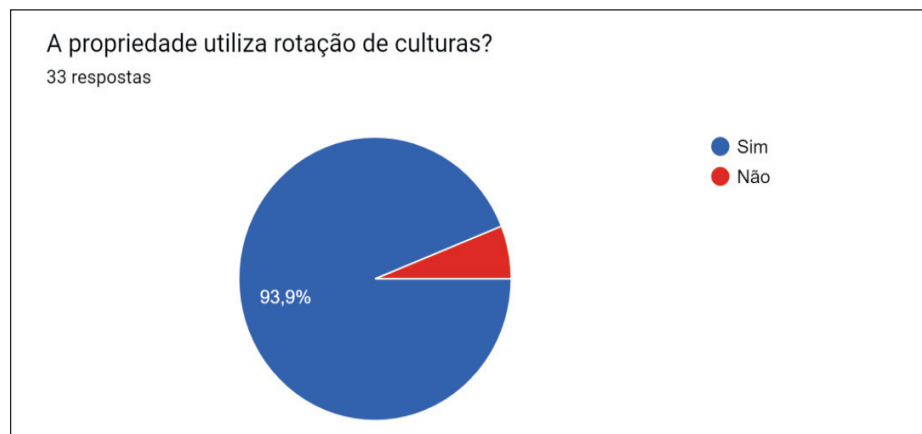
Gráfico 6 – Assistência técnica



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A pesquisa sobre utilização de rotação de culturas revela que essa prática é amplamente adotada pelos agricultores, evidenciando uma preocupação com a sustentabilidade e a produtividade agrícola. É importante destacar que ainda existe espaço para aprimorar a adoção dessa prática, especialmente em propriedades que possuem sistemas de produção mais intensivos ou que têm menor acesso à informação.

Gráfico 7 – Utilização rotação de culturas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Outro tema fundamental e que também foi abordado na pesquisa é se a propriedade rural possui o cadastro ambiental rural (CAR), que nada mais é do que um RG da propriedade, que possui um detalhamento sobre o meio ambiente local em que é possível identificar áreas de preservação permanentes, como rios nascentes, nascentes em topos de morros. 100% das propriedades analisadas possuem CAR, o que demonstra um avanço significativo; é uma ferramenta fundamental para a gestão ambiental das propriedades rurais, promovendo a regularização ambiental, o monitoramento das áreas de preservação e o acesso a benefícios para os produtores rurais tais, como crédito e políticas públicas.

Outra pergunta que foi solicitada para a pesquisa que está correlacionada com o cadastro ambiental rural é se a propriedade possui área de floresta preservada; também teve 100% das respostas positivas, ou seja, que possuem floresta preservada em suas propriedades, o que tem uma importância fundamental na regulação do clima, produção de oxigênio, proteção dos solos, ciclo da água e biodiversidade; a preservação das florestas é essencial para a vida na terra, e preservá-las é garantir um futuro sustentável.

O sucesso na agricultura familiar depende de uma cuidadosa análise dos fatores que podem influenciar as atividades no campo. Nos últimos anos, os produtores têm enfrentado uma série de desafios, sendo os eventos climáticos extremos os mais frequentes. A escassez de mão de obra qualifi-

cada, a questão da sucessão familiar, as dificuldades de acesso ao crédito e o aumento constante dos custos de produção também têm impactado significativamente a atividade agrícola. Um planejamento estratégico que leve em consideração esses desafios é fundamental para garantir a sustentabilidade das propriedades familiares.

O desafio que se destacou foram eventos climáticos, no que destacam-se chuvas excessivas, secas severas; 81,8% da amostra entende ser o principal desafio enfrentado nas propriedades; com 12,1% o custo de produção também é visualizado como um desafio crucial e ainda contemplando 6,1% da amostra a mão de obra fica como terceiro desafio das propriedades rurais.

Gráfico 8 – Desafios na propriedade



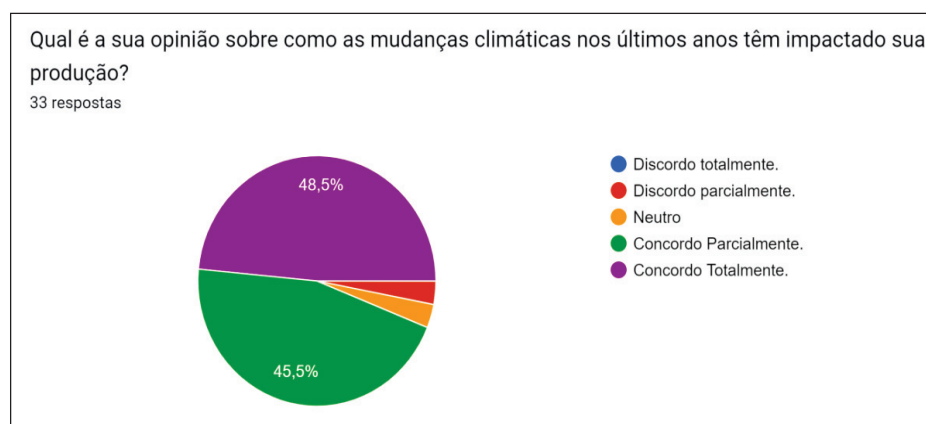
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As mudanças climáticas com seus eventos extremos representam um dos maiores desafios para a agricultura no Rio Grande do Sul. A pesquisa realizada com agricultores da região confirma que as secas e as chuvas intensas têm causado prejuízos significativos à produção. É fundamental que a sociedade reconheça a urgência de enfrentar essa questão e busque soluções conjuntas. Nesse contexto, o Pronaf e o Proagro desempenham um papel estratégico, oferecendo segurança financeira aos agricultores e contribuindo para a resiliência do setor agrícola frente aos desafios climáticos. No entanto, é preciso ampliar o alcance dessas políticas e investir em tecno-

logias e práticas agrícolas mais sustentáveis para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Quando questionados se as mudanças climáticas têm impactado as propriedades rurais, 48,5% dos entrevistados concordam totalmente, 45,5% concordam parcialmente, 3% preferiram se manter neutros quanto ao tema e 3% discordam parcialmente, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Impacto das mudanças climáticas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dentre as principais perguntas do estudo e como ponto-chave deste trabalho questionamos os agricultores familiares sobre qual a visão de concordância sobre o tema sustentabilidade; também se entende que esse tema possui uma certa resistência quando comparado com a agricultura, tendo uma percepção ideológica inclusive conforme gráfico apresentado a seguir; ele demonstra que 51,5% dos entrevistados concordam parcialmente com o tema, já 30,3% concordam totalmente e 18,2% dos entrevistados preferiram manter-se neutros sobre o tema.

A pesquisa revela uma percepção positiva dos agricultores em relação à sustentabilidade, indicando uma crescente conscientização sobre a importância de práticas agrícolas mais sustentáveis. No entanto, ainda há desafios a serem superados para que a sustentabilidade seja amplamente adotada no setor agrícola.

Gráfico 10 – Visão sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As análises efetuadas nas diferentes perguntas apresentaram resultados importantíssimos para o conhecimento do tema Pronaf e desenvolvimento sustentável; nas 24 perguntas aplicadas no formulário foram analisadas e discutidas 21 perguntas, onde se percebe que os temas abordados são fundamentais para conscientização e aprendizado para todos os leitores. Quanto ao Pronaf, é visível o quanto foi e é importante para as pequenas propriedades familiares, destacando o avanço de muitas práticas, dentre elas o trabalho manual, que graças às linhas de crédito conseguiram tecnificar suas produções e investir em máquinas e equipamentos para minimizar o trabalho braçal. Já o tema “Sustentabilidade” precisa ser muito mais discutido na sociedade, pois no modelo atual de política de crédito rural há uma grande preocupação com o aumento de produção sem impactos ambientais, fortalecendo a produção de alimentos de qualidade e saudáveis.

4 Considerações finais

O Pronaf, por sua vez, tem um papel fundamental nas propriedades analisadas; diante dos resultados apresentados na pesquisa é inquestionável o seu papel, pois gerou grande avanço tecnológico, facilitando o trabalho dos agricultores com aquisição de máquinas e equipamentos e também trazendo uma garantia de renda em anos difíceis, quando costumeiramente passamos por secas severas e também pelo extremo de chuvas excessivas.

Também vale a pena ressaltar quanto às análises na questão de sucessão familiar onde temos um bom avanço nas propriedades rurais analisadas, sendo um dos principais desafios de gestão das famílias, pois muitas propriedades ainda possuem resistência em passar o comando da mesma para seus filhos e netos, e é um tema crucial que será decisivo para a permanência do homem no campo e a continuidade das comunidades rurais.

Na questão de assistência técnica, percebe-se também um avanço do tema, porém precisamos melhorar a qualidade da assistência para que ela não seja apenas o técnico de campo responsável pela venda do insumo; precisamos avançar o tema de assistência técnica rural com empresas públicas, desvinculando a questão da venda com interesse. Quanto à análise dos métodos sustentáveis, alguns já estão 100% contemplados, como foi apresentado na análise do CAR; alguns métodos já são usuais nas propriedades, como a rotação de culturas, o controle de pragas e doenças, precisa-se fomentar muito mais, sendo que só será possível com o convencimento do agricultor a adotar a prática das instituições, abrangendo desde o crédito até a assistência técnica para estarem de mãos dadas.

Como o tema principal do trabalho foi identificar os impactos ou avanços verificados pelos proprietários rurais quanto à sustentabilidade proporcionada pelo Pronaf da Agricultura Familiar, verificou-se uma preocupação dos agricultores com os impactos ambientais, vividos em suas propriedades nos últimos anos, quebrando paradigmas ideológicos, fazendo com que esse assunto seja discutido abertamente e com intuito de introduzir cada vez mais nas propriedades familiares técnicas para aumentar a produção sem destruir ou contaminar a natureza. Precisamos refletir mais pensando em produzir alimentos saudáveis e sempre questionando qual planeta vamos deixar para as futuras gerações.

Referências

- BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a Caixa Preta** – O financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: Estudo em uma cooperativa de interação solidária / Cooperativism

and rural credit of family agriculture as a promotion to sustainable development: study in a solidary interaction cooperative. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 330-347, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i1.26936. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26936>. Acesso em: 5 jan. 2024.

DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brener. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa**. 2011.

FAO – **Quadro Estratégico da FAO 2022-2031**. Disponível em: <https://www.fao.org/strategic-framework/es>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual & quot; fortalecimento & quot; da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

MANUAL de Crédito Rural (MCR) BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 05 jan. 2024 .

PLATAFORMA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL. Consultar Índices Básicos. Disponível em: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>. Acesso em: 05 jan. 2024.

Agricultura familiar e custeio agrícola: evolução na liberação de recursos pelas agências da Cresol Jacutinga entre 2015/2024

Roberta Marmentini Bolis

Karine Daiane Zingler

Introdução

O Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf é uma importante política pública voltada ao desenvolvimento da produção nas propriedades familiares, sendo responsável por fornecer recursos com condições atrativas e sustentáveis. É uma política pública que foi criada em 1995 em resposta às reivindicações de agricultores familiares em busca de melhores condições de produção. No lançamento do Plano Safra 2024-2025 foram anunciados 76 bilhões para a modalidade Pronaf com juros de no máximo 6% ao ano (Brasil, 2024).

O objetivo do presente estudo trata da análise da evolução dos recursos do Pronaf disponibilizados pela Cooperativa Cresol Jacutinga/RS entre as safras 2015-2016 e 2023-2024 nos municípios de Campinas do Sul, Cruzaltense, Jacutinga e Ponte Preta. Este é um trabalho inovador por trazer dados e análises realizadas em um período significativo em uma região onde até o momento não existiam pesquisas com esse foco. A agricultura representa mais da metade do PIB nos municípios estudados, sendo a principal atividade econômica. E justifica-se o estudo focado na liberação de recursos por parte de uma cooperativa de crédito pelo fato de que nos municípios estudados são elas as principais instituições financeiras que podem liberar recursos do Pronaf em números totais.

A linha de crédito analisada é o Pronaf Custeio Agrícola nas culturas de soja, milho, trigo e feijão, que foram identificadas como as principais culturas produzidas em estudo prévio. O custeio agrícola foi escolhido por estar diretamente ligado à produção e por ser recorrente, diferente do inves-

timento, por exemplo, onde é contratado em um ano-safra, tendo o pagamento e os benefícios dissolvidos em um período de tempo maior. Dessa forma, a análise ficaria prejudicada no critério individual por ano-safra.

Através do estudo da liberação dos valores ao longo do tempo, é possível determinar a tendência de evolução, além de comparar com os dados federais e estaduais para observar se estão convergindo. Assim, demonstra-se a importância da formação de políticas públicas para o crescimento da economia e o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar.

A pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, e foram analisados os dados disponibilizados pelo Banco Central e pela Cooperativa Cresol Jacutinga. A análise foi quantitativa, utilizando os dados numéricos para acompanhar a evolução através do tempo, e qualitativa, ao demonstrar como os fatores cooperativismo e políticas públicas influenciam o desenvolvimento da atividade agricultura na região estudada.

2 Embasamento teórico

2.1 Políticas agrícolas e agricultura familiar

O crescimento da agricultura no país está ligado ao desenvolvimento industrial. Desde a segunda metade da década de 1950, o governo brasileiro adotou de forma mais acentuada a estratégia de industrialização por substituição de importações como uma tentativa de superar a defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas industrializadas (Bielschowsky, 2006; 2000).

No entanto, no início da década de 1960, desencadeou-se uma crise, resultante das dificuldades no abastecimento alimentar interno; do aumento da inflação, já que a demanda de produtos do setor agrário aumentou e a oferta era escassa; do esgotamento da capacidade de importar bens necessários à industrialização do país, que necessitava equilibrar a balança comercial; e da emergência de críticas ao padrão dependente e excludente seguido pela industrialização (Grisa; Schneider, 2015).

Essa crise levou o governo a perceber a necessidade de criação de políticas públicas voltadas ao setor agrário. Nesse contexto, iniciaram os primeiros movimentos em busca de reformas estruturais e modernização tecnológica da agricultura. Foi o ajuste entre os setores da agricultura e da indústria que levou à criação de um conjunto de medidas e políticas públi-

cas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas (Grisa; Schneider, 2015).

Durante cerca de 20 anos, as grandes propriedades foram o referencial setorial predominante que orientou as ações do Estado no setor agrícola e pecuário, e as políticas públicas beneficiaram principalmente os médios e os grandes agricultores. Somente no final dos anos 1970, esse cenário começou a se modificar, impulsionado pela mudança de posicionamento político da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) entre o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1973) e principalmente o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1979) (Grisa; Schneider, 2015).

Em todo o país, o processo de redemocratização permitiu a articulação de novas organizações, destacando-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). As ações desses grupos tornaram visíveis as condições precárias dos pequenos agricultores e abriram o caminho para incluir esse contingente populacional na Constituinte de 1988 e para a criação da Lei Agrícola em 1991, que reconheceu a diversidade dos agricultores e previu a construção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos agricultores (Grisa; Schneider, 2015).

Um fato importante na luta por direitos foi o processo de unificação da Contag com o DNTR/CUT e a consequente extinção do DNTR. Esse evento mostrou a força que a união dos atores do campo poderia ter, e juntos os vários movimentos construíram os Gritos da Terra Brasil em 1994, uma forma de mobilização em massa com dimensão nacional e objetivo de negociar políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Esse momento marcou a transição de um sindicalismo reivindicatório para o sindicalismo propositivo, o que levou à conquista de importantes políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1995 (Picolotto, 2011).

2.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf foi a primeira política de crédito rural destinada especificamente à agricultura familiar, surgida em 1995 após muita pressão dos agricultores familiares, organizados em diversos movimentos sociais (Bender, 2018).

De acordo com o Decreto 3.991/2011, são considerados beneficiários do Pronaf todos os que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas em estabelecimentos rurais, seja como proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desde que atendam os seguintes requisitos:

- I – não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- II – utilizem predominantemente mão de obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento;
- III – obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;
- IV – residam no próprio estabelecimento ou em local próximo (Brasil, 2011).

Por módulo fiscal entende-se

[...] uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município, que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de propriedade familiar (EMBRAPA, 2024).

Na região estudada, o módulo fiscal equivale a 20 hectares, fixado pelo INCRA.

O Pronaf contempla várias linhas de financiamento, que podem ser de custeio, investimento, industrialização e até integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção agropecuária (Pimentel; Abreu; Contrigiani, 2021).

O foco deste estudo é o Pronaf Custeio, que na definição do BNDES (2024) é a linha que financia itens de custeio relacionados à atividade agrícola e agropecuária.

Para ter acesso ao Pronaf, os agricultores familiares precisam estar no CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), que é o registro que identifica e qualifica o público beneficiário da Política Nacional da Agri-

cultura Familiar e também a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os empreendimentos familiares rurais e as cooperativas agropecuárias e associações rurais. A CAF é o cadastro que substituiu o DAP (Documento de Aptidão ao Pronaf) (Governo Federal, 2024).

A CAF dá acesso ao produtor, além do Pronaf, de outras 15 políticas públicas para a agricultura familiar (EMBRAPA, 2024). Dentre esses programas destaca-se o SEAF, que opera em articulação com o crédito de custeio agrícola do Pronaf. O valor segurado corresponde à soma do valor financiado mais uma parcela de renda líquida. Essa parcela de renda é calculada como 65% das receitas líquidas esperadas da lavoura, observando os limites de valores, que variam com o passar dos anos. A adesão ao SEAF não é obrigatória, mas para obter o crédito do custeio agrícola ficou condicionado que a lavoura tenha algum seguro agrícola, privado ou público. O SEAF é bastante utilizado porque as coberturas são abrangentes, o prêmio pago pelo agricultor é baixo e há capacidade de atendimento para todos os que contratarem o financiamento de custeio agrícola do Pronaf (Zukowski, 2015).

A regulamentação dos bancos comerciais exige que um percentual dos depósitos à vista e da poupança rural sejam direcionados ao crédito rural a taxas controladas pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e pelo Pronaf. Para isso, os bancos comerciais, principalmente os privados, utilizam as cooperativas de crédito como canal para fazer essa distribuição (Assunção; Costa; Souza, 2020).

2.3 Cooperativismo

Segundo Meinen, Domingues e Domingues (2002), uma cooperativa é um conjunto de pessoas que desenvolvem ações simultâneas com um único propósito, geralmente de cunho econômico ou profissional, mas sem propósito de lucro, com destaque para alguns valores, como solidariedade, ajuda mútua, igualdade, democracia, honestidade, responsabilidade social e transparência.

A primeira cooperativa formal foi fundada em 1844 em Rochdale, Inglaterra, e na ocasião os 28 participantes pioneiros estabeleceram alguns princípios do cooperativismo que são observados até os dias atuais. Esses princípios foram redigidos em 1995 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em Manchester. São eles: 1) Adesão Livre e Voluntária; 2) Gestão Democrática pelos Sócios; 3) Participação econômica dos

sócios; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; 7) Interesse pela comunidade (SEBRAE, 2024).

Conforme o portal da cooperativa de crédito Sicredi (2024), atualmente as cooperativas brasileiras estão organizadas em sete ramos diferentes: 1) Agropecuário; 2) Crédito; 3) Transporte; 4) Trabalho, produção de bens e serviços; 5) Saúde; 6) Consumo; 7) Infraestrutura.

Seja pela sazonalidade, longos prazos de maturação da produção, descapitalização, espaço de tempo entre despesas e receitas e os riscos temporais, a agricultura familiar é altamente dependente dos recursos do Pronaf. Devido aos custos de contratação e à baixa margem de lucro, as instituições financeiras e bancos estatais passaram a burocratizar o repasse dos recursos do Pronaf aos agricultores familiares. Diante disso, os próprios produtores familiares, organizados em cooperativas de crédito, passaram a operacionalizar o programa, oportunizando o acesso ao crédito para o custeio da produção e realização de investimentos (Büttenbender; Berkmann; Sparenberger, 2020).

As cooperativas de crédito podem realizar diversas operações, entre elas: a) Operações de captação: capital e depósitos dos associados, empréstimos e repasses de instituições financeiras nacionais, empréstimos e repasses de linhas oficiais do governo; b) Operações de empréstimos: empréstimos e garantias para associados, seja de recursos próprios da cooperativa ou de repasses do governo e outras instituições financeiras; c) Operações de serviços: recebimentos e pagamentos, custódia, cobrança, custódia; serviços de correspondente no país, distribuição de cotas de fundos de investimentos, apoio a outras instituições financeiras para repasse de recursos, compensação de cheques e demais serviços financeiros (COSIF, 2012).

O cooperativismo de crédito desempenha um papel importante para a geração de trabalho e renda na agricultura familiar, possibilitando o desenvolvimento de projetos a partir da terra e do capital social, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do local (Fernandes; Ditati; Severo; Tessaro; Fischer, 2018).

3 Apresentação dos resultados

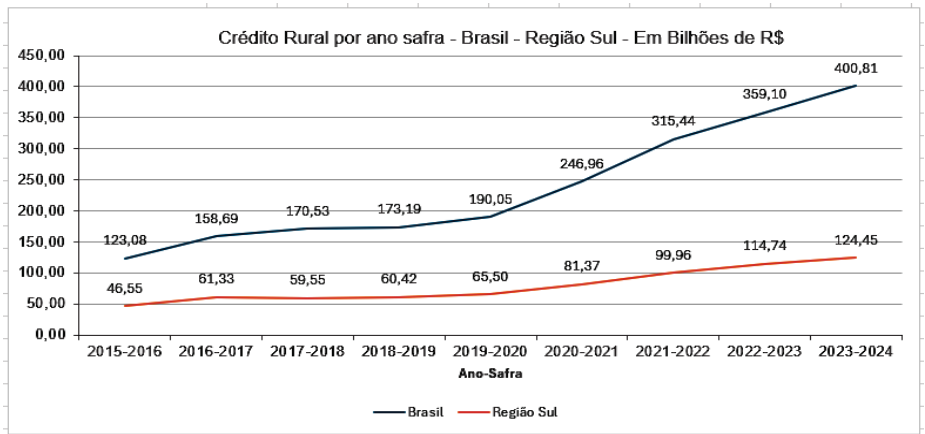
Os resultados são apresentados partindo de uma análise nacional, passando para a regional e chegando aos municípios em foco, cada etapa mais aprofundada, para ser possível identificar se a tendência é a mesma

nas três esferas. Por fim, apresentam-se os valores liberados por cultura em cada ano-safra e em cada município, tendo como estudo soja, milho, trigo e feijão, principais grãos cultivados na região.

3.1 Brasil e Região Sul

Nesta seção, apresentam-se os dados macro do crédito rural no Brasil, incluindo todas as linhas de crédito e todos os programas. O período é o mesmo usado na análise local, visto que representa o tempo de operação da cooperativa Cresol na região.

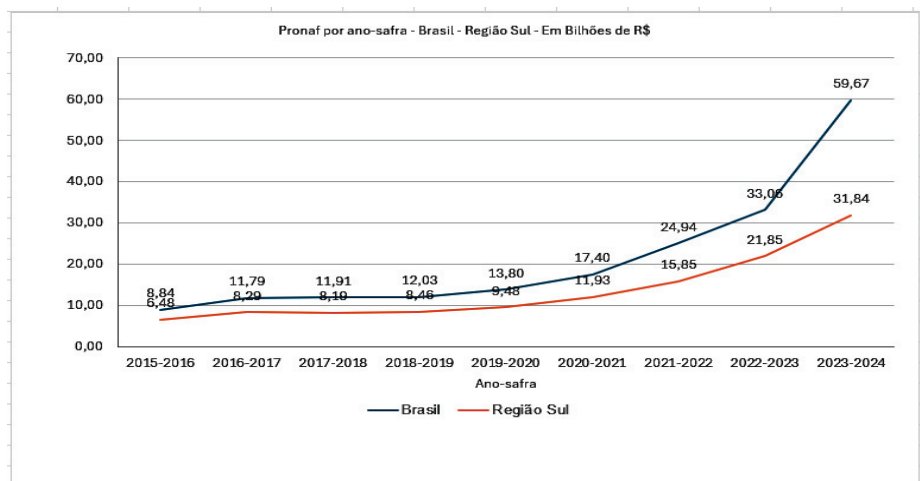
Gráfico 1 – Crédito Rural por ano-safra – Brasil – Região Sul
– Em bilhões de R\$



Fonte: Brasil (BCB) – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro (Derop).

Como se pode observar no Gráfico 1, houve um crescimento de 225% no crédito rural no Brasil entre os anos-safra 2015-2016 e 2023-2024. Na Região Sul, o crescimento foi de 167%. Apesar da variação menor na Região Sul, a tendência nos dois casos é de crescimento. Ainda se observa que a Região Sul corresponde a 33% do valor liberado no Brasil no período. A seguir, apresenta-se o mesmo estudo, porém focado na liberação de recursos pelo Pronaf.

Gráfico 2 – Pronaf por ano-safra – Brasil – Região Sul – Em bilhões de R\$



Fonte: Brasil (BCB) – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro (Derop).

No Gráfico 2, observa-se que a tendência do Pronaf também é de crescimento, e houve uma variação de 575% no Brasil e de 391% na Região Sul. Quando analisado apenas o Pronaf, a percentagem da Região Sul representa 63% de toda a liberação de recursos do país.

Observa-se que o valor de crédito rural vem aumentando a cada ano e a participação do Pronaf também, evidenciando que a agricultura familiar é bem presente na região e os produtores estão buscando os recursos para financiar a produção, dessa forma se beneficiando dessa política pública e outras que a acompanham, como o Proagro.

A seguir, parte-se para uma etapa mais específica, trabalhando dados isolados do Pronaf na cooperativa Cresol Jacutinga.

3.2 Cooperativa de Crédito Cresol

Em meados dos anos 1990, as muitas atividades que envolviam lideranças de agricultores, visando debater a ampliação do crédito, e a intensificação dos movimentos sociais rurais vinculados à agricultura familiar, sindicalismo, associativismo, reforma agrária, ONG's, Fundos de Crédito Rotativo, entre outros, resultaram em algumas políticas públicas, sendo a principal o Pronaf (Bender, 2018).

Então, para operar os créditos com proximidade do homem do campo, constituíram-se as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, que teve seu marco em 1995. A primeira cooperativa do modelo CRESOL foi constituída no sudoeste do Paraná, município de Dois Vizinhos. Ainda naquele ano, mais quatro cooperativas foram formadas: Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema, todas no Paraná (Bender, 2018).

As cooperativas de crédito com interação solidária apresentam um diferencial: são instituições financeiras voltadas ao microcrédito, com foco na agricultura familiar e nos pequenos municípios. Assim, muitas políticas públicas foram criadas, aumentando a gama de programas, linhas de crédito e financiamento de microcrédito, que visam promover crédito para os agricultores dispersos pelas regiões mais pobres e incluindo-os como atores do sistema financeiro nacional (Ziger, 2010).

No princípio, os negócios da CRESOL estavam resumidos em um único produto: o Pronaf, mas com o tempo se ampliou (Bender, 2018). Atualmente, a Cresol Confederação é formada por três centrais: Cresol Baser, sediada em Francisco Beltrão (PR), Cresol Central Brasil, sediada em Chapecó (SC), e Cresol Sicoper, sediada em Passo Fundo. Hoje ela está presente em mais de 19 estados com 60 cooperativas, 855 agências e 886 mil cooperados (CRESOL, 2024).

3.2.1 Cresol Jacutinga

A Cresol Jacutinga faz parte da Cresol Central Brasil. Ela foi constituída em 09 de junho de 1998, mas abriu as portas em 1999. O projeto foi apoiado pelo sindicato dos trabalhadores rurais, que cedeu, sem custo, uma sala nos fundos do prédio, e pelo Banco do Brasil, que contribuiu com a doação de móveis. A Cresol Jacutinga juntamente com Cresol Constantina, Cresol Áurea, Cresol Erechim e Cresol São Valentim foram as primeiras cooperativas do Sistema Cresol no RS. Em 2004, foi aberto o Posto de Atendimento de Cruzaltense, em 2007 o Posto de Atendimento de Ponte Preta e em 2014 o de Campinas do Sul (Cresol Jacutinga, 2018).

Cresol Jacutinga conta hoje com 15 agências físicas para atendimento de associados dos mais diversos públicos e atender suas necessidades nos municípios da região central do estado – Agudo, Restinga Seca, Arroio do Tigre, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Paraíso do Sul, Ivorá, Segredo,

Sobradinho, Novos Cabrais – e na região norte do estado – Jacutinga, Ponte Preta, Cruzaltense, Campinas do Sul e Quatro Irmãos (CRESOL, 2024).

3.2.2 Região de abrangência

Para fins de estudo, buscou-se agências da Região Norte do Rio Grande do Sul com maior tempo de atuação, que possibilitassem a análise de dados desde o ano-safra 2015-2016. As agências que atendem esses critérios são: Jacutinga, Ponte Preta, Cruzaltense e Campinas do Sul. Esses municípios localizam-se na região do Alto Uruguai gaúcho, a cerca de 400 km de Porto Alegre, a capital do estado, próximo à divisa com Santa Catarina, e apresentam características semelhantes de acordo com os dados do IBGE (2024):

Ponte Preta/RS: A área do município é de 99,504 km², e a população em 2022 era de 1.575 habitantes. A agropecuária foi responsável por 64,19% do PIB em 2021.

Cruzaltense/RS: A área do município é de 166,883 km², e a população em 2022 era de 1.635 habitantes. A agropecuária foi responsável por 61,84% do PIB em 2021.

Campinas do Sul/RS: A área do município é de 276,162 km², e a população em 2022 era de 5.284 habitantes. A agropecuária foi responsável por 53,59% do PIB em 2021.

Jacutinga/RS: A área do município é de 178,009 km², e a população em 2022 era de 3.338 habitantes. A agropecuária foi responsável por 52,99% do PIB em 2021.

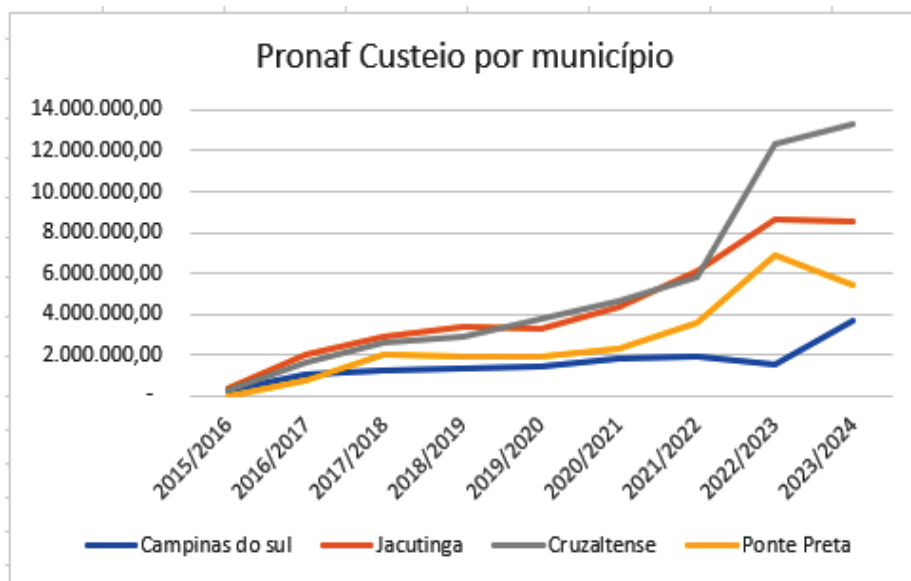
Para facilitar o entendimento a partir de agora, quando for mencionado Cresol Jacutinga, refere-se à cooperativa que engloba as agências em estudo; sempre que o termo for Agência Jacutinga, refere-se apenas à agência desse município.

3.2 Cresol Jacutinga

Nesta seção, a análise será focada em dados da microrregião com valores de liberação de recursos pelo Pronaf em cada ano-safra, também são listados os valores por produto.

Primeiramente, o Gráfico 3 apresenta a quantidade de recursos liberados pelo Pronaf Custeio para as agências da Cresol nos municípios em estudo.

Gráfico 3 – Pronaf custeio por município



Fonte: Cresol Jacutinga.

O Gráfico 3 evidencia que houve crescimento na liberação de recursos, seguindo a tendência do país e da região. Cruzaltense apresentou a maior variação, iniciando com R\$ 287 mil no ano-safra 2015-2016 para R\$ 13,27 milhões no ano-safra 2023-2024, uma variação de 4.623%, impulsionada pelo crescimento acentuado dos últimos três anos. Em seguida aparecem Jacutinga com um crescimento de 2.163% (R\$ 395 mil para R\$ 8,54 milhões), Campinas do Sul com crescimento de 1.431% (de R\$ 254 mil para R\$ 3,64 milhões) e Ponte Preta, apresentando crescimento de 691% (de R\$ 786 mil para R\$ 5,43 milhões). No último ano-safra, houve uma pequena queda nos municípios de Jacutinga e Ponte Preta em relação ao ano anterior, e em Campinas do Sul houve um salto significativo de crescimento no mesmo ano.

No Quadro 2, os dados extraídos do Censo Agropecuário 2017 justificam as quantidades liberadas de acordo com as características específicas das unidades de estudo.

Quadro 2 – Dados dos Estabelecimentos Rurais por município

Município	Área total (Km ²)	Estabelecimentos	Área média (ha)	Uso das terras – lavoura (%)	Agricultura familiar (%)
Ponte Preta	99,504	299	25,36	72,22	90,63
Cruzaltense	166,883	493	25,34	72,54	93,31
Campinas do Sul	276,162	351	54,9	81,51	84,9
Jacutinga	178,009	328	44,57	77,91	89,94

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2017.

A partir da análise dos dados pode-se presumir que os municípios de Ponte Preta e Cruzaltense são os que apresentam menor área média dos estabelecimentos rurais, pouco mais de 25 ha, portanto possivelmente possuem mais estabelecimentos que se enquadram no Pronaf. Os mesmos municípios também são os que mais possuem estabelecimentos que praticam a agricultura familiar, sendo superior a 90%. Juntando isso ao fato de Cruzaltense ter o maior número de estabelecimentos entre os municípios estudados (493), isso explica o fato de ter despontado em primeiro lugar na utilização dos recursos do Pronaf. Ponte Preta, que apresenta menos estabelecimentos, ocupa a terceira posição.

Campinas do Sul, maior município em território, com área de 276 km², ocupa a segunda posição, possivelmente por apresentar a maior área média (54,9 ha) e a menor quantidade de estabelecimentos praticando a agricultura familiar, sugerindo menos propriedades que atendem os critérios do Pronaf. Jacutinga apresenta a segunda maior área com 178 km² e demais dados ocupando uma posição intermediária entre os outros municípios, ficando na segunda posição na utilização do Pronaf.

A seguir, apresenta-se a relação entre o total liberado de recursos de crédito rural, englobando as linhas de custeio e investimento nas modalidades Pronaf e Pronamp em paralelo com os recursos somente do Pronaf Custeio nas agências estudadas.

Tabela 2 – Crédito Rural x Pronaf – Agências em estudo (em milhões de R\$)

Ano-safra	Crédito Rural	Pronaf	%
2015-2016	1,18	0,94	79,66
2016-2017	8,82	5,57	63,15
2017-2018	12,51	8,78	70,18
2018-2019	10,19	9,51	93,33
2019-2020	17,26	10,44	60,49
2020-2021	19,94	13,12	65,80
2021-2022	29,01	17,39	59,94
2022-2023	55,58	29,32	52,75
2023-2024	55,23	30,87	55,89
Total	209,72	125,91	60,04

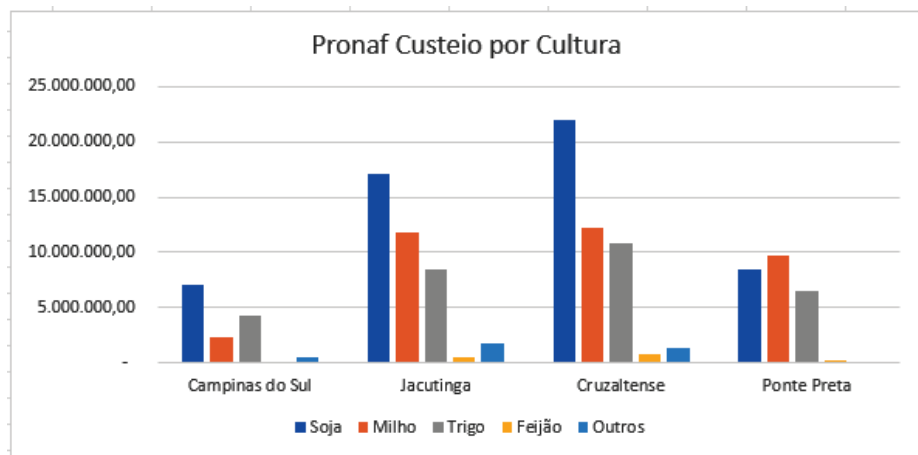
Fonte: Cooperativa Cresol Jacutinga.

A Tabela 2 compara para cada ano-safra (coluna 1) o valor em milhões de reais do total de liberação de crédito rural (coluna 2) com o total de liberação de Pronaf (coluna 3) nas agências em estudo. A coluna 4 apresenta o percentual que o Pronaf representa do total de crédito rural liberado.

Ao analisar os dados das agências estudadas da Cooperativa Cresol Jacutinga, observa-se que o Pronaf Custeio representou 60% do total de recursos rurais liberados no período, enquanto na análise de toda a Região Sul as liberações de todas as linhas do Pronaf representavam apenas 17%. Isso evidencia o quanto a região estudada possui propriedades enquadradas nessa modalidade de política pública. E o Pronaf é muito importante para a região, pois injeta recursos externos que ajudam a manter a atividade agropecuária e a movimentar a economia local.

Por fim, no Gráfico 4 estão demonstrados os totais liberados no Pronaf Custeio por cultura no período de anos-safra 2015-2016 a 2023-2024.

Gráfico 4 – Pronaf Custeio por Cultura



Fonte: Cresol Jacutinga.

O Gráfico 4 evidencia que as principais culturas beneficiadas pelo Pronaf foram soja e milho, seguidas pelo trigo. Feijão ocupa a 4ª posição; as outras culturas também aparecem, porém os valores isoladamente são pequenos para fins de análise. Como se observa, em Campinas do Sul, Jacutinga e Cruzaltense, a cultura que mais recebeu recursos foi a soja, enquanto em Ponte Preta foi o milho, que aparece em segundo lugar em Jacutinga e Cruzaltense e na terceira posição em Campinas do Sul. O trigo foi a segunda cultura mais beneficiada em Campinas do Sul e a terceira nos demais municípios, enquanto o feijão e as demais culturas têm uma fatia pequena desses recursos.

A variedade de culturas é característica da agricultura familiar na região, que aproveita os diferentes períodos do ano com as variações climáticas das estações definidas para diversificar a produção e realizar a rotação de culturas para a preservação do solo e a sustentabilidade da atividade no sustento das famílias. No estudo foram apresentadas as principais culturas para melhor visualização.

4 Considerações finais

A agricultura familiar é bastante presente no Brasil, desenvolvendo-se com intensidade na Região Sul, que foi alvo de aprofundamento desse estudo. Para o financiamento da atividade faz-se necessária a utilização de recursos provenientes de políticas públicas como o Pronaf.

As cooperativas são importantes distribuidoras desses recursos, uma vez que estão mais próximas dos associados, presentes nas comunidades e têm o objetivo de beneficiar seus associados. Por isso, ao analisar a evolução da liberação de recursos de crédito rural e do Pronaf Custeio, utilizaram-se dados da Cooperativa Cresol Jacutinga nas agências de Jacutinga, Cruzaltense, Ponte Preta e Campinas do Sul. A agropecuária é o principal responsável pelo PIB nesses municípios, tendo participações acima de 52% em todos eles.

De todo o crédito rural liberado no Brasil, do ano-safra 2015-2016 ao ano-safra 2023-2024, cerca de 1/3 foi para a Região Sul. Quando segregados apenas os recursos do Pronaf, do montante liberado a nível nacional, quase 2/3 foram para a Região Sul, demonstrando o grau de importância desse meio de financiamento regionalmente.

Através da análise do Censo Agropecuário de 2017 observou-se que nos municípios estudados as propriedades rurais são em sua maioria pequenas, com média variando de 25 ha a 54 ha, e a atividade agrícola é desenvolvida pela própria família em mais de 84% dos estabelecimentos rurais como fonte de subsistência. Portanto, os municípios estudados com mais estabelecimentos rurais, propriedades agrícolas e com uma média menor de hectares estão entre os maiores beneficiados pelo Pronaf, pelo enquadramento dessa política pública.

Os dados da liberação de crédito Pronaf Custeio disponibilizados pela Cooperativa Cresol Jacutinga revelaram que dentre os produtos cultivados a soja recebe a maior parte dos valores, em seguida o milho e as demais culturas com uma margem menor. Ao traçar a evolução da liberação de recursos em valores, observou-se um aumento entre 690% e 1.430%, considerando somente os recursos liberados na linha de Pronaf Custeio e pelas agências da Cresol Jacutinga em estudo.

No mesmo período, os dados do Banco Central do Brasil mostraram crescimento na liberação de recursos do Pronaf também nos níveis regional e nacional. A tendência de crescimento aparenta ser consistente, dado o longo período observado e a congruência dos dados desde o nível macro até o microrregional.

Referências

- ASSUNÇÃO, J.; COSTA, D. R. M.; SOUZA, P. **Resumo para Política Pública**. O Papel das Cooperativas no Crédito Rural: Crédito cooperativo cresce em meio à crise econômica e auxilia na inclusão de pequeno produtor. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020.
- BENDER, L. **Cooperativas de Crédito e Agricultura Familiar**: A geografia da Cresol Central RS/SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS-Chapecó, dez. 2018.
- BIELSCHOWSKY, R. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. **Revista de la Cepal**, 88, p. 7-15, 2006, apud GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- BNDES. **Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- BRASIL (BCB) – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro (Derop). **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2011. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, v. 01, n. 209, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano Safra da Agricultura Familiar**. [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 03 jul.2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/comida-no-prato-com-reducao-de-juros-para-a-producao-de-alimentos-basicos-psaf-chega-ao-recorde-de-r-76-bilhoes-no-credito-rural>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. O cooperativismo e o crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito de interação solidária. In: **II SLAEDR – Simpósio Latino Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, nº II, 2020, Ijuí. ST7 – Cooperativismo, Economia Colaborativa e Desenvolvimento. Ijuí: Unijuí, 2020.
- CENTRAL CRESOL BASER. **O sol nasce para todos**: A história dos 25 anos do sistema Cresol/Central Cresol Baser. Francisco Beltrão, PR: Grafisul, 2020.

COSIF, 2012, apud SILVA, L. X.; RATZMANN, V. Descrição e interpretações das transformações e do desempenho das cooperativas de crédito no Brasil. **Revista Estudos do CEPEA**. Santa Cruz do Sul: CEPE, n. 37, p. 148-171, ago./dez. 2013. CRESOL. **Cooperativas**. Disponível em: <https://cresol.com.br/cooperativas/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CRESOL. **Institucional – Vem junto somos a Cresol**. Disponível em: <https://cresol.com.br/institucional/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CRESOL JACUTINGA. **Ato de homenagem aos 20 anos da Cresol Jacutinga**. Jacutinga/RS, jun. 2018.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 26 jan. 2024.

EMBRAPA. **Políticas Públicas para a agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FEBRABAN. **Busca banco**. Disponível em: <https://www.buscabanco.org.br/Resultado>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FERNANDES, B. M. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 392.

FERNANDES, R. A.; DITATI, R.; SEVERO, J. A.; TESSARO, R. A.; FISCHER, A. Contribuição das cooperativas de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: o caso da Sulcredi Ouro. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate – RDSO**. Criciúma: UNESC, 2018. v. 4, n. 1.

GOVERNO FEDERAL. **Realizar Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MEINEN, Ê.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. **Aspectos jurídicos do cooperativismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIMENTEL, A. B.; FONTANETTI, A. CONTRIGIANI, A. C. **Agricultura Familiar**. Araras: UFScar/CPOI, 2021.

SEBRAE. **Os Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-principios-do-cooperativismo,73af438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SICREDI. **Os 7 ramos do cooperativismo**. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/cooperativismo/os-7-ramos-do-cooperativismo/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SILVA, L. X.; RATZMANN, V. Descrição e interpretações das transformações e do desempenho das cooperativas de crédito no Brasil. **Revista Estudos do CEPEA**, Santa Cruz do Sul: CEPE, n. 37, p. 148-171, ago./dez. 2013.

ZIGER, V. **Sistema Cresol**: uma ferramenta para a inclusão social e o desenvolvimento do cooperativismo de crédito solidário no Brasil. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituio.org.br/trabalho/sistema-cresol-uma-ferramenta-para-a-inclusao-social-e-o-desenvolvimento-do-cooperativismo-de-credito-solidario-no-brasil/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ZUKOWSKI, J. C. **Seguro agrícola e desenvolvimento rural** – contribuições e desafios do SEAF. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento econômico da agricultura

Monice Angélica Bitencourt

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch

1 Introdução

No Brasil, a dinâmica da vida rural vem se transformando há décadas, principalmente com o cenário que engloba a modernização da agricultura, a produção de grãos em larga escala, a abertura de mercados e a ampliação dos canais de comercialização. Ao contrário dos produtores latifundiários, os pequenos produtores sofreram vulnerabilidades econômicas, ambientais e produtivistas, sobretudo por possuir uma pequena extensão de terras e poucos recursos financeiros para manter-se competitivamente na área agrícola (Wiese, 2020).

E assim as cooperativas de crédito passam a contribuir como alternativa desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento econômico do agronegócio brasileiro. Ao oferecerem crédito acessível e adaptado às necessidades dos produtores rurais, essas instituições contribuem para a modernização da agricultura, o aumento da produtividade e a geração de renda e emprego no campo. Costa (2019, p.81) afirma que “as cooperativas se têm mostrado organizações relevantes no setor primário da economia brasileira, atuando como meios de comercialização e acesso a crédito e a políticas públicas para seus associados”.

Dessa forma, o estudo deste capítulo tem como objetivo geral identificar a relevância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento do agronegócio, especialmente no contexto da agricultura familiar, por meio de uma pesquisa bibliométrica. Este capítulo de livro está organizado em cinco seções para apresentar os elementos centrais do estudo.

2 Relação entre o cooperativismo e agricultura

Os temas cooperativismo de crédito e agricultura familiar estão interligados, pois são fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável. O surgimento do cooperativismo é considerado uma questão controversa para alguns estudiosos do tema. Para alguns autores, o cooperativismo possui suas raízes na antiguidade, pois na Babilônia já se arrendavam terras para exploração conjunta com o objetivo de prover a sociedade de gêneros alimentícios. No entanto, em outras pesquisas pode-se identificar que o registro mais antigo de uma cooperativa vem de Fenwick, Escócia, onde em 14 março de 1961 houve a comercialização de aveia para os trabalhadores locais com desconto, formando a Sociedade Fenwick Weavers. Entretanto, o consenso mais comum encontrado entre os autores reside nos primórdios do século passado durante a revolução industrial (Lorendo, 2016).

O cooperativismo moderno, na forma em que conhecemos hoje, surgiu em meados do século XIX. A revolução industrial é considerada um dos fatores desencadeadores do cooperativismo moderno, tendo em vista que originou mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em níveis econômico e social, que estimularam o surgimento da primeira cooperativa nos moldes atuais (Lorendo, 2016). O objetivo era unir as pessoas com o mesmo interesse para ganhar força no momento da comercialização de seus produtos, amenizando os efeitos do capitalismo.

Focando no cooperativismo de crédito, no Brasil iniciou em 1902 com a chegada de Theodor Amstad, padre suíço, ao Brasil, trazendo consigo os ideais do cooperativismo europeu e fundando a Caixa de Economias e Empréstimos Amstad, atual Sicredi Pioneira, situada no município de Nova Petrópolis (RS).

Com o objetivo de atender as demandas de escassez de acesso a serviços financeiros para a população, o cooperativismo de crédito brasileiro tinha como principal objetivo oferecer crédito acessível aos pequenos produtores rurais da região. Segundo Pagnussatt (2004), os benefícios aos associados e à comunidade foram tão expressivos, que logo motivaram a criação de novas cooperativas de crédito, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

E em pouco tempo se expandiu por todo o território nacional, levando acesso ao crédito para milhões de brasileiros, além de outros pontos positivos, como desenvolvimento local, promover a educação financeira,

além de oferecer diferenciais para os associados, sendo através de contribuição na tomada de decisões e retorno dos lucros.

Juntamente com a cooperação vem o progresso, suportado por alguns pilares, o preparo da população somado com o potencial da região assistida pela instituição. A cooperativa é vista como um grande apoio no núcleo social, incentivando o empreendedorismo e apoiando o meio onde está inserida, auxiliando na melhora da qualidade de vida dos habitantes, sendo eles associados ou não (Michels *et al.*, 2020).

3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi norteada por meio do processo metodológico exploratório, descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando a estratégia de levantamento (*survey*). Também foi utilizado o carácter do método análise sistêmica e bibliométrica, adaptando a metodologia utilizada por Ferenhof e Fernandes (2016) e também utilizada por Porsch (2020). Inicialmente para o estudo deste artigo foi definido o tema a ser analisado. A partir disso foram analisados nos *sites* acadêmicos os assuntos relevantes para o tema em questão com o objetivo de reunir informações e dados.

Utilizando os filtros de publicações apenas entre 2018 e 2023 e artigos nacionais. Foi realizada a busca por artigos a respeito da temática nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Google Scholar, que disponibilizam artigos, resumos *on-line* e trabalhos de conclusão de curso, com busca pelas palavras-chave: agricultura familiar, agronegócio e cooperativa de crédito. Os artigos científicos foram selecionados e arquivados em pastas específicas com auxílio do *software* Excel em planilhas para posterior filtragem pelo título, resumo e palavras-chave dentro da temática pesquisada para formar primeiramente a população e posteriormente a amostra.

Finalmente, faz-se a composição do portfólio de artigos, que inclui a leitura integral de todos os artigos selecionados, e realiza-se a análise com o agrupamento dos assuntos, que são descritos neste artigo. Para a realização levaram-se em consideração as principais leis bibliométricas: Lei de Bradford (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade científica de autores) e Leis de Zipf (frequência de palavras). Posteriormente foi realizada a análise de conteúdo da amostra para identificar eixos temáticos para agrupamento dos artigos.

4 Resultado e discussões

4.1 Análise bibliométrica

O registro das palavras-chave “Cooperativas de Crédito”, “Agronegócio”, “Agricultura Familiar” nos períodos publicados compreendidos entre 2018 a 2023, pesquisados nas bases de dados relacionados ao quadro 1. Pode-se observar que a base Google Acadêmico apresentou a maior quantidade em publicações, o que representa 91% dos dados pesquisados.

Quadro 1 – Relevância segundo o número de publicações

Base de Dados	Nº de Publicações 2018 a 2023			Total	%
	Cooperativas de Crédito	Agronegócio	Agricultura Familiar		
Google Acadêmico	13.800	15.500	27.400	56.700	91%
Capes	302	1.945	2.654	4.901	8%
Scielo	14	167	234	415	1%
Total	14.116	17.612	30.288	62.016	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2024).

Após a primeira filtragem, analisaram-se as publicações por meio do tema de pesquisa e título. E posteriormente foi realizada a segunda filtragem da pesquisa, auxiliando para se obter maior êxito e conteúdo no assunto pesquisado. As bases de dados Google Acadêmico e Capes tiveram maior relevância no resultado da filtragem, contribuindo com o maior número de publicações. Dessa forma, para a composição da amostra foi realizada uma terceira filtragem, analisando as publicações por meio da análise do resumo, selecionados como relevantes aos objetivos da pesquisa 40 publicações. Verificou-se que 68% dos artigos estão indexados na plataforma de dados Google Acadêmico (Quadro 2).

Quadro 2 – Amostra das publicações com maior relevância para pesquisa

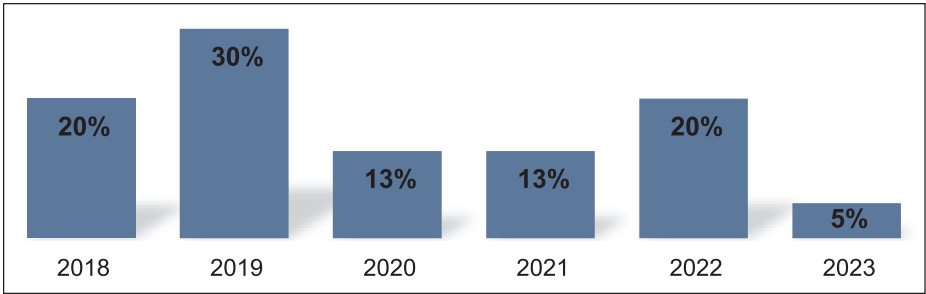
Base de Dados	Resumo/Relevância			Total	%
	Cooperativas de Crédito	Agronegócio	Agricultura Familiar		
Google Acadêmico	11	5	11	27	68%
Capes	6	2	5	13	33%
Scielo	0	0	0	0	0%
Total	17	7	16	40	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2024).

Seguidamente, foi realizado a quarta filtragem por palavra-chave, analisando as publicações da amostra. Ali foram encontradas 2.347 repetições das palavras-chave nos 40 artigos da amostra, sendo que a “agricultura familiar” foi a palavra que mais se repetiu, correspondendo a 49%, seguida por 26% Agronegócio e 25% Cooperativas de crédito.

Quanto ao período das publicações, ao observar a Figura 1, nota-se que das pesquisas analisadas publicadas no período compreendido de 2015 a 2023 o ano de 2019 participou da amostra com 30%.

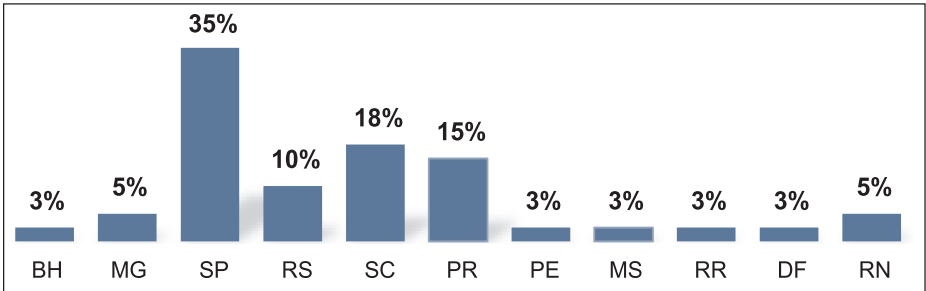
Figura 1 – Ano de publicação dos artigos encontrados na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na Figura 2 está apresentado em qual estado se localizam as publicações analisadas; percebe-se que com o número de publicações relevantes à pesquisa estão no estado de São Paulo, depois Santa Catarina e, em seguida, Paraná com somatório de aproximadamente 67,5%, na sequência os demais estados.

Figura 2 – Levantamento dos estados onde foram realizados os trabalhos encontrados na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Outro elemento a ser analisado refere-se ao grupo de pessoas que escreveram os artigos, e como em sua maior parte os artigos foram escritos por dois ou mais autores, então para essa análise leva-se em consideração o primeiro nome do autor citado no artigo. Verificou-se que dos 40 artigos em análise, 24 foram escritos por pessoas do sexo masculino e 16 por pessoas do sexo feminino.

Ainda cabe ressaltar que da amostra foi analisado o percentual de artigos publicados em periódicos e demais publicações, como trabalhos de conclusão de cursos. Assim, 90% das publicações são artigos e 10% são outras publicações. A relação ao tipo de pesquisa também foi considerado. A Tabela 1 evidencia o tipo de pesquisa e a coleta de dados utilizados nos artigos que compõem a amostra do estudo. Observou-se que a pesquisa descritiva e/ou exploratória foi predominante, presente em 30% das pesquisas.

Tabela 1 – Tipo de Pesquisa

Tipos de Pesquisa	Total	%
Descritiva e/ou exploratória	12	30%
Estudo de caso	16	40%
Pesquisa bibliográfica	10	25%
Diferença em diferenças combinada	1	3%
Pesquisa bibliométrica	1	3%
Total	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Outro aspecto importante do estudo é o impacto dos periódicos. Como os pesquisadores precisam de fontes atualizadas para suas pesquisas bibliográficas, conhecer os índices bibliométricos é estrategicamente importante. Cada índice bibliométrico tem suas limitações, e usá-los em conjunto é mais eficiente e confiável. No entanto, um índice qualitativo e quantitativo não deve ser usado isoladamente.

A avaliação da qualidade dos periódicos, que são os meios de divulgação dos resultados das pesquisas científicas, é um dos fatores de impacto. Assim, os autores consideram esses fatores ao escolher o periódico que dará maior visibilidade a seu trabalho.

Na Tabela 2 estão relacionados os dados dos periódicos que compuseram a amostra utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. A avaliação

ção da qualidade da produção intelectual de cada revista foi analisada tendo como reverência a classificação Qualis como fator de impacto. Para entender melhor a classificação Qualis, pode-se constatar os seguintes aspectos de cada indicativo: A1 e A2 – Excelência internacional; B1 e B2 – Excelência nacional; B3, B4 e B5 – relevância média; C – baixa relevância.

Tabela 2 – Fator de impacto nas revistas científicas

Qualis.	ISSN	Periódicos
A1	1806-9479	Revista Economia e Sociologia Rural (online)
A1	1809-239X	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional
A2	2237-9029	Desenvolvimento Regional em Debate
A3	2447-7990	Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos
A4	2317-5443	Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional
A4	2178-9010	Revista de Gestão e Secretariado
A4	1679-415X	Informe Gepec (online)
B1	2237-8057	Revista de Administração de Roraima – RARR
B1	2237-6976	Revista Orbis Latina
B2	1982-6729	Estudo do Cepe
B4	2675-6218	Recima 21
C	2525-3409	Research, Society and Development

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

4.2 Análise sistemática

Diante da pesquisa bibliográfica realizada em trabalhos publicados, pode-se afirmar que o tema sobre a importância das cooperativas de crédito para o Desenvolvimento Econômico do Agronegócio é um assunto relevante nos temas acadêmicos.

E posterior à pesquisa bibliográfica procedeu-se à leitura e análise dos artigos relacionados ao tema proposto neste artigo. Essa revisão da literatura apontou ainda mais sobre a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento econômico do agronegócio e principalmente da agricultura familiar. E para uma melhor compreensão da análise dos artigos, os mesmos foram agrupados em quatro eixos, que serão analisados nos tópicos a seguir.

Quadro 3 – Relação dos eixos temáticos e artigos selecionados

EIXO	ARTIGOS
A Importância do Pronaf como Política Pública para a Agricultura Familiar no Brasil	Büttenbender P. L., Berkmann B. A., Sparemerberger A. (2022); Pereira P.L., Cruvinel D., Gomes M. L. M. (2023); Pereira A. F. S., Cella D. (2021); Tolentino M. (2019).
Papel do Cooperativismo no Fortalecimento da Agricultura Familiar	Simonetti S.R.E., Silva C. A. (2017); Wiese A. F., Millanes O. A. G., Bobo M; C., (2020); Mattia V. Corbari F., Zonin J., (2018); Oliveira W. C., Bertolini G. R. F. (2022); Moraes J. L. A., Schwab P. I (2019); Gomes E. L. Cezar L. C. (2018); Fernandes R. A., Ditati R., Severo J. A. (2018); Ramos E. B. T., Vieira J. E. R. (2021); Bender L. (2018); Silva R. M. A., Nunes E. M (2023); Zanco A. M., Corbari F., Alves A. F. (2019); Santos A. J., Sá M. R., Rhésing N. J., (2022); Guilhoto J.M., Silveira F. G., Ichihara S. M.,Azzoni C. R., (2018); Cruz N. B., Jesus J. G., Bacha C. J. C., (2021).
Relação entre o Cooperativismo de Crédito e o Crescimento e Desenvolvimento Econômico	Santos R., Kieling R. I. (2020); Martini R. A., Zylberberg E. S., Machado L. (2023); Schedenffeldt B. F., Lima A. T., Levbrero G. R., Pinto M. R., (2021); Michels A., Luna J. C., Rinaldi D., (2020); Pinheiro J. L., Bispo L. G., (2019); Moraes R. T. (2021); Mees A. A. (2019); Queiroz F. C., Flach L. Mattos L. K. (2022); Silva K. M., Oreiro J. L., (2019); Silva T. (2018); Zeni M. A., Fumagalli L. A., (2019).
A Importância das Cooperativas de Crédito no Mercado Financeiro Brasileiro	Lopes N.F., Rocha S. V. (2022); Costa D. R., Neves M. C., Biavaschi J. T. (2019); Araujo B. C., Li D. L. (2019); Costa D. R., Neves M. C., Biavaschi J. T. (2019); Flor R. C. (2019); Zaco J. P. (2022); Alves L. R., Lima J. F., (2018); Höher R., Souza O. T., Fochezatto A., (2020); Ferreira R. M., Baldin E. A. (2021).

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

• A importância do Pronaf como política pública para a agricultura familiar no Brasil

Segundo Pereira, Cruvinel e Gomes (2023), a agricultura familiar é caracterizada por pequenas propriedades administradas por famílias que utilizam a mão de obra familiar. Diferente da agricultura comercial de grande escala, que se destina principalmente à exportação, a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos básicos consumidos no Brasil, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda no campo.

E como forma de apoio ao pequeno produtor o governo criou em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que visa promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, aumentando sua capacidade produtiva e gerando empregos. Além disso, o Pronaf tem como objetivo aumentar a renda dos agricultores familiares, sendo que se trata de uma das parcelas mais pobres e vulneráveis da sociedade brasileira.

E por meio do Pronaf o governo consegue oferecer acesso a recursos financeiros, assistência técnica e capacitação com o objetivo de melhorar a qualidade de vida no campo. Através de linhas de crédito diferenciadas o programa permite investimentos em infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, custeio de produção e acesso a mercados (Pereira; Cruvinel; Gomes, 2023).

Esse apoio governamental para o desenvolvimento e a manutenção da agricultura familiar é algo crucial tanto para a melhor qualidade de vida no campo, onde com o apoio do governo o agricultor tem acesso à linha de crédito para custear suas lavouras, como para investir na propriedade; torna-se um ponto de extrema importância para manter o desenvolvimento dessas propriedades e incentivar as famílias a continuar com suas atividades no campo. E consequentemente, além de incentivar essa geração de renda no campo, esse segmento de agricultura familiar é relevante para a cadeia produtiva do país, pois é um dos principais segmentos para a produção e abastecimento de alimentos.

Estudos relacionam a agricultura familiar e o Pronaf. Büttenbender, Berkmann e Sparemberger (2022) mensuram a participação da cooperativa de crédito na operacionalidade de recursos do Pronaf, contratados exclusivamente por agricultores familiares. Já Tolentino (2019) realiza um estudo de revisão sobre a origem da agricultura familiar e seus desdobramentos com base em documentos do Pronaf. Também Pereira e Cella (2021) descrevem o papel do BNDES via Pronaf no desenvolvimento econômico e produtivo das cooperativas agropecuárias brasileiras.

• Papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar

Segundo Anjos (2022), a agricultura familiar constitui-se em um segmento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Contudo ainda enfrenta dificuldades, como o uso de baixa tecnologia produtiva

por causa do elevado custo de investimento, dificuldades de acesso ao crédito, assistência técnica precária, dificuldade na comercialização dos produtos, entre outros.

Por isso a importância das políticas públicas no apoio ao cooperativismo e à agricultura familiar, evidenciando que a união e a cooperação são fundamentais para enfrentar os desafios econômicos e sociais do setor agrícola.

E como uma alternativa de união para atender a agricultura familiar são auxiliados pelo cooperativismo agropecuário e de crédito, que contribuem para o desenvolvimento regionais e locais, para melhorias produtivas e comerciais, além de proporcionar maior auxílio com a assistência técnica. As cooperativas ajudam a barganhar melhores preços e reduzir custos, aumentando a receita líquida e facilitando a adoção de tecnologias (Moraes, 2019).

Segundo Ramos (2021), a relação entre cooperativas agropecuárias e de crédito é complementar, pois ambas desempenham papéis importantes no desenvolvimento econômico regional. As cooperativas agropecuárias concentram-se na negociação de insumos, comercialização e industrialização, enquanto as cooperativas de crédito melhoram o acesso ao financiamento e demais serviços bancários em regiões rurais.

As cooperativas de crédito são uma alternativa viável para os agricultores, o que facilita a continuidade e o desenvolvimento das propriedades rurais. Desde seus primeiros movimentos, as cooperativas mantiveram sua relação próxima com os agricultores, proporcionando vantagens mútuas. Essa proximidade resultou em um crescimento significativo para ambos os lados, especialmente em pequenos municípios (Michels, 2020).

Segundo Moraes (2019), as cooperativas são destacadas como organizações que oferecem suporte essencial aos pequenos produtores rurais, facilitando o acesso aos mercados institucionais, permitindo uma melhor distribuição de renda e agregação de valor aos produtores agrícolas. Além de promover a permanência das famílias no campo, oferecendo suporte técnico, educacional e social, o que é essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Além disso, as cooperativas são vistas como facilitadoras de práticas sustentáveis, auxiliando na tomada de decisões e na educação ambiental. Elas contribuem para a geração de renda, estabilidade e segurança nas propriedades rurais, fortalecendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental (Oliveira, 2022).

Nesse sentido, destacam-se trabalhos como o de Simonetti e Silva (2017), que discutem como o cooperativismo pode melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores familiares, promovendo sustentabilidade e inclusão social. Santos e Rhesing (2022) investigaram a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico. Outros estudos tratam da participação de cooperativas para o desenvolvimento e contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar (Wiese; Millanes; Bobo, 2020; Oliveira; Bertolini, 2022; Moraes; Schwab, 2019; Gomes; Cezar, 2018; Fernandes; Ditati; Severo, 2018).

• **Relação entre o cooperativismo de crédito e o crescimento e desenvolvimento econômico**

Segundo Zeni (2019), o cooperativismo é fundamental para a região, pois impulsiona políticas públicas e coloca a população como protagonista do desenvolvimento econômico. As cooperativas de crédito são importantes agentes de desenvolvimento local, promovendo a inclusão social e econômica, especialmente em áreas rurais, oferecendo acesso ao crédito e serviços bancários acessíveis. O principal crescimento das cooperativas é nas pequenas cidades, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social da região onde estão inseridas.

“O cooperativismo é fundamental para a região, pois impulsiona a utilização de políticas de desenvolvimento econômico e coloca a população como protagonista de sua história” (Zeni, 2019, p. 48).

De acordo com Lima, Silva e Coelho Lima (2013), o cooperativismo consiste em um movimento internacional que tem a finalidade de construir uma sociedade mais justa, livre e democrática, possibilita a utilização da economia em benefício de fins sociais. Tem como principal característica a solidariedade e a ajuda mútua, constituídas sobre alternativas econômicas e humanas, equilibrando custos, despesas e ganhos.

A presença das cooperativas impulsionou a diversificação da produção e a organização dos produtores familiares, facilitando o acesso a programas governamentais e movimentando a economia local. Desde a criação das cooperativas houve uma evolução significativa nos indicadores socioeconômicos (Wiese, 2020).

Segundo Pereira (2021), as cooperativas de crédito realizam o intermédio entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e a

agricultura familiar, oferecendo condições e recursos financeiros através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A atuação do BNDES por meio do Pronaf tem sido fundamental para o fortalecimento do associativismo rural, aumentando o número de agricultores que têm acesso a serviços bancários e crédito.

Essa parceria entre o BNDES e as cooperativas de crédito contribui para um papel crucial na intermediação de recursos do Pronaf, facilitando o acesso ao crédito para investimentos em infraestrutura, compra de equipamentos e insumos e desenvolvimento de agroindústrias familiares. Os associados das cooperativas de crédito possuem suporte contínuo em todas as suas necessidades financeiras, que vão além da liberação do crédito, o que contribui para a otimização das atividades produtivas e a diversificação das fontes de renda. Além disso, a relação de confiança e proximidade entre os associados e a cooperativa é um fator decisivo para o sucesso das iniciativas de crédito (Fernandes, 2018).

Segundo Silva (2018), a importância das cooperativas de crédito também contribui para o desenvolvimento local através da criação de empregos e do aumento da arrecadação de impostos, o que permite maiores investimentos em infraestrutura e projetos de desenvolvimento. A autora conclui que o papel das cooperativas de crédito está diretamente relacionado ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do Brasil, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem o cooperativismo financeiro como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento socioeconômico.

Ainda, Pinheiro e Bispo (2019) realizam um estudo de revisão sobre a relevância do agronegócio para o crescimento econômico do Brasil entre 2011 e 2016. Já Santos e Kieling (2020) analisam a atuação dos jovens nas cooperativas e a sucessão familiar no agronegócio, destacando a importância dos jovens para a continuidade das cooperativas.

• **A importância das cooperativas de crédito no mercado financeiro brasileiro**

Segundo Fernandes (2018), o cooperativismo de crédito é apresentado como uma estratégia de desenvolvimento que permite a pessoas físicas e jurídicas realizarem suas movimentações financeiras fora dos bancos tradicionais. As cooperativas de crédito são caracterizadas como instituições financeiras que prestam serviços aos associados, como concessão de crédito, captação de depósito e prestação de produtos e serviços financeiros.

Embora a participação das cooperativas de crédito no SFN ainda seja pequena, há um potencial de expansão considerável. A expansão futura depende de fatores como desregulamentação, aumento da exposição ao risco e maior cobertura geográfica (Silva 2019). Jacques e Gonçalves (2016) destacam que a ausência de agências bancárias em grande parte dos municípios brasileiros deixa parcela da população desassistida de um importante instrumento para o crescimento regional e do país, que é o crédito. Para os autores, uma das alternativas utilizadas para suprir essa carência é a organização de cooperativas de crédito.

Para Zeni (2019), o cooperativismo de crédito tem crescido significativamente no Brasil, especialmente em áreas rurais e pequenas cidades onde a presença de agências bancárias é limitada. As cooperativas de crédito, baseadas em princípios democráticos e de gestão participativa, desempenham um papel importante ao fornecer acesso a crédito e serviços bancários acessíveis, oferecendo alternativas viáveis e sustentáveis.

Essa participação crescente das cooperativas de crédito demonstra a importância dessas instituições na qualificação das políticas públicas e na promoção de ações cooperativas que beneficiam diretamente a região onde estão situadas (Büttenbender, 2022).

Dessa forma, estudos como de Lopes e Rocha (2022) buscam identificar a importância das cooperativas de crédito no mercado financeiro brasileiro. Zaco (2022) analisa a importância do agronegócio para o desenvolvimento do Brasil com ênfase no produtor rural. Alves e Lima (2018) buscam examinar a importância das cooperativas agropecuárias no controle da produção de *commodities* e o potencial de crescimento das cooperativas de crédito. Ferreira e Baldin (2021) demonstram a relevância do cooperativismo agropecuário na valorização do agronegócio nacional e identificam os principais desafios impostos pelos mercados globalizados. Já Costa, Neves de Biavaschi (2019) examinam a participação das cooperativas no acesso ao crédito e financiamento rural, e Araujo e Li (2019) procuram compreender o sistema de financiamento rural do Brasil, reconhecendo os benefícios e custos envolvidos.

5 Considerações finais

A pesquisa realizada evidencia a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento econômico do agronegócio, especialmente no contexto da agricultura familiar. As cooperativas de crédito desempenham um papel importante ao oferecer acesso a crédito e serviços financeiros adaptados às necessidades dos pequenos produtores rurais, contribuindo para a modernização da agricultura, aumento da produtividade e geração de renda e emprego no campo.

O estudo destaca a relevância do Pronaf como uma política pública essencial para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. O programa proporciona recursos financeiros, assistência técnica e capacitação, melhorando a qualidade de vida no campo e incentivando a continuidade das atividades agrícolas familiares.

Além disso, o cooperativismo mostra-se fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo a união e a cooperação entre os produtores. As cooperativas agropecuárias e de crédito contribuem para o desenvolvimento regional e local, facilitando o acesso a mercados, reduzindo custos e aumentando a receita líquida dos produtores.

A relação entre o cooperativismo de crédito e o crescimento econômico é evidente, com as cooperativas atuando como agentes de desenvolvimento local, promovendo a inclusão social e econômica, especialmente em áreas rurais. A parceria entre o BNDES e as cooperativas de crédito através do Pronaf tem sido um aliado para o fortalecimento do associativismo rural e a otimização das atividades produtivas.

Por fim, a importância das cooperativas de crédito no mercado financeiro brasileiro é destacada, oferecendo alternativas viáveis e sustentáveis aos bancos tradicionais. As cooperativas de crédito, baseadas em princípios democráticos e de gestão participativa, desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão inseridas.

Em suma, as cooperativas de crédito são fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil, contribuindo para a modernização da agricultura, geração de renda e emprego e promoção da inclusão social e econômica. A continuidade e a expansão dessas instituições são essenciais para o fortalecimento do setor agrícola e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Referências

- ANJOS, E. G. dos; ROCHA, A. G. P.; SILVA, Daciane de Oliveira. **O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo Agropecuário 201734. DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 8-31, 2022.
- BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. Cooperativismo e crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: estudo em uma cooperativa de interação solidária. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 1, p. 330-347, jan./jun. 2022.
- CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2020.
- DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. O Papel do Cooperativismo na Difusão da Sucessão Familiar Rural. **Revista Holos**, v. 2, n. 33.
- FERNANDES, R. A.; DITATI, R.; SEVERO, J. A.; TESSARO, R. A.; FISCHER, A., Contribuição das cooperativas de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: o caso da Sulcredi Ouro. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 4, p. 88-155, 2018.
- FERREIRA, M. M.; FREIBERGER, M. R.; MARQUETI, I. H. S.; HOFER, E.; SONTAG, A. G. Um estudo com produtores rurais de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil, que buscam recursos financeiros em cooperativas de crédito para financiar as atividades. **XXVI Congresso Brasileiro de Custos**, Curitiba/PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2019.
- FLOR, RILVIA CARVALHO. **Um estudo sobre a importância de financiar o agro-negócio a partir das Cooperativas de Crédito do RN**. Monografia de Graduação ao Departamento de Economia de UFRN – Natal/RN, 2019.
- GOMES, E. L.; CEZAR, L. C. O papel das cooperativas da agricultura familiar no desenvolvimento de políticas públicas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 7, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2018.
- GUILHOTO, J. M.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RER)**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 355-382, jul./set. 2006.
- MARTINI, R. A.; ZYLBERBERG, R. S.; MACHADO, L.; D'ASSUMPÇÃO, J. P. M. Impactos locais do apoio a cooperativas de crédito: Uma avaliação do BNDES Procapcred no contexto da Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2023.

MATTIA, V.; CORBARI, F.; ZONIN, W. J. Caracterização das cooperativas solidárias de comercialização dos produtos da agricultura familiar na bacia do Paraná. **Revista GioPantamal**, p. 163-180, 2018.

MICHELS, A. Importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento do agronegócio. **Teoria e Evidência Econômica**, a. 26, n. 55, p. 244-271, jul./dez. 2020.

MORAES, J. L. A. *et al.* O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019.

MOURA COSTA, D. R.; NEVES, M. C. R.; BIAVASCHI, J. T. F.; SANTOS, P. M.; FABBRI, M. V. A.; THEODORO, R. Cooperativas na política agrícola de crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, 2019.

OLIVEIRA, W. C. Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. **Revista de Desenvolvimento Rural**, v. 11, n. 2, p. 98-115, 2022.

PEREIRA, A.; CELLA, D. Atuação do BNDES por meio do Pronaf para a promoção do desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo agropecuário. **Revista Interface Tecnológica**, p. 394-403, 2021.

PEREIRA, P. L.; CRUVINEI, D.; GOMES, M. L. M. Revista: **XI Congresso de Trabalhos de Graduação, Faculdade de Tecnologia de Mococa**, v. 7, n. 1, 2023.

QUEIROZ, F. C. B. P.; FLACH, L.; MATTOS, L. K. Cooperativas de crédito e desenvolvimento local. **Revista GeSec**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 593-609, set./dez. 2022.

RAMOS, E. B. T.; VIEIRA FILHO, J. E. R. O efeito do cooperativismo “agropecuário” e “de crédito” no desenvolvimento regional da agricultura familiar no Brasil. In: **59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER e 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo – EBPC**, Brasília/DF, junho de 2021.

SANTOS, A. J.; SÁ, M. M. R.; THESING, N. J. Os Desafios Históricos na Agricultura Familiar. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 12, 2022.

SANTOS, R.; KIELING, R. I. A Atuação do Jovem nas Cooperativas e a Sucessão Familiar no Agronegócio: o Caso do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na Cooperativa Triticola Mista Campo Novo. **1Pleidade**, v. 14, n. 30, p. 48-60, jan./jun. 2020

SCHEDENFFELDT, B. F.; LIMA, A. T.; LEVRERO, G. R. R.; PINTO, M. R.; Montebello, A. E. S. Instrumentos privados de financiamento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, ano XXX, n. 1, jan./fev./mar. 2021.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2023.

TOLENTINO, M. Transformações na categoria “agricultura familiar” no âmbito do Pronaf. **Revista Pegada**, v. 20, maio/ago. 2019.

WIESE, A. F.; MILLANÉS, O. A. G.; BOVO, M. C. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Local: um estudo em dois municípios do Paraná. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 3, p. 153-176, set./dez. 2020.

ZENI, M. A.; FUMAGALLI, L. A. W. A participação das cooperativas de crédito no desenvolvimento de pequenas cidades: o caso da mesorregião Sudoeste Paranaense. **Revista FAE**, Curitiba, 22(2), p. 47-62, 2019.

SEÇÃO 4

Gestão, Finanças e Governança em Cooperativas de Crédito



Governança corporativa: um estudo de percepção em uma cooperativa de crédito localizada no oeste de Santa Catarina

*Ademilso Auziliero
Estéfani Sandmann de Deus*

1 Introdução

No contexto brasileiro, as cooperativas de crédito são integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e são reconhecidas por seu papel no desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde atuam. A crescente adoção desse modelo econômico reflete uma maior conscientização sobre seus benefícios para seus associados, contribuindo para a redução de desigualdades e fomentando um crescimento econômico mais equitativo e sustentável (De Paiva; Dos Santos, 2017; Queiroz, 2022).

As cooperativas de crédito são instituições financeiras não bancárias, estabelecidas a partir da iniciativa coletiva de associados que contribuem com capital para sua fundação e buscam o acúmulo contínuo desses recursos. Embora não tenham como objetivo principal o lucro, os resultados gerados podem ser redistribuídos entre os associados, promovendo assim a satisfação e o benefício mútuo dos participantes (Reis *et al.*, 2015).

A relevância econômica e social das cooperativas gerou a necessidade de uma gestão que priorize a eficácia e a eficiência dos processos organizacionais, assegurando sua continuidade e sustentabilidade, respeitando os princípios e valores do cooperativismo (Pinho *et al.*, 2020).

Para tanto, a governança corporativa exerce a função de proteger os cooperados, que atuam tanto como clientes quanto como proprietários da organização. Nesse contexto, a governança serve como um mecanismo de controle e orientação que garante a integridade das operações, promove a transparência e assegura que a cooperativa atenda tanto os objetivos econômicos quanto os princípios cooperativistas, como a equidade e a responsabilidade social. A governança nas cooperativas está intrinsecamente ligada aos princípios cooperativistas, que reforçam a gestão democrática, a transparência e o

compromisso com a comunidade. Assim, a integração desses princípios com as boas práticas de governança corporativa fortalece a capacidade de tomada de decisão e a sustentabilidade da cooperativa (De Paiva; Dos Santos, 2017).

Nos últimos anos, a governança corporativa evoluiu consideravelmente, ampliando seu foco da mera otimização de valor econômico para os sócios, passando a objetivar a geração de valor compartilhado entre os sócios e outras partes interessadas. Essa visão contemporânea reconhece a interdependência entre as organizações e os contextos econômico, social e ambiental em que estão inseridas (IBGC, 2023).

Nesse sentido, o tema do presente estudo é a governança corporativa em cooperativas de crédito. A pesquisa justifica-se pela crescente relevância das cooperativas de crédito no cenário financeiro e econômico, especialmente frente aos desafios regulatórios e de mercado que essas organizações enfrentam. Além disso, justifica-se pela oportunidade de compreender como a governança corporativa pode ser aplicada de maneira mais eficaz para fortalecer a gestão dessas cooperativas.

Diante do exposto, este estudo buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual a percepção dos gestores sobre as práticas de governança corporativa da cooperativa de crédito? Para isso, considera-se como objetivo geral identificar qual a percepção dos gestores sobre as práticas de governança corporativa da cooperativa-objeto deste estudo

Este capítulo de livro está dividido em seis seções. A primeira compreende a presente seção. A segunda seção concentra-se na revisão de literatura, explorando a governança corporativa em geral e, especificamente, a governança corporativa em cooperativas de crédito, além de analisar estudos precedentes relacionados ao tema. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na quarta seção, as análises realizadas e os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões que são seguidas das referências bibliográficas.

2 Revisão de literatura

2.1 Governança corporativa

Originária do termo inglês *corporate governance* (que significa governar, dirigir ou guiar) e utilizada para se referir à relação entre proprietários (sócios) e administradores das organizações, a governança corporativa teve

seu surgimento nas décadas de 1980 e 1990 como resposta a diversos escândalos empresariais globais. Para proteger seus investimentos, acionistas e investidores passaram a exigir um sistema com regras de monitoramento interno e externo para suas organizações (Gerhard *et al.*, 2021; Pinho *et al.*, 2020).

No Brasil, o surgimento da governança corporativa tornou-se mais dinâmico a partir dos anos 1990 com a abertura do mercado nacional. Em 1995, houve a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que mais tarde, em 1999, foi renomeado para Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Esse instituto é responsável por fomentar as boas práticas de governança corporativa por meio de guias que auxiliam vários setores da economia nacional (Pinho *et al.*, 2020).

A rápida evolução e transformação do ambiente de negócios, marcada por crises e grandes escândalos de fraudes e corrupção, tem forçado as organizações a expandir o foco da governança corporativa. Assim, ela abrange não apenas acionistas e administradores, mas também uma gama mais ampla de partes interessadas. Isso demanda um maior cuidado no processo de tomada de decisões, bem como uma ampliação da capacidade de avaliação, fundamentação, julgamento e deliberação ética por parte dos agentes de governança (IBGC, 2017).

Dessa forma, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2023) destaca em sua 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa que nos últimos anos a governança corporativa evoluiu significativamente, ampliando seu foco da otimização de valor econômico aos associados para a criação de valor a todas as partes interessadas. Essa visão moderna reconhece a interdependência entre as organizações e os contextos econômico, social e ambiental na qual estão inseridas. Para tanto, o IBGC atualizou a definição de governança corporativa:

Governança corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente.

Para Assi (2019), o conceito de governança corporativa deve abranger uma preocupação com um universo mais amplo do que apenas os sócios e acionistas. A empresa deve visar oferecer produtos confiáveis e retorno

sustentável para o negócio, considerando a dificuldade de entrar no mercado e de manter o processo operacional em um contexto em que o público-alvo valoriza preço, imagem e confiança.

O IBGC (2023) definiu as linhas mestras das boas práticas de governança em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, em que relaciona cinco vertentes: integridade, transparência, equidade, responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade. Esses princípios aplicam-se a qualquer tipo de organização. A Tabela 1 exemplifica os princípios.

Tabela 1 – Princípios da governança corporativa

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Integridade	Promover uma cultura ética, evitar decisões com conflitos de interesse, garantir coerência entre discurso e ação, e preservar a lealdade à organização, cuidando das partes interessadas, da sociedade e do meio ambiente.
Transparência	Fornecer informações verdadeiras, claras, coerentes e relevantes, sejam positivas ou negativas, e não somente o exigido por regulamentos, para as partes interessadas. Essas informações devem abranger aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança.
Equidade	Tratar todas as partes interessadas de maneira justa, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. Isso envolve uma abordagem motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades.
Responsabilização (<i>accountability</i>)	Executar funções com diligência e independência, visando gerar valor sustentável a longo prazo. Prestar contas de maneira clara e tempestiva. Assumir as consequências de seus atos e omissões, levando em consideração o impacto de suas decisões à organização, partes interessadas e ao meio ambiente.
Sustentabilidade	Garantir a viabilidade econômico-financeira da organização, reduzir impactos negativos do negócio e aumentar os positivos. Reconhecer a interdependência com os ecossistemas social, econômico e ambiental, reforçando a responsabilidade e o protagonismo da organização perante a sociedade.

Fonte: IBGC (2023).

Os agentes de governança são os encarregados de preservar os princípios de governança corporativa e implementar as melhores práticas. Esses agentes incluem indivíduos que compõem o sistema de governança, como sócios, conselheiros de administração e fiscais, diretores e auditores. As decisões dos agentes de governança devem ser guiadas pelos princípios de governança e pelo propósito da organização (IBGC, 2023).

Ao abordar a evolução e a importância da governança corporativa, torna-se evidente que essa prática é crucial para garantir a integridade, transparência e sustentabilidade a longo prazo das organizações. No contexto das cooperativas de crédito, essa estrutura ganha características particulares, dando origem à governança cooperativa, que adapta os princípios gerais da governança corporativa para alinhar-se aos valores cooperativistas. Assim, a próxima seção deste estudo foca nas especificidades da governança cooperativa, destacando como ela equilibra os interesses econômicos com a participação democrática e o compromisso social, pilares essenciais para a gestão dessas instituições.

2.2 Governança corporativa em cooperativas de crédito

Com o passar dos anos, as cooperativas têm apresentado uma tendência constante de crescimento no número de cooperados, mesmo em meio a crises econômicas. As cooperativas desempenham um papel significativo na economia brasileira, gerando empregos e renda aos indivíduos. No contexto de desenvolvimento das cooperativas de crédito torna-se evidente a necessidade de estabelecer normas regulatórias para os processos societários, bem como para os processos fiscais e contábeis (Oliveira, 2017; Organização das Cooperativas Brasileiras, 2023).

As regulamentações aplicadas às cooperativas de crédito exigem a adesão aos mesmos princípios e fundamentos aplicáveis a outras instituições do Sistema Financeiro Nacional. Para atender as especificidades desse setor e promover a eficiência das cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil (BCB) como órgão regulador intensifica cada vez mais as exigências, visando garantir o desempenho adequado dessas instituições (Trindade; Neto, 2014).

O Banco Central do Brasil (2022) estabelece por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.051, de 25 de novembro de 2022, a

obrigatoriedade de implementação de políticas de governança corporativa para as cooperativas de crédito, que deve incluir:

- I – Os aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle; e
- II – A aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, remuneração dos membros dos órgãos estatutários, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Devido às particularidades das cooperativas, como o fato de que seus sócios atuam simultaneamente como financiadores e usuários dos serviços oferecidos pela cooperativa, foi necessário desenvolver práticas de governança adaptadas a esse setor, conhecidas como governança cooperativa (Pinho *et al.*, 2020).

A OCB (2022) elaborou o Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa, visando diminuir a assimetria das informações por meio de um modelo direcionado à direção estratégica, embasado nos princípios e valores do cooperativismo. Para tanto definiu a governança cooperativa:

Trata-se de um modelo de direção estratégica, fundamentado nos valores e princípios cooperativistas, que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável em consonância com os interesses dos cooperados.

A governança cooperativa é baseada em uma série de princípios, sendo eles autogestão, senso de justiça, transparência, educação e sustentabilidade, com o objetivo principal de mitigar os efeitos da assimetria de informações. Para alcançar esse objetivo, são utilizados mecanismos de controle internos e externos. O grande desafio reside na falta de separação entre propriedade e controle, assim como na dupla função dos cooperados, que atuam simultaneamente como proprietários e clientes (Pinho *et al.*, 2020). A Tabela 2 exemplifica os cinco princípios da governança cooperativa, segundo a Organização das Cooperativas Brasileira (2022).

Tabela 2 – Princípios da governança cooperativa

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Autogestão	É o processo pelo qual os próprios cooperados, de forma democrática e por meio de organismos de representatividade e autoridade legítimos, assumem a responsabilidade pela direção da cooperativa e pela prestação de contas da gestão. Os agentes de governança são responsáveis pelas consequências de suas ações e omissões.
Senso de justiça	É o tratamento dado a todos os cooperados com igualdade e equidade em suas relações com a cooperativa e nas relações dessa com suas demais partes interessadas.
Transparência	É facilitar voluntariamente o acesso das partes interessadas às informações que vão além daquelas determinadas por dispositivos legais, visando à criação de um ambiente de relacionamento confiável e seguro.
Educação	É investir no desenvolvimento do quadro social visando à formação de lideranças, para que essas tragam em seus conhecimentos de gestão e administração a essência da identidade cooperativa, base de sucesso e perpetuidade de sua doutrina.
Sustentabilidade	É a busca por uma gestão ética nas relações internas e externas para geração e manutenção de valor a todas as partes interessadas, visando à perenidade da cooperativa, considerando os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

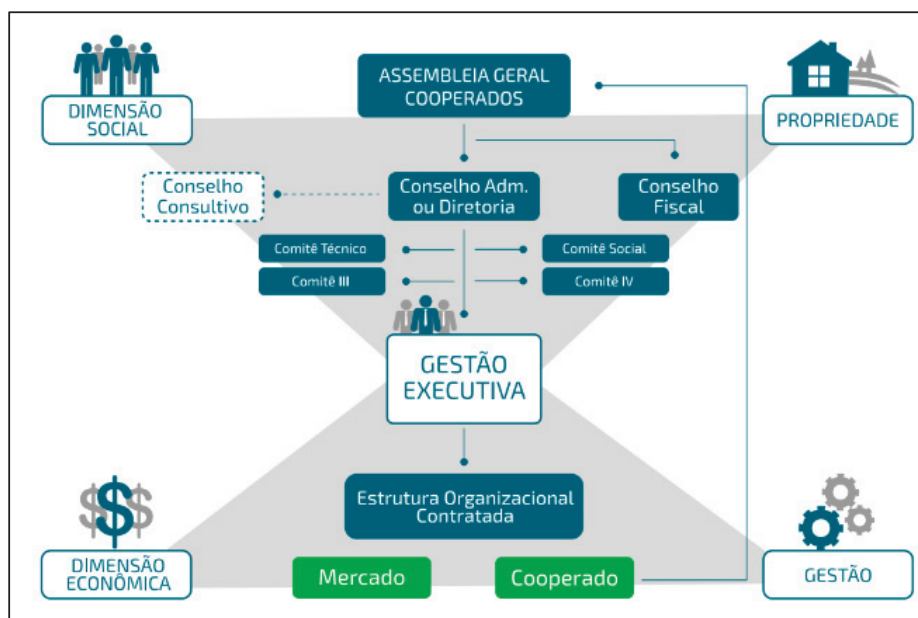
Fonte: OCB (2022).

Os cooperados, o conselho de administração, a diretoria, o conselho fiscal e a auditoria independente são os principais agentes da governança cooperativa. Esses agentes em conjunto formam as principais ferramentas que garantem o controle da propriedade sobre a gestão, refletindo no alinhamento dos interesses dos associados, de forma a prover a responsabilidade e a aderência aos princípios e objetivos da cooperativa (IBGC, 2023).

A estrutura básica de governança cooperativa, como ilustrada na Figura 1, destaca a integração entre diversas camadas organizacionais, desde a Assembleia Geral dos cooperados até a Gestão Executiva, permeando os conselhos Administrativo e Fiscal. Essa estrutura sublinha a importância da dimensão social e econômica, evidenciando o equilíbrio entre a propriedade cooperativa e a gestão operacional. Importantes mecanismos de apoio, como

comitês técnicos e consultivos, são integrados para sustentar uma governança eficaz, garantindo que as práticas administrativas estejam alinhadas com os interesses dos cooperados e as exigências do mercado. Essa organização não apenas facilita a operacionalização e a transparência, mas também fortalece a participação dos cooperados na tomada de decisões estratégicas, essencial para a sustentabilidade e eficiência a longo prazo da cooperativa (OCB, 2022).

Figura 1 – Estrutura Básica de Governança Cooperativa



Fonte: OCB (2022).

Diante das características específicas das cooperativas de crédito e com o objetivo de garantir a solidez e eficiência do sistema financeiro e, assim, reduzir os conflitos de interesses, as diretrizes para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito são: Representatividade e Participação, que aborda as assembleias, o processo eleitoral, os canais de comunicação e informação e a formação cooperativista; Direção Estratégica e Gestão Executiva, que se concentra nas principais atribuições e responsabilidades dos administradores; Fiscalização e Controle, focados nos associados, auditorias, conselho fiscal, organização sistêmica, na sua importância e nos mecanismos utilizados (BACEN, 2009).

A governança cooperativa está interligada com os princípios do cooperativismo, que orientam a forma como as cooperativas são geridas e operam, garantindo a manutenção de seus valores centrais. Os sete princípios do cooperativismo são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Esses princípios são operacionalizados por meio da governança cooperativa, que assegura que a gestão da cooperativa esteja alinhada com esses valores fundamentais, respondendo às necessidades dos membros e da comunidade (OCB, 2022).

Ao analisar a governança nas cooperativas de crédito, observa-se que ela é profundamente alicerçada nos princípios cooperativistas, tendo como principal objetivo garantir uma gestão democrática, transparente e voltada para os interesses dos cooperados, que desempenham o papel de proprietários e usuários da instituição. Ao integrar esses valores com as práticas da governança corporativa, como a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas, a governança cooperativa adapta os fundamentos tradicionais de governança a um ambiente onde a participação coletiva e a equidade são essenciais.

Essa convergência entre os dois modelos não apenas fortalece a gestão das cooperativas de crédito, garantindo a conformidade regulatória e a eficiência operacional, mas também assegura que as necessidades dos cooperados e da comunidade sejam plenamente atendidas, promovendo assim a sustentabilidade a longo prazo. Na sequência, está disposta uma série de estudos precedentes que analisaram a governança corporativa em cooperativas de crédito, desenvolvidos por estudiosos do tema.

2.3 Estudos precedentes

O estudo conduzido por Reis *et al.* (2015) teve como propósito examinar os efeitos da Governança Corporativa na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Varginha Ltda – Sicoob Credivar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Os principais efeitos identificados foram: redução dos conflitos de interesse; concessão de maiores poderes aos gestores; implementação do *compliance*; segregação de funções; desenvolvimento de manuais de padronização de desempenho e competências; transparência das informações para aprimorar os processos decisórios; melhorias nos modelos de prestação de contas; e regulamentação dos fatores internos e externos.

Pinho *et al.* (2020) realizaram um estudo com o objetivo de identificar a aplicação de práticas de governança corporativa na cooperativa de crédito do Rio Grande do Norte – SICOOB/RN e avaliar a aderência dessas práticas segundo a percepção dos cooperados. O estudo adotou uma abordagem exploratória descritiva qualitativa, utilizando o método de estudo de caso. Os resultados evidenciaram a confiança dos cooperados na gestão da cooperativa, mas também revelaram que muitos desconhecem os princípios cooperativistas e os procedimentos para convocação e participação em assembleias. A adesão às boas práticas de governança corporativa da cooperativa é prejudicada principalmente pelo desinteresse dos cooperados que não ocupam cargos de gestão.

Christ (2023) analisou em seu estudo a relação entre a governança corporativa e o programa de *compliance* da Cooperativa de Crédito Sicredi, avaliando se os pontos essenciais da governança são atendidos. Utilizando uma abordagem qualitativa e método dedutivo, com técnicas documentais e bibliográficas, a autora concluiu que o *compliance* é fundamental para as boas práticas de governança corporativa no Sicredi. O *compliance* assegura conformidade legal, ética e regulatória, promovendo transparência, integridade, responsabilidade e sustentabilidade nos negócios.

Finalizada a revisão teórica sobre o tema em estudo, na próxima seção são definidos os procedimentos metodológicos que foram adotados para o desenvolvimento do presente estudo.

3 Metodologia

A pesquisa é classificada como descritiva em relação a seus objetivos, utilizando técnicas padronizadas para a coleta de dados e analisando as relações entre as características da amostra e a prática investigada (Gil, 2016).

No que se refere aos procedimentos técnicos, este estudo adota o método de percepção para captar o entendimento e as percepções dos participantes, utilizando o tipo levantamento (*survey*) com a aplicação de um questionário em escala *Likert* de cinco pontos. Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é considerada quantitativa, uma vez que emprega técnicas estatísticas para analisar os resultados (Gil, 2016; Sampieri *et al.*, 2013).

A unidade de análise desta pesquisa é uma cooperativa de crédito localizada no oeste de Santa Catarina com 30 anos de operação. A coope-

rativa possui seis agências em seis municípios da região, conta com cerca de 60 funcionários e atende aproximadamente 7.300 associados. Além de seus produtos e serviços financeiros, a cooperativa compromete-se com iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da comunidade local.

Para avaliar a estrutura de governança corporativa da cooperativa, foi desenvolvido um instrumento de coleta de dados. Esse instrumento é um questionário estruturado, que será distribuído utilizando a ferramenta *Google Forms*. O questionário foi direcionado aos gestores da cooperativa, incluindo presidente, vice-presidente, diretor financeiro e diretor comercial, totalizando uma amostra de quatro participantes, com o objetivo de obter suas percepções sobre as práticas de governança corporativa em vigor. A escolha desses participantes deu-se pela relevância de seus cargos e pelo envolvimento direto, tanto na parte estratégica quanto operacional da cooperativa, assegurando uma visão abrangente sobre a governança implementada.

O questionário de pesquisa contém afirmações que exploram os princípios cooperativistas, as diretrizes e as melhores práticas de governança cooperativa. Em cada afirmação, os participantes devem indicar seu nível de concordância ou discordância usando uma escala *Likert* de cinco pontos, onde 1 representa total discordância e 5 indica total concordância com as condições da governança cooperativa da cooperativa de crédito.

O questionário foi aplicado entre os dias 9 e 13 de setembro, e todos os gestores responderam à pesquisa. Nesse sentido, a próxima seção do estudo apresenta a análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa.

4 Análise e discussão dos resultados

Esta seção apresenta e analisa os resultados da pesquisa, cujo objetivo principal é compreender a percepção dos gestores sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela cooperativa estudada. A amostra é composta por quatro gestores, sendo três do sexo masculino (75%) e um do sexo feminino (25%). Em relação à faixa etária, um gestor tem entre 36 e 45 anos (25%), outro entre 46 e 55 anos (25%) e dois estão na faixa de 56 a 65 anos (50%).

Quanto aos cargos ocupados, a equipe é formada por um presidente (25%), um vice-presidente (25%) e dois diretores executivos (50%), o que revela uma predominância da diretoria executiva na estrutura organizacional, sugerindo foco nas funções executivas da cooperativa.

O tempo de atuação dos gestores também é equilibrado: um possui entre 1 e 5 anos de experiência, outro entre 6 e 10 anos, um entre 11 e 15 anos e um com mais de 15 anos. Essa diversidade de tempo de casa pode influenciar a forma como cada gestor percebe as práticas de governança.

No que se refere à escolaridade, 75% dos gestores possuem Ensino Médio e 25% Ensino Superior, evidenciando uma predominância de formação em nível médio, fator que pode impactar a visão sobre governança. Quanto ao nível de conhecimento autodeclarado sobre o tema, 25% dos participantes consideram ter conhecimento básico e 75% moderado. Esses resultados apontam que, considerando os cargos de alta gestão ocupados pelos respondentes, o nível de conhecimento sobre governança corporativa não corresponde adequadamente às expectativas dessas funções.

A seguir, apresenta-se a análise dos dados obtidos por meio das questões baseadas na escala *Likert*. Para essa etapa, utilizou-se uma abordagem quantitativa que envolveu o cálculo do Ranking Médio (RM) de cada item. O procedimento iniciou com a determinação da frequência das respostas. Posteriormente, as respostas foram ponderadas de acordo com sua posição na escala *Likert*, que varia de 1 a 5. Os valores ponderados foram somados e, em seguida, divididos pelo número total de respondentes, obtendo-se assim a média ponderada para cada item (Wanderer, 2017). A Tabela 3 apresenta os resultados dessa análise, incluindo as frequências das respostas e os *rankings* médios calculados.

Tabela 3 – Avaliação da governança corporativa

Questões		Frequência de pesquisados					
		1	2	3	4	5	RM
1	Política de Governança Corporativa: A cooperativa de crédito possui uma Política de Governança Corporativa aprovada em Assembleia Geral e acessível a todos os membros.	-	-	-	3	1	4,25
2	Segregação de Funções: A cooperativa possui uma estrutura clara de segregação de funções, onde os papéis de supervisão, execução e controle são bem definidos e independentes, minimizando conflitos de interesse.	-	1	-	-	3	4,25
3	Independência dos Conselheiros: Os conselheiros da cooperativa atuam de maneira independente, sem influências externas que possam comprometer suas decisões.	-	-	2	1	1	3,75
4	Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários: A política de remuneração para os membros dos órgãos estatutários é justa, transparente e alinhada ao desempenho de longo prazo da cooperativa.	-	-	2	1	1	3,75

5	Transparência na Prestação de Contas: A cooperativa adota práticas de transparência, disponibilizando informações claras e acessíveis sobre suas operações e resultados para todos os cooperados.	-	-	-	1	3	4,75
6	Conformidade e Ética: A cooperativa possui um Código de Ética e Conduta que orienta as ações de todos os membros, incluindo a alta administração, garantindo que as práticas estejam alinhadas com os valores cooperativistas e promovam um ambiente ético e íntegro.	-	-	-	1	3	4,75
7	Gestão de Riscos: A cooperativa possui mecanismos eficazes para identificar, avaliar e gerenciar riscos, assegurando a sustentabilidade da organização.	-	-	1	3	-	3,75
8	Auditoria Interna: A cooperativa possui uma auditoria interna robusta e independente, que garante a conformidade das operações com as leis e regulamentos aplicáveis.	-	-	2	-	2	4,00
9	Programa de Compliance: A cooperativa implementa um programa de <i>compliance</i> eficaz, assegurando que todas as atividades estejam em conformidade com as normas regulatórias e internas.	-	1	-	2	1	3,75
10	Planejamento da Sucessão: A cooperativa tem um plano de sucessão bem definido para cargos estratégicos, assegurando a continuidade da governança.	1	-	2	1	-	2,75
11	Política de Sucessão de Administradores: A cooperativa de crédito possui uma política de sucessão de administradores aprovada em assembleia geral e acessível aos cooperados.	1	-	1	2	-	3,00
12	Política de Renovação de Membros do Conselho de Administração: A cooperativa de crédito possui Política de Renovação de Membros do Conselho de Administração aprovada pelo Conselho de Administração e comunicada em Assembleia Geral?	-	-	1	1	2	4,25
13	Conselho de Administração: O Conselho de Administração assegura que as decisões estratégicas sejam tomadas em consonância com os valores cooperativistas e os interesses dos membros.	-	-	1	1	2	4,25
14	Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal atua de forma eficaz para assegurar a conformidade e a transparência das operações, refletindo o compromisso da cooperativa com a ética e a responsabilidade social.	-	-	-	2	2	4,50
15	Comitês Técnicos e de Assessoramento: A cooperativa possui comitês técnicos e de assessoramento que oferecem suporte especializado ao Conselho de Administração/Diretoria em temas relevantes.	1	-	-	2	1	3,50
16	Participação Ativa dos Cooperados: A cooperativa incentiva a participação ativa dos cooperados em suas assembleias e decisões estratégicas, promovendo uma gestão democrática.	-	-	1	-	3	4,50
17	Políticas de Sustentabilidade: A cooperativa incorpora considerações de sustentabilidade em suas operações, buscando equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais em sua estratégia de negócios.	-	-	-	3	1	4,25

18	Inovação e Competitividade: A cooperativa está comprometida com a inovação e a adaptação às mudanças do mercado, buscando constantemente melhorar a qualidade dos serviços e garantir sua competitividade e relevância a longo prazo, enquanto mantém seu compromisso com os princípios cooperativistas.	- 1 - 2 1 3,75
19	Educação e Formação: A cooperativa investe na educação e formação contínua de seus membros e colaboradores, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para a boa governança.	- - - 1 3 4,75
20	Tratamento de Conflitos de Interesses: A cooperativa possui políticas claras e eficazes para prevenir e tratar conflitos de interesses, garantindo decisões imparciais e justas.	- - 1 2 1 4,00
21	Equidade e Justiça: A cooperativa trata todos os seus membros de forma equitativa, respeitando os direitos e interesses de todos, independentemente de seu nível de participação.	- - - 3 1 4,25
22	Ouvidoria e Relacionamento com os Cooperados: A cooperativa mantém canais de ouvidoria eficientes que facilitam o relacionamento com os cooperados e asseguram que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.	- - 1 1 2 4,25
23	Autonomia e Independência: A cooperativa mantém sua autonomia e independência, inclusive ao firmar parcerias, preservando sempre o controle democrático dos cooperados.	- - 1 1 2 4,25
24	Responsabilidade Social: A cooperativa demonstra um forte compromisso com a responsabilidade social, implementando práticas que beneficiam não apenas os membros, mas também a comunidade local.	- - - 1 3 4,75

Fonte: Elaboração própria (2024).

As questões que obtiveram maior concordância, com Ranking Médio (RM) superior a 4 ou superior, apontam para áreas onde a cooperativa apresenta uma forte aderência às práticas de governança corporativa. Em contraste, as pontuações de RM mais baixas revelam aspectos da governança que ainda carecem de alinhamento completo com as melhores práticas e exigências regulatórias.

Nesse sentido, a questão sobre transparência na prestação de contas alcançou RM=4,75, indicando que a cooperativa adota práticas eficazes de transparência, essenciais para fortalecer a confiança dos cooperados. Da mesma forma, a conformidade e ética obteve o mesmo RM, demonstrando que o Código de Ética é seguido rigorosamente, promovendo um ambiente íntegro. O investimento em educação e formação, também com RM 4,75, reforça o compromisso com o desenvolvimento contínuo de habilidades, enquanto a responsabilidade social, com o mesmo RM, evidencia o forte compromisso da cooperativa com práticas que beneficiam tanto os mem-

bro quanto a comunidade local. A eficácia do Conselho Fiscal (RM 4,50) e a participação ativa dos cooperados (RM 4,50) refletem-se na garantia de conformidade e transparência nas operações, bem como na consolidação de uma gestão democrática.

Em contrapartida, algumas questões obtiveram RM mais baixos, indicando áreas que precisam de melhorias. O planejamento de sucessão teve o menor RM (2,75), apontando para a falta de uma estratégia clara para cargos-chave, o que pode comprometer a governança a longo prazo. A política de sucessão de administradores também foi avaliada modestamente (RM 3,00), sugerindo que ainda não está totalmente estabelecida ou acessível aos cooperados. A atuação dos comitês técnicos e de assessoramento (RM 3,50) também necessita de fortalecimento para garantir decisões mais embasadas e eficientes.

Questões com pontuações intermediárias, como a gestão de riscos (RM 3,75), indicam que, apesar de haver mecanismos, ainda há espaço para aprimoramento. O programa de *compliance*, também com RM 3,75, sugere a necessidade de reforçar a conformidade e aumentar a segurança operacional. O mesmo RM foi observado para inovação e competitividade, demonstrando que, embora existam iniciativas, é necessário maior investimento para garantir a relevância da cooperativa a longo prazo.

Por fim, questões estratégicas como a segregação de funções (RM 4,25) mostram que a cooperativa já possui uma estrutura clara e bem definida. A política de governança corporativa (RM 4,25) e a política de renovação de membros do Conselho de Administração (RM 4,25) evidenciam a existência de diretrizes aprovadas em assembleia e renovação transparente dos membros, reforçando a continuidade da governança.

Por outro lado, a análise individual das respostas evidenciou variações nas percepções dos gestores sobre as práticas de governança corporativa, conforme os *rankings* médios (RM). O presidente da cooperativa (Gestor 4) apresentou o RM mais elevado (4,83), refletindo uma visão bastante positiva, possivelmente influenciada por sua posição estratégica e envolvimento direto nas decisões. Os diretores executivos (Gestores 1 e 2) tiveram RMs mais baixos (3,79 e 3,83), o que pode indicar uma percepção mais crítica, associada ao menor nível de escolaridade e conhecimento declarado sobre governança. O vice-presidente (Gestor 3), com RM de 3,88 e formação superior, demonstrou uma visão ligeiramente mais positiva. Esses dados indicam que a percepção sobre a governança está relacionada à posi-

ção hierárquica e ao nível de conhecimento dos gestores. A seção seguinte apresenta as conclusões deste estudo.

5 Conclusões

Este estudo tratou da governança corporativa em cooperativas de crédito, ressaltando sua importância para a eficiência, transparência e sustentabilidade das instituições, bem como para a proteção dos interesses dos cooperados. Teve como objetivo identificar a percepção dos gestores sobre essas práticas em uma cooperativa do oeste de Santa Catarina. Para isso foram apresentadas as principais diretrizes da governança com base na literatura e, em seguida, realizada uma pesquisa para avaliar a visão dos gestores quanto à aplicação dessas práticas na cooperativa.

Com base na análise e discussão dos resultados apresentados na seção anterior, é possível concluir que a cooperativa de crédito investigada apresenta uma sólida adesão a diversas práticas de governança corporativa, com destaque para áreas como transparência, conformidade ética e responsabilidade social, que foram bem avaliadas pelos gestores. Esses aspectos refletem o compromisso da cooperativa em garantir uma gestão alinhada aos princípios cooperativistas, assegurando tanto a confiança dos cooperados quanto a sustentabilidade da organização a longo prazo.

Entretanto, foram identificados pontos que necessitam de aprimoramento, como o planejamento de sucessão e a atuação dos comitês técnicos e de assessoramento, que apresentaram as menores pontuações. Esses aspectos são críticos para a continuidade da governança e para a eficiência na tomada de decisões estratégicas. A necessidade de melhorias nessas áreas evidencia a importância de uma abordagem mais estruturada para garantir a perenidade da gestão.

Por fim, as variações nas percepções dos gestores, analisadas pelo *ranking* médio (RM), sugerem que o nível de conhecimento sobre governança corporativa e a posição ocupada na hierarquia influenciam diretamente a visão sobre a efetividade das práticas. Portanto, investir em capacitação contínua e revisar as políticas de governança são ações recomendadas para alinhar as percepções e fortalecer ainda mais a governança da cooperativa.

O principal limite deste estudo foi o tamanho reduzido da amostra, composta por apenas quatro gestores, o que restringe a generalização dos

resultados para outras cooperativas ou públicos internos. Além disso, o uso da autopercepção pode ter introduzido vieses subjetivos nas respostas. Pesquisas futuras podem ampliar a amostra, incluindo cooperados e colaboradores, e adotar uma abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos para uma compreensão mais profunda das percepções e desafios relacionados à governança corporativa.

Referências

ASSI, Marcos. **Governança, riscos e compliance**: mudando a conduta nos negócios. Saint Paul Editora, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 5.051**, de 25 de novembro de 2022. Dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Brasília, DF, ago. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinancieira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5051>. Acesso em: 30 maio 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança Cooperativa**: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativa de crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

CHRIST, Thaís. **A importância das boas práticas de governança corporativa, através da atuação do compliance no sistema de crédito cooperativo-caso Sicredi**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

DE PAIVA, Benedito Geovani Martins; DOS SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 15, n. 2, p. 596-619, 2017.

GERHARD, Alcimar; MOREIRA, Vilmar Rodrigues; WEYMER, Alex Sandro Quadros. Práticas de governança em uma cooperativa de crédito: uma avaliação das percepções de agentes de governança. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 16, p. 01-23, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Compliance à Luz da Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo brasileiro 2023**. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em: 16 de set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Manual de Boas Práticas de Governança OCB**. Brasília: OCB, 2022. Disponível em: https://somoscooperativismo.coop.br/file/nac/publicacoes/2022-11-18_Manual_Governanca_Cooperativa.pdf. Acesso em: 30 mai. 2024.

PINHO, Cássia Marcelle Dias; GONÇALVES, T. J. C.; LIMA, DHS de. As Práticas de Governança Corporativa em uma Cooperativa de Crédito. In: **Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo/SP, Brasil, 2020.

REIS, Dimas Almeida *et al.* **Os impactos da governança corporativa em uma cooperativa de crédito**. 2015.

WANDERER, Luiz Carlos. **A validação e a aderência à implementação do programa de compliance no sistema de crédito cooperativo (Sicredi)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Motivação profissional dos funcionários em uma cooperativa de crédito – um estudo de caso

Luciana Aparecida Zampieron

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch

1 Introdução

Conceitos e abordagens sobre gestão de pessoas nas organizações trouxeram novas propostas para o ambiente de trabalho. Guimarães e Correa (2021) apontam que as organizações podem ter objetivos que vão além da lucratividade, buscando um propósito maior. No caso das cooperativas, a gestão democrática é o meio pelo qual atingem esse propósito, permitindo-lhes proporcionar benefícios e satisfazer as necessidades de seus integrantes.

Segundo Chiavenato (2000), a empresa que dá ênfase ao fator humano como diferencial competitivo de seu negócio, procurando destacar-se entre seus concorrentes, não implementa de fato essa política. Já a empresa que realmente tem em sua declaração de valores o “fator humano” e o valoriza será de fato uma empresa completa e preparada. Cada empresa parece ter sempre alguém desmotivado, sem ânimo para trabalhar. Assim, pode-se pensar em duas abordagens sobre a motivação: a motivação própria e como motivar outras pessoas ou terceiros (Henriques, 2006).

Dessa forma, a satisfação em seu trabalho vem de encontro ao bom desempenho da cooperativa, pois o processo funciona como um espelho de seu empenho (Lima, 2012). No estudo de Nunes *et al.* (2019) isso fica claro, pois é necessário que quem esteja compondo o corpo de trabalho dos funcionários da cooperativa tem que se envolver com a finalidade do negócio. Nas cooperativas, a satisfação dos funcionários tem de refletir a missão pela qual a cooperativa foi formada, tem de ser um aspecto a ser levado em consideração e genuíno para o colaborador.

A satisfação dos funcionários com a gestão cooperativa é de fato importante, pois a cooperativa tem entre suas funções servir seus cooperados,

e fazer isso com excelência só é possível por meio de uma equipe qualificada e comprometida com a cooperativa. O trabalhador de uma cooperativa deve estar satisfeito com seu trabalho, e isso possibilitará buscar constantemente para os cooperados uma “gestão eficiente, procurar benefícios para todos com equidade a fim de defender os direitos e interesses do grupo. A satisfação no trabalho é um vetor da motivação, assim como o comprometimento com a missão da cooperativa; enquanto a satisfação pode ser definida como um fator extrínseco, a missão pode estar associada a um fator intrínseco” (Silva; Wendt; Argimon, 2010).

A satisfação é descrita por Robbins (2005, p. 66) como “um somatório da convivência com os colegas e superiores, obediência às regras e políticas, alcance dos padrões de desempenho, aceitação das condições de trabalho geralmente abaixo do ideal”. Já para Siqueira (2008), a satisfação é um conceito delicado e de difícil definição clara, mas para a autora a satisfação no trabalho é a soma de contentamentos que o colaborador tem ao longo de sua carreira laboral. Dessa maneira, o presente estudo tem como principal objetivo fazer uma análise sobre a satisfação e a motivação entre os funcionários de uma cooperativa de crédito.

2 Cooperativismo: conceitos e evolução

O cooperativismo é definido de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB como associações que acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros. São entidades autônomas e democráticas com a finalidade de reunir pessoas e não capital, têm como meta atender necessidades do grupo e não do lucro, bem como atender a prosperidade conjunta e não individual. Nesta seção são trabalhados conceitos que embasam teoricamente o assunto.

Segundo Oliveira e Santos (2012), desde a pré-história a cooperação faz parte da organização humana, contribuindo para a estruturação das diferentes organizações sociais pela luta de sobrevivência frente à diversidade de cada época.

Conforme Singer (2002), o cooperativismo desempenhou importante papel na Europa a partir de meados do século XIX com os Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Rochdale surgiu no norte da Inglaterra em 1844, fundada com o objetivo de ser uma colônia autossuficiente e apoiar outras sociedades com esses pro-

pósitos. Era composta por 28 pessoas, sendo que 27 homens e 1 mulher; os operários eram qualificados de diversos ofícios, e metade deles era owenista.

Para que as cooperativas se mantivessem norteadas, segundo Pereira *et al.* (2013), foram estabelecidos princípios pelos “Probos Pioneiros de Rochdale” como regras de conduta de seus membros. Ao longo da história esses princípios foram se modificando, porém sem perder o que os pioneiros idealizaram, ou seja, uma organização fundamentada nas regras de igualdade, proporcionalidade e solidariedade. São esses princípios que garantem a configuração organizacional das cooperativas e servem de base para o seu funcionamento.

2.1 Cooperativismo de crédito no Brasil

Na América Latina, o cooperativismo de crédito teve início em 1902 na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, pelas mãos do padre suíço Theodor Amstad.

Segundo Meinen e Port (2014), a manifestação cooperativa pode assumir diferentes formas operacionais. A mutualidade envolve desde atividades de comercialização e produção até o oferecimento de prestação de serviços de diversas áreas profissionais, inclusive no setor financeiro, inserindo as instituições financeiras cooperativas.

Novaes (2018) evidencia a diferenciação entre a proposta de cada sociedade, e o ponto de divergência é o objetivo de cada uma. Na proposta do banco convencional, a existência dessa instituição refere-se à acumulação e multiplicação de capital. Já na da cooperativa existe a premissa da existência do cooperado, sendo o capital apenas um meio de suprir a sua necessidade.

O cooperativismo, com suas raízes históricas e princípios sólidos, tem se mostrado uma força vital para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Desde as primeiras práticas de cooperação até a estrutura formalizada dos Pioneiros de Rochdale, o movimento cooperativo tem evoluído e se adaptado às necessidades de seus membros e às mudanças globais. Sua importância continua a crescer, oferecendo um modelo alternativo de negócios que valoriza a participação democrática, a justiça econômica e a sustentabilidade.

3 Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica com objetivo exploratório e descritivo. Exploratório, porque seu objetivo é proporcionar uma maior familiaridade com o problema. Foi utilizado um levantamento por meio de um estudo quali-quantitativo; como instrumento de coleta de dados foi utilizada a ferramenta *Google Forms* e enviada via *link* pelo *whatsapp* para os funcionários da cooperativa de crédito objeto da pesquisa.

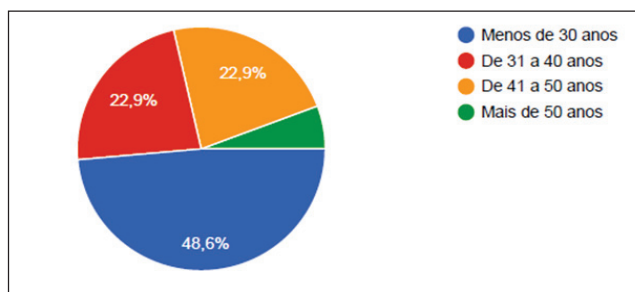
O questionário, composto por 19 questões fechadas e uma pergunta aberta descritiva, foi aplicado entre os dias 15 de junho e 15 de julho do ano de 2024. O público-alvo do estudo foram funcionários que atuam em uma cooperativa de crédito da região do Alto Uruguai, composta por 42 funcionários, dos quais 35 responderam a pesquisa.

Após o recolhimento dos dados, estes foram analisados, contando com o apoio teórico que encaminha para o objetivo principal do trabalho, juntamente com auxílio da estatística descritiva para compor os resultados em forma de tabelas gráficos e análise de conteúdo.

4 Resultados e discussões

A caracterização dos funcionários que participaram da pesquisa revelou um perfil jovem, conforme ilustrado na Figura 1, com expressivos 48,6% dos funcionários pertencentes à faixa etária inferior a 30 anos.

Figura 1 – Faixa etária dos pesquisados



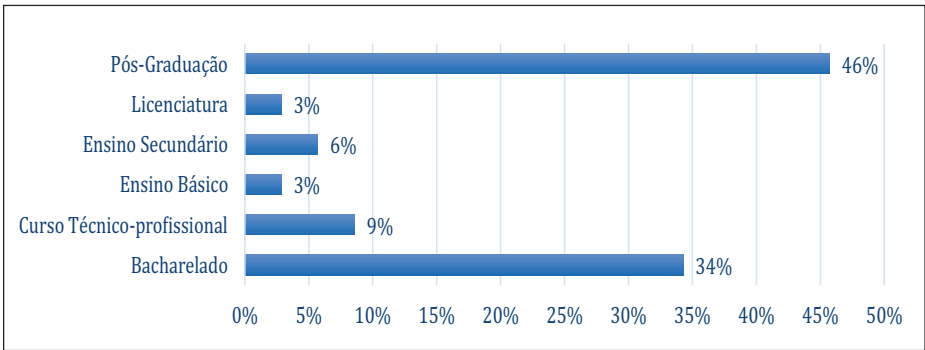
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esses dados revelam que a amostra se encontra na Geração Z, que, de acordo com Lima *et al.* (2022), refere aqueles nascidos entre meados de

1990 e 2010. Essa geração cresceu em um mundo digital e tem características únicas, como ser nativos digitais e ter uma perspectiva global. Eles tendem a valorizar a inovação, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e a oportunidade de fazer a diferença, e também são jovens recém-formados e com expectativas e aspectos motivacionais diferentes das gerações anteriores.

Em relação ao gênero dos entrevistados, constatou-se uma distribuição ligeiramente maior de pessoas do gênero feminino (51,4%) em comparação com o gênero masculino (48,6%). Dessa forma, é possível fazer um paralelo com a população brasileira, já que, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 51,5% são mulheres e 48,5% são homens (IBGE, 2022). Na Figura 2, é apresentado que a maioria dos entrevistados possui cursos de bacharelado (34%) e pós-graduação (46%).

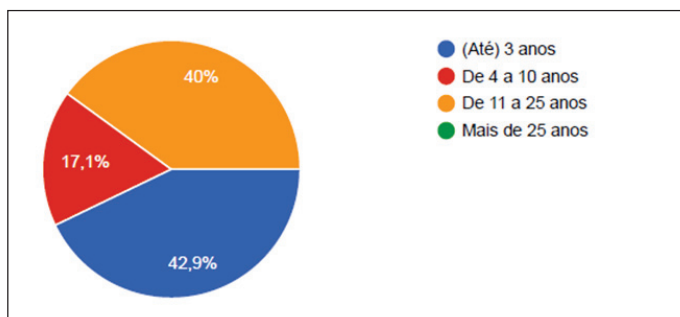
Figura 2 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Figura 3 apresenta os resultados quanto ao questionamento do tempo de serviço dos funcionários na cooperativa. Verificou-se que 42,9% dos entrevistados responderam que trabalham menos de três anos na cooperativa, e 40% estão entre 11 e 25 anos trabalhando na mesma cooperativa.

Figura 3 – Tempo de serviço na cooperativa dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

4.1 Resultados quantitativos quanto à satisfação do colaborador

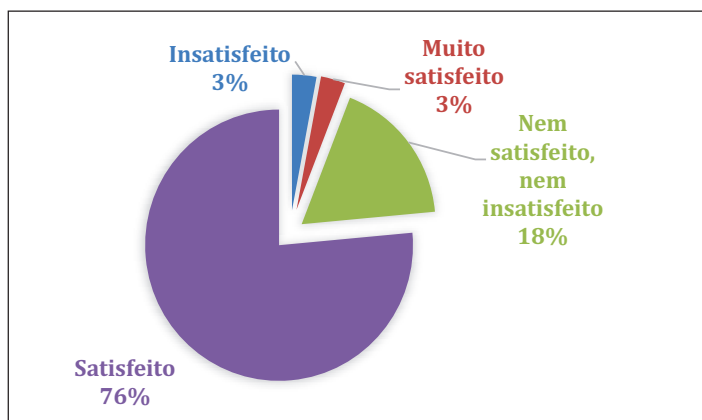
A mensuração da satisfação e motivação dos funcionários da cooperativa foi realizada por meio da aplicação de um questionário com escala de concordância. Os funcionários indicaram seu nível de acordo com as afirmativas propostas, fornecendo dados quantitativos para análise. Na afirmativa “enquanto trabalho, estou 100% focado em minhas responsabilidades e deveres profissionais”, 74,3% concordam plenamente com a afirmação e 25,7% concordam em parte. Também no resultado para a afirmação “estou animado para ir trabalhar todos os dias”, 68,6% responderam que concordam plenamente e 31,4% concordam em parte com a afirmação.

Sobre o ambiente de trabalho e a infraestrutura da cooperativa, os níveis de aceitação quanto à afirmação foram 48,6% muito satisfeitos e 40% satisfeitos, o que representa 88,6% de aceitação quanto a esse aspecto. Sobre o estilo da gestão pelos superiores, quanto ao nível de aceitação, 82,8% estão muito satisfeitos e/ou satisfeitos.

Se questionados sobre o nível de motivação afetar o desempenho durante o trabalho, 91,4% afirmaram que sim. E quanto a se sentir suficientemente motivado pelos superiores, 67,6% afirmaram que sim e 32,4% responderam não saber. Quando questionados se o colaborador acredita que os seus pontos de vista e opiniões são levados em consideração quando são tomadas decisões, apenas 34,3% afirmaram que sim e 62,9% responderam que às vezes. Quanto à pergunta se o trabalho é avaliado e elogiado de forma adequada na cooperativa, verificou-se que 77,1% dos respondentes afirmaram que sim, enquanto 22,9% disseram não. Também foram questionados sobre como avaliam o programa motivacional desenvolvido na coo-

perativa, o que apresentou um nível de satisfação em 76% dos respondentes e 18% nem satisfeitos tampouco insatisfeitos, representados na Figura 4.

Figura 4 – Como você avalia o programa motivacional de sua cooperativa?



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Dessa forma, analisando as respostas, conclui-se que há uma série de fatores que influenciam diretamente a motivação e a satisfação dos funcionários da cooperativa, representadas nos itens abaixo.

1. Distribuição demográfica e perfil dos entrevistados: A partir dos resultados nota-se que a amostra dos entrevistados é equilibrada em termos de gênero, com uma ligeira maioria feminina, e tem uma predominância de funcionários com nível de bacharelado ou pós-graduação. A maioria dos funcionários tem um tempo significativo de serviço na cooperativa, o que sugere uma estabilidade no emprego e possivelmente uma boa adaptação à cultura organizacional.

2. Satisfação com infraestrutura e ambiente: Destaca-se também que a maioria dos funcionários está satisfeita com o ambiente e a infraestrutura da cooperativa, o que é um ponto positivo, pois contribui diretamente para o bem-estar e a produtividade no trabalho. Além disso, há uma avaliação relativamente positiva em relação ao estilo de gestão dos superiores, embora ainda haja áreas para melhoria.

3. Motivação e reconhecimento: Quando se trata de motivação e reconhecimento, os dados sugerem que, embora exista um certo nível de motivação entre os funcionários, há uma percepção de que ainda há espaço para que a gestão reconheça e valorize adequadamente o trabalho realizado. A satisfação com os programas motivacionais da cooperativa também parece ser mista, indicando a necessidade de aprimorar ou adaptar essas iniciativas às necessidades dos funcionários.

4. Participação no processo decisório: As respostas evidenciam uma área crítica: muitos funcionários sentem que suas opiniões não são suficientemente consideradas nas decisões da cooperativa. Isso pode gerar um sentimento de desvalorização e impactar negativamente a motivação e o engajamento.

Uma parcela significativa dos funcionários está ciente do programa de participação nos resultados oferecido pela cooperativa e entende como ele funciona, pois, quando perguntados sobre, 62,9% disseram concordar plenamente com a afirmação: “Estou ciente do programa de participação nos resultados oferecido pela cooperativa e entendo como funciona”. E 34,3% concordam em parte com a mesma afirmação.

Esse entendimento é crucial, pois reflete a comunicação eficaz entre a gestão e os funcionários sobre os benefícios oferecidos. A clareza sobre o programa é o primeiro passo para garantir que os funcionários se sintam valorizados e engajados, o que se pode traduzir em maior adesão e, consequentemente, melhores resultados para a organização.

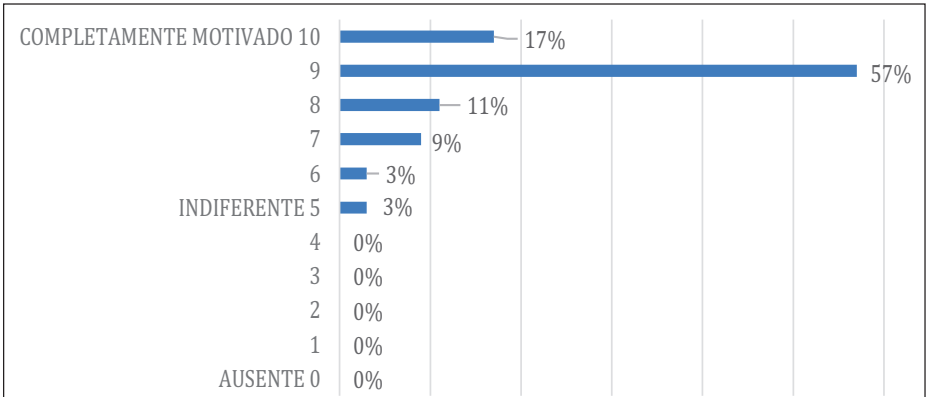
Observou-se que o programa de participação nos resultados influencia positivamente a motivação dos funcionários. Pois 65,7 % dos funcionários dizem concordar plenamente com a afirmação: “O programa de participação nos resultados influencia positivamente minha motivação no trabalho, pois a participação nos resultados me incentiva a trabalhar com mais eficiência”. E 28,6% concordam em parte com a afirmação.

O reconhecimento e a recompensa financeira por meio de resultados alcançados são fatores que tradicionalmente elevam a motivação, pois alinham os interesses dos funcionários com os objetivos da cooperativa. Esse resultado é um indicativo de que programas de incentivo financeiro bem estruturados podem ser eficazes em manter os funcionários engajados e comprometidos com o sucesso da cooperativa.

A Figura 5 ilustra a avaliação do nível de motivação dos funcionários por meio de uma escala numérica de 0 a 10, onde 0 representa a ausência

total de motivação, 5 indica indiferença e 10 expressa completa motivação. Essa abordagem quantitativa permitiu capturar a percepção dos colaboradores em relação a seu engajamento.

Figura 5 – Avaliação do nível de motivação

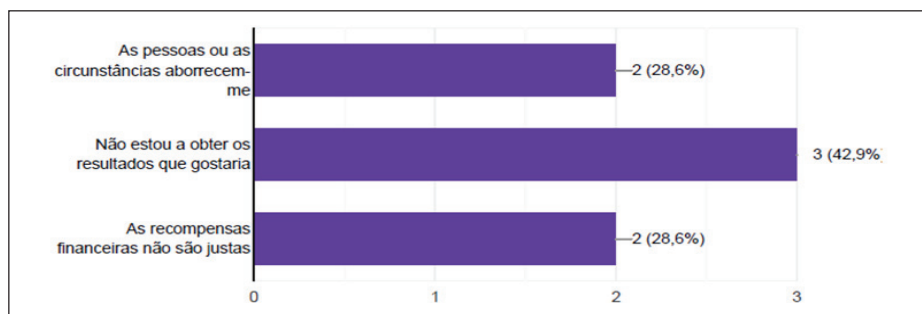


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise detalhada da Figura 5 revela o nível geral de satisfação e o envolvimento emocional dos funcionários com seu trabalho e com a cooperativa. Valores elevados nessa escala sinalizam um ambiente de trabalho positivo e engajador, enquanto valores baixos indicam potenciais áreas de preocupação que demandam a atenção da gestão. A identificação precoce desses pontos críticos – como a percepção de falta de reconhecimento, desafios na comunicação ou questões relacionadas à cultura organizacional – possibilita intervenções estratégicas para fortalecer o bem-estar e a produtividade dos colaboradores.

A Figura 6 aprofunda a compreensão da desmotivação ao apresentar as razões apontadas pelos funcionários que se autoavaliaram com notas de 0 a 5 na questão anterior. A principal causa identificada, com 42,9% das respostas, reside na percepção de não estarem alcançando os resultados desejados. Adicionalmente, as alternativas “as pessoas ou as circunstâncias aborrecem-me” e “as recompensas financeiras não são justas” representaram 28,6% cada, evidenciando a influência de fatores interpessoais, contextuais e de reconhecimento financeiro na motivação dos colaboradores.

Figura 6 – Razões para a desmotivação



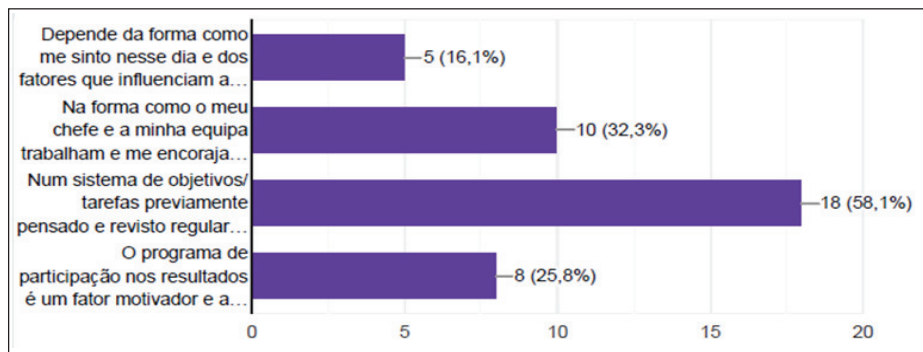
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esta análise é fundamental, pois oferece *insights* valiosos sobre os fatores que estão contribuindo para o descontentamento dos funcionários. Identificar e abordar esses fatores pode ajudar a cooperativa a implementar melhorias que aumentem a satisfação e a produtividade no ambiente de trabalho.

A Figura 7 direciona o foco para os fatores que impulsionam a motivação diária dos funcionários com níveis de engajamento mais elevados (notas 5 a 10). A análise revela que a principal base de motivação para esse grupo, representando 58,1% das respostas, reside em “um sistema de objetivos/tarefas previamente pensado e revisto regularmente, que me permite saber o que cumprir diariamente”. Esse resultado sublinha a importância da clareza e da organização no trabalho para manter o engajamento.

Em segundo lugar, com 32,3% das respostas, destaca-se “a forma como o meu chefe e a minha equipa trabalham e me encorajam na execução de tarefas”. Essa constatação enfatiza o papel da liderança e do apoio da equipa na motivação dos colaboradores com níveis de engajamento já positivos, sugerindo a importância de fortalecer ainda mais essas dinâmicas interpessoais.

Figura 7 – Bases da motivação diária



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

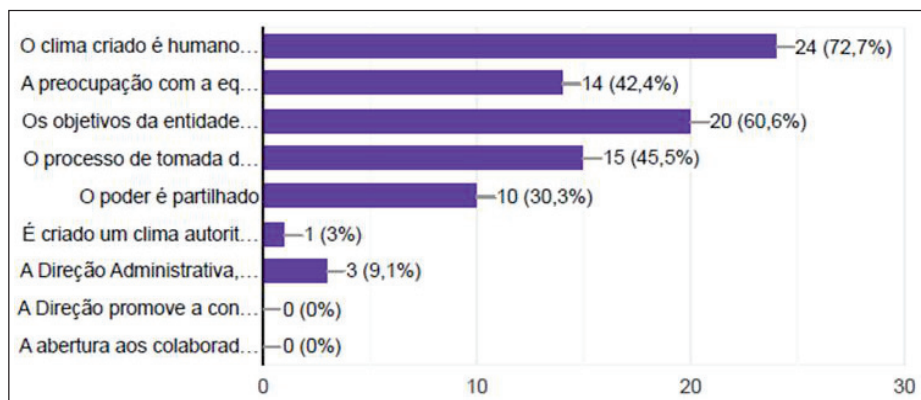
Essa análise ajuda a entender quais são os elementos que mais contribuem para manter os funcionários motivados. Com base nesses dados a cooperativa pode reforçar as práticas que têm sido bem-sucedidas e buscar expandir esses elementos motivacionais para alcançar um número ainda maior de funcionários.

A Figura 8 lista os fatores que os funcionários identificaram como influenciadores da motivação, tanto positivos quanto negativos. Os funcionários foram convidados a elencar fatores que influenciam a motivação. Verificou-se que 72,7% encontram no clima criado pela cooperativa humano e profissional, 60,6% com os objetivos da entidade são alcançados pela motivação dos funcionários, 45,5% no processo de tomada de decisões é democrático e 42,4% na preocupação com a equipe como fatores positivos para que influenciam a motivação profissional.

Compreender esses fatores permite à cooperativa ajustar suas estratégias de gestão de pessoas de forma a maximizar os motivadores positivos e mitigar os negativos. Esse é um passo essencial para criar um ambiente de trabalho que não só mantém os funcionários satisfeitos, mas também os motiva a atingir seu pleno potencial.

A análise das respostas revela que a motivação dos funcionários da cooperativa está fortemente ligada ao entendimento e à eficácia do programa de participação nos resultados, além de outros fatores influenciadores.

Figura 8 – Fatores influenciadores da motivação



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A clareza e a comunicação eficiente sobre os benefícios oferecidos, aliadas a programas de incentivo bem estruturados, são fundamentais para manter os funcionários engajados. Identificar as razões da desmotivação e reforçar os elementos que contribuem para a motivação diária são passos importantes para melhorar o ambiente de trabalho.

4.3 Resultados qualitativos quanto à satisfação dos funcionários

Os dados apresentados sugerem que, embora a cooperativa tenha um ambiente de trabalho em grande parte satisfatório e uma gestão que é razoavelmente bem vista, há deficiências significativas nas áreas de reconhecimento e participação no processo decisório. Para melhorar a motivação e a satisfação dos funcionários, a cooperativa deveria considerar.

1. Revisar os programas de reconhecimento: Aumentar a frequência e a transparência no *feedback* e no reconhecimento pode ajudar a melhorar a percepção dos funcionários sobre como seu trabalho é avaliado e apreciado.

2. Promover maior inclusão nas decisões: Envolver mais os funcionários nos processos decisórios pode aumentar o senso de pertencimento e melhorar a satisfação geral.

3. Aprimorar os programas motivacionais: Ajustar os programas para que atendam melhor as expectativas dos funcionários, talvez personalizando-os de acordo com as diferentes necessidades e perfis dentro da cooperativa.

Ao abordar essas áreas, a cooperativa poderá não apenas melhorar a motivação e a satisfação dos seus funcionários, mas também criar um ambiente de trabalho mais produtivo e harmonioso, refletindo-se em melhores resultados organizacionais. Conforme Silva, Wendt e Argimon (2010), a motivação está atrelada à recompensa, ao interesse e ao prazer na tarefa.

De acordo com os dados, verifica-se que o conhecimento de que o sucesso das metas e objetivos organizacionais estão unidos à motivação de seus funcionários, visto que a produtividade deles não está amarrada somente a sua capacidade e seu conhecimento no cumprimento de suas funções, mas também varia de acordo com outros fatores, especialmente a motivação profissional (Jahn, 2023).

A falta de práticas de reconhecimento, seja com elogios, agradecimentos ou simplesmente notar o desenvolvimento de um colaborador, pode afetar rigorosamente a motivação. Nesse sentido, como ilustra um colaborador: “O que me motiva a ser mais produtivo é o reconhecimento do meu trabalho”. Para mudar esse cenário, os líderes podem, por exemplo, estabelecer algumas práticas para reconhecer o alcance de metas e destaques na performance, elogiando em público ou oferecendo algum tipo de premiação.

Contrapondo, a falta de transparência e igualdade no tratamento das pessoas, seja por favoritismo ou qualquer tipo de preconceito, gera não só a falta de motivação, como também conflitos internos. Já como relata outro colaborador:

Eu acredito que os novos funcionários que estão entrando são contratados com uma margem salarial bem acima de muitos colegas, e isso de certa forma desmotiva a equipe, fato que gera muito desconforto a quem tem que ensinar ao novo funcionário e sabe que vai receber menos.

É sabido que a qualidade de vida de um colaborador envolve não apenas o âmbito profissional, mas também o pessoal. É um desafio levar felicidade para dentro do ambiente de trabalho e fazer com que o colaborador crie uma ligação afetiva com a cooperativa, como afirma um colaborador:

O que afeta meu desempenho nem seria o lado profissional, por vezes o lado pessoal acaba influenciando nisso, não deveria, mas normalmente é o que acontece. Para isso seria bom palestras de motivação profissional, metas e retribuição disso nos ajuda a entregar mais também.

Contudo, isso pode ser reforçado com práticas de reconhecimento e com um bom clima organizacional, que é fortalecido com relações respeitadas e colaborativas. Dinâmicas de integração dos times, eventos e mo-

mentos de descontração também podem ajudar a sair da rotina. Inclusive criar ambientes como a sala do café pode ser interessante para viabilizar esses rituais. Mas também é preciso considerar que há vida fora do escritório. Por isso, incentive o equilíbrio e estimule o tempo de descanso para o colaborador se desligar e revigorar a mente. Alguns benefícios ligados à qualidade de vida podem ser oferecidos pela cooperativa, como auxílios relacionados à cultura, terapia, saúde, academia.

Para outros, é preciso ter as metas definidas e claras, evidenciadas nas respostas: “Definição clara do que se espera como colaborador” e “Estratégias e planejamento das atividades”. A desmotivação pode ser causada por dois extremos: a falta de desafios ou a impossibilidade de alcançá-los. Portanto, é indispensável que as metas sejam, ao mesmo tempo, desafiadoras e atingíveis para fornecer a dose certa de motivação. Isso significa que elas devem ser definidas com coerência, bom senso e de forma estratégica.

Da mesma forma, um profissional motivado é aquele que é recompensado por seus esforços com uma remuneração justa. Quando um colaborador recebe menos do que o valor do seu trabalho, não tem motivação para continuar se desenvolvendo, como um dos funcionários relata na afirmação abaixo:

Saber onde posso chegar, quais os critérios de promoção. Ter um plano de carreira desenhado junto à direção, pois se meu objetivo é maior que a cooperativa pode me oferecer, deveria o ser papel da cooperativa me desenvolver e me entregar um bom profissional para a central ou base. Ter objetivos bem alinhados do que está sendo esperado em minhas entregas e quais as recompensas quando superar as expectativas. Incentivo a mentorias e cursos externos.

Também é interessante premiar as pessoas por um destaque na entrega de resultados para reconhecer e reforçar esse desempenho, além de oferecer bonificações que despertam o interesse de alcançar os objetivos da cooperativa. Isso fica evidente nas falas dos funcionários quando perguntados sobre o que os motiva: “Premiações em dinheiro para objetivos alçados em campanhas”, “o que me motiva a ser mais produtivo são o reconhecimento do meu trabalho, as gratificações justas e o poder de ter voz ativa”, “a valorização do funcionário pelo seu desempenho e busca por conhecimento, o que muitas vezes não acontece”, “que todos sejam tratados de forma igual e recompensados pelo que ajudam a cooperativa”, “acredito que a constante preocupação com o nosso bem-estar, com a infraestrutura, com os objetivos é algo muito importante, assim como o reconhecimento” e ainda “ser valorizado diante de meu desempenho profissional”.

Assim, tem algo melhor do que ouvir o próprio profissional para saber como estimular a sua motivação? Conforme um dos funcionários deseja que aconteça: “*Feedback* mais frequentes, troca de ideias e compartilhamento de experiências”. O que vem ao encontro da realização de pesquisas de satisfação, é importante promover um canal de escuta ativa que dá voz para os funcionários darem um retorno, ação ou comportamento. O *feedback*, por exemplo, pode ser esse meio para o profissional dar um retorno para o seu gestor. Mas de nada vale o *feedback* se os líderes não estiverem realmente dispostos a escutar o que está sendo falado. Escutar é uma virtude e requer despir-se de objeções e preconceitos para, então, entender as causas de uma possível desmotivação. Como se pode verificar nas falas: “Ter mais acompanhamento pela parte diretiva da cooperativa junto às agências” e em “equipe diretiva mais presente nas agências podendo assim poder cobrar e também dar exemplos de negociação com o sócio, por vezes vem só a cobrança sem o acompanhamento”.

Outro ponto relevante é o pertencimento, que vai além da presença física no ambiente de trabalho. Como relata um dos funcionários quando diz: “gosto do que faço”; isso envolve o sentimento de inclusão, reconhecimento e contribuição para o sucesso coletivo. Quando há esse sentimento, há mais engajamento. Isso devido à motivação que está intrinsecamente relacionada aos sentimentos de pertencimento, satisfação e contentamento dentro da organização e que influencia de maneira significativa os indicadores de desempenho (Jahn, 2023)

Em suma, a motivação profissional é uma jornada contínua que requer esforço tanto dos funcionários quanto da gestão. Cultivar um ambiente de trabalho positivo, reconhecer e recompensar esforços, oferecer oportunidades de desenvolvimento e manter um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal podem fomentar uma cultura de motivação e excelência. A motivação é contagiosa e, quando há, inspira aqueles ao redor a também dar o seu melhor. Juntos podem alcançar grandes coisas e transformar desafios em oportunidades de crescimento e sucesso.

5 Considerações finais

O estudo atingiu o objetivo proposto de identificar os principais fatores que influenciam a motivação dos funcionários na cooperativa de crédito. Os resultados mostraram que a motivação é fortemente impactada por

fatores como o ambiente de trabalho, a gestão e a infraestrutura oferecida pela cooperativa. No entanto, também foi constatado que o reconhecimento e a inclusão dos funcionários no processo decisório são áreas que necessitam de melhorias. Esses aspectos são essenciais para aumentar a satisfação e o desempenho dos funcionários e, por consequência, o sucesso da cooperativa.

Uma das principais limitações do estudo foi o tempo reduzido para a coleta de dados, o que impediu uma análise mais profunda e detalhada de certas questões motivacionais. Além disso, o estudo foi realizado em um momento específico, o que pode ter influenciado as percepções dos funcionários. Pesquisas futuras poderiam beneficiar-se de um período mais longo de análise para capturar variações sazonais na motivação dos funcionários e um número maior de respondentes para ampliar a representatividade dos resultados.

Como sugestões para a cooperativa, recomenda-se que a diretoria tenha uma presença mais constante e ativa nas agências, o que foi amplamente apontado como uma demanda dos funcionários. Isso pode melhorar o engajamento e o sentimento de proximidade com a liderança. Além disso, a implementação de políticas de reconhecimento mais claras e frequentes, bem como a promoção de maior participação dos funcionários nas decisões estratégicas podem fortalecer a motivação e o comprometimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cooperativa.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022: informação e documentação**: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023: informação e documentação**: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- CALCULAR correção monetária IPC do IGP (FGV). [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/ipc-do-igp-fgv.php>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2004.
- GUIMARÃES, João; CORREA, Ana. **Gestão de pessoas nas organizações**. 2021.
- HENRIQUES, Francisco. **Motivação no trabalho**: teorias e práticas. 2006.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: jul. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas do Estado Brasileiro**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/arquivos/rmd/4874-conjunto4v10.html#g>. Acesso em: ago. 2024.
- JAHN, Vitor Ogliari. **Cultura organizacional**: sua influência em uma empresa de tecnologia da informação. 2023. 25 f. Artigo de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Curso de Administração, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2023.
- LIMA, Emily Thomaz *et al.* Geração Z no mercado de trabalho: Fatores que incentivam a motivação dos jovens nas organizações. **Revista Científica ACERTTE**, v. 2, n. 6, p. e2677-e2677, 2022. ISSN 2763-8928.
- LIMA, José. **Satisfação no trabalho e desempenho organizacional**. 2012.
- MARQUES, Maria Beatriz. **Gestão da informação em sistemas de informação complexos**. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 60-76, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/35505>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- NUNES, Carla; SILVA, Fernanda; MORAES, Ricardo. **A importância da satisfação dos funcionários nas cooperativas**. 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo e desenvolvimento**. 2021.
- ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 2005.
- ROSSÉS, Marta *et al.* **Competitividade nas cooperativas**. 2018.
- SILVA, Marli Appel; WENDT, Guilherme Welter; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. A teoria da autodeterminação e as influências socioculturais sobre a identidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 351-369, ago. 2010
- SIMIONI, Lilian. **Biblioteca reabre para atendimentos depois do inventário anual**. 2017. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/imagens/biblioteca-reabre-para-atendimentos-depois-do-inventario-anual-foto-lilian-simioni-arquivo-uffs/@@images/image>.
- SIQUEIRA, Mirian. **Satisfação no trabalho: conceitos e aplicações**. 2008.

Qualificação e gestão de pessoas em cooperativas de crédito – uma revisão sistemática da literatura nacional no período de 2018 a 2024

Luciane Prichoa

Carlos Alberto Frantz dos Santos

1 Introdução

“As organizações modernas estão cada vez mais preocupadas em direcionar os investimentos no desenvolvimento humano, de modo que eles agreguem valor para as pessoas e para a empresa” (Dutra, 2009, p. 126). Diante da competitividade mercadológica, Pires (1994) enfatiza a definição de uma nova postura de saberes e qualificações profissionais, em que as organizações começaram a identificar as competências necessárias de acordo com as funções dos seus negócios para que, a partir disso, sejam selecionados os trabalhadores que se identificam com tais competências (Deluiz, 2001; Kilimnik *et al.*, 2002).

Em um mundo de evolução constante, o aprendizado contínuo e o desenvolvimento de habilidades tornaram-se imperativos para as organizações que buscam manter-se competitivas. Os níveis de conhecimento, a capacitação e o estilo de atuação dos executivos e profissionais da cooperativa permitem que os objetivos estabelecidos no planejamento sejam alcançados; sendo assim, todo executivo de cooperativa deve trabalhar com pessoas, e por meio delas as pessoas são a força motriz da cooperativa. Portanto, conforme afirma Oliveira (2006, p. 148), o “coeficiente humano que pondera a qualidade da estrutura organizacional da cooperativa é o resultado do valor das pessoas”, seja por meio do conhecimento que elas possuem da estrutura e de sua motivação para fazer a estrutura organizacional funcionar da melhor forma possível.

No aspecto do cooperativismo, utilizando a definição dada por Oliveira (2006, p. 39), “a capacitação é a habilidade de identificar, adquirir e aplicar

conhecimentos em processos e atividades da sua área de atuação na cooperativa”. Percebe-se, assim, um direcionamento voltado para a melhoria das habilidades e capacidades relacionadas ao exercício da função. Segundo Stecca *et al.* (2016), essas ações na área de gestão de pessoas contribuem para o engajamento do quadro funcional, bem como para os valores e a cultura organizacional da instituição, uma vez que há uma relação direta entre os sistemas de gestão de pessoas e o comprometimento organizacional dos colaboradores em cooperativas de crédito. De acordo com os autores, essa relação está diretamente associada às políticas e práticas de gestão de pessoas, o que acaba afetando positivamente o sentimento de comprometimento entre os colaboradores e as instituições. Com o mesmo entendimento Oliveira (2006) recomenda que as cooperativas entendam a necessidade de estar preparadas para o desenvolvimento de novos talentos e absorver novas perspectivas de gestão para a cooperativa. Significa dizer que o foco deve estar no trabalho em equipe e no desenvolvimento da cooperativa, fazendo com que os cooperados se desenvolvam dentro e fora do local de trabalho.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2024), independente de sistemas e equipamentos são necessárias pessoas conscientes e bem preparadas para o trabalho, sendo fundamental um planejamento voltado para a qualificação profissional. No âmbito do cooperativismo não é diferente; os profissionais precisam estar preparados e ter habilidades para enfrentar situações do cotidiano e obter melhor produtividade e consequentemente competitividade para a cooperativa. Nesse contexto, é necessário estimular o desenvolvimento humano, visando profissionalismo, ética, competência, criatividade e liderança (Sebrae, 2024). O Sebrae (2024) aponta para programas em que a educação visa ao investimento na formação de lideranças dentro do quadro social da organização, desenvolvendo habilidades e conhecimento dos cooperados. O Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) também apoia diversas iniciativas de cooperativas voltadas para a educação por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), com ações e programas voltados para uma educação cooperativista, como cursos e treinamentos, que visam aproximar o cooperado da organização através do conhecimento (OCB, 2024).

Nesse novo modelo de negócios, produtos e serviços, torna-se necessário revisar as competências profissionais com o intuito de atender a demanda de um mercado cada vez mais competitivo e conectado (Pazoti,

2022). Como aponta o Sebrae (2024), investir na qualificação profissional do quadro social das cooperativas de crédito contribui para a melhoria do atendimento, bem como para a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dessa forma, pode-se afirmar que a falta de qualificação profissional tende a influenciar negativamente as cooperativas de crédito, acarretando problemas de produtividade e insatisfação nos serviços prestados aos clientes devido à carência de conhecimento.

Diante dessa hipótese, tem-se como questão norteadora: quais são as publicações nacionais sobre qualificação profissional e gestão de pessoas em cooperativas de crédito? Para responder a essa problemática, o presente estudo tem como objetivo identificar a literatura nacional sobre qualificação profissional e gestão de pessoas em cooperativas de crédito. A abordagem metodológica utilizada é uma revisão sistemática da literatura, realizada na base de dados do Google Acadêmico, no período de 2018 a 2024.

Neste artigo, primeiramente é apresentada uma breve contextualização sobre o cooperativismo e as cooperativas de crédito, a qualificação profissional e sua importância para as cooperativas de crédito e gestão de pessoas nas cooperativas de crédito. Em seguida, descreve-se a metodologia da pesquisa e, posteriormente, os resultados obtidos. Por fim, foram analisadas as publicações nacionais sobre qualificação profissional e gestão de pessoas em cooperativas de crédito com a apresentação dos respectivos resultados, os quais indicam que diversos fatores são essenciais para a gestão de pessoas em cooperativas de crédito, destacando o treinamento e os programas de capacitação como elementos fundamentais para proporcionar aos colaboradores maior segurança no desempenho de suas atividades e no domínio dos processos.

2 O cooperativismo e as cooperativas de crédito

O cooperativismo defende e promove a integração do desenvolvimento econômico, social e ambiental com o objetivo de criar um mundo mais justo, equitativo e com melhores oportunidades para todos. A doutrina cooperativista fundamenta-se em princípios como solidariedade, igualdade, liberdade, independência, humanismo, democracia, racionalidade e o ideal de justiça social (OCB, 2019).

Além de ser uma doutrina econômica, o cooperativismo é uma ideologia que visa ao desenvolvimento do ser humano e da comunidade, tendo

como base a ajuda mútua, a ação conjunta e a busca de um resultado útil e comum a todos. O cooperativismo é um sistema econômico cujas atividades de produção e distribuição de riquezas têm nas cooperativas sua base fundamental (Portal do Cooperativismo, 2024).

As cooperativas atuam em diversos setores e atividades econômicas, incluindo o setor financeiro. Assim, as instituições financeiras surgem com o propósito de intermediar o mercado de crédito. Nesse contexto, cooperativas financeiras e bancos atuam captando fundos de agentes superavitários e emprestando-os a agentes deficitários. De acordo com o Sebrae (2023, p. 2), uma cooperativa de crédito é “uma instituição financeira formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de caráter civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência”. Quando um grupo de pessoas constitui uma cooperativa de crédito, são oferecidos produtos, prestação de serviços e crédito aos associados, com taxas de juros mais baixas do que as praticadas pelos bancos.

3 A qualificação profissional e sua importância para as cooperativas de crédito

A qualificação, segundo Lima (2007, p. 63), centra-se no saber-fazer, na autonomia do trabalhador e nas qualificações tácitas, construídas no cotidiano do trabalho (Lima, 2007, p. 63). O Ministério do Trabalho e Emprego traz que a “qualificação profissional é um fator indispensável para o acesso e permanência no mundo do trabalho, sendo imprescindível adquirir conhecimentos e competências para superar os desafios do mundo do trabalho” (Brasil, 2024, p. 1).

Conforme descrevem Borges e Yamamoto (2014, p. 35), “as habilidades, durante o século XIX, eram adquiridas durante a realização do trabalho, ao longo da trajetória profissional, com treinamentos sistemáticos, garantindo a rapidez, a exatidão e a produtividade de acordo com os objetivos organizacionais”. Contudo, a qualificação, até então entendida como a preparação de capital humano, começou a perder sentido e, conforme descreve Manfredi (1999, p. 20):

Esta concepção de qualificação hegemônica (...) ancorada em modelos de organização da produção e do trabalho entra em crise com a reorganização do sistema capitalista por intermédio da adoção de sistemas de produção flexíveis e da criação de novas formas de organização do trabalho (Manfredi, 1999, p. 20).

As pessoas passam a maior parte do tempo em seu ambiente de trabalho e são elas que têm a capacidade de desenvolver as atividades do cotidiano, seja definindo estratégias, traçando metas, planejando, coordenando ações, executando, multiplicando resultados, administrando e tomando uma série de decisões. Para entender todo esse dinamismo do mundo dos negócios, é preciso ter “pessoas preparadas e conhecedoras dos ambientes em que trabalham, situadas no tempo e espaço, sendo de extrema importância a comunicação, relações interpessoais e liderança, pois são eles que vão interagir no desenvolvimento de cada ação” (Ronskoski, 2003, p. 51).

No aspecto do cooperativismo e utilizando a definição dada por Oliveira (2006 p. 39), “a capacitação é a habilidade de identificar, adquirir e aplicar conhecimentos em processos e atividades da sua área de atuação na cooperativa”. Percebe-se assim um direcionamento voltado para a melhoria das habilidades e capacidades referidas ao exercício da função. Porém, é de suma importância buscar o desenvolvimento contínuo, voltado para o futuro e para os novos desafios, e manter-se qualificado profissionalmente.

Ou seja, além da indispensável atualização dos trabalhadores, funções e capacidades mais complexas passam a ser valorizadas. Dentre elas, de acordo com Borges e Yamamoto (2014), o raciocínio abstrato, valores, identificação com a empresa, capacidade de guiar-se por objetivos, resolver problemas, criar, levantar alternativas, discordar, etc.

Desse modo, entende-se que, no tocante às organizações cooperativistas, a necessidade de profissionais detentores de habilidades renovadas tem se transformado em um constante requisito empregatício, principalmente na área gerencial das cooperativas. Essa situação tem feito com que jovens profissionais e estudantes busquem competências para ocupar as oportunidades de trabalho geradas pela nova realidade na qual as cooperativas estão inseridas.

Diante da visão dos autores até aqui citados, tem-se que a qualificação profissional pode resultar em uma vantagem competitiva, pois, “quanto maior a intensidade com que as pessoas e as organizações aprendem, mais condições existem para a criação de vantagens competitivas” (Malschitzky, 2002, p. 33).

4 Gestão de pessoas nas cooperativas de crédito

As constantes mudanças na organização do trabalho refletiram-se também nos modelos de gerenciamento. Há muito tempo, as formas de gestão

já vinham sendo substituídas por modelos baseados na excelência, na busca da qualidade total, que enfatizam a supervalorização da ação, o desafio permanente, a adaptabilidade, a polivalência da mão de obra e a suavização das relações hierárquicas (Chantal, 1996).

Segundo Birchal e Muniz (2002, p. 26), entender essas mudanças é de fundamental importância para compreender “as novas relações de trabalho, principalmente quanto às atitudes e habilidades que passaram a ser requeridas das pessoas que atuam neste novo mundo organizacional”. Passou a ser necessário, por parte das organizações, buscar equipes de alto desempenho, o que exige uma concentração maior na busca dos recursos humanos, focando na seleção, contratação e treinamento, como também na elaboração de planos de benefícios, cargos e salários. Dessa forma, torna-se mais assertiva a contratação de profissionais comprometidos com ética e que estão dispostos a se adaptar nesses novos cenários.

Como bem afirmam os autores Borges e Yamamoto (2014, p. 57), esse cenário já está sendo vivenciado pelas pessoas e pelas organizações, sendo de fundamental importância adaptar-se a essas transformações e preparar-se para o que ainda está por vir. A competência dos recursos humanos deve estar alinhada às estratégias organizacionais e aos processos de aprendizagem, buscando condições de apoiar seus funcionários, o que irá requerer uma estratégia diferenciada. Nesse contexto, elucidam Assunção e Goulart (2016, p. 204), “as empresas precisam oferecer um ambiente desafiador, que incentive o aperfeiçoamento das habilidades de seus funcionários, assim como as atitudes empreendedoras, com livre iniciativa em busca de melhores resultados e manutenção da competitividade”.

Nessa seara, Clein *et al.* (2013) destacam a importância da organização de oferecer cursos ou treinamentos a seus colaboradores ou subsidiá-los parcialmente. Podendo ainda implantar um plano de carreira profissional com descrição de cargos e salários, atrelando cada curso à nova oportunidade de promoções ou melhores salários. No mesmo sentido, Vidigal (2012) elucida que, quando a própria empresa oferece treinamento, é benéfico aos empregados e à organização, uma vez que qualifica os funcionários com conhecimentos específicos ao ofício designado.

Segundo Stecca *et al.* (2016), essas ações na área de gestão de pessoas contribuem para o engajamento do quadro funcional com os valores e com a cultura organizacional da instituição, pois existe uma relação direta entre os sistemas de gestão de pessoas com o comprometimento organizacional

dos colaboradores em organizações cooperativas de crédito. De acordo com os autores, essa relação está associada diretamente às políticas e às práticas de gestão de pessoas, o que acaba afetando positivamente o sentimento de comprometimento entre os colaboradores e as instituições.

Assim sendo, como bem traz Chiavenato (2014), o desenvolvimento de pessoas envolve treinamento, gestão de competências e conhecimentos, aprendizagem corporativa, programa de mudanças e desenvolvimento de carreiras. Ou seja, é um processo utilizado para capacitar e incrementar o desenvolvimento profissional e pessoal. Portanto, o treinamento das pessoas nas cooperativas de crédito deve ser uma atividade contínua e, mesmo diante de um excelente desempenho, sempre poderá ser feita alguma melhoria em suas habilidades e competências.

5 Método

O método de pesquisa consistiu em uma revisão sistemática da literatura baseada no protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). Esse método de revisão de literatura difere dos demais, pois adota um processo que possibilita a replicação científica e transparente (Tranfield *et al.*, 2003). Inicialmente foram definidas as questões de pesquisa, a base de dados de busca dos artigos e os termos da pesquisa de acordo com os objetivos da revisão. Essa revisão foi realizada pela autora do artigo. Para identificar a literatura foi formulada uma questão de pesquisa central:

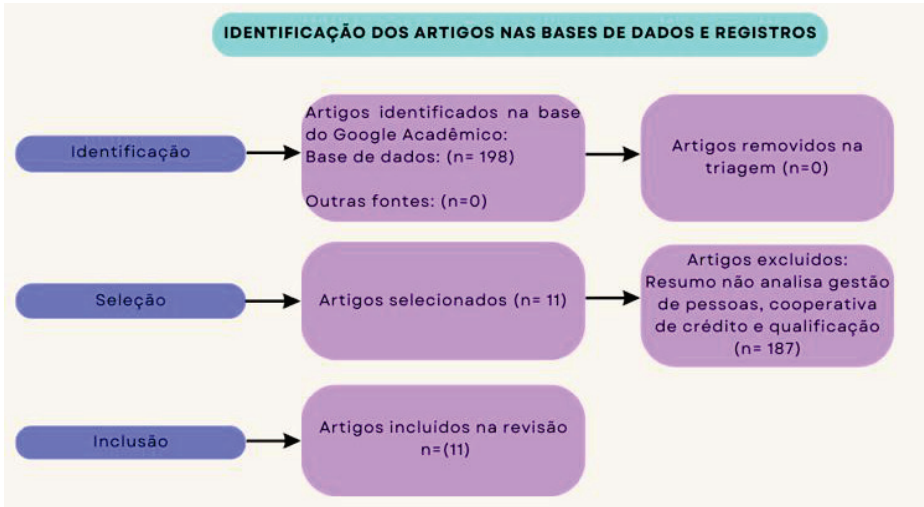
– Identificar publicações sobre gestão de pessoas em cooperativas de crédito na área de qualificação de pessoas.

Após, a base de dados eletrônica Google acadêmico foi utilizada para a busca de artigos disponíveis em periódicos em formato *on-line* nas áreas de conhecimento “gestão de pessoas”, “cooperativa de crédito” e “qualificação” entre os anos de 2018 a 2024. A busca foi realizada entre 31 de julho de 2024 e 07 de agosto de 2024 por meio de uma seleção preliminar dos artigos. Um grupo de termos de pesquisa foi escolhido de acordo com os objetivos da revisão. As palavras-chave utilizadas foram: “gestão de pessoas”, “cooperativa de crédito” e “qualificação”.

Na análise feita foram localizados 198 artigos; destes foi selecionado um total de 12 artigos: 3 deles falam sobre Gestão por competências, 4 sobre Gestão de Pessoas e 5 sobre Treinamentos. Os critérios que foram

utilizados na análise de seleção dos artigos: estar dentro do tema escolhido, onde o assunto principal tivesse como abordagem qualificação profissional e gestão de pessoas em cooperativas de crédito. Foram excluídos 187 artigos, pois, após a leitura do resumo, essas publicações não estavam dentro dos critérios escolhidos para a análise. A Figura 1 indica o fluxograma da revisão sistemática. O critério para a seleção e escolha dos artigos foi sobre o tema Gestão de Pessoas e Qualificação Profissional em Cooperativas de Crédito.

Figura 1 – Protocolo PRISMA para revisão sistemática da literatura



Fonte: Autores (2024).

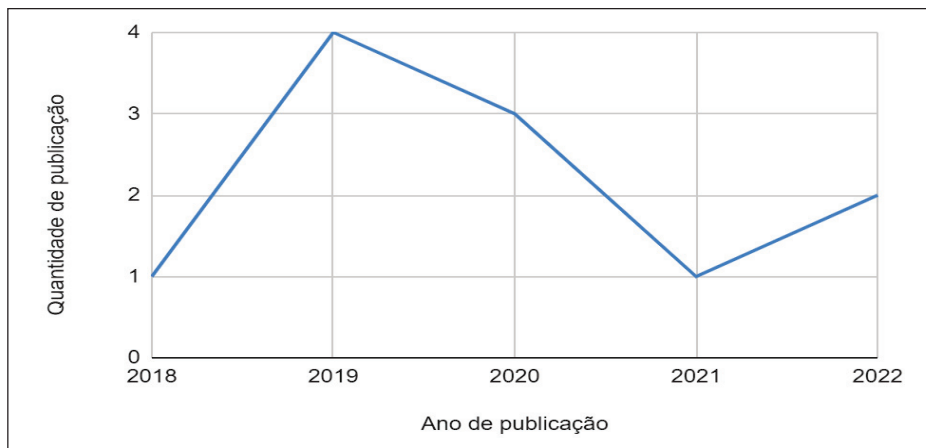
Na revisão sistemática foram utilizadas planilhas eletrônicas como ferramenta de suporte à análise. Inicialmente, os conteúdos de título, resumo e palavras-chave foram avaliados com o objetivo de identificar se os artigos poderiam contribuir para responder à questão de pesquisa. Após a leitura dos títulos, resumo e palavras-chave, um total de 187 artigos foi excluído, pois o conteúdo não apresentava relação com os temas: gestão de pessoas, cooperativas de crédito e qualificação profissional. O tema da qualificação profissional em cooperativas de crédito apresentou poucos estudos específicos sobre o assunto, enquanto o tema da gestão de pessoas em cooperativas de crédito contou com mais estudos que discutiam a temática. Assim permaneceram 11 artigos elegíveis para análise.

Por fim, os dados dos artigos foram extraídos e analisados qualitativamente por meio de análise de conteúdo. Foi realizada uma análise descritiva, apresentando a distribuição dos artigos por ano de publicação, cooperativas de crédito estudadas, distribuição de autores por regiões, tipos de publicações dos artigos, tipos de pesquisa e os resultados e conclusões.

6 Resultados

Os artigos foram analisados de acordo com o ano de publicação para que se pudesse fazer uma avaliação de sua evolução ao longo do tempo. Houve mais artigos publicados no ano de 2019, como podemos ver no Gráfico 1, mas nos anos seguintes podemos perceber que esse número vai diminuindo.

Gráfico 1 – Distribuição dos artigos por ano de publicação



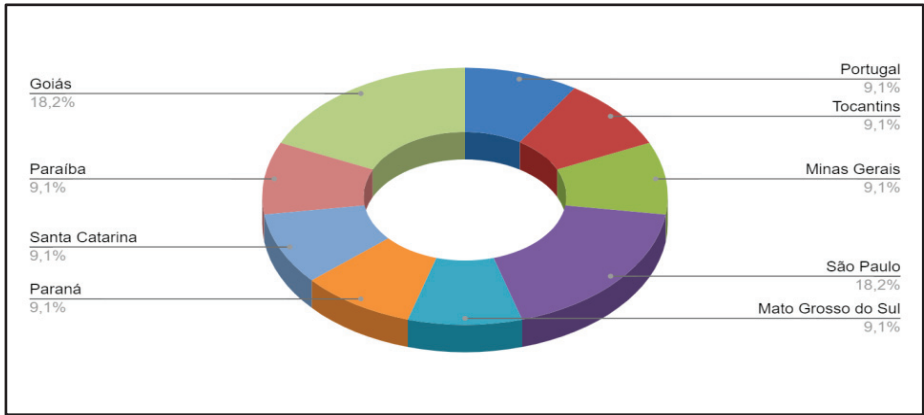
Fonte: Autora (2024).

Nos estudos dos artigos, podemos perceber que apenas três cooperativas de crédito foram identificadas: Sicoob do Vale, Sicredi Vanguarda no município de Medianeira – PR, Sicoob UniCentro Norte Goiano. Em oito artigos, as cooperativas de crédito não foram identificadas nos trabalhos; são eles: rede de cooperativas de crédito do interior de São Paulo, três cooperativas de crédito não identificadas; três cooperativas da cidade de Araguaína – TO; uma cooperativa de crédito localizada em um município da região centro-oeste de Minas Gerais; um sistema financeiro cooperativo

“Y”; uma cooperativa de crédito de Mato Grosso do Sul, uma cooperativa de crédito do extremo sul catarinense e cooperativa central.

Na análise feita também é possível observar em quais regiões os artigos foram escritos, conforme apresenta o Gráfico 2. Nota-se que os autores de dois artigos são do estado de São Paulo, e os autores de dois artigos são do estado de Goiás, e nos demais estados foram encontrados um artigo sobre o tema pesquisado: Paraíba, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins, e também um fora do Brasil, em Portugal. As duas regiões em que foram encontradas mais pesquisas foram o Sudeste e o Centro-Oeste.

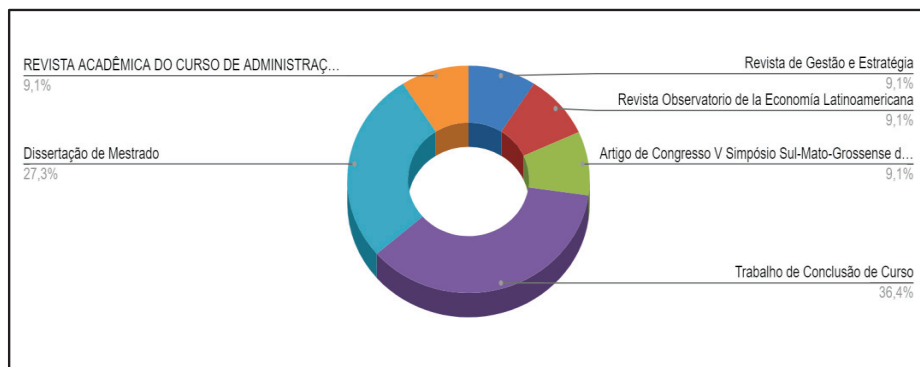
Gráfico 2 – Distribuição de autores por regiões



Fonte: Autores (2024).

O Gráfico 3 indica o tipo de publicação dos artigos. A maioria das publicações foram trabalhos de conclusão de curso (quatro publicações) e dissertações de mestrado (três publicações). Também foram publicados três artigos em periódicos: uma publicação na Revista de Gestão e Estratégia, uma publicação na Revista *Observatorio de la Economía Latinoamericana* e uma publicação na revista Acadêmica do Curso de Administração. Além disso, um artigo foi publicado no congresso V Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração. Nessa análise, em sua maioria foram trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado, que são considerados estudos iniciais, porém também foram encontradas algumas publicações em revistas e congressos, evidenciando que os trabalhos estão em um estágio mais avançado de pesquisa.

Gráfico 3 – Tipos de publicações dos artigos



Fonte: Autores (2024).

No Quadro 1, é possível verificar quais foram os autores pesquisados, qual o título do estudo e onde foi feita a publicação.

Quadro 1 – Estudos pesquisados por autor, título e periódico

Autores	Título	Local de Publicação
Sartor (2018)	Treinamento: importância, satisfação e impacto no trabalho na percepção dos colaboradores de uma cooperativa de crédito do extremo sul catarinense	Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc
Cavalcanti (2019)	Relação entre a gestão de processos e a aprendizagem organizacional: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito central atuante no Nordeste	Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba
Bueno e Camarotto (2019)	Os subsistemas de gestão de pessoas: um estudo de caso em uma instituição financeira	Revista Acadêmica do curso de Administração
Lima (2019)	Gestão de pessoas e competitividade na cooperativa Sicoob do vale	Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Evangélica de Rubiataba
Silva (2019)	Treinamento e desenvolvimento nas organizações: um estudo de caso realizado em uma cooperativa de crédito	Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco
Pavan (2020)	Uso de gamificação para estimular a aprendizagem informal e não formal em uma instituição financeira cooperativa	Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
Antunes (2020)	A influência da gestão de pessoas no relacionamento interpessoal em agências de cooperativa de crédito	Revista <i>Observatorio de la Economía Latinoamericana</i>
Guimarães (2020)	O papel da gestão de pessoas em cooperativas de Araguaína	Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Tocantins
Sevilha (2021)	Estudo de caso em uma cooperativa de crédito na cidade de Assis/SP	Revista de Gestão e Estratégia
Pazoti (2022)	As competências para o futuro do trabalho sob o enfoque das inovações tecnológicas no setor financeiro: um estudo aplicado em um sistema de cooperativa de crédito	Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas
Lorenzetti, Padilha, Binotto e Ribeiro (2022)	Contribuição dos programas de capacitação no desenvolvimento e na capacidade absorptiva dos colaboradores da Cooperativa X	Artigo de Congresso V Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração

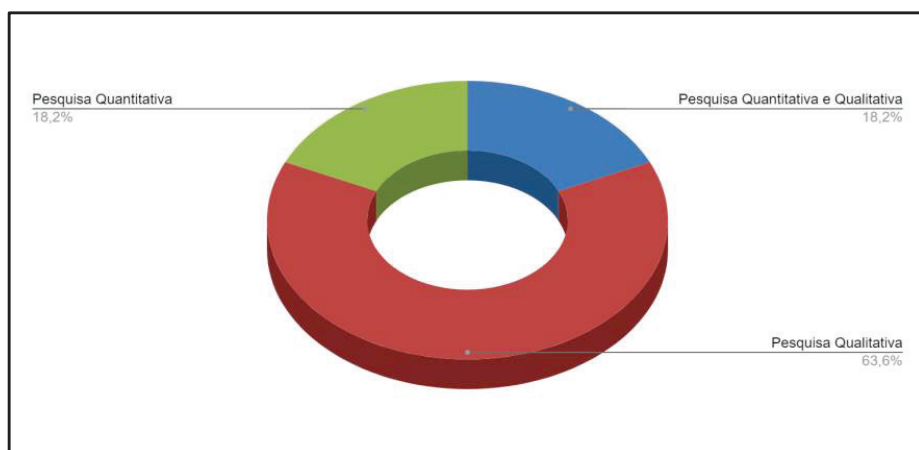
Fonte: Autores (2024).

No que tange ao treinamento, desenvolvimento e aprendizagem, o tema foi abordado por Sartor (2018), Silva (2019), Pavan (2020) e Lorenzetti *et al.* (2022). Tratando-se de estudos relacionados à gestão de pessoas, Cavalcanti (2019), Bueno e Camarotto (2019), Lima (2019), Antunes (2020)

e Guimarães (2020) abordam o tema. Já Pazotti (2022) e Sevilha (2011) enfatizam as competências diante das inovações tecnológicas no setor.

O Gráfico 4 apresenta os tipos de pesquisas que foram adotadas nos artigos: pesquisa qualitativa são sete artigos (63,6%), pesquisa quantitativa foram identificados dois artigos (18,2%) e pesquisa quali-quantitativa também são dois artigos (18,2%). As pesquisas em sua maioria foram qualitativas, o que é uma característica de pesquisas na área da Gestão de Pessoas, pois busca compreender, explorar e detalhar mais os dados na busca de informações que levem ao objetivo da pesquisa.

Gráfico 4 – Tipos de pesquisa



Fonte: Autores (2024).

A análise dos artigos permitiu identificar a presença de conceitos teóricos adotados nas publicações. Os principais conceitos abordados incluem: gestão por competências, gestão de pessoas, cooperativas de crédito, práticas de recursos humanos, cooperativismo e treinamento. Entre os autores mais citados nos artigos revisados destacam-se Chiavenato, com a obra *Gestão de Pessoas e o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações*; Gil, com o livro *Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Estratégicos*; e Dutra, com a obra *Gestão de Pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas*. O Quadro 2 apresenta os conceitos teóricos adotados em cada artigo e os principais autores referenciados nos estudos analisados.

Quadro 2 – Conceitos teóricos utilizados e principais autores citados

Conceitos Teóricos	Principais Autores Citados
Competência e Gestão por Competência	Chiavenato (2008), Gil (2002), Guimarães (2006)
Gestão de Pessoas, Relacionamento Interpessoal e Cooperativas de Crédito	Gil (2009), Dutra (2009)
Recursos Humanos e Pessoas e Práticas de Recursos Humanos	Chiavenato (2010)
Cooperativismo e Gestão de Pessoas	Chiavenato (2005, 2008)
Gestão de Pessoas, Motivação, Treinamento, Desenvolvimento Organizacional	Chiavenato (2014, 2016), Dutra (2016, 2017), Gil (2016)
As transformações no ecossistema financeiro, Tecnologias exponenciais e inovações, O cooperativismo e as cooperativas de crédito, Competência	Dutra (2004), Gil (2019), Guimarães (2021)
Desenvolvimento de Pessoas, Programas de Capacitação, Capacidade Absortiva, Conhecimento, aprendizagem organizacional e inovação	Gil (2019)
Aprendizagem nas Organizações, Gamificação e Cooperativismo Recursos Humanos	Gil (2010), Chiavenato (1999), Dutra (2006), Gil (1999, 2004, 2006), Lacombe (2003, 2005)
Cooperativismo Financeiro, Gestão de Processos e Aprendizagem, realização do mapeamento do processo de teste de cadastro	Gil (2008, 2009)
Gestão de Pessoas, Recompensar Pessoas, Desenvolver Pessoas, Monitorar Pessoas	Chiavenato (2008, 2014), Dutra (2002), Gil (2001), Lacombe (2011)

Fonte: Autores (2024).

Através dos estudos realizados com os artigos foram encontrados os resultados de cada um deles, que estão descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados dos estudos pesquisados

Autores	Objetivo	Resultados
Sevilha (2020)	Demonstrar a importância da adoção de um programa de Gestão por Competências para melhorar e facilitar o alcance das metas e objetivos de uma cooperativa de crédito localizada na cidade de Assis/SP.	Descrição da implantação da gestão por competências na cooperativa de crédito.
Antunes (2020)	Tratar a importância da influência da gestão de pessoas nos relacionamentos interpessoais dentro do ambiente organizacional das cooperativas de crédito na concepção dos líderes e funcionários.	Nas cooperativas pesquisadas, os fatores relacionados com o relacionamento interpessoal na percepção dos líderes e liderados podem estar interferindo positivamente no ambiente de trabalho.

Lima (2019)	Identificar as ações da gestão de pessoas no Sicoob do Vale	As atividades de recrutamento são planejadas, são utilizados o recrutamento misto (interno e externo). Tendo uma política de critérios definidos para a seleção de pessoal, sendo utilizadas ferramentas no processo de seleção de pessoal como entrevista de seleção, teste de avaliação psicológica, provas de conhecimento específicas teóricas.
Guimarães (2020)	Abordar a importância de se ter conhecimento para condução de um grupo de pessoas nas cooperativas.	Desenvolver uma gestão voltada ao planejamento estratégico de pessoas, traçando um diferencial competitivo, maximizando os pontos positivos e as oportunidades, bem como conhecendo os pontos negativos, promovendo no ambiente interno e externo da cooperativa um conjunto de estratégias que influenciam as pessoas para o crescimento, desenvolvimento e sucesso da cooperativa, de seus associados e colaboradores.
Silva (2019)	Analisar a contribuição do treinamento de empregados para o desenvolvimento organizacional de uma cooperativa de crédito localizada em um município da região centro-oeste de Minas Gerais	Confirma-se a hipótese de investigação levantada, respondendo, portanto, a questão de investigação: o treinamento contribui para o desenvolvimento organizacional da cooperativa de crédito, promovendo a capacitação dos empregados, proporcionando funções com mais qualidade e aprendizagem de forma precisa e correta.
Pazoti (2022)	Identificar quais são as competências requeridas para o futuro do trabalho dos profissionais que atuam nas cooperativas de crédito, tendo em vista o impacto das inovações tecnológicas no setor financeiro	Os resultados indicaram que as competências essenciais para o futuro do trabalho dos profissionais que atuam nas cooperativas de crédito são: flexibilidade, inteligência emocional, criatividade, resolução de problemas complexos, habilidade de comunicação e aprendizagem contínua.
Lorenzetti, Padilha, Binotto e Ribeiro (2022)	Analisar a contribuição dos programas de capacitação para o desenvolvimento da capacidade absorviva dos colaboradores das agências da cooperativa X	Concluiu-se que a Cooperativa X consegue desenvolver programas de capacitação que trazem resultados positivos de inovação, bom relacionamento e mecanismos diferenciados; estimula seus colaboradores a captar continuamente informações de mercado; busca ter algumas vantagens competitivas através de comportamentos e habilidades de seus colaboradores.
Pavan (2020)	Propor uma estratégia que promova os princípios de aprendizagem informal e não formal, tendo em vista que essas podem contribuir na melhoria operacional de uma organização	A gamificação contribuiu na resolução das lacunas atreladas às metas e ao processo avaliativo. Mesmo a dinâmica sendo utilizada para outro objetivo da pesquisa. Por meio desse trabalho foi possível integrar as metas pessoais dos colaboradores em prol de um objetivo comum, tendo em vista a evolução da área de forma sistêmica e coletiva.
Sartor (2018)	Analisar o grau de importância, satisfação e impacto do treinamento no trabalho na percepção dos colaboradores de uma cooperativa de crédito do extremo sul catarinense	O treinamento é necessário para o crescimento dos colaboradores e aprendizado dos mesmos para efetuar suas tarefas, deixando-os assim mais motivados e seguros, e foi visto que é isso que a empresa deseja alcançar com os treinamentos realizados.

Cavalcanti (2019)	Analisar a relação entre a gestão de processo e a aprendizagem organizacional, com enfoque no processo de Teste de Cadastro realizado pela Unidade de Controles Internos de uma Cooperativa de Crédito Central que atua na região Nordeste	A equipe adotou o fluxo como padrão e implantou nos manuais de procedimentos internos (MPIs) do processo e como forma de capacitação de novos empregados da equipe e compartilhamento das informações.
Bueno e Camarotto (2019)	Analisar os processos de gestão de pessoas no Sicoob UniCentro Norte Goiano	O subsistema de agregar pessoas é marcado por um roteiro planejado e estruturado de recrutamento e seleção, no desejo de buscar profissionais que se enquadrem no perfil procurado, e ao aplicá-los na organização, o lado criativo é incentivado, havendo observância aos papéis desempenhados com práticas viabilizadoras para uma boa conduta individual e coletiva.

Fonte: Autores (2024).

Os resultados obtidos nos artigos indicam que diversos fatores são essenciais para a gestão de pessoas em cooperativas de crédito. O treinamento e os programas de capacitação destacam-se como elementos fundamentais, proporcionando aos colaboradores maior segurança no desempenho de suas atividades e no domínio dos processos (Lorenzetti; Padilha; Binotto; Ribeiro, 2022; Silva, 2019; Sartor, 2018). Além disso, observou-se que o relacionamento interpessoal entre líderes e liderados pode influenciar de maneira positiva ou negativa, dependendo da forma de condução. Nesse sentido, é importante que os líderes desenvolvam habilidades específicas para promover interações eficazes e um ambiente de trabalho harmônico, o que pode contribuir significativamente para a motivação e o desempenho das equipes (Antunes, 2020).

A adoção de critérios bem definidos para a seleção e recrutamento de novos funcionários é essencial para garantir a contratação de profissionais alinhados ao perfil desejado pela cooperativa. Isso reflete a importância do subsistema de agregar pessoas que, conforme descrito por Chiavenato e evidenciado no estudo de Bueno e Camarotto (2019), são responsáveis por garantir que as competências pessoais dos candidatos estejam em consonância com os valores e necessidades da organização.

Entre as competências consideradas essenciais para o futuro do trabalho em cooperativas de crédito destacam-se: flexibilidade, inteligência emocional, criatividade, resolução de problemas complexos, habilidades de comunicação e aprendizagem contínua (Guimarães, 2020; Sevilha, 2020).

Como visto, o setor financeiro é dinâmico e exige que os profissionais estejam constantemente atualizados sobre novas tecnologias, regulamentações e melhores práticas. Assim sendo, os programas de capacitação contínua são necessários a fim de preparar os colaboradores para as mudanças no mercado e nas demandas dos cooperados, ou seja, a qualificação técnica é imprescindível (Pavan, 2020).

Além das habilidades técnicas, é importante que os profissionais desenvolvam competências relacionadas ao atendimento ao público, comunicação eficiente e solução de conflitos, tendo em vista que o relacionamento com o cooperado é um diferencial das cooperativas, e o atendimento precisa ser personalizado e de qualidade (Guimarães, 2020). A formação de líderes é crucial para o desenvolvimento de equipes engajadas e bem preparadas. Gestores capacitados adotam práticas de liderança participativa, promovendo um ambiente de colaboração, inovação e crescimento pessoal e profissional (Antunes, 2020).

Desse modo, entende-se que colaboradores mais qualificados estão preparados para oferecer um atendimento mais eficaz e personalizado, como também contribuem para a inovação dentro da cooperativa, tornando-a mais competitiva no mercado financeiro. A qualificação profissional, portanto, é um pilar estratégico para as cooperativas de crédito, pois melhora tanto o desempenho individual quanto o coletivo, reforçando a sustentabilidade e o crescimento da organização (Cavalcanti, 2019).

7 Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo pesquisar quais foram as publicações nacionais sobre qualificação e gestão de pessoas em cooperativas de crédito, no qual constatou-se que é de suma importância em todas as áreas de atuação, inclusive nas cooperativas de crédito, visto que, quanto mais essa área estiver organizada, mais resultados e benefícios ela trará para a organização e melhor estará a empresa em relação à sua vantagem competitiva. Isso porque, quanto maior a intensidade com que as pessoas e as organizações aprendem, melhores são os resultados.

Diante do panorama atual das publicações na área, como também os autores, as regiões, a quantidade de artigos e o tipo de pesquisas que foram encontradas, responde-se à questão norteadora desta pesquisa, na qual foi possível identificar um total de 11 publicações nacionais relacionadas ao

tema qualificação e gestão de pessoas em cooperativas de crédito. Dos 11 estudos selecionados, 3 deles abordam a gestão por competências, 4 falam sobre gestão de pessoas e 5 sobre treinamento. Observou-se o maior número de publicações no ano de 2019, e as regiões com maior número de pesquisas foram o Sudeste e o Centro-Oeste. Em sua maioria, as pesquisas foram qualitativas, uma característica da área de gestão de pessoas, que busca explorar e detalhar melhor os dados pesquisados.

Os resultados encontrados permitiram a compreensão de que a qualificação profissional proporciona maior qualidade das funções exercidas, uma aprendizagem precisa e correta, traz resultados positivos de inovação, bom relacionamento e mecanismos diferenciados, além de estimular seus colaboradores a captar continuamente informações de mercado. Ainda aumenta a vantagem competitiva através de comportamentos e habilidades de seus colaboradores, o que interfere positivamente no ambiente de trabalho.

Percebe-se que os benefícios da gestão de pessoas em uma organização são de suma importância. Investir em ações na área contribui para o engajamento do quadro funcional em organizações cooperativas de crédito e afeta positivamente o sentimento de comprometimento entre os colaboradores e as instituições. Ainda investir na qualificação e capacitação de pessoas contribui para o desenvolvimento de políticas e práticas de gestão de pessoas dentro das cooperativas de crédito.

O presente estudo também apresenta algumas limitações. Inicialmente foi consultada apenas uma base de dados. Contudo, pode ser ampliado para outras bases e incluir outros tipos de publicações. Com isso, outras dimensões de análise podem emergir dessa literatura e complementar a compreensão teórica desse assunto. Portanto, os resultados aqui descritos não podem ser considerados normativos para todos os contextos, mas apenas princípios básicos. Assim, convidamos os pesquisadores interessados em avançar nas sugestões de pesquisa aqui propostas, bem como aprofundar as pesquisas na área de qualificação profissional em cooperativas de crédito, pois nas pesquisas realizadas esse tema foi muito pouco encontrado.

Referências

- ANTUNES, Bruno Bittencourt Braz. A influência da gestão de pessoas no relacionamento interpessoal em agências de cooperativa de crédito. **Revista Observatório de la Economía Latinoamericana**, jun. 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2020/06/pessoas-cooperativa-credito.html>. Acesso em: 08 set. 2024.
- ASSUNÇÃO, Yluska B.; GOULART, Iris Barbosa. Qualificação Profissional ou Competências para o Mercado Futuro? **Future Studies Research Journal**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 175–209, jan./abril 2016. Disponível em: DOI: 10.7444/future.v8i1.249. Acesso em: 18 nov. 2024.
- BIRCHAL, Sérgio de Oliveira; MUNIZ, Reynaldo Maia. A lógica do capitalismo e o trabalho humano. In: GOULART, I. B. (org.). **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos** (p. 23-36). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 25-68.
- BUENO, Daniel A. de Castro; CAMAROTTO, Francislene de Souza. Os subsistemas de gestão de pessoas: um estudo de caso em uma instituição financeira. **Revista Acadêmica do Curso de Administração**, Anápolis/GO, v. 01, n. 02, p. 70-85, nov. 2019.
- CAVALCANTI, Karen de Lucena. **Relação entre a gestão de processos e a aprendizagem organizacional: estudo de caso em uma cooperativa de crédito central atuante no Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba. 106 f. João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19544/1/KarenDeLucenaCavalcanti_Dissert.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.
- CHANLAT, Jean-Francois. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.
- DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 3, p. 12-25, set. 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/572>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Mylka Pereira. **O papel da gestão de pessoas em cooperativas de Araguaína**. Artigo de Graduação (Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Tocantins. Araguaína/TO, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/5239/1/MYLKA%20PEREIRA%20GUIMAR%20c3%83ES%20-%20TCC%20-%20COOPERATIVISMO.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

KILIMNIK, Zélia M.; SANT'ANNA, Anderson S.; LUZ, Talita R. Competências profissionais e modernidade organizacional: coerência ou contradição? **Rev. Adm. Empres.**, n. 44, p. 10-21, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000500001>. Acesso em: 29 jul. 2024.

LIMA, Antonio A. B. A qualificação no sistema público de emprego: uma análise a partir das resoluções do CODEFAT. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras (org.). **Políticas Públicas de Qualificação: Desafios Atuais**. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

LIMA, Juliana Braga. **Gestão de Pessoas e Competitividade na Cooperativa Siccob do Vale**. Monografia (Curso de Administração) – Faculdade Evangélica de Rubiataba. Rubiataba, 2019. Disponível em: <http://45.4.96.19/bitstream/aee/17866/1/2019%20-%20TCC%20-%20JULIANA%20BRAGA%20LIMA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

LORENZETI, Daiane Nólío; PADILHA, Ana Claudia Machado; BINOTTO, Erlaine; RIBEIRO, Alana Ertel. Contribuição dos programas de capacitação no desenvolvimento e na capacidade absorviva dos colaboradores da Cooperativa X. **Anais do V Simpósio Sul-Matogrossense de Administração**, v. 5, n. 5, maio 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/SIMSAD/article/view/16890/11317>. Acesso em: 06 set. 2024.

MALSCHITZKY, Nancy. Empregabilidade x Empresabilidade. O ambiente empresarial deve estimular o desenvolvimento profissional. **Revista FAE Business**, São Paulo, n. 2, p. 32-34, jun. 2002. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/1658119735443246.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 64, p. 13-49, maio 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000300002>. Acesso em: 18 nov. 2024.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ocb>. Acesso em: 26 jul. 2024.

OCB. **O que é o Diagnóstico Governança e Gestão (PDGC) AvaliaCoop?** 2024. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/solucoes/avaliacoop/governanca-e-gestao>. Acesso em: 01 jul. 2024.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PAVAN, Douglas Pereira. **Uso da gamificação para estimular a aprendizagem informal e não formal em uma instituição financeira cooperativa**. Dissertação (Pós Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade) – Universidade do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5101#preview-link0>. Acesso em: 08 set. 2024.

PAZOTI, Elder Luiz. **As competências para o futuro do trabalho sob o enfoque das inovações tecnológicas no setor financeiro**: um estudo aplicado em um sistema de cooperativa de crédito. Dissertação (Mestrado Profissional MPGC) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/d19ebff9-8c8b-42c3-b26e-f55cc6d57539/content>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PIRES, Ana Luisa Oliveira. **As novas competências profissionais**. Resenha publicada pela IIEP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, p. 1-19, 1994. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/17251>. Acesso em: 28 jul. 2024.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **O que é cooperativismo?** 2024. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SARTOR, Willian Jonas. **Treinamento**: importância, satisfação e impacto no trabalho e na percepção dos colaboradores de uma cooperativa de crédito do Extremo Sul Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6655/1/WILLIAN%20JONAS%20SARTOR.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

SEBRAE. **12 passos para construir uma cooperativa de crédito**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/12-passos-para-constituir-uma-cooperativa-de-credito,38e8094f5e726810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SEBRAE. **Cooperativismo**: valorizando os colaboradores. 2024. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/ebook_sebrae_cooperativismo-valorizando-colaboradores.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

SERVILHA, Ana Paula. Gestão por Competências: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito na cidade de Assis/SP. **Revista de Gestão e Estratégia**, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/5055/1/GEST%c3%83O-POR-COMPET%c3%8aNCIAS.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

SILVA, Gabriela de Oliveira. **Treinamento e desenvolvimento nas organizações**: um estudo de caso realizado em uma Cooperativa de Crédito. Monografia (Curso

de Administração) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco. Luz/MG, 2019. Disponível em: <https://dspace.fasf.edu.br/bitstream/handle/123456789/70/GABRIELLA%20DE%20OLIVEIRA%20SILVA%20CRI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 set. 2024.

STECCA, J. P.; ALBUQUERQUE, L. G.; VON ENDE, M. As influências da gestão de pessoas no comprometimento. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 9, n. 4, p. 721-737, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1983465918587>. Acesso em: 01 jul. 2024.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, set. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8551.00375>. Acesso em: 08 set. 2024.

VIDIGAL, Cláudia B. R.; VIDIGAL, Vinícius G. Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 34, n. 1, p. 41-48, mar. 2012. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i1.14181>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Governança corporativa em cooperativas de crédito: uma avaliação das práticas adotadas por uma instituição no Rio Grande do Sul

*Marciane Rigo Lanfredi
Zenicléia Angelita Deggerone*

1 Introdução

Tendência internacional, a governança corporativa chegou ao Brasil como um caminho para que as organizações pudessem ser dirigidas e monitoradas de forma transparente. Essa dinâmica corporativa engloba aspectos como o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle pelas demais partes interessadas.

A governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023, p. 17), é “um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral”.

Os princípios e práticas da governança corporativa aplicam-se a qualquer tipo de organização, independente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle. Especificamente para fins deste estudo, este tema será analisado em cooperativas de crédito. De acordo com Farias e Gil (2013, p. 19), “uma cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídicas próprias, sem fins lucrativos, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços a seus associados, buscando atender as necessidades sociais, econômicas e culturais”.

O funcionamento das cooperativas de crédito está amparado por aspectos legais e normativos desde a Lei nº 5.764/1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico para essas sociedades, quanto pela Lei Complementar (LC) nº 130 de 2009, que inseriu

essas instituições no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essa lei regulou seu funcionamento e atribuiu a competência do Banco Central do Brasil (BACEN) como órgão supervisor e responsável por estabelecer as normas e resguardar a solidez do SFN.

No setor cooperativista de crédito, a governança procura proporcionar, de acordo com Neto e Reis (2015), equilíbrio do sistema interno e do sistema externo de controle, minimizando custos e melhorando efetividade; redução dos custos aos proprietários em decisões coletivas e melhorias dos processos decisórios; seguridade de uma gestão eficaz e de monitoramento das ações dos gestores; promoção dos interesses tanto de gestores de cooperativas e para a preservação e equidade dos tratamentos e interesses dos associados (Neto; Reis, 2015).

Diante dos benefícios que são decorrentes da implantação do sistema de governança corporativa, o Sistema Cresol Central Brasil elaborou a sua política de governança. As práticas de governança elaboradas pela Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária (CRESOL) tem o objetivo de apresentar diretrizes e aspectos aplicados a representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle para adequar as práticas de Governança Cooperativa a serem implementadas em suas agências.

A política de governança da CRESOL foi elaborada em 2021 e passou a ser implantada nas cooperativas integrantes do Sistema Cresol Central Brasil desde então. Essa política destina-se a todos os cooperados, conselheiros de administração, fiscais, diretores e colaboradores da cooperativa e suas ligadas e controladas, assim como das cooperativas singulares associadas.

Contudo, existem vários desafios para a sua implantação, que implicam mudanças nas ações da diretoria executiva e na implantação de instrumentos cada vez mais eficazes e eficientes no controle gerencial das cooperativas. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi verificar os benefícios e desafios que as cooperativas enfrentam na implantação da política de governança.

Este capítulo de livro está organizado em cinco seções para apresentar os elementos centrais do estudo. A primeira seção contextualiza o tema, enquanto a segunda aborda o cooperativismo de crédito e a governança corporativa. Em seguida, a terceira seção descreve a metodologia utilizada. A quarta seção caracteriza a governança cooperativa, seus benefícios e desafios. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações e recomendações do trabalho.

2 Cooperativismo de crédito

Entre as principais organizações e leis que amparam o sistema cooperativista no Brasil destacam-se a Lei nº 5.764/1971, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Instituto Brasileiro Governança Corporativa (IBGC) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Esses referenciais descrevem o surgimento do cooperativismo no Brasil e apresentam as atribuições das cooperativas na visão dos órgãos que organizam as instituições.

O surgimento do cooperativismo no Brasil ocorreu em 1889 na cidade de Minas Gerais com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG) para o consumo de produtos agrícolas. E no Rio Grande do Sul foi no ano de 1902, na cidade de Nova Petrópolis pelo padre jesuíta Theodor Amstad, o qual fundou a primeira cooperativa de crédito com o objetivo de contribuir para a melhoria da vida dos moradores do município, que na época não contavam com nenhuma instituição financeira instalada (Meinen; Port, 2014).

A Lei nº 5.764/1971 define as cooperativas como sendo “sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. E o artigo 79 dessa mesma lei informa que os atos cooperativos devem ser “praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associadas para a consecução dos objetivos sociais”. Para a OCB, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo (OCB, 2019).

O cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei nº 5.764 de 1971 e é representado, formalmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a nível nacional e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCE) em nível de cada unidade da Federação. Tanto a lei específica sobre o cooperativismo de 1971 quanto a criação da OCB em 1969, ainda que tenham permitido uma maior definição das particularidades das cooperativas no Brasil, representaram forte influência do Estado sobre o funcionamento das mesmas.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (2019) classifica o cooperativismo em sete ramos, sendo eles: agropecuário, consumo, crédito,

infraestrutura, produção de bens e serviços, saúde e transporte. Essa divisão em ramos facilita a organização das ações e projetos de representação das cooperativas brasileiras.

O cooperativismo de crédito, segundo a OCB (2019), busca prestar serviços financeiros exclusivamente a seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto, independentemente de sua cota de participação no capital social da cooperativa.

De acordo com SESCOOP (2017), a estrutura do cooperativismo possui 7 (sete) princípios, que são aplicados ao ramo do crédito, que são: 1º Adesão Voluntária e livre, 2º Gestão democrática, 3º Participação econômica dos membros, 4º Autonomia e independência, 5º Educação, formação e informação, 6º Intercooperação e 7º Interesse pela comunidade.

Os sete princípios devem ser incorporados pela gestão, ampliando seus significados originais para que sejam contempladas as questões de planejamento, organização, direção e avaliação, o que confirma a importância dos mesmos no fortalecimento do cooperativismo (Oliveira, 2001). A próxima seção desse referencial procura articular essa abordagem com a governança corporativa.

2.1 Governança corporativa

A governança corporativa surgiu por volta dos anos 1980 e 1990 através de diversos escândalos empresariais que aconteciam no mundo, assim objetivando proteção de seus investimentos acionistas e investidores passaram a demandar um sistema que pudesse ter regras de monitoramento tanto interno quanto externo para suas organizações (Manzaneque, 2016; IBGC, 2019).

No Brasil, o movimento por boas práticas mostrou-se mais dinâmico a partir das privatizações e da abertura do mercado nacional nos anos 1990. Assim, em 1995, ocorreu a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que a partir de 1999 passou a ser intitulado Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo este o responsável por disseminar as boas práticas da governança através dos guias que auxiliam diversos setores da economia nacional.

Conforme Rastogi e Verma (2019), a governança corporativa está associada à maneira como uma corporação é dirigida, administrada e controlada, envolvendo interesses internos e externos; para manter o controle entre as partes, deve-se usar mecanismos de controle com o intuito de mitigar possíveis conflitos de interesses. Jia, Huang e Zhang (2019) definem como objetivo da governança corporativa a responsabilidade social e administrativa e a transparência, que possuem o intuito de desenvolver social e economicamente o empreendimento.

Em virtude da relevância econômica e social de indicar boas práticas voltadas às cooperativas, o Banco Central do Brasil propôs-se, por meio do projeto “governança cooperativa”, a ir além, ao diagnosticar por meio de estudos e pesquisas as particularidades da governança das cooperativas de crédito e propiciar a definição de diretrizes para a consecução das boas práticas (BACEN, 2009).

A governança em cooperativas de crédito passa a ser entendida como um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que possibilitam aos cooperados decidirem de forma precisa a execução dos objetivos da cooperativa para garantir a sua sustentabilidade e o atendimento dos princípios cooperativistas (BACEN, 2009).

A Resolução nº 4.434, de 2015, considera que as práticas de governança para cooperativas de crédito devem observar a política de governança corporativa aprovada pela assembleia geral, que aborde os aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle. Adicionalmente, é importante ressaltar a aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, remuneração dos membros dos órgãos estatutários, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Dentre as diversas leis que regem as sociedades cooperativas e teorias sobre práticas de governança corporativa destaca-se a Lei Complementar nº 130/2009, que é um instrumento legislativo muito importante para o cooperativismo de crédito (Banco Central do Brasil, 2009). Ela dispõe sobre as especificidades das cooperativas de crédito, suas centrais e confederações, bem como permitiu ao conselho de administração a criação da diretoria executiva a ele subordinada. Pela primeira vez, uma legislação determinou a segregação da gestão estratégica da gestão executiva para cooperativa de crédito, conforme art. 5º, demonstrando uma inovação para o modelo de governança corporativa.

Segundo Chaddad e Iliopulos (2013), são dois modelos de governança que predominam nas organizações cooperativas do Cone Sul da América do Sul. O primeiro é o chamado modelo tradicional. Nesse modelo, o conselho de administração é autoridade formal, delegada pelos diretores e membros proprietários, demandando total poder sobre o controle e a gestão da cooperativa. O presidente do conselho também atua como diretor-presidente da cooperativa, tomando decisões operacionais e estratégicas.

O segundo modelo, segundo Chaddad e Iliopulos (2013), é conhecido como tradicional estendido. Nele há a segregação do controle e da gestão com a presença do conselho de administração e a figura distinta do diretor-presidente, não havendo dualidade de funções. Nesse modelo, o conselho assume seu papel de controle, e a direção executiva assume o seu papel de gestão da cooperativa. O conselho de administração remete autoridade ao gestor, que desenvolverá o gerenciamento das decisões. Logo há a separação entre a parte estratégica (tomada de decisão) e a parte executiva (gestão), que cumpre as decisões estratégicas sob comando do diretor-presidente da cooperativa.

3 Procedimentos metodológicos

Para identificar a estrutura de governança corporativa de uma cooperativa de crédito secundária do Sistema Cresol – Central Brasil, localizada no estado do Rio Grande do Sul, foi adotada uma pesquisa exploratória e descritiva (Gil, 2019). Essa cooperativa foi fundada em maio de 2002 e possui nove agências de relacionamento e um centro administrativo, localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul na região denominada de Alto Uruguai.

A classificação da natureza da pesquisa foi a abordagem quali-quantitativa. Esse tipo de abordagem, segundo Malhotra (2001, p. 155), “proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”.

Os procedimentos técnicos utilizados para apurar as informações necessárias para atender o objetivo de estudo foram compostos por uma pesquisa bibliográfica, documental e pela aplicação de questionários com os diretores, conselho de administração, conselho fiscal e colaboradores da cooperativa.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, e é im-

portante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática (Gil, 2019). Já a pesquisa documental envolveu a coleta de dados em fontes primárias (Gil, 2019), quando foram analisadas leis, resoluções, comunicados e políticas internas da instituição, registros não publicizados disponíveis na instituição que é objeto de estudo. E, por fim, os questionários continham questões relacionadas ao perfil dos respondentes, indicação dos benefícios da implantação da estrutura de governança e desafios a serem superados. Os questionários foram aplicados através da ferramenta *google forms*, enviado pelo *whatsapp* aos 48 participantes, que envolveram diretores, conselheiros e colaboradores.

4 A fundação da Cooperativa de Crédito CRESOL

O processo de construção da cooperativa teve início há mais de 20 anos, quando os agricultores familiares ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF/SUL) e cooperativas de produção sentiram a necessidade de ter uma cooperativa para atender as pessoas que estavam excluídas do sistema financeiro. Em maio de 2002, a Cresol fundou, na cidade de Getúlio Vargas, uma cooperativa de crédito voltada para atender os agricultores familiares. Desde sua fundação, a instituição vem crescendo e passou a oferecer a seus cooperados serviços como movimentações em contas-correntes; aplicações nas mais diversas modalidades; linhas de crédito pessoal para pessoas físicas e jurídicas; crédito de repasses para custeio agrícola/pecuário; investimento para a modernização das atividades produtivas; cartão de crédito; linhas específicas de capital de giro para empresas; entre outros produtos e soluções para os associados da cooperativa.

As agências de relacionamento da cooperativa estão localizadas em nove municípios do Rio Grande do Sul: Getúlio Vargas, Estação, Erebang, Florianópolis, Ipiranga do Sul, Sertão e Água Santa; e há duas agências nas cidades de Osasco e Campinas, no estado de São Paulo. A cooperativa possui mais de 7.000 associados, que são atendidos por um quadro de 42 funcionários, sete conselheiros administrativos, dois diretores executivos, cinco conselheiros fiscais e 60 delegados.

Com o passar do tempo, a cooperativa, que havia sido fundada para atender agricultores familiares, passou a atender também pessoas do meio urbano e empresas jurídicas. Em vista desse crescimento e por exigência da

legislação, em 2020 a cooperativa alcançou mais de 50 milhões de reais em ativos, o que tornou necessária a implantação de uma diretoria executiva. Essa diretoria é composta por dois membros, funcionários escolhidos pelo conselho de administração, com mandato de quatro anos a partir do novo Estatuto Social e com responsabilidades nas áreas administrativa/financeira e negocial da cooperativa, conforme estabelecido no estatuto social.

4.1 Estrutura de governança da cooperativa

A Resolução do Bacen nº 3.859, de 2010, estabelece no seu art. 17 que as cooperativas de crédito devem observar uma política de governança corporativa aprovada pela assembleia geral. Essa política deve abordar aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva, fiscalização e controle, contemplando a aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

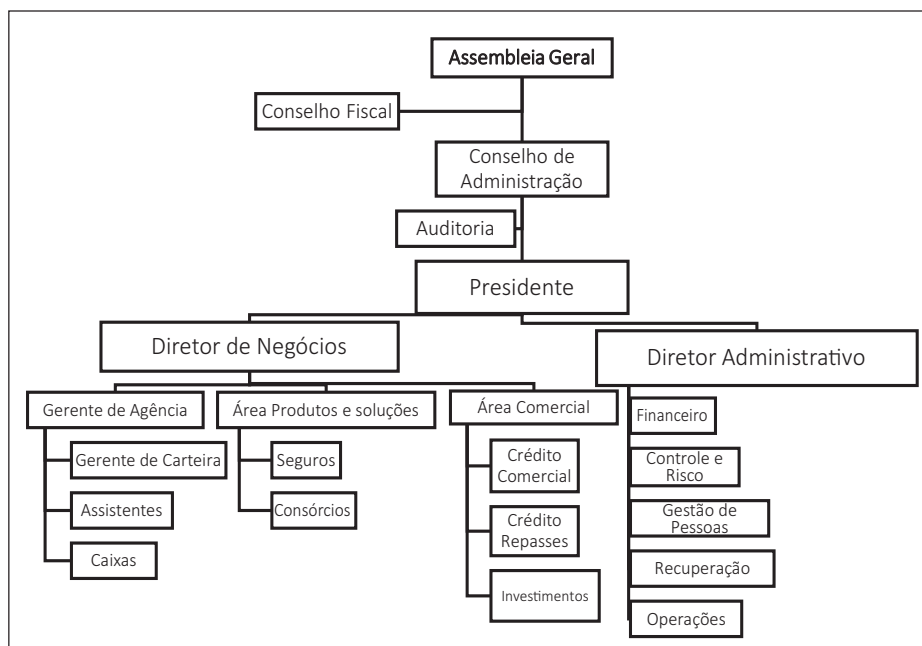
A cooperativa possui uma estrutura organizacional colegiada, conforme ilustrado na Figura 1. Nesse organograma, é possível identificar que a cooperativa é administrada estrategicamente por um conselho de administração, um órgão de deliberação colegiada composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário e quatro conselheiros efetivos e por uma diretoria executiva, composta por um diretor de negócios e um diretor administrativo, que são responsáveis pela gestão da cooperativa.

A assembleia geral (AG) é o órgão máximo da governança cooperativa. É o órgão supremo da sociedade dentro dos limites da lei e do estatuto com poderes para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções necessárias ao desenvolvimento e defesa desta. Suas deliberações vinculam todos, inclusive os ausentes e discordantes. As deliberações nas assembleias gerais são tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a voto. A assembleia geral pode ser tanto ordinária, realizada anualmente, quanto extraordinária. As deliberações ocorrem por meio de voto, tendo cada cooperado direito a um voto, independentemente da quantidade de sua cota-parte.

A assembleia geral deve ser realizada obrigatoriamente uma vez por ano, nos quatro primeiros meses do exercício social, com o objetivo de apresentar aos associados a prestação de contas, o balanço do ano anterior, relatórios de gestão e a destinação das sobras. A assembleia extraordinária é

realizada sempre que necessário e pode deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa.

Figura 1 – Organograma da cooperativa analisada



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa (2024).

O conselho de administração é composto pelo presidente, vice-presidente, secretário e quatro conselheiros, eleitos em assembleia geral entre os associados que atendem os requisitos legais, estatutários e os normativos do Banco Central do Brasil. O mandato é de quatro anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação mínima de um terço dos integrantes, sem limite para reeleições. O conselho de administração é responsável por articular estratégias e parcerias com a comunidade, visando ao desenvolvimento da cooperativa, além de exercer as funções descritas no Estatuto Social. Sua missão é proteger, valorizar e preservar a natureza cooperativista da cooperativa. É o órgão colegiado encarregado do processo decisório da cooperativa. O presidente da cooperativa, membro do conselho de administração, deve observar as diretrizes de atuação descritas no Estatuto Social de modo a assegurar a eficácia e o bom desempenho do órgão.

A administração da cooperativa é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um conselho fiscal, constituído por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela assembleia geral entre os associados que preenchem os requisitos legais, normativos e estatutários para um mandato de três anos, sendo obrigatória a renovação de pelo menos um membro efetivo, ficando restrita a participação de parentes até segundo grau dos diretores.

No desempenho das atividades, o conselho fiscal reúne-se uma vez por mês ordinariamente e extraordinariamente, se necessário, com o objetivo de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. O órgão é independente da administração da cooperativa e atua como representante dos interesses dos associados, tendo acesso a toda e qualquer informação, documento ou ato dos conselheiros de administração, diretores executivos, funcionários e prestadores de serviços relacionados à cooperativa.

A cooperativa conta também com uma auditoria externa, que avalia sua situação e auxilia no funcionamento do sistema de controles internos, principalmente aqueles voltados à avaliação do cumprimento de regulamentos de órgãos oficiais, instruções e políticas definidas pelos órgãos de gestão da cooperativa.

A diretoria executiva é composta por dois diretores, um diretor administrativo e um diretor de negócios, indicados pelo conselho de administração, podendo ser associados ou não, nos termos do art. 5 da lei complementar n° 130, de 2009, sendo vedado o exercício simultâneo de cargos no conselho de administração e na diretoria executiva. Dentre as atribuições dos mesmos destacam-se: **(i) Diretor Administrativo:** cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembleia geral e do conselho de administração, apresentar relatórios e subsídios ao conselho de administração, gerenciar temas administrativos, de risco e controle, gerenciar pessoal de sua área de atuação e cuidar da conformidade com as normas e preceitos da Cresol; **(ii) Diretor de Negócios:** cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembleia geral e do conselho de administração, apresentar relatórios e subsídios ao conselho de administração, garantir a execução de ações de negócios nas diversas modalidades de crédito, produtos e soluções, coordenar o relacionamento com cooperados e destes com a cooperativa e direcionar equipes para atendimento aos cooperados.

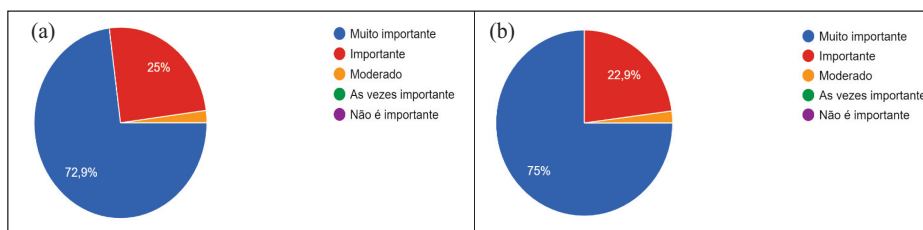
A estrutura de governança também prevê gerentes de agência, que são funcionários do quadro da cooperativa com a responsabilidade de ges-

tão de processos, cumprimento de normativos, monitoramento de metas e eficiência, bem como a gestão do quadro de pessoal dentro dos limites da regulamentação em vigor.

4.2 Análise da estrutura de governança

A análise da governança corporativa é essencial para compreender a estrutura e as práticas que regulam a direção e o controle da cooperativa. A importância do modelo de governança reside na sua capacidade de garantir transparência, responsabilidade e equidade na administração da instituição. Portanto, a avaliação da diretoria executiva é muito relevante, pois desempenha um papel central na implementação das políticas e práticas de governança da cooperativa. A Figura 2 ilustra a importância do modelo de governança adotado e apresenta uma avaliação da diretoria executiva da instituição.

Figura 2 – Importância da governança (a) e da diretoria executiva (b)



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme demonstrado na Figura 2, 72,9% dos pesquisados consideraram que a estrutura de governança cooperativa implantada é muito importante e 25% a avaliam como importante. Em relação à implantação da diretoria executiva, constatou-se que 75% dos participantes consideram que sua implantação é muito importante, enquanto 22,9% classificam-na como importante.

Esses resultados revelam uma avaliação positiva tanto do modelo de governança quanto da implantação da diretoria executiva na instituição. Essa constatação é corroborada por Gerhard, Moreira e Weymer (2021), que destacaram uma visão positiva dos grupos analisados sobre a implantação da governança na cooperativa. De acordo com Büttgenbender *et al.*, (2021), em um estudo sobre o processo de implantação de modelos de go-

vernância em cooperativas de crédito, constatou-se que a adoção de boas práticas de governança, incluindo a criação da diretoria executiva, assegura a aplicação da autogestão no Sistema Cooperativista Nacional.

A partir da implantação do modelo de governança, a pesquisa apurou que 79,2% dos pesquisados consideram que a governança trouxe maior controle e eficiência no desempenho da cooperativa; para 66,7% dos respondentes, houve crescimento da cooperativa e melhoria nos processos, e com 31,3% apurou-se que passou a existir maior credibilidade por parte do quadro social.

Esse resultado contatado nessa cooperativa também é similar aos resultados identificados por Gerhard, Moreira e Weymer (2021). Os autores observaram que os fatores de participação, controle, fiscalização, direção estratégica e confiabilidade foram reconhecidos como relevantes pelos grupos entrevistados. Além disso, Büttenbender *et al.* (2021) também constataram que a implementação de boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão mais profissionalizada e transparente.

A diretoria executiva é parte integrante do modelo de governança adotado pela cooperativa que é objeto de estudo. Entre os resultados positivos decorrentes da implantação verificou-se que 66% dos pesquisados apontaram que houve maior profissionalismo na gestão; 63,8% avaliam que melhorou a tomada de decisão na cooperativa; 57,4% acreditam que houve maior transparência e eficiência nos processos internos da cooperativa; e 44,7% destacam que aumentou a confiança dos membros que participam da governança.

Essa constatação também foi identificada pelos pesquisadores Büttenbender *et al.* (2021), que observaram que a implantação da diretoria executiva trouxe transparência para a administração da sociedade cooperativa, facilitou o desenvolvimento e a competitividade da cooperativa, contribuiu para a sustentabilidade e perenidade do modelo cooperativista, praticou a autogestão como forma de aprimorar a participação do cooperado no processo decisório, obteve melhores resultados econômico-financeiros e proporcionou a melhoria da qualidade dos serviços para o quadro social.

A pesquisa também investigou a comunicação entre a diretoria executiva e os membros da cooperativa. A pesquisa constatou que 52,1% dos entrevistados indicaram que a comunicação poderia ser aprimorada, enquanto 47,9% consideraram que a comunicação entre a diretoria executiva e os membros da cooperativa é eficiente e clara.

Diante da necessidade de aprimorar a comunicação interna apontada pelos resultados, a cooperativa deve investir em ações direcionadas. Gerhard, Moreira e Weymer (2021) ressaltam que a diretoria executiva é responsável por ampliar a divulgação e garantir a compreensão das informações, elementos-chave para uma comunicação eficaz.

A necessidade de aprimorar a comunicação interna, identificada nessa pesquisa, reforça as recomendações de Gerhard, Moreira e Weymer (2021). Os autores sugerem investir em treinamentos e sistemas de informação para minimizar divergências de percepção, além de aumentar a frequência da divulgação de prestações de contas e demonstrações aos associados. Essa abordagem alinha-se com as diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015), que preconiza a divulgação de dados de forma clara, concisa e acessível, promovendo a transparência e reduzindo ruídos na comunicação.

Nesse processo de melhoria da comunicação, é fundamental que as informações sejam repassadas de maneira clara, transparente e uniforme a todos os interessados na organização. A comunicação corporativa passa atualmente por diversas transformações, e as pessoas têm mais acesso às informações de qualquer tipo ou gênero. Esse fato concretiza-se com a chegada da internet, em que as pessoas podem obter informações em tempo real, não dependendo apenas do rádio, da TV, de jornais ou revistas.

A partir da pesquisa realizada, a cooperativa pode adotar algumas estratégias eficazes para promover a transparência, a clareza e a eficiência na troca de informações dentro da organização; por isso recomendam-se:

(i) Canais de comunicação claros e acessíveis: garantir que todos os membros da governança tenham acesso a canais de comunicação eficientes, como reuniões periódicas, e-mails, *whatsapp* corporativo, *chat* e portal interno. Além disso, podem ser utilizadas ferramentas tecnológicas, como videoconferências;

(ii) Promover uma cultura de comunicação aberta: incentivar a troca de ideias, *feedback* e sugestões entre os membros da governança;

(iii) Definir papéis e responsabilidades claras: estabelecer claramente os papéis e responsabilidades de cada membro, evitando mal-entendidos e conflitos na organização;

(iv) Investir em capacitação no tema comunicação: oferecer treinamentos sobre habilidades de comunicação eficazes para os membros da

governança, visando melhorar a qualidade das interações entre a equipe e os associados no atendimento diário da cooperativa.

Outro aspecto identificado na pesquisa a ser melhorado na governança cooperativa é o aprimoramento de processos internos. O próprio conceito de governança corporativa traz em sua essência alguns princípios, regras, estruturas e processos pelos quais as organizações são dirigidas, buscando gerar valor aos sócios e à sociedade em geral.

Para a melhoria desses processos, é fundamental que a governança trabalhe de forma transparente e eficiente, estruturando-os sempre com foco na otimização. Para os autores Ramborger *et al.* (2022), o aprimoramento dos processos pode ocorrer da seguinte forma:

(i) Mapeamento de processos: Identificar e documentar os processos existentes na governança cooperativa. Pois isso ajuda a visualizar o fluxo de trabalho e identificar áreas de melhoria;

(ii) Padronização de procedimentos: Estabelecer padrões e procedimentos claros para cada processo, garantindo a compreensão por parte de todos os envolvidos;

(iii) Feedback e melhoria contínua: Promover na cooperativa uma cultura que incentive colaboradores, diretores e conselheiros a sugerir melhorias nos processos, buscando a evolução da cooperativa.

Por fim, corrobora-se os autores Gerhard, Moreira e Weymer (2021), que enfatizam que as boas práticas de governança corporativa convertem os princípios em recomendações objetivas com a finalidade de alinhar, preservar e aperfeiçoar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos, contribuindo para sua longevidade, além de ser uma ferramenta importante e visar à mitigação dos conflitos de agência por meio de transparência, controles e proteção dos recursos investidos. A implementação da governança corporativa objetiva aumentar o valor da sociedade contribuindo diretamente com a gestão, uma vez que facilita seu acesso ao capital, tornando-a mais profissional e transparente, segregando a gestão executiva da estratégica na cooperativa.

5 Considerações finais

O estudo demonstrou a relevância do processo de implantação da estrutura de governança, sendo que 72,9% dos pesquisados consideram-na

muito importante e 75% também consideram significativa a implantação da diretoria executiva no processo de governança na cooperativa. Entre os principais benefícios trazidos pela estrutura de governança pode-se constatar: crescimento da cooperativa, melhoria dos processos, maior controle e eficiência no desempenho da cooperativa. Além disso, melhorou a credibilidade perante o quadro social, pois a governança introduz práticas de controle, fiscalização e direção estratégica que tornam os processos mais transparentes e confiáveis para a instituição.

Em relação aos benefícios da implantação da diretoria executiva, objeto de estudo, constatou-se que esta trouxe vantagens para os participantes da estrutura de governança e para o quadro social, como maior profissionalismo na gestão, identificado por 66% dos pesquisados, maior transparência e eficiência dos processos internos, auxiliando na tomada de decisões, tornando-a mais assertiva. Esses elementos aumentarão o nível de confiança entre os membros da organização, gerando maior credibilidade para a instituição e sua marca, que tem apresentado crescimento acentuado nos últimos anos.

Constataram-se alguns desafios a ser superados quanto à estrutura de governança implantada, tais como a comunicação entre os membros, a melhoria dos processos internos e a participação dos membros nas decisões estratégicas, tornando as ações mais transparentes. Além disso, os processos internos devem ser constantemente avaliados e aprimorados para garantir a integridade dos dados, a mitigação de riscos e o cumprimento das normas e regulamentos vigentes. A implementação de mecanismos de controle interno adequados contribui para a prevenção de fraudes, erros e irregularidades que possam comprometer a sustentabilidade da cooperativa, buscando seu crescimento, tornando-a sustentável e garantindo a perenidade da instituição.

Por fim, diante dos aspectos analisados, reconhece-se a necessidade de a instituição investir em treinamentos na área de comunicação, aprimorar processos internos para torná-los mais transparentes e envolver mais os membros na gestão e na tomada de decisões, fortalecendo a cooperativa perante o quadro social e os *stakeholders*.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança cooperativa**: diretrizes e mecanismos para fortalecimento em cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 4.434/2015**. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v7_P.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.859/2010**. Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v3_p.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Lei Complementar 130/2009**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Lei 5.764/1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.
- BÜTTENBENDER, P. L.; SCHREINER, D. M.; SPAREMBERGER, A.; BÜTTENBENDER, B. N. O processo de implantação de modelo de governança em uma cooperativa de crédito: um estudo de caso. Universidade Federal de Santa Maria. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria, RS, v. 8, n. 15, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/e41164>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- CHADDAD, F.; ILIOPOULOS, C. Control rights, governance, and the costs of ownership in agricultural cooperatives. **Agribusiness**, v. 29, n. 1, p. 3-22, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/agr.21328>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- FARIAS, C. M.; GIL, M. F. **Cooperativismo**. Pelotas: UFSM, 2013. Disponível em <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- CRESOL CENTRAL BRASIL. **Política de governança**. Chapecó, 2021.
- GERHARD, A.; MOREIRA, V. R.; WEYMER, A. Q. Práticas de governança em uma cooperativa de crédito: uma avaliação das percepções de agentes de governança. Universidade Federal de Santa Maria. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria/RS, v. 8, n. 16, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/53223>. Acesso em: 03 jan. 2024.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Guia das melhores práticas de governança para cooperativas**. 1. ed. São Paulo: IBGC, 2015.
- JIA, N.; HUANG, K. G.; ZHANG, C. M. Public governance, corporate governance, and firm innovation: an examination of state-owned enterprises. **Academy of Management Journal**, v. 62, n. 1, p. 220-247, 2019.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MANZANEQUE, E. M. M. **Board of directors as a corporate governance mechanism: principles, practices, proposals and new challenges**. Corporate Governance: Principles, Practices and Challenges. Hauppauge, New York: Nova Science Publishers, Inc., 2016.
- MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confabras, 2014.
- NETO, J. A. de S.; DOS REIS, D. A. Os impactos da governança corporativa na cooperativa de crédito Sicoob Credivar. **Revista Gestão & Tecnologia**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 211-234, out. 2015. ISSN 2177-6652. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/728>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Ramos do cooperativismo**. 2019. Disponível em: https://somoscooperativismo.coop.br/images/Publicacoes/ebooks/Cartilha_Ramos.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.
- OLIVEIRA, D. de P. R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- RAMBORGER, B. M. *et al.* Modelo de gestão e estrutura de governança: o caso de uma cooperativa de distribuição e geração de energia. Universidade Federal de Santa Maria. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria/RS, v. 10, n. 19, e84157, p. 01-32, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/67574/51820>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- RASTOGI, A.; VERMA, O. P. An empirical analysis of implementation of norms of corporate governance in selected companies. **CLEAR International Journal of Research in Commerce & Management**, v. 10, n. 9, p. 6-15, 2019.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO – SESCOOP. **Fundamentos do cooperativismo**. Brasília: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <https://www.sescoopr.scoop.br/app/uploads/2020/07/fundamentos-do-cooperativismo.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

Satisfação dos cooperados frente aos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa de Crédito Crehnor

Marcos Rogério Monteiro

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch

1 Introdução

De modo geral, o cooperativismo de crédito objetiva atender necessidades específicas de determinado grupo da sociedade, que muitas vezes por razões diversas fica excluído total ou parcialmente do sistema financeiro. No entanto, mais do que oferecer produtos e serviços financeiros, no cooperativismo de crédito diversos fatores são integrados ao processo, norteados por um conjunto de princípios cooperativistas que servem como base para um modelo de gestão participativo (Gawlak; Ratzke, 2007).

Além de avançar na qualidade dos serviços prestados a fim de atender satisfatoriamente as necessidades de sua base associativa, visto que a satisfação é um elemento importante na fidelização de clientes/cooperados (Porsch, 2015). É importante e necessário que os gestores mantenham a atenção voltada para os recursos e processos, objetivando identificar fragilidades e potencialidades que possam limitar ou contribuir para o crescimento da instituição.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou fazer uma análise de satisfação frente aos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa de crédito Crehnor a seus cooperados. Para isso optou-se por um recorte dos cooperados pessoas físicas, alocados em quatro agências, três físicas e uma de atendimento digital.

2 Cooperativa de Crédito Crehnor

A cooperativa de crédito Crehnor foi fundada em 11 de janeiro de 1996, tendo como sede o município de Nova Laranjeiras, PR. Inicialmente

denominava-se CREDTAR, sendo “Cooperativa de Crédito Rural do Centro-Oeste do Paraná de Responsabilidade Limitada” a sua razão social (Ata de Fundação, 1996).

A CREDTAR foi registrada com 26 associados fundadores com o objetivo de proporcionar acesso a crédito e serviços financeiros para pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. No entanto, conforme relata Freitas (2019), suas atividades como instituição financeira só tiveram início no ano seguinte. Isso se justifica pelo fato de que inicialmente os fundadores não tinham condições de aportar capital suficiente para fazer frente às demandas dos cooperados. Além disso, o grupo de gestores não obtinha as condições técnicas que permitissem garantir o atendimento às normas estabelecidas pelo Banco Central (BACEN) para a operacionalização na oferta de produtos e serviços financeiros. Esses obstáculos foram sendo superados aos poucos e podem ser evidenciados pela ampliação do número de cooperados e abertura de novos postos de atendimento.

Nos anos de 1998 e 1999, já com sua base associada ampliada, tendo aproximadamente dois mil cooperados, a cooperativa abriu três novos postos de atendimento no estado do Paraná: nos municípios de Cantagalo, Rio Bonito do Iguaçu e Laranjeiras do Sul (Freitas, 2019). No entanto, o volume de negócios não cresceu o suficiente para fazer frente aos investimentos, e as novas unidades tornaram-se inviáveis economicamente, sendo necessário o fechamento. No ano de 2000, a cooperativa transferiu sua sede para Laranjeiras do Sul, município que se caracteriza como região central de diversos assentamentos de reforma agrária e que por esse motivo permitiu a manutenção da relação com os cooperados admitidos nos postos de atendimento ora fechados.

Em 2003, firmou um convênio de cooperação com um sistema cooperativista chamado Sistema Crehnor de Cooperativa de Crédito Rural, formado por um conjunto de cooperativas que atuava nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que nasceu com os mesmos objetivos. Como resultado disso, a cooperativa até então com o nome de CREDTAR materializou o trabalho desenvolvido, aprovando em assembleia e registrando o nome Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná – Crehnor Laranjeiras (Crehnor, Estatuto 2003).

Para a Crehnor Laranjeiras, a parceria trouxe novas possibilidades, e a troca de experiências contribuiu para a qualificação do processo de ges-

ção. Tais parcerias resultaram não apenas na qualificação do processo, mas também na redução de custos, principalmente em função do compartilhamento de serviços (Freitas, 2019).

Ainda na década de 2000, por meio de convênios firmados com diversas entidades públicas a Crehnor teve uma ampliação no volume de negócios. Em parceria com o Banco do Brasil (BB) começou a operar o repasse de recursos de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas linhas de custeio e investimento. Em parceria com o BB, Caixa Econômica Federal (CEF) e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) atuou como entidade organizadora e instituição financeira na execução de diversos projetos de habitação a partir de 2007 por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o que veio a se tornar o principal segmento da cooperativa até 2017. Visando melhor atender um dos maiores empreendimentos que resultou na construção de mais de 600 unidades habitacionais em um único assentamento de reforma agrária, em 2013 a cooperativa abriu um novo Posto de Atendimento ao Cooperado (PAC) no município de Quedas do Iguaçu.

O conjunto das parcerias estabelecidas possibilitou que a cooperativa promovesse a ampliação na oferta de produtos e serviços financeiros a seus cooperados, no entanto, a parceria com o sistema Crehnor encerrou em 2016, deixando um legado de intercooperação. A Crehnor Laranjeiras seguiu sua trajetória atuando como cooperativa independente. Em 2018, estabeleceu um plano de ações, objetivando articular sua atividade com as cooperativas de produção e comercialização do MST.

Em 2021, reabriu o posto de atendimento no município de Rio Bonito de Iguaçu e fortaleceu as ações, estreitando as relações com as cooperativas de produção e comercialização do MST e buscando meios que permitissem a admissão dessas entidades. Ocorreu no início em 2022 uma parceria com a Cooperativa de Empréstimo e Capital de Aeroportuários do Brasil (AEROCRED), sediada em Guarulhos, estado de São Paulo.

Em setembro de 2023, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária Conjunta para submeter aos cooperados a proposta de incorporação. Após apreciado e aprovado, o projeto de incorporação foi protocolado junto ao Banco Central em novembro de 2023 e aprovado no início do ano seguinte (Crehnor, 2024).

Finalizadas essas etapas do processo, resultantes de quase dois anos de trabalho dos conselhos de administração de ambas as cooperativas, em

janeiro de 2024, o BACEN emitiu parecer favorável à incorporação. A partir de 1º de abril, já com a unificação da base de dados, foi fechado um primeiro ciclo de trabalho em que a Crehnor Laranjeiras passou de uma cooperativa de atuação local para uma cooperativa de abrangência nacional. Sua razão social foi então alterada para Cooperativa de Poupança e Serviços Financeiros de Agricultores e Aeroportuários do Brasil.

Atualmente, a Cooperativa de Crédito Crehnor continua sediada no município de Laranjeiras do Sul, onde também possui um posto de atendimento físico e um posto de atendimento digital. Possui ainda mais dois postos de atendimento físicos nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu e uma sala de negócios em São Paulo.

A Crehnor disponibiliza *internet banking* e aplicativo de celular para acesso a serviços e produtos desde 2018, atua como participante direta do PIX desde 2021, tem diversas linhas de crédito para a produção de alimentos saudáveis e busca ampliar a oferta de produtos e serviços. Dentre as principais articulações estão a recente parceria firmada com o Banco Regional do Extremo Sul (BRDE) – Agência Paraná, reuniões com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Atualmente, a Crehnor possui um quadro de 23 trabalhadores, mais de 50 milhões de ativos, atua em praticamente todos os estados brasileiros e estipula uma meta audaciosa de crescimento em seu volume de negócios para 2025. Para a carteira de crédito constituída com recurso próprio e que atualmente está na casa dos 20 milhões, a meta de crescimento é de 31%. Para o número de novos cooperados, a referência é o número de contas ativas, que atualmente está na casa 4 mil, e a meta de crescimento é de 14%. O saldo médio em depósitos é de 40 milhões, e a meta de crescimento é de 20%. O capital social está em 6 milhões, e a meta de crescimento é de 22%.

3 Procedimentos metodológicos

Por meio de uma pesquisa de caráter quantitativo, esta pesquisa objetivou analisar o nível de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pela Crehnor a seus cooperados, partindo do pressuposto de que o quadro social desempenha um papel importante na expansão da instituição e sua permanência como cooperado depende do atendimento de seus anseios de forma satisfatória.

O público estudado está inserido em quatro agências da cooperativa, três de atendimento físico nos municípios paranaenses de Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, que atendem cooperados destes e de municípios vizinhos, e em uma de atendimento digital, que atende cooperados de todas as regiões do Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado com perguntas objetivas e descritivas utilizando a ferramenta Google Forms, enviado a todos os cooperados ativos vinculados às quatro agências mencionadas. Em relação à amostragem, não houve definição prévia, visto que o formulário de pesquisa foi enviado via *whatsapp* para todos os 1.186 cooperados pessoas físicas com contas ativas nas quatro agências de atendimento a pessoas físicas com o objetivo de obter o maior número de respostas possível. Foram recebidas 122 respostas de associados residentes em 17 municípios de cinco estados brasileiros.

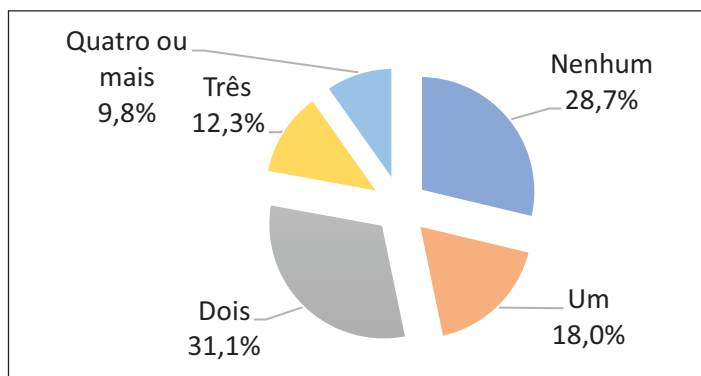
4 Resultados e discussão

Com relação à faixa etária dos cooperados entrevistados, podemos observar que o quadro social é representado por um percentual expressivo de 29,50% nas faixas entre 18 e 29 anos de idade e 36,86% entre 30 e 40 anos. No entanto, de modo geral, é possível afirmar que a cooperativa possui uma boa representatividade entre as quatro faixas etárias.

Com relação ao estado civil dos cooperados, obteve-se uma participação bastante expressiva de pessoas solteiras – 36,10% dos entrevistados. Porém, a maioria possui algum tipo de união que configura a constituição de um grupo familiar, visto que 59,80% se identifica dessa forma, uma vez que 29,50% se declaram amasiados(as) e 30,30% se declaram casados(as). Esse fato possui relevância para a Crehnor, uma vez que a disponibilidade de mão de obra se constitui num ponto que é levado em consideração nas análises e concessão de crédito.

O gráfico apresentado na Figura 1 retrata o potencial da cooperativa, partindo do pressuposto de que em um processo de sucessão familiar os filhos dos cooperados se vincularão futuramente ao quadro social da cooperativa. Observa-se que apenas 28,70% dos cooperados não têm filhos e que esse percentual é muito próximo do percentual que se declarou como solteiro, conforme apresentado na figura anterior.

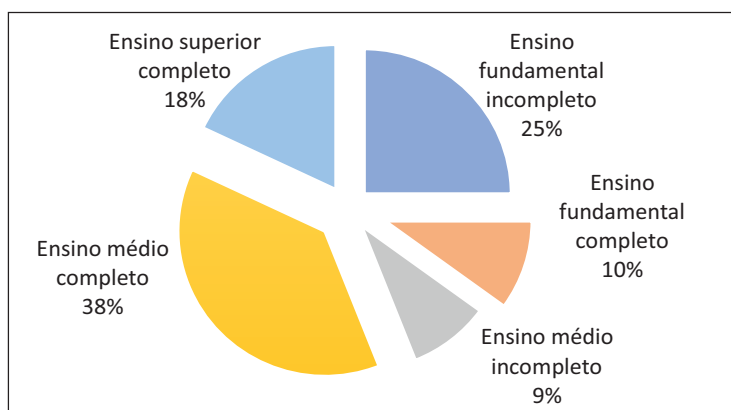
Figura 1 – Número de filhos por cooperado



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O percentual de cooperados entrevistados com ensino médio e superior completos, de 38% e 18% respectivamente, apresentados no gráfico apresentado na Figura 2, são bons indicadores. Demonstra um elevado grau de escolaridade dos cooperados, que pode impactar positivamente a gestão e o gerenciamento das atividades produtivas, tornando-as mais bem-sucedidas.

Figura 2 – Grau de escolaridade dos entrevistados

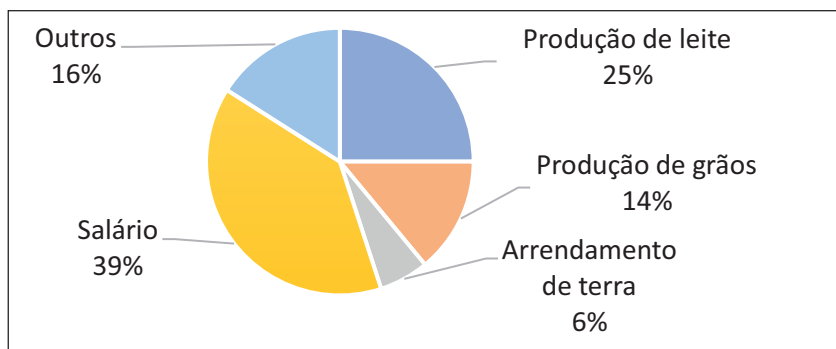


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quando indagados sobre a origem das principais fontes de renda, 39% dos entrevistados declararam salário, 25% a produção de leite, 16% outras rendas, 14% a produção de grãos e 6% o arrendamento da terra.

Outro aspecto relevante é a existência de um grupo considerável que tem na produção de leite sua principal atividade. De acordo com Matte *et al.* (2019), a produção de leite proporciona uma boa fonte de renda e com periodicidade mensal. Isso permite que as famílias alcancem um bom padrão de vida no meio rural, favorecendo a permanência no campo.

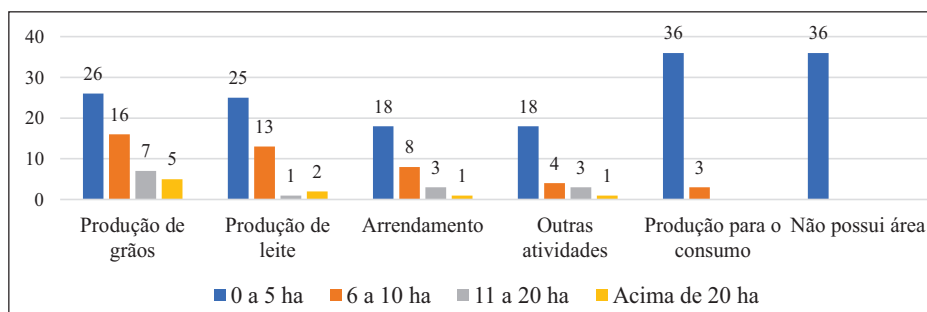
Figura 3 – Principais fontes de renda dos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O gráfico representado na Figura 4 apresenta a distribuição no uso da terra, onde 26 entrevistados afirmaram utilizar até cinco hectares para a produção de grãos e apenas 5 afirmaram utilizar mais do que 20 hectares para essa atividade. Com relação à produção de leite, 25 entrevistados declararam utilizar até 5 hectares e apenas 2 declararam utilizar mais do que 20 hectares. Para arrendamento da terra, 18 cooperados responderam que utilizam até 5 hectares e apenas 1 mais do que 20 hectares. Na utilização da terra para outras atividades, 18 entrevistados declararam destinar até 5 hectares e apenas 1 declarou a destinação de mais de 20 hectares. No que se refere à produção para o consumo, 36 entrevistados declararam utilizar área de até 5 hectares, e o mesmo número declarou não possuir área para nenhuma das atividades relacionadas.

Figura 4 – Área cultivada em ha por atividade



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

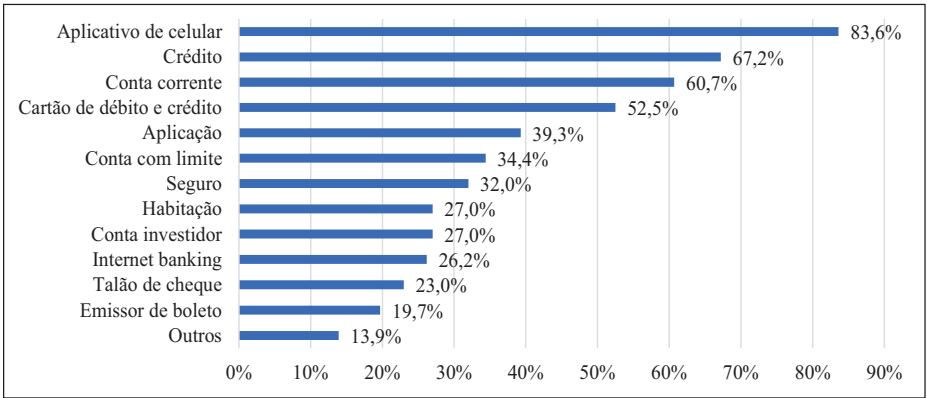
Os 36 cooperados que declaram não possuir área de terra constituem um grupo de agregados, sendo na maioria filhos de agricultores assentados que exploram atividades econômicas relacionadas à prestação de serviços, corroborando o gráfico anterior, em que 39% declaram sua principal fonte de renda como provinda de salário.

Com relação ao tempo em que as famílias estão vinculadas à cooperativa, observou-se que há uma relação sólida entre a entidade e seus cooperados. Também é possível constatar que a cooperativa vem ampliando seu quadro associativo, fato ilustrado pelos percentuais de 25% de cooperados com menos de um ano de associação e 26% entre um e três anos, em comparação com o percentual de 17,20% acima de dez anos.

Quando questionados sobre o grau de importância dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, observa-se que 83,60% consideram o autoatendimento via aplicativo de celular o serviço mais importante, seguido do crédito com 67,20% e da conta-corrente com 60,70%. Também chama a atenção que 52,50% dos entrevistados citaram o cartão de crédito e débito como importante, mesmo a cooperativa não dispondo desse serviço no momento da aplicação da pesquisa. Com menor grau de importância na visão dos entrevistados estão o talão de cheque e o emissor de boletos.

Dados da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) apontam uma redução de 95% no uso de cheques entre 1995 e 2023. Segundo a federação, essa expressiva queda na emissão de cheques está atribuída ao avanço dos meios de pagamento digitais, como o PIX e o *internet banking*.

Figura 5 – Grau de importância dos produtos e serviços oferecidos na concepção dos cooperados

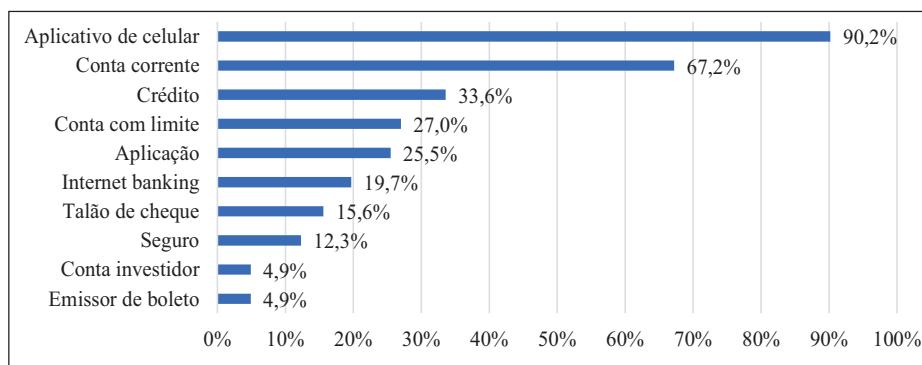


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Sobre a utilização dos produtos e serviços oferecidos, corroborando parcialmente o gráfico apresentado na Figura 8, na Figura 9 o aplicativo de celular aparece como serviço utilizado por 90,20% dos cooperados, seguido da conta-corrente com 67,20% e do crédito com 33,60%. É importante destacar que, para aqueles cooperados que utilizam apenas serviços básicos, a cooperativa oferece uma modalidade de conta específica, denominada conta investidor, isenta de tarifas e que é utilizada por 27% dos entrevistados.

O percentual de 33,60% para a utilização de crédito merece uma atenção por parte dos gestores. Existem algumas razões que podem justificar esse indicador, entre elas a adoção de um método mais conservador por parte da cooperativa para as análises e concessão de crédito com o intuito de garantir um padrão de qualidade da carteira. Por outro lado, essa concentração intencional ou não num grupo mais restrito de cooperados também pode elevar o risco de crédito. Outro fator que merece atenção é a possibilidade de a cooperativa estar desperdiçando um potencial de ampliação de seu volume de negócios, visto que no gráfico da Figura 5 está expresso que 60,70% dos entrevistados elencaram o crédito como o segundo item de maior importância.

Figura 6 – Utilização dos produtos e serviços disponibilizados pela cooperativa aos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

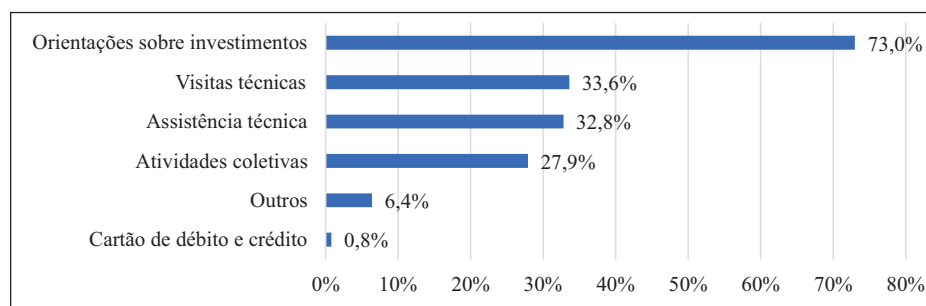
Quando indagados sobre produtos e serviços de seu interesse, surge um fato que merece bastante atenção. De modo geral, associa-se uma instituição de crédito a produtos e serviços financeiros, no entanto, no cooperativismo, a relação cooperativa versus cooperados baseia-se nos princípios do cooperativismo. O gráfico apresentado na Figura 7 dá ênfase a dois dos sete princípios do cooperativismo, sendo que o primeiro se refere à educação, formação e informação e o segundo é o compromisso com a comunidade.

O gráfico apresenta que 73% dos entrevistados manifestam um anseio por orientação sobre investimentos em consonância com o princípio educação, formação e informação. Isso pode ser consequência da abordagem que é feita com frequência pelos gerentes de carteiras sobre a viabilidade econômica dos projetos de produção durante o processo de construção, análise e liberação das propostas de crédito para os cooperados.

Para 33,60% dos entrevistados, a visita técnica é um serviço de interesse, enquanto para 32,80% é assistência técnica. Na visão dos entrevistados, esses dois pontos podem confundir-se, no entanto a visita está vinculada à presença da cooperativa junto à sua base associada, enquanto a assistência técnica está relacionada à extensão rural com objetivos específicos de orientação sobre técnicas de manejo. A Crehnor não dispõe desse serviço, porém faz visitas aos associados em que ocorrem diálogos sobre produção. O interesse por atividades coletivas também aparece com destaque,

uma vez que 27,9% dos entrevistados disseram ter interesse por atividades coletivas, ponto que se relaciona com o princípio do cooperativismo: compromisso com a comunidade.

Figura 7 – Produtos e serviços de interesse dos cooperados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nessa relação de produtos e serviços de interesse, apenas 0,80% dos entrevistados citaram o cartão de débito e crédito como item de interesse. Para esse dado é importante estabelecer uma relação com o gráfico 08, onde em meio a um mix de produtos e serviços e ao ser indagados sobre o grau de importância, 52,50% citaram o cartão de débito e crédito.

Quando questionados se indicariam a Crehnor para outra pessoa, 98,40% dos entrevistados responderam sim, demonstrando que os níveis de pertença e de satisfação dos cooperados para com a cooperativa são bons. Apenas 1,60% dos entrevistados disseram não recomendar a Crehnor para outra pessoa. Corroborando os dados apresentados, os índices satisfatórios demonstram qualidade nos serviços prestados, na medida em que a imensa maioria dos cooperados diz ter uma ótima percepção em relação ao atendimento.

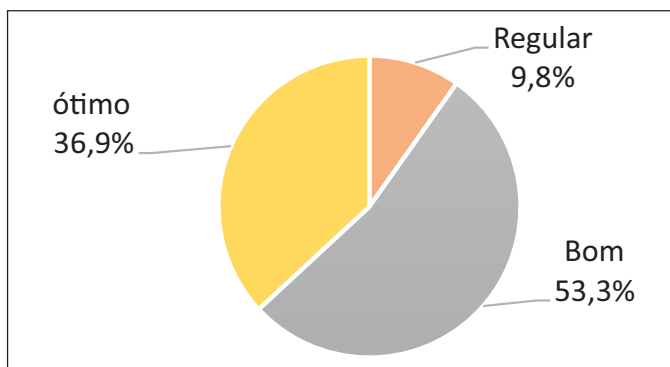
Para 69,70% dos entrevistados, o atendimento é ótimo; para 27,90% é bom, enquanto para 2,40% é regular ou ruim. Ainda na mesma direção, por meio de perguntas descritivas foram citados outros aspectos relacionados, como bom atendimento, atendimento personalizado e ágil, ambiente acolhedor e valorização do cooperado.

As campanhas são ferramentas habitualmente utilizadas por empresas para a obtenção dos resultados esperados, e no cooperativismo de crédito não é diferente. As instituições de crédito de modo geral utilizam as cam-

panhas para a divulgação dos produtos e serviços, para promover a captação de recursos, a ampliação do número de clientes/cooperados e para divulgar a marca.

A Crehnor, no entanto, além da obtenção de metas numéricas, busca por meio das campanhas fortalecer a relação da cooperativa com os cooperados e com as comunidades nas quais está inserida. A Figura 8 ilustra que 53,30% dos entrevistados avaliam como boas as campanhas desenvolvidas pela cooperativa, 36,90% como ótimas e apenas 9,80% como regulares.

Figura 8 – Percepção dos cooperados com relação às campanhas da Crehnor

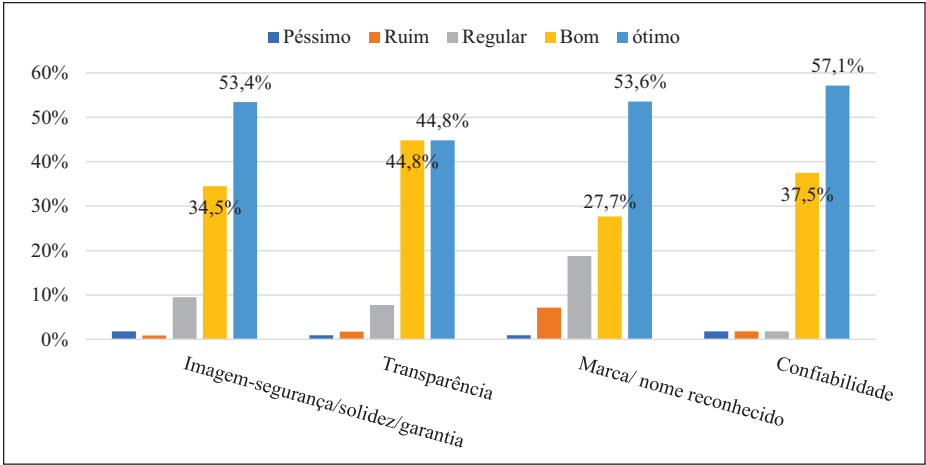


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quando questionados em relação a imagem, segurança, solidez e garantia, 53,40% dos entrevistados dizem ser ótimas, 34,50% dizem ser boas e apenas 12,10% regulares, ruins ou péssimos. No aspecto transparência, 48,80% dizem ser ótima, 48,80% diz ser boa e apenas 6,40% regular, ruim ou péssima. Sobre o reconhecimento da marca/nome, 53,60% dizem ser ótimo, 27,70% dizem ser bom e 18,70% regular, ruim ou péssimo. No que tange à confiabilidade, 57,10% dizem ser ótima, 37,50% dizem ser boa e 5,40% regular, ruim ou péssima.

Os dados demonstram que a cooperativa transmite uma boa imagem para a sua base associada, refletida nos índices de mais de 80% para ótimo e bom nos indicadores analisados. Esses fatores atrelados a uma boa gestão permitem a projeção almejada pela cooperativa, no entanto é necessário levar em consideração e tentar compreender melhor o que levou 6,40% dos entrevistados a caracterizar como regular, ruim ou péssimo o aspecto confiabilidade (Figura 9).

Figura 9 – Percepção dos cooperados com relação a aspectos como segurança, transparência, reconhecimento da marca e confiabilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

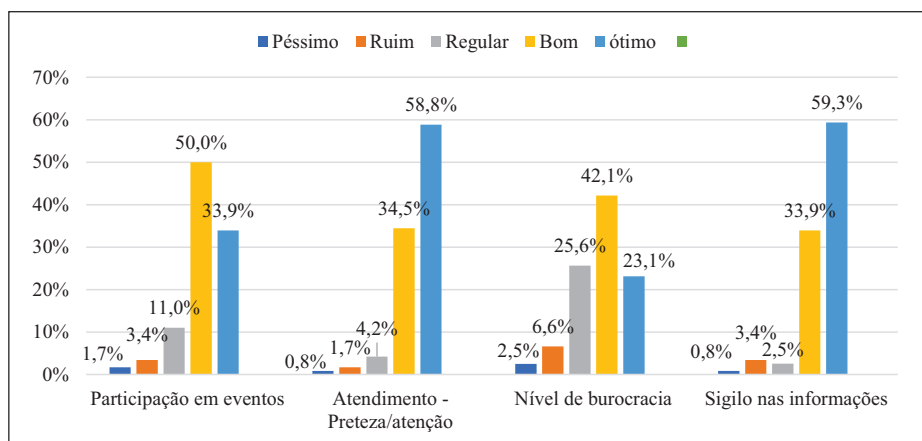
A Figura 10 apresenta a percepção dos cooperados entrevistados referente a aspectos como inserção da cooperativa na comunidade, prestação de serviços e segurança. Ao serem questionados sobre a participação da cooperativa em eventos, 50% dos entrevistados afirmam ser boa, 33,90% afirmam ser ótima e 16,10% ser regular, ruim ou péssima. Nos aspectos atendimento, presteza e atenção, 58,80% dos entrevistados afirmam ser ótima, 34,50% afirmam ser bons e 6,70% ser regulares, ruins ou péssimos. Sobre o nível de burocracia, 42,10% dos entrevistados afirmam ser bom, 25,60% afirmam ser regular, 23,1% ser bom e 9,10% ser ruim ou péssimo. Com relação ao sigilo nas informações, 59,30% dos entrevistados afirmam ser ótimo, 33,90% afirmam ser bom e 6,80% ser regular, ruim ou péssimo.

Analisando as informações apresentadas, percebe-se que, no aspecto burocracia, há um percentual expressivo de quase 35% dos entrevistados insatisfeitos. É importante ressaltar que as instituições de crédito exercem suas atividades mediante normativos, externos e internos. Estão inseridas no Sistema Financeiro Nacional (SFN), que opera regido por normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), BACEN e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (Banco Central, 2024). Além disso, existem ainda as normativas internas, que no caso de cooperativas podem ser estabelecidas pelo Conselho de Administração (CAD), visando criar as condições para

atuar em conformidade com as normativas externas, bem como para buscar maior segurança na prestação de serviços e nas operações de crédito.

Ainda com relação aos dados apresentados, é importante destacar que mais uma vez os aspectos relacionados à prestação de serviços são bem vistos pelos cooperados, representados aqui pelo atendimento, presteza e atenção, que são bons ou ótimos na concepção de mais de 80% dos entrevistados. No entanto, há de se considerar que 6,80% dos entrevistados deixam dúvidas em relação ao sigilo nas informações, sendo necessário um estudo mais aprofundado sobre esse ponto em específico, já que o sigilo das informações relacionadas às atividades financeiras dos cooperados deve ser total.

Figura 10 – Percepção dos cooperados em relação à participação da Crehnor em eventos, presteza no atendimento, nível de burocracia e sigilo nas informações



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O ponto sobre o atendimento foi abordado diversas vezes durante a aplicação da pesquisa, e em todos os casos o número de respostas caracterizando esse aspecto como bom ou ótimo foi bastante satisfatório para a cooperativa.

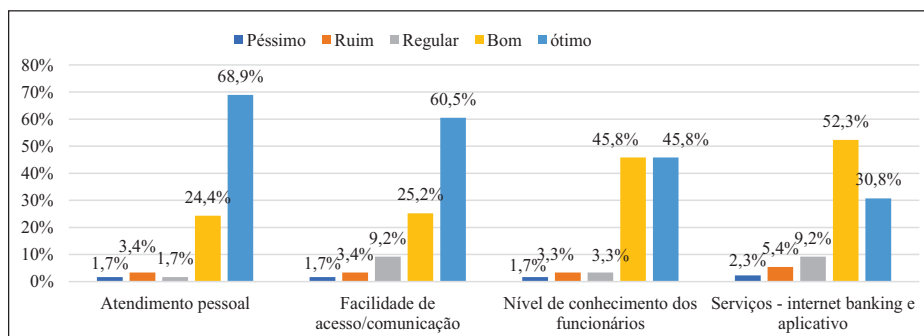
Conforme pode ser observado no gráfico da Figura 11, quando questionados sobre o atendimento pessoal, 68,90% dos entrevistados respondeu ser ótimo, 24,40% ser bom e apenas 6,70% ser regular, ruim ou péssimo. Ao serem questionados sobre a facilidade de acesso/comunicação,

60,50% dos entrevistados responderam ser ótimo, 25,20% ser bom e 14,30% ser regular, ruim ou péssimo.

Os entrevistados também foram questionados sobre o nível de conhecimento dos trabalhadores da cooperativa, em que 45,80% responderam ser ótimo, 45,80% ser bom e 8,40% ser regular, ruim ou péssimo.

Sobre o serviço de *internet banking* e aplicativo de celular, 52,30% dos entrevistados disseram ser bom, 30,80% ser ótimo e 16,90% ser regular, ruim ou péssimo. Esse percentual deve ser tema de discussão do CAD no sentido de buscar melhorias nesse serviço em virtude da adesão ao uso da tecnologia para acesso a produtos e serviços.

Figura 11 – Percepção dos cooperados em relação ao atendimento pessoal, acesso a comunicação, conhecimento dos trabalhadores e serviços de *internet banking* e aplicativo



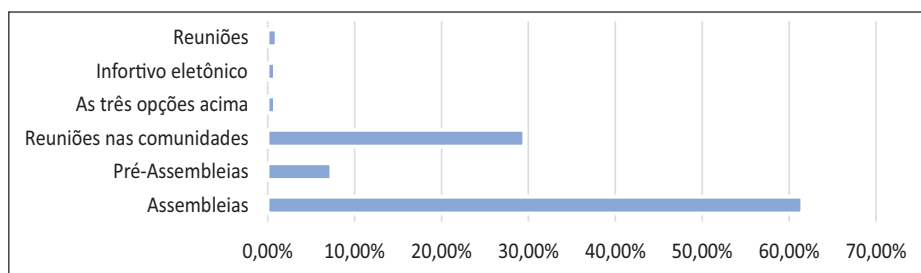
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Atualmente, a Crehnor não disponibiliza o produto cartão de débito e crédito a seus cooperados, no entanto por diversos momentos os entrevistados foram indagados em relação a esse produto. No entanto, foi possível observar que a sua relevância varia de acordo com o contexto em que está inserido.

Quando indagados sobre o interesse pelo produto, 95,10% dos entrevistados disseram ter, enquanto apenas 4,90% disseram não ter. É importante ressaltar que no gráfico 08 podemos observar que, inserido em meio a diversas opções, esse produto foi mencionado por 52,50% dos entrevistados como importante. Já no Gráfico 10, quando inserido em meio a atividades de cunho social, em que os entrevistados foram questionados sobre produtos e serviços de seu interesse, esse produto aparece citado por apenas 0,80%.

Ao serem questionados sobre a participação nas tomadas de decisões da Crehnor, 61,50% dos entrevistados afirmam que as assembleias são a forma mais adequada para garantir a participação dos cooperados. Para 29,50% dos entrevistados, reuniões em comunidades são o meio mais adequado, e de forma menos expressiva foram destacadas as pré-assembleias por 7,30%.

Figura 12 – Melhor forma de participação dos cooperados nas decisões



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

É importante destacar que a Crehnor tem um processo bem consistente de mobilização de seus cooperados para a participação em assembleias ordinárias e extraordinárias, no entanto não tem a prática de realização de pré-assembleias. A utilização de reuniões em comunidades consiste numa prática, porém objetivando a divulgação da cooperativa com o intuito de articular a busca de novos cooperados.

5 Considerações finais

Com base no resultado da pesquisa foi possível concluir que a Cooperativa de Crédito Crehnor vem atendendo satisfatoriamente seus cooperados na medida em que apresenta bons indicadores nos aspectos relacionados à oferta de produtos e serviços, relacionamento, atendimento ao público e relação com a comunidade. No entanto, ainda possui algumas lacunas no que se refere à oferta de alguns produtos, como cartão de crédito e débito e linhas de crédito rural para custeio e investimento. Ainda ficou evidenciado que o papel social desempenhado pela cooperativa, materializado em ações que vão além do ambiente de negócios, é reconhecido pelos cooperados entrevistados.

Foi possível identificar o potencial de crescimento da cooperativa, que, na visão dos entrevistados, possui diversos pontos fortes e oportunidades, no entanto também possui fraquezas e ameaças externas, tornando-se necessário um sistema de governança eficiente.

A pesquisa trouxe elementos importantes, que poderão servir de subsídios para a tomada de decisão do conselho de administração. Todavia, não pode ser considerada conclusiva, pois sempre surgem fatos novos, e é fundamental um processo permanente de monitoramento e análise da realidade.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ofício 595/2024-BCB/Deorf/GTCUR**. PE 256235. 2024
- CALCAGNOTTO, A. C. P. V. **Planejamento Estratégico**: As Estratégias Competitivas e Sua Aplicação em Empresas de Varejo da Região de Caxias do Sul. São Paulo, 1995.
- CREHNOR, Institucional. Disponível em: <http://www.crehnor.coop.br/pagina.php?p=16>. Acesso em: 02 set. 2024.
- FARIAS, M. C.; GIL, F. M. **Cooperativismo**. Pelotas, 2013.
- FEBRABAN. **Uso do cheque mantém queda em 2023 e a redução chega a 95% desde 1995**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/4054/pt-br>. Acesso em: 12 set. 2024.
- FEBRABAN. **Transações bancárias pelo celular cresceram 251% em cinco anos e hoje representam 7 a cada 10 do total**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/4146/pt-br/>. Acesso em: 12 set. 2024.
- FREITAS, A. M.; ZENERATTI, F. L. Dinâmicas do Cooperativismo de Crédito Rural e os Desafios da Crehnor Laranjeiras. In: HAMMEL, Ana Cristina; CARCAIOLI, Gabriela Furlan; DEL MONACO, Graziela; FINATTO, Roberto Antônio (orgs.). **Estudos Sobre a Realidade Brasileira**: práticas e movimentos contrahegemônicos. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 2, p. 149-176. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/348922941>. Acesso em: 22 maio 2024.
- GAWLAK, A.; RATZKE, F. **Cooperativismo primeiras lições**. 3. ed. Brasília: SESCOOP, 2007.
- GREGORINI, Gílio. **A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local**. [S.], 2019.

Legislação Federal – Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/572860>. Acesso em: 16 set. 2024.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. Sônia Midori Yamamoto (trad.). 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, 2019.

MUSSI, R. F. de F. *et al.* Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, 9 dez. 2019.

NAMORANDO, R. **Cooperativismo – um horizonte possível**. 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SALESFORCE. **The AI Revolution**: Insights into the next era of customer relationships. San Francisco, 2017.

SANTOS, T. **Satisfação de clientes de instituições financeiras e bancos brasileiros com a nova ferramenta de atendimento Chatbots**. Porto Alegre, 2018.

SILVA, D.; SIMON, F. O. Abordagem Quantitativa de Análise de Dados de Pesquisa: Construção e Validação de Escala de Atitude. **Cadernos CERU**, 2, 11, 2005.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo/SP: Saraiva, 2004.

PORSCH, M. R. M. R. *et al.* Análise de satisfação dos associados da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol **RACI**, Getúlio Vargas, v. 9, n. 20, jul./dez. 2015. ISSN 1809-6212.

Práticas da intercooperação em uma cooperativa de crédito da reforma agrária no centro-oeste do Paraná

*Maria Helena Prestes
Zenicléia Angelita Deggerone*

1 Introdução

A sociedade tem passado por transformações constantes de cunho social, político e econômico em função do processo de globalização. Com isso surge cada vez mais a necessidade de as instituições cooperarem para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades. Para Pena e Melo (2021), a globalização proporcionou que as instituições passassem a adotar novas práticas inovadoras de gestão, e com isso o cooperativismo tem ganhado destaque no meio das corporações.

O cooperativismo é uma forma de organização social que procura construir uma sociedade mais justa, livre e com bases democráticas. Sua maior característica é a solidariedade, baseada em práticas de ajuda mútua, construída com base em alternativas econômicas e humanas, que equilibram custos, despesas e ganhos. De acordo com o Sistema das Organizações das Cooperativas Brasileiras – OCB (2024), o cooperativismo brasileiro disponibiliza a seus associados diversos produtos e serviços com diferenciais frente às demais empresas, atuando em sete ramos respectivamente, sendo: agropecuário, consumo, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços, transporte e crédito.

Para a OCB (2024), as cooperativas de crédito buscam oferecer soluções adequadas às necessidades financeiras de seus associados, favorecem a inclusão financeira e o acesso ao crédito às pessoas menos favorecidas, além de proporcionar o desenvolvimento econômico e social onde estão localizadas.

E dentre os sete princípios do cooperativismo o sexto princípio trata da intercooperação entre as instituições. Esse princípio busca propiciar que

as cooperativas trabalhem em conjunto, pois é na união que elas ganham força, intensificam o movimento e servem de forma mais eficiente a seus cooperados. Quer seja unir em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo busca o bem comum (OCB, 2024).

Konzen e Oliveira (2016) apontam que a intercooperação pode ser organizada em forma de redes, por centrais ou consórcios, e também é possível entre os diversos ramos. Para os autores, os benefícios que a intercooperação traz são: potencializar os negócios entre as instituições envolvidas, oportunizando o ganho de competitividade no mercado, a troca de experiências, maior qualificação profissional, melhora de sistemas, padronização de processos.

De modo complementar, Mendes (2017) apresenta algumas vantagens ocasionadas pela intercooperação, como: ganho de escala, desenvolvimento de marca própria, aumento no faturamento e maior margem operacional, amenização da concorrência entre as mesmas, o valor agregado ao produto e ganho na competitividade. Para os cooperados ainda possibilita maiores resultados e, consequentemente, um aumento na distribuição das sobras.

Para Freitas e Freitas (2011), as cooperativas de crédito possuem importância substancial no sistema financeiro por possibilitar às pessoas acesso ao crédito de forma diferenciada em relação às instituições bancárias tradicionais, uma vez que as cooperativas atuam com foco no fomento e no desenvolvimento local. De acordo com Hummelgen (2016), a atuação da cooperativa está direcionada às necessidades de seus associados, objetivando o desenvolvimento social da comunidade, apresentando-se como forma viável e próspera para a região onde está inserida. A cooperativa de crédito tem por objetivo “promover a inclusão ao crédito, a articulação e a organização dos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária” (Crehnor, 2024).

Desse modo, a Cooperativa de Crédito Crehnor foi fundada em 1996 com o intuito de suprir a demanda de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária que não tinham acesso a outras instituições financeiras. A cooperativa passou desde a sua fundação por inúmeras mudanças, assim como muitos fatores macroeconômicos interferiram direta e indiretamente em suas atividades no decorrer dos anos. A partir de 2017, a instituição passou por um processo de readequação e buscou retomar seus ideais de fundação, ou seja, ser uma organização financeira que buscasse suprir as demandas dos camponeses e assentados. A cooperativa então buscou utilizar o princípio da intercooperação para relacionar-se com cooperativas e

outras instituições, integrantes do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que possuem a mesma ideologia política, e assim gerar ganhos em escala, qualificação profissional, padronização de processos, entre outras vantagens.

A intercooperação é um princípio que pode trazer diversas vantagens para as instituições envolvidas, embora também apresente desafios. Diante disso, este estudo buscou responder à seguinte questão: Quais são as práticas de intercooperação adotadas por uma Cooperativa de Crédito da Reforma Agrária no Centro-Oeste do Paraná (no caso, entre 2017 e 2023)? Com base nesse questionamento, o objetivo geral da pesquisa é apresentar as estratégias de intercooperação implementadas pela Cooperativa de Crédito da Reforma Agrária no Centro-Oeste do Paraná (Crehnor) no período de 2017 a 2023.

Este capítulo de livro está organizado em cinco seções para apresentar os elementos centrais do estudo. A primeira seção contextualiza o tema, enquanto a segunda aborda o tema do cooperativismo e a importância das práticas de intercooperação. Em seguida, a terceira seção descreve a metodologia utilizada. A quarta seção apresenta os serviços propiciados pelas práticas de intercooperação na cooperativa Crehnor. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações e recomendações do trabalho.

2 O cooperativismo: definição e princípios

O ato normativo que rege as cooperativas é a Lei n.º 5.764, de 1971 (Brasil, 1971), que discorre sobre a constituição e o funcionamento do cooperativismo. Além disso, a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) retrata a respeito da autonomia de constituição e funcionamento das cooperativas.

Gawlak (2007) enfatiza que cooperar consiste em uma ação coletiva, na qual pessoas trabalham juntas em busca de um objetivo comum. Essa prática desenvolve nos envolvidos atitudes mais humanas, participativas e solidárias, além de uma mentalidade aberta e flexível.

Por sua vez, Oliveira (2023) analisa cooperação e cooperativismo em seus estudos destacando duas perspectivas etimológicas distintas. A primeira refere-se ao ato de cooperar como uma forma de resolver necessidades coletivas, estando intrinsicamente ligado à educação e à cultura. Já a segunda, embora hoje muitas vezes tratada como sinônimo da primeira, surge como um movimento moderno de organização e resistência dos trabalhadores contra a exploração capitalista na Europa. Enquanto a cooperação é

um conceito amplo e independente, o cooperativismo está condicionado à sua institucionalização pelo Estado.

De acordo com Gawlak (2007, p. 22), “os princípios do cooperativismo foram criados com ideais baseados na cooperação”. Esses requisitos foram aprovados e colocados em prática juntamente com a fundação da primeira cooperativa formal na Inglaterra em 1844. E buscaram acima de tudo uma melhor qualidade de vida para os envolvidos.

Büttenbender, Sand e Sparemberger (2023) citam os princípios que orientam o cooperativismo, sendo: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. Além disso, os valores definem-se como: ajuda mútua; responsabilidade própria; democracia; igualdade e equidade; e solidariedade.

Segundo o autor, as cooperativas diferenciam-se das demais organizações por ser constituídas por pessoas e não por capitais econômicos (Büttenbender; Sand; Sparemberger, 2023). A gestão das instituições deve ser democrática, ou seja, cada membro tem direito a um voto, independente de sua participação econômica. As cotas-partes não são transferíveis a terceiros e são abertas a novos sócios. Os resultados retornam a seus sócios de forma proporcional às operações na cooperativa. As cooperativas não objetivam o lucro e possuem o compromisso educativo, econômico e com a sociedade. Essa diferença fundamenta e resulta no Ato Cooperativo, que, conforme o Art. nº 79 da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), é aquele praticado entre a cooperativa e seus associados, entre os associados e a cooperativa e por cooperativas associadas entre si com vistas ao atendimento de suas finalidades sociais.

De acordo com as Organizações Cooperativistas do Brasil (2024), até o ano de 2019 eram 13 os ramos do cooperativismo. A partir de 2020, houve um processo democrático e uma avaliação a respeito dos benefícios para as cooperativas, e a estrutura passou a ser de sete ramos, sendo: Agropecuário, transporte, consumo, saúde, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços e, por fim, crédito.

2.1 Princípio da intercooperação

Os princípios cooperativos foram criados junto com a primeira cooperativa e norteiam todo o sistema cooperativista. Compreende-se, então, que toda e qualquer cooperativa deve cumprir esses requisitos.

Meinen e Port (2014) retratam a intercooperação como sendo o sexto princípio e em sua definição salientam:

Princípio Da Intercooperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (Meinen; Port, 2014, p. 38).

Meinen e Port (2014) evidenciam que a intercooperação deve começar pela base (integração horizontal), onde as instituições que se encontram em um primeiro piso ou mesmo patamar, de diferentes ramos, operam ou intercooperam entre si. Um exemplo seria a utilização dos serviços bancários, realizados pelas cooperativas de crédito, pelas instituições de demais ramos. Normalmente, os associados de uma são também associados às demais.

Konzen e Oliveira (2016) discorrem nessa perspectiva que a intercooperação entre cooperativas de ramos diferentes favorece que não haja concorrência entre cooperativas do mesmo ramo. Os autores citam ainda a integração vertical, quando as cooperativas se organizam em entidades de segundo (centrais e federações) e, pela junção de centrais ou federações, de terceiro (confederação) piso, compondo assim aglutinações sistêmicas.

Esses formatos possibilitam ganho de escala e economia de escopo, melhora no padrão profissional e de soluções de negócios (redução de custos). E no âmbito internacional, para integração e manutenção do movimento a nível global, se faz necessário que haja uma entidade líder de última instância; atualmente quem desempenha esse papel é a Aliança Cooperativa Internacional – ACI (Meinen; Port, 2014).

Grande (2008) retrata que a intercooperação é um dos principais percursos para fortalecer o cooperativismo e que a formação de redes cooperativas é a estratégia para o futuro do negócio das organizações envolvidas. Konzen e Oliveira (2016) abordam as várias formas em que as cooperativas podem intercooperar, sendo elas: formação de redes cooperativas por centrais e consórcios. Além disso, os autores retratam ainda que a intercooperação pode ocorrer entre cooperativas do mesmo ramo, como de ramos diferentes; os mais apontados foram do ramo agropecuário e de crédito.

De acordo com Gawlak (2007), com a inserção e crescimento das tecnologias, especialmente as digitais, em que o mundo está em constante evolução e conexão, a integração das cooperativas é considerada o ponto primordial para o sucesso. As cooperativas só conseguirão manter-se no

mercado competitivo se forem eficientes e incluïrem qualidade, produtividade e economia de escala em seus serviços.

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2006) evidencia que, quando se realizam alianças estratégicas via intercooperação, muitos resultados são alcançados pelas cooperativas parceiras, como: 1) expansão da competitividade de cada uma das instituições cooperativistas; 2) acesso mais ágil a recursos tecnológicos, financeiros, comerciais e humanos; 3) estruturação e otimização do processo de controle e avaliação; 4) compartilhamento dos riscos do negócio; 5) agregação de valor e fortalecimento dos produtos e serviços, redução de custos, criação de novas possibilidades de uso dos produtos; 6) facilidade de acesso ao mercado; 7) melhorias nos processos produtivos com otimização das instalações e desenvolvimento dos padrões operacionais; 8) aumento da capacidade tecnológica; 9) identificação de novas oportunidades; 10) aprendizagem conjunta e evolução organizacional e melhoria das condições financeiras mediante o incremento de sobras e redução de custos administrativos.

Nesse mesmo panorama, Oliveira e Silva (2012) realizaram um estudo com cooperativas de produção e de crédito, em que a segunda é constituída por agricultores da agricultura familiar e que estão envolvidos com organizações sociais que visam estimular a produção dos produtores rurais. Nesse estudo foram identificadas vantagens via intercooperação, que podemos citar: padronização e operacionalização, capital de giro mais acessível para cooperativas de produção, crédito consciente, melhoria na renda dos cooperados, ajuda na superação de dificuldades, incentivo à agricultura familiar, atendimento igualitário e mais inclusivo, fortalecimento das cooperativas. E os pontos apontados como negativos foram as faltas de conhecimento e de informação sobre a relação entre as cooperativas.

Oliveira (2023) destaca a intercooperação cooperativa para os Movimentos Sociais dos Trabalhadores Sem Terra como uma ferramenta de inovação organizacional que, através da articulação das instituições cooperativas, busca o fortalecimento dos processos internos de gestão política, econômica e tecnológica, de produção e ampliação da capacidade de novos mercados. Emerge como um desafio e ao mesmo tempo uma estratégia de aperfeiçoamento dos processos de produção, de agroindustrialização, logística e comercialização.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo realizado sobre a Cooperativa Crehnor utilizou uma abordagem metodológica do tipo exploratória e descritiva (Gil, 2022). Por se tratar da análise de uma única cooperativa, optou-se pelo estudo de caso, definido por Yin (2005, p. 32) como uma investigação que “[...] estuda um fenômeno contemporâneo em seu contexto real”. Quanto à natureza da pesquisa, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa com predominância do método qualitativo (Gil, 2022).

Os dados foram coletados por meio de três técnicas principais de pesquisa, sendo: a) Pesquisa bibliográfica: revisão de leis, teses, dissertações e literatura especializada; b) Pesquisa documental: análise de documentos internos da Crehnor Laranjeiras, como atas, estatutos e relatórios econômico-financeiros; c) Entrevista semiestruturada: realizada com o gerente de operações da cooperativa, seguindo roteiro pré-definido (Gil, 2022).

As informações obtidas foram processadas mediante análise de conteúdo (Bardin, 2011) e por meio da estatística descritiva (Marconi; Lakatos, 2023). A estatística descritiva foi empregada para organizar os dados, destacar padrões relevantes e permitir comparações entre as variáveis identificadas. Já a análise de conteúdo foi utilizada neste estudo para interpretar sistematicamente os dados qualitativos coletados (entrevistas, documentos e registros da cooperativa), seguindo as etapas propostas por Bardin (2011): I) Pré-análise – Organização do material: Transcrição da entrevista com o gerente de operações; compilação de documentos (atas, relatórios, estatutos) em um corpus único; II) Exploração do Material (Codificação) – Categorização temática: Identificação de unidades de significado (práticas de intercooperação, serviços disponibilizados, benefícios); III) Interpretação e Inferências – Análise crítica: Relação das categorias com o referencial teórico utilizado neste estudo.

4 Resultados e discussões: caracterização da cooperativa

A Cooperativa de Crédito Crehnor Laranjeiras foi fundada em 11 de janeiro de 1996, no município de Nova Laranjeiras – Paraná e inicialmente era denominada como Cooperativa de Crédito Rural do Centro-Oeste do Paraná de Responsabilidade Limitada (CREDTAR) Nova Laranjeiras Ltda. A CREDTAR surgiu através da união de um grupo de pequenos agriculto-

res e assentados da reforma agrária (26 associados fundadores), que tinham uma carência de produtos e serviços financeiros por parte de bancos públicos e/ou privados que atendessem suas demandas enquanto pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.

Ao longo de suas quase três décadas de existência, a Crehnor Laranjeiras vivenciou significativas transformações institucionais e operacionais. Seu percurso histórico foi marcado por diversos marcos relevantes, incluindo: a expansão e posterior redução de sua rede de postos de atendimento; a celebração e posterior extinção de convênios estratégicos; e constantes processos de reestruturação organizacional visando aprimorar sua eficiência operacional e manter sua relevância junto ao quadro social (Crehnor, 2024).

Paralelamente a essas mudanças internas, a cooperativa precisou responder a importantes transformações no cenário macroeconômico. Entre os fatores externos que impactaram suas operações destacam-se: mudanças no marco regulatório do setor; a acelerada modernização tecnológica do sistema financeiro (com a introdução de *internet banking*, aplicativos móveis, sistemas de pagamento instantâneo como PIX, entre outros); e variações nos cenários agrícola, climático e sanitário, que afetaram diretamente a capacidade produtiva e financeira de seus associados. Esses desafios exigiram da cooperativa contínua capacidade de adaptação e desenvolvimento de novas estratégias para manter sua sustentabilidade no competitivo mercado financeiro.

Um dos momentos mais críticos dessa trajetória, conforme análise de Freitas e Zeneratti (2020), ocorreu no início dos anos 2000, quando a cooperativa enfrentou os impactos da crise nas políticas de reforma agrária. O significativo corte nos recursos públicos destinados aos assentamentos rurais – principal fonte de capital circulante da instituição na época – provocou expressiva redução em seus volumes operacionais e afetou substancialmente seus indicadores financeiros. Essa conjuntura adversa representou um ponto de inflexão na história da organização, exigindo a busca por novos modelos de atuação e fontes de receita.

Diante do cenário desfavorável, a cooperativa iniciou um processo de busca por parcerias estratégicas. Como destacam Freitas e Zeneratti (2020), essa fase foi marcada por tentativas de aproximação com cooperativas afins, tanto no que diz respeito ao perfil de público atendido quanto ao segmento de atuação. Esse movimento resultou no estabelecimento de diálogos e negociações com instituições vinculadas ao Sistema Crehnor, originalmente sediado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A consolidação dessa aliança ocorreu em 2003, quando foi formalizado um convênio de intercooperação que trouxe significativas mudanças para a organização. Uma das consequências mais visíveis dessa nova fase foi a alteração da razão social da cooperativa, que passou a denominar-se: Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária e do Centro-Oeste do Paraná (Crehnor), incorporando explicitamente em sua identidade institucional o vínculo com o movimento da reforma agrária.

Conforme análise de Freitas e Zeneratti (2020), essa estratégia de intercooperação horizontal – entre instituições do mesmo segmento – revelou-se fundamental para garantir a sustentabilidade da cooperativa no mercado financeiro. A parceria possibilitou diversos avanços institucionais, incluindo: (1) ampliação e diversificação da oferta de produtos e serviços financeiros; (2) fortalecimento dos sistemas de gestão e controle interno; (3) implementação de processos de auditoria mais robustos; e (4) melhoria significativa no relacionamento com o Banco Central, órgão regulador do sistema financeiro nacional.

Além desses ganhos operacionais, a intercooperação viabilizou o acesso a importantes linhas de financiamento, incluindo parcerias com o Banco do Brasil e programas governamentais, especialmente na área habitacional. Do ponto de vista econômico, a atuação em rede proporcionou expressiva redução de custos operacionais, criando condições mais favoráveis para a manutenção da viabilidade financeira da organização – que, segundo os autores citados, enfrentava risco concreto de insolvência caso mantivesse sua trajetória isolada.

Essa configuração associativa manteve-se até 2016, quando as cooperativas gaúchas e catarinenses optaram por uma nova estratégia de integração, vinculando-se ao Sistema Cresol Baser. Diante desse movimento, a Crehnor Laranjeiras – então a única representante do sistema no Paraná – enfrentou um dilema estratégico: acompanhar a migração das demais cooperativas ou preservar sua autonomia institucional. A escolha pela manutenção de sua identidade e independência resultou no gradual enfraquecimento dos vínculos com a Crehnor Central até a completa dissolução da parceria nos anos seguintes.

O desligamento do sistema cooperativista anterior marcou um novo ciclo na trajetória da Crehnor, que passou a se reorganizar como instituição financeira independente. Esse processo de readequação institucional, iniciado em 2017, incluiu a criação de um departamento especializado em con-

sultoria com o objetivo estratégico de fortalecer os sistemas de gestão e controles internos, profissionalizar a área contábil e desenvolver novas linhas de negócio alinhadas às necessidades dos associados.

Mais do que uma mera reestruturação operacional, este momento representou uma oportunidade histórica para a cooperativa resgatar seus princípios fundacionais. Como explicitado em seu estatuto social, a instituição reafirmou seu compromisso primordial como organização financeira voltada especificamente para atender pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.

Essa reorientação estratégica permitiu à Crehnor conciliar modernização gerencial com fidelidade à sua missão original, criando um modelo institucional que harmoniza eficiência operacional com compromisso social – característica que se tornaria marcante em sua fase seguinte de expansão e consolidação. A partir desse período, a cooperativa iniciou uma reestruturação em suas atividades e, no decorrer dos anos, retomou a relação e a participação nas discussões políticas juntamente com outras instituições integrantes dos movimentos sociais, nas quais possui sua origem.

Com o correr dos anos, a readequação das atividades, a inovação nas tecnologias e nos serviços e produtos ofertados, a relação e o pertencimento ao movimento possibilitaram que se iniciasse a intercooperação com instituições (cooperativas, associações e empresas) de outros segmentos, que possuem a mesma ideologia política, para assim gerar ganhos em escala, qualificação profissional, padronização de processos, entre outras vantagens.

A Crehnor apresentou significativa evolução em sua estrutura operacional durante o período analisado. Até 2021, sua rede de atendimento contava com uma agência matriz em Laranjeiras do Sul/PR e dois postos de atendimento ao cooperado (PACs) em Quedas do Iguaçu/PR e Laranjeiras do Sul/PR. O ano de 2021 marcou um importante marco expansionista com a inauguração de um terceiro PAC em Rio Bonito do Iguaçu/PR. Atualmente, a cooperativa mantém: uma agência-sede em Laranjeiras do Sul/PR; três unidades físicas de atendimento (PACs), estrategicamente distribuídas em Rio Bonito do Iguaçu/PR, Quedas do Iguaçu/PR, Laranjeiras do Sul/PR; uma plataforma digital composta por duas agências virtuais com capacidade de atendimento nacional; e uma sala de negócios em São Paulo/SP, estabelecida em 2024 após a incorporação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos (AEROCRED).

O crescimento físico da organização foi acompanhado por expressiva ampliação de seu quadro funcional. Em 2017, a cooperativa contava com apenas dez colaboradores distribuídos entre os postos de atendimento e a estrutura administrativa da sede. Atualmente, seu corpo funcional soma 21 profissionais qualificados, responsáveis pelas operações na sede administrativa, unidades físicas e plataformas digitais.

A abrangência territorial da Crehnor passou por outra transformação no período estudado. Originalmente concentrada na região da Cantuquiriguaçu – mesorregião do centro-sul paranaense, que compreende 20 municípios (Ipardes, 2007), a cooperativa alcançou em 2024 projeção nacional em suas operações. Essa expansão estratégica permitiu à instituição ampliar seu impacto social e econômico, mantendo simultaneamente suas raízes regionais e o compromisso com as comunidades rurais que lhe deram origem.

4.1 Serviços associados as práticas de intercooperação

A pesquisa identificou que as práticas de intercooperação adotadas pela cooperativa concentram-se em três eixos principais de serviços financeiros: (1) operações de captação (depósitos à vista e a prazo); (2) concessão de crédito; e (3) prestação de serviços financeiros complementares, incluindo seguros, consórcios e atuação como instituição financeira intermediária para repasses de recursos.

As instituições parceiras utilizam a Crehnor como sua instituição financeira central para diversas operações: realização de pagamentos a associados, funcionários, fornecedores e clientes; emissão de duplicatas com condições financeiras mais vantajosas; depósitos de recursos a prazo; acesso a linhas de crédito com juros diferenciados e adaptados ao perfil dos associados; e intermediação financeira para programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Essa estrutura operacional proporciona vantagens aos cooperados, que passaram a contar com acesso a serviços financeiros anteriormente indisponíveis ou oferecidos por outras instituições com condições menos favoráveis. O modelo demonstra como a intercooperação pode criar um ecossistema financeiro alternativo, mais adaptado às necessidades específicas dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

A opção pela intercooperação com a Crehnor fundamenta-se, primordialmente, no alinhamento ideológico e institucional entre as organi-

zações envolvidas, todas vinculadas ao mesmo movimento social comprometido com o desenvolvimento sustentável de suas bases e regiões de atuação. Como destaca Oliveira (2023), essa estratégia foi formalizada em 2018 através de decisão conjunta entre a Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), suas cooperativas filiadas e a Crehnor com o objetivo explícito de: fortalecer as cadeias de produção e comercialização; dinamizar a circulação econômica interna e consolidar um sistema financeiro alternativo vinculado ao MST.

De acordo com dados obtidos junto à Crehnor, em julho de 2024 a cooperativa tinha aproximadamente 183 entidades associadas intercooperando. Essas instituições estão organizadas e divididas por regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônica, conforme organização de distribuição espacial por regiões do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Esse grupo de instituições, que intercooperam com a Crehnor atualmente, são compostos por cooperativas de produção, trabalho e comercialização, associações e empresas, todas integrantes do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra.

As regiões que possuem maior percentual de entidades associadas à Crehnor são: Região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte). A Região Sul, foi a região que iniciou os diálogos a respeito de intercooperação e de reestruturação nos anos iniciais do período estudado. E na sequência passou-se a dialogar com as entidades integrantes da Região Sudoeste. Na Região Sul por ser a região de maior proximidade da Crehnor e por se conhecerem muitas lideranças integrantes do movimento social, que são diretores das cooperativas localizadas nessas regiões.

Constata-se que em todas as regiões em que a Crehnor possui instituições cooperadas, as cooperativas se sobressaem, seguidas das associações. A cooperativa busca trabalhar com instituições que conheçam o sentido de cooperação e que tenham um objetivo comum: gerar emprego e renda, melhorar a qualidade de vida de seus associados e buscar o desenvolvimento de suas regiões.

A intercooperação, consagrada como sexto princípio do cooperativismo (Meinen; Port, 2014), demonstra sua materialidade no caso da Crehnor Laranjeiras. A cooperativa atua como eixo articulador de uma rede composta por 183 entidades associadas – entre cooperativas de produção,

associações e empresas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) –, distribuídas em cinco regiões brasileiras. Essa estrutura operacionaliza o preceito teórico da “integração horizontal” (Konzen e Oliveira, 2016), em que instituições de ramos distintos (crédito e agropecuária) compartilham serviços financeiros, evitando concorrência interna e potencializando sinergias. Os dados revelam que a Região Sul, pioneira no processo, concentra o maior número de parcerias, indicando a influência de fatores geográficos e de capital social no estabelecimento dessas alianças.

Após a apresentação desse contexto, a Crehnor pratica a intercooperação e se traduz em serviços como: a) Crédito adaptado: taxas diferenciadas para agricultores familiares com juros inferiores aos do mercado convencional; b) Acesso a políticas públicas; c) Infraestrutura compartilhada: utilização da Crehnor como instituição financeira central para pagamentos, depósitos e emissão de duplicatas.

Essas ações corroboram as vantagens teóricas apontadas por Oliveira (2006), como redução de custos (até 30% em transações internas, segundo relatórios da cooperativa) e ampliação de mercados. Nota-se, porém, uma assimetria: enquanto as cooperativas de produção se beneficiam de crédito acessível, a Crehnor fortalece sua base de associados e sua liquidez – exemplificando a reciprocidade proposta por Meinen e Port (2014).

A experiência da Crehnor supera a lógica estritamente financeira. Ao integrar cooperativas do MST, ela viabiliza um circuito financeiro endógeno, reduzindo a dependência de bancos privados e reforçando a autonomia do movimento. Como destacado por Oliveira (2023), essa prática é simultaneamente uma estratégia de sobrevivência que garante o acesso ao crédito em condições adaptadas à agricultura familiar e um instrumento de luta que acaba fortalecendo a comercialização coletiva e a resistência ao sistema agroalimentar hegemônico.

O caso da cooperativa Crehnor oferece três contribuições principais associadas a escalabilidade, flexibilidade e inovação social. A escalabilidade demonstra que redes baseadas em identidade política podem alcançar abrangência nacional. A flexibilidade implementada por meio da intercooperação horizontal mostrou-se mais viável do que estruturas verticais rígidas no contexto do MST. E, por fim, a inovação social, ao permitir a combinação entre serviços financeiros e apoio à produção agroecológica, configura um modelo replicável em outros movimentos sociais.

5 Considerações finais

A análise da trajetória da Crehnor Laranjeiras ao longo de seus 28 anos de existência revela um caso emblemático de adaptação e resiliência no cooperativismo de crédito brasileiro. Desde sua fundação em 1996 por um grupo de 26 agricultores e assentados da reforma agrária, a cooperativa passou por significativas transformações institucionais.

A análise dos mecanismos de intercooperação implementados revela três eixos principais de atuação: (1) crédito adaptado às necessidades da agricultura familiar com taxas diferenciadas; (2) acesso facilitado a políticas públicas mediante repasses ágeis de recursos; e (3) compartilhamento de infraestrutura financeira para operações cotidianas. Esses arranjos operacionais materializam na prática o princípio teórico da integração horizontal (Konzen e Oliveira, 2016), demonstrando como instituições de ramos distintos podem criar sinergias sem gerar concorrência interna.

Contudo, o estudo identificou importantes desafios e tensões não resolvidas nesse modelo. O dilema de escala permanece como questão central – enquanto a opção pela horizontalidade preserva a autonomia da cooperativa, limita os ganhos de escala plenos que estruturas verticais poderiam proporcionar. A concentração de parcerias na Região Sul (55% do total) sugere que o capital social e as relações pessoais ainda funcionam como fatores críticos para o estabelecimento de novas alianças, indicando possíveis limites à expansão da rede. Além disso, a tensão entre a missão social original e as crescentes exigências de profissionalização do mercado financeiro emerge como desafio permanente para a governança da organização.

Do ponto de vista teórico, a experiência da Crehnor oferece contribuições relevantes para o debate sobre cooperativismo e desenvolvimento. Primeiramente, demonstra que a intercooperação alcança maior efetividade quando ancorada em identidades coletivas sólidas, transcendendo meros arranjos contratuais. Em segundo lugar, evidencia a importância de modelos regulatórios diferenciados para cooperativas vinculadas a movimentos sociais, capazes de reconhecer suas especificidades operacionais.

A trajetória da Crehnor Laranjeiras constitui, em última análise, uma demonstração prática de como o 6º princípio cooperativista – quando reinterpretado à luz das lutas sociais contemporâneas – pode gerar inovações institucionais capazes de conciliar eficiência econômica e transformação social. Seu legado mais significativo talvez seja a comprovação empírica de

que outra economia é possível, desde que fundamentada no diálogo permanente entre os valores da cooperação e as contradições do desenvolvimento brasileiro.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 20 abri. 2025.

BÜTTENBENDER, P. L.; SAND, A. V. D.; SPAREMBERGER, A. Um estudo sobre cooperativismo, administração e desenvolvimento: prioridades para a sustentabilidade. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, Curitiba, n. 7, p. 4.033-4.054, 2023.

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES E DA REFORMA AGRÁRIA DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ. **Crehnor Laranjeiras**. Institucional. Laranjeiras do Sul: Crehnor, 2024. Disponível em: <http://www.crehnor.coop.br/pagina.php?p=16>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. **IDeAS**, Rio de Janeiro, ed. 5, ano 2011, n. 1, p. 160-187, 2015. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/101/100>. Acesso em: 28 ago. 2024.

FREITAS, A. M.; ZENERATTI, F. L. **Dinâmicas do cooperativismo de crédito rural e os desafios da Crehnor Laranjeiras**. In: HAMMEL, Ana Cristina; CARCAIOLI, Gabriela Furlan; DEL MONACO, Graziela; FINATTO, Roberto Antônio (org.). Estudos Sobre a Realidade Brasileira: práticas e movimentos contrahegemônicos. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. v. 2, p. 149-176.

GAWLAK, A. **Cooperativismo Primeiras Lições**. 3. ed. Brasília: SESCOOP, 2007. Disponível em: <https://ocb.ocbmt.coop.br/storage/webdisco/2019/01/10/outros/e354da460369ca29480c4533bf8e6f66.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRANDE, E. D. **Somoscoop**. Intercooperação: gerando valor para as cooperativas. São Paulo: Sistema OCB, 2008. Disponível em: <https://>

somoscooperativismo.coop.br/noticias-eventos/intercoopera-o-gerando-valor-para-as-cooperativas. Acesso em: 31 maio 2024.

HÜMMELGEN, B. Cooperativismo: um agente de mudança. **Revista Urutágua**, n. 34, p. 74-86, 25 nov. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: Primeira fase: caracterização global. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2007. 145 p.

KONZEN, R. R. P.; OLIVEIRA, C. A. O. Intercooperação entre cooperativas: barreiras e desafios a serem superados. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 45-58, 2016. DOI: 10.5902/2359043220410. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/20410>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confedbras, 2014.

MENDES, F. J. **A influência da intercooperação no desempenho econômico-financeiro em cooperativas agroindustriais dos Campos Gerais**. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Cooperativas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Ramos do Cooperativismo**. 2024.

OLIVEIRA, A. P. D. S. D. **Intercooperação cooperativa**: a experiência do MST no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Direito, Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, N. T. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 5, n. 2, p. 277-295, 2012.

PENA, M. D.; MELO, M. C. de O. L. A intercooperação aplicada ao modelo de agências compartilhadas de cooperativas de crédito / *Intercooperation applied to the model of shared agencies for credit cooperatives*. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1.089-1.104, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Análise das vantagens e desvantagens da incorporação de uma cooperativa de crédito

Paulo Cezar Miotto

Carlos Alberto Frantz dos Santos

1 Introdução

As cooperativas de crédito desempenham um papel essencial no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas ao garantir que os recursos captados de seus associados permaneçam no município ou na região de atuação, contribuindo para o fortalecimento da economia local. De modo geral, essas instituições atuam como facilitadoras de crédito e de outros serviços financeiros. Além disso, possuem a missão de promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades (Jacques; Gonçalves, 2016).

As cooperativas de crédito podem operar de forma independente ou ser filiadas a um sistema que compreende cooperativas singulares, uma cooperativa central e, em alguns casos, uma confederação que engloba diversas cooperativas centrais, geralmente utilizando uma marca comum, como Cresol, Sicredi ou Sicoob (Bacen, 2024).

No sistema cooperativo de crédito, observa-se uma variação no porte das cooperativas, mesmo dentro de um único sistema. No Cresol, por exemplo, há cooperativas com ativos de R\$ 50 milhões, enquanto outras ultrapassam R\$ 1 bilhão em ativos. As cooperativas menores tendem a estar mais integradas às suas comunidades, atuando de forma mais local e cumprindo a missão de promover o desenvolvimento local. No entanto, essas cooperativas enfrentam desafios maiores para gerar resultados financeiros. Por outro lado, cooperativas de maior porte e com áreas de atuação mais amplas encontram mais facilidade para gerar resultados, mas acabam se distanciando de seus associados e de suas comunidades, assumindo características semelhantes às de bancos comerciais.

As cooperativas de crédito integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Apesar de seguirem as mesmas

normativas, as cooperativas menores enfrentam dificuldades, especialmente em termos de competitividade e sustentabilidade financeira, devido aos custos elevados e à uniformidade das regras aplicáveis. As diferenças entre as cooperativas de crédito manifestam-se principalmente em relação ao patrimônio de referência (PR), que determina o tamanho da cooperativa, e na forma como estão organizadas: algumas operam de forma independente (cooperativas singulares), outras organizam-se em cooperativas centrais, e além disso há aquelas que estão inseridas em confederações nacionais.

As cooperativas de crédito estão presentes em mais da metade dos municípios brasileiros e têm apresentado um crescimento superior ao restante do sistema financeiro. Apenas em 2022, o número de associados aumentou 14,5% (Bacen, 2024). O crescimento do sistema cooperativo de crédito no Brasil tem sido acompanhado por uma tendência de redução no número total de cooperativas, principalmente devido a processos de incorporação. Entre 2016 e 2020, o número de cooperativas singulares diminuiu de 1.019 para 847 (-16,9%), enquanto a quantidade de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) aumentou de 4.681 para 6.280 (+34,2%) (Bacen, 2024). Em 2023, o número de cooperados ultrapassou 20 milhões (Bacen, 2024).

Compreender esse processo de crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil, tanto no número de unidades de atendimento quanto de cooperados, mas com uma redução no número de cooperativas, é crucial para a continuidade da contribuição dessas instituições para o desenvolvimento das comunidades em que atuam. Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é descrever o processo de incorporação da Cresol Itatiba do Sul (RS), identificar os motivos para essa mudança, bem como analisar as vantagens e desvantagens desse processo.

2 Referencial teórico

2.1 Cooperativismo de crédito no Brasil

Segundo o Banco Central do Brasil (Bacen), uma cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas com o objetivo de prestar serviços financeiros exclusivamente a seus associados (Bacen, s.d.). A década de 1990 marcou uma transformação significativa nas políticas voltadas para o setor agrário no Brasil. Discutiam-se, entre outros temas, a redução da pobreza no campo e o reconhecimento da agricultura

familiar como uma categoria produtiva relevante. Um dos principais desafios enfrentados pelos pequenos produtores era a falta de acesso ao crédito, o que dificultava a competição com grandes propriedades rurais voltadas à monocultura (Cresol, 2020). A resposta a esse desafio foi uma parceria entre governos, movimentos sociais e instituições financeiras, que resultou na criação de iniciativas de microcrédito e microfinanças com foco nas populações mais vulneráveis. Nesse contexto surgiu o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, conhecido como Cresol (Cresol, 2020).

O sistema Cresol teve origem na união de agricultores no sudoeste do Paraná com sede em Francisco Beltrão. Sua atuação inicial foi direcionada para fomentar a produção dos trabalhadores rurais que, por estarem excluídos do sistema financeiro tradicional, não tinham acesso ao crédito para investir em suas atividades. Em 1999, a Cresol firmou um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a concessão de microcrédito e a implementação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que possibilitou a expansão de suas atividades para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O sistema Cresol caracteriza-se por uma gestão solidária e autogerida com uma estrutura formada por pequenas cooperativas (Cresol, 2020).

Diante das dificuldades de sobrevivência em um ambiente altamente competitivo, processos de fusão e incorporação entre cooperativas de crédito têm se tornado cada vez mais comuns. Esses movimentos não ocorrem apenas por falência, mas são também estratégias para aumentar a competitividade, impulsionadas pela forte concorrência no mercado e pela regulamentação do Banco Central do Brasil (Bacen, s.d.).

De acordo com a Lei Federal n. 5.764/1971, fusões e incorporações entre cooperativas são permitidas desde que autorizadas pelo Banco Central. Tais processos buscam fortalecer as cooperativas ao unificar patrimônios, passivos e ativos, proporcionando maior eficiência operacional. Ao modernizar seus processos e expandir suas operações, cooperativas que adotam essas estratégias aumentam suas chances de sobrevivência em mercados competitivos e em constante transformação (Perius; Rueger; Miranda, 2007).

3 Procedimentos metodológicos

O presente estudo de caso foi realizado em uma cooperativa de crédito que passou por um processo de incorporação, a Cresol, com sede no

município de Itatiba do Sul (RS). A cooperativa foi fundada em 2003 por 31 agricultores, atuando exclusivamente em Itatiba do Sul até 2018. Nesse ano, expandiu suas operações com a abertura de unidades de atendimento nos municípios de Vacaria e, em 2019, em Monte Alegre dos Campos. Em 2023, a Cresol Itatiba do Sul foi incorporada pela Cresol São Valentim.

Quanto aos objetivos e à natureza do trabalho, trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter quali-quantitativo (Minayo, 2014). A escolha do tema ocorreu por conveniência, dado o acesso às informações, além de um dos autores ter atuado na direção da cooperativa durante o processo de incorporação.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de cinco entrevistas com funcionários da cooperativa incorporada e dirigentes da cooperativa incorporadora. O objetivo das entrevistas foi analisar a percepção dos colaboradores sobre o processo de fusão e incorporação de cooperativas, transformando aquelas com atuação local e forte inserção comunitária em cooperativas maiores com maior capacidade financeira, porém mais distantes das bases. As entrevistas envolveram colaboradores das áreas de atendimento ao público. Os entrevistados incluíram funcionários com tempos de serviço que variavam entre dois e dezoito anos.

Os dados foram coletados primariamente por meio de entrevistas e secundariamente a partir de registros em atas do conselho de administração, do conselho fiscal, de reuniões de equipe e da matriz de gestão, que ilustram a evolução dos números da cooperativa. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2010), explorando o material coletado com o objetivo de identificar as vantagens e desvantagens do processo de incorporação entre cooperativas de crédito.

4 Resultados

4.1 Histórico da Cresol Itatiba do Sul (RS)

Na década de 1990, durante um período de significativas transformações nas políticas do setor agrário brasileiro, discutiam-se estratégias para reduzir a pobreza no campo. Nesse contexto emergiu o debate sobre o reconhecimento da agricultura familiar como uma importante categoria produtiva. Um dos principais desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais era a falta de acesso ao crédito.

Entre 1994 e 1995 intensificaram-se os estudos e capacitações voltados à criação de um sistema de cooperativas de crédito para pequenos agricultores em meio à luta por políticas públicas específicas. Em 10 de janeiro de 1996, com o apoio de 27 agricultores foi fundada a primeira cooperativa Cresol em Dois Vizinhos (PR). A iniciativa rapidamente se expandiu pelo sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, contando com o respaldo de igrejas, sindicatos e movimentos sociais, culminando na formação da Central Cresol Baser. Em Itatiba do Sul (RS), o debate local teve início em 2002, resultando na fundação da Cresol Itatiba do Sul em 18 de janeiro de 2003 com 31 agricultores contribuindo com R\$ 100 cada (ver Figura 1). À época, a maioria dos sócios possuía baixa escolaridade: nenhum com ensino superior e apenas três com escolaridade além da quarta série do Ensino Fundamental.

A Cresol Baser prestou suporte técnico e jurídico essencial à criação da cooperativa, auxiliando na superação de entraves legais e burocráticos. Em 17 de julho de 2003, a Cresol Itatiba do Sul (RS) iniciou suas atividades em uma sala de cerca de 30 m², cedida pelo sindicato local. A infraestrutura era limitada: uma mesa com gavetas e poucos equipamentos, adquiridos com um empréstimo de R\$ 8.000,00 da Cresol Aratiba (RS). A única sinalização externa era um banner (ver Figura 2). Apesar da simplicidade, o início das operações marcou um passo significativo para o acesso a crédito por agricultores locais.

Figura 1 – Ato de abertura da Cresol Itatiba do Sul (RS)



Fonte: Acervo particular Cresol (2003).

Nos primeiros dias de operação, a Cresol Itatiba do Sul enfrentou alta demanda para a abertura de contas-correntes e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a única fonte de crédito disponível para pequenos agricultores na época. No entanto, os recursos eram limitados, e o Banco do Brasil, responsável pelo repasse dos fundos do PRONAF à cooperativa, não priorizava esses repasses. Isso resultava em atrasos significativos, como no caso do custeio de milho, cuja liberação, solicitada em julho, frequentemente só ocorria em dezembro.

Figura 2 – Sala do sindicato onde começou a Cresol



Fonte: Acervo particular Cresol.

Durante os primeiros anos, a cooperativa operou com um número reduzido de funcionários, que frequentemente trabalhavam além das oito horas diárias e realizavam várias tarefas, incluindo a limpeza da sede. Os salários eram baixos, e benefícios como horas extras e vale-alimentação, bem como outros direitos trabalhistas foram conquistados progressivamente. Apesar dessas adversidades operacionais, o número de associados cresceu de forma contínua. Com o aprimoramento gradual dos processos internos a Cresol consolidou-se como uma instituição financeira relevante em Itatiba do Sul. O aumento no número de associados tornou a infraestrutura

original inadequada, levando a cooperativa a mudar-se para instalações maiores em duas ocasiões antes de construir em 2015 uma sede própria, moderna e bem equipada (ver Figura 3). A inclusão dessas famílias na cooperativa permitiu o acesso a produtos e serviços bancários. Estes, por sua vez, viabilizaram inúmeros empreendimentos, como aquisição de máquinas, de tratores e de colheitadeiras. Assim, a Cresol Itatiba do Sul contribuiu para a modernização da agricultura na região.

Além disso, mais de 200 casas foram construídas ou reformadas através de programas federais, proporcionando melhores condições de vida para famílias que viviam em situação precária. A Cresol também desempenhou um papel muito importante na intermediação e execução financeira de programas sociais voltados para públicos historicamente desfavorecidos. Além de oferecer crédito e serviços financeiros, a Cresol Itatiba do Sul participou ativamente de diversos espaços públicos de debate, como conselhos comunitários e fóruns, consolidando-se como um importante ator social no município.

Figura 3 – Novas Instalações da Cresol Itatiba do Sul (RS)



Fonte: Acervo particular Cresol (2015).

A Cresol Itatiba do Sul consolidou-se como referência local com expressiva adesão da população. Em 2018, contava com 1.687 sócios em um

município de 3.420 habitantes, evidenciando a ampla inserção da cooperativa nas famílias locais. Ao longo de duas décadas, a Cresol vivenciou crescimento contínuo, paralelamente a profundas transformações no meio rural. Entre essas mudanças destacam-se a modernização da agricultura, a melhoria das condições de vida no campo e a redução do trabalho manual, viabilizada pela aquisição de maquinários. Tais alterações impactaram diretamente a atuação da cooperativa, refletindo-se em sua expansão. A Tabela 1 apresenta a evolução do número de associados e dos ativos da instituição.

Tabela 1 – Evolução de associados e ativos

Período	Número de associados	Ativos (em R\$ aproximados)
2003	110	300.000,00
2004	225	800.000,00
2005	340	1.300.000,00
2006	450	3.100.000,00
2007	600	5.500.000,00
2008	755	7.500.000,00
2009	861	8.100.000,00
2010	955	8.900.000,00
2011	1.060	9.800.000,00
2012	1.210	10.500.000,00
2013	1.350	11.500.000,00
2014	1.380	12.000.000,00
2015	1.419	12.500.000,00
2016	1.525	14.400.000,00
2017	1.621	17.000.000,00
2018	1.687	18.700.000,00
2019	2.112	20.500.000,00
2020	2.464	28.800.000,00
2021	2.764	34.500.000,00
2022	3.027	42.000.000,00
2023	3.048	42.500.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Apesar da melhoria na situação financeira das famílias rurais, observou-se uma tendência de êxodo dos filhos dos agricultores com muitas famílias menores e envelhecidas, resultando na venda de propriedades e na redução drástica do número de famílias no meio rural. A melhoria das condições financeiras das famílias que permaneceram no campo levou a uma intensificação da competição entre a Cresol e outras instituições financeiras. Como resultado, os associados da Cresol tornaram-se mais exigentes em relação à agilidade no atendimento, aos produtos e serviços oferecidos e às novas tecnologias. O crescimento da cooperativa também trouxe consigo um aumento nas despesas operacionais. Por exemplo, os salários dos trabalhadores foram equiparados aos de outros sistemas financeiros, o que pressionou a cooperativa a gerar receitas adicionais para sustentar sua estrutura.

Com as transformações no meio rural as cooperativas Cresol, originalmente voltadas exclusivamente aos agricultores familiares, viram-se compelidas a reavaliar suas estratégias diante da redução desse público. Em 2012, o sistema Cresol foi marcado por intensos debates internos, culminando em duas cisões: as criações da Cresol Central e, posteriormente, da Central Sicoper. As discussões envolveram questões estratégicas centrais, como a definição do público-alvo e a viabilidade de manter o foco restrito aos agricultores familiares. Enquanto alguns dirigentes temiam que a ampliação do público descaracterizasse a identidade da Cresol, outros defendiam que essa mudança era necessária para garantir sua sustentabilidade. As cooperativas ligadas à Cresol Baser lideraram a adaptação estatutária, adotando o modelo de livre admissão.

A Cresol Itatiba do Sul destacou-se por seu enraizamento comunitário com forte participação de lideranças locais, atuação em conselhos e grupos sociais, além de uma equipe de colaboradores engajada. Apesar de atuar exclusivamente no município durante 16 anos, a cooperativa apresentou resultados financeiros positivos e promoveu relevantes projetos sociais. Contudo, diante do esgotamento das possibilidades de expansão local, decidiu-se pela abertura de unidades em Vacaria (2018) e Monte Alegre dos Campos (2019). Essa iniciativa revelou os desafios de pequenas cooperativas em contextos desconhecidos com aumento do risco de inadimplência, baixa liquidez e concorrência acirrada com instituições financeiras já estabelecidas. As dificuldades enfrentadas evidenciaram os limites da expansão territorial sem o suporte estrutural e financeiro adequado para sustentar a operação em novos mercados.

Em 2020, pela primeira vez em sua história, a Cresol Itatiba do Sul apresentou um resultado negativo em sua assembleia, o que causou constrangimento entre os associados. Além disso, a cooperativa enfrentou problemas relacionados ao desenquadramento de patrimônio de referência (PR). De acordo com as normas do Banco Central, um associado pode obter empréstimos no valor de até 25% do PR da cooperativa. Em 2022, com um PR de R\$ 4,5 milhões, um associado poderia tomar empréstimos de até R\$ 1,125 milhão. No entanto, o aumento desproporcional nos custos de insumos e máquinas agrícolas agravou a situação. Por exemplo, uma colheitadeira da marca New Holland, modelo NH PL17, financiada por R\$ 480.000,00 em 2019, custava R\$ 1.250.000,00 em 2022.

Dessa forma, o limite de PR, anteriormente adequado, tornou-se insuficiente, levando a casos de desenquadramento e de recebimento de notificações do Banco Central para regularização. Com a crescente demanda por crédito e os altos preços dos insumos e máquinas agrícolas a cooperativa enfrentava dificuldades para atender as necessidades dos associados e solucionar problemas de receita.

Em 25 de agosto de 2021, devido às dificuldades persistentes, a Cresol Central determinou que a Cresol Itatiba do Sul fosse submetida a uma “Gestão Acompanhada” por um período de doze meses. Um gestor foi nomeado para acompanhar a direção da cooperativa, e as decisões passaram a ser tomadas em conjunto entre a direção e o gestor. Contudo, apesar dos esforços, a gestão acompanhada não conseguiu resolver os problemas da cooperativa. Em reunião de 28 de setembro de 2022, a ata registrada pelos representantes da central e do conselho da Cresol Itatiba do Sul indicou a gravidade da situação com o desenquadramento dos indicadores de inadimplência e provisão. Se os problemas persistissem após o período de doze meses, a cooperativa seria submetida ao regime de “cogestão”, onde a direção perderia seus poderes e seria substituída por cogestores indicados pela Cresol Central.

Cogestão: *Tendo em vista o desenquadramento em três indicadores de risco durante o período de gestão acompanhada, como salientado e informado na reunião do CA [Conselho de Administração] anterior, a cooperativa Cresol Itatiba do Sul passa a ser regida pelo sistema de cogestão conforme política vigente do Sistema Cresol Central Brasil. Sendo assim, conforme deliberação do Conselho de Administração da Cresol Central Brasil, foram designados para cogestores da Cresol Itatiba do Sul A. J. S. (Central), R. F. (Base Alto Uruguai) e T. B. (Cresol São Valentim), tendo como diretor responsável N. G. (Central). Na oportunidade, além de dada a ciência sobre o*

tema a todos os presentes e esclarecidas todas as dúvidas do conselho de administração e fiscal da Cresol Itatiba do Sul, também realizou-se a assinatura do convênio do regime de gestão (CRESOL ITATIBA DO SUL, 2022).

A partir desse momento, a Cresol Itatiba do Sul confrontada com a nova realidade e pressionada pelos órgãos superiores, precisou introduzir no conselho a discussão sobre uma possível incorporação a uma cooperativa de um município vizinho. Em março de 2023, após debates internos e considerando as orientações dos cogestores, foi aprovada em assembleia a incorporação da Cresol Itatiba do Sul pela Cresol São Valentim.

4.2 Descrição do processo de incorporação da Cresol Itatiba do Sul (RS)

Diante da nova realidade e da pressão dos órgãos superiores, os dirigentes e colaboradores da Cresol Itatiba do Sul reconheceram que a única alternativa viável para a continuidade das atividades da cooperativa era unir forças com outra instituição. Iniciou-se, então, um extenso processo de convencimento dos associados, com ênfase nas lideranças mais influentes.

Diante do cenário muito competitivo, e a Cresol Itatiba do Sul, por ser de pequeno porte e com apenas três unidades de atendimento, e baixo resultado operacional, a mesma acabou se tornando insustentável, pois as receitas não conseguiram suprir todas as despesas operacionais e as de provisão (Entrevistada 05).

O crescimento dos agricultores e suas demandas foi maior que o da cooperativa. Acreditado que também possa ter tido falha na gestão da cooperativa, falta de experiência em atuação praça desconhecida (Entrevistado 03).

As principais resistências à incorporação partiram das lideranças fundadoras da Cresol Itatiba do Sul, marcadas por um forte sentimento de pertencimento à cooperativa criada em 2003. Em contraposição, os associados mais jovens demonstraram apoio ao processo. Em abril de 2023, durante assembleia conjunta com a Cresol São Valentim, a incorporação foi aprovada. A partir de então, a Cresol Itatiba do Sul e suas unidades em Vacaria e Monte Alegre dos Campos passaram a operar como postos de atendimento da Cresol São Valentim. Embora o processo legal tenha sido concluído em 25 de setembro, os ajustes já estavam em curso anteriormente.

Esse período foi marcado por incertezas e tensões para a equipe de colaboradores. Mudanças como a alteração dos números das contas dos associados da Cresol Itatiba do Sul e a possibilidade de discrepâncias nos saldos durante a migração geraram preocupações entre os funcionários. Contudo a transição foi realizada de maneira satisfatória com poucos problemas operacionais.

Na comunidade de Itatiba do Sul, a incorporação gerou desconfiança. Houve boatos de que a Cresol Itatiba do Sul estava próxima da falência e poderia encerrar suas operações, o que causou considerável desconforto. No entanto, esses boatos foram originados por um pequeno grupo, e a cooperativa fez esforços significativos para garantir a transparência do processo.

Os associados, na sua grande maioria, reagiram bem, pois desde o início foi um processo que foi aberto, democrático e participativo, foi sempre mostrado os benefícios que eles iriam ter com o processo de junção/incorporação e que sempre o principal foco foi em atender bem o associado e levar a ele o que tem de melhor no acesso ao crédito e aos produtos e serviços sempre esteve em primeiro lugar (Entrevistado 05).

Durante a incorporação, a Cresol Itatiba do Sul contava com dois diretores em dedicação exclusiva, cinco funcionários e uma estagiária. Com a incorporação os dois diretores foram reintegrados como funcionários (gerente da agência e responsável pela carteira agrícola), três funcionários foram realocados para a sede da cooperativa em São Valentim para apoio e a estagiária foi efetivada. Dessa forma, todos os colaboradores mantiveram seus empregos, a maioria experimentando uma melhoria na remuneração.

Com a incorporação a Cresol São Valentim expandiu sua rede para nove unidades de atendimento na região do Alto Uruguai e dos Campos de Cima da Serra, aumentando o número de associados para mais de nove mil. A capacidade de empréstimos da Cresol São Valentim também foi ampliada: ao somar o patrimônio de referência (PR) da Cresol Itatiba do Sul (R\$ 4.630.980,00) com o da cooperativa de São Valentim (R\$ 12.756.225,00), o novo PR totalizou R\$ 17.387.205,00. Em termos de ativos, a combinação dos valores das duas cooperativas resultou em um total de R\$ 161.471.969,00 com um aumento no limite de empréstimos para os associados da Itatiba, que passou de R\$ 1.250.000,00 para R\$ 4.300.000,00.

Esses avanços foram amplamente divulgados por diversos meios (rádios, jornais, etc.) e principalmente durante a assembleia de 2023. O evento contou com significativa participação dos associados e apresentou um resultado positivo, refletindo na remuneração do capital social. Com isso o processo de incorporação foi se estabilizando, e a unidade de atendimento da Cresol Itatiba do Sul gradualmente recuperou a confiança da comunidade local.

4.3 Vantagens e desvantagens do processo de incorporação

A incorporação da Cresol Itatiba do Sul causou muitas transformações na atuação da cooperativa, principalmente na sede, na cidade de Itatiba do Sul. A principal perda foi a falta do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que se reuniam mensalmente para analisar os números e pensar estratégias para que a cooperativa sempre estivesse em evidência de forma positiva na comunidade. Ao longo dos anos, a Cresol tornou-se a entidade com maior poder de organizar e mobilizar pessoas no município de Itatiba do Sul. Porém, a incorporação desmotivou essa inserção e a criatividade para desenvolver projetos na comunidade. Atualmente, apesar de ter encontros periódicos de lideranças, como o grupo de agentes comunitários, essas pessoas sentem-se mais retraídas a propor, pois sabem que a Cresol Itatiba do Sul não possui mais plena autonomia nos processos decisórios.

Uma das dificuldades é a autonomia da Cresol em pensar e desenvolver sempre novos projetos, pois agora tem que esperar a liberação de tudo da Cresol de São Valentim; isso se torna um ponto negativo (Entrevistado 04).

Em alguns processos os sócios eram acostumados que era resolvido na ponta, no atendimento, na hora, no contato direto com a direção da cooperativa, ainda mais quando se tratava de ser na agência sede e como mudou algumas rotinas, possuem-se um fluxo ou pouco diferente em alguns itens, como análise e aprovação dos créditos, aberturas de contas, atualizações cadastrais, bem como no desenvolvimento de projetos sociais, pois foi ajustado e teve mudança os fluxos, não só com a incorporação, mas devido às mudanças que vêm ocorrendo no último período do Sistema Financeiro, hoje as decisões estão mais distantes, até porque envolve outras pessoas e sistemas e precisa ser neste formato. (Entrevistado 05).

Além dos benefícios previamente mencionados, como o ganho em escala e o aumento dos limites de crédito para os associados, a incorporação trouxe outros avanços significativos para a cooperativa. Em uma cooperativa de crédito em que o desempenho financeiro é crucial, um dos principais benefícios foi a redução de custos. Antes da incorporação, a Cresol Itatiba do Sul enfrentava despesas com mensalidades de aproximadamente R\$ 600.000,00 por ano, referentes aos pagamentos para o escritório da região do Alto Uruguai (Base Alto Uruguai), Cresol Central e Cresol Confederação. Com a incorporação e a transformação em uma Unidade de Atendimento esses custos tiveram uma economia de cerca de 60%, ou seja, R\$ 360.000,00.

Adicionalmente, a incorporação proporcionou à cooperativa uma maior capacidade de investimento e mobilização de recursos, permitindo

melhorias substanciais na infraestrutura física. Entre as melhorias realizadas estão a instalação de um terminal eletrônico de atendimento, uma nova fachada e móveis modernos na sede da cooperativa em Itatiba do Sul.

Outro benefício importante foi a reestruturação do quadro de funcionários. Anteriormente, a Cresol Itatiba do Sul contava com três funcionários dedicados exclusivamente à retaguarda, o que muitas vezes não era suficiente para atender a demanda devido à necessidade de suporte operacional em diversas áreas. Com a incorporação os funcionários da retaguarda foram integrados à equipe da sede em São Valentim, o que resultou na redução das despesas com folha de pagamento e na melhoria do serviço prestado, dado que a retaguarda da sede conta com cerca de dez pessoas. Os funcionários que permaneceram na unidade de Itatiba do Sul agora se concentram exclusivamente no atendimento, oferecendo um serviço de qualidade aos associados e ampliando a capacidade de prospecção de novos negócios.

A divisão de tarefas, foco no crescimento do posto de atendimento, menos pressão por precisar obter resultado em um período curto, atendimento mais voltado aos associados do nosso Município podendo planejar mais e prospectar mais negócios (Entrevistada 01).

Neste caso, a melhora foi para os associados, pois teve a modernização das estruturas, maiores limites de financiamento em todas as linhas, principalmente no agro (Entrevistado 03).

O estudo revelou, conforme evidenciado na literatura existente, que a década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais, especialmente no meio rural (Cresol, 2020). Durante esse período, tais movimentos advogaram por políticas públicas direcionadas aos pequenos agricultores e intensificaram os estudos e debates sobre as condições necessárias para a implementação de um sistema de cooperativas de crédito que atendesse as necessidades desses agricultores. Foi nesse contexto que surgiu a Cresol Itatiba do Sul.

Criado e gerido majoritariamente por agricultores com baixa escolaridade, o sistema de cooperativas conseguiu estabelecer-se e operar com sucesso por aproximadamente duas décadas, transformando a vida de muitas famílias rurais. No cenário atual, essas famílias evoluíram e, em muitos casos, têm acesso a outras instituições financeiras.

Fusões e incorporações entre cooperativas têm se consolidado como uma tendência significativa no cooperativismo contemporâneo. Esses pro-

cessos são frequentemente vistos como estratégias de aliança que podem potencialmente melhorar o desempenho das cooperativas. No entanto, a aglutinação de cooperativas pode acarretar a perda de valores fundamentais associados às cooperativas de crédito, tais como o relacionamento próximo com os cooperados, o atendimento personalizado, a transparência na gestão e na prestação de contas, a comunicação efetiva com os cooperados e a promoção da educação e formação tanto dos cooperados quanto dos colaboradores.

Cooperativas com governança robusta, resultados financeiros positivos e conformidade ao BCB tendem a distanciar-se dos associados. Já as menores, com maior proximidade e participação, frequentemente enfrentam desafios para equilibrar desempenho financeiro e exigências regulatórias, revelando o dilema entre eficiência e engajamento comunitário.

A pesquisa analisou a percepção dos funcionários das cooperativas envolvidas no processo de incorporação. O estudo destaca que a incorporação impactou no valor percebido para os cooperados e funcionários das cooperativas incorporadas; por sua vez, esse processo não trouxe percepção de valor para os cooperados das cooperativas incorporadoras.

Os desafios identificados em nossa pesquisa também encontram respaldo na literatura. A perda de identidade e autonomia da cooperativa incorporada, destacada como uma desvantagem, é amplamente discutida por Carvalho *et al.* (2015), que exploram a tensão entre eficiência econômica e os princípios cooperativos. Sparemberger *et al.* (2023) sugerem que a perda de autonomia pode ser mitigada por mecanismos de governança robustos, mas o estudo de caso indica que tais estratégias nem sempre são implementadas de forma eficaz, resultando em desmobilização de lideranças e distanciamento da base, desafios também apontados por Gonçalves e Renato (2020).

Assim, os nossos resultados e a literatura convergem quanto aos benefícios econômicos das incorporações, como redução de custos, ganhos de escala e ampliação da capacidade de investimentos. Contudo, enfatizamos que os desafios relacionados à perda de identidade, autonomia e engajamento indicam a necessidade de estratégias mais sólidas de governança e integração comunitária para assegurar a sustentabilidade dos modelos cooperativos e o alinhamento com seus princípios fundamentais.

5 Considerações finais

Esta pesquisa examinou o processo de incorporação da Cooperativa de Crédito Cresol do município de Itatiba do Sul (RS) pela Cresol São Valentim. O estudo abordou os motivos subjacentes à incorporação, bem como as vantagens e desvantagens dessa incorporação. O estudo apresenta em detalhes um exemplo da tendência crescente, na qual cooperativas menores são incorporadas por cooperativas de maior porte, resultando na transformação das cooperativas incorporadoras em entidades de médio e grande portes e das cooperativas incorporadas em postos de atendimento.

A análise histórica revela que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas lutas de classe, especialmente por parte dos pequenos agricultores. Esse período foi crucial para a criação das cooperativas, surgindo como uma resposta à necessidade que, à época, não era atendida por outras instituições financeiras. Atualmente, essa necessidade foi suprida por uma gama de instituições financeiras, reduzindo a dependência de cooperativas como a Cresol.

O estudo evidencia que com a expansão do sistema cooperativo fusões e incorporações tornaram-se estratégias recorrentes para alcançar economias de escala e fortalecer a competitividade no setor financeiro. Ao longo de quase três décadas, o sistema Cresol passou por significativas transformações, distanciando-se gradualmente do modelo original de pequenas cooperativas locais voltadas exclusivamente para agricultores familiares. Nesse contexto, a Cresol Itatiba do Sul, mesmo após seu processo de incorporação, demonstrou notável capacidade de adaptação às novas exigências do setor. A cooperativa manteve sua atuação no município de origem de forma sólida, preservando o reconhecimento da comunidade local e preparando-se para enfrentar novos desafios institucionais.

A inclusão de análises anteriores sobre as vantagens e desvantagens de incorporações e fusões de cooperativas de crédito poderia fortalecer os resultados e discussões deste estudo. A pesquisa concentrou-se nos impactos institucionais, sem aprofundar os efeitos sobre os sócios e a comunidade local. Investigações futuras poderiam explorar como as incorporações afetam a representatividade das cooperativas nas localidades incorporadas e os impactos sobre a comunidade externa. Além disso, seria pertinente avaliar o efeito dessas transformações no engajamento dos cooperados tanto em médio quanto em longo prazo.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito**. [S. l.], s.d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fcoopcred.asp>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2010.
- CARVALHO, F. L.; MONTOYA DIAZ, M. D.; BIALOSKORSKI, N. S.; GUIMARÃES, K. A. E. Saída e insucesso das cooperativas de crédito no Brasil: uma análise do risco. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 70-84, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/JkLJjWrQjzr5JQ7JQJQJQJQ/>. Acesso em: 10 maio 2024.
- CRESOL. **História do cooperativismo financeiro**. 2020. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/sistema-cresol/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Cresol%20come%C3%A7ou,o%20Fundo%20de%20Cr%C3%A9dito%20Rotativo>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- GONÇALVES, R. B.; BENATO, A. B. Análise do processo de incorporação de cooperativas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 671-695, maio 2020. Disponível em: <https://www.redes.unisinos.br/article/12345>. Acesso em: 15 maio 2024.
- OCB. **Nova regra deve estimular a fusão de cooperativas de crédito**. 2015. Disponível em: <https://ocbms.org.br/noticia/nova-regra-deve-estimular-a-fusao-de-cooperativas-de-credito/4043/>. Acesso em: 15 maio 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- PERIUS, V. F. Sociedades cooperativas. In: KRUEGER, G.; MIRANDA, A. B. (org.). **Comentários à legislação das sociedades cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007. p. 45-70. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/wp-content/uploads/2020/02/ocemg-publicacoes-fundos-de-cooperativas.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.
- SPAREMBERGER, A. *et al.* Vantagens competitivas em um processo de incorporação de uma cooperativa de crédito no contexto do desenvolvimento regional: uma análise do caso Cresol na região celeiro do Rio Grande do Sul. In: **Tópicos atuais em desenvolvimento regional e urbano**, v. 2. [S. l.]: Editora Científica Digital, 2023. p. 89-108. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/livro-topicos-atuais-em-desenvolvimento-regional-e-urbano>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Compliance: um estudo de percepção em uma cooperativa de crédito localizada no oeste de Santa Catarina

*Thayane Somensi Burtulli
Letícia Gomes Locatelli*

1 Introdução

No Brasil, as cooperativas de crédito compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e são caracterizadas como um modelo que colabora para o desenvolvimento e o crescimento sociocultural e econômico de sua área de atuação. A expansão do sistema de cooperativas de crédito representa a conscientização em um modelo econômico que beneficia quem faz parte dele, reduzindo as desigualdades e promovendo um crescimento econômico sustentável (De Paiva, 2017; Queiroz, 2022).

As cooperativas de crédito são entidades financeiras não bancárias, formadas pela vontade de seus associados, que investem seus recursos na constituição do capital inicial, visando ao crescimento contínuo desses fundos (Reis *et al.*, 2015). Embora sua finalidade não seja a obtenção de lucro, os resultados obtidos podem levar à distribuição das sobras e, assim, satisfazer seus associados. Para alcançar esse objetivo, as cooperativas contam com uma série de processos e procedimentos, como é o caso do *compliance*, a fim de garantir a confiabilidade das informações contábeis, o cumprimento das normas e a observância da legislação vigente (Reis *et al.*, 2015).

Compliance é a prática de agir em conformidade com os princípios éticos, seguindo as normas estabelecidas, de forma a promover a transparência e a sustentabilidade das instituições. Além de ser um modelo de gestão e negócio, o *compliance* representa um meio para as organizações atingirem seus objetivos. Ao incentivar o cumprimento das leis e regulamentos de maneira precisa, o *compliance* encoraja as organizações a conduzir suas atividades com total consciência (Haas *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o tema do presente estudo é o *compliance* em instituições financeiras. Para tanto, o estudo buscará responder ao seguinte proble-

ma de pesquisa: Qual a percepção dos gestores sobre as práticas de *compliance* da cooperativa de crédito? Para isso, considera-se como objetivo geral identificar qual a percepção dos gestores sobre as práticas de *compliance* da cooperativa objeto deste estudo.

Este capítulo de livro está dividido em seis seções. A primeira compreende a presente seção. A segunda aborda a revisão de literatura referente ao *compliance*, ao *compliance* em cooperativas de crédito e aos estudos precedentes relacionados ao tema. A terceira seção, por sua vez, apresenta os procedimentos metodológicos. Na quarta seção estão descritas as análises e apresenta-se a discussão dos resultados. Por fim, a quinta seção compreende as conclusões, que são seguidas das referências bibliográficas.

2 Revisão de literatura

2.1 *Compliance*

O *compliance* é um conceito originário da língua inglesa que deriva do verbo *to comply*; traduzindo para o português, significa cumprir, obedecer e executar aquilo que foi determinado. O *compliance* refere-se à responsabilidade das organizações em promover uma cultura que incentive todos os seus membros a agir de forma ética e a exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente (Assi, 2018).

O *compliance* nas organizações teve sua origem nas instituições financeiras, especialmente em 1913 com o estabelecimento do Banco Central Americano, criado com a finalidade de promover um sistema financeiro mais dinâmico, seguro e estável (Nakamura *et al.*, 2019). No contexto brasileiro, a implementação do *compliance* teve início apenas a partir de 1992, impulsionado pela abertura comercial do país. A partir desse momento, os órgãos reguladores nacionais intensificaram seus esforços para aprimorar as condições de competitividade, o que resultou na adoção de novas medidas de segurança, inicialmente voltadas às instituições financeiras (Mendes; Guimarães, 2023).

Com a publicação da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) o tema *compliance* ganhou maior destaque, exigindo das empresas maior atenção à ética e à conduta. A Operação Lava Jato reforçou essa necessidade ao expor práticas ilícitas no setor empresarial e político, evidenciando a importância da implementação de programas de *compliance* em organizações de todos os tamanhos (Assi, 2019; Deconto *et al.*, 2023).

No Brasil, o *compliance* tem como principal objetivo assegurar a conformidade com normas e procedimentos, alinhando processos e promovendo a adaptação às mudanças, ao mesmo tempo em que preserva a reputação institucional. Mais do que atender exigências legais e regulatórias, o *compliance* incorpora valores éticos como integridade e comprometimento. Sua ausência pode gerar riscos significativos, inclusive reputacionais, financeiros e operacionais. A área de *compliance* é responsável por estabelecer políticas claras, controles eficazes e relatórios que contribuam para a melhoria contínua, garantindo transparência, credibilidade e sustentabilidade financeira perante os acionistas e demais partes interessadas (Nakamura *et al.*, 2019).

Um programa de *compliance* eficaz consiste na coordenação estruturada, persistente e coerente de várias iniciativas, tais como a definição e divulgação de princípios éticos e competitivos pela alta direção, a elaboração de um código de conduta com normas claras e o estabelecimento de mecanismos para identificar e corrigir falhas e infrações. Não existe um modelo fixo para implementar um programa de *compliance*. O fundamental é que ele seja adaptado ao tamanho, à complexidade, aos recursos e aos riscos específicos de cada empresa (Mendes; Guimarães, 2023).

Para Nakamura *et al.* (2019), o *compliance* está assumindo um papel cada vez mais crucial como diferencial para a competitividade das cooperativas de crédito, uma vez que se buscam as melhores práticas de governança corporativa, como a transparência e a ética nas suas interações econômicas e sociais. Nesse contexto, Schmitt (2022) complementa que o *compliance* constitui-se como um dos pilares da governança corporativa, garantindo que as ações da instituição estejam alinhadas com as normas e leis internas e externas.

Após a apresentação da evolução e da importância do *compliance*, fica evidente que essa prática não apenas assegura a conformidade legal, mas também reforça a governança, fomenta uma cultura ética e sustenta a reputação corporativa, sendo essencial para a competitividade e permanência das empresas no mercado. Tais práticas mostram-se pertinentes a todos os setores, inclusive às instituições financeiras e às cooperativas de crédito, como evidenciado na seção subsequente.

2.2 Compliance em cooperativas de crédito

Ao longo dos anos, as cooperativas têm demonstrado uma tendência de expansão constante no número de cooperados, contrariando as crises econômicas e desempenhando um papel significativo na economia nacio-

nal ao gerar empregos e renda para a população. Seguindo o contexto de desenvolvimento pelo qual as cooperativas de crédito estão passando, fica evidente a necessidade do estabelecimento de normas reguladoras para os processos societários e também para os processos contábeis e fiscais (De Oliveira, 2017; OCB, 2023).

As regulamentações que envolvem o setor de cooperativismo de crédito demandam a observância dos mesmos princípios e fundamentos aplicáveis a outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Em virtude da necessidade de atender as peculiaridades desse mercado e promover a eficiência das cooperativas de crédito, as exigências por parte do Banco Central do Brasil (BCB), entidade reguladora, são intensificadas com o objetivo de assegurar o adequado desempenho dessas organizações (Trindade; Neto, 2014).

Em consonância com as tendências regulatórias nacionais e internacionais, a obrigatoriedade de implementação de programas de *compliance* foi aplicada às instituições do Sistema Financeiro Nacional por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, sob a designação de “política de conformidade”. Essa resolução introduziu novas exigências de supervisão para os regulados em relação ao chamado “risco de conformidade” (Aires, 2019).

De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2023), o *compliance* é assegurado através da colaboração de diversos agentes de governança, como conselheiros, diretores e auditores. Esses agentes são responsáveis por assegurar que a instituição opere em conformidade com seus princípios e valores, fundamentados nas políticas internas e regulamentos aplicáveis. Isso destaca que o sistema de *compliance* não depende exclusivamente de uma única área, mas sim da integração e do comprometimento de todos os níveis de governança dentro da organização.

O programa de *compliance* também pode ser entendido como um conjunto de procedimentos aplicados para cumprir todas as normas legais da organização. Assim, o programa de *compliance* permeia todos os níveis da instituição e é considerado uma área de suporte interno, desempenhando um papel importante na tomada de decisão devido à necessidade de cumprir leis, normas e políticas (Schmitt, 2022; Assi 2019). Embora não exista um modelo único de programa de *compliance* que seja universalmente aplicável a todas as organizações, é essencial definir diretrizes que, ajustadas às particularidades de cada instituição, demonstrem a existência de um programa de conformidade (Christ, 2023).

A eficiência de um programa de *compliance* fundamenta-se em pilares e elementos que definem os princípios pelos quais a organização pretende conduzir suas operações. Esses elementos são os alicerces do programa e exigem uma análise detalhada por parte da alta administração. É crucial investir um tempo significativo no planejamento desde a concepção até a implementação das ações cotidianas do programa, visando estabelecer credibilidade entre todos os envolvidos (Schmitt, 2022).

Nesse sentido, os autores buscaram definir pilares e elementos essenciais para o programa de *compliance*, aplicáveis a todas as instituições. A Tabela 1 sintetiza os principais elementos (pilares) definidos pelos autores que foram objeto desta revisão de literatura.

Tabela 1 – Elementos do *compliance* por autor

AUTOR (ANO)	PILARES
IBGC (2017)	1) Comprometimento e apoio da administração; 2) Prevenção: avaliação de riscos, políticas e procedimentos, estrutura e comunicação e treinamento; 3) Detecção: monitoramento e canais de denúncia; 4) Resposta: investigação, medidas disciplinares, remediação e reporte.
Massi (2019)	1) Alta administração; 2) Prevenir: políticas claras, programas de treinamento e apoio; 3) Detectar: sistema abrangente de controle e monitoramento; 4) Responder: consequências claras e respostas sem conflitos.
Schmitt (2022)	1) Suporte da alta administração; 2) Análise de riscos; 3) Elaboração de código de conduta e políticas institucionais; 4) Auditorias e controles internos; 5) Treinamento; 6) Canais de comunicação; 7) Investigações internas ou correição; 8) <i>Due diligence</i> ; 9) Monitoramento interno do programa; 10) Diversidade e inclusão.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Por meio da análise da Tabela 1 verifica-se que os pilares de *compliance* apresentam tanto convergências quanto particularidades em suas abordagens, refletindo a complexidade e a adaptabilidade necessárias em programas de *compliance*. Os autores apresentam modelos que, apesar de suas diferenças, enfatizam a importância do envolvimento da alta administração e da implementação de políticas claras e procedimentos para prevenir, detectar e responder a não conformidades (IBGC, 2017; Massi, 2019; Schmitt, 2022).

Os pilares descritos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2017) e por Massi (2019) destacam a importância do comprometimento da alta administração e enfocam uma estrutura clássica dividida em prevenção, detecção e resposta. Apesar de suas variações, ambos demonstram um alinhamento na concepção de que o *compliance* eficaz requer uma combinação de liderança comprometida, políticas claras, processos de monitoramento rigorosos e uma resposta decisiva a problemas, todos apoiados por uma cultura de transparência e responsabilidade.

Por outro lado, Schmitt (2022) expande esses pilares ao introduzir elementos adicionais como *due diligence*, diversidade e inclusão, refletindo uma abordagem alinhada às demandas modernas de governança corporativa. A introdução desses pilares responde às expectativas das partes relacionadas por práticas de negócios éticas e inclusivas. Além disso, mostra também a adaptação às evoluções nas normativas regulatórias, enfatizando a necessidade de atualização constante nos programas de *compliance*.

A partir da análise da origem do *compliance* nas cooperativas de crédito, bem como dos pilares que podem estruturar um programa de *compliance*, fica evidente a relevância do tema para as cooperativas de crédito. Tal importância é destacada pela literatura, como abordado na seção subsequente.

2.3 Estudos precedentes

Como ressaltado anteriormente, o *compliance* possui relevância em todos os setores por buscar assegurar uma política ética e de integridade e conformidade. Estudos como os de Nakamura *et al.* (2019), Wanderer (2017), Schmitt *et al.* (2022) e Christ (2023) apresentam evidências nesse sentido.

Nakamura *et al.* (2019) buscaram descrever de forma aplicada a evolução da área de *compliance*, sua importância, sua abrangência, as contribuições da existência de uma adequada estrutura de *compliance* às necessi-

dades da instituição financeira estudada. O estudo teve como objeto de estudo a diretoria de *compliance* de uma instituição financeira multinacional de grande porte. Os principais resultados encontrados indicam que as instituições devem priorizar o *compliance* para fortalecer sua posição no mercado, visto que o *compliance* é considerado uma extensão dos órgãos reguladores na administração, garantindo segurança e conformidade com normas e ética.

O estudo realizado por Wanderer (2017) teve como objetivo investigar a validação e a aderência em relação ao programa de *compliance* no Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) de acordo com a percepção dos entrevistados. Portanto, a metodologia utilizada pelo autor foi o estudo de caso a partir de entrevistas com indivíduos ocupantes de cargos-chave na instituição. Os resultados destacaram a importância da implementação de um programa de *compliance* nas organizações, bem como os principais elementos que devem ser considerados para sua eficácia, a saber: treinamento para todos os envolvidos, estabelecimento de indicadores de gestão, apoio e comprometimento da alta administração e a promoção de uma cultura de *compliance* em toda a organização.

Já o estudo de Schmitt *et al.* (2022) investigou a percepção dos colaboradores das cooperativas de crédito da Região Sul do Brasil sobre os dez pilares do programa de *compliance*. Para isso, realizaram uma pesquisa por meio de questionários encaminhados de forma *on-line*, em que receberam 120 respostas espontâneas de colaboradores de 68 cooperativas de crédito. Os dados foram analisados e interpretados considerando a categoria, o regime e o porte das cooperativas de crédito. Por meio dos resultados identificou-se que os colaboradores de cooperativas plenas possuem uma percepção mais elevada em relação à presença desses elementos, indicando uma influência do contexto de trabalho na percepção dos colaboradores.

Por sua vez, Christ (2023) buscou analisar em seu estudo a relação entre a governança corporativa e o programa de *compliance* da Cooperativa de Crédito Sicredi, avaliando se os pontos essenciais da temática são atendidos. O estudo adotou uma abordagem qualitativa com método dedutivo, explorando técnicas documentais e bibliográficas. A autora concluiu que o *compliance* desempenha um papel crucial para as boas práticas de governança corporativa no Sicredi, garantindo conformidade legal, ética e regulatória, além de promover transparência, integridade, responsabilidade e sustentabilidade nos negócios.

Os estudos precedentes revisados evidenciam a relevância do *compliance* para as organizações de crédito. Este estudo contribui para a literatura fornecendo elementos quanto à percepção dos gestores sobre as práticas de *compliance* de uma cooperativa de crédito. A fim de instrumentalizar a pesquisa foram empregados os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

3 Metodologia

A pesquisa é caracterizada como descritiva quanto aos objetivos por utilizar técnicas padronizadas para a coleta dos dados e considerar as relações entre as características da amostra com a prática investigada (Gil, 2016).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa adota o método do estudo de percepção para capturar a percepção e o entendimento dos indivíduos envolvidos por meio do tipo levantamento (*survey*), com aplicação de questionário de escala tipo *Likert* de 5 pontos. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa por utilizar técnicas estatísticas para a análise dos resultados (Gil, 2016; Sampieri *et al.*, 2013).

Para tanto, a unidade de análise da presente pesquisa é uma cooperativa de crédito estabelecida há 30 anos no oeste de Santa Catarina. A cooperativa opera por meio de seis agências distribuídas por seis municípios da região, empregando cerca de 60 funcionários e servindo aproximadamente 7.300 associados. Além de oferecer produtos e serviços financeiros, a cooperativa dedica-se a iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da comunidade local.

Para entender a estrutura de *compliance* na cooperativa e verificar a aplicabilidade das práticas de *compliance* discutidas na literatura ao contexto específico da cooperativa foi desenvolvido um instrumento de coleta de dados. Isso envolveu a realização de uma pesquisa por meio de um questionário dirigido, aplicado pela ferramenta *Google Forms*® aos ocupantes de cargos estratégicos na cooperativa, incluindo um Presidente, três Diretores Executivos, sete Gerentes de Agências, um *Controller* e uma Assessora, totalizando uma amostra de 13 gestores.

O instrumento de pesquisa era composto por questões sociodemográficas e por afirmações que abordam os pilares propostos por IBGC (2017), Massi (2019) e Schmitt (2022), conforme apresentados na Tabela 1. Para as afirmações em cada item os respondentes indicam seu grau de concordân-

cia ou discordância, utilizando a escala *Likert* de cinco pontos, onde 1 representa total discordância e 5 indica total concordância com as condições do programa de *compliance* da cooperativa de crédito.

O questionário foi aplicado do dia 18 de agosto ao dia 2 de setembro, e todos os gestores responderam à pesquisa. Nesse sentido, a próxima seção aborda a análise dos resultados obtidos pela pesquisa.

4 Análise e discussão dos resultados

Esta seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados obtidos com a pesquisa. Cabe retomar que o objetivo do presente estudo foi identificar a percepção dos gestores sobre as práticas de *compliance* da cooperativa objeto de análise.

A composição da amostra total é de 13 gestores; destes, 7 são do gênero masculino, representando 53,85% do total, enquanto 6 são do gênero feminino, correspondendo a 46,15%. Em relação à idade, a distribuição é a seguinte: 1 gestor tem menos de 25 anos (7,69%), 4 têm entre 25 e 35 anos (30,77%), 5 estão na faixa de 36 a 45 anos (38,46%), 2 têm entre 46 e 55 anos (15,38%) e 1 gestor está entre 56 e 65 anos, também representando 7,69% da amostra. Essa distribuição sugere uma liderança diversificada em termos de gênero e uma concentração de experiência na faixa etária média, refletindo um equilíbrio entre maturidade e dinamismo na gestão da cooperativa.

A análise da distribuição dos cargos da amostra de gestores revela a seguinte composição: 1 Presidente (7,69%), 3 Diretores Executivos (23,08%), 7 Gerentes (53,85%), 1 *Controller* (7,69%) e 1 Assessora (7,69%). Ressalta-se que, para fins desta análise, os cargos de *Controller* e Assessora são considerados de gestão em virtude de sua responsabilidade na coordenação de equipes nas áreas de Retaguarda e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), respectivamente.

No que concerne ao tempo de atuação desses gestores na cooperativa, observa-se a seguinte distribuição: 30,77% com 1 a 5 anos de serviço, 15,38% com 6 a 10 anos e uma expressiva maioria de 53,85% com 11 a 15 anos de experiência na organização. Essa distribuição sugere uma base de liderança experiente e com um conhecimento aprofundado da cooperativa.

Em relação ao nível de escolaridade dos respondentes: 3 gestores possuem Ensino Médio completo (23,08%); 6 têm Ensino Superior com-

pleto (46,15%); 3 possuem Pós-graduação (23,08%) e 1 detém Pós-doutorado (7,69%). Isso reflete um alto nível de diversidade acadêmica, que pode enriquecer as práticas de gestão e *compliance* da cooperativa.

A autoavaliação do nível de conhecimento sobre *compliance* pelos gestores revelou uma distribuição concentrada nas categorias básica e moderada. Nesse sentido, 6 gestores classificaram seu conhecimento como básico (46,15%), 6 como moderado (46,15%) e um gestor indicou possuir conhecimento avançado (7,69%). Esses resultados destacam a importância de fortalecer os programas de treinamento em *compliance*, uma vez que a maior parte dos gestores possui conhecimento apenas básico ou moderado sobre o assunto.

Na sequência, está disposta a análise dos dados coletados por meio das questões da Escala *Likert*. Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa que envolveu o cálculo do *Ranking* Médio (RM) de cada item. Esse processo consistiu primeiramente determinar a frequência de cada resposta. Em seguida, cada resposta foi ponderada de acordo com sua intensidade na escala *Likert*, que varia de 1 a 5. Os valores resultantes foram então somados, e a soma total foi dividida pelo número de respondentes, resultando na média ponderada para cada item (Wanderer, 2017). Os resultados dessa análise, incluindo as frequências das respostas e os *rankings* médios calculados, estão detalhados na Tabela 2.

Tabela 2 – Avaliação do programa de *compliance*

Questões	Frequência de pesquisados					
	1	2	3	4	5	RM
Estrutura de <i>Compliance</i>						
1 A cooperativa de crédito possui um programa de <i>compliance</i> formalmente documentado e acessível.	-	2	1	5	5	4,00
2 O programa de <i>compliance</i> é revisado e atualizado periodicamente.	1	1	3	3	5	3,77
3 Existe uma estrutura de governança cooperativa claramente responsável pelo <i>compliance</i> .	2	-	1	5	5	3,84
Comprometimento da Alta Administração						
4 A alta administração demonstra um compromisso de forma exemplar com o <i>compliance</i> .	1	1	1	5	5	3,92
5 A alta administração apoia e se envolve no planejamento e na execução das ações de <i>compliance</i> .	2	-	2	5	4	3,69
6 Existem recursos adequados (financeiros, humanos, tecnológicos) alocados para o <i>compliance</i> .	2	1	3	5	2	3,31

Prevenção							
7	O código de conduta é claro, acessível a todos os funcionários e eficaz em manter a conformidade e promover uma cultura de integridade.	1	-	5	6	1	3,46
8	As políticas e procedimentos estão claramente documentados e acessíveis a todos os funcionários.	-	2	3	4	4	3,77
9	A cooperativa realiza avaliações de risco de forma sistemática e regular.	-	1	4	5	3	3,77
10	A cooperação entre departamentos para garantir a prevenção de riscos é efetiva.	1	2	1	8	1	3,46
11	Os programas de treinamento são eficazes e informativos.	1	1	1	9	1	3,62
12	A cooperativa investe em treinamentos e na comunicação interna aos colaboradores, para que possam entender os objetivos, as regras e o papel de cada um.	-	1	4	5	3	3,77
Deteção							
13	Existem sistemas eficazes de monitoramento e controle para detectar desvios de <i>compliance</i> .	2	1	3	5	2	3,31
14	A cooperativa desenvolve continuamente processo de auditoria para avaliar a execução das atividades e se as pessoas estão comprometidas com as normas.	-	-	2	7	4	4,15
15	Os funcionários estão cientes dos canais de denúncia e se sentem seguros para usar.	-	5	3	4	1	3,08
16	A cooperativa procede com investigações internas para apurar qualquer indício de comportamento antiético e ilícito que tenha sido informado nos canais de denúncia.	-	1	5	2	5	3,85
Resposta							
17	A cooperativa responde rápida e eficazmente às violações identificadas.	-	1	4	4	4	3,85
18	As ações corretivas são adequadas e ajudam a prevenir futuras recorrências.	-	1	6	3	3	3,62
Due diligence							
19	A <i>due diligence</i> é realizada consistentemente antes de iniciar relações com novos clientes ou parceiros.	2	2	5	2	2	3,00
20	Existem procedimentos específicos para lidar com riscos associados a pessoas politicamente expostas.	-	2	4	3	4	3,69
Diversidade e inclusão							
21	As políticas de diversidade e inclusão são ativamente promovidas e efetivamente integradas ao <i>compliance</i> .	1	2	6	4	-	3,00

Fonte: Elaboração própria (2024).

As questões que receberam maior concordância (RM próximo a 4 ou mais) sugerem áreas onde a cooperativa demonstra forte aderência às práti-

cas de *compliance*. Por outro lado, as pontuações menores de RM indicam aspectos do programa de *compliance* que ainda não estão completamente alinhados às melhores práticas e expectativas regulatórias.

Nesse sentido, a documentação e a acessibilidade do programa de *compliance* são bem avaliadas pelos gestores (RM=4,00), indicando que a maioria concorda, pelo menos parcialmente, que o programa é bem documentado e acessível. No entanto, a revisão periódica do programa (RM=3,77) e a clareza na estrutura de governança (RM=3,84) mostram uma tendência para a indiferença ou concordância parcial. Esses resultados sugerem que, embora a documentação e a acessibilidade do programa de *compliance* sejam eficazes, há uma necessidade clara de fortalecer a revisão periódica e a clareza na estrutura de governança para melhorar a efetividade geral do programa de *compliance* na cooperativa.

Quanto ao comprometimento da alta administração com o *compliance*, é percebido de forma positiva (RM=3,92), indicando concordância parcial com seu compromisso exemplar. No entanto, o suporte na execução de ações de *compliance* (RM=3,69) e a alocação de recursos (RM=3,31) estão mais próximos da indiferença. Esses resultados indicam que, embora haja um reconhecimento do compromisso da alta administração com o *compliance*, há uma necessidade de melhorar o suporte na execução das ações e na alocação de recursos, que atualmente tendem a ser percebidos com certa indiferença pelos gestores.

As políticas e os procedimentos, incluindo o código de conduta, são reconhecidos por sua clareza e acessibilidade (RM variando de 3,46 a 3,77), mas as pontuações apontam para uma concordância menor. As avaliações de risco regulares (RM=3,77) e a cooperação entre os departamentos para prevenir o risco (RM= 3,46) também indicam uma tendência para a concordância parcial. Da mesma forma, a concordância quanto aos programas de treinamento serem eficazes e informativos e sobre o investimento em treinamentos e na comunicação interna aos colaboradores indicou uma concordância parcial (RM variando de 3,62 a 3,77). Essas pontuações indicam que há espaço para melhorar a concordância e a eficácia geral do programa de *compliance*.

Os sistemas de monitoramento para detectar desvios de *compliance* (RM=3,31) são percebidos como insuficientes, mostrando uma pontuação mais próxima da indiferença. Por outro lado, a auditoria contínua recebe uma avaliação positiva (RM=4,15), demonstrando uma concordância par-

cial de que é efetivamente conduzida. Embora a auditoria contínua seja avaliada positivamente, indicando uma concordância parcial com sua eficácia, os sistemas de monitoramento para detectar desvios de *compliance* são vistos como insuficientes, refletindo uma percepção mais próxima da indiferença.

As práticas de *due diligence* antes de estabelecer novas parcerias (RM=3,00) e as políticas de diversidade e inclusão (RM=3,00) recebem as menores pontuações, indicando indiferença e destacando que essas áreas são percebidas como inadequadamente integradas ao programa de *compliance*. Isso reflete uma necessidade de revisão dessas políticas e práticas para garantir que a cooperativa não apenas cumpra regulamentações básicas, mas também adote práticas de negócios éticas e inclusivas que são fundamentais para um ambiente corporativo moderno e ético.

Por outro lado, ao analisar as respostas individualmente, percebe-se grande diferença de percepção sobre as práticas de *compliance* entre os gestores. A Tabela 3 demonstra a análise do RM por gestor.

Tabela 3 – Avaliação do *Ranking* Médio das respostas por gestor

Gestores	<i>Ranking</i> médio das respostas por gestor
Gestor 1	4,29
Gestor 2	3,10
Gestor 3	4,62
Gestor 4	4,24
Gestor 5	4,81
Gestor 6	3,29
Gestor 7	3,62
Gestor 8	2,00
Gestor 9	3,52
Gestor 10	3,71
Gestor 11	3,19
Gestor 12	4,62
Gestor 13	2,00

Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise da Tabela 3 revela que os gestores 3, 5 e 12 têm RMs próximos a 5, refletindo uma alta concordância com as práticas de *compliance* implementadas. Os gestores 1 e 4 mostram concordância moderada, com RMs situando-se entre 4 e 4,5. Em contraste, os gestores 2, 6, 7, 9, 10 e 11 demonstram uma postura mais neutra ou indiferente, com RMs em torno de 3. Finalmente, os gestores 8 e 13 exibem baixa concordância, com RMs abaixo de 3, indicando descontentamento ou discordância com as práticas atuais de *compliance*.

Essa variação nas percepções sugere que, embora partes do programa de *compliance* sejam eficazes, há áreas significativas que requerem atenção para aumentar a aceitação e efetividade geral do sistema. A alta administração da cooperativa pode explorar as demais razões por trás dessa variedade de opiniões e empenhar-se por reforçar os pontos fracos, aprimorando a comunicação sobre a importância e o impacto das práticas de *compliance* e ajustando-as para melhor atender as necessidades e expectativas dos gestores.

Com o objetivo de entender as variadas percepções dos gestores em relação ao programa de *compliance*, observou-se que entre os dois gestores que demonstraram os menores níveis de concordância (RM=2,0) um detém conhecimento avançado em *compliance* e atua como *Controller*. O outro ocupa a posição de diretor executivo, além de possuir a maior experiência e o mais elevado nível educacional entre seus pares, apesar de relatar ter conhecimento moderado sobre o assunto. Adicionalmente, o gestor que possui conhecimento avançado sobre o *compliance* contribuiu com o seguinte comentário:

A política de *compliance* da cooperativa é exclusiva para atender a legislação, porém, além de garantir a conformidade com a legislação vigente, deveríamos utilizar como uma ferramenta estratégica para a melhoria contínua dos processos e para o fortalecimento da governança da cooperativa. Portanto, o *compliance* não deveria ser visto apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade para otimizar processos, fortalecer a governança e promover o crescimento sustentável da cooperativa.

A partir do comentário do gestor que expressou maior discordância fica evidente que, embora o programa de *compliance* da cooperativa atenda as exigências legais, ele é percebido como subutilizado em seu potencial estratégico. O gestor sugere que o *compliance* deveria ser uma ferramenta para fortalecer a governança e otimizar processos, não apenas uma obrigação legal. A próxima seção apresenta as conclusões do presente estudo.

5 Conclusões

Este estudo explorou o tema do *compliance* em uma cooperativa de crédito, ressaltando sua importância para a conformidade legal, o fortalecimento da governança e a promoção de uma cultura ética que sustenta a reputação corporativa, elementos essenciais para a competitividade e sustentabilidade no mercado. Assim, o objetivo do estudo consistiu em identificar qual a percepção dos gestores sobre as práticas de *compliance* da cooperativa de crédito situada no oeste de Santa Catarina.

A análise da estrutura de *compliance* revela uma percepção positiva quanto à documentação e à acessibilidade do programa, embora a revisão do programa e a estrutura de governança necessitem de melhorias para assegurar uma gestão efetiva e dinâmica. O comprometimento da alta administração com o *compliance* é evidente, porém o apoio na execução e a alocação de recursos ainda são insuficientes, destacando uma discrepância entre o compromisso teórico e a prática operacional.

No que diz respeito à prevenção, apesar do reconhecimento da clareza e acessibilidade das políticas e do código de conduta, há uma necessidade crítica de aprimorar a comunicação e o treinamento relacionados. As avaliações de risco, embora existentes, requerem uma abordagem mais sistemática e regular para ser verdadeiramente eficazes.

No pilar detecção, os sistemas de monitoramento são percebidos como insuficientes, indicando uma área crítica que necessita de atenção para melhorar a capacidade de detecção de não conformidades. Por outro lado, a auditoria contínua mostra uma avaliação positiva, sugerindo sua eficácia. Já a avaliação dos canais de denúncias sugere que os funcionários podem não se sentir seguros para reportar infrações, indicando a necessidade de fortalecimento na comunicação dos canais. O pilar resposta apresentou-se como uma área que possui espaços para melhorias para garantir a efetividades das respostas.

A análise das percepções dos gestores sobre o programa de *compliance* mostra uma variedade de opiniões, alguns expressando alta concordância e outros mostrando neutralidade ou descontentamento. Essa diversidade sugere a necessidade de a alta administração revisar e fortalecer o programa, melhorando a comunicação e ajustando as práticas para alinhar com as expectativas dos gestores. Tal abordagem ajudará a integrar o *compliance* na estratégia organizacional, promovendo uma cultura de desenvolvimento sustentável.

Uma das principais limitações do estudo é a subjetividade das respostas devido à dificuldade dos participantes em avaliar seu próprio conhecimento sobre *compliance*, o que pode distorcer os dados. As percepções também podem ser influenciadas por fatores pessoais e emocionais, comprometendo a precisão dos resultados. Para superar essas limitações, recomenda-se que estudos futuros combinem métodos de percepção com abordagens mais objetivas ou qualitativas a fim de obter análises mais consistentes e validadas.

Referências

- AIRES, Murilo Thomas. **Autorregulação e *compliance* financeiro nas cooperativas de crédito**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.
- ASSI, Marcos. **Governança, riscos e *compliance***: mudando a conduta nos negócios. Saint Paul Editora, 2019.
- ASSI, Marcos. ***Compliance* como implementar**. São Paulo: Editora Trevisan, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.595**, de 28 de agosto de 2017. Dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília, DF, ago. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4595>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 11.129**, de 11 de julho de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Brasília, DF: Presidência da República, 2022a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11129.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.
- CHRIST, Thaís. **A importância das boas práticas de governança corporativa através da atuação do *compliance* no sistema de crédito cooperativo-caso Sicredi**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2023.
- DECONTO, Ana Claudia; KRUGER, Silvana Dalmutt; ZANIN, Antonio. Mecanismos de *Compliance* e Anticorrupção em Indústrias da Região Sul do Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 22, p. e3344-e3344, 2023.
- DE OLIVEIRA, Émerson Dias. Cooperativismo e Responsabilidade Social como Estratégia de Crescimento Local. **Produção Acadêmica**, v. 3, n. 01, p. 78-91, 2017.
- DE PAIVA, Benedito Geovani Martins; DOS SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. **Revista Da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 15, n. 2, p. 596-619, 2017.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- HAAS, Kelly Regina; VIEIRA, Euselia Paveglio; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin. Apontamentos da auditoria interna e de *compliance* em uma cooperativa de crédito e seus reflexos na qualificação dos controles internos. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 21, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Compliance à Luz da Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2017.
- LEC – Legal Ethics *Compliance*. **Os 10 pilares de um programa de Compliance**. 2017. <https://lec.com.br/blog/os-10-pilares-de-um-programa-de-Compliance/>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- MENDES, Alana Guimarães; GUIMARÃES, Paulo Marajá Mares. A importância da estruturação dos programas de *compliance* e a prevenção da lavagem de dinheiro nas instituições financeiras. **Revista Direito em Debate**, v. 32, n. 59, p. e8710-e8710, 2023.
- NAKAMURA, Elaine Aparecida Maruyama Vieira; NAKAMURA, Wilson Toshiro; JONES, Graciela Dias Coelho. Necessidade de estrutura de *compliance* nas instituições financeiras. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 19, n. 5, p. 257-275, 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo brasileiro 2023**. 2023. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em: 16 set. 2023.
- QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira; FLACH, Leonardo; DE MATOS, Luisa Karam. Cooperativas de crédito e desenvolvimento local. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 3, p. 593-609, 2022.
- REIS, DIMAS ALMEIDA *et al.* **Os impactos da governança corporativa em uma cooperativa de crédito**. 2015.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SCHMITT, Daniela Carine; MAZZIONI, Sady; DAL MAGRO, Cristian Baú. Percepções sobre o programa de *compliance* em cooperativas de crédito. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 8, n. 1, p. 18-39, 2022.
- TRINDADE, Luana Zanetti; NETO, Sigismundo Bialoskorski. Análise e percepção dos custos das práticas de governança corporativa: um estudo de caso. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 12, n. 3, p. 64-97, 2014.
- WANDERER, Luiz Carlos. **A validação e a aderência à implementação do programa de compliance no sistema de crédito cooperativo (Sicredi)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Impactos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em instituições financeiras: estudo de caso de uma cooperativa de crédito do oeste de Santa Catarina

David Galuppo
Letícia Gomes Locatelli

1 Introdução

As instituições financeiras desempenham um papel crucial no desenvolvimento sustentável local. Destacam-se, neste cenário, as cooperativas de crédito que exercem uma função social importante ao facilitar a intermediação financeira entre seus cooperados. No entanto, essas instituições devem seguir as regulamentações estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar no mercado de concessão de empréstimos e produtos relacionados. Essas regulamentações preveem a necessidade de constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) para toda a carteira de créditos (Banco Central do Brasil, 2024).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se a um valor provisionado no final de cada exercício para cobrir no exercício seguinte qualquer perda decorrente do não recebimento de pagamentos de parcelas de empréstimos ou afins. Caso a dívida não seja saldada por parte do tomador, o provisionamento da carteira de crédito é reconhecido como uma despesa contábil (Silva, K. O.; Robles Junior, A., 2018).

Em 1999, a Resolução nº 2.682 do BCB foi implantada, exigindo que as instituições financeiras se adequassem aos critérios de constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Essa resolução classifica os riscos de não pagamento de operações de crédito em diferentes níveis, permitindo a constituição da provisão de acordo com o *rating* de cada operação. Segundo a norma, as instituições financeiras e demais instituições

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito em ordem crescente de risco nos níveis AA a H (Neto, 1999).

A Resolução nº 4.966/21, publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros, baseando-se nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A nova resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e substituiu o texto da Resolução CMN nº 2.682/99. A nova legislação requer que as instituições estimem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base no conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência (Deloitte, 2024).

Em 2022, a Resolução CMN 5.019/22 alterou parte do texto da Resolução 4.966/21, tornando necessária a elaboração de um plano de implementação e modificando a forma de cálculo da PCLD. Diante disso tornou-se relevante analisar os impactos resultantes da migração de parametrizações da PCLD, pois é essencial conduzir uma análise detalhada, considerando não apenas a conformidade regulatória, mas também os efeitos práticos dessas mudanças na saúde financeira e na eficiência operacional das instituições financeiras. Dessa forma, o presente estudo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais os impactos da adequação à Resolução CMN 4.966/21 em uma cooperativa de crédito?

A compreensão dos novos parâmetros e a adequação aos requisitos normativos são passos cruciais para garantir a solidez e a conformidade da cooperativa no ambiente regulatório em constante evolução. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é identificar as implicações práticas e os efeitos que a adequação à Resolução CMN 4.966/21 trará aos procedimentos contábeis da cooperativa de crédito estudada.

Este capítulo de livro está organizado em seis seções para apresentar os elementos centrais do estudo. A primeira seção consiste na presente introdução. Após, é apresentado o referencial teórico que aborda a contextualização do tema sob a perceptiva da solvência e liquidez, bem como a PCLD em diferentes aspectos e aplicações a partir das normativas vigentes. Na sequência, a terceira seção descreve a metodologia utilizada, enquanto a quarta seção apresenta a análise de dados a partir da comparação dos valores de provisão nos diferentes cenários normativos e os impactos nos resultados financeiros da cooperativa. Por fim são apresentadas as considerações finais e as referências do presente estudo.

2 Referencial teórico

A solvência é utilizada no mundo financeiro para descrever a capacidade de uma empresa ou indivíduo de cumprir com suas obrigações financeiras. Relaciona-se, portanto, com a capacidade de pagar dívidas e despesas de forma oportuna e completa, sendo um indicador importante da saúde financeira de uma empresa ou pessoa (Actioncoach, 2024).

O índice de solvência corresponde à relação entre o ativo total da empresa e seu passivo total, ou seja, ele mede a capacidade da empresa de servir suas dívidas a longo prazo (Riskallay, 2023). Já a liquidez está relacionada com a capacidade de um ativo ser transformado em dinheiro, sem perder o seu valor. Podemos relacionar os indicadores de liquidez com índices financeiros utilizados para analisar como está a situação financeira de uma empresa, isto é, os seus créditos e a capacidade monetária para cumprir com as suas obrigações (Contas *on-line*, 2023).

Os indicadores de liquidez são índices financeiros utilizados para verificar como está o crédito da empresa, sua capacidade monetária para cumprir com as obrigações compreendidas no passivo circulante (Adaptive, 2024). Visto que a PCLD é uma conta redutora de ativo, o reconhecimento e a mensuração da PCLD trazem reflexos no balanço patrimonial, no resultado e nos indicadores das entidades. Nesse cenário, torna-se relevante compreender as diferentes formas de reconhecimento e mensuração da PCLD para as instituições financeiras, como tratado a seguir.

2.1 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Segundo Neves e Viceconti (1998), à provisão atribuem-se as despesas com perdas de ativos ou com a constituição de obrigações. A grande maioria das instituições financeiras possui o crédito como seu principal produto, e a provisão assume um papel expressivo dentro destas. Os índices relacionados ao provisionamento da carteira de crédito das instituições financeiras tendem a aumentar ou diminuir conforme for o crescimento ou a redução do risco de inadimplência de suas operações de crédito (Silva, K. O.; Robles Junior, A., 2018).

Conforme apresentado por Coimbra (2023), o provisionamento de ativos e passivos no Brasil é balizado através da norma contábil NBC TG 25, que estabelece os critérios para o reconhecimento e a mensuração de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Ela fornece orienta-

ções sobre como as empresas devem lidar com obrigações presentes ou possíveis futuras, bem como com ativos que dependem da ocorrência de eventos futuros.

A função da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) pode ser entendida como um espelho no resultado contábil das instituições às prováveis perdas em sua carteira de crédito. Também pode ser usada como ferramenta administrativa, pois demonstra a qualidade da carteira e fornece bons indícios para avaliação das políticas de crédito vigentes (Vasconcelos; Ferreira; Neto, 2019). Portanto, mostra-se relevante compreender as diferentes formas de reconhecimento e mensuração da PCLD para as instituições financeiras, como abordado nos tópicos subsequentes.

2.2 PCLD em instituições financeiras conforme o BCB

Com o objetivo de conservar o Sistema Financeiro Nacional, o governo do país editou as normas que se referem à regulamentação do provisionamento das carteiras de crédito das instituições financeiras. Inicialmente, a regulamentação do provisionamento para instituições financeiras foi estabelecida em 1994 pelo CMN através da Resolução nº 2.099. Atualmente, a regulamentação é dada pela Resolução nº 2.682, de 1999, editada pelo BCB e que trata de determinações específicas em relação à provisão para devedores duvidosos (Silva, K. O.; Robles Junior, A., 2018).

De acordo com Neto (1999), o artigo 6º da Resolução nº 2.682 dispõe o percentual de PCLD para cada operação a partir de uma série de critérios, em que a instituição deverá classificar os níveis de risco no momento da concessão de crédito, mensalmente por ocasião dos balanços e em função de atraso verificado no pagamento de parcela do principal ou dos encargos. Segundo a Resolução, as instituições financeiras devem classificar as operações de crédito por ordem crescente de risco.

Em 2021 foi editada pelo CMN a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Essa norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa nova metodologia entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, impondo adaptações às instituições financeiras.

A Resolução CMN nº 4.966 estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional

IFRS 9, produzida pela *Internacional Financial Reporting Standards Foundation*. A atualização das normas teve por objetivo o alinhamento do Bacen e do CMN a padrões internacionais, que servem de apoio para as empresas elaborarem as demonstrações financeiras, comumente utilizadas por investidores, órgãos reguladores internacionais e agentes do mercado (Deloitte, 2022).

2.3 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme resolução BCB nº 352

O provisionamento de carteira é uma ferramenta essencial para as instituições financeiras gerenciarem seus riscos de crédito. As normas que regem essa prática no Brasil sofreram alterações significativas ao longo dos anos, a exemplo da substituição da Resolução BCB 2682/99 pela Resolução CMN 4.966 e da publicação da Resolução BCB 352/23, como mencionado anteriormente (Silva, K. O.; Robles Junior, A., 2018).

A Resolução BCB nº 352, publicada em 23 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como à constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A edição dessa nova regulamentação visou promover um ambiente mais seguro e confiável para todos os envolvidos no mercado financeiro ao introduzir uma abordagem mais ampla (Santos, 2023).

As instituições mencionadas no inciso II do art. 1º da Resolução nº 352 do BCB devem observar os níveis de provisão estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos. O estabelecimento dessa provisão não elimina a necessidade de constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos, na forma do disposto no capítulo IV da Resolução CMN nº 4.966, de 2021 (Santos, 2023).

A Resolução CMN 4.966 introduziu maior granularidade no cálculo do provisionamento, exigindo das instituições financeiras um modelo de risco mais robusto e sofisticado. Por sua vez, a Resolução BCB 352/23 reforça essa necessidade com a inclusão de fatores macroeconômicos no cálculo e exigências mais rigorosas de monitoramento e divulgação.

As mudanças nas resoluções trouxeram impactos às instituições financeiras, exigindo ajustes nos processos internos, nos modelos de risco e na gestão de capital. Na Tabela 1 são sintetizados os principais pontos das resoluções referentes à PCLD em instituições financeiras.

Tabela 1 – Síntese das resoluções

Tópico	Resolução BCB 2.682/99	Resolução CMN 4.966/21	Resolução BCB 352/23
Base para Cálculo	Saldo devedor	Saldo devedor bruto ajustado	Saldo devedor bruto ajustado
Fatores de Risco	Homogêneos por tipo de operação	Segmentados por tipo de operação e qualidade do crédito	Segmentados por tipo de operação, qualidade do crédito e características do tomador
Níveis de Provisionamento	Fixos	Variáveis	Variáveis com limites mínimos e máximos
Métodos de Cálculo	Simplificado	Mais complexo, considerando inadimplência histórica e características do tomador	Mais complexo, considerando inadimplência histórica, características do tomador e cenário macroeconômico
Ajustes	Previstos para operações com garantias e/ou seguros	Ampla gama de ajustes, incluindo operações com garantias, seguros, características do tomador e cenário macroeconômico	Ampla gama de ajustes, similar à Resolução CMN 4966
Exigências de Monitoramento e Divulgação	Básicas	Mais rigorosas, com exigência de modelos de risco e testes de estresse	Mais rigorosas, similar à Resolução CMN 4966

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante das regulamentações contábeis e das diretrizes estabelecidas, é essencial analisar os impactos que essas normas têm sobre a PCLD nas instituições financeiras. As mudanças na legislação podem influenciar diretamente a forma como essas provisões são calculadas e registradas, afetando a gestão de riscos e a saúde financeira das instituições. A análise dessas regulamentações permite compreender melhor como as instituições financeiras se adaptam às exigências contábeis, ajustando suas políticas internas para assegurar conformidade e eficiência na gestão de créditos.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como um estudo de caso com a utilização de análise documental. Como unidade de análise foi utilizada uma cooperativa de crédito situada no oeste de Santa Catarina. Essa cooperativa foi escolhida devido à sua representatividade e relevância no setor de cooperativas de crédito na região. Logo, suas características e operações servem como base para a análise.

Foram coletados dados financeiros publicados pelo Banco Central do Brasil referentes ao ano de 2023, ano mais recente de disponibilização quando da operacionalização da presente pesquisa. Os documentos analisados incluem os balanços patrimoniais, demonstrativos de resultados e relatórios de provisões de crédito. Os dados coletados foram tabulados em uma planilha Excel[®], permitindo a organização e comparação sistemática dos dados.

A partir dos dados coletados foram comparados os cenários frente à norma em vigor no momento da coleta dos dados (Resolução CMN nº 2.682/99) e àquela que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025 (Resolução CMN nº 4.966/99). A seguir são apresentados os resultados encontrados a partir dos dados analisados.

4 Análise e discussão dos resultados

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabelecia critérios específicos para a constituição da PCLD, baseados principalmente na classificação de risco dos créditos (de AA a H), resultando em um índice fixo de provisionamento por categoria de risco. Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21 a base de cálculo para as provisões mudou significativamente.

Com a nova normativa a abordagem passou de uma visão baseada exclusivamente em classificação de risco para uma abordagem que também considera a perda esperada. Essa nova metodologia proporciona uma visão mais precisa das perdas futuras, exigindo que as instituições financeiras provisionem valores que reflitam não apenas o histórico de inadimplência, mas também fatores macroeconômicos que possam impactar a capacidade de pagamento dos tomadores de crédito.

Apresentam-se a seguir os reflexos econômicos dessa alteração de abordagem na cooperativa de análise.

4.1 Impactos em relação ao ativo

Inicialmente foram analisados os valores provisionados para PCLD em relação aos dados do ativo da cooperativa. Na Tabela 2 são apresentados os principais destaques da demonstração contábil do ativo da cooperativa.

Tabela 2 – Comparação em relação ao ativo

Resolução	Operações de Crédito (A)	Provisão operações de crédito (B)	Percentual provisionado (B/A)x100	Operações de créditos líquidas de provisão (A-B)	Ativo Total
CMN nº 2.682/99	85.313	5.824	6,83%	79.489	164.052
CMN nº 4.966/21	87.398	6.773	7,75%	80.625	165.191

Valores em R\$ mil.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em dezembro de 2023, a cooperativa apresentava um total de R\$ 85.313 milhões em operações de crédito. Desse montante, R\$ 5.824 milhões foram provisionados, correspondendo a 6,83% da carteira de crédito. Esse valor reflete as provisões destinadas a cobrir possíveis inadimplências com base nas normas vigentes até então, resultando em um saldo líquido de provisão de R\$ 79.489 milhões.

Sob as novas diretrizes, o volume total de operações de crédito da cooperativa aumentou para R\$ 87.398 milhões (aumento de 2%), e o valor provisionado passou para R\$ 6.773 milhões (7,75% do total das operações de crédito), representando um aumento de 13,52 p.p. em comparação com a provisão feita pela resolução anterior. O saldo líquido das operações de crédito após o provisionamento resultou em R\$ 80.625 milhões. Essa variação no provisionamento reflete o novo critério de cálculo, que visa ser mais preciso e preventivo em relação a possíveis inadimplências.

Essas mudanças nos critérios de provisionamento impactaram diretamente o ativo total da cooperativa. Sob a Resolução CMN nº 2.682/99, o ativo total foi de R\$ 164.052 milhões, enquanto sob a nova Resolução CMN nº 4.966/21 o ativo total ajustado aumentou para R\$ 165.191 milhões. Esse aumento de R\$ 1.139 milhões (0,69%) é parcialmente atribuído à maior precisão no provisionamento, o que reflete uma expectativa mais ajustada sobre as perdas futuras e uma melhor capacidade da cooperativa de gerenciar seus riscos de crédito.

Ao comparar os dois cenários, observamos que o índice de provisionamento sobre as operações de crédito passou de 6,83% sob a Resolução CMN nº 2.682/99 para 7,75% sob a Resolução CMN nº 4.966/21. Essa mudança reflete a maior necessidade de provisionamento das carteiras de crédito, uma vez que os novos critérios demandam uma visão mais ampla e

preventiva sobre o risco de inadimplência, levando em consideração não apenas o histórico de pagamento, mas também fatores externos como condições macroeconômicas e a situação financeira dos tomadores de crédito.

Esses ajustes resultam em um impacto positivo na solvência da instituição, uma vez que a nova metodologia de provisionamento permite à cooperativa antecipar com mais precisão as perdas futuras, garantindo maior robustez na gestão de sua carteira de crédito, assegurando a função da PCLD (Vasconcelos; Ferreira; Neto, 2019). Embora isso eleve as despesas no curto prazo, a longo prazo fortalece a posição da cooperativa em termos de estabilidade financeira e capacidade de enfrentamento de crises de inadimplência.

4.2 Impactos nos resultados financeiros

Ainda que haja um impacto positivo na solvência da cooperativa no longo prazo, o aumento da PCLD pode impactar os resultados financeiros, dado o reconhecimento de receitas e despesas operacionais. Na Tabela 3 são apresentados os principais destaques na demonstração de resultado da cooperativa estudada frente à mudança legislativa.

Tabela 3 – Comparação em relação à demonstração de resultado

Resolução	Despesas de intermediação financeira	Resultado de intermediação financeira	Resultado operacional	Lucro líquido
CMN nº 2.682/99	6.818	7.169	2.439	2.296
CMN nº 4.966/21	5.680	8.307	3.577	3.434

Valores em R\$ mil.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos resultados financeiros da cooperativa após a implementação das novas diretrizes de provisionamento revela mudanças significativas, refletindo diretamente na performance econômica da instituição. Conforme apresentado na Tabela 3, as despesas de intermediação financeira sob a Resolução CMN nº 2.682/99 totalizaram R\$ 6.818 milhões enquanto com a Resolução CMN nº 4.966/21 essas despesas foram reduzidas para R\$ 5.680 milhões, resultando em uma diminuição de 16,7%. Essa redução é indicativa de uma gestão mais eficiente dos custos associados às operações de cré-

dito, permitindo à cooperativa otimizar seus gastos financeiros e melhorar sua margem operacional.

O resultado de intermediação financeira também apresentou uma evolução positiva. Sob a Resolução CMN nº 2.682/99, o resultado foi de R\$ 7.169 milhões, enquanto com a nova resolução esse valor aumentou para R\$ 8.307 milhões, representando um incremento de cerca de 15,8%. Esse crescimento é reflexo não apenas da redução das despesas, mas também do aumento das operações de crédito e da eficiência na gestão dos ativos.

O resultado operacional da cooperativa, que era de R\$ 2.439 milhões sob as normas anteriores, subiu para R\$ 3.577 milhões após a adoção das novas diretrizes, demonstrando um crescimento de 46,7%. Esse aumento é um indicativo da robustez financeira da cooperativa em se adaptar às novas exigências regulamentares, permitindo uma performance operacional superior.

O lucro líquido da cooperativa, por sua vez, passou de R\$ 2.296 milhões para R\$ 3.434 milhões, o que representa um crescimento de 49,7%. Esse resultado reflete a combinação de uma maior eficiência operacional com a implementação das novas práticas de provisionamento.

A evolução dos resultados financeiros indica que, apesar do aumento nas provisões exigidas pela nova regulamentação, a cooperativa obteve um melhor resultado financeiro. A análise dos impactos nos resultados financeiros evidencia, portanto, que a transição para as novas normas de provisionamento trouxe benefícios para a cooperativa, culminando em uma melhora na performance financeira. Esse processo de adaptação reforça a importância de uma gestão proativa e alinhada com as melhores práticas do setor financeiro.

4.3 Efeitos na estabilidade financeira

A implementação das novas diretrizes de provisionamento estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 trouxe impactos financeiros para a cooperativa de crédito em análise. Conforme descrito nos itens 4.1 e 4.2, o provisionamento de créditos aumentou de R\$ 5,824 milhões (6,83% das operações de crédito) sob a Resolução CMN nº 2.682/99 para R\$ 6,773 milhões (7,75% das operações de crédito) com a Resolução CMN nº 4.966/21. Esse aumento reflete a maior precisão no cálculo das perdas esperadas, que agora incorpora não só o histórico de inadimplência, mas também fa-

tores macroeconômicos e outros elementos externos que possam afetar a capacidade de pagamento dos cooperados.

Um exemplo de fator macroeconômico aplicável ao cálculo da provisão é o índice de endividamento das famílias. Quando o endividamento está alto, os consumidores podem ter mais dificuldade para honrar novas dívidas, aumentando o risco de inadimplência. Com a Resolução CMN nº 4.966/21, as cooperativas devem incorporar esses fatores macroeconômicos ao cálculo da PCLD, ajustando a provisão de acordo com o cenário econômico e com o perfil financeiro dos clientes, resultando em uma provisão mais precisa e alinhada ao risco esperado.

A elevação no volume de provisões, embora aumente as despesas de curto prazo, reforça a solvência da cooperativa, garantindo uma maior capacidade de absorver potenciais perdas sem comprometer sua estabilidade financeira (Actioncoach, 2024; Riskallay, 2023). A nova metodologia permite à cooperativa uma preparação mais eficaz contra eventuais crises de inadimplência, fortalecendo sua posição frente a riscos de crédito. Esse aumento no provisionamento, que se traduz em um maior preparo para perdas futuras, tende a oferecer maior segurança não só para os cooperados, mas também para os investidores.

Observam-se também impactos na estabilidade financeira. As despesas de intermediação financeira, que eram de R\$ 6,818 milhões sob a Resolução CMN nº 2.682/99, foram reduzidas para R\$ 5,680 milhões com a nova resolução, o que demonstra uma gestão mais eficiente dos custos operacionais. Ao mesmo tempo, o resultado operacional da cooperativa aumentou de R\$ 2,439 milhões para R\$ 3,577 milhões, mostrando que, apesar das provisões mais rigorosas, a cooperativa conseguiu melhorar sua performance financeira.

Além disso, o lucro líquido subiu de R\$ 2,296 milhões sob a antiga norma para R\$ 3,434 milhões com a nova resolução, reforçando que a adoção das novas práticas de provisionamento não só protege a cooperativa contra possíveis inadimplências, mas também impulsiona a eficiência financeira. Isso é evidenciado no aumento do ativo total, que passou de R\$ 164,052 milhões para R\$ 165,191 milhões com a nova metodologia, refletindo a melhor capacidade da cooperativa de gerenciar seus ativos e, consequentemente, melhorar sua solvência.

No caso do aumento do lucro, ele não ocorre apenas pela alteração na PCLD. Embora o provisionamento maior melhore a resiliência da coo-

perativa diante de inadimplências, a eficiência gerada pela redução de despesas e a melhoria nas margens de intermediação financeira também contribuem para o resultado positivo, indicando um efeito combinado das novas práticas contábeis e de uma gestão financeira mais rigorosa. Nesse sentido, os resultados obtidos com o presente estudo alinham-se à literatura revisada, indicando que a PCLD pode ser usada como uma ferramenta administrativa (Vasconcelos; Ferreira; Neto, 2019).

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo principal analisar os impactos da transição das normas relativas à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em uma cooperativa de crédito do oeste catarinense. A análise foi centrada nas implicações práticas da substituição da Resolução CMN nº 2.682/99 pelas novas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. A partir da análise dos dados financeiros da cooperativa, investigou-se como a alteração nas regras de provisionamento impactou o ativo e os resultados financeiros da instituição.

Os resultados indicam que a nova metodologia de cálculo das provisões, baseada no conceito de perdas esperadas, proporcionou maior precisão nas previsões de inadimplência. Isso resultou em um aumento no volume das provisões, como mostrado no comparativo entre as duas resoluções. Apesar disso, houve um aumento do ativo da entidade e nos resultados financeiros da entidade, indicando que, embora as novas diretrizes exijam um maior volume de provisões, elas também fortalecem a saúde financeira da cooperativa. Esse desempenho positivo pode refletir não apenas a adaptação eficiente da cooperativa às novas exigências regulatórias, mas também sua capacidade de se manter estável em um cenário de mudanças contábeis e financeiras.

No entanto, é importante destacar que a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 não teve como objetivo gerar mais receita para as instituições financeiras. Diferentemente de uma abordagem voltada para o aumento de receitas, a mudança veio com o propósito de adequar as práticas contábeis das instituições às normas internacionais, em especial à IFRS 9.

Sob outro aspecto, observa-se que a solvência da cooperativa foi reforçada com a adoção das novas normas. A melhora dos indicadores analisados pode evidenciar que a cooperativa possui capacidade de enfrenta-

mento à eventuais crises de inadimplência. Esses sinais podem aumentar a segurança de sua carteira de crédito e, consequentemente, a confiança dos cooperados e investidores.

Em síntese, a partir das mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 observou-se que o alinhamento das práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais promoverá maior transparência e precisão nas demonstrações financeiras, além de fortalecer a gestão de riscos de crédito.

O presente estudo limita-se à cooperativa objeto de análise, o que impede a generalização dos resultados. Ainda não houve uma análise completa dos indicadores financeiros e econômicos da cooperativa. Desse modo, o recorte apresentado pode ser modificado a partir do alargamento da análise.

Nesse sentido, sugere-se que estudos futuros analisem o comportamento de outros indicadores financeiros a fim de identificar outros impactos não mapeados pelo presente estudo. Adicionalmente, sugere-se uma análise de longo prazo a fim de identificar se, de fato, a alteração legislativa implicou maior transparência e fortalecimento da gestão de riscos de crédito.

Referências

- ACTIONCOACH. **O que é Solvência**. 2024. Disponível em: <https://actioncoachsc.com.br/glossario/o-que-e-solvencia/>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- ADAPTIVE. **O que são indicadores de liquidez e como eles funcionam?** 2024. Disponível em: <https://adaptive.com.br/blog/o-que-sao-indicadores-de-liquidez-e-como-eles-funcionam/>. Acesso em: 13 maio 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução BCB Nº 309**, de 28 de março de 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=309>. Acesso em: 21 out. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN Nº 4.966**, de 25 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4966>. Acesso em: 21 out. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução BCB nº 352**, de 23 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=352>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.682**, de 21 de dezembro de 1999. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf. Acesso em: 12 mar 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regulação do sistema financeiro**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/regulacao>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CALLEGARI, M. O. P. A.; CRESPO, D. D. **Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas instituições financeiras**: um estudo em uma instituição. 2014. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/constituicao-da-provisao-para-credito-de-liquidacao-duvidosa-nas-instituicoes-financeiras-um-estudo-em-uma-instituicao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CASHWAY. **Resolução BCB nº 352**: Simplifique a apuração da provisão para perdas de crédito. Disponível em: <https://cashway.io/resolucao-bcb-352/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CIMBRA, R. M. **Passivos contingentes?** O que são e quais as considerações da NBC TG25. 2023. Disponível em: www.migalhas.com.br/depeso/398722/passivos-contingentes-o-que-sao-e-quais-as-consideracoes-da-nbc-tg-25. Acesso em: 02 maio 2024.

CONTAONLINE. **4 indicadores de liquidez que a sua empresa precisa acompanhar**. 2023. Disponível em: https://blog.contaonline.com.br/indicadores-de-liquidez?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI6Yb8s9HgiAMV2RetBh13zQeYEAAYASAAEgLr7fD_BwE. Acesso em: 19 jun. 2024.

Cooperativa de Crédito Rural Seara – CREDISEARA. Disponível em: <https://crediseara.com.br/institucional#:~:text=Nossa%20hist%C3%B3ria%20come%C3%A7a%20em%201993,uma%20cooperativa%20de%20cr%C3%A9dito%20rural>. Acesso em: 25 fev. 2024.

DELOITTE. **Instituições terão novas regras de mensuração e divulgação de instrumentos financeiros**. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/deloitte/impacting-the-future/noticia/2022/07/06/instituicoes-terao-novas-regras-de-mensuracao-e-divulgacao-de-instrumentos-financeiros.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.

LANCEFÁCIL. **Índice de Solvência Geral**: O que é e qual a sua importância nas licitações? 2023. Disponível em: <https://blog.lancefacil.com/solvencia-geral-e-sua-importancia-nas-licitacoes/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

NETO, F. A. **Resolução nº 2.682**, de 21 de dezembro de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

PWC. Instituições Financeiras – Critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, designação e o reconhecimento da contabilidade de hedge – **Resolução BCB nº 352/2023**. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/consultoria-tributaria-societaria/tax/tax-legis/2023/instituicoes-financeiras—criterios-contabeis-aplicaveis-a-inst.html>. Acesso em: 03 abr. 2024.

RISKALLAY. **Índices de solvência**: O que é isso e como calculá-lo? 2023. Disponível em: <https://pt-br.riskallay.com/blog/ratio-solvencia>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, K. O.; ROBLES JUNIOR, A. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) calculada conforme as normas do BACEN e IFRS**. 2018. Disponível em: [file:///D:/ACER/Downloads/36949-Texto%20do%20artigo-102381-4-10-20190219%20\(5\).pdf](file:///D:/ACER/Downloads/36949-Texto%20do%20artigo-102381-4-10-20190219%20(5).pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

SKILLING. **Solvência**: chave para a estabilidade financeira. 2024. Disponível em: <https://skilling.com/row/pt/blog/trading-terms/solvency/>. Acesso em: 16 maio 2024.

O papel do FATES no cooperativismo de crédito: contribuições para o desenvolvimento local no norte gaúcho

*Taise Sychocki
Denise Knorst da Silva*

1 Introdução

O cooperativismo configura-se como um modelo de organização socioeconômica que integra o desenvolvimento econômico e social com o objetivo de atender as necessidades específicas de determinados grupos da sociedade. Trata-se de uma proposta que reúne indivíduos dispostos a trabalhar coletivamente em prol de um objetivo comum. As cooperativas estão presentes em mais de 100 países, sendo responsáveis pela geração de aproximadamente 250 milhões de empregos no mundo (OCB, 2024). A imagem positiva das cooperativas, aliada aos resultados financeiros que alcançam, evidencia que, quanto mais desenvolvida for uma cooperativa, maior será sua contribuição para a sociedade em geral (Arrigoni, 2000). Nesse contexto, observa-se a expansão da relevância do cooperativismo em consonância com os benefícios que proporciona à coletividade.

No Brasil, o cooperativismo teve origem no final do século XIX, impulsionado por um anseio de reorganização social e econômica decorrente do cenário pós-abolição da escravidão (Takahashi, 1982). Na atualidade, o setor cooperativo tem consolidado sua presença na economia nacional por meio das diversas entidades que o compõem.

De acordo com Aleixo *et al.* (2015), o termo “cooperativismo” deriva do conceito de cooperação, incorporando uma dimensão cultural e social que confere ao movimento uma base doutrinária refletida no ambiente socioeconômico dos indivíduos, moldado por suas crenças e valores. Salles (2010) define o cooperativismo como uma forma de união que preserva a força econômica e a dignidade das pessoas que compartilham objetivos e enfrentam desafios comuns.

Conforme Bittencourt (2000), a cooperativa de crédito pode ser caracterizada como uma instituição que desempenha funções semelhantes às de um banco, incluindo o financiamento à produção e aos investimentos, a aceitação de depósitos, a prestação de serviços como cobrança, fornecimento de talões de cheques e cartões de crédito, além de opções de aplicações e concessão de crédito. No entanto, diferentemente dos bancos, a cooperativa de crédito pertence a seus próprios associados e não necessita gerar lucro para ser viável – basta que feche o exercício de forma positiva. As sobras anuais são redistribuídas entre os associados ou investidas em ações comunitárias, ao contrário das instituições bancárias, que distribuem os lucros exclusivamente entre os acionistas.

As cooperativas distinguem-se das instituições financeiras tradicionais por características específicas de propriedade e governança. São organizações de propriedade coletiva dos próprios membros-usuários, denominados associados, cujas cotas não são transferíveis nem vinculadas à riqueza acumulada da instituição. Os recursos acumulados são reinvestidos na própria organização, e as decisões são tomadas em assembleia, respeitando o princípio de “um associado, um voto” (Davis, 2001).

As cooperativas de crédito, portanto, transcendem a intermediação financeira, assumindo compromissos com o desenvolvimento socioeconômico das localidades onde atuam, buscando promover melhorias na qualidade de vida da população (Meien; Port, 2014). Nesse contexto, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES –, previsto na Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, destaca-se como um importante instrumento de apoio. A legislação determina que as cooperativas devem destinar ao FATES no mínimo 5% das sobras líquidas anuais a fim de proporcionar assistência técnica, educacional e social aos cooperados e à comunidade em geral (Brasil, 1971).

O FATES tem, portanto, como finalidade a aplicação de parte dos resultados financeiros da cooperativa em projetos voltados ao bem-estar coletivo por meio de ações propostas pelos diversos atores que compõem a organização, tais como a equipe administrativa, colaboradores, associados e a comunidade.

A existência e a aplicação desse fundo estão diretamente alinhadas ao quinto princípio do cooperativismo – Educação, Formação e Informação –, o qual estabelece que o fortalecimento do sistema cooperativo requer a capacitação de dirigentes, conselheiros e colaboradores, promovendo o de-

envolvimento contínuo dos associados (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2018).

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizada uma investigação baseada na prática da autora como profissional atuante em uma cooperativa de crédito, responsável pela gestão de projetos sociais voltados a diferentes públicos – crianças, jovens, adultos, idosos e grupos atendidos por políticas públicas. A pesquisa tem como foco o papel do FATES na promoção do desenvolvimento local e na ampliação da participação da comunidade em iniciativas de impacto regional.

O estudo busca compreender as contribuições do FATES para o desenvolvimento local na área de abrangência da cooperativa de crédito, identificando os efeitos positivos gerados e as estratégias que podem ampliar a base de associados por meio da valorização do viés social.

Dessa forma, a principal questão norteadora da pesquisa é: como o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é utilizado por uma cooperativa de crédito e de que forma sua aplicação contribui para o desenvolvimento local?

Para responder essa questão, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa com o objetivo de caracterizar e analisar a aplicação do FATES na área de atuação da cooperativa. A investigação contempla tanto os valores financeiros destinados anualmente ao fundo quanto a natureza dos projetos implementados, visando oferecer subsídios relevantes para o campo do cooperativismo de crédito e para a gestão estratégica da própria cooperativa.

2 A cooperativa de crédito e a perspectiva de desenvolvimento local

Em meados de 1997 teve início um processo de reflexão acerca do potencial de transformação social das cooperativas de crédito junto aos pequenos agricultores da região norte do estado do Rio Grande do Sul. Naquele contexto, grande parte dos agricultores enfrentava dificuldades para acessar o crédito rural, enquanto outros eram submetidos a elevadas taxas de juros, praticadas por instituições bancárias tradicionais, o que comprometia a renda familiar e gerava ciclos de endividamento.

Diante desse cenário, agricultores e suas famílias mobilizaram-se em torno da constituição de uma alternativa solidária, por meio da qual pudes-

sem fortalecer-se coletivamente e obter acesso facilitado às linhas de crédito necessárias ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. Esse movimento foi marcado por diversas reuniões, articulações e lutas, que possibilitaram a construção de um novo panorama para os agricultores locais.

Estudo realizado por Alcaraz, Monteagudo e Torno (2021) na Espanha aponta que o sistema cooperativo de crédito pode representar uma estratégia eficaz para enfrentar desafios financeiros, especialmente por sua proximidade com as comunidades em que está inserido. Contudo, Webering (2020) destaca que, à medida que se inserem em ambientes de elevada competitividade, as cooperativas podem experimentar mudanças em sua essência, enfrentando dificuldades em manter elevados níveis de democracia interna.

O objetivo inicial das cooperativas de crédito consistia em oferecer por meio da mutualidade assistência financeira aos associados para suprir suas necessidades pessoais e fomentar atividades produtivas, sobretudo na agricultura familiar. Tal propósito envolvia também a promoção do cooperativismo por meio da ajuda mútua, da economia solidária e da formação educacional dos associados, visando à utilização responsável do crédito.

Segundo o Portal do cooperativismo de crédito (2018), o cooperativismo ultrapassa os limites de um modelo de negócios, configurando-se como uma filosofia de vida orientada à construção de um mundo mais justo, equilibrado, feliz e com oportunidades equânimes para todos. Essa concepção demonstra a possibilidade de articular desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, individualidade e coletividade.

Assim, em 1998, foi fundada a cooperativa de crédito na região em estudo. Tratava-se de uma cooperativa de crédito rural, instituição não bancária, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, criada inicialmente com 21 sócios e com agências em dois municípios.

No início de suas atividades, a cooperativa enfrentou inúmeros desafios, inclusive a desconfiança por parte dos próprios agricultores quanto à viabilidade de uma gestão conduzida por seus pares. Com o tempo, entretanto, a credibilidade da instituição cresceu, permitindo a abertura de novos postos de atendimento em municípios do norte gaúcho.

A estrutura física da cooperativa, inicialmente modesta, com poucos funcionários e salas pequenas, operava majoritariamente como intermediária de contratações vinculadas ao Pronaf e a outras linhas em parceria com o Banco do Brasil. À medida que os resultados positivos se tornaram mais

evidentes, aumentaram o número de associados e a participação ativa da comunidade.

Atualmente, a cooperativa conta com quatro agências, 23 colaboradores e cerca de 4.165 associados, atendendo pessoas físicas, jurídicas e propriedades rurais. Seu principal diferencial em relação às instituições bancárias tradicionais reside na escuta ativa das demandas dos associados e na busca por soluções personalizadas para suas necessidades financeiras – abrangendo crédito, seguros, consórcios, investimentos, entre outros produtos.

Destaca-se, ainda, a estreita relação da cooperativa com a agricultura familiar. A instituição disponibiliza linhas de crédito específicas para fomentar esse segmento, além de apoiar projetos que promovem seu desenvolvimento. Ao longo dos anos, muitas famílias iniciaram seus empreendimentos com o apoio da cooperativa e hoje são reconhecidas em âmbitos regional e estadual.

Desde sua fundação, a cooperativa tem como premissa o fortalecimento contínuo do vínculo com seus associados, por meio de um atendimento humanizado e acolhedor. Apesar das exigências normativas e dos processos burocráticos inerentes à atividade financeira, a instituição busca preservar sua identidade próxima e comprometida com o bem-estar da comunidade.

Ademais, a cooperativa tem se empenhado em participar ativamente das ações promovidas pelas comunidades onde atua. A maioria dos municípios abrangidos é de pequeno porte, o que contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e facilita o envolvimento em atividades locais.

Os objetivos sociais da cooperativa incluem, além da prestação de serviços financeiros, a ampliação do acesso ao sistema bancário formal por parte da população historicamente excluída, a melhoria das condições de vida dos associados e de suas famílias, o estímulo à produtividade, bem como a dinamização da circulação de bens, produtos e serviços nas comunidades atendidas. Para isso, a cooperativa realiza e apoia programas de aplicação de recursos, promove o uso consciente do crédito, incentiva a educação cooperativista e fortalece os princípios e valores do movimento cooperativo.

A atuação da cooperativa, pautada na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades, evidencia-se em suas ações voltadas à sustentabilidade, à produção de alimentos orgânicos e ao desenvolvimento rural. Esses esforços contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e

geram benefícios não apenas para os cooperados, mas para toda a região de abrangência da cooperativa

3 FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é um mecanismo de suporte institucional previsto na Lei nº 5.764/71, que estabelece a Política Nacional do Cooperativismo. Trata-se de um fundo obrigatório a ser constituído pelas cooperativas a partir de um percentual mínimo de 5% das sobras líquidas apuradas no final de cada exercício, conforme disposto no parágrafo II do artigo 28 da referida legislação. As receitas provenientes de auxílios e doações sem destinação específica, bem como outras rendas eventuais também devem ser direcionadas ao FATES, conforme previsto no estatuto de cada cooperativa.

A Assembleia Geral tem autonomia para destinar um percentual superior ao mínimo exigido mediante proposta do Conselho de Administração, desde que os recursos sejam aplicados em ações de caráter técnico, educacional ou social, alinhadas aos princípios do cooperativismo.

O FATES configura-se como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento do setor cooperativo, oferecendo recursos que viabilizam o crescimento institucional de forma sustentável, com foco na qualificação dos cooperados, funcionários e lideranças. Esse fundo, exclusivo das cooperativas de crédito brasileiras, tem como propósito fomentar iniciativas que promovam o desenvolvimento técnico, a capacitação dos quadros e o progresso social das comunidades onde as cooperativas estão inseridas.

De modo geral, o FATES pode ser compreendido a partir de três eixos estruturantes:

1. Assistência técnica: direcionado à implementação de projetos e serviços que melhorem a gestão e as operações da cooperativa por meio de suporte técnico e consultoria especializada;

2. Educacional: voltado à realização de programas de formação e capacitação para funcionários, diretores, conselheiros e lideranças a fim de qualificar a atuação institucional e aprimorar as práticas de gestão;

3. Social: destinado ao apoio de projetos que promovam o bem-estar social e econômico dos associados e da comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Conforme Kruger e Miranda (2007), o FATES possui três possibilidades fundamentais de aplicação:

- **No eixo da assistência técnica**, os recursos são utilizados para oferecer orientações e serviços voltados à melhoria das operações dos associados e da própria cooperativa. Isso inclui programas de incentivo à produtividade, padrões de produção e serviços, bem como metas que visem ao aumento da eficiência com acompanhamento técnico especializado por meio de convênios com instituições afins.

- **No eixo educacional**, o fundo viabiliza ações de capacitação formal e informal, abrangendo cursos, treinamentos e seminários para os diversos públicos da cooperativa (sócios, conselheiros, diretores, embaixadores e funcionários), com o objetivo de fortalecer o conhecimento, a prática cooperativista e o desempenho institucional.

- **No eixo social**, os recursos são empregados em iniciativas que promovem a inclusão e o desenvolvimento social, tais como programas comunitários, eventos coletivos, ações culturais e de bem-estar, voltados ao fortalecimento dos laços entre a cooperativa e a sociedade.

Nesse contexto, as cooperativas de crédito assumem um papel relevante no crescimento e desenvolvimento das regiões em que atuam. O FATES como instrumento de apoio revela-se essencial para consolidar os princípios cooperativistas, historicamente responsáveis por gerar benefícios não apenas para os associados, mas a toda a sociedade local.

4 Procedimentos metodológicos

O presente estudo tem como foco uma cooperativa de crédito localizada na região do Alto Uruguai no norte do estado do Rio Grande do Sul. A primeira etapa da pesquisa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos acerca do cooperativismo e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), bem como de compreender a relação entre o cooperativismo e o desenvolvimento social das comunidades locais.

A metodologia adotada foi de natureza quali-quantitativa, uma vez que a pesquisa busca descrever, classificar e interpretar informações que caracterizam o uso do FATES pela cooperativa, combinando dados qualitativos e quantitativos. Conforme Dias (2000), a abordagem quantitativa caracteriza-se pela possibilidade de mensuração a partir de amostras e variáveis

numéricas. Já a abordagem qualitativa, segundo Goldenberg (2011), enfatiza aspectos subjetivos e contextuais, valorizando a compreensão aprofundada do fenômeno estudado. Ambas as abordagens reconhecem a influência do pesquisador tanto na escolha das fontes (quantitativa) quanto na interpretação dos dados (qualitativa).

A pesquisa também se classifica como descritiva, pois busca delinear as características do fenômeno investigado, conforme os princípios indicados por Gil (2008), que afirma que esse tipo de estudo objetiva descrever características de populações ou fenômenos, estabelecendo relações entre variáveis por meio de observações sistematizadas e técnicas padronizadas de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica e documental.

Adicionalmente, trata-se de uma pesquisa documental, baseada na análise de informações coletadas junto à cooperativa, tais como estatuto, projetos, planilhas, relatórios e demais registros internos que documentam a gestão e a aplicação dos recursos do FATES. A relevância desse material está na possibilidade de compreender como os recursos são organizados e distribuídos pela cooperativa.

Um aspecto distintivo dessa pesquisa é a adoção de um viés participante, uma vez que a autora do estudo integra a equipe de gestão da cooperativa e exerce funções diretamente relacionadas à organização, ao acompanhamento e à prestação de contas do FATES. Tal característica permite um acesso aprofundado às informações e um diálogo mais próximo com os dados, configurando o que Gil (2008) denomina de pesquisa participante. Nessa abordagem, há uma colaboração ativa entre pesquisador e participantes com o intuito de promover uma compreensão mais ampla das experiências vividas e, quando possível, gerar transformações significativas no contexto analisado.

A técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), que prevê a organização, categorização e interpretação sistemática das informações. Os dados foram organizados segundo os eixos definidos no estatuto da cooperativa – assistência técnica, educacional e social –, permitindo a categorização dos projetos financiados com recursos do FATES e o levantamento dos objetivos e valores investidos em cada segmento.

A delimitação temporal da pesquisa compreende o período de 2020 a 2023, justificada pelo fato de a autora atuar, no referido intervalo, como responsável pela gestão do FATES na cooperativa. Essa posição possibili-

tou o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas, a coleta direta dos dados e a análise crítica sobre os impactos dos investimentos realizados com os recursos do fundo.

5 O FATES na região da cooperativa de crédito

Na cooperativa de crédito em estudo, os recursos provenientes do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) são aplicados em ações de cunho social, educacional e técnico, conforme estabelecido em seu estatuto. O Conselho de Administração, respaldado pela Assembleia Geral, possui autonomia para propor a criação de novos auxílios ou benefícios, desde que os mesmos se enquadrem nos eixos definidos e respeitem os princípios do cooperativismo.

A gestão do FATES ocorre mediante a submissão de projetos que são previamente classificados conforme seu tipo, objetivos, finalidades e formas de execução. As demandas geralmente surgem nas agências de relacionamento, por meio do diálogo entre os colaboradores e os associados ou são indicadas pelos próprios diretores. A partir dessas interações são identificadas necessidades individuais ou coletivas, que podem ser atendidas com o apoio do fundo, desde que alinhadas às diretrizes do FATES. Após a análise inicial, os projetos são encaminhados ao Conselho de Administração, que delibera sobre sua aprovação.

Uma vez aprovado, o proponente – seja indivíduo ou grupo – é informado, e então iniciam os procedimentos de execução. Primeiramente, realiza-se uma reunião com o público envolvido, na qual são apresentadas as diretrizes para a execução do projeto, os critérios de prestação de contas e os resultados esperados. Nesse momento, abre-se um dossiê específico para a documentação do projeto, o qual será organizado pela funcionária responsável pelo FATES. A partir daí, cada projeto segue um fluxo de implementação adequado às suas particularidades.

Além das demandas apresentadas pelos associados, o FATES também subsidia projetos voltados ao público interno da cooperativa, como treinamentos, capacitações, *workshops* e eventos direcionados aos colaboradores, conselhos e diretores. A cooperativa promove ainda ações como participação em feiras, seminários, atividades de educação financeira e eventos institucionais – como as pré-assembleias nas comunidades e a assembleia geral –, cuja organização também pode ser financiada com recursos do Fundo.

A seguir, são apresentados os dados extraídos dos documentos oficiais da cooperativa, como estatuto, atas e relatórios financeiros, referentes aos valores destinados ao FATES entre os anos de 2020 e 2023, período em que a autora atuou na gestão do fundo.

Quadro 1 – Destinação dos valores estatutários para o FATES nos últimos quatro anos

Destinação Estatutária para o FATES	2020	2021	2022	2023
VALOR R\$	R\$ 8.286,32	R\$ 27.769,56	R\$ 60.572,43	R\$ 83.015,55

Fonte: Cooperativa de Crédito.

Os dados revelam um crescimento progressivo dos valores destinados ao FATES ao longo dos anos analisados, reflexo do aumento das sobras líquidas da cooperativa, o que, por sua vez, sinaliza uma evolução positiva nos resultados econômicos da instituição. Tal crescimento viabiliza a ampliação e qualificação dos projetos financiados, possibilitando a execução de ações de maior impacto nas comunidades.

Os projetos apoiados pelo Fundo foram classificados em três eixos principais: assistência técnica, educacional e social, conforme estabelece o estatuto. O Quadro 2 apresenta um resumo das atividades realizadas com recursos do FATES, organizadas por eixo e por ano.

Quadro 2 – Principais atividades ou projetos realizados

Segmentos FATES	2020	2021	2022	2023
Assistência Técnica	não foram encontrados projetos na assistência técnica			
Educacional	– Curso Gestão Cooperativa – Reunião e Treinamento com os Conselhos – Curso de Capacitação do RH	– Treinamentos para Funcionários – Curso de Capacitação em Vendas – Curso do Conselho Fiscal	– Curso oratória – Reunião e Treinamento para Funcionários – CPA-10 – Reunião e Treinamento com os Conselhos	– Seminário Estratégico de Planejamento – Treinamento Recuperação de Prejuízo – Atividades sobre Diversidades – Cursos com Diretoria Executiva – Educação Financeira com a Terceira Idade
Social	– Assembleia – Cursos Técnicos – Parceria Emater – Intercâmbio de produtores Orgânicos – Minha Comunidade Mais Bonita	– Assembleia – Minha Comunidade Mais Bonita – Cursos Técnicos – Parceria Emater – Ecoponto – Destine-me Aqui – Farmácia Solidária	– Assembleia – Minha Comunidade Mais Bonita – Seminário sobre bovinocultura de leite – Quadra de Ginásio de Esportes – Cursos Técnicos – Parceria Emater – Festa do Agricultor	– Assembleia – Minha Comunidade Mais Bonita – Reforma no salão da Comunidade – Evento Pé de Soja – Cursos Técnicos – Parceria Emater – Lançamento Ano Safra

Fonte: Cooperativa de Crédito.

Observa-se que o número de projetos aumentou progressivamente a cada ano. No entanto, destaca-se a baixa execução de projetos no ano de 2020, justificada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, que exigiu adaptações e replanejamentos de diversas ações inicialmente previstas.

A seguir, o Quadro 3 apresenta os valores investidos em cada eixo com seus respectivos percentuais no total de recursos aplicados no período.

Quadro 3 – Valores em R\$ investidos nas atividades e projetos

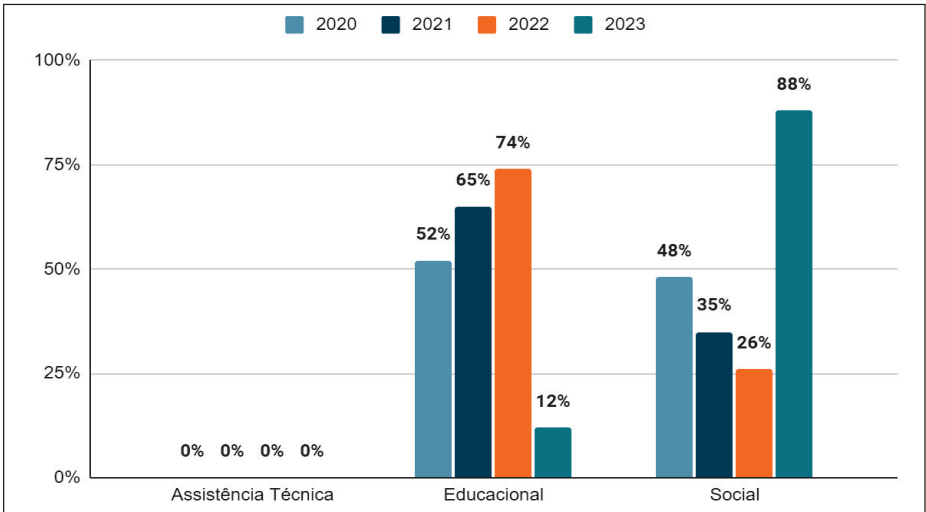
	Assistência Técnica	Educacional	Social
Valor	R\$ 0,00	R\$ 29.571,65	R\$ 127.865,33
Percentual	0%	19%	81%

Fonte: Cooperativa de Crédito.

A análise desses dados permite identificar uma expressiva diferença entre eixos do FATES, onde a maior parte dos recursos utilizados se destina para o eixo social, seguido do eixo da educação. No eixo da assistência técnica, não foi identificado nenhuma atividade ou projeto, sendo o percentual zerado para todo o período analisado no presente estudo. Entende-se que dos projetos realizados nenhum se caracterizou como assistência técnica, talvez por falta de demandas nesse eixo ou pelo entendimento de que as atividades possuem maior ênfase ou finalidade educacional e/ou social e, por isso, alocadas nesses respectivos eixos nas bases de cadastro.

Para representar melhor os valores e percentuais de destinação dos valores utilizados no FATES, apresenta-se o Gráfico 1 como forma de analisar visualmente os valores dos eixos estudados, Assistência Técnica, Educacional e Social, agora divididos por ano do período analisado.

Gráfico 1 – Percentual das destinações ao FATES



Fonte: Cooperativa de Crédito.

Observa-se no Gráfico 1 que os maiores volumes de recursos foram destinados aos eixos educacional e social, os quais contemplam diversos projetos relevantes executados ao longo do período analisado. Tais iniciativas refletem diretamente no cotidiano da cooperativa e nas comunidades em que ela está inserida, promovendo impactos positivos em ambas as esferas.

O Quadro 4 apresenta as finalidades dos projetos enquadrados no FATES. Sua organização foi orientada por uma análise criteriosa das atividades realizadas com recursos do fundo com a identificação dos objetivos específicos de cada projeto e a eliminação de repetições. O propósito foi sistematizar, por segmento, os principais objetivos e intenções das ações desenvolvidas, incluindo apenas os projetos efetivamente implementados no período de estudo. Ressalta-se que o eixo da assistência técnica foi excluído da análise, uma vez que, conforme já mencionado, não foram localizadas iniciativas com essa centralidade durante o período avaliado.

Quadro 4 – Finalidades indicadas nos projetos

Educacional	– Qualificação de gestores, conselheiros, embaixadores e funcionários; – Treinamentos específicos para atendimento e relacionamento com o associado; – Educação financeira voltada a diferentes públicos, incluindo idosos e estudantes; – Desenvolvimento de competências e aprimoramento da gestão cooperativa.
Social	– Embelezamento e valorização das comunidades; – Reforma de espaços coletivos; – Parcerias institucionais com entidades locais; – Participação em eventos comunitários e ações comemorativas; – Promoção da imagem institucional e fortalecimento do vínculo com os associados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Destaca-se entre os projetos de maior relevância no eixo social o *Minha Comunidade Mais Bonita*, iniciado em 2019. A iniciativa promove a revitalização de espaços públicos com recursos do FATES e mão de obra comunitária, incentivando o espírito de cooperação e promovendo melhorias na qualidade de vida local.

Outro exemplo relevante é a utilização do FATES nas pré-assembleias e na assembleia geral da cooperativa. Os recursos são aplicados na ambientação dos espaços, produção de materiais, recursos audiovisuais e confrater-

nizações, fortalecendo a cultura organizacional e o vínculo com os associados.

A diversidade de ações apoiadas pelo FATES evidencia o compromisso da cooperativa com o desenvolvimento local, promovendo por meio da educação e da inclusão social um ambiente mais colaborativo, sustentável e com melhores condições de vida para os seus associados e para a comunidade.

6 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) por uma cooperativa de crédito localizada no norte do Rio Grande do Sul, no período de 2020 a 2023. A partir da sistematização de documentos institucionais e da vivência profissional da autora foi possível compreender a organização interna da gestão do fundo, bem como mapear os projetos financiados e seus impactos nas comunidades atendidas.

Os dados analisados evidenciam um crescimento progressivo dos recursos destinados ao FATES, acompanhado pela diversificação das ações apoiadas sobretudo nos eixos educacional e social. As iniciativas desenvolvidas revelam o compromisso da cooperativa com o fortalecimento da cultura cooperativista, a valorização dos territórios e a promoção do bem-estar coletivo.

A ausência de investimentos no eixo da assistência técnica, por outro lado, representa uma lacuna significativa. Embora possa ser parcialmente explicada pela dificuldade de categorização das ações ou pela ausência de propostas específicas, essa realidade demanda uma reflexão institucional e o incentivo à elaboração de projetos que fortaleçam a base produtiva dos associados, ampliando os impactos do Fundo.

Outro aspecto relevante diz respeito à possibilidade de replicabilidade das ações bem-sucedidas em outras cooperativas ou contextos regionais. Projetos como “Minha Comunidade Mais Bonita” demonstram alto potencial de adaptação a diferentes realidades, desde que respeitadas as especificidades culturais e territoriais. Essa perspectiva amplia o alcance do FATES como instrumento de transformação social e articulação entre cooperativa e comunidade.

Entre as limitações do estudo destaca-se a atuação individual da autora na coleta e análise dos dados, o que pode influenciar determinadas interpretações. Além disso, a pesquisa restringe-se a uma única cooperativa e a um recorte temporal específico. Sugere-se, portanto, a ampliação futura do escopo da investigação com inclusão de novas unidades cooperativas, abordagens comparativas e análises longitudinalmente mais extensas.

Conclui-se que o FATES constitui um importante diferencial do cooperativismo de crédito ao permitir que parte dos resultados financeiros seja investida em ações coletivas e estruturantes. Quando bem gerido, o Fundo contribui para consolidar os princípios cooperativistas, promover a inclusão social, fortalecer vínculos comunitários e impulsionar o desenvolvimento local sustentável.

O aprofundamento da análise do FATES pode subsidiar a formulação de políticas institucionais mais estratégicas, contribuindo para que o cooperativismo de crédito assuma, cada vez mais, um papel protagonista na construção de territórios mais justos, participativos e solidários.

Referências

- ALACARAZ, Marcos C.; MONTEAGUDO, Inmaculada C.; TORNO, Francisco S. El papel de las cooperativas de crédito en el sostenimiento de la España vaciada a través del capital social. **Revesco: Revista de Estudios Cooperativos**, v. 138, n. 2, 2021.
- ALEIXO, Andreia Duarte *et al.* O cooperativismo de crédito: estratégias de fidelização dos associados para a sustentação do negócio rural. Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 35., 2015, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Enegep, 2015. p. 1-15.
- ARRIGONI, F. J. Aplicações sociais das sociedades cooperativas: um modelo de demonstração contábil. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 23, p. 50-68, 2000.
- BARROSO, M. F. G.; BIALOSKORSKI NETO, S. Distribuição de Resultados em Cooperativas de Crédito Rural no Estado de São Paulo. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 2, maio/ago. 2010.
- BRASIL. **Lei Nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm. Acesso em: 16 set. 2024.
- COOPERATIVA DE CRÉDITO. **Estatuto da Cresol de Áurea/RS**. Áurea: Cresol, 2023.

- DAVIS, K. Credit union governance, and survival of the cooperative form. **Journal of Financial Services Research**, v. 19, n. 2/3, p. 197-210, 2001.
- DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Revista informação sociedade**, v. 10, n. 2, p. 1-12, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto, 1994.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confedbrás, 2014. 552 p.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 112 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KRUGER, Guilherme; MIRANDA, André Branco de. **Comércio à Legislação das Sociedades Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.
- PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1982.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **História do Cooperativismo Mundial – Os 7 princípios do cooperativismo**. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em: 15 set. 2024.
- SALLES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista de Gestão e Engenharia**, Minas Gerais, v. 1, p. 1-7, jan. 2010.
- OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é Cooperativismo?** 2024. Disponível em: OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (somos cooperativismo.coop.br). Acesso em: 11 set. 2024.
- TAKAHASHI, Minoru – **Análise da Administração Contábil das Cooperativas Agrícolas do Estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1982.
- WEBERING, Susan I. Cooperação cooperativa: o ser, o fazer e o devir. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 6, p. 567-381, 2020.

Sobre os autores e as autoras

Ademilso Auziliero

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Diretor Administrativo na Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara).

E-mail: ademilso.auziliero@crediseara.coop.br

Antônio Inácio Andrioli

Graduado em Filosofia e Mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí. Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Osnabrück (Alemanha). Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó.

E-mail: andrioli@uffs.edu.br

Carlos Alberto Frantz dos Santos

Docente Orientador. Professor na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS – Unidade Tapes). Doutor em Administração.

E-mail: carlos-santos@uergs.edu.br

Caroline Rippe de Mello Klein

Docente Orientadora. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim.

E-mail: Caroline.klein@uffs.edu.br

Claudia Mara Winter

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Gerente de Carteira PF na Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária (CRESOL).

E-mail: claucrisigor@gmail.com

Daiane Rebonatto

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Publicitária, Graduada em Publicidade e Propaganda, Pós-Graduada em Gestão Empresarial Estratégica e Marketing.

E-mail: daianerebonatto@hotmail.com

Darlan Luis Lodéa

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Diretor Vice-Presidente Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária (CRESOL JACUTINGA).

E-mail: darlan.lodea@cresolcentral.coop.br

David Galuppo

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Agente de recuperação de crédito na Cooperativa de Crédito Rural Seara (CRE-DISEARA).

E-mail: david.galuppo@crediseara.coop.br

Denise Knorst da Silva

Docente Orientadora. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Erechim/RS.

E-mail: denise.silva@uffs.edu.br

Estéfani Sandmann de Deus

Docente Orientadora. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária de Erechim.

E-mail: estefani-sandmann@uergs.edu.br

Estevão Schmidt

Bacharelado em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Erechim – RS. Pós-Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Erechim – RS. Especialista em Coopera-

tivismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Presidente na Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Aratiba (CRESOL).

E-mail: estevao.schmidt@cresolcentral.coop.br

Isabel Rosa Gritti

Docente Orientadora. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim.

E-mail: isabel.gritti@uffs.edu.br

Jaci Poli

Docente Orientador. Instituto Federal do Paraná, Campus Colombo.

E-mail: jaci.poli@ifpr.edu.br

José Martins dos Santos

Docente Orientador. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim – RS. Ocupa o cargo de diretor titular da Diretoria de Planejamento (DPLAN) e atua como pró-reitor substituto da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Experiência nas áreas de Economia (micro e macroeconomia), dedicando-se principalmente aos seguintes temas: Crescimento, desenvolvimento econômico e meio ambiente, extensão universitária, planejamento estratégico, gestão universitária, gestão financeira, educação financeira, conjuntura econômica, cooperativismo e economia solidária.

Karine Daiane Zingler

Docente Orientadora. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária de Frederico Westphalen.

E-mail: karine-zingler@uergs.edu.br

Kelinton Balen Simoni

Pós-graduado em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Analista de recuperação de crédito na Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária CRESOL – Aratiba.

E-mail: kelintonbalen@gmail.com

Letícia Gomes Locatelli

Doutora em Ciências Contábeis. Analista Contábil. Docente Orientadora. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Professora voluntária da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

E-mail: leticiaglocatelli@gmail.com

Lidiane Taffarel

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Graduada em Jornalismo e História. Mestre em História. Especialista em Gestão Pública, em Comunicação e Marketing Político, em Comunicação e Estratégia de Negócios e em Jornalismo Digital. Professora de História na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

E-mail: lidianetaffarel@gmail.com.

Lucas Roberto Farina

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Diretor presidente da Cooperativa Brasileira de Energia Renovável e Desenvolvimento Sustentável (COOPER GD).

E-mail: ver.lucasfarina@gmail.com

Luciana Aparecida Zampieron

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim.

E-mail: luciana.zampieron@cresolcentral.coop.br

Luciane Prichoa

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Erechim.

E-mail: lucianeprichoa@gmail.com

Marcia Regina Maboni Hoppen Porsch

Docente Orientadora. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária de Sananduva. Doutora em Modelagem Matemática pela UNIJUI.

E-mail: marcia-porsch@uergs.edu.br

Marciane Rigo Lanfredi

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Diretora Administrativa na Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).

E-mail: marcianerigo@hotmail.com

Márcio Luft

Servidor Público na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

E-mail: marcio.luft@uffs.edu.br.

Marcos Rogério Monteiro

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Mestre em Agroecossistemas pela UFSC. Possui graduação em Gestão Ambiental pela UNIASSELVI.

E-mail: marcosmonteirouffs@gmail.com.br.

Maria Helena Prestes

Pós-graduada em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Erechim.

E-mail: mariahelena-130@hotmail.com

Marindia Carla Tiburski

Pós-graduanda em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim – RS. Gerente de Agência na Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária (CRESOL EREBANGO).

E-mail: tiburskimarindia712@gmail.com

Mateus Dall Agnol Klein

Pós-graduado em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Analista de Produtos e Soluções na Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) Aratiba.

E-mail: mateusdklein@gmail.com.

Monice Angélica Bitencourt

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Graduada em Administração de Empresas.

E-mail: monicebitencourt@hotmail.com

Patricia Scatolin

Mestre em Educação e Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Assessora de Desenvolvimento do Cooperativismo na Sicredi UniEstados.

E-mail: patriciascatolin@hotmail.com

Paulo César Mioto

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Erechim.

E-mail: paulocezarmiotomioto@gmail.com

Roberta Marmentini Bolis

Bacharela em Ciências Contábeis e Pós-Graduada em MBA Executivo pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – Faculdade Ideau, Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI e Pós-Graduada em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

E-mail: robemarmentini@gmail.com.

Roberto Serena Fontaneli

Docente Orientador. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária de Erechim. Engenheiro Agrônomo. Especialista em Genética, Mestre e Doutor em Zootecnia.

E-mail: roberto-fontaneli@uergs.edu.br.

Samanta Luzia Risson

Pós-graduada em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Assistente de Atendimento na Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL).

E-mail: samantaluziarisson@hotmail.com

Silvia Noskoski Rigo

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Campus Erechim.

E-mail: silviarigo13@hotmail.com

Taise Sychocki

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Assistente de Negócios na Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária CRESOL.

E-mail: taise469@gmail.com

Thayane Somensi Burtulli

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Assistente de Controladoria na Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara).

E-mail: thayanesburtulli@gmail.com

Vanessa Paula Openkoski

Especialista em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Assistente de Negócios na Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária (CRESOL).

E-mail: vanessaopenkoski@hotmail.com

Zenicleia Angelita Deggerone

Docente Orientadora. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária em Erechim.

E-mail: zenicleia-deggerone@uergs.edu.br



Este livro, construído a muitas mãos, é resultado do Curso de Especialização em Cooperativismo de Crédito e Desenvolvimento Sustentável, iniciativa interinstitucional envolvendo a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Cresol e outros atores do sistema cooperativo que atuam na Região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul e no Oeste de Santa Catarina. A realização do curso permitiu o aprofundamento da relação da UFFS e da UERGS com a comunidade regional, mais especificamente com as instituições cooperativistas, e contribuiu para reafirmar o compromisso fundacional de ambas as universidades, que é o de ofertar formação qualificada e produção do conhecimento em parceria com os atores sociais que integram o seu território de abrangência.

